

ORGANIZAÇÃO

COMISSÃO ORGANIZADORA DO EVENTO

Prof.ª Dra. Bianca Tams Diehl

Coordenadora do Curso de Direito

Prof.ª Me. Anderson Pinceta

Coordenador do Curso de Ciências
Contábeis, do curso de Administração e de
Gestão de Recursos Humanos

Prof. Me. Juliane Colpo

Coordenadora do Curso de Psicologia

Prof. Me. Paulo Mix

Coordenador do Curso de Enfermagem

COORDENAÇÃO GERAL DO EVENTO

Prof.ª Dra. Mariel da Silva Haubert

Coordenadora do Núcleo de Pesquisa, Pós-
Graduação e Extensão - NPPGE

Prof. Adm. Antonio Roberto Lausmann

Ternes

Diretor Geral das Faculdades Integradas
Machado de Assis

ORGANIZAÇÃO DOS ANAIS

Prof.ª Dra. Mariel da Silva Haubert

EDITORAÇÃO DOS ANAIS

Prof.ª Dra. Mariel da Silva Haubert

REVISÃO

Prof.ª Dra. Mariel da Silva Haubert

CAPA

Eliane Rodrigues

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Assessoria de Imprensa da FEMA

APOIO TÉCNICO

Denise Felber

Milena Alberti

J532 Jornada Interdisciplinar de Pesquisa das Faculdades Machado de Assis (11., 2022): Santa Rosa/RS). Anais da XII Jornada Interdisciplinar de Pesquisa das Faculdades Machado de Assis, Santa Rosa, RS, Brasil.

ISBN: 2177-1103

1.Pesquisa Científica. 2.Artigos Científicos. 3.Resumos Expandidos. I.
Faculdades Integradas Machado de Assis.

CDU: 001.8

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO09

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO.....11

A IMPORTÂNCIA DA CARTA ROGATÓRIA COMO MEIO DE COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL NO PROCESSO CIVIL E SOB O VIÉS DO PROTOCOLO DE LAS LEÑAS.....18

Alessandra Berres

Bruna Lima

Nathalia Hoffmann

Nicole Zgierski

Sinara Camera

COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL À LUZ DO CPC: ASPECTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS.....30

Angélica Patrícia Hoffmann

Daniara Specht Lemos da Silva

Rafaela Kercher

Renata Lukrafka Kowalczyk

Renê Carlos Schubert Junior

RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONDOMÍNIO: CUIDADOS COM O BEM-ESTAR ÀS PESSOAS IDOSAS.....45

Iara Sabina Zamim

Solange Beatriz Billig Garces

Marcelo Cacinotti Costa

ETNOCENTRISMO E RELATIVISMO CULTURAL.....57

Adrieli Caroline De Souza

Cassandra Fortes Da Rosa

Kátia Adriéli Schmitt

Melissa Moisele Duarte

Jeremyas Machado Silva

A IGUALDADE E A DIVERSIDADE HUMANA.....66

Charlene Lauermann

Francieli Talia Born

Tamara de Souza

Mário José Puhl

O PAPEL DO CONSELHO TUTELAR NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA
CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....76

Bianca Klein Carvalho
Kéthlyn Yasmin Lermen
Juliane Colpo

OS EFEITOS DA COVID-19 NA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS: UMA
ANÁLISE DAS PRODUÇÕES COMPARTILHADAS SOBRE O TEMA.....88

Ceciliane Isabel Schaefer
Juliane Colpo

METODOLOGIAS ATIVAS PARA O ENSINO E APRENDIZAGEM DE LÍNGUA
PORTUGUESA: NOVAS FORMAS PARA ANTIGOS SABERES.....105

Geanine Rambo
Cátia Luana Bullmann
Délcio Régis Haubert
Mariel da Silva Haubert

O CARÁTER PERMANENTE DA APRENDIZAGEM NO CONTEXTO DA
MODERNIDADE LÍQUIDA.....123

Mário José Puhl

ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA: CONTEXTO BASEADO
EM COMPETÊNCIAS.....139

Délcio Régis Haubert
Cátia Luana Bullmann
Geanine Rambo
Morgani Mumbach
Mariel da Silva Haubert

A EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: OS DESAFIOS E SUPERAÇÃO
PÓS COVID-19 – ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS.....156

Rosane Schiewe dos Reis
Nédisson Gessi

AÇÃO DE BIOESTIMULANTE NA GERMINAÇÃO DE SEMENTES PARA O
CRESCIMENTO RADICULAR DO MILHO (ZEA MAYS).....175

Giulia Della Giustina Hermes
Cleiton Edmundo Baumgratz

ESTILOS DE LIDERANÇA E O REFLEXO NAS EQUIPES DE VENDAS.....184

Jardel Luiz Pinto
Janice Walter
Marcos Rogério Rodrigues

A GOVERNANÇA CORPORATIVA COMO CONTROLE DE GESTÃO.....	199
<i>Edson Flores de Campos</i>	
UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO SOBRE A IMPORTÂNCIA E O IMPACTO DA MOTIVAÇÃO DENTRO DAS ORGANIZAÇÕES.....	214
<i>Camila Gabriele Câmara</i>	
<i>Diogo Motta Tibulo</i>	
<i>Jane Mello</i>	
ESTUDO DE INGRESSO NO E-COMMERCE E COMO DESENVOLVER SEU MARKETING DIGITAL.....	223
<i>Diogo Felipe Dierings</i>	
<i>Lauri Aloisio Heckler</i>	
<i>Jonas Bordim</i>	
<i>Anderson Pinceta</i>	
CONSUMIDORES OBEREÑOS HACIA UN CONSUMO SUSTENTABLE.....	233
<i>María Florencia Baldi</i>	
<i>Yamila Mariel Gamez Rodriguez</i>	
<i>Ivanna Gisela Lunkvist</i>	
<i>Yesica Mariana Sedoff</i>	
MERCADO FINANCEIRO: UM ESTUDO SOBRE AS OPÇÕES DE INVESTIMENTO PARA PESSOA FÍSICA.....	248
<i>Charles da Rosa Lino</i>	
<i>Guilherme Ricardo Riffel</i>	
<i>Marcos Rogério Rodrigues</i>	
<i>Janice Walter</i>	
<i>Giovana Finger</i>	
O RECRUDESCIMENTO DE DOENÇAS IMUNOPREVINÍVEIS NO BRASIL: REFLEXÕES SOBRE OS RISCOS NA REDUÇÃO DAS COBERTURAS VACINAIS EM CRIANÇAS.....	268
<i>Natascha Carvalho dos Santos</i>	
<i>Edenilson Freitas Rodrigues</i>	
A IMPORTÂNCIA DA PSICOLOGIA POSITIVA NO CONTEXTO HOSPITALAR: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO.....	279
<i>Maiara da Rosa</i>	
<i>Camila Gabriele Câmara</i>	
<i>Lucimara Siqueira</i>	

MENTES CRIMINAIS: O ESTUDO DO CÉREBRO COM TRANSTORNOS PSIQUIÁTRICOS.....	288
<i>Laura da Silva Haubert</i>	
<i>Laura Manias Bissacott Alves</i>	
<i>Lauren Besch dos Santos</i>	
<i>Natalie Oliveira Beltrame</i>	
<i>Mariel da Silva Haubert</i>	
IMPACTO DO DIAGNOSTICO DO AUTISMO NOS PAIS: PERCEPÇÃO E SENTIMENTOS.....	304
<i>Andressa Da Ronch</i>	
<i>Flávia Michelle Pereira Albuquerque</i>	
<i>Paulo Roberto Mix</i>	
PLANEJAMENTO PATRIMONIAL: TESTAMENTO E DOAÇÃO.....	330
<i>Robson Alexandre Rodrigues</i>	
<i>Adriano Schons</i>	
<i>Dionatan Maya</i>	
<i>Mauren Kipper Back</i>	
<i>Niki Frantz</i>	
FINANÇAS PESSOAIS: DO DESCONTROLE A UMA GESTÃO EQUILIBRADA.....	350
<i>Caroline Tretter da Silveira</i>	
<i>Fabiana Regina Falkembach</i>	
<i>Fernando Zimmermann Prestes</i>	
POSSIBILIDADE DA PENHORA DO BEM DE FAMÍLIA DO FIADOR EM LOCAÇÃO COMERCIAL.....	359
<i>Luciano da Rosa Binkowski</i>	
<i>Niki Frantz</i>	
ESG NAS COOPERATIVAS DE CRÉDITOS.....	374
<i>Daniel Augusto Strieder Hubner</i>	
<i>Suzany Martins Foliatti</i>	
TURNOVER E O PROCESSO DE MANTER PESSOAS EM UMA INDUSTRIA DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS.....	386
<i>Alexsandro Tramm</i>	
<i>Carla A. Fernandes</i>	
<i>Janice Walter</i>	
<i>Marcos Rogério Rodrigues</i>	



XII JORNADA
INTERDISCIPLINAR
DE PESQUISA

25 de nov. de 2022
ISBN: 2177-1103.

DEMOCRACIA E REPÚBLICA.....401

Júlia Vier Ramos
Nádia Lúcia Schreiner
Mário José Puhl

DROGAS PSICOTRÓPICAS: A INCIDÊNCIA DO TABAGISMO NA REGIÃO
NOROESTE DO RS.....414

Felipe Diel Kaefer
Arthur Matias Braun
Lucas Moisés dos Passos Kronbauer
Cleitton Edmundo Baumgratz

APRESENTAÇÃO

A XII Jornada Interdisciplinar de Pesquisa das Faculdades Integradas Machado de Assis – FEMA, realizada no dia 25 de novembro de 2022, consolida-se na articulação permanente entre docentes e discentes da Instituição. O intuito é fomentar debates e pesquisas que contribuam à análise dos desafios contemporâneos, criando um fórum integrado para apresentação de trabalhos ligados ao ensino, à pesquisa e à extensão, em âmbito internacional.

As Faculdades Integradas Machado de Assis, por meio do Núcleo de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão – NPPGE, têm por objetivo precípuo, no evento, divulgar a produção científica dos acadêmicos de graduação, de pós-graduação e de docentes desta Instituição de Ensino Superior, bem como de outras participantes externas, constituindo um importante espaço de divulgação dos resultados de produções técnico-científicas que fortaleçam a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Ao enfatizar a diversidade de temáticas, interdisciplinar e transdisciplinarmente, destaca-se na comunidade educacional e pública. Assim, considera-se que o objetivo de criar espaço para o debate acerca da temática, é alcançado com êxito. Efetivando a participação de investigadores das Ciências Sociais e Aplicadas, das Ciências Humanas e da Saúde das Faculdades Integradas Machado de Assis e de outros setores educacionais e comunitários, dezessete salas temáticas são empreendidas, comportando as apresentações e os debates mediados pelo corpo docente da comunidade acadêmica participante, de diferentes áreas do saber.

A XII Jornada Interdisciplinar de Pesquisa – FEMA também encerra, com suas apresentações científicas, a XXIV Mostra de Trabalhos Científicos de Administração e de Ciências Contábeis; a XXI Jornada e Mostra de Estudos Jurídicos e Sociais de Iniciação Científica do Curso de Direito; a XVI Mostra de



25 de nov. de 2022
ISBN: 2177-1103.

Trabalhos Científicos de Gestão de Recursos Humanos e de Gestão da Tecnologia da Informação; bem como a III Jornada de Iniciação Científica e Mostra de Estudos na Área da Saúde.

A Coordenação do **Núcleo de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão – NPPGE** e a Direção Geral das **Faculdades Integradas Machado de Assis – FEMa** sentem-se gratificadas e agradecidas em relação ao empenho demonstrado pelos coordenadores de Curso, pelos professores mediadores das salas de debate e dos participantes, apresentadores e ouvintes, docentes e discentes, da **XII Jornada Interdisciplinar de Pesquisa**. Deseja-se, portanto, uma excelente leitura desta mostra de trabalhos científico-acadêmicos dispostas nos Anais do Evento.

Mariel da Silva Haubert
Prof.^a Dra. das Faculdades Integradas Machado de Assis
Coordenadora do Núcleo de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão – NPPGE/FEMa



JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA

25 de Novembro de 2022

ON-LINE

ISBN: 2177 - 1103

Submissão de trabalhos: Até 25 de outubro

Inscrições: Até 08 de novembro

Programação dos Eventos Integrados: 24 e 25 de novembro.

Programação da XII Jornada Interdisciplinar de Pesquisa:
25 de novembro.

Eventos Integrados:

- XXIV Mostra de Trabalhos Científicos de Administração e Ciências Contábeis.
- XXI Jornada e Mostra de Estudos Jurídicos e Sociais de Iniciação Científica do Curso de Direito.
- XXI Mostra de Trabalhos Científicos e Tecnológicos de Gestão da Tecnologia da Informação e de Gestão de Recursos Humanos.
- III Jornada de Iniciação Científica e Mostra de Estudos na Área da Saúde.

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

A programação tem o intuito de organizar os diferentes Grupos de Apresentação e de Debate inseridos na XII Jornada Interdisciplinar de Pesquisa FEMA, de forma a otimizar e adequar a participação de todos convidados e ingressantes no acontecimento:

XX MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE ADMINISTRAÇÃO		
XX MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS		
XX JORNADA E MOSTRA DE ESTUDOS JURÍDICOS E SOCIAIS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CURSO DE DIREITO		
III JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E MOSTRA DE ESTUDOS NA ÁREA DA SAÚDE		
TRABALHOS APROVADOS PARA APRESENTAÇÃO NA XII JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA FEMA		
DIA 25.11.22 – Sala Temática 1		
LINK DE ACESSO: https://us.bbcollab.com/guest/eda555b9207f4899821928d76f4f007d		
INÍCIO DOS TRABALHOS: 19h20min		
Membros da Banca: Dra. Sinara Camera Dr. Mário José Puhl Me. Franciele Seger		
Assessores Acadêmicos: Renata Lukrafka Kowalczyk/Júlia Vier Ramos		
HORÁRIO	TÍTULO	AUTORES
19h45min	A IMPORTÂNCIA DA CARTA ROGATÓRIA COMO MEIO DE COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL NO PROCESSO CIVIL E SOB O VIÉS DO PROTOCOLO DE LAS LEÑAS	Nathalia Wieles Hoffman Alessandra Berres Bruna Lima Pinto Nicole Zgierski Prof.ª Dr.ª Sinara Camera
20h10min	COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL À LUZ DO CPC: ASPECTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS	Angélica Patrícia Hoffman Rafaela Regina Kercher Renata Lukrafka Kowalczyk Daniara Specht Lemos da Silva Prof. Ms. Renê Carlos Schubert Junior
20h35min	RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONDOMÍNIO: CUIDADOS COM O BEM-ESTAR ÀS PESSOAS IDOSAS	Iara Sabrina Zamin Dr.ª Solange Beatriz Billig Garces Dr. Marcelo Cacinotti Costa
21h	INTERVALO	
21h15min	ETNOCENTRISMO E RELATIVISMO CULTURAL	Melissa Duarte Cassandra Fortes da Rosa Kátia Adrieli Schmidt Adrieli Caroline de Souza Prof. Dr. Jeremyas Machado Silva
21h40min	A IGUALDADE E A DIVERSIDADE HUMANA	Francieli Talia Born Charlene Laueremann Tamara Aparecida Vargas de Souza Prof. Dr. Mário José Puhl

22h	O PAPEL DO CONSELHO TUTELAR NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	Kéthlyn Yasmin Lermen Bianca Klein Carvalho Prof. Ms. Juliane Colpo
22h20min	ENCERRAMENTO	
XX MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE ADMINISTRAÇÃO		
XX MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS		
XX JORNADA E MOSTRA DE ESTUDOS JURÍDICOS E SOCIAIS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CURSO DE DIREITO		
III JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E MOSTR DE ESTUDOS NA ÁREA DA SAÚDE		
TRABALHOS APROVADOS PARA APRESENTAÇÃO NA XII JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA FEMA		
DIA 25.11.22 – Sala Temática 2		
LINK DE ACESSO: https://us.bbcollab.com/guest/d5e394eccc704e0486f285570fba590d		
INÍCIO DOS TRABALHOS: 19h20min		
Membros da Banca: Me. Juliane Colpo Me. Raquel Callegaro Me. Délcio Régis Haubert		
Assessores Acadêmicos: Milena Alberti/Matusalem Dornelles de Oliveira		
HORÁRIO	TÍTULO	AUTORES
19h45min	OS EFEITOS DA COVID-19 NA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS: UMA ANÁLISE DAS PRODUÇÕES COMPARTILHADAS SOBRE O TEMA	Ceciliane Isabel Schaefer Prof.ª Ms.ª Juliane Colpo
20h10min	METODOLOGIAS ATIVAS PARA O ENSINO E APRENDIZAGEM DE LÍNGUA PORTUGUESA: NOVAS FORMAS PARA ANTIGOS SABERES	Geanine Rambo Cátia Luana Bullmann Délcio Régis Haubert Prof.ª Dr.ª Mariel da Silva Haubert
20h35min	O CARÁTER PERMANENTE DA APRENDIZAGEM NO CONTEXTO DA MODERNIDADE LÍQUIDA	Prof. Dr. Mário José Puhl
21h	INTERVALO	
21h15min	ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA: CONTEXTO BASEADO EM COMPETÊNCIAS	Délcio Régis Haubert Cátia Luana Bullmann Geanine Rambo Morgani Mumbach Prof.ª Dr.ª Mariel da Silva Haubert
21h40min	A EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: OS DESAFIOS E SUPERAÇÃO POS-COVID 19- ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS	Rosane Schieve dos Reis Prof. Dr. Nedisson Luis Gessi
22h	AÇÃO DE BIOESTIMULANTE NA GERMINAÇÃO DE SEMENTES PARA O	Giulia Della Giustina Hermes Prof. Ms. Cleiton Edmundo Baumgratz

	CRESCIMENTO RADICULAR DO MILHO (ZEA MAYS)	
22h20min	ENCERRAMENTO	
XX MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE ADMINISTRAÇÃO		
XX MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS		
XX JORNADA E MOSTRA DE ESTUDOS JURÍDICOS E SOCIAIS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CURSO DE DIREITO		
III JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E MOSTRA DE ESTUDOS NA ÁREA DA SAÚDE		
TRABALHOS APROVADOS PARA APRESENTAÇÃO NA XII JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA FEMA		
DIA 25.11.22 – Sala Temática 3		
LINK DE ACESSO: https://us.bbcollab.com/guest/ce3dfb27d6a0484ab6757171cab911af		
INÍCIO DOS TRABALHOS: 19h20min		
Membros da Banca: Me. Jonas Bordim Me. Gilson Braz do Amaral Esp. Luigi Lazzareti		
Assessores Acadêmicos: Allana Trevisan/Daiane Hamann		
HORÁRIO	TÍTULO	AUTORES
19h45min	ESTILOS DE LIDERANÇA E O REFLEXO NAS EQUIPES DE VENDAS	Bel. Jardel Luiz Pinto Prof. Ms. Janice Walter Prof. Ms. Marcos Rogério Rodrigues
20h10min	A GOVERNANÇA CORPORATIVA COMO CONTROLE DE GESTÃO	Edson Flores de Campos
20h35min	UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO SOBRE A IMPORTÂNCIA E O IMPACTO DA MOTIVAÇÃO DENTRO DAS ORGANIZAÇÕES	Jane Mello Camila Gabriele Câmara Prof. Ms. Diogo Motta Tibulo
21h	INTERVALO	
21h40min	ESTUDO DE INGRESSO NO E-COMMERCE E COMO DESENVOLVER SEU MARKETING DIGITAL	Diogo Felipe Dierings Lauri Aloisio Heckler Jonas Bordim Anderson Pinceta
22h	CONSUMIDORES OBEREÑOS HACIA UN CONSUMO SUSTENTABLE	María Florencia Baldi Yamila Mariel Rodriguez Gamez Ivanna Gisela Lunkvist Yesica Mariana Sedoff
22h20min	MERCADO FINANCEIRO: UM ESTUDO SOBRE AS OPÇÕES DE INVESTIMENTO PARA PESSOA FÍSICA	Charles da Rosa Lino Guilherme Ricardo Riffel Ms. Marcos Rogério Rodrigues Ms. Janice Walter Giovana Finger
22h40min	ENCERRAMENTO	

XX MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE ADMINISTRAÇÃO		
XX MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS		
XX JORNADA E MOSTRA DE ESTUDOS JURÍDICOS E SOCIAIS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CURSO DE DIREITO		
III JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E MOSTRA DE ESTUDOS NA ÁREA DA SAÚDE		
TRABALHOS APROVADOS PARA APRESENTAÇÃO NA XII JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA FEMA		
DIA 25.11.22 – Sala Temática 4		
LINK DE ACESSO: https://us.bbcollab.com/guest/03a09d6236214d6b9563b317863895b8		
INÍCIO DOS TRABALHOS: 19h20min		
Membros da Banca: Dra. Gabriele Schek Dr. Jeremyas Machado Silva Me. Ednilson Freitas Rodrigues		
Assessores Acadêmicos: Josafá Micaies Antunes de Souza/Micheli Roberta Barz		
HORÁRIO	TÍTULO	AUTORES
19h45min	SAÚDE MENTAL DA PESSOA IDOSA NO BRASIL: A IMPORTÂNCIA DA RELIGIÃO NA VELHICE	Josafá Micaies de Souza Jordana Laufer Prof. Ms. Flávia Michelle Pereira Albuquerque Prof. Ms. Leandro Steiger
20h10min	O RECRUESCIMENTO DE DOENÇAS IMUNOPREVINÍVEIS NO BRASIL: REFLEXÕES SOBRE OS RISCOS NA REDUÇÃO DAS COBERTURAS VACINAIS EM CRIANÇAS	Natacha Carvalho Prof. Ms. Ednilson Freitas Rodrigues
20h35min	A IMPORTÂNCIA DA PSICOLOGIA POSITIVA NO CONTEXTO HOSPITALAR: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO	Camila Gabriele Câmara Lucimara Zammo Siqueira Maiara da Rosa
21h	INTERVALO	
21h15min	DROGAS PSICOTRÓPICAS: INCIDÊNCIA DO TABAGISMO NA REGIÃO NOROESTE DO RS	Felipe Diel Kaefer Lucas Moisés dos Passos Kronbauer Arthur Matias Braun Prof. Ms. Cleiton Edmundo Baumgratz
21h40min	MENTES CRIMINOSAS: O ESTUDO DO CÉREBRO COM TRANSTORNOS PSIQUIÁTRICOS	Lauren Besch dos Santos Laura da Silva Haubert Laura Manias Bissacot Alves Natalie Oliveira Beltrame Prof.ª Dr.ª Mariel da Silva Haubert
22h	IMPACTO DO DIAGNÓSTICO DE AUTISMO NOS PAIS: PERCEPÇÃO E SENTIMENTOS	Andressa Da Ronch Prof. Ms. Flávia Michelle Pereira Albuquerque Prof. Ms. Paulo Roberto Mix
22h20min	ENCERRAMENTO	

XX MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE ADMINISTRAÇÃO		
XX MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS		
XX JORNADA E MOSTRA DE ESTUDOS JURÍDICOS E SOCIAIS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CURSO DE DIREITO		
III JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E MOSTRA DE ESTUDOS NA ÁREA DA SAÚDE		
TRABALHOS APROVADOS PARA APRESENTAÇÃO NA XII JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA FEM		
DIA 25.11.22 – Sala Temática 5		
LINK DE ACESSO: https://us.bbcollab.com/guest/d7eac1f5e4af4d6f90880f184ce64962		
INÍCIO DOS TRABALHOS: 19h20min		
Membros da Banca: Me. Rosmeri Radke Me. Niki Frantz Me. Diego Wietholter		
Assessores Acadêmicos: Helena Melgarejo/Fernanda Correa		
HORÁRIO	TÍTULO	AUTORES
19h45min	PLANEJAMENTO PATRIMONIAL	Mauren Kipper Back Adriano Schons Robson Alexandre Rodrigues Dionatan Maya Prof. Ms. Niki Frantz
20h10min	FINANÇAS PESSOAIS: DO DESCONTROLE A UMA GESTÃO EQUILIBRADA	Caroline Tretter da Silveira Ms. Fabiana Regina Falkembach Ms. Fernando Zimmermann Prestes
20h35min	POSSIBILIDADE DA PENHORA DO BEM DE FAMÍLIA DO FIADOR EM LOCAÇÃO COMERCIAL	Luciano da Rosa Binkowski Prof. Ms. Niki Frantz
21h	INTERVALO	
21h15min	ESG NAS COOPERATIVAS DE CRÉDITOS	Daniel Augusto Strieder Hübner Suzany Martins Foliatti
21h40min	TURNOVER E O PROCESSO DE MANTER PESSOAS EM UMA INDÚSTRIA DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS	Alexsandro Tramm Carla A. Fernandes Prof. Ms. Janice Walter Prof. Ms. Marcos Rogério Rodrigues
22h	DEMOCRACIA E REPÚBLICA	Júlia Ramos Vier Nádia Lúcia Schreiner Prof. Dr. Mário José Puhl
22h20min	ENCERRAMENTO	



Jornada Interdisciplinar de Pesquisa

25 DE NOV. 2022

ARTIGOS CIENTÍFICOS
APROVADOS PARA OS ANAIS
DA JORNADA

A IMPORTÂNCIA DA CARTA ROGATÓRIA COMO MEIO DE COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL NO PROCESSO CIVIL E SOB O VIÉS DO PROTOCOLO DE LAS LEÑAS

Alessandra Berres¹
Bruna Lima²
Nathalia Hoffmann³
Nicole Zgierski⁴
Sinara Camera⁵

RESUMO

As relações internacionais e as preocupações compartilhadas pelos Estados nos processos internacionais indicam possibilidades de direitos, garantias e deveres aos jurisdicionados, manifestando-se pelo desenvolvimento globalizado da sociedade internacional em matérias políticas, econômicas e jurídicas. Nesse contexto está a delimitação temática deste artigo que trata sobre a carta rogatória sob o viés do Protocolo de Las Leñas, analisando sua importância perante o processo civil e como instrumento de cooperação jurídica internacional no âmbito do Mercosul. O objetivo geral é entender e descrever como se tem a relação internacional jurídica e sua importância com a evolução histórica. Justifica-se o estudo deste artigo, pela importância da garantia processual e das relações internacionais e seus direitos, diante da sociedade e indivíduos nos processos que envolvem os Estados por meio de tratados, ou via diplomática. A metodologia é qualitativa e com fins explicativos, com a utilização do método de abordagem dedutivo. A conclusão alcançada foi a de que, por intermédio do Protocolo de Las Leñas se fez possível uma maior integração e facilitação no campo da cooperação jurídica internacional, seja em matéria civil, comercial, trabalhista e administrativa entre os Estados-Partes do Mercosul, garantindo os direitos e deveres das relações processuais por meio da carta rogatória.

Palavras-chave: Protocolo de Las Leñas; Mercosul; Carta Rogatória; Cooperação Jurídica Internacional.

INTRODUÇÃO

As relações internacionais e as preocupações compartilhadas pelos Estados nos processos internacionais indicam possibilidades de direitos, garantias e deveres aos jurisdicionados. Manifestam-se pelo desenvolvimento globalizado da sociedade

1 Acadêmica do Curso de Direito - 6º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. berresalessandra@gmail.com.

2 Acadêmica do Curso de Direito - 6º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. brunalimap93@gmail.com

3 Acadêmica do Curso de Direito - 6º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. nathaliahoffmann0@gmail.com

4 Acadêmica do Curso de Direito - 6º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. nicolezg1@hotmail.com.

5 Prof. Doutora em Direito Público pela Universidade de UNISINOS. Orientadora. Prof.^a do Curso de Direito Faculdades Integradas Machado de Assis. sinara@fema.com.br

internacional em matérias políticas, econômicas e jurídicas. Nesse contexto está a delimitação temática deste artigo que trata sobre o bloco econômico Mercosul, analisando a importância das cartas rogatórias na intensificação das cooperações jurídicas internacionais, sob o viés do Protocolo de Las Leñas, firmado pelos países do referido Bloco.

O objetivo geral é verificar que através do desenvolvimento histórico se tem a evolução e necessidade da cooperação internacional, que pela carta rogatória possibilita garantias processuais aos indivíduos e sociedade, como direito na esfera internacional por meio de tratados entre os Estados.

O método de abordagem foi o dedutivo e o procedimento o histórico, para obtenção de informações a respeito da eficácia da carta rogatória no processo de simplificação pelo Protocolo de Las Leñas, relacionado com os propósitos dos Estados Parte do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), para maior integração no âmbito da cooperação e assistência jurisdicional.

Para a realização da análise proposta, o estudo foi sistematizado em quatro momentos: a primeira sobre o histórico das Relações Internacionais; o segundo trata sobre o Mercado Comum Do Sul (Mercosul) e o Protocolo De Las Leñas; o terceiro traz a Carta Rogatória e o Código De Processo Civil; e a quarta aborda sobre a Cooperação Jurídica Internacional.

1 METODOLOGIA

A pesquisa a ser explanada no presente artigo é do tipo teórico, de natureza qualitativa e com fins explicativos. A questão a ser apresentada busca analisar instrumento de cooperação judicial internacional, qual seja a carta rogatória sob o viés do Protocolo de Las Leñas. Outrossim, a documentação indireta bibliográfica foi o meio utilizado para a realização da pesquisa, sendo que o método de abordagem foi o dedutivo e o procedimento o histórico, com o propósito de obter maiores informações a respeito da eficácia da carta rogatória mediante processo de simplificação pelo Protocolo de Las Leñas, o qual está altamente relacionado com os propósitos dos Estados Parte do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), em busca de uma maior integração no âmbito da cooperação e assistência jurisdicional.

2 BREVE HISTÓRICO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A base das Relações Internacionais consolida-se a partir da Paz de Vestfália (1648), evento do qual decorre o fim da Guerra dos 30 anos e é instaurado o Estado soberano moderno. É possível considerar que esse fato gerou o fortalecimento do Estado e seu monopólio o transforma em um ator único de relações internacionais.

No período de 1648 a 1945, as relações internacionais estavam voltadas para relações entre os estados. Nesse sentido, ao redor do mundo algumas civilizações foram dominadas pelo colonialismo europeu, onde os valores culturais, religiosos e ideológicos eram uma tentativa de moldar o mundo à face europeia. Já com relação à segunda metade do século passado, ao ocorrer uma série de rupturas das relações internacionais, o número de Estados cresce de maneira significativa, fazendo com que as atribuições exclusivas e inerentes dos Estados, como a organização econômica, política e administrativa, tornem-se uma pauta de interesse transnacional (DIAS, 2010).

É possível definir as relações internacionais como o conjunto de contatos que se estabelecem através das fronteiras nacionais entre grupos socialmente organizados. Portanto, são internacionais todos os fenômenos que transcendem as fronteiras de um Estado, fazendo que os sujeitos, privados ou públicos, individuais ou coletivos, relacionem-se entre si (SEITENFUS, 2013).

O cenário das relações internacionais sofre importante alteração com o fim da Segunda Guerra Mundial. Os Estados passaram a ter uma proteção assegurada a partir da assinatura da Carta de São Francisco que afirmou a Organização das Nações Unidas (ONU). Diante disso, preceitua Reinaldo Dias:

A ONU, criada após o término da Segunda Guerra Mundial, teve desde o início a paz como valor e princípio norteador da ação da organização. Seu trabalho, além disso, tem como objetivo fazer com que seus membros respeitem os direitos humanos fundamentais, a justiça e os tratados internacionais. Entre os principais temas de destacada atuação do organismo, estão: reduzir as tensões internacionais e prevenir a eclosão de conflitos, implementar a criação de legislação sobre meio ambiente, o espaço sideral e as profundezas marítimas, erradicar doenças, amparar os refugiados, lutar contra o analfabetismo, agir rapidamente em casos de desastres naturais e estabelecer normas de proteção às pessoas e aos direitos humanos. (DIAS, 2010).

Pode-se dizer que a ONU é responsável por implementar uma ordem mundial que visa a universalização de determinados valores. Ademais, a ONU é formada por diversos órgãos, dentre eles a Secretaria das Nações Unidas, a Assembleia-Geral; o Conselho de Segurança; o Conselho Econômico e Social; o Conselho de Administração Fiduciária; o Tribunal Internacional de Justiça e a Secretaria-Geral. Entende-se que a partir da criação da ONU o funcionamento da sociedade internacional torna-se mais.

Nos meados de 1947, dois países dominaram a cena internacional: os Estados Unidos e a União Soviética. Entende-se que os mesmos propuseram modelos opostos para as organizações entre os Estados e para as relações internacionais e, em vista disso, nasce o novo período de conflitos que ficou conhecido como Guerra Fria (SEITENFUS, 2013).

Em tese, considera-se a Guerra Fria o período histórico das relações internacionais entre Estados e que vai de 1947 a 1989. Nesse ínterim, a metade de um século regeu-se pelo conflito entre duas potências mundiais, e isso serviu como o principal parâmetro para a organização das relações internacionais, orientando diversos campos, como por exemplo, o político, econômico e ideológico. Ademais, com o fim da Guerra Fria nota-se o surgimento de múltiplos polos de poder (DIAS, 2010), que servem de cooperação para diversos fatores.

Nesse sentido, há a construção de uma nova ordem mundial, da qual surge um novo sistema internacional. A globalização avança e seu ponto de partida foi à queda do muro de Berlim em 1989, quando o processo de globalização sofre uma severa aceleração, fortalecendo a criação de novos espaços regionais de articulação política: os blocos econômicos regionais, dentre eles o Mercado Comum do Sul, o MERCOSUL. (DIAS, 2010)

3 O MERCADO COMUM DO SUL (MERCOSUL) E O PROTOCOLO DE LAS LEÑAS

O Mercado Comum do Sul, mais conhecido como Mercosul, é organização intergovernamental formada por Estados Partes e Estados Associados da América do Sul. Pode-se dizer que a criação do referido bloco econômico foi baseada no contexto internacional da década de 1990, altamente permeada pela globalização e regionalização, fenômenos responsáveis por moldar as relações econômicas

internacionais atuais. A globalização surge após a Segunda Guerra Mundial e foi responsável por avanços tecnológicos da informática e nos meios de comunicação, informação e transporte, também movimentando o comércio internacional. Enquanto o processo de regionalização foi marcado pela vontade de superar as rivalidades do passado e gerar uma aproximação de cunho comercial (SEITENFUS, 1992).

E como citado anteriormente, o fim da Guerra Fria também foi marco responsável por enfatizar todos os aprimoramentos advindos da globalização e regionalização. Sobre os acontecimentos da época, há o entendimento de que a cooperação econômica entre o Brasil e a Argentina, na década de 80, foi a precursora do processo de formação do Mercosul, simbolizando uma evolução política e econômica e a superação da antiga rivalidade entre os dois países (DEL'OLMO; JAEGER JUNIOR, 2017).

Com a previsão de criação de um mercado comum até o ano de 1994, surge uma ideia de avanço ao mesmo tempo em que de ameaça. Assim, com medo de ficarem economicamente isolados, o Uruguai e o Paraguai logo se viram aderindo a questão da criação de um bloco regional (DEL'OLMO; JAEGER JUNIOR, 2017).

Além dos objetivos presentes na criação do bloco, podemos dizer que a cooperação entre os países fundadores buscava uma melhoria econômica e mercantil. Desse modo, como afirmado por Seitenfus:

Sem desconsiderar a importância dos aspectos estratégicos e da necessidade de reunir forças para melhor se inserir no sistema econômico internacional, caracterizado pela progressiva formação de blocos econômicos, o objetivo fundamental do Mercosul é a busca do crescimento econômico. (SEITENFUS, 1992, p. 120).

Todavia, há de se dizer que fundador do Mercosul foi o Tratado de Assunção assinado pelo Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai em 1991, sendo o marco de uma nova era na seara da integração econômica, a qual por meio do direito internacional público, permitiu a vinculação contratual entre países a fim de fundar um mercado comum (DEL'OLMO; JAEGER JUNIOR, 2017).

Cabe ressaltar que, como o tratado é aberto à adesão de outros Estados membros da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), na atualidade a Venezuela também é membro dos Estados Partes. Contudo, ela está suspensa de todos os direitos e obrigações com relação a sua posição (SITE OFICIAL DO MERCOSUL, s.d).

Existe, ainda, a figura dos Estados Associados ao Mercosul, sendo eles a Bolívia (em processo de incorporação aos Estados Parte), o Chile, a Colômbia, o Equador, a Guiana, o Peru e o Suriname. Estes podem participar de alguns acordos, mas seu voto não é cabível nas decisões mais relevantes (SANTOS et al, 2019)

Outrossim, foi apenas em 1994, com a assinatura do Protocolo de Ouro Preto que se atribuiu personalidade jurídica de Direito Internacional ao Mercosul, dando início a fase de união aduaneira, de forma a regular as regras da tarifa externa comum. Ainda, reiterou a opção pelo caráter intergovernamental do processo, forma de cooperação baseada no consenso de todos os Estados Parte no que diz respeito à tomada de decisões (DEL'OLMO; JAEGER JUNIOR, 2017).

Em vista do objetivo em comum e compromisso dos Estados Parte do Mercosul em fortalecer o processo de integração, a adoção do Protocolo de Las Leñas foi importante passo para a intensificação da cooperação e assistência jurisdicional em matéria civil, comercial, trabalhista e administrativa entre os países do referido bloco regional, possibilitando um estreitamento de laços entre eles (CBAr, s.d).

É considerado o principal instrumento de cooperação no âmbito do Mercosul, tendo por finalidade o alcance dos objetivos do Tratado de Assunção.

A adoção do cronograma de Las Leñas em junho de 1991 complementa e reforça as decisões tomadas em Assunção. A partir desse momento os objetivos genéricos incluídos no Tratado de Assunção adquirem uma operacionalização visando a cumpri-los. (SEITENFUS, 1992, p.124).

Assinado no mesmo ano em que se criou o Mercosul, em 1991, o Protocolo de Las Leñas foi o responsável por trazer os primeiros instrumentos capazes de facilitar a cooperação jurídica internacional entre as jurisdições nacionais integrantes do bloco (OLIVEIRA, 2020), através da imposição de maior destreza na comunicação das cartas rogatórias probatórias e as de mero trâmite. Ademais, conferiu eficácia extraterritorial para as sentenças estrangeiras originárias dos países do Mercosul que cumprem os requisitos elencados pelo art. 20 do Protocolo, em suas alíneas “a” até a “f” (MAGALHÃES, 1999).

Sendo assim, afirma ainda Magalhães, que não há necessidade do procedimento de homologação de sentença estrangeira prevista no art. 105, inciso I, alínea “i” da Constituição Federal, o qual apenas será exigido às sentenças dos demais países não detentores de eficácia extraterritorial, conforme se verifica: “Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça: I - processar e julgar, originariamente:

i) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias.” (BRASIL, 1998).

Desse modo, ao serem dotadas de eficácia extraterritorial, não dependerão de reconhecimento as sentenças judiciais nem os laudos arbitrais advindos dos países do Mercosul que reunirem os requisitos do artigo 20 do Protocolo. Do contrário, será necessário recorrer a carta rogatória a fim de se obter o reconhecimento de sua decisão (MAGALHÃES, 1999).

Por meio do Protocolo se estabeleceram alguns instrumentos de cooperação jurídica, entre os principais a carta rogatória e o reconhecimento e a homologação de sentença. Contudo, neste momento o enfoque principal será voltado para as cartas rogatórias, pedidos formais de auxílio que visam a instrução do processo elaborado pelo juízo rogante (de origem) ao juízo rogado (de destino). Compreendem-se como mecanismos de grande importância para a cooperação e assistência jurídica no âmbito internacional (OLIVEIRA, 2020).

4 A CARTA ROGATÓRIA E O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

A carta rogatória pode ser considerada um instrumento jurídico, em que um país solicita o cumprimento de alguma diligência a outro país. O procedimento de solicitação ocorre através dos órgãos jurisdicionais de cada país, e para que haja o cumprimento do ato, a carta deve atender às normas estabelecidas nas Convenções Internacionais e regras nacionais do país destinatário, estando no idioma do país de destino. Vale destacar que a carta rogatória é um instrumento de natureza jurídica de incidente processual, visto que o objeto é o cumprimento de ato específico originário de processo já existente (JÚNIOR, 2012).

Portanto, a carta rogatória serve para a comunicação da realização de atos e diligências processuais no exterior, e o procedimento para sua execução, se dá por meio do STJ, por se tratar de jurisdição contenciosa, como fundamenta o artigo 36 do Código de Processo Civil de 2015, assegurando ainda, as garantias do devido processo legal as partes

Art. 36. O procedimento da carta rogatória perante o Superior Tribunal de Justiça é de jurisdição contenciosa e deve assegurar às partes as garantias do devido processo legal.

§ 1º A defesa restringir-se-á à discussão quanto ao atendimento dos requisitos para que o pronunciamento judicial estrangeiro produza efeitos no Brasil.

§ 2º Em qualquer hipótese, é vedada a revisão do mérito do pronunciamento judicial estrangeiro pela autoridade judiciária brasileira. (BRASIL, 2015).

Como visto anteriormente, a carta rogatória exerce função primordial em processos que necessitem de atos a serem realizados no exterior. No processo civil, tal instrumento é regido pelo disposto no artigo 201 a 210 do CPC. O art. 40 do Código de Processo Civil Brasileiro dispõe sobre a carta rogatória na cooperação jurídica internacional: “Art. 40. A cooperação jurídica internacional para execução de decisão estrangeira dar-se-á por meio de carta rogatória ou de ação de homologação de sentença estrangeira, de acordo com o art. 960.” (BRASIL, 2015).

A partir da leitura do Código pode-se vislumbrar a importância que a carta rogatória possui para demandas internacionais. Apesar de ser um ato importante no processo, diante de suas peculiaridades, seu cumprimento pode levar mais tempo do que, por exemplo, a carta precatória, que é realizada dentro do país. Isso se dá, além de outros fatores pelo fato de que a carta é destinada à capital do país, e somente então é encaminhada à Comarca que irá cumpri-la.

No processo civil há inúmeras situações em que se vê a necessidade de realizar a carta rogatória. Um exemplo comum é para processos em que as testemunhas não residem mais no Brasil e precisam ser ouvidas. A oitiva dessas testemunhas, por ser de suma relevância e direito das partes, não pode ser esquivada aos olhos do judiciário, assegurando às partes as garantias do devido processo legal, conforme indica o já citado artigo 36 do Código de Processo Civil.

5 COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL

A cooperação jurídica internacional é um grande desenvolvimento frente ao processo de globalização experienciado pelo mundo. Por meio dela foi possível a união de todos Estados diante de questões importantes da sociedade, como os direitos e deveres jurídicos dos países diante questões globais, tem-se assim uma sociedade internacional, não limitado a países e ações unilaterais. Trata-se de instrumento fundamental para o bom funcionamento das relações internacionais, por

meio da qual os Estados se comunicam entre si, possibilitando a realização dos atos processuais e conseqüentemente o bom andamento do processo.

De acordo com o artigo 8 do Protocolo de Las Leñas, o Estado requerido somente poderá se recusar a cumprir a diligência solicitada quando for contra os seus princípios:

Artigo 8. A carta rogatória deverá ser cumprida de ofício pela autoridade jurisdicional competente do Estado requerido, e somente poderá denegar-se quando a medida solicitada, por sua natureza, atente contra os princípios de ordem pública do Estado requerido. (...) O referido cumprimento não implicará o reconhecimento da jurisdição internacional do juiz do qual emana" (DECRETO Nº 6.891, DE 2 DE JULHO DE 2009).

Ademais, é por meio de cumprimento e produção de efeitos do que é estabelecido entre os Estados internacionais que se assegura a garantia processual das partes, onde Estados em cooperação jurídica internacional, por meio da comunicação, obtém a defesa e seguimento processual internacional, assegurando-se o devido processo legal conforme o já mencionado art. 36 do Código de Processo Civil de 2015 (tópico 4.1, fl. 08) (DOS ANJOS, 2021).

Assim, tem-se a garantia do devido processo legal por meio da cooperação jurídica internacional, onde mesmo em um processo judicial estrangeiro, o indivíduo e a sociedade têm direitos e garantias processuais firmados entre os Estados (DOS ANJOS, 2021).

A carta rogatória é o instrumento pelo qual o juiz de um país tem a possibilidade de requerer ao poder judiciário de outro país, a determinada atuação jurisdicional que necessariamente deve ser realizada no estrangeiro. De tal modo, essa cooperação se dá pela finalidade de alcançar os interesses individuais e da sociedade (DOS ANJOS, 2021).

A garantia de requerer ao poder judiciário de outro país uma atuação necessária no processo se exemplifica em casos de necessidade, por exemplo, de citar partes, intimar, inquirir, realizar perícias, ouvir testemunhas. Isso posto, pode-se citar o artigo 5 do Protocolo de Las Leñas, este traz uma diferenciação entre as diligências de simples trâmite e as probatórias:

Artigo 5. Cada Estado Parte deverá enviar às autoridades jurisdicionais do outro Estado, segundo o previsto no artigo 2, carta rogatória em matéria civil, comercial, trabalhista ou administrativa, quando tenha por objeto:

- a) diligências de simples trâmite, tais como citações, intimações, citações com prazo definido, notificações ou outras semelhantes;
- b) recebimento ou obtenção de provas. (BRASIL, 2009).

Portanto, a cooperação jurídica internacional, como através da carta rogatória é fundamental nas relações processuais, visto que traz a garantia de direitos e deveres mesmo quando fora do país de origem, o que gera maior segurança nas relações e responsabilidades individuais e da sociedade diante de um processo.

CONCLUSÃO

O propósito deste artigo foi refletir sobre o desenvolvimento das relações internacionais baseada na evolução histórica, bem como analisar como isso se executa por meio da carta rogatória no processo civil e da sua aplicação através do Protocolo de Las Leñas.

Pode-se constatar a importância das relações internacionais que decorrente da globalização deu avanços a novos mecanismos de cooperação internacional entre Estados. Tais mecanismos visam uma melhoria no sistema econômico internacional, como é caso do bloco econômico Mercosul, onde o mesmo aderiu o Protocolo de Las Leñas, sendo um importante meio de intensificar a cooperação e assistência jurisdicional entre os países integrantes do bloco.

O enfoque principal foi voltado para as cartas rogatórias, mecanismos de grande importância jurídica no âmbito internacional, a carta rogatória é conhecida como pedidos formais de auxílio que visam a instrução do processo elaborado pelo juízo rogante (de origem) ao juízo rogado (de destino).

Findando esse estudo, destaca-se que a cooperação internacional através da carta rogatória é instrumento de extrema necessidade nas relações processuais, garantindo um rol de direitos e deveres entre sujeitos de diferentes países, entende-se que esse ato de cooperação internacional gera maior segurança nas relações internacionais entre Estados em frente ao processo. Sendo que por intermédio do Protocolo de Las Leñas se fez possível uma maior integração e facilitação no campo da cooperação jurídica internacional, seja em matéria civil, comercial, trabalhista e administrativa entre os Estados-Partes do Mercosul, garantindo os direitos e deveres das relações processuais por meio da carta rogatória.

REFERÊNCIAS

AMARAL JUNIOR, Alberto. **Mercosul: características e perspectivas**. Brasília, 2000. Disponível em: < <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/599/r146-22.pdf?sequence=4&isAllowed=y> > Acesso em: 29 de outubro de 2022.

BARBIERO, Alan; e CHALOULT, YvesO. **Mercosul e a Nova Ordem Econômica Internacional**. Revista Brasileira de Política Internacional [online]. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-73292001000100003>>. Acesso em: 29 out. 2022.

Comitê Brasileiro de Arbitragem (CBar). **Protocolo de Las Leñas**. Disponível em: <<https://cbar.org.br/site/legislacao-internacional/protocolo-de-las-lenas/>>. Acesso em: 30 out. 2022.

Constituição Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Publicada no Diário Oficial da União, Brasília, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 30 out. 2022.

Decreto nº 6.891, de 02 de julho de 2009.
Promulga o Acordo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6891.htm>. Acesso em: 29 out. 2022.

Decreto nº 1.901, de 09 de maio de 1996. **Promulga o Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do MERCOSUL (Protocolo de Ouro Preto)**, de 17 de dezembro de 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1901.htm>. Acesso em: 29 out. 2022.

DEL'OLMO, Florisbal de Souza; JAEGER JUNIOR, Augusto. **Curso de Direito Internacional Privado**, atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2017. Acesso em: 29 out. 2022.

DIAS, Reinaldo. **Relações Internacionais: introdução ao estudo da sociedade internacional global**. Grupo GEN, 2010. E-book. ISBN 9788522471249. Disponível em: < <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522471249/> >. Acesso em: 31 out. 2022.

DOS ANJOS, Priscila Caneparo. **Direitos Humanos: evolução e cooperação internacional**. Grupo Almedina (Portugal), 2021. E-book. ISBN 9786556272887. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556272887/>>. Acesso em: 31 out. 2022.

EJCHEL, Maurício. **Carta Rogatória e o Cumprimento de Atos Estrangeiros no Brasil**. Disponível em:

<<https://mauricioflankejchel.jusbrasil.com.br/artigos/181259748/carta-rogatoria-e-o-cumprimento-de-atos-estrangeiros-no-brasil>>. Acesso em: 27 out. 2022.

EJCHEL, Maurício. **Cartas Rogatórias e o Novo CPC**. Disponível em:

<<https://mauricioflankejchel.jusbrasil.com.br/artigos/361645930/cartas-rogatorias-e-o-novo-cpc>>. Acesso em: 29 out. 2022.

FREITAS, Ana Luíza Policani. **Breve Análise da História das Relações Internacionais**. Disponível em:

<<https://analuizapolicani.jusbrasil.com.br/artigos/582041864/breve-analise-da-historia-das-relacoes-internacionais/>>. Acesso em: 26 out. 2022.

MAGALHÃES, José Carlos. **O Protocolo de Las Leñas e a Eficácia Extraterritorial das Sentenças e Laudos Arbitrais Proferidos nos Países do Mercosul**. Brasília, 1999. Disponível em:

<<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/547/r144-19.PDF?sequence=4&isAllowed=y>>. Acesso em: 30 out. 2022.

MERCOSUL. **Países do Mercosul**. Disponível em: <<https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/paises-do-mercosul/>>. Acesso em: 29 out. 2022.

OLIVEIRA, Leonardo Vieira. **A Cooperação Jurídica Internacional no Mercosul: análise da aplicação do Protocolo de Las Leñas no Brasil**. Disponível em:

<<https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/14145/1/LVOliveira.pdf>>. Rio de Janeiro, 2020. Acesso em: 30 out. 2022.

JÚNIOR, Márcio Mateus Barbosa. **Cartas Rogatórias Ativas e Passivas no Direito Brasileiro Contemporâneo**. Disponível em:

<<https://jus.com.br/artigos/21064/cartas-rogatorias-ativas-e-passivas-no-direito-brasileiro-contemporaneo>> Acesso em: 28 out. 2022.

SANTOS, Monique et al. **Mercosul: origem histórica, atuação e participação do Brasil no bloco**. 2019. Disponível em:

<<http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/prefix/1327/1/MERCOSUL%3A%20origem%20hist%C3%B3rica%2C%20atua%C3%A7%C3%A3o%20e%20participa%C3%A7%C3%A3o%20do%20Brasil%20no%20bloco.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2022.

SEITENFUS, Ricardo. **Considerações sobre o Mercosul**. Estudos Avançados [online]. 1992. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40141992000300010>>. Acesso em: 29 out. 2022.

SEITENFUS, Ricardo. **Relações Internacionais**. Editora Manole, 2013. E-book. ISBN 9788520444870. Disponível em:

<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520444870/>>. Acesso em: 31 out. 2022.

COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL À LUZ DO CPC: ASPECTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS

Angélica Patrícia Hoffmann¹
Daniara Specht Lemos da Silva²
Rafaela Kercher³
Renata Lukrafka Kowalczuk⁴
Renê Carlos Schubert Junior⁵

RESUMO

Este artigo tem como temática a cooperação internacional no âmbito do processo civil brasileiro e, mais especificamente, a análise dos dispositivos do CPC que regulam o tema. A pesquisa busca mostrar a funcionalidade da cooperação internacional e sua regulamentação no direito nacional. O presente estudo visa explicitar as características gerais da cooperação internacional, perpassando pela competência internacional, analisar os dispositivos que a regulam na seara do processo civil e demonstrar a aplicação prática destes, por meio da jurisprudência. O método de abordagem é dedutivo, enquanto os métodos de procedimento são bibliográfico e documental. O referencial teórico, para a pesquisa acerca da cooperação internacional no processo civil é baseado, principalmente, nos seguintes autores: ARAÚJO (2016); DEL'OLMO e JUNIOR (2022); DONIZZETI (2018); DUARTE (2017). Assim, a partir desta análise é possível conhecer e compreender a cooperação internacional através do direito processual civil brasileiro.

Palavras-chave: Cooperação Internacional; Processo Civil; Estados; Auxílio Direto; Carta Rogatória.

INTRODUÇÃO

O presente artigo possui como temática a cooperação internacional no âmbito do processo civil e, mais especificamente, a análise dos dispositivos do CPC que

¹Acadêmica do Curso de Direito - 6º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. angelicapatriciahoffmann0@gmail.com

²Acadêmica do Curso de Direito - 6º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. spechtdaniara@gmail.com

³Acadêmica do Curso de Direito - 6º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. kercher.rafaela@yahoo.com

⁴Acadêmica do Curso de Direito - 6º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. renatalkowalczuk@gmail.com

⁵ Advogado. Mestre em Desenvolvimento pela UNIJUÍ. Prof. do Curso de Direito Faculdades Integradas Machado de Assis. reneschubertjunior@yahoo.com.br

regulam o tema. Em um mundo globalizado, é fundamental que a comunidade jurídica internacional crie mecanismos de cooperação, seja no âmbito judicial ou administrativo, a fim de efetivar as decisões das autoridades estrangeiras, bem como colaborar com a resolução de casos que envolvam interesses externos.

Objetiva-se discorrer a respeito da cooperação entre Estados, de maneira que esta possa ser caracterizada e exemplificada através da legislação e de casos práticos. Espera-se portanto, listar suas principais características, analisar a legislação que aborda o assunto e demonstrar a sua ocorrência na prática, através da colação de jurisprudência recente e pertinente, tanto do Supremo Tribunal Federal, quanto do Superior Tribunal de Justiça.

O método de abordagem será dedutivo; os métodos de procedimento adotados serão bibliográfico e documental, com fins qualitativos. O artigo será dividido nos seguintes capítulos: 1. Aspectos gerais da cooperação internacional (contém subcapítulo); 2. Análise dos dispositivos do CPC (contém subcapítulos).

1 VISÃO GERAL SOBRE A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

As autoridades jurídicas são dotadas de competência para exercer suas atividades em determinada jurisdição. Via de regra, para atuarem fora do território de sua competência, tribunais e outros atores do direito devem utilizar-se de meios de cooperação jurídica internacional para a validade e eficácia de seus atos. Tipicamente, o objeto da mencionada cooperação são “[...] medidas judiciais e administrativas relativas a atos no âmbito do processo com conexão internacional” (DEL’OLMO; JUNIOR, 2016, p. 75).

Antes de adentrarmos especificamente nos pormenores da cooperação internacional, avultada se faz a delimitação do que chamamos de competência internacional. Nos artigos 21 a 25 do Código de Processo Civil estão previstos os limites da jurisdição nacional, quais sejam: a competência internacional e a litispendência internacional (CÂMARA, 2022).

Leciona Fredie Didier Junior que “A competência internacional visa, portanto, a delimitar o espaço em que deve atuar a jurisdição, na medida em que o Estado possa fazer cumprir soberanamente as suas sentenças.” (JUNIOR, 2021, p. 278). O mais importante objetivo da competência internacional é evitar que sejam julgados

casos nos quais a sentença não pode ser reconhecida onde deve produzir seus efeitos, por meio da aplicação do princípio da efetividade.

A limitação espacial à jurisdição vem, portanto, para evitar conflitos entre os Estados. Cabe ressaltar, ainda, que a jurisdição estabelecida pelos limites definidos através da mencionada competência se exerce sem embargo do domicílio, da nacionalidade das partes, ou do lugar de ocorrência dos fatos geradores da lide (JUNIOR, 2021).

A competência internacional, no CPC, se divide em: concorrente ou cumulativa (arts. 21 e 22), na qual o caso concreto pode ser processado tanto no Brasil, como em país estrangeiro (ex: se a ação originar-se de fato ou ato ocorrido no Brasil - inciso III); internacional exclusiva (art. 23), quando a competência é exclusiva do Estado brasileiro, o que inibe a possibilidade de homologação de sentença estrangeira (ex: qualquer ação relativa a imóvel situado no Brasil); concorrente e litispendência (art. 24), dispõe que ação intentada em tribunal estrangeiro não impede que o Brasil conheça da mesma causa e das que lhe são conexas, desde que não exista disposição em contrário em tratado internacional (JUNIOR, 2021).

Nota-se, em breve análise, a ênfase conferida à jurisdição nacional, com vistas à proteção do cidadão brasileiro (JUNIOR, 2021). Ainda assim, a cooperação entre os órgãos jurisdicionais (bem como os não jurisdicionais, por exemplo, o Ministério Público) de Estados distintos é uma necessidade constante. O exemplo mais comum de estopim desta necessidade é a colheita de provas pelo Judiciário de um país em outro, seja em seu território ou por meio de um nacional (CÂMARA, 2022).

Para a efetivação da jurisdição de cada Estado frente a necessidade de colaboração, a cooperação interjurisdicional é um princípio básico norteador do Direito Processual Internacional. O princípio tem como objetivo facilitar o acesso ao Direito e à Justiça. Neste viés, foram criados mecanismos para contribuir com o cumprimento de atos no curso do processo, dos quais o principal exemplo é a carta rogatória (DEL'OLMO; JUNIOR, 2016).

Via de regra, a cooperação internacional será regida por tratado internacional¹ do qual o país seja parte. No caso de inexistência de tratado, a cooperação será

¹ Conforme a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (1969): “‘tratado’ significa um acordo internacional concluído por escrito entre Estados e regido pelo Direito Internacional, quer conste de um instrumento único, quer de dois ou mais instrumentos conexos, qualquer que seja sua denominação específica”.

realizada com base na reciprocidade manifestada pela via diplomática. Toma-se como o exemplo o caso de Brasil, que internalizou tratados de cooperação internacional com diversos países, dentro os quais se destacam os integrantes do MERCOSUL¹ (DEL'OLMO; JUNIOR, 2016).

Diante dos aspectos expostos, nota-se a importância da cooperação internacional na sociedade hodierna, cuja globalização facilita a comunicação e ajuda mútua entre os Estados, neste caso, no âmbito jurisdicional. Segue-se, agora, à análise de algumas características e modalidades da cooperação internacional perante o ordenamento jurídico brasileiro.

1.1. CLASSIFICAÇÃO

A cooperação internacional, no Brasil, se divide em duas modalidades quanto à origem: jurisdicional e administrativa. Grande é a importância da diferenciação entre estas duas categorias, visto que seus procedimentos são substancialmente diferentes (DEL'OLMO; JUNIOR, 2016).

A cooperação jurisdicional tem origem em medida judicial estrangeira. Em razão disso, depende do processamento e da admissibilidade do Superior Tribunal de Justiça, a fim de garantir a eficácia da medida no Brasil. São exemplos de modos de cooperação jurisdicional: a carta rogatória e o reconhecimento de sentenças estrangeiras (DEL'OLMO; JUNIOR, 2016).

A competência administrativa, por outro lado, se dá através de atos provenientes de autoridades administrativas, sem envolver o Poder Judiciário. O processamento de tais pedidos é simplificado, no que se denomina auxílio direto, pois tramita mediante atuação da autoridade centrais e dos órgãos nacionais (DEL'OLMO; JUNIOR, 2016).

Outra classificação existente diz respeito à forma de cooperação, podendo ser ativa ou passiva. A cooperação ativa é direcionada a autoridade estrangeira, para que determinada medida seja cumprida no exterior. Este tipo de cooperação exige um conhecimento acerca da legislação interna do país destinatário do pedido. A cooperação passiva, noutro viés, diz respeito ao recebimento de pedido por

¹ Tratado de Assunção. Tratado para a constituição de um mercado comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República do Uruguai (1991).

autoridades nacionais, para processamento no Brasil. Neste caso, as regras brasileiras é que deverão ser observadas, incluindo a submissão aos procedimentos nacionais obrigatórios (DEL'OLMO; JUNIOR, 2016).

A figura central da cooperação internacional é a autoridade central. A autoridade central é “[...] órgão nacional que concentra funções de recebimento e de envio de pedidos de cooperação.” (DEL'OLMO; JUNIOR, 2016, p. 76). A importância desta figura reside em garantir a celeridade da tramitação, bem como a sua autenticidade, vez que concentra corpo técnico especializado e capaz de garantir que os pedidos sejam verdadeiros e legais. No Brasil, tal função recai sobre o Ministério da Justiça e Cidadania, por meio do DRCI (Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional).

Com a superveniência do Código de Processo Civil de 2015, a cooperação internacional recebeu novo relevo, com a dedicação de um capítulo específico para o tema. Com isso, facilitou-se a cooperação jurídica internacional, na medida em que prioriza a utilização do auxílio direto em face à carta rogatória, que é procedimento mais complexo (DEL'OLMO; JUNIOR, 2016).

A partir das características expostas, seguir-se-á à análise dos dispositivos do CPC e da jurisprudência, a fim de trazer a visão da teoria sendo aplicada a casos concretos.

2 A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NO PROCESSO CIVIL

A lei processual brasileira possui três espécies de pedidos da cooperação. O primeiro é a ação de homologação de sentença estrangeira, o segundo a concessão exequatur às cartas rogatórias e o terceiro é o auxílio direto. Nestes, a principal diferença está na natureza do órgão estatal estrangeiro, ou seja, do portador do pedido (DONIZETTI, 2018).

O conteúdo da lei nem sempre é importante na classificação do tipo de cooperação. A rigor, ressalta-se que o que importa é a natureza da autoridade requerente. O pedido de inquirição de testemunha no Brasil pode ser de assistência direta se solicitado, por exemplo, por Ministério do país de origem, ou pode ser objeto de pedido de assistência judiciária, se feito por Tribunal estrangeiro (DONIZETTI, 2018).

A seguir, discorrer-se-á sobre o tema a partir da análise dos dispositivos do Código de Processo Civil brasileiro.

2.1. ANÁLISE DOS DISPOSITIVOS DO CPC

Em complementação à teoria acima apresentada, segue-se a análise dos dispositivos do CPC que tratam sobre o tema, eis que inequívoca a preocupação do legislador em estabelecer diretrizes capazes de orientar a cooperação jurídica, bem como a menção de jurisprudência acerca do auxílio direto e da carta rogatória, modalidades de cooperação.

2.1.1. Seção I - Disposições Gerais

O art. 26 do Código de Processo Civil prevê a cooperação jurídica internacional. Esta deve observar o disposto nas convenções internacionais das quais o Brasil é signatário, caso não haja tratado, a cooperação pode ser mediante a reciprocidade manifestada de maneira diplomática, por via do Ministério das Relações Exteriores, de acordo com a previsão do parágrafo primeiro do artigo citado. Contudo, no caso de homologação de sentença estrangeira é dispensada a exigência da reciprocidade (COELHO, 2019).

Outrossim, as garantias processuais e o devido processo legal na cooperação internacional, supracitados no presente artigo, trazem a ideia de que, embora a cooperação internacional seja regida por tratados, ela deve obedecer às garantias processuais aceitas no Brasil. O texto do caso CPC/2015 enfatiza o devido processo legal, igualdade de tratamento entre brasileiros e estrangeiros, residentes ou não no país, no que se refere ao acesso à justiça, tratamento de casos e assistência judiciária aos necessitados, e divulgação de ações processuais (DONIZETTI, 2018).

Ademais, em alguns casos, o ato que for praticado pelo estado requerido não tem como finalidade validar ou mesmo dar efetividade a uma decisão que seja proferida pelo estado requerente. Nessa hipótese a cooperação vai se dar por meio de auxílio direito. Em casos distintos o Estado requerido terá que realizar o juízo de deliberação, ou seja, a validação ou ratificação da decisão estrangeira, para que essa possa ser executada no território nacional. No Brasil, ocorre por meio da homologação de sentença estrangeira (DONIZETTI, 2018).

No Brasil, a autoridade central descrita no inciso IV é o Ministério da Justiça, que é exercido por meio do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI) da Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), de acordo com o Decreto nº 6.061/2007. A autoridade central é responsável por coordenar a cooperação jurídica internacional do país (DONIZETTI, 2018).

Além disso, o propósito da cooperação internacional se aplica às atividades que podem ser objeto de pedidos e medidas de custódia entre países estrangeiros e o Brasil. Ressalte-se que a lista apresentada não é exaustiva, pois o regulamento final do inciso VI contempla o uso de qualquer outra medida judicial ou extrajudicial não proibida pela lei brasileira (DONIZETTI, 2018).

2.1.2. Seção II - Do Auxílio Direto

Segundo a doutrina, o marco do auxílio direto ocorre no Direito Comunitário Europeu (PEREIRA, 2015, p. 23), precisamente no “auxílio judiciário mútuo”, de acordo com o artigo 3º, I, da Convenção de Auxílio Judicial em matéria penal da união Europeia (SILVA, 2005, p. 288).

Para Pereira, o auxílio direto é

[...] um mecanismo cooperacional utilizado quando determinado Estado estrangeiro necessita de uma providência judicial (ou administrativa) a ser obtida em outra jurisdição, com a finalidade de instruir ou dar andamento a procedimento que tramita em seu próprio território, providência esta que será requerida por meio de comunicação direta entre as Autoridades Centrais dos países envolvidos, conforme estabelecido em tratados internacionais. Tem lugar, portanto, quando um Estado necessita que seja tomada, no território de outro Estado, providência relevante para um processo judicial em trâmite perante o seu Poder Judiciário. (PEREIRA, 2015, p. 27).

Desta forma, como a jurisdição brasileira dispensa o juízo de deliberação, ou seja, a análise quanto à legalidade do pedido cooperacional, representa uma medida célere e efetiva (DUARTE, 2017). Sondando a rapidez do processo, verifica-se o recebimento pela autoridade central e, logo após, o encaminhamento para diligências internas, possibilitando o processamento no órgão competente (ARAUJO, 2016).

Em que pese o procedimento ser completamente nacional, ou seja, o pedido cooperacional, independente de ter sido movido por autoridade estrangeira, será processado pelo juiz nacional como um mero procedimento interno, é alvo de classificações da doutrina (PEREIRA, 2015). Nesse sentido, consubstancia-se como

auxílio direto ativo quando uma soberania requer a cooperação jurídica internacional de outra. Por outro lado, caracteriza-se o auxílio direto passivo quando um Estado é demandado para prestar uma cooperação através desta técnica (DUARTE, 2017). O auxílio direto, apesar de já constar no Regimento Interno do STJ, somente foi normatizado com o Código de Processo Civil de 2015, nos arts. 28 a 34.

O artigo 28 ressalta a celeridade da técnica, já que o *exequatur* demanda tempo, o que não é necessário nesse instituto. Da análise do artigo 29, infere-se que a autenticidade e clareza do pedido cabe ao órgão estrangeiro interessado. Recebido o pedido, a autoridade central o encaminhará à Advocacia Geral da União que demandará em juízo a medida cooperacional, conforme artigo 33. Por fim, o artigo 34 determina ao juiz federal, competente em razão do lugar, apreciar o pedido que demande prestação jurisdicional. O artigo 32 prevê os casos em que não há atividade jurisdicional, onde a autoridade central adotará medidas para o cumprimento da técnica. O artigo 30 assume importante papel, uma vez que elenca quais atos poderão ser objeto de realização por meio do auxílio direto, além dos previstos em tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Art. 30. Além dos casos previstos em tratados de que o Brasil faz parte, o auxílio direto terá os seguintes objetos:

- I – obtenção e prestação de informações sobre o ordenamento jurídico e sobre processos administrativos ou judiciais findos ou em curso;
- II – colheita de provas, salvo se a medida for adotada em processo, em curso no estrangeiro, de competência exclusiva de autoridade judiciária brasileira;
- III – qualquer outra medida judicial ou extrajudicial não proibida pela lei brasileira. (BRASIL, 2015).

Pertinente é a compreensão do art. 30, III do CPC, eis que consagra uma cláusula de abertura ao viabilizar quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais, desde que não proibidas pela lei brasileira. Pereira assegura que poderão ser requeridas através da técnica: comunicações de atos processuais (citações, intimações e notificações), fixação de pensão alimentícia, determinação de medidas cautelares (bloqueio de ativos financeiros), produção de determinadas provas, dentre outros (PEREIRA, 2015). Porém, o posicionamento delineado apresenta divergências. Algumas das técnicas citadas contrariam o objetivo do auxílio direto de instruir ou dar andamento a procedimento que tramita no estrangeiro, pelo caráter decisório (DUARTE, 2017).

2.1.3. Seção III - Da Carta Rogatória

A carta rogatória é um documento oficial que difunde um pedido de cooperação entre autoridades judiciais internacionais. Geralmente utilizada em pedidos de comunicação de atos processuais, como citações, intimações e notificações, ou seja, atos não-decisórios e atos decisórios não definitivos (art. 7º, Resolução nº 09/2005, STJ).

Essa técnica cooperacional, utilizada ao versar sobre ato com maior grau de formalidade, exige um juízo de deliberação (CAMBI, 2017). A deliberação compreende uma análise dos requisitos formais do pedido, impedindo a análise do mérito e, também, diferenciando do auxílio direto (PEREIRA, 2015).

O *exequatur* das cartas rogatórias emerge na Lei nº 221/1894, conjugado ao juízo prévio de admissibilidade que, no primeiro momento, foi exercido pelo Poder Executivo. Somente com a Constituição Federal do Brasil de 1934 tornou-se atributo do Supremo Tribunal Federal, fato que perdurou até a Emenda Constitucional nº 45/04 (ARAUJO, 2016). Hodiernamente, com a redação contida no art. 105, I, “i”, da Constituição Federal de 1988, compete ao Superior Tribunal de Justiça apreciar a medida.

O processamento da carta rogatória possui diferentes tratamentos. Quando passivas, após o juízo de deliberação pelo STJ, são processadas e enviadas para cumprimento na Justiça Federal. Enquanto as cartas rogatórias ativas são enviadas do tribunal rogante para o Departamento de Recuperação de Ativos de Cooperação Internacional, órgão do Ministério da Justiça, que enviará ao país demandado (ARAUJO, 2016).

No Código de Processo Civil de 2015, a carta rogatória está prevista artigo 36, segundo o qual “o procedimento da carta rogatória perante o Superior Tribunal de Justiça é de jurisdição contenciosa e deve assegurar às partes as garantias do devido processo legal”. Logo, vê-se a salvaguarda do contraditório e da ampla defesa, nos termos do art. 5º, LV, da Constituição Federal.

Contudo, a defesa pode ser restrita a depender dos requisitos da carta rogatória, conforme depreende-se do §1º do artigo supracitado. Esses aspectos formais, imprescindíveis à execução, são elencados nos incisos do art. 963, do CPC, quais sejam:

Art. 963. Constituem requisitos indispensáveis à homologação da decisão:
I - ser proferida por autoridade competente;
II - ser precedida de citação regular, ainda que verificada a revelia;
III - ser eficaz no país em que foi proferida;
IV - não ofender a coisa julgada brasileira;
V - estar acompanhada de tradução oficial, salvo disposição que a dispense prevista em tratado;
VI - não conter manifesta ofensa à ordem pública.
Parágrafo único. Para a concessão do exequatur às cartas rogatórias, observar-se-ão os pressupostos previstos no caput deste artigo e no art. 962, § 2º (BRASIL, 2015).

Ainda, infere-se do parágrafo único do aludido dispositivo legal que a medida de urgência concedida sem audiência do réu pode ser executada, desde que garantido o contraditório em momento posterior, forte no art. 962, §2, do CPC. O que, para Pereira, representa apenas uma defesa formal, já que não é possível a parte contrária opor qualquer tipo de defesa sobre o mérito da decisão, seja interlocutória ou sentença (PEREIRA, 2015).

Ao retratar a técnica sob o advento do Código de Processo Civil de 2015, não há como deixar de mencionar o veto presidencial do artigo 35, que possuía o seguinte conteúdo:

Art. 35. Dar-se-á por meio de carta rogatória o pedido de cooperação entre órgão jurisdicional brasileiro e órgão jurisdicional estrangeiro para prática de ato de citação, intimação, notificação judicial, colheita de provas, obtenção de informações e cumprimento de decisão interlocutória, sempre que o ato estrangeiro constituir decisão a ser executada no Brasil. (BRASIL, 2015).

O fato de o Brasil ser signatário de vários tratados internacionais foi motivo suficiente para a dispensa, de modo que a burocracia criada pela carta rogatória não se justificava (PEREIRA, 2015).

Por simbolizar a relação entre Estados, a carta rogatória fica sujeita a óbices jurisprudenciais. Casos marcantes de negativa são os reiterados indeferimentos pelo STJ de violações da ordem pública. Embora sejam poucos os casos que consubstancia-se veemente como violação, nas que há alguma transgressão, majoritariamente está a competência concorrente, oriundo do entendimento de incompetência da justiça estrangeira quando o réu é domiciliado no país (ARAUJO, 2016). O Superior Tribunal de Justiça esclarece a questão sob o argumento dos arts. 21 e 22 do Código de Processo Civil de 2015.

Art. 21. Compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações em que:

I - o réu, qualquer que seja a sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil;

II - no Brasil tiver de ser cumprida a obrigação;

III - o fundamento seja fato ocorrido ou ato praticado no Brasil. Parágrafo único. Para o fim do disposto no inciso I, considera-se domiciliada no Brasil a pessoa jurídica estrangeira que nele tiver agência, filial ou sucursal. Art. 22.

Compete, ainda, à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações:

I - de alimentos, quando:

a) o credor tiver domicílio ou residência no Brasil;

b) o réu mantiver vínculos no Brasil, tais como posse ou propriedade de bens, recebimento de renda ou obtenção de benefícios econômicos; II - decorrentes de relações de consumo, quando o consumidor tiver domicílio ou residência no Brasil;

III - em que as partes, expressa ou tacitamente, se submeterem à jurisdição nacional. (BRASIL, 2015).

Ademais, comumente são indeferidas cartas por ausência de documentos obrigatórios para a concessão, demonstrando a rigurosidade do STJ quanto à verificação dos pressupostos de *exequatur* (ARAUJO, 2016). Além disso, convém elucidar os casos de denegação com base na tramitação da medida cooperacional em via particular. Exemplificando o cenário, o STJ indeferiu o Ag CR nº 9563/STJ, com base na ausência de tratado entre Brasil e Hong Kong, sendo essencial a via diplomática para ramitação do feito.

PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. CARTA ROGATÓRIA. TRÂMITE POR VIA PARTICULAR. IMPOSSIBILIDADE. EXIGÊNCIA DA VIA DIPLOMÁTICA. I - Os pedidos de cooperação jurídica internacional, cujas diligências dependem da prévia concessão de exequibilidade pelo Superior Tribunal de Justiça, devem tramitar pela via diplomática, sendo inviável o requerimento articulado diretamente pelo autor do processo em trâmite na Justiça estrangeira. II - Conclusão pacífica na doutrina de Pontes de Miranda, Susan Kleebank e Moniz de Aragão e resultado da interpretação conjunta do art. 211 do Código de Processo Civil, combinado com os arts. 7º, parágrafo único, e 14 da Resolução STJ n. 09 de 2005 e com os arts. 4º e 6º, I, da Portaria Interministerial n. 501, de 2012, que define a tramitação das cartas rogatórias. Agravo regimental desprovido. STJ - AgRg na CR: 9563 EX 2014/0267817-9, Relator: Ministro FRANCISCO FALCÃO, Data de Julgamento: 04/02/2015, CE - CORTE ESPECIAL, Data de Publicação: DJe 19/03/2015. (STJ, 2015).

Através da Resolução nº 09/2005, do STJ, incorporada no Regimento Interno do STJ e no Código de Processo Civil de 2015, o âmbito de aplicação das cartas rogatórias expandiu, abrangendo conteúdo probatório, executório e citatório, e consequentemente, garantindo maior acesso à justiça (DUARTE, 2017).

2.1.4. Seção IV- Disposições Comuns às Seções Anteriores

O artigo 37 do Código de Processo Civil discorre sobre o pedido de cooperação judicial designado a um Estado estrangeiro. Esse, por sua vez, deve primeiro ser encaminhado à autoridade brasileira, sendo efetuado de autoridade central para autoridade central (DONIZETTI, 2018).

Paralelo a isso, o artigo 38 do Código de Processo Civil reitera e complementa o artigo 37, uma vez que a autoridade central objetiva centralizar todos os pedidos de cooperação que provém de autoridade brasileira com um requisito, que seja feita a tradução desses pedidos para a língua oficial do Estado estrangeiro o qual foi

requerido (DONIZETTI, 2018).

Outrossim, existe hipótese de recusa do pedido de cooperação quando for ofensivo à ordem pública, como traz o artigo 39 do Código de Processo Civil. O mesmo vai ao encontro do artigo 26, §3º que impede a prática de atos que contrariem o ordenamento jurídico brasileiro no que diz respeito a valores políticos, econômicos, sociais e jurídicos vigentes da época do pedido (DONIZETTI, 2018).

Por sua vez, o artigo 41 do Código de Processo Civil faz jus a dispensa de providências burocráticas quando o pedido de cooperação internacional é encaminhado por intermédio de autoridade central, amparado pelo princípio da reciprocidade, que estabelece que o país deve dispor de tratamento igual ao Estado estrangeiro quando for exigido algumas formalidades para provar autenticidade dos documentos que acompanham o pedido de cooperação (DONIZETTI, 2018).

CONCLUSÃO

Sinalizando-se a finalização do presente trabalho, pode-se dizer que ele buscou discorrer a respeito da cooperação internacional no âmbito do processo civil brasileiro, com vistas a caracterizá-la, analisar a legislação que a compreende e identificá-la em casos concretos. Retoma-se, aqui, a importância da cooperação entre Estados a fim de efetivar decisões e medidas judiciais necessárias ao devido processo legal e aos demais princípios que norteiam o processo, tendo em vista a crescente globalização presente no mundo, sempre em rumo da dignidade da pessoa humana, basilar em qualquer matéria de direito.

Por meio da escrita deste artigo, foi possível elencar as principais características e classificações pertinentes à cooperação internacional, bem como averiguar a legislação civil que a contempla e trazer uma breve exemplificação sobre o tema, através de casos reais julgados por tribunais nacionais, o STJ e o STJ.

Com a pesquisa, possibilitou-se aprimorar os conhecimentos sobre o assunto, atentar-se a respeito da importância do tema e da crescente necessidade de trabalhá-lo entre os juristas modernos. Ademais, foi possível intensificar os conhecimentos sobre a legislação, bem como destacar sua importância, especialmente no que diz respeito à regulamentação de meios de cooperação internacional, sobremaneira o auxílio direto e a carta rogatória. Apesar de, recentemente, o assunto estar ganhando maiores palcos, a pesquisa sobre este é extremamente importante, pois os casos

práticos são recorrentes e os profissionais do direito devem estar capacitados para lidar com tais situações na vida cotidiana.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Nadia de. **Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira** – 1. ed. Porto Alegre: Revolução eBook, 2016.

BRASIL. **Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988**. Brasília, Diário Oficial da União, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 29 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.105**, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em: 28 out. 2022.

CÂMARA, Alexandre Freitas. **O Novo Processo Civil Brasileiro**. 8. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559772575/>>. Acesso em: 24 out. 2022.

CAMBI, Eduardo. **Curso de Processo Civil Completo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

COELHO, Marcus Vinicius Furtado. Arts 26 e 27 do CPC - **Da Cooperação Internacional**. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/coluna/cpc-marcado/304546/arts--26-e-27-do-cpc---da-cooperacao-internacional>>. Acesso em: 29 outubro 2022.

VIENNA, Convention on the Law of Treaties. **Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados**, 22 maio 1969. Disponível em: <<https://saudeglobaldotorg1.files.wordpress.com/2016/07/portugal-declaracao-sobre-a-cv-69.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2022.

DEL'OLMO, Florisbal de Souza; JUNIOR, Augusto Jaeger. **Curso de Direito Internacional Privado**. 12 ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2016. E-book. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530973896/>>. Acesso em: 20 out. 2022.

DONIZETTI, Elpídio. **Novo Código de Processo Civil Comentado**. 3. ed. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2018.

DUARTE, Ben-Hur Klaus Cuesta. **Técnicas De Cooperação Internacional: a homologação de sentença estrangeira**. Curitiba, 2017. Disponível em:

<<https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/55179/BEN-HUR%20KLAUS%20CUESTA%20DUARTE.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 26 out. 2022.

FILHO, Misael M. **Novo Código de Processo Civil Comentado**. 3. ed. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2018.

PEREIRA, Luciano Meneguetti. **A Cooperação Jurídica Internacional no Novo Código de Processo Civil**. Revista CEJ, Brasília, Ano XIX, n. 67, Dez. 2015.

SILVA, Ricardo Perlingeiro Mendes da. **Cooperação Jurídica Internacional e Auxílio Direto**. Revista CEJ, Brasília, v. 10, n. 32, Mar. 2006.

STJ. CR 9563 – AgRg na **EX 2014/0267817-9**, Relator: Ministro FRANCISCO FALCÃO, Data de Julgamento: 04/02/2015, CE - CORTE ESPECIAL, Data de Publicação: DJe 09/03/2015.

STJ. **Resolução 09/05**. Disponível em:

<<http://www.stj.jus.br/SCON/legislacao/doc.jsp?livre=cartas+rogat%F3rias&&b=LEGI&p=true&t=&l=20&i=1>>. Acesso em 26 out. 2022.

RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONDOMÍNIO: CUIDADOS COM O BEM-ESTAR ÀS PESSOAS IDOSAS

Iara Sabina Zamim¹
Solange Beatriz Billig Garces²
Marcelo Cacinotti Costa³

RESUMO

O crescimento da população idosa no Brasil está em acelerado avanço, acompanhado deste, existe a preocupação dos condomínios perante o convívio de diversas gerações, as quais nem sempre possuem os mesmos costumes e tradições frente às suas moradias. Dessa forma, o presente estudo busca tratar acerca das relações jurídicas da responsabilidade civil perante o ambiente incerto do condomínio, no que se refere aos cuidados especiais com o bem-estar das pessoas idosas, na qual se estabelece um conjunto de regras e leis a serem cumpridas pelos moradores, gerando uma responsabilidade civil do causador à vítima. Tal responsabilidade pode advir desde pequenos barulhos, acidentes ocasionados por plantas em parapeitos e janelas, até a ocorrência de danos causados pelos condôminos, que já estão previstos em regulamentos, mas que nem sempre são de conhecimento de todos os moradores do condomínio, o que, independente do conhecimento, poderá gerar penalidades da mesma forma. Para que ocorra a responsabilidade civil do condomínio, é necessário que os moradores sigam as normatizações vigentes, sendo que, a relação dos condôminos está em equidade à relação da sociedade geral, que possui diversas legislações.

Palavras-chave: Responsabilidade Civil; Condomínio; Moradores; Pessoas Idosas.

INTRODUÇÃO

No Brasil, há um crescimento acelerado da população idosa, pois conforme os últimos dados demográficos realizados no país, no ano de 2019, o número total de pessoas idosas no Brasil chegou a 32,9 milhões (IBGE, 2019)⁴.

A ampliação da população idosa acima descrita provoca uma maior

¹ Mestranda da Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da UNICRUZ- Universidade de Cruz Alta. E-mail: iarazaminn@hotmail.com.

² Docente no Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social – mestrado-doutorado. Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). E-mail-sgarces@unicruz.edu.br.

³ Docente no Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social – mestrado-doutorado. Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). E-mail: marcosta@unicruz.edu.br.

⁴ <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017>

convivência de pessoas idosas com as demais gerações, tanto em espaços públicos como em espaços privados. E isto se observa também em ambientes de trabalho, estudo, lazer, assim como na própria família, locais onde a convivência entre diferentes gerações, ou gerações mais jovens e mais velhas, ou entre mais de uma geração de idosos, se torna cada vez mais comum, especialmente nos centros urbanos, pois muitos idosos deixaram as áreas rurais para viverem em centros urbanos, conforme destaca Garces:

A vida urbana é uma realidade que trouxe os idosos para viver nesse espaço, dividindo as conquistas e os desafios com as demais gerações. Os idosos vieram morar na cidade pela busca de acesso a recursos, principalmente na área da saúde, especialmente com a ampliação das aposentadorias. (GARCES, 2014, p. 55).

Relativamente ao processo de urbanização, Wirth apud Garces coloca que:

O crescimento das cidades e a urbanização do mundo constituem-se em alguns dos fatos mais notáveis do mundo moderno. Com o crescimento, a expansão e a centralização da tecnologia nas áreas urbanas, são inevitáveis o crescimento e a aglomeração de pessoas ao redor desses centros. Atualmente, entre 60% e 90% da população vive em cidades, no centro de suas metrópoles ou sem seus arredores. (WIRTH, 1979 apud GARCES, 2014, p.54).

Com o fenômeno do êxodo rural, as características das moradias urbana se modificaram e, em função do aumento demográfico, a paisagem urbana passou a conviver com as moradias sob a forma vertical, em regime de condomínios, ocupados coletivamente por diferentes famílias que precisam se organizar para viver com dignidade e qualidade de vida, respeitando os direitos e individualidades de cada um.

Neste contexto, aumenta-se a complexidade social e exsurtem problemas (de convivência) que se desdobram a partir das novas formas de moradia. Os condomínios recebem diferentes gerações que passam a dividir espaços comuns, pessoas diferentes que nem sempre possuem os mesmos costumes, hábitos e tradições. Para isso é preciso que se definam determinados critérios de convivência e respeito às características de cada morador em suas individualidades. Para que ocorra a responsabilidade civil do condomínio, é necessário que os moradores sigam as normatizações vigentes, sendo que, a relação dos condôminos está em equidade à relação da sociedade geral, que possui diversas legislações.

A relação entre os condôminos deve ser de equidade, gerando bem-estar social entre todos os moradores. Em caso de descumprimento, a legislação inicial vigente é o regulamento interno do condomínio, o qual é redigido e estipulado pelos moradores, através de assembléia de condomínio, através de votação democrática, com *quórum* legítimo composto pela maioria presente.

Assim, tem-se que toda a comunidade condominial responde por danos causados a terceiros, no qual o condomínio poderá ingressar com ação regressiva contra o causador, quando a solução não está amparada pelo regimento interno, sendo amparado por jurisprudências que buscam responsabilizar a sociedade perante os demais, permitindo sempre que possível, a reparação do prejuízo causado (VENOSA, 2007).

Dessa forma, a normatização vigente para reparação destes atos está prevista na Lei nº 4.591/64, que foi criada para organizar as relações entre os direitos e deveres da área condominial e dos moradores, organizando as relações entre os condôminos. Ainda, o Código Civil e a Constituição Federal norteiam a base sobre a responsabilidade civil, utilizando analogia para responsabilizar o causador dos danos, juntamente com a Lei Geral de Proteção às Pessoas Idosas (Estatuto da Pessoa Idosa – Lei nº 10.741/2003 atualizado pela Lei nº 4.423/2022, que propõe os direitos às pessoas idosas.

Dessa forma, o presente estudo busca tratar acerca das relações jurídicas da responsabilidade civil perante o ambiente complexo que caracteriza os condomínios edilícios, no que se refere aos cuidados especiais com o bem-estar das pessoas idosas, devendo estabelecer um conjunto de regras e leis a serem cumpridas pelos moradores, cujo descumprimento pode gerar obrigação de indenizar civilmente a vítima.

A responsabilidade civil acima descrita pode advir desde pequenos barulhos, som alto, acidentes ocasionados por plantas em parapeitos e janelas, até a ocorrência de danos causados por abuso de direito ocasionado por condôminos. Geralmente as práticas ilícitas já estão previstas em regulamentos, mas que nem sempre são de conhecimento de todos os moradores do condomínio, o que, independentemente do conhecimento, alcançará aquele que eventualmente infringir tais disposições. No caso específico de habitação por moradores idosos, outras situações também preocupam, como a questão da acessibilidade, da convivência, das prioridades.

. Assim, o presente artigo tem por objeto tratar sobre a responsabilidade civil no condomínio, discutindo os aspectos referente aos cuidados com o bem-estar das pessoas idosas, uma vez que os moradores idosos nem sempre possuem uma adaptabilidade coerente a situações, possuindo cada qual a sua cultura e identidade, em face a bagagem de vida.

Analisar-se-à o direito e o dever dos condôminos, frente às normativas aplicadas ao convívio com as pessoas idosas, uma vez que composto por moradores de diversas gerações, os quais devem entender as diversidades sociais, buscando haver um meio termo para uma boa socialização entre os moradores.

Utilizou-se no presente estudo o método qualitativo, com pesquisa bibliográfica, por meio de buscas em periódicos científicos, jurisprudências e legislações.

O estudo será construído em três partes, inicialmente com as normatizações referente a responsabilidade do condomínio, verificando os direitos e obrigações dos moradores, com posterior análise das questões relativas aos cuidados com as pessoas idosas e o seu bem-estar frente as situações vivenciadas da relação entre os condôminos.

2 METODOLOGIA

O método traz como elementos as atividades sistemáticas e racionais, permite alcançar o objetivo, formulando o caminho que será seguido, trazendo identificação de discrepâncias e também auxiliando as decisões, através de segurança e economia ao estudo (LAKATOS; MARCONI, 2010).

O estudo foi desenvolvido através de uma pesquisa qualitativa, com métodos descritivos por meio de técnicas de coleta de dados bibliográficos em periódicos científicos, doutrinas e jurisprudências. No que se refere à análise e interpretação de dados, tem-se que foi realizada busca por normatizações aplicadas ao caso específico aos cuidados e bem-estar das pessoas idosas frente a responsabilidade do condomínio, partindo de uma premissa inicial, a qual entende-se que os moradores devem conviver em equidade e equilíbrio, com a finalidade de haver harmonia no condomínio.

3 DO ENVELHECIMENTO NO MEIO URBANO

O desafio da sociedade em geral é aumentar a expectativa de vida das pessoas, proporcionar a todos a capacidade de aproveitar a vida de forma longa e tranquila, com qualidade de vida, saúde, liberdade e dignidade. Contudo, envelhecer é um processo heterogêneo, ou seja, não é igual para todos, e será um processo de experiências e aprendizagens ao longo de toda vida.

O envelhecimento não possui uma definição específica, uma vez que a relação da idade cronológica nem sempre está ligada a idade funcional do corpo do indivíduo, sendo que se deve dissociar o fato do ser idoso e do ser velho (AZEREDO, 2016). Isso porque as idades podem ser as mesmas, mas a qualidade e estilo de vida não foram os mesmos, gerando uma discrepância entre os indivíduos da mesma idade.

Em relação a esse aumento da proporção de crescimento da longevidade, Azeredo descreve que:

O envelhecimento demográfico que tem por base o aumento da longevidade e da proporção de idosos e alterações sociais, nomeadamente no núcleo base que é a família (diminuição da taxa de fertilidade), levanta questões únicas na história da humanidade, cujas respostas representam grandes desafios para o século XXI. (AZEREDO, 2016, p. 23).

No censo realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE¹, o país apresentou mais de 26 milhões de pessoas idosas, correspondendo à cerca de 13,7% da população total. Com isso, a estimativa é que as pessoas acima de 60 anos farão parte do maior grupo populacional no ano de 2030, compondo um número de mais de 64 milhões de idosos, ultrapassando as crianças de até 14 anos, que na época do estudo a maior população (IBGE, 2010).

Ocorre que o Censo é realizado a cada dez anos, a fim de proporcionar uma pesquisa acerca da população brasileira, sendo que no ano de 2020 não foi realizado o Censo, tendo em vista o estado pandêmico que o Brasil, juntamente do mundo, estavam vivendo.

Assim, o último Censo está sendo realizado neste ano de 2022. Em divulgação preliminar, verificou-se que a situação da população brasileira das pessoas idosas, acima de 60 anos ou mais saltou para um total de 14,7% da população, ou

¹ <https://censo2010.ibge.gov.br/>

seja, o envelhecimento etário passou de 22,3 milhões para 31,2 milhões de pessoas idosas, tendo um crescimento de 39,8% nos últimos 10 anos (IBGE, 2022).

Dessa forma, percebe-se que a perspectiva de vida está cada vez aumentando mais, tornando a diversidade desse grupo etário cada vez mais presente na sociedade, os quais buscam melhores condições de vida e menos preocupações, no qual os condomínios tendem a fornecer essa perspectiva, uma vez que o trabalho arduo de manter o pátrio e grandes imóveis já não faz parte do dia-à-dia do envelhecimento.

3.1 DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONDOMÍNIO

Inicialmente, curial situar o leitor a cerca do conceito legal de condomínio, uma vez que tal relação jurídica ocorre entre um diverso grupo de pessoas das mais diversas origens, resultando em uma comunidade condominial. Assim, nas palavras de Gonçalves:

Em regra, a propriedade de qualquer coisa pertence a uma só pessoa. Pode-se dizer que a noção tradicional de propriedade está ligada à ideia de assenhoreamento de um bem, com exclusão de qualquer outro sujeito. Mas há casos em que uma coisa pertence a duas ou mais pessoas simultaneamente. Essa situação é designada por indivisão, com propriedade, comunhão ou condomínio. (GONÇALVES, 2012, p. 356).

Ocorre que, tendo a individualidade, a privacidade e a independência, que é a relação principal que os condomínios devem oferecer, juntamente com as relações vicinais, uma vez que existe a disposição de ambientes comuns à todos os moradores, estes devem zalar para uma busca constante de equilíbrio e tranquilidade entre os moradores.

Dessa forma, tendo pessoas residindo em um condomínio, pode-se dizer que existe uma sociedade ali presente, com regras, deveres e obrigações por cada um dos moradores, empenhando-se para que haja a reciprocidade e a moralidade.

Em sentido amplo, a comunidade condominial detém uma obrigação e um dever frente à convivência com os demais moradores, ligada a uma acepção moral ou jurídica, sendo que, ocorrendo qualquer discrepância entre essas narrativas, buscase a relação jurídica para dirimir o conflito através da responsabilidade civil.

Rodrigues (2003, p. 6), descreve acerca das obrigações dos condomínios quando existe um conflito, afirmando que “a responsabilidade civil é a obrigação que pode incumbir uma pessoa a reparar o prejuízo causado a outra, por fato próprio, ou por fato de pessoas ou coisas que dela dependam”.

Ocorrendo, de forma objetiva ou subjetiva, a responsabilidade civil deve compensar o ato danoso, frente à situação da vítima. Assim, a responsabilidade objetiva ocorre quando existe nexo de causalidade entre o dano comprovado e o evento danoso, independentemente da existência de conduta do agente. Contudo, quando for aplicada a responsabilidade subjetiva, nem todo dano é indenizável, sendo indispensável que exista nexo de causalidade entre o dano comprovado e a conduta culposa ou dolosa do causador do dano (FILHO, 2016).

Pode-se dizer que há vários casos em que a responsabilidade civil se caracteriza presente em espaços condominiais. Hipótese de danos causados por condôminos em relação há terceiros, com relação a coisas que caem em locais indevidos, podendo ser também responsabilidade ocasionada de condôminos contra condôminos, ou ainda o condomínio causar danos aos moradores e também, terceiros serem responsabilizados por danos causados aos condôminos (FILHO, 2016).

Caso haja um dano causado a um condômino ou terceiro, que venha decorrer da propriedade comum das áreas e serviços e, sendo possível identificar os causadores, terão os proprietários das unidades que componham aquele condomínio a responsabilidade civil, estando o condomínio no geral obrigado a indenizar a vítima (FILHO, 2016).

Os tipos de responsabilidade civil no condomínio estão ligados ao fato de haver uma comprovação do dano e o nexo de causalidade, uma vez que, ciente das possibilidades de estar violando qualquer normatização do regulamento interno, o condomínio permanece realizando as infações, a responsabilidade civil resta configurada no próprio ato, sendo está objetiva.

A razoabilidade na fixação do valor indenizado deve atender a forma como ocorreu o ato, o tipo de bem jurídico lesado, a intensidade da lesão, se o causador já possui antecedentes e a existência de retratação perante a sociedade, que no caso são os moradores do condomínio.

O Código Civil apresenta normatizações que visam proteger os moradores e condôminos, as quais são utilizadas por analogia à casos concretos em que há a

solicitação de indenização e responsabilidade civil do condomínio, conforme transcrevo:

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

Art. 944. A indenização mede-se pela extensão do dano.

Parágrafo único. Se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, eqüitativamente, a indenização.

Art. 949. No caso de lesão ou outra ofensa à saúde, o ofensor indenizará o ofendido das despesas do tratamento e dos lucros cessantes até ao fim da convalescença, além de algum outro prejuízo que o ofendido prove haver sofrido. (BRASIL, 2002).

Dessa forma, a omissão pelo zelo na qualidade das áreas comuns do condomínio, poderia levar à aplicação do Código Civil, juntamente com a utilização da teoria da responsabilidade civil subjetiva, tendo a vítima que provar, além do nexo de causalidade entre o dano e o evento, a culpa do causador do dano, o que ficaria implicitamente demonstrado como a negligência do dever de manutenção e conservação das áreas e serviços comuns (FILHO, 2016).

Para os casos em que a vítima não possa identificar o causador do dano, também poderá postular o pedido de indenização por responsabilidade civil diretamente contra o condomínio, que é a pessoa jurídica responsável por todos os moradores. Após, havendo a identificação o causador do dano, o condomínio poderá propor ação de ressarcimento perante este condômino ou terceiro (FILHO, 2016).

É através desse sentido que se buscou verificar as condições dos cuidados realizados à pessoa idosa nas relações de condomínios, uma vez que a busca pelo cuidado social destes indivíduos tendo a ser mais complete, sendo em face da idade ou da variação de gerações que um único condomínio possa ter, gerando uma multiplicidade de tradições e culturas a serem divididas em ambientes comuns.

3.2 DO BEM-ESTAR DAS PESSOAS IDOSAS

A conexão atual das pessoas idosas frente à relação de condomínio se dá por meio da privacidade vivida pelas pessoas idosas na atualidade. Sendo que, a própria Constituição Federal de 1988, em seu artigo 230, descreve que “a família, a sociedade

e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida”.

Sendo que, em continuação à previsão legal, o §1º da prioridade para que “os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares”. Ou seja, o condomínio é responsável, juntamente com a sociedade, a promover o bem-estar dos moradores, ressaltando a inclusão da pessoa idosa. Entretanto, a mudança para um condomínio pode gerar diversos percalços no dia-à-dia das pessoas idosas, frente ao fato destas não estarem acostumadas a residir em ambientes com diversas pessoas, barulho, movimentação de animais e outros.

A incerteza do ambiente condominial perante os cuidados das pessoas idosas nem sempre é zelado, promovendo o dever do síndico, como representante dos condôminos, responder por qualquer ato ou omissão de auxílio à estas pessoas idosas.

Rubens Carmo Elias Filho descreve que “[...] há situações muito mais sérias com repercussão à própria pessoa, vítima de acidentes nas áreas comuns dos condomínios, em piscinas, quadras, playground, pisos escorregadios, entre outras situações” (FILHO, 2017), uma vez que as pessoas idosas possuem uma necessidade maior no que se refere ao amparo.

A responsabilidade do condomínio está desde o fato de informar os moradores sobre um piso molhado, desde a relação entre um vizinho que não possua discrição e bom senso em reduzir o volume da televisão em momentos ou horários que se exige silêncio para fins de descanso.

Verifica-se, de modo geral, que as pessoas idosas buscam os condomínios por comodidade, segurança e tranquilidade, uma vez que necessitam de mais tempo para descanso, menos barulhos e um auxílio condominial 24 horas do dia, como portaria e segurança monitorada, cuja frustração dessas expectativas poderá ensejar pleitos indenizatórios.

Rizzardo ressalta a responsabilidade civil pelos danos sofridos em condomínios pelas partes comuns do prédio, que descreve o seguinte trecho:

Se os defeitos que provocam danos estão nas áreas ou partes comuns do edifício, como no telhado, nas paredes, nos vazamentos de canos de água localizados em colunas ou nas caixas de depósito de água, o condomínio arcará na recomposição dos prejuízos eventualmente causados aos condôminos, devendo levar a efeito os

consertos. De igual modo no pertinente aos estragos causados pelos empregados, por suas imprudências ou falta de cuidado nas atividades que desempenham. Neste ponto, verificam-se esquecimentos em fechar os portões do prédio, facilitando o ingresso de estranhos e meliantes; furtos de bens particulares guardados em compartimentos de propriedade exclusiva dos moradores; pequenos acidentes no transporte ou na remoção de objetos; esquecimentos em desligar chaves e aparelhos elétricos após o uso; utilização indevida de equipamentos. Ao condomínio recai a responsabilidade, com a participação de todos os condôminos em ressarcir os danos. (RIZZARDO, 2011, p. 155).

Entende-se que para que haja cuidado com o bem-estar das pessoas idosas, bem como com os demais moradores do prédio, a responsabilidade do condomínio frente as diversas situações apresentas é a consequente implementação de melhorias e normatizações que visam o bom senso entre os moradores.

Da mesma forma, existindo espaços de convivência como piscina, academia, praças e outros, é necessário que o condomínio apresente políticas de cuidado e zelo bem claros em relação aos moradores, disponibilizando serviços especializados capazes de auxiliar os moradores de modo integral, configurando-se, assim, como uma obrigação em face aos moradores.

CONCLUSÃO

A responsabilidade civil do condomínio possui uma margem enorme perante o dever de indenizar, podendo ser uma vasta gama de responsáveis pelos danos causados, contudo, tem-se que compreender que o dever de indenizar será apurado com base na teoria da responsabilidade objetiva ou subjetiva, avaliando o dever e o direito do condomínio para prevenir riscos e acidentes diante das mais diversas situações.

Através deste artigo, pode-se concluir que as relações existentes em um condomínio são regidas por leis e analogias, seja a doutrinas ou jurisprudências, bem como aquelas normativas que a sociedade condominial escolhe conviver, possuindo deveres e direitos perante a área, sendo que qualquer ato ou fato causado a outrem pode ser responsabilizado.

Havendo uma responsabilidade condominial sobre o bem-estar das pessoas idosas, devendo haver um regimento interno que proceda com as equidades e relacionamento dos moradores, priorizando a qualidade de vida daqueles que residem

naquele ambiente, promovendo adequação as situações que forem necessárias, através de deveres e obrigações.

Nesse sentido, caso ocorram danos, o dever de indenizar será apurado com base na teoria da responsabilidade subjetiva ou objetiva, sendo indispensável em qualquer hipótese avaliar a diligência do condomínio para prevenir riscos e acidentes, diante de situações previsíveis.

Ainda, no ambiente condominial, a repercussão do dano causado ao condômino ou a terceiro está diretamente relacionada à relação jurídica instaurada ao condomínio, sempre em conformidade com o evento que tiver ocasionado o prejuízo, seja ele de ordem patrimonial ou extrapatrimonial.

Desse modo, o estudo teve como objetivo conhecer um pouco sobre a responsabilidade civil no âmbito da relação condominial, direcionada ao bem-estar das pessoas idosas, para que possa ser um auxílio às divergências que futuramente possam ser ocasionadas, resolvendo através das análises do nexo de causalidade e do resultado obtido.

REFERÊNCIAS

AZEREDO, ZAIDA. **Envelhecimento**: um desafio para o século XXI. Journal of Aging & Innovation, 5 (2): 20-26. Vol 5. 2ed. Portugal: 2016.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 De Janeiro De 2002**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: 03 nov. 2022.

FILHO, Rubens Carmo Elias. 2006. **Responsabilidade Civil no Ambiente Condominial**. Disponível em: <<https://selecaojuridica1.jusbrasil.com.br/artigos/417523610/responsabilidade-civil-no-ambiente-condominial>>. Acesso em: 03 nov. 2022.

GARCES, S. B. B. **A Inserção do Envelhecimento no Espaço Público**. In: KEITEL, A. S.P.; HANSEN, D.; PERANZONI, V. C. Rede Escola de Governo: Seminários Regionais de Capacitação da rede de Proteção e Atendimento à Pessoa idosa. Curitiba-PR: CRV, 2014. p.51-62.

GONÇALVES, Carlos Alberto. **Direito Civil Brasileiro**. 7. ed. Vol. 7. São Paulo: Saraiva, 2012.

LAKATOS, E. Maria; MARCONI, M. de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**: técnicas de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2010.

RIZZARDO, Arnaldo. **Condomínio Edifício e Incorporação Imobiliária**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil – Responsabilidade Civil**. 20. ed. Vol. 4. São Paulo: Saraiva, 2003.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil – Parte Geral**. 7. ed. vol. 1. São Paulo: Atlas, 2007.

ETNOCENTRISMO E RELATIVISMO CULTURAL

Adrieli Caroline De Souza¹
Cassandra Fortes Da Rosa²
Kátia Adriéli Schmitt³
Melissa Moisele Duarte⁴
Jeremyas Machado Silva⁵

RESUMO

O estudo tem por objetivo analisar o etnocentrismo, fenômeno em que indivíduos consideram o seu grupo étnico, sua nacionalidade ou nação superior às demais, fazendo menção e análise a casos atuais de etnocentrismo. De outro modo, o relativismo cultural busca entender os valores culturais de uma sociedade a partir das suas próprias representações. Assim, reflete-se que a humanidade não deve, necessariamente, atingir o mesmo patamar tecnológico ou cultural de outro povo, para ser "melhor" ou "pior". Ademais, afasta-se a percepção positivista em que uma sociedade deve estar em permanente mudança e progresso moral.

Palavras-chave: Cultura; Raça; Sociedade.

INTRODUÇÃO

A análise do contexto ao qual houve o surgimento de raça, em que a classificação e distinção derivam de análises de características culturais, onde uma cultura era vista como superior a outra. Sendo assim, é imprescindível a importância de abordarmos temas que sempre estiveram em nosso meio. A cultura, a relação social, o comportamento humano é o que nos molda a cada contato que temos, seja com etnias, línguas e culturas, cada uma com suas particularidades. Ademais, cabe

¹ Adrieli Caroline de Souza acadêmica do Curso de Direito – 4º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. Souzaadrieli920@gmail.com

² Kátia Adriéli Schmitt acadêmica do Curso de Direito – 4º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. katiadrieli9@gmail.com

³ Cassandra Fortes Da Rosa acadêmica do Curso de Direito – 4º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis.

⁴ Melissa Moisele Duarte acadêmica do Curso de Direito – 4º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. Melissamoisele.duarte@gmail.com

⁵ Etnocentrismo e relativismo cultural. Orientador(a). Prof.^(a) Jeremyas Machado Silva do Curso de Direito das Faculdades Integradas Machado de Assis. jeremyass@gmail.com

abordar o conceito de relativismo social, em que foi formado no seio da antropologia, em que, busca quebrar as comparações independentemente para emitir juízo de valor. Por analogia, o racismo estrutural está presente na estrutura pelo fato de que "a sociedade é estruturada de maneira a excluir um número substancial de minorias da participação em instituições sociais", segundo Carl E. James.

Buscamos rever a visão etnocêntrica de que no mundo onde nós, como observadores, não nos permitimos olharmos ou reconhecemos a alteridade e fazer com que cada um estabeleça a sua própria cultura como ponto de partida e referência para quantificar e qualificar as outras culturas. Destarte, o observador etnocêntrico vê-se como superior aos demais em aspectos culturais, religiosos e étnico - raciais.

Observando o cenário, será abordada a Lei 9.459/97 que define os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião. E, brevemente, será abordado o artigo 215 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Assim como, a autora de Chimamanda Ngozi Adiche que foi uma feminista e escritora nigeriana, em suas obras abordava a respeito de como cada uma cria a imagem dos outros povos, além de, retratar que conhecimento é construído pelas histórias que escutamos, relatando isso em seu livro "O perigo de uma história única". Visto que, o princípio da isonomia é promovido é pela política de ação, na qual, se funda para superar o racismo que existe nos atualmente na sociedade, para que assim, possa garantir uma maior igualdade entre a população, reconhecendo todos os tipos de culturas existentes, para não se limitar em apenas uma.

1 DO ETNOCENTRISMO

A palavra "etnocentrismo" tem como sua derivação, de origem grega: "etno" (hábitos, costumes e cultura) e centrismo (posição que coloca algo no centro), tendência comum a todos nós de entender a nossa cultura e sociedade sendo "superior" às outras, e, portanto, tomar a nossa experiência, nossas preferências, gostos, nosso estilo de vida sendo o estilo correto e os estilos de outras pessoas sendo "inferior".

Para entendermos como chegamos a este paradigma, precisamos contextualizar os grandes processos de dominação. No século XIX, temos a segunda fase da revolução industrial e temos o desenvolvimento do capitalismo, onde as

nações imperialistas lançaram-se em busca de novos mercados consumidores e mão de obra barata. Entre os séculos XIX e XX temos o imperialismo, que tem política de influência e domínio territorial e econômico de um povo sobre outros povos, e o neocolonialismo com maior controle político compondo-se da incorporação de territórios e perda de soberania pela força militar.

Os europeus se consideravam povos civilizados, com visão etnocêntrica, olhavam o mundo com suas próprias perspectivas. Para os europeus, a humanidade teria passado pelo mesmo processo evolutivo, e nesse processo eles estariam no topo, povos civilizados com a obrigação de ajudar quem estava lá embaixo, visto como selvagens ou bárbaros.

Podemos citar um exemplo de visão etnocêntrica, o trecho do escritor britânico Joseph Kipling (1865-1936) “A nós - não aos outros - incumbe um dever precioso: levar a luz e a civilização aos lugares mais distantes do mundo. Despertar a alma da Ásia e África para as ideias morais da Europa; dar a milhões de homens, que sem isso não conheceriam a paz, nem a segurança, essas condições prévias do progresso humano.” (JOSEPH KLIPLING, 1989).

No século XIX uma boa parte dos europeus viam-se superiores a qualquer povo existente, viam o restante da humanidade como inferiores, tanto os povos latinos como os africanos, com a visão de ser uma responsabilidade maior colonizar com os valores morais da Europa a esse novo povo, este era um forte pensamento da época. Everardo Rocha, antropólogo e professor do departamento de Comunicação Social afirma que o “etnocentrismo é uma visão do mundo onde o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e todos, os outros são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é a existência (ROCHA, 1988). Também é possível relacionar o etnocentrismo com a xenofobia, intolerância religiosa e racismo, que são formas de preconceito enraizadas na sociedade contemporânea.

O estranhamento dos distintos costumes, valores, comparados a outros grupos, faz com que haja o estranhamento dos que não fazem parte dele, além disso, representa uma maneira de como cada indivíduo “pensa”. Perante a isso, vale ressaltar que o etnocentrismo não é específico de uma sociedade, e existem diversos exemplos nos quais o etnocentrismo está presente, como nas religiões, diferenças de classes sociais, racismo, que são resultados das relações culturais e econômicas.

“De um lado conhecemos os grupos sociais em que pertencemos, causando uma certa estranheza quando se vê outro que possui diferentes percepções” (ROCHA, 1988, p.6-7). Por analogia, há a existência do etnocentrismo cordial, em que consiste quando não existem divergências entre o contato de diferentes grupos. De tal forma que, esses conceitos de divergência entre os grupos começam desde os tempos do Oriente, e que permanecem até o momento atual, começando na forma de colonização. Bem como, o colonialismo e o pós-colonialismo também, abordado por Quijano (2005), “havia uma forte autoridade dos povos que colonizaram. Indubitavelmente, que a hierarquia está ligada ao etnocentrismo, sendo uns grupos considerados menores do que outros, inferiores e outros em um elevado grau, gerando igualdades e desigualdades” (QUIJANO, 2005). Dessa maneira, o livro Cultura e Imperialismo de Edward W. Said, tem-se como fazer uma comparação com os meios de comunicação em massa existentes atualmente, nos quais, auxiliam para que em alguns casos haja uma divergência entre indivíduos que pertencem a grupos sociais diferentes.

Nos dias atuais, ainda é possível perceber casos de etnocentrismo no Brasil como, por exemplo, o fato de que religiões de diferentes matrizes como a africana, para exemplificar, são desrespeitadas por religiões de pensamento oposto como o cristianismo, sendo essas condutas tipificadas pela Lei 9.459/97 que define os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional alterando os artigos 1º e 20 da Lei 7.716/89 (BRASIL, 1989).

Vivenciamos todos os dias com fatos de intolerância religiosa. São criados dogmas negativos em torno das diferentes religiões, como o candomblé, religião de origem africana, muito frequentemente associado com algo do mal, gerando rivalidade e até mesmo crimes odiosos. São atos que se fundam sem respeito ao próximo, visando somente o próprio ponto de vista que sempre é considerado superior.

A cultura afro-brasileira e indígena tem como característica marcante a força e riqueza histórica que tem consigo, é composta por fatores que foram essenciais como a religião, culinária, músicas, danças, vestimentas e muitos outros que compõem positivamente a sociedade brasileira. O ensino da História e cultura desses povos busca a valorização da pluralidade e reconhecimento da identidade histórica e cultural. Ainda, a criação de políticas públicas, tem como objetivo sanar os conflitos étnico-

raciais e promover a igualdade nas mais diversas etnias que compõem a população brasileira.

Desse modo, essa situação evidentemente representa uma situação etnocêntrica, em virtude de que, o desrespeito surge a partir do momento em que algumas religiões, bem como suas práticas, hábitos e condutas são consideradas superiores às outras. Ainda nessa linha de pensamento, em nossa sociedade, há práticas que sofrem um profundo preconceito por parte dos setores hegemônicos, ou seja, por parte daqueles que estão associados ao que é considerado “correto” e detém maior poder. Indubitavelmente, o etnocentrismo segue a linha do modo de como aquele indivíduo vê o mundo a partir de sua própria cultura, sem levar em consideração as demais. Desse modo, as políticas públicas são de muita importância para o combate desse pensamento, visto que, tenta enfrentar as desigualdades que existem, por meio da educação. Dessa forma, o estudo é a principal fonte de investimento para se combater gradativamente, os preconceitos que há de um povo para com o outro.

1.1 RELATIVISMO CULTURAL

Como uma corrente que se contrapõe ao etnocentrismo a partir da compreensão dos comportamentos, pensamentos e sentimentos do outro conforme sua cultura. Um conceito de perspectiva cultural e antropológica que se opõe a categorização de culturas como superior e inferior. Neste sentido se define que cada grupo social possui uma cultura específica que só pode ser analisada a partir de seus próprios conceitos.

É sobre a curiosidade de nós humanos em si mesmos sobre histórias em si ter uma consciência de alteridade com marco entre diferenças. O olhar com que cada ser humano tem a sua cultura, sua história que se torna diversidade havendo a possibilidade de se ver o mundo com espanto e curiosidade, é como se estendesse o olhar com um binóculo para observar para além das suas próprias lentes.

As correntes teóricas constituídas na antropologia pós-evolucionismo tentaram descrever os modos de pensar e agir que consideravam a variação cultural dentro dos próprios termos, bem como marcam a ruptura com a centralidade da cultura do "eu" no pensamento Europeu sobre a diferença. No início do século XX, na Inglaterra, na

França e nos Estados Unidos, a antropologia desenvolveu grandes decisões importantes que trouxeram a relativização e a ruptura com o modelo evolucionista de cultura.

A abordagem antropológica para os estudos dos seres humanos ocorre por meio dos significados, pelos quais os indivíduos produzem, percebem e interpretam fatos e ações, sem os quais estes não teriam sentido para a ação humana. Um exemplo ocorre no Brasil, onde as mulheres usam roupas que deixam barriga e as pernas de fora, o que não é aceitável nos países Árabes onde as mulheres ficam totalmente cobertas. É a diversidade cultural e cada um deve respeitar sem achar que a sociedade a qual pertence está correta e a outra errada.

Ainda nessa mesma linha de pensamento, "o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais" (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988, artigo 215).

1.2 SURGIMENTO DO CONCEITO DE RAÇA

Com a descoberta de novos territórios e populações, os naturalistas europeus viram a necessidade de classificação dos indivíduos quanto às suas características. O surgimento do conceito de raça no reino animal se refere ao agrupamento de indivíduos pelos traços que apresentam e a sua adaptação a um ambiente em específico. Em se tratando de seres humanos, o conceito de raça se refere a características culturais, como exemplo a raça europeia, esta era vista como sendo superior, se tratando de indivíduos bonitos, inteligentes e educados, já a raça africana era vista como uma raça primitiva, ignorante e pouco atraente.

Para a diferenciação de "raças" foi usado o estudo cronológico, este se trata do estudo do crânio, consistindo em análises métricas e morfológicas do crânio. A partir destes estudos foram estabelecidos parâmetros sociais e culturais entre os grupos. A classificação dos primeiros naturalistas e antropologistas quanto à "raça" dos indivíduos era baseada quanto a cor de pele, tamanho e morfologia do crânio. Entretanto, a American Anthropological, demonstrou que tal classificação não possuía nenhum tipo de respaldo científico. Um estudo realizado por Harvard Richard Lewontin, em 1972, quanto à análise de algumas proteínas presentes no sangue de

diferentes populações, resultou em nenhuma grande diferenciação entre elas, com isso, o estudo não teve base para estabelecer diferenciações entre grupos de indivíduos e sustentar a ideia de raças superiores e inferiores, com isso, a partir disso os indivíduos devem passar a ser vistos com igualdade, num olhar científico, imparcial e rigoroso.

Para fugir do termo de raça é criada a denominação Homo Sapiens, esta denominação refere-se aos seres humanos como sendo uma espécie única. A terminologia de “raça” passou a ser “ascendência”, esta terminologia se refere às características herdadas pelos pais e ancestrais. Na modernidade o termo “raça” deriva diretamente do racismo. Ainda na atualidade há pessoas que acreditam na classificação humana por raças, embora existam estudos suficientes que demonstram e afirmam que não. Portanto, com isso, o mundo científico trabalha diretamente para que ocorra a relação de igualdade entre os grupos humanos.

Em suma, o racismo estrutural, está principalmente interligado com a população negra, na qual, tem menos condições para como por exemplo ingressar em uma escola de qualidade. Mediante a isso, esse conceito está fundamentado nas relações sociais, que criam inúmeras desigualdades, para tal população, sendo necessária a prática antirracista no mundo atual, bem como retratado no Pequeno Manual Antirracista de Dejamila Ribeiro.

2 METODOLOGIA

Usamos a metodologia de revisão bibliográfica e documentais, com revisão de material bibliográfico existente ao tema abordado. Nos utilizamos da pesquisa para a seleção de diversas fontes de informação coletadas de livros teóricos, artigos científicos, entre outros.

2.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA

Nas últimas três décadas, proliferaram-se nas Ciências Sociais e nas Humanidades estudos críticos às diversas formas e matrizes do pensamento Etnocêntrico, sobretudo a partir do livro “Como os ossos acabaram com as raças humanas”, de Bove, Lorenza. Em diálogo com esses estudos, este artigo procura

descrever o núcleo categorial e os principais padrões de organização narrativa da “estrutura de atitudes e referências Etnocentrismo” que orienta grande parte dos paradigmas sociológicos e da modernidade. Dessa forma, este trabalho apresenta um primeiro esforço de crítica ao pensamento Etnocêntrico e de seu uso para a compreensão das dinâmicas sociais e dos dilemas da modernidade em contextos periféricos.

2.2 GERAÇÃO DE DADOS

Etnocentrismo podem ser percebidos nos mais minuciosos detalhes, como nos preconceitos empregados pela linguagem, em piadas e até em atos de violência. Relacionado aos preconceitos, o etnocentrismo pode ser expresso por piadas que ridicularizem a linguagem, a cultura e a religião dos outros povos.

Como visão de análise, o etnocentrismo é expresso pela maneira de enxergar o outro (de outra etnia, de outra cultura) como alguém inferior. É necessário entender que existem diferenças culturais entre os povos, mas quando essas diferenças são usadas para diminuir, classificar e subjugar os outros, cai-se numa visão etnocentrista.

CONCLUSÃO

Em suma, fica notável que sempre existiram diversas culturas, não somente uma, bem como diferentes grupos sociais, com divergentes modos de agir, pensar, e com isso vão surgindo outros movimentos culturais, ambientais. Mas essa miscelânea de grupos, fazem com que haja aprendizados de uns para com os outros, apesar de existirem ideias de superioridades. Tal qual, relativismo cultural é a ideia de que o modo de vida de um determinado grupo pode não ser válido ou valorizado em outro sistema social.

O relativismo cultural demonstra que os comportamentos humanos não são fundamentados na natureza, mas no desenvolvimento dos costumes. Em relação à terminologia “raça”, é visto que se trata de uma terminologia inadequada, sendo esta inclusive alterada para a terminologia de “ascendencia”, sendo adequada a definição de herança de características herdadas pelos pais ou ancestrais. Quanto à origem humana, esta deriva de uma origem única. Na atualidade a “raça” não está mais

associada de forma direta a características culturais, mas associada ao racismo.

Assim, a formação do povo brasileiro foi constituída inicialmente por povos dessas três origens: indígenas, europeus e africanos. Entre disputas e conquistas, cada povo que firmou morada no Brasil colaborou na conformação do que hoje é entendido como o povo brasileiro, contribuindo, assim, com diversos elementos culturais que, atualmente, identificam a nossa cultura e a nossa identidade. Inúmeros exemplos podem definir o que faz o brasileiro um brasileiro.

Nessa linha de pensamento, seja através da língua que falamos, da comida que comemos, do modo como nos vestimos, das religiões que temos, das músicas que escutamos, dos esportes que praticamos, partilhamos e dividimos aspectos comuns da cultura, devemos tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida da sua desigualdade.

Em suma, o presente artigo tem por objetivo rever a visão etnocêntrica no cenário atual, em que não nos permitimos olharmos e identificarmos as diferenças entre os indivíduos e fazer com que cada um estabeleça a sua própria cultura como ponto de partida e referência para quantificar e qualificar as outras culturas.

REFERÊNCIAS

BOVE, Lorenza. **Como os Ossos Acabaram com as Raças Humanas**. 2020.

BARROSO, Priscila Farfan; BONETE, Wilian Júnior; QUEIROZ, Ronaldo Queiroz de Moraes. **Antropologia e Cultura: Universalismo, Relativismo e Multiculturalismo**, 2017.

BEZERRA, Juliana- **Imperialismo e Colonialismo**. Toda Matéria. Cultura e Imperialismo: São Paulo, Companhia das letras, 1995.

SANTOS, José Luis dos. **O que é Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2012. 96 p. (Coleção primeiros passos, 110).

A IGUALDADE E A DIVERSIDADE HUMANA

Charlene Lauermann¹
Francieli Talia Born²
Tamara de Souza³
Mário José Puhl⁴

RESUMO

Este texto aborda conceitos sobre o preconceito na diversidade humana, como reflexo das características culturais, reconhecidas no mundo inteiro. As primeiras análises, surgiram no século XVIII, com a Antropologia física, com base nas pesquisas elaboradas com restos de ossos humanos, com o propósito de considerar a existência de diferentes raças humanas espalhadas pelo mundo, oriundas do totalitarismo, colonialismo e da supremacia europeia, partindo da definição de melhor raça ou a raça top do continente.

Palavras-chave: Diversidade Humana; Raça; Preconceito.

INTRODUÇÃO

O artigo “De baixo da pele todos os humanos são iguais”, aborda as temáticas do etnocentrismo, do relativismo cultural e as raças. Realiza-se uma ligação entre esses três pontos, analisando acerca das suas semelhanças e diferenças, bem como, fazendo uma ligação com a atualidade. Trataremos a respeito de conceitos que já vem sendo passados de geração em geração, neste contexto identificamos que o indivíduo ou grupo de referência se considera superior ao que se acredita, e que o indivíduo ou grupo etnocêntrico tem um conhecimento muito limitado dos outros, mesmo que viva próximo a eles.

O relativismo cultural pode ser tido como um princípio que afirma que todos os sistemas culturais são iguais em natureza, e que as características de cada sistema cultural devem ser avaliadas e interpretadas no contexto do sistema em que surgem.

Vivemos em um mundo globalizado, onde praticamente tudo é possível, convivemos com várias culturas, vários modos de pensar, ser e agir, um diferente do outro. Várias raças, várias ideologias, possuímos valores que pertencem a certos

¹ Graduanda do 4 Semestre do Curso de Direito nas Faculdades Integradas Machado de Assis – FEMA, Santa Rosa, RS. charandreia@hotmail.com

² Graduanda do 4 Semestre do Curso de Direito nas Faculdades Integradas Machado de Assis – FEMA, Santa Rosa, RS. francieliborn02@gmail.com

³ Graduanda do 4 Semestre do Curso de Direito nas Faculdades Integradas Machado de Assis – FEMA, Santa Rosa, RS. vargastamara310@gmail.com

⁴ Doutor em Educação nas Ciências – UNIJUI. Professor junto às Faculdades Integradas Machado de Assis – FEMA, Santa Rosa, RS.

grupos, mas que a outros não condizem com a realidade, o certo e o errado não são iguais para todos, os princípios morais também são diferentes para os grupos dos quais fazemos parte, mas possuímos algo nosso, interno de cada um, essencial para cada ser, que faz parte de algo maior, faz parte da cultura de cada um.

Em seu primeiro capítulo o artigo fala sobre o etnocentrismo, a diferença de costumes, valores, cultura e comportamentos de diferentes grupos sociais que por suas diferenças acabam entrando em conflito em determinadas situações. Já o capítulo 2 entra na discussão do ideário da raça humana e neste capítulo podemos ver a mudança que ocorreu durante a linha de tempo na teoria das raças humanas. O capítulo 3 aborda as perspectivas do relativismo cultural, que é o oposto do etnocentrismo, ou seja, o comportamento em uma cultura não deve ser julgado pelos padrões de outra, e deve-se respeitar todas as culturas de maneira igual. Por fim conclui-se que nosso mundo, está repleto de pessoas diferentes. Diferentes culturas, diferentes sotaques, diferentes rostos, diferentes formas de ver a vida, mas também aprendemos que cada pessoa é única, justamente pelas suas diferenças. Que acima de qualquer coisa deve existir o respeito e a empatia entre as pessoas.

1 ETNOCENTRISMO

O etnocentrismo pode ser mencionado como os diferentes costumes, valores, culturas, comportamentos de diferentes grupos sociais, que acabam entrando em conflito uns com os outros por conta da cultura de cada um. Assim como no mesmo grupo tem indivíduos que são iguais, pensam igual, tem as mesmas atitudes, existem os que fazem as mesmas coisas que um grupo, mas de maneira tão diferente que torna quase impossível a realização de determinado fato para certo grupo, mas tão fácil para outro, causando uma dificuldade ou estranheza entre as partes.

Em alguns momentos a diferença cultural pode se transformar em algo mais forte, mais rígido, trazendo sentimentos de pré-conceito entre as pessoas, por não haver um entendimento cultural amplo, que consiga fazer compreender os diferentes modos de agir e ser, frente às várias diversidades culturais das quais nos deparamos diariamente.

Há vários séculos se discute as diferenças entre os povos, trazendo uma imagem de divisão entre as espécies, a racionalidade, a cor. Existe uma hierarquia

entre as classes, além dessas diferenças, nos grupos onde não exista leis, regras, ordens, seriam considerados inferiores. A partir do século XIX, as raças explicam as diferenças entre os povos, e constituem diferentes espécies.

As diferentes culturas devem ser respeitadas, pois pertencem a grupos distintos de uma nação, fazendo parte desse contexto étnico e epistemológico da sociedade. Quando desrespeitamos alguém por sua cor, raça ou crença, estamos tendo atitudes caracterizadas como racismo, partindo muitas vezes para a violência física, quanto cultural, pois agredimos a integridade do ser humano, demonstrando total desrespeito e desconhecimento dos hábitos culturais de outros grupos, tratando as pessoas como seres diferentes, originando preconceitos equivocados a respeito delas.

O preconceito é muito antigo, vindo de gerações muito anteriores a nossa. Um modelo muito notável no mundo foi o nazismo de Hitler, fortemente marcado pelo extermínio de raças, com base na ideia de somente a raça ariana, dos povos germânicos ser pura e superior as outras, com uma pitada de poder de persuasão, Hitler conseguiu convencer seus seguidores de que os judeus eram responsáveis pela crise que a Alemanha atravessara naquele momento, elevando a proporções astronômicas o preconceito e o ódio em relação a grupos humanos específicos.

A nossa colonização própria, foi europeia, considerada superior as outras, quando os europeus chegaram aqui, se depararam com os povos originários, a princípio não sabiam se eram seres que possuíam alma, imagina a cultura diferente e os hábitos contrastantes aos quais se esbarraram. Tentaram impor seus costumes e tradições, principalmente a religião, através dos jesuítas catequizando os indígenas, quilombolas, negros, escravos, obrigando todos a seguir a religião cristã. Essa dominação gerou violência, preconceito, julgamentos sentidos até hoje em dia na nossa sociedade.

2 O IDEÁRIO DAS RAÇAS HUMANAS

A ideia das diferentes raças, parte da convicção de que os grupos humanos são divididos de acordo com características biológicas.

Os trabalhos científicos que versam a separação dos grupos humanos, as diferenças genéticas físicas semelhantes de certo grupo, eram as mesmas

comparadas com as diferenças genéticas de outros grupos. Em termos biológicos não existem raças definidas, apenas com variações físicas entre os indivíduos.

Adentrados no período do colonialismo e da escravidão, os europeus buscam respaldo científico para distinguir as particularidades pessoais dos indivíduos, através da craniologia, a qual consiste no estudo das características do crânio humano, usada para justificar as políticas racistas contra os escravos e povos indígenas.

Diante dos fatos, a comunidade científica praticamente abandonou o uso do termo “raça”. Da mesma maneira, que os sociólogos concordam que o conceito de raça é apenas uma noção socialmente construída e perpetuada pelo preconceito ou pelo valor conceitual que alguns teóricos acreditam existir nos trabalhos que tratam de problemas sociológicos ligados à diferença. Nesse sentido, o conceito de raça é utilizado para tratar de problemas ligados ao valor socialmente atribuído a certas características físicas, como casos de discriminação ou segregação racial que ainda hoje observamos.

3 PERSPECTIVAS DO RELATIVISMO CULTURAL

Passado algum tempo histórico e ao que vivemos ainda hoje, estudiosos vem se consolidando a antropologia, buscando valorizar as diferentes culturas e interagir entre as mesmas, assim, distanciando-se do etnocentrismo. A cultura traz uma visão diferente aos indivíduos, isso é, somos diferentes por algum motivo e devemos trabalhar internamente em cada um de nós, já que se questionamos ao vermos alguém posterior a nossos costumes.

A história passa a se desenvolver a partir do ponto em que pessoas se questionam, em questão da curiosidade sobre tal assunto, em busca de uma resposta encontra-se meios para que se possa entender tal ocasião, moldando então a história do ser humano. Somente o estudo irá mostrar que não se trata sobre hierarquia, e sim, pessoas com culturas diferentes que nos causam estranheza pelo fato de haver certa diversidade.

Há muito tempo atrás não se tinha uma ideia formada sobre algo, ao fato do desconhecimento. A busca pelo fato desconhecido no tempo nos deixou como herança o pensamento, questionamento, a reflexão, etc. Se refletirmos irá desviar

nosso olhar para algo que não é totalmente centralizado, não existe algo único, já dizia Laplantine (2003):

[...] De fato, presos a uma única cultura, somos não apenas cegos à dos outros, mas míopes quando se trata da nossa. A experiência da alteridade (e a elaboração dessa experiência) leva-nos a ver aquilo que nem teríamos conseguido imaginar [...]. (LAPLANTINE, 2003, p. 21).

Em busca do entendimento sobre a cultura e diversidade da mesma, a visão centralizada foi expandindo e no período do pós-evolucionismo houve a ruptura com essa ideia de centralidade.

Logo em seguida, iniciou o período evolucionista da cultura, onde Franz Boas e Bronislaw Malinowski iniciaram seus estudos com a etnografia, mostrando que o entendimento das culturas/etnias apenas validará ao momento que houver comunicação e convivência de entre as pessoas por mais tempo. Franz se interligou ao campo, enquanto Bronislaw anos depois estudou o campo de forma mais moderna com uma aproximação mais forte ao prazo mais longo e aprofundado.

Entendemos que estranhar faz parte do ser humano, em alguns momentos não parece interessante, mas é por aí que começamos a nos questionar se tal objeto realmente é assim, se as coisas acontecem porque deveriam acontecer ou algo lhes moveu para esse caminho.

O lugar e as pessoas próximas onde vivemos é o que mais chega próximo de nos identificarmos, onde vivemos, o que comemos, como falamos, entre outras funções, estamos sob influências do meio em que se encontramos, tudo vem acontecendo e nos formulando. Somos partes de algo que se aperfeiçoa a cada dia, devemos estranhar para buscar o conhecimento, mas ao mesmo tempo devemos juntos encontrar o respeito entre coletividade.

A antropologia física tinha um objetivo em observar os fenômenos evolutivos e a variedade humana, que em relação ao século XVIII focou-se no estudo dos esqueletos e restos mortais.

Os seres humanos eram classificados por suas características, pois após as descobertas de novos territórios foi necessária esta classificação, exemplo os brancos eram considerados superiores por sua beleza e inteligência, já em relação aos negros, eram considerados pouco atraentes e ignorantes.

Com a criação da hierarquia e seu contexto histórico, beneficiou a investigação relacionada a classificação dos tipos humanos que com o colonialismo e a escravidão deram a oportunidade de justificar seus atos relacionados as raças humanas, usando o apoio científico para definir padrões de morfologia do crânio, diferenciando então as raças, de tal modo que designasse a hierarquia social e cultural entre os grupos humanos. A morfologia do crânio então começou a ser usada como parâmetro para definição das raças e a origem do indivíduo.

A história da evolução da humanidade após alguns anos, foi tomando uma forma diferente de avaliar a “raça”, e aos poucos distanciando-se desta ideia arcaica, e demonstrou sua falta de embasamento científico. Não seria correta a definição de raça por classificação, tendo em vista a variedade humana e a sua evolução, suas ancestralidades herdadas pelos pais e ancestrais.

[...] Para se afastar da conotação social da palavra "raça", a ciência precisou modificar sua maneira de se referir às populações humanas e aceitar a existência de uma única espécie: o Homo sapiens [...]. (BOVE, 2020, n.p.).

O oposto do etnocentrismo é o relativismo cultural, ou seja, o comportamento em uma cultura não deve ser julgado pelos padrões de outra. Esta localização também pode ser problemática. Em sua forma mais extrema, o relativismo cultural sustenta que não há moral universal, superior ou internacional e que as regras morais e éticas de todas as culturas devem ser respeitadas igualmente. Em uma visão do relativo cultural, a Alemanha nazista seria vista tão neutra quanto Atenas na Grécia. Para entender melhor essa interpretação, devemos nos perguntar o que é exatamente o relativismo cultural.

O relativismo cultural é uma perspectiva muito importante para lidarmos com as questões culturais, especialmente estudos antropológicos, é uma tendência contra o etnocentrismo, que se opõe ao etnocentrismo a partir da compreensão do comportamento, pensamentos e sentimentos dos outros em termos de cultura. Este conceito nos mostra a dissimetria de cada cultura, e nos permite compreender que cada cultura é diferente. Aceitar essa perspectiva é fundamental para evitar as comparações de costumes, práticas e crenças de diferentes povos, pois cada cultura funciona como uma lente que determina a visão das pessoas, mundo, indivíduos no contexto cultural em que se encaixam.

A comunidade *hippie* é um exemplo de relativismo cultural, pois são respeitadas pela sociedade, mas não vivem de acordo com seus costumes e ideais, não vivem de acordo com os padrões sociais.

Ilustração

A Diferença entre as culturas acarreta em diferentes conceitos.



Fonte: Carlos Ruas. A diferença entre as culturas acarreta em diferenças conceituais.

www.umsabadoqualquer.com.br

Como mostra a Ilustração, as culturas são diferentes, e o que é normal para um indivíduo, para o outro talvez não seja, pois o relativismo cultural acredita na manutenção das diferenças culturais, na manutenção da identidade e diversidade de muitas sociedades já existentes. Nesse pensamento, deve-se considerar o respeito à vontade de cada país ou povo para definir seu modo de vida de acordo com seus valores e crenças, costumes, tradição e sua raça.

O conceito explicativo de raça como já foi citado, surgiu no século XIX, juntamente com o conceito de degeneração. Essa mudança marca as origens da humanidade, um discurso racial contrário aos debates sobre cidadania e igualdade, a assunção da revolução burguesa europeia e uma visão de unidade humana. Há duas perspectivas quando paramos para tentar entender essa discussão sobre as origens

humanas, visão monogênica e poligênica. A visão monogênica reunirá autores que entendem a humanidade como uma, originária de uma fonte comum, e as diferenças são simplesmente produtos da degradação. Neste caso, o desenvolvimento humano é gradual, do mais ao menos perfeito. A visão poligênica, por outro lado, é reforçada por uma interpretação biológica e crítica de ideias anteriores, entendendo as origens como provenientes de muitos centros que, portanto, correspondem às diferenças raciais.

Vários estudos foram realizados para procurar diferenças entre os seres humanos, buscando compreender os contrastes de cor de pele, olhos, cabelos, somente desigualdades físicas foram encontradas, por debaixo da nossa pele, somos todos iguais, alguns possuem ossos maiores que outros, desde o início da criação, vários descobrimentos foram realizados, mostrando o quão antigos são os homens no mundo, todos possuindo as mesmas características ósseas.

Por mais que as pessoas tenham plena consciência de que todos possuem diferenças, de que a única semelhança que temos são os nossos ossos, e ainda assim, estes não são idênticos, de que a raça é ampla e que cada uma tem a sua, ainda hoje, convivemos em uma sociedade onde o racismo e o preconceito estão muito presentes. Podemos identificar isso, na matéria publicada pelo site Portal Geledés, no dia 03/06/2022, que mostra que uma professora denuncia adolescentes por injúria racial durante aula no RS. Os alunos teriam imitado um macaco quando a mulher virou de costas e justificaram a atitude como uma "brincadeira do TikTok"

Princípios de igualdade e generalidade estão expostos na nossa vida civil, na Constituição Federal de 1988, nos permitindo ser livres, trazendo um paradigma de esperança de novos rumos para o indivíduo, onde o preconceito não tenha mais vez.

CONCLUSÃO

Com o término do trabalho, podemos concluir que nosso mundo, está repleto de pessoas diferentes. Diferentes culturas, diferentes sotaques, diferentes rostos, diferentes formas de ver a vida, mas, também aprendemos que cada pessoa, é única,

justamente pelas suas diferenças. Que acima de qualquer coisa deve existir o respeito e a empatia entre as pessoas. Podemos concluir também que o etnocentrismo, o relativismo cultural e a raça, são três pontos que caminham lado a lado, e fazem parte da história humana, a muitos anos, onde esses conceitos ou então os seus requisitos, vem passando de geração em geração.

Falando em que diferença traz diversidade, podemos pensar que diversidade cultural é tudo o que permite e incentiva as diferenças em uma mesma sociedade. Tem um efeito democratizado. Na verdade, permite que todos tenham um grupo ou um povo, ou espaço que você merece em um país. Essa diversidade pode ser caracterizada por elementos como linguagem, crenças, costumes, religião, dança, comida típica e arte. De um modo geral, a diversidade existe em toda e qualquer sociedade humana, porque a capacidade dos indivíduos de criar, recriar e estabelecer a sua própria identidade todos os dias é reconhecida em todo o mundo. Este processo requer interação com outros membros da sociedade ou de diferentes grupos, seguidores de outras culturas. A diversidade cultural faz parte da natureza humana, celebra as diferenças e desperta o desenvolvimento do respeito e da curiosidade, portanto, devemos sempre trabalhar esse conceito para que o mundo seja um lugar mais igualitário e seguro para que todas as identidades se expressem.

Na atualidade o fato a ser destacado de forma de negativa é o racismo, que leva o indivíduo a pensar que é superior pela condição de sua raça, criando uma hierarquia. Todas essas situações ocasionadas em nossa sociedade não passam de uma visão etnocentrista que é perigosa, pois agride as culturas e as vivências humanas, surgindo o preconceito social, fato este, que na atualidade deveria estar superado, pois o pratica de racismo está codificado na Constituição Federal de 1988 como crime inafiançável e imprescritível.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

OLIVEIRA, Lucas. **"Mesma Espécie, Raças Diferentes?"**. Brasil Escola UOL. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/raca-etnia.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2022.

BARROSO, PRISCILA, F. et al. **Antropologia e Cultura**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2018.

KOTTAK, CONRAD P. **Um Espelho para a Humanidade: uma introdução a antropologia cultural**. Disponível em: Minha Biblioteca, (8th edição). Grupo A, 2013.

PORTAL GELEDÉS. **Câmera Registra Vizinhos com Faca e Garrafa na Porta de Humorista Eddy Jr., vítima de racismo em SP** Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/professora-denuncia-adolescentes-por-injuria-racial-durante-aula-no-rs/>>. Acesso em: 10 out. 2022.

PORTAL GELEDÉS. **Origens e Significados do Termo Raça**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/origens-e-significados-do-termo-raca?>>. Acesso em: 10 out. 2022.

RODRIGUES, Lucas de Oliveira. **"Raça e Etnia"**; Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/raca-etnia.htm>>. Acesso em: 11 out. 2022.

MAIA, Gabriela Felten da. **Antropologia Social - o relativismo cultural**. Editora Sagah, 2021.

O PAPEL DO CONSELHO TUTELAR NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Bianca Klein Carvalho¹
Kéthlyn Yasmin Lermen²
Juliane Colpo³

RESUMO

O presente artigo objetiva expressar e demonstrar o funcionamento do Conselho Tutelar na atuação contra a violência direcionada a crianças e adolescentes, público este que presencia constantes violações de seus direitos previstos na Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Embasado em métodos e legislações, o corpo do texto desenvolve como é dada a sequência dos órgãos nacionais diante de uma situação de violência, seja ela física, psíquica ou sexual. Outrossim, este artigo aborda sobre os indicadores revelados pela criança ou adolescente em situação de violação e o respectivo comportamento da família, permitindo ao Conselho Tutelar agir de forma eficaz na proteção dos direitos constados no ECA.

Palavras-chave: Conselho Tutelar; Crianças e Adolescentes; Direitos; Estatuto da Criança e do Adolescente; Violência.

INTRODUÇÃO

A violência contra crianças e adolescentes é uma problemática que vem sendo discutida ao longo das últimas décadas. Diariamente o público infantojuvenil é vítima de agressões físicas, psíquicas e sexuais, as quais afetam o desenvolvimento saudável do sujeito e desencadeiam traumas e inseguranças ao longo de toda a vida.

Diante da necessidade de maior amparo a este grupo específico, a criação do Conselho Tutelar veio com o objetivo assegurar os direitos das crianças e adolescentes, que estão previstos na Lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), além de amparar e dar o suporte fundamental às vítimas.

Além disso, o Conselho Tutelar é um órgão permanente, autônomo e não jurisdicional, tendo em suas atribuições, fazer os devidos encaminhamentos aos órgãos responsáveis, de modo que aplica, mas não executa as medidas de proteção.

¹ Graduanda do Curso de Direito nas Faculdades Integradas Machado de Assis, Santa Rosa, RS. biancaklein@gmail.com

² Graduanda do Curso de Direito nas Faculdades Integradas Machado de Assis, Santa Rosa, RS. yasminlermen12@hotmail.com

³ Graduada em Psicologia; Mestrado em Educação nas Ciências. Orientadora. Professora junto às Faculdades Integradas Machado de Assis, Santa Rosa, RS. jcolpo@fema.com.br

Desta forma, as questões relacionadas ao público infantojuvenil, desde o conhecimento da situação de violação dos direitos até o suporte e direcionamento das vítimas, são tópicos amparados pelo Conselho Tutelar, o qual preza por profissionais que demonstrem competência, conhecimento e capacidade de fornecer o auxílio necessário para o bem-estar das crianças e dos adolescentes.

1 CONTEXTO HISTÓRICO

Desde os primórdios, as crianças e adolescentes são impostos a vários tipos de violência, desencadeados por uma sociedade adepta aos sistemas de patriarcalismo e sexismo, sendo estas as mazelas sociais que mais resultaram em traumas e dificuldades de desenvolvimento. Tais visões, oriundas de uma geração que acreditava na validade da submissão infantil e da naturalização da violência como forma de educação, foi arraigada como hipótese correta a cultura do silêncio.

Nesta lógica, o enfrentamento dessa problemática gerou o distanciamento da possibilidade da criação de ações públicas, o que, ao longo dos anos, trouxe, além de bloqueios psicológicos, custos sociais e econômicos, visto que as situações são percebidas em diferentes classes sociais. Assim, destaca-se que a falta de intervenção em prol de prevenir a existência da violência endêmica, resulta em problemas que, na ausência de suporte e amparo às vítimas, se prolongam na vida adulta.

Diante das diversas formas de violência que, desde o princípio, afetam a fase de construção psíquica da criança ou do adolescente, foi criado, em 1990, o Conselho Tutelar, encarregado de zelar pela prática e cumprimento da legislação, de forma que auxilia na proteção e garantia dos direitos do público infantil e juvenil.

2 O CONSELHO TUTELAR

O Conselho Tutelar, órgão permanente, autônomo, e não jurisdicional, teve sua criação através da implementação da Lei 8069/90, conhecido como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com o objetivo de “[...] garantir a universalização e equidade do acesso aos direitos previstos pelo Estatuto.” (MOURA et al., 2021, p. 5).

Desta forma, o órgão possui o papel de fornecer respostas às questões sociais que envolvam a infância e a juventude, de modo que não envolva, necessariamente,

o sistema de justiça, diminuindo a judicialização da vida. Além disso, o conceito do Conselho Tutelar também é exposto como:

[...] concebido após a Constituição Federal de 1988, como parte do Sistema de Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA) em cada município brasileiro. Seu papel essencial é contribuir para que problemas, desvios, inconsistências, lacunas nas ações de órgãos governamentais ou de organizações da sociedade civil direcionadas a crianças e adolescentes sejam controlados e corrigidos, de forma que o Sistema aprimore continuamente sua capacidade de garantir direitos e de promover o desenvolvimento integral do público infantojuvenil. (MORAES; MORAES; 2021, p. 27).

A entidade atua de modo colaborativo com o Ministério Público e o Poder Judiciário, e órgãos de Segurança Pública, apesar de suas atividades serem distintas de tais instituições. As atividades do Conselho Tutelar são exercidas com independência, não necessitando de autorização para agir mediante as atribuições legais que lhe foram conferidas pelo ECA. Posteriores decisões tomadas apenas podem ser revisadas pelo juiz da Infância e da Juventude, por meio de requerimento do indivíduo que se sentir prejudicado perante uma situação específica.

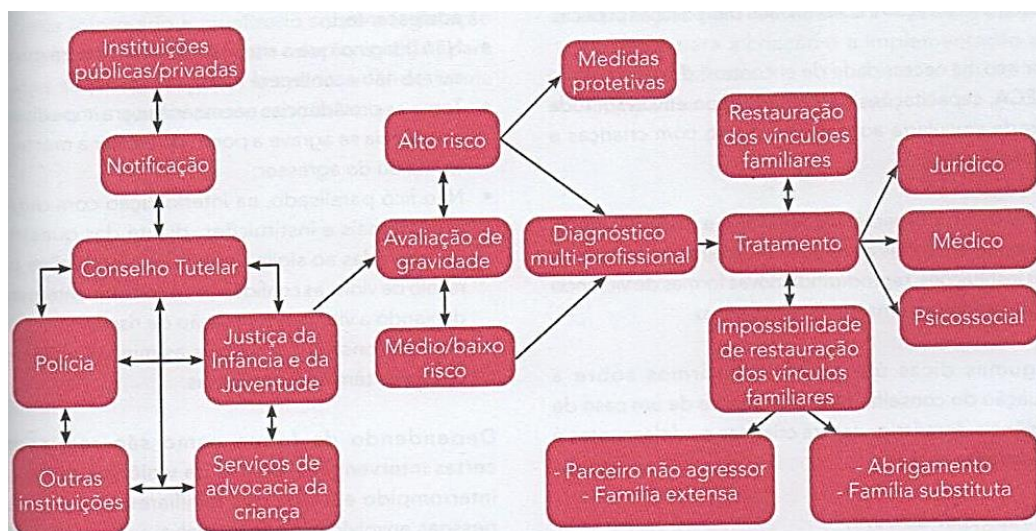
É importante frisar que o Conselho Tutelar desenvolve as funções de escutar, orientar, aconselhar, encaminhar e, também, efetuar a aplicação de medidas de proteção, mantendo o acompanhamento do caso. Todavia, não é função deste órgão prestar os serviços diretamente, mas sim requisitar os atendimentos que forem necessários para a ocasião.

Assim, a instituição fiscaliza serviços e programas, determina e requisita medidas, as quais podem ser aplicadas por meio de:

- Encaminhamento aos pais ou responsáveis mediante termo de responsabilidade; [...]
- Orientação, apoio e acompanhamento temporários; [...]
- Matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de Ensino Fundamental; [...]
- Inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente; [...]
- Requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico em regime hospitalar ou ambulatorial; [...]
- Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientações e tratamento de alcólatras e toxicômanos; [...]
- Acolhimento institucional ou familiar; [...]
- Atender e aconselhar crianças e adolescentes, seus pais ou responsáveis, e aplicar medidas de proteção. (MOURA et al., 2021, p. 14-19).

No âmbito de exercer as funções que não são cabíveis ao Conselho Tutelar, na presença de alguma violação ou suspeita que possa ferir os direitos do público infantojuvenil, é realizado o devido encaminhamento para os respectivos órgãos competentes, como ilustra o organograma:

Figura 1 – Intervenção de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente.



Fonte: Imprensa Oficial (1990).

Diante do exposto, visualiza-se o direcionamento que é estipulado de acordo com o caso concreto. Ademais, é imprescindível que todos os agentes locais como profissionais que atuam na área de educação, saúde, assistência social, segurança e de jurisdição, tenham conhecimento de sua natureza e de suas respectivas atribuições legais.

2.1 ECA: ATRIBUIÇÕES AO CONSELHO TUTELAR

Em face dos fatos citados anteriormente, frisa-se que o Conselho Tutelar foi fundado com o objetivo de atender aos fundamentos estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, visando a proteção e auxílio a este grupo. O Artigo 136 do ECA estabelece as atribuições que os conselheiros tutelares devem seguir para a concretização de suas funções, dando ênfase, nas situações de violência, para os incisos a seguir:

Art. 136. São atribuições do Conselho Tutelar:

I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;
[...] IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;
V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;
[...] Parágrafo único. Se, no exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento do convívio familiar, comunicará incontinenti o fato ao Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família. (BRASIL, 1990).

Ademais, o Estatuto da Criança e do Adolescente promove o zelo de seu público-alvo, adotando a doutrina da proteção integral, de forma que reconhece os sujeitos como portadores de direitos sociais, políticos e jurídicos. Em seu artigo 5º, o prescreve que “[...] nenhuma criança ou adolescente será objeto qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.” (BRASIL, 1990).

Outrossim, o artigo 13º do ECA expõe que as suspeitas de maus tratos ou efetivação dos mesmos devem ser direcionadas ao Conselho Tutelar, para que os profissionais competentes possam aplicar as devidas providências legais.

Art. 13. Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.

[...]

§ 2º Os serviços de saúde em suas diferentes portas de entrada, os serviços de assistência social em seu componente especializado, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente deverão conferir máxima prioridade ao atendimento das crianças na faixa etária da primeira infância com suspeita ou confirmação de violência de qualquer natureza, formulando projeto terapêutico singular que inclua intervenção em rede e, se necessário, acompanhamento domiciliar. (BRASIL, 1990).

O Estatuto frisa, ainda, que a sociedade e os órgãos como a União, Estados, Distrito Federal e os Municípios também estão vinculados ao papel de garantir a proteção deste grupo em específico, citando em seu artigo 70º que todos possuem o dever de prevenir a ocorrência de ameaça ou violação (BRASIL, 1990).

De modo geral, a Lei 8.069/90 enfatiza e preza pelos aspectos que anteparam a criança e o adolescente do sofrimento de todas as formas de violência, que lesionem

ou possam lesionar potencialmente o seu desenvolvimento e sua integridade, seja ela física, psíquica ou social.

3 CONCEITOS DE VIOLÊNCIA

A violência não é uma prática violadora de direitos exclusiva da atualidade. No percurso da história, os tipos de violência sempre estiveram presentes no sistema patriarcal, assumindo formas que se adaptam às especificidades culturais.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, o conceito de violência é definido como:

Uso intencional da força física ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. (OMS; 2002, p.5).

Caracterizada como um problema de saúde pública, a violência contra o público infantojuvenil é uma pauta que exige do Conselho Tutelar e demais órgãos uma atenção redobrada, buscando agir da forma mais correta e eficaz, de modo que não prejudique a vítima em questão. Perante isso, são destacados distintos tipos de violência, os quais apresentam sintomas que devem ser levados em consideração.

3.1 VIOLÊNCIA FÍSICA

A violência física pode ser definida não apenas com graves hematomas, mas sim com qualquer ato agressivo ao ofendido, seja este desde um simples beliscão, até um espancamento. Tais atos podem ou não deixar marcas visíveis, porém, as marcas psicológicas irão existir.

Deste modo, o emprego da força física vai provocar o medo pela coação, privando a criança ou o adolescente de agir de forma saudável. Diante destes ataques, os conselheiros tutelares são orientados a observar alguns indicadores de condutas.

- Desconfiam dos contatos com os adultos;
- Estão sempre alertas, esperando que algo ruim aconteça;
- Estão sujeitas a mudanças frequentes e severas de humor;
- Receiam os pais ou os instrutores das instituições de acolhimento, evitando muitas vezes a sua proximidade;
- Demonstam apreensão quando outras crianças começam a chorar;
- Demonstam comportamentos extremos (agressivos, destrutivos, passivos, excessivamente tímidos, submissos, retraídos);

- Apresentam com frequência mudanças súbitas no desempenho escolar ou no comportamento;
- Revelam estar sofrendo violência física;
- Apresentam dificuldades de aprendizagem. (MOURA et al., 2021, p. 31).

Além da demonstração da criança e do adolescente, os pais ou responsáveis também apresentam mudanças em suas condutas, fatores estes que são analisados com cautela, visto que muitas vezes a violência pode ser intrafamiliar. Assim, através de análises de comportamentos e hematomas físicos, os conselheiros tutelares, com preparação e conhecimento, aplicam as devidas medidas.

3.1.1 Lei 13.010/14 – Lei Menino Bernardo

Como exemplo de violência física, um caso que gerou grande repercussão nacional foi a situação violenta contra o menino Bernardo Uglione Boldrini, de 11 anos que sofreu ataques físicos e psíquicos. Assassinado pelo pai e pela madrasta, com demais cúmplices, Bernardo teve seu corpo encontrado às margens do rio Mico, no estado do Rio Grande do Sul. Na sepultura da criança, foi despejada soda cáustica, um ácido que é capaz de provocar queimaduras na pele.

Diante de tamanha violação dos direitos infantis, em prol do reconhecimento e prevenção da violência, foi decretada a Lei 13.010/14, que traz em seu corpo do texto:

Art. 1º A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 18-A, 18-B e 70-A:

“Art. 18-A. A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se:

I - castigo físico: ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em:

- a) sofrimento físico; ou
- b) lesão; (BRASIL, 2014).

Esta lei alterou a Lei 8.069/90 (ECA), no que diz respeito ao estabelecimento do cuidado e educação de crianças e adolescentes sem a imposição de castigos físicos ou de tratamento cruel e/ou degradante. Da mesma forma, modifica a Lei 9.394/96.

3.2 VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA

Este tipo de violência se faz presente nos mais diversos locais e ciclos de vida do ser humano, se caracterizando como uma das violações mais difíceis de serem identificadas, devido ao fato de ser praticada por meio de xingamentos, humilhações, desrespeito, ameaças de coação, privações afetivas, entre outros meios.

Como os demais tipos de violência, os ataques psicológicos podem comprometer de maneira extremamente grave no desenvolvimento da criança ou do adolescente de forma saudável, visto que acabam gerando sensações de impotência, culpa e insuficiência. Sua maior ocorrência é localizada no ambiente familiar e escolar, tendo como exemplo o exercício do *bullying*¹.

Para identificar as ocorrências de tais agressões, o Conselho Tutelar busca, de forma cuidadosa, busca dialogar com o menor para entender as circunstâncias e, assim, conseguir fornecer o suporte necessário e controlar a situação. Além disso, em muitos casos, a criança ou o adolescente recorre às instituições de ensino o apoio é ausente em seu ambiente familiar.

3.3 VIOLÊNCIA SEXUAL

A violência sexual, no entanto, promove ferimentos tanto físicos, quando psicológicos, ofendendo diretamente na integridade do sujeito. Os danos causados por esta violação acompanham a criança ou o adolescente pelo decorrer de toda a sua vida, sendo, na maioria das vezes, um trauma.

O abuso pode ser conceituado como:

[...] qualquer contato ou interação (como toques, carícias, sexo oral ou relações com penetração digital, genital ou anal, além de situações sem contato físico, como *voyeurismo*², assédio, exibicionismo, pornografia e exploração sexual) entre uma criança ou adolescente – que não estão aptos para compreender totalmente ou consentir com aquele ato – e alguém em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais avançado, na qual a criança ou adolescente estiver sendo usada para a estimulação sexual do perpetrador. (SCHAEFER; ROSSETTO; KRISTENSEN; 2022, p. 228).

As ocorrências dos casos de violência sexual incidem na família ou na comunidade como um todo, porém, pesquisas epidemiológicas apontam que mais da

¹ Forma de violência que, de modo verbal ou físico, ocorre frequentemente e com persistência, com o objetivo de intimidar, ameaçar, oprimir, humilhar ou maltratar alguém.

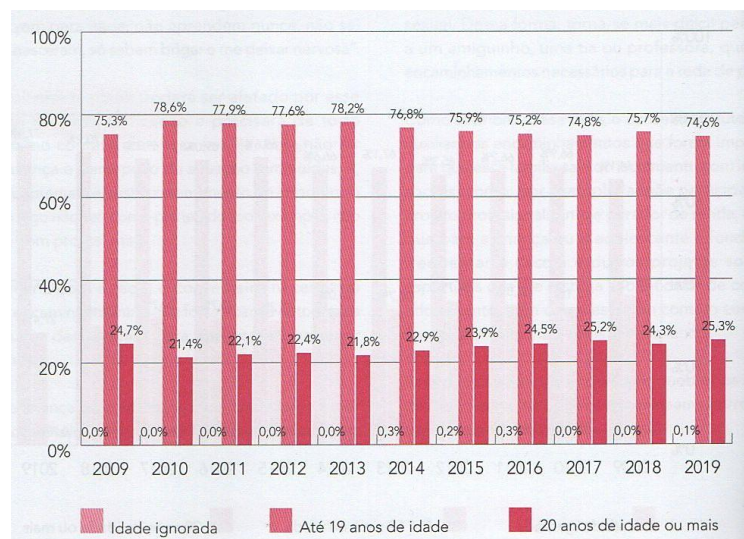
² Observação de uma pessoa ao se despir, nua, ou realizando atos sexuais.

metade dos abusos acontecem em ambiente familiar, dando destaque para pais e padrastos, apontados majoritariamente como perpetradores.

Nestas ocasiões, as vítimas também passam a apresentar indicadores, os quais são percebidos pelos profissionais do Conselho Tutelar, como: mudança extrema de comportamento, hemorragia vaginal ou renal, pesadelos e medos frequentes, depressão, regressão e ações infantis, transtornos alimentares, roupas rasgadas ou manchadas de sangue, entre outros.

Ilustrando os índices de ocorrências notificadas de violência sexual contra o público infantojuvenil, o quadro a seguir traz os índices nacionais de 2009 até 2019.

Figura 2 – Notificações de violência sexual de acordo com grupos etários.



Fonte – Ministério da Saúde (MS)/SVS – Sistema de Informação de Agravos de Notificação. (2019).

Diante o exposto, visualiza-se o alto índice de abuso sexual contra crianças e adolescentes, números estes que deixam marcas permanentes na vida das vítimas, necessitando de amparos eficientes.

4 LEI 13.431/17 – LEI DA ESCUTA PROTEGIDA

Com o intuito de uma forma que amenize o desconforto e não retome traumas dolorosos, a Lei da Escuta Protegida (13.431/17) foi criada para possibilitar maior facilidade nos depoimentos de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de qualquer tipo de violência. Sua prática é realizada através de uma equipe técnica

capacitada, de modo que evite o contato com o agressor e não reitere o depoimento do ofendido.

Os artigos 1º e 2º desta lei dispõem:

Art. 1º Esta Lei normatiza e organiza o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, cria mecanismos para prevenir e coibir a violência, nos termos do art. 227 da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos da Criança e seus protocolos adicionais, da Resolução nº 20/2005 do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e de outros diplomas internacionais, e estabelece medidas de assistência e proteção à criança e ao adolescente em situação de violência.

Art. 2º A criança e o adolescente gozam dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhes asseguradas a proteção integral e as oportunidades e facilidades para viver sem violência e preservar sua saúde física e mental e seu desenvolvimento moral, intelectual e social, e gozam de direitos específicos à sua condição de vítima ou testemunha. (BRASIL, 2017).

Neste âmbito, o Conselho Tutelar fará o registro no SIPIA Conselho Tutelar, um sistema de informação para infância e adolescência, prosseguindo com as devidas comunicações aos demais atores da rede, assim como com os pedidos de informação e aplicação das medidas protetivas.

5 DINÂMICA DA FAMÍLIA EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Devido ao fato de que o Conselho Tutelar trabalha diretamente com famílias, é importante ressaltar algumas características que estão presentes em uma família em situação de violência. Um dos principais fatores é manter a cautela na comunicação, pois, além do complô do silêncio que as famílias estabelecem com as vítimas, estas dinâmicas de relacionamento apresentam dificuldades em reconhecer, aceitar e respeitar alguns limites.

Com o impacto de tal dinâmica, o conselheiro tutelar mantém a atenção para evitar agir de forma arbitrária ou autoritária, visto que estas atribuições são de outras autoridades judiciárias. Ademais, o conselheiro busca adquirir a confiança da vítima e da família, para que seja possível identificar suas necessidades e possa realizar encaminhamentos que auxiliem a vítima a sair da zona de sofrimento.

CONCLUSÃO

De posse do trabalho desenvolvido, visualiza-se a importância do Conselho Tutelar perante as situações características de violência na vida das crianças e dos adolescentes. O amparo e orientação que são fornecidos permitem que, de forma competente, as vítimas dos ataques físicos, psíquicos e sexuais possam se desenvolver, amenizando os traumas gerados em seu histórico.

A aplicação das medidas de proteção, executada pelos profissionais capacitados, permitem a visualização de sintomas e indicadores presentes no cotidiano do público infantojuvenil, facilitando as formas de identificar a existência ou não de casos prejudiciais relacionados a esta mazela social. Sendo uma problemática de saúde pública, a prevenção e tratamento da violência de forma correta também auxilia no desenvolvimento intelectual da vítima, o qual pode ter sido afetado.

Conclui-se, ainda, a validade e eficácia do trabalho de um conselheiro em zelar pelos direitos da criança e do adolescente previstos no ECA, garantindo os possíveis benefícios em prol do ofendido. Neste âmbito, a criação de métodos para a identificação do empecilho ganha destaques que refletem profissionalismo, ética e comprometimento.

Por fim, frisa-se relevância da comunicação entre o profissional e a vítima, mantendo o objetivo de preservar a integridade do sujeito. Vale ressaltar e reconhecer que atuar em casos com o envolvimento de violência é um desafio que requer capacidade técnica, inteligência emocional, sensibilidade e articulação, permitindo, de maneira efetiva, assegurar a proteção integral da criança e do adolescente.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei N° 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 21 jun. 2022.

BRASIL, **Lei N° 13.431, de 4 de abril de 2017**. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei n°8.069, de 13 de julho de 1990. Diário Oficial da União, Brasília, 4 abr. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm>. Acesso em: 21 jun. 2022.

MORAES, Edson Sêda de; MORAES, Edson Sêda Pereira de. **Conselho Tutelar: guia para ação passo a passo**. São Paulo: Fundação Abrinq, 2021. 99 p.

MOURA, Ana Cristina Amaral Marcondes de. et al. **Conselho Tutelar: e o enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes.** São Paulo: Fundação Abrinq, 2021. 67 p.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde.** 2012. Disponível em:
<<https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br>>. Acesso em: 21 jun. 2022 .

SCHAEFER, Luiziana Souto; ROSSETTO, Silvana; KRISTENSEN; Christian Haag. **Perícia Psicológica no Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes.** 2012. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/ptp/a/xmYGHdXX5RnwJyc6Zcw6Ypf/?lang=pt>>. Acesso em: 13 jun. 2022.

OS EFEITOS DA COVID-19 NA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS: UMA ANÁLISE DAS PRODUÇÕES COMPARTILHADAS SOBRE O TEMA

Ceciliane Isabel Schaefer¹
Juliane Colpo²

RESUMO

Com o aparecimento da pandemia de Covid-19, o mundo necessitou se adaptar, repentinamente, a um novo cenário de demandas sociais, no qual a escola também integrou. Neste aspecto, este trabalho analisa os efeitos da pandemia de coronavírus sobre a aprendizagem dos alunos. O problema central reside no seguinte questionamento: de que maneira a pandemia afetou a aprendizagem dos alunos nos anos de 2020 e 2021? A metodologia utilizada para analisar a problemática arguida é a revisão sistemática de literatura aliada à pesquisa bibliográfica. Com efeito, pode-se concluir que a pandemia de Covid-19 afetou o efetivo ensino durante o período de isolamento social, dado a ausência de políticas públicas aptas a garantir o amplo acesso dos educandos à rede de ensino, a qual se estabeleceu, predominantemente, de forma digital, prejudicando o direito à educação no país.

Palavras-chave: Aprendizagem; Covid-19; Educação; Pandemia.

INTRODUÇÃO

A situação iniciada no final do ano de 2019 a partir do contágio mundial pelo COVID-19³, elevou-se a problema de saúde pública a nível internacional, afetando o cenário de diversos setores, trazendo consequências econômicas, políticas, sociais e, logo, também, ao campo educacional.

¹ Licenciada em História, pós-graduada em ciências humanas e Mestra em Direitos Humanos pela Universidade Regional do Noroeste do Estado Do Rio Grande Do Sul – UNIJUÍ, Bacharela em direito pela faculdade CNEC Santo Ângelo. Acadêmica do Núcleo de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão/NPPGE, Faculdades Integradas Machado de Assis.

² Graduada em Psicologia, Mestre em Educação nas Ciências- UNIJUÍ; Professora orientadora do artigo de conclusão do Curso de Pós-graduação em Gestão da aprendizagem e metodologias ativas: novos saberes.

³ A COVID-19, nome da síndrome respiratória ocasionada pelo novo coronavírus, foi inicialmente detectada em 2019 na cidade de Wuhan, capital da província da China Central. Ela atingiu as pessoas em diferentes níveis de complexidade, sendo os casos mais graves acometidos de uma insuficiência respiratória aguda que requer cuidados hospitalares intensivos - incluindo o uso de ventilação mecânica. Até meados de abril de 2020 haviam sido contabilizados mais de dois milhões de casos notificados e quase 150 mil mortes no mundo, com os Estados Unidos (EUA) liderando a quantidade de óbitos (mais de 25 mil). A facilidade de propagação, a falta de conhecimento sobre o vírus e o aumento exponencial do número de contágios fizeram com que a Organização Mundial de Saúde (OMS) elevasse a doença ao status de pandemia em março de 2020 (FARO et al, 2020).

Seja em escala nacional ou mundial, apesar de todos os esforços empregados em ações pela educação, os sistemas de ensino têm esbarrado na fragilidade das estruturas organizacionais de Estados e Municípios. A pandemia evidenciou e lançou holofotes sobre as desigualdades, demonstrando o quanto ainda há por se fazer até que alcancemos um patamar de equidade no atendimento a educação.

Essas desigualdades de acesso aos meios eletrônicos para participarem de aulas online ou ainda terem acesso as atividades encaminhadas pelas escolas públicas, de modo geral, evidência o distanciamento de acesso ao ensino de qualidade.

No entanto, de maneira quase que unanime, há um consenso de que os efeitos da pandemia vão além do acesso a uma educação de qualidade. Os efeitos emocionais atingem a todos envolvidos no processo. Educandos, pais, professores, gestores educacionais se viram envolvidos em um conjunto de incertezas e diversos caminhos que não se tinha certeza para onde os conduziria.

Passados quase dois anos de toda essa turbulência, o que se mostra latente é olhar para os nossos educandos e entender até onde a Convid-19 afetou o ensino-aprendizagem e como será o caminho para recuperar, se é possível tal êxito, o que se perdeu ao longo dos meses dos anos de 2020 e 2021.

Desse modo, o presente artigo possui como objetivo um breve estudo a respeito dos efeitos que a pandemia está deixando nos atores sociais envolvidas no ensino-aprendizagem, com foco nos alunos e professores, bem como a falta de políticas públicas de amparo às escolas neste período de ensino remoto, tem afetado a efetividade do ensino nas escolas públicas, analisando trabalhos publicados em revistas e periódicos relacionados ao período. Enquanto educadora, a pesquisadora analisa os dados levantados na presente pesquisa, a partir de uma observação pessoal de sala de aula, utilizando, paralelamente, bases teóricas para a fundamentação da escrita, baseadas em uma revisão sistemática de literatura e pesquisa bibliográfica.

O problema desta pesquisa, diz respeito aos efeitos que a pandemia trouxe para os alunos no seu processo de aprendizagem. Direcionando para uma situação problema: de que maneira a pandemia afetou educadores e o ensino/aprendizagem dos alunos nos anos de 2020 e 2021?

A pesquisa possui como objetivo geral, entender melhor como a pandemia afetou o cotidiano da educação no Brasil, a partir das repentinas mudanças estabelecidas pelo Governo Federal, concernentes ao distanciamento e isolamento social e a implementação do ensino remoto, e como estas mudanças refletem no efetivo ensino/aprendizagem dos educandos e a efetiva participação dos docentes nas novas modalidades de ensino adotadas.

A metodologia usada nesse trabalho é a revisão sistemática de literatura, a qual analisa os estudos publicizados acerca da temática escolhida, com a posterior análise dos dados apresentados, aliada à pesquisa bibliográfica, com leituras, fichamentos e posterior escrita. Haja vista que o assunto é recente e muitas escritas são artigos da internet, a pesquisa será realizada a partir de textos, artigos, publicações e revistas.

Para uma melhor análise, o trabalho se divide em três seções, sendo abordado, respectivamente, os diversos artigos que versam a respeito do assunto para, então, poder estabelecer uma linha de entendimento, analisando os diversos artigos recentes sobre o assunto, haja vista que as bibliografias a respeito são incipientes, com base no período de propagação da Covid19, para, por fim, explicar, a partir das leituras feitas, como a pandemia afetou a aprendizagem dos alunos e, de modo geral, as demais pessoas envolvidas no processo, objetivando, ao final, tentar responder o problema suscitado.

A escolha do tema está diretamente relacionada com o trabalho desenvolvido pela pesquisadora. Lecionando, percebe-se claramente que os alunos não estão mais envolvidos com o processo de aprendizagem como estavam antes da pandemia. Dessa forma, é extremamente relevante que, como professora, a pesquisadora possa entender o que está acontecendo e como ajudar a despertar novamente nos alunos o entusiasmo pelo aprender.

1 O CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID-19 E A EDUCAÇÃO

A pandemia do novo coronavírus (COVID-19) pegou o mundo de surpresa. De casos isolados, em um curto período de tempo, a sociedade global se viu envolvida em protocolos de saúde e restrições de acesso a diferentes ambientes. O isolamento social compôs a pauta emergente de discussão dos diversos meios de comunicação, os quais, diariamente, repassavam informações de prevenção e campanhas para que

os cidadãos permanecessem isolados como forma de barrar a propagação de um vírus mortal, até então desconhecido pelas autoridades de saúde.

Este quadro de saúde global trouxe a lume diversos problemas sociais, até então, ignorados por grande parte da comunidade, como a falta de recursos financeiros, bem como o colapso do sistema de saúde em grande parte dos países afetados pelo vírus. Abordagens políticas urgentes sobre o tema, passaram a figurar no cenário governamental, expondo, em conjunto, a (in)eficiência do Estado no atendimento da população mais vulnerável.

Notadamente, o sistema educacional também foi exposto às consequências ocasionadas pelo COVID-19. Com o início da pandemia em meados de março de 2020¹, quando o vírus atingiu o primeiro ápice de propagação, conforme relata Rafael Muñoz (2020, s.p), “[...] em pouco mais de três semanas, cerca de 1,5 bilhão de estudantes em pelo menos 174 países ficaram fora da escola em todo o mundo.”

Com efeito, tornou-se necessário adequar-se ao novo cenário social. Escolas, comércio, empresas e setores governamentais passaram a adotar o *home office*, estabelecendo um regime de trabalho remoto, possibilitando, desse modo, que o corpo de trabalho e estudantes trabalhassem e cumprissem compromissos de suas residências, com o intuito de barrar a propagação do vírus.

Conforme observam Amaral, Rossini e Santos,

A Covid-19 nos coloca diante de muitas questões complexas, relacionadas à saúde, à finitude da vida, às teorias de conspiração, à recuperação da economia, à manutenção de empregos e à educação, em particular, já que a suspensão das aulas ou a mudança de modalidade de ensino, devido à pandemia, preocupa toda a sociedade em relação ao futuro de nossos estudantes, sendo fundamental criar estratégias para que as atividades escolares não sejam interrompidas. (ROSSINI; SANTOS, 2021, p. 02).

Neste cenário, a utilização de tecnologias tornou-se produto essencial, pois o uso de celulares, computadores, e acesso à internet passou a ser o veículo para que a sociedade não parasse. As adaptações trazidas pelas restrições de isolamento impostas, fez crescer, sobremaneira, o comércio digital, bem como a utilização das diversas ferramentas de acesso online disponíveis no mercado. A educação, nesse

¹ Conforme divulgado pela Organização Pan-Americana de Saúde, em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. O termo “pandemia” se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade. A designação reconhece que, no momento, existem surtos de COVID-19 em vários países e regiões do mundo.

passo, passou a fazer uso de referidas ferramentas para que fosse possível dar continuidade ao ensino-aprendizagem, antes efetivado apenas de modo presencial.

Estas novas demandas exigiram, paralelamente, que os indivíduos se adequassem ao novo sistema imposto para que houvesse uma efetiva produção. No contexto educacional, conforme relatam Ana Nobre e Ana Mouraz,

[...] a aprendizagem em ambientes digitais, quando comparada com as formas mais típicas de ensino presencial, exigiu maior responsabilidade ao estudante, mais e melhor organização, exigiu que desenvolvesse mais e melhores competências transversais. Em situação de pandemia e tendo em consideração a circunstância de confinamento de muitos atores educativos, tais exigências tornaram-se ainda mais pertinentes. (NOBRE; MOURAZ, 2020, p. 373).

Com efeito, torna-se essencial analisar como o ensino digital tem refletido nos alunos, no que concerne ao efetivo aprendizado, bem como debater acerca das deficiências expostas, como o acesso às tecnologias pelas famílias vulneráveis, e a continuidade dos protocolos de restrição social impostos com o consequente reflexo no âmbito educacional.

2 EFEITOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NAS APRENDIZAGENS DOS ALUNOS: RECORTES DE ALGUNS ESTUDOS PUBLICADOS EM REVISTAS E PERIÓDICOS

Após as primeiras manifestações do novo coronavírus, em março de 2020¹, os governos mundiais decidiram que o isolamento social, como um primeiro recurso, era essencial para barrar a disseminação do vírus, o qual se transmite através do contato pessoal. Com isso, novos mecanismos de interação social foram sendo criados para que a urgência do mundo moderno pudesse ter continuidade.

Com a escola não foi diferente, tendo em vista a necessidade da continuidade do processo de ensino/aprendizagem, frente a uma situação que não possui data de término. Conforme observa Marli Alves Flores Melo (2021, fl. 82), na nova configuração estabelecida no ambiente escolar, foi possível instaurar o ensino na modalidade remota, momento em que “se vivenciou uma verdadeira metamorfose no desenvolvimento das práticas pedagógicas nas novas formas de aprendizagens, do presencial para o virtual, com a intensificação do uso de tecnologias.”

¹ No Brasil, a Portaria nº 454 declarou estado de transmissão comunitária do novo corona vírus em 20 de março de 2020, o que fez entrar em vigor a Lei da Quarentena, Lei nº 13.979, com o objetivo de evitar a contaminação e propagação da COVID-19 (FARO *et al*, 2020).

Assim, o ensino à distância, adotado após os protocolos restritivos, trouxe a lume as várias dificuldades enfrentadas por muitos alunos, até então silenciosas, e que vão desde a dificuldade de acesso às tecnologias usadas, como problemas emocionais e de desenvolvimento ocasionadas pelo isolamento social.¹

Notadamente, os trabalhos desenvolvidos acerca do tema ainda são incipientes, dado o período em que a propagação do novo coronavírus forçou uma nova adaptação da sociedade aos protocolos de saúde impostos desde o início do período. Estas adaptações foram necessárias, vez que o contato pessoal entre os indivíduos acarretaria o descontrole da disseminação do vírus. Assim, a sociedade como um todo, em especial a escola, necessitou criar espaços virtuais para que a continuidade do ensino aprendido continuasse efetiva.

Após a imposição desse novo processo, foi possível observar as dificuldades enfrentadas pelos educandos no que concerne ao acesso às novas tecnologias. Os recursos tecnológicos utilizados pela escola no processo de continuidade do ensino/aprendizagem, demonstrou que muitas famílias não possuem acesso a internet, bem como às tecnologias envolvidas, como celulares, tablets e computadores, fatores que ocasionam a dificuldade de aprendizado de muitos alunos que não possuem referidos recursos.

Referida questão afeta, não apenas o processo de aprendizagem dos alunos envolvidos, como também a inclusão social no ambiente escolar, vez que as aulas presenciais necessitaram ser suspensas com o objetivo de evitar a propagação da COVID-19. Conforme observam Amaral, Rossini e Santos,

A corrida contra o tempo, pelas Universidades e escolas particulares e públicas, em face da falta de infraestrutura tecnológica, e do preparo dos professores para a docência em ambientes *online* evidencia a indiferença de alguns gestores educacionais em relação às potencialidades do digital em rede. Nessa crítica situação, os alunos estão à deriva em um oceano revoltado, já que grande parte deles sofre com o problema de acesso à *Internet* e com a falta de computadores e de espaço físico adequado, em suas casas, para participarem de aulas virtuais. (AMARAL; ROSSINI; SANTOS, 2021, p. 03).

¹ Conforme analisado por Faro *et al* (2020), no âmbito de prevenção à saúde, as medidas tomadas para proteger a comunidade a exposição e contágio pelo novo corona vírus, foi o distanciamento social ou distanciamento físico, que implica a manutenção de uma distância espacial - cerca de dois metros - entre o indivíduo e outras pessoas, quando fora de casa. Isso resulta, por exemplo, na recomendação de não se reunir em grupos e evitar lugares cheios e aglomerações. Essa é uma medida que vem sendo executada pelos países para evitar o contágio.

Notadamente, a pandemia evidenciou diferentes carências no setor educacional, bem como familiar dos educandos, tendo em vista todos os desafios lançados a partir da adição dos novos modelos de ensino estabelecidos a partir dos protocolos de restrição social.

Neste passo, este trabalho objetiva analisar as contribuições de pesquisadores sobre a temática, para, posteriormente, tecer considerações acerca do atual cenário educacional no país, e os reflexos ocasionados pela COVID-19.

Para tanto, foram analisados oito artigos, publicados em diferentes revistas e periódicos, e pesquisados a partir das plataformas “Google Acadêmico” e “SciELO”, com a posterior leitura e análise.

Por tratar-se de um tema emergente, a partir de um levantamento genérico, foi possível localizar diversos artigos, no entanto, preferiu-se sintetizar aqueles trabalhos que destacaram mais ênfase no que concerne, não apenas aos reflexos da pandemia na educação, como também os resultados obtidos através dos novos métodos de ensino aplicados no período de isolamento social.

A Tabela abaixo demonstra os estudos analisados, a autoria, o periódico publicizado e a data da publicação:

TÍTULO	AUTOR	PERIÓDICO	DATA DA PUBLICAÇÃO
A viralização da educação online: a aprendizagem para além da pandemia do novo Coronavírus	AMARAL, Mirian Maia do; ROSSINI, Tatiana Stofella Sodré; SANTOS, Edméa Oliveira dos	Revista Práxis Educacional. v. 17, n. 46	Jul./set. 2021
Educação em tempos de pandemia: uma experiência de ensino remoto em aulas de geografia	FORTUNATO, Julio Cesar Gomes	RECITE - Revista Carioca de Ciência Tecnologia e Educação. v. 5 n. especial	Set. 2020
Reflexões sobre os efeitos da pandemia na aprendizagem digital	NOBRE, Ana; MOURAZ, Ana	Dialogia. São Paulo, n. 36	set./dez. 2020
Coronavírus e educação: análise dos impactos assimétricos	SENHORAS, Elói Martins	Boletim de Conjuntura. v. 2, n. 5	2020

Os desafios da educação no período de pandemia	BARROS, Fernanda Costa. VIEIRA, Darlene Ana de Paula.	Brazilian Journal of Development	Jan. 2021
Pandemia de covid-19, ensino remoto e a potencialização das desigualdades educacionais	Magalhães, Rodrigo Cesar da Silva	História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro. v.28, n.4	Out/Dez 2021
Direito ou privilégio? Desigualdades digitais, pandemia e os desafios de uma escola pública	MACEDO, Renata Mourão	Estudos Históricos Rio de Janeiro, vol 34, nº 73, p.262-280	Mai-Agosto 2021
Pandemia da covid-19: efeitos retratados na educação pública brasileira	Melo, Marli Alves Flores	Boletim de Conjuntura (BOCA), Boa Vista, v. 7, n. 20, p. 79–97	Set. 2021

Fonte: produção da pesquisadora.

Por ainda se tratar de um tema incipiente, os resultados apresentados nas pesquisas analisadas se baseiam, predominantemente, em observações preliminares dos efeitos do ensino a distância, diante das carências apresentadas. Desse modo, necessário tecer considerações sobre referidos estudos, conforme analisado no tópico seguinte.

2.1 OBSERVAÇÃO CRÍTICA SOBRE OS ESTUDOS COMPILADOS

A partir da leitura dos estudos selecionados, percebe-se que a pandemia de corona vírus, e o conseqüente isolamento social, trouxeram para a educação o desafio da continuidade. Dado os protocolos sanitários nos quais foi necessário manter os cidadãos isolados a fim de barrar a propagação do vírus, a escola necessitou criar mecanismos para que o ensino/aprendizagem continuasse ocorrendo.

Desse modo, os autores analisados, destacam em seus estudos que o principal desafio das escolas foi manter a efetividade do ensino das crianças e adolescentes durante o período de isolamento social, que, de forma repentina, necessitou ser repensada, em um cenário que não dispunha de mecanismos tecnológicos aptos a manterem o mesmo padrão do ensino presencial.

Assim, os desafios impostos a partir da imposição dos protocolos de isolamento social, efetivados em meados de março de 2020, gerou uma corrida contra o tempo

para que a escola pudesse se adaptar ao novo cenário lançado. Neste ínterim, o ensino remoto, mecanismo já existente e utilizado, predominantemente, pelas universidades, foi o meio escolhido para que o ensino continuasse ocorrendo.

Especificamente, Amaral, Rossini e Santos (2021), destacam que a maioria das universidades e escolas públicas e privadas, diante do emergente cenário e sem recursos financeiros para adquirirem uma plataforma educacional, optaram como forma de dar continuidade as atividades educacionais por meio de e-mails, mensagens instantâneas e a disponibilização de materiais impressos para os alunos. Já outras escolas, predominantemente as públicas, suspenderam as aulas em razão da desigualdade social de aproximadamente 40% de seu público, que não possui acesso à internet e a recursos digitais para participarem das atividades a distância.

Neste aspecto, os trabalhos analisados apontam, de forma geral, para a ausência de políticas públicas relacionadas ao direito e acesso à educação durante o período de isolamento social. Tendo como base o desafio emergente da escola em prosseguir com o ensino, Renata Mourão Macedo, aponta diferentes questionamentos que fizeram parte da escola durante o período de isolamento social, observando que,

[...] em março de 2020, quando foi anunciado no Brasil o fechamento repentino das escolas pela propagação da pandemia causada pelo coronavírus, o tempo hábil para organização da continuidade do ano letivo foi curto. Em diferentes escolas públicas e privadas, dúvidas não pararam de surgir: as atividades devem esperar o fim da pandemia ou a escola deve adotar o ensino remoto? No caso de adoção de atividades *online*, quantos estudantes acessam a internet de suas casas? Quantos estudantes possuem equipamentos eletrônicos adequados para o ensino a distância? De quais modos o ensino formulado para ser realizado de modo presencial poderá ser migrado para o ambiente *online*? Em suma: se a educação for transferida para o ambiente *online*, seguirá como um direito ou será um privilégio? Entre tantas outras perguntas que marcaram esse momento de crise. (MACEDO, 2021, p. 264).

Júlio César Gomes Fortunato, tecendo observações a partir de sua experiência em sala de aula, destacou que, dentre as ferramentas digitais existentes, o acesso à internet através do celular é predominante, e que, na sua realidade, as aulas foram organizadas através do aplicativo de mensagens instantâneas WhatsApp, na qual a utilização da ferramenta “[...] consistiu na realização de vídeos curtos, explicativos aos alunos, enviados ao grupo de responsáveis da turma, com apresentação dos temas para a aula que seria desenvolvida.” (FORTUNATO, 2020, p. 36).

Percebe-se, neste aspecto, que os docentes se reinventaram durante o período de isolamento para dar continuidade ao processo de ensino. Dentre as tecnologias disponíveis, a utilização de recursos mais comuns aos alunos, como aplicativos de mensagens instantâneas, se mostrou efetivo.

No mesmo sentido, Amaral, Rossini e Santos destacam que:

[...] a transposição da aula presencial para ambiências online tem sido realizada, em geral, de forma síncrona, por meio de plataformas de webconferência, como Skipe, Zoom, Hangouts, RNP (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa), entre outros. Essas soluções, na medida do possível, têm sido utilizadas, por professores, respeitados os dias e horários de suas aulas, em atendimento às exigências institucionais. (ROSSINI; SANTOS, 2021, p.336).

Notadamente, os trabalhos também destacam que, embora o mercado tecnológico ofereça uma gama de possibilidades para interação dos indivíduos, e, “ainda que desejável, na rede pública não há como garantir educação online para todos, em face da dificuldade de acesso ao digital em rede, bem como a ambiências formacionais para lidar com ele (AMARAL, ROSSINI E SANTOS, 2021). No mesmo sentido, Rodrigo César da Silva Magalhães observa que a educação à distância

[...] e outras formas de ensino remoto mediadas por plataformas tecnológicas, aplicativos de celulares, rádio e televisão vêm sendo incentivadas pelas três esferas de governo, muitas vezes à revelia da legislação educacional vigente no país, e adotadas em larga escala, principalmente na rede privada de ensino. Esse processo, desencadeado em meio a uma pandemia, além de maximizar a exploração dos professores e jogar sobre eles grande parte do ônus causado pelo fechamento das escolas, também tem contribuído para descortinar as diferentes realidades em que vivem os estudantes brasileiros e de que modo elas afetam seu direito constitucional à educação. (MAGALHÃES, 2021, p. 1265).

De modo geral, os estudos analisados destacam que a emergência da adaptação das escolas diante das políticas de distanciamento social, expôs como maior desafio a adequação, não apenas das escolas, mas dos docentes, no preparo de aulas e metodologias de ensino, e dos estudantes, no que concerne ao acesso ao ensino remoto e, também, a efetiva participação nos estudos.

Destarte, a partir dos resultados observados nos estudos analisados e a prática em sala de aula vivenciada pela pesquisadora, torna-se importante discorrer sobre os efeitos da pandemia no processo de ensino/aprendizagem e como a mudança na rotina dos atores sociais envolvidos refletiu no ambiente escolar, conforme será analisado no tópico seguinte.

3 OS EFEITOS E DESDOBRAMENTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NO PROCESSO DE ENSINO/APRENDIZAGEM

A pandemia de COVID-19 trouxe a lume diversos problemas sociais, sobretudo na educação, demonstrando que a ausência de políticas públicas acarreta vários prejuízos sociais. Neste cenário, foi possível observar que as escolas, embora caracterizadas como espaço de inserção e desenvolvimento, sofreu duras consequências para dar continuidade a proposta político pedagógica diante da falta de estrutura que o período de isolamento social demandou.

O cenário social ocasionado pela pandemia não poderia ter sido previsto pela população. Logo, as consequências ocasionadas pela tomada emergente de medidas e cautelas decretadas pelos governos, ocasionou prejuízos de ordem econômica, a partir da proibição de aglomerações oriundas de festividades, e o afastamento dos indivíduos do local de trabalho, sendo o trabalho remoto, dentro da realidade e possibilidade de muitas empresas, o meio adequado de manter a economia e a lucratividade.

Com efeito, se a economia sofreu grandes abalos com a pandemia, a educação pública, sobremaneira, também sofreu diante da escassez de recursos para dar continuidade ao processo de ensino/aprendizagem de forma remota. Conforme analisado nos estudos compilados, os pesquisadores puderam concluir que o período em que vigorou a política de isolamento social trouxe sérias consequências para a educação, as quais irão repercutir ao longo dos próximos anos. Para Elói Martins Senhoras,

[...] alguns efeitos críticos da pandemia da COVID-19 sobre a educação formam que merecem destaque se referem aos impactos negativos manifestado pelo comprometimento do processo de ensino-aprendizagem e pelo aumento da evasão escolar, os quais demandaram ações estratégicas de curtíssimo prazo para a eventual continuidade dos estudos, bem como o esforço de um planejamento de resolução de problemas para a normalização dos ciclos escolares no médio prazo. (SENHORAS, 2020, p.132).

Conforme estudo disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) (BRASIL, 2021), o percentual de escolas brasileiras que não retornaram às atividades presenciais no ano letivo de 2020

foi de 90,1%, sendo que, na rede federal, esse percentual foi de 98,4%, seguido pelas escolas municipais (97,5%), estaduais (85,9%) e privadas (70,9%). Diante desse contexto, mais de 98% das escolas do País adotaram estratégias não presenciais de ensino.

Referido estudo também aponta que a comunicação entre alunos e professores ocorreu, predominantemente, por e-mail, telefone, redes sociais e aplicativo de mensagens, sendo a estratégia mais adotada para manter contato e oferecer apoio tecnológico junto aos estudantes. Em seguida, está o uso desses canais de comunicação com a escola. Depois, vêm a disponibilização de equipamentos, como computador, notebooks, tablets e smartphones aos estudantes; e o acesso gratuito ou subsidiado à internet em domicílio (BRASIL, 2021).

Neste meio, as plataformas digitais ganharam espaço. Uma tecnologia que já está presente no mercado a considerável tempo, mas que somente neste período teve sua importância mensurada. Os benefícios oriundos da utilização de referidas tecnologias já vêm sendo debatido dentro das universidades, com a adoção de metodologias baseadas no ensino à distância (EAD) e, como observam Nobre e Mouraz,

[...] a aprendizagem digital torna-se uma mais valia porque, além de diversificar as abordagens e estratégias educacionais, facilita a aprendizagem, porque dá mais 'espaço' ao estudante; permite uma personalização do ensino/ aprendizagem; permite a colaboração entre estudantes; desenvolve/ aumenta o envolvimento, autonomia e criatividade dos alunos. (NOBRE; MOURAZ, 2020, p. 372).

Notadamente, embora a utilização de recursos tecnológicos ser ferramenta essencial para a continuidade do ensino/aprendizagem, os desafios impostos à escola e aos docentes para adequação à essas ferramentas expôs as várias deficiências do sistema educacional. Neste cenário, “[...] para além das desigualdades educacionais e sociais, somaram-se desigualdades digitais.” (MACEDO, 2021, p. 265). Conforme observa Senhoras,

[...] em um primeiro plano, observa-se que nos casos em que o EAD apresentou metodologias, conteúdos e atividades educacionais adequadas, em um contexto de ampla acessibilidade, o desenvolvimento das atividades educacionais remotas se tornou em uma pilastra essencial para resolução de problemas intertemporais durante e após a epidemia, saindo inclusive fortalecida no longo prazo. Em um segundo plano, por sua vez, nos contextos em que a transmissão ou acesso a conteúdos educativos são relativizados

quanto à qualidade do material produzido ou mesmo devido à incompleta acessibilidade de professores e estudantes às plataformas de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) devido a limitações individuais ou estruturais, a brecha do conhecimento pode se ampliar no médio prazo devido às diferentes limitações existentes, requerendo assim ações compensatórias no período pós-pandêmico. (SENHORAS, 2020, p132-133).

Assim, pode-se ponderar que a utilização das tecnologias digitais para ensino remoto, ao menos neste momento emergente, e diante da ausência de políticas sociais de apoio e de destinação de recursos financeiros às escolas, se está diante de uma dualidade, na qual, embora benéfica a ser aplicada no âmbito escolar, necessita adequações para que, efetivamente, alcance todos os alunos, em seus diferentes setores sociais.

Com base nesse cenário, é possível observar que a aprendizagem em ambientes digitais, quando comparada ao ensino presencial, exigiu uma maior responsabilidade por parte dos estudantes, na medida em que devem melhorar sua organização, desenvolvendo mais e melhores competências transversais, dentro da circunstância de confinamento (NOBRE; MOURAZ, 2020).

Embora ainda existam muitos obstáculos a serem transpostos no campo educacional concernente ao uso das tecnologias no processo de ensino/aprendizagem,

[...] ainda assim, é preciso reconhecer que garantir a conectividade para viabilizar o ensino online é apenas um paliativo em período de crise, já que o processo de aprendizagem não é só transmissão de conteúdo, mas envolve diversas outras dimensões, entre as quais a sociabilidade presencial entre crianças e adolescentes é fundamental. O acesso online aos conteúdos educacionais, apesar de indispensável, não basta para garantir uma educação de qualidade. (MACEDO, 2021, p. 276).

Necessário, neste aspecto que governo e escola continuem repensando as formas de ensino para que, não apenas em períodos históricos críticos, como o atual período de pandemia, a educação, e demais direitos sociais básicos, sigam sendo efetivados.

CONCLUSÃO

Os efeitos ocasionados pelo coronavírus tornam-se pauta de discussão por diferentes setores sociais, tendo em vista que seus reflexos, além das altas taxas de mortalidade que tem ocasionado em todo o planeta, reverbera em diferentes setores

sociais, como na educação, economia, além da saúde, gerando impactos que afetam todos os atores sociais.

Embora as tecnologias então adotadas frente ao cenário social estabelecido pela pandemia de coronavírus sejam corriqueiras à grande maioria das pessoas, tendo em vista que fazem parte do cotidiano social, como uso de celulares, tablets e computadores, estes integrados com diferentes plataformas de comunicação e aplicativos de mensagens, importante destacar que, para considerável parcela da população, ainda se tratam de mecanismos de difícil acesso, tendo em vista a ampla desigualdade social.

A realidade digital vivenciada hoje pelas escolas, era planejado como uma implementação a longo prazo, respeitando o período de adaptação de docentes e alunos, bem como a efetividade de políticas públicas que destinam recursos financeiros para que as instituições de ensino possam se adequar. Com efeito, este cenário foi abruptamente imposto, e a realidade digital, antes pensada com parcimônia, passou a ser de uso obrigatório nos diversos setores sociais, criando-se o *home office* como o novo ambiente de trabalho e estudo.

Dentre os desafios lançados com a nova realidade na educação, estão a possibilidade do amplo acesso dos estudantes aos recursos tecnológicos para acesso ao ensino remoto, tendo em vista as desigualdades sociais experimentadas pela população brasileira, na qual o acesso a celulares, tablets e computadores com acesso à internet, não alcança grande parte das crianças e adolescentes em idade escolar, aliado ao desafio da autoregulação (disciplina nos estudos) e a dificuldade em manejar as tecnologias disponíveis.

Já por parte dos educadores, está a carência de treinamento para uso dos recursos tecnológicos para o ensino remoto, bem como o trabalho extensivo na preparação da aula e efetiva aplicação, dado que grande parte do trabalho remoto é executada em *home office*.

Embora se busque estabelecer uma estimativa dos impactos ocasionados pelo coronavírus e do consequente isolamento social no âmbito da educação, referidos objetivos não são evidentes a curto prazo, tendo em vista que o Brasil, em sua dimensão, apresenta-se como uma país com grande desigualdade social, aliando-se o período em que os educandos permaneceram sem aulas presenciais.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Mirian Maia do; ROSSINI, Tatiana Stofella Sodré; SANTOS, Edméa Oliveira dos. A viraliza o da educa o online: a aprendizagem para além da pandemia do novo Coronavírus. In: **Revista Práxis Educacional**. v. 17, n. 46, p. 1-22. JUL./SET. 2021. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8090692>>. Acesso em: 23 nov. 2021.

BARROS, Fernanda Costa. VIEIRA, Darlene Ana de Paula. Os desafios da educa o no período de pandemia. In: **Brazilian Journal of Development**. Vol. 7, N. 1 (2021). Disponível em: <<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/22591>>. Acesso em: 14 jan. 2022.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)**. Divulgados dados sobre impacto da pandemia na educa o. 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/divulgados-dados-sobre-impacto-da-pandemia-na-educacao>>. Acesso em: 18 jan. 2022.

BRASIL. **Portaria n  454, de 20 de março de 2020**. Declara, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do coronavírus (covid-19). Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-454-de-20-de-marco-de-2020-249091587>>. Acesso em: 12 dez. 2021.

BRASIL. **Lei n  13.979, de 6 de fevereiro de 2020**. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.979-de-6-de-fevereiro-de-2020-242078735>>. Acesso em: 12 dez. 2021.

FARO, André. Et al. COVID-19 e saúde mental: a emergência do cuidado. In: **Estudos de Psicologia**. Campinas, n. 37. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/estpsi/a/dkxZ6QwHRPhZLsR3z8m7hvF/>>. Acesso em: 12 dez. 2021.

FORTUNATO, Julio Cesar Gomes. Educa o em tempos de pandemia: uma experiência de ensino remoto em aulas de geografia. In: **RECITE - Revista Carioca de Ciência Tecnologia e Educa o**. v. 5 n. especial (2020). Disponível em: <<https://recite.unicarioca.edu.br/rccte/index.php/rccte/issue/view/9>>. Acesso em: 24 nov. 2021.

MACEDO, Renata Mourão. Direito ou privilégio? Desigualdades digitais, pandemia e os desafios de uma escola pública. In: **Estudos Históricos Rio de Janeiro**, vol 34, n  73, p.262-280. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/eh/a/SGqJ6b5C4m44vh8R5hPV78m/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 18 dez. 2021.

MAGALHÃES, Rodrigo Cesar da Silva. Pandemia de covid-19, ensino remoto e a potencialização das desigualdades educacionais. In: **História, Ciências, Saúde: Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.28, n.4, out.-dez. 2021, p.1263-1267. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/PsyyZM3qmWPBQcBMm5zjGQh/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 08 jan. 2022.

MELO, Maria Alves Flores. Pandemia da covid-19: efeitos retratados na educação pública brasileira. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 7, n. 20, p. 79–97, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.5194239. Disponível em: <<https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/407>>. Acesso em: 27 jan. 2022.

MUÑOZ, Rafael. **A Experiência Internacional com os Impactos da COVID-19 na Educação**. 2020. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/85481-artigo-experiencia-internacional-com-os-impactos-da-covid-19-na-educacao>>. Acesso em: 23 nov. 2021.

NHANTUMBO, Telma Luis. Capacidade de resposta das instituições educacionais no processo de ensino-aprendizagem face à pandemia de covid-19: impasses e desafios. In: **Educamazônia - Educação, Sociedade e Meio Ambiente**, v. 25 n. 2, jul-dez (2020). Disponível em: <<https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/educamazonia/article/view/7851>>. Acesso em: 25 nov. 2021.

NOBRE, Ana; MOURAZ, Ana. Reflexões sobre os efeitos da pandemia na aprendizagem digital. IN: **Dialogia**. São Paulo, n. 36, p. 367-381, set./dez. 2020. Disponível em: <<https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/10344/1/18722-81590-1-PB%20dialogia%202020.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2021.

OPAS. Organização Pan-Americana de Saúde. **Histórico da Pandemia de COVID-19**. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>>. Acesso em: 24 nov. 2021.

PRESSE, France. **Unesco: metade dos estudantes do mundo sem aulas por conta da Covid-19**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/03/18/unesco-metade-dos-estudantes-do-mundo-sem-aulas-por-conta-da-covid-19.ghtml>>. Acesso em: 23 nov. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Coimbra, Portugal: Edições Almedina, 2020.

SENHORAS, Elói Martins. CORONAVÍRUS E EDUCAÇÃO: ANÁLISE DOS IMPACTOS ASSIMÉTRICOS. In: **Boletim de Conjuntura**. v. 2, n. 5 (2020). Disponível em: <<https://revista.ufr.br/boca/article/view/Covid-19Educacao>>. Acesso em: 27 dez. 2021.

TRICATE, Myriam. **A Educação a Distância contra a Pandemia**. PEA UNESCO. Disponível em: <<https://revistaeducacao.com.br/2020/03/25/educacao-a-distancia-unesco/>>. Acesso em: 23 abr.2021.

VIEIRA, Márcia de Freitas; SILVA, Carlos Manuel Seco da. A Educação no contexto da pandemia de COVID-19: uma revisão sistemática de literatura. In: **Revista Brasileira de Informática na Educação (RBIE)**. V. 28. 2020. Disponível em: <<https://br-ie.org/pub/index.php/rbie/article/view/v28p1013>>. Acesso em: 25 nov. 2021.

METODOLOGIAS ATIVAS PARA O ENSINO E APRENDIZAGEM DE LÍNGUA PORTUGUESA: NOVAS FORMAS PARA ANTIGOS SABERES.

Geanine Rambo¹
Cátia Luana Bullmann²
Délcio Régis Haubert³
Mariel da Silva Haubert⁴

RESUMO

O presente artigo busca problematizar questionamentos em relação as metodologias ativas como possibilidade para uma educação inovadora. Além disso, objetiva promover a análise crítica do ensino de Língua Portuguesa na educação básica com foco nas metodologias ativas e possibilidade de ressignificar e transformar o ensino e aprendizagem vistos como um processo estruturalista e complexo. A fim de alcançar estes objetivos, foi realizado um estudo de natureza bibliográfica, em que se busca compreender e debater sobre as contribuições de determinados autores em relação às metodologias ativas para uma educação inovadora, a partir da necessidade de reflexão e comprometimento acerca da prática docente como processo de autoformação e contínuo crescimento profissional. Este estudo contribui para a compreensão docente em relação ao seu papel no processo de observação direta entre a formação continuada e a prática de ensinar e aprender a Língua Portuguesa. Sendo assim, observou-se que as metodologias ativas aliada a necessidade de estar em constante evolução profissional, como sujeito responsável por influenciar a formação de outros sujeitos, possuem conexão direta com o sucesso profissional do professorado e com o processo de ensino e aprendizagem da língua portuguesa como parte constituinte da vida social. A partir disso, percebe-se possibilidade de evolução dos processos comunicativos e, portanto, está para além da gramática estruturalista e engessada que ainda é o principal objeto de estudo em muitas salas de aula.

¹ Egressa do Curso de Pós-Graduação em Gestão da Aprendizagem e Metodologias Ativas: novos saberes. Núcleo de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão/NPPGE. Faculdades Integradas Machado de Assis. Professora do Centro Educacional Machado de Assis – FEMA. E-mail: rambo.geanine@gmail.com

² Professora do Centro Educacional Machado de Assis – FEMA. E-mail: catiabullmann@fema.com.br

³ Mestre em Ensino Científico e Tecnológico. Especialista em Interdisciplinaridade. Graduado em Matemática. Coordenador do Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio do Centro Educacional Machado de Assis. Professor das Faculdades Integradas Machado de Assis/FEMA. Discente no Curso de Pós-Graduação em Gestão da Aprendizagem e Metodologias Ativas: novos saberes/FEMA. delcior@fema.com.br

⁴ Doutora em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), Brasil (2021). Professora da Graduação e Pós-Graduação das Faculdades Integradas Machado de Assis. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão/NPPGE da Fundação Educacional Machado de Assis. E-mail: mariel@fema.com.br

Palavras-chave: Metodologias Ativas; Educação Inovadora; Língua Portuguesa; Autoformação.

INTRODUÇÃO

Na sociedade contemporânea, o âmbito educacional com foco no ensino e aprendizagem de diferentes componentes curriculares na educação básica precisam ser repensados. Nesse sentido, o componente curricular de Língua Portuguesa, o qual compreende parte constituinte do currículo da educação básica, será analisado e repensado no enfoque educacional sob o viés das metodologias ativas. O ensino e aprendizagem da língua portuguesa, com base nas metodologias ativas, devem ser compreendidos como um conjunto de atividades, formais ou informais, que levam as pessoas a conhecer os recursos de sua língua.

A temática abordada no artigo busca promover a análise crítica do ensino de Língua Portuguesa na educação básica com foco nas metodologias ativas como possibilidade de ressignificar e transformar o ensino e aprendizagem vista como estruturalista e complexa. Afinal, segundo Bacich e Moran, “[...] as metodologias ativas dão ênfase ao papel protagonista do aluno, ao seu envolvimento direto, participativo e reflexivo em todas as etapas do processo [...] com orientação do professor.” (BACICH; MORAN, 2018, p. 4).

Com o intuito de atingir o objetivo da pesquisa, busca-se analisar as competências necessárias segundo a BNCC para desenvolver o ensino e aprendizagem na Língua Portuguesa, além de discutir acerca das metodologias ativas enquanto possibilidade de contribuir para a ressignificação as aulas de Língua Portuguesa vistas, muitas vezes, como estruturalistas, gramaticais e de análise abstrata da escrita e, ainda, refletir acerca da importância do compromisso do professor com o seu fazer docente e a professoralidade. Afinal, Halu defende que:

[...] as fortes mudanças sociais, políticas, econômicas e tecnológicas que caracterizaram a virada do milênio criaram novas demandas para o indivíduo (cidadão/trabalhador), o qual espera, ao menos em parte, obter uma preparação adequada na escola, o que exige um novo perfil de professor [...] (HALU, 2014, p.163).

A fim de alcançar êxito na pesquisa proposta, a metodologia consiste em uma pesquisa bibliográfica que visa analisar e refletir acerca de proposições dos autores em relação ao ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa a partir das metodologias ativas. A metodologia que norteará este trabalho será um estudo de natureza bibliográfica, em que se busca compreender e debater sobre as contribuições de determinados autores em relação a educação inovadora no âmbito das metodologias ativas nas aulas de Língua Portuguesa, bem como acerca da formação e reflexão do professor em seu fazer docente.

A análise, identificação e construção da pesquisa, está ancorada em autores consistentes e conceituados, dentre eles destacam-se: José Moran (2017; 2018), influente pesquisador acerca das metodologias ativas na educação, especialmente ao defini-las como peça chave para uma educação inovadora; Roxane Rojo (2012), ao apontar caminhos especificamente na área da linguagem e dos multiletramentos na escola; Celso Antunes (2014), ao destacar reflexões sobre a aula e práticas pedagógicas diversas acerca das inovações necessárias em ambiente escolar e estabelecer paralelos provocativos ao que ele define como “professores e professauros”; Paulo Freire (1996), autor clássico e ao mesmo tempo contemporâneo ao apontar caminhos e reflexões sempre atuais acerca do fazer docente e dos saberes necessários à prática educativa; A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (2018), no âmbito das habilidades e competências destacadas, especialmente na área das Linguagens, bem como autores como Tardif (2012), Travaglia (2003) e Alarcão (2010) que são base forte para considerações acerca do ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa e também sobre as reflexões acerca do fazer docente.

O artigo possui estrutura distribuída em seções que propõem reflexões sobre a posição do professor diante das mudanças na educação; o ato profissional de comprometer-se com o fazer docente ao estar imerso na formação continuada; as metodologias ativas para a (trans)formação da educação e; um olhar específico para as possibilidades de trabalho na disciplina de Língua Portuguesa tendo como base as metodologias ativas.

1 A POSIÇÃO DO PROFESSORADO DIANTE DAS MUDANÇAS NA EDUCAÇÃO

Para refletir sobre o papel da educação na sociedade, é preciso considerar que o professor é um dos principais agentes da transformação, pois segundo Tardif, “[...] parece banal, mas um professor é, antes de tudo, alguém que sabe alguma coisa e cuja função consiste em transmitir esse saber aos outros.” (TARDIF, 2012, p. 31). O professor é aquele que ensina, que é ponte para o conhecimentos de seus estudantes, mas, por outro lado, deixou de ser aquele que possui apropriação e a posse do saber e que, portanto, garante sua virtude pedagógica e a ensinabilidade do saber. O saber não é mais por si mesmo formador, saber alguma coisa não é mais suficiente há muito tempo, é preciso também saber ensinar. Transmitir o saber não possui valor formador em si mesmo; a atividade de transmissão não confere esse valor. Em outras palavras, pode-se dizer que a metodologia adotada pelo professor para transmitir o saber é que atribui valor a este saber (TARDIF, 2012).

O professor, dessa forma, não é mais o único transmissor do saber, o aluno também não é mais um mero receptor que se deixa recheiar de conteúdos. Estamos na era da informação, os fatos e o conhecimento são gerados muito rapidamente. O professor e a escola precisam estar preparados e abertos para ser atuantes nesta sociedade, para receber as informações e ser capaz de transformar este conhecimento em saber. Não há conhecimento sem aprendizagem, a informação, se não for organizada, não se constitui em conhecimento, não é saber e, conseqüentemente, não se traduz em poder.

O conhecimento está à disposição do estudante numa diversidade de formas e de lugares, a internet hoje está ao alcance da maioria dos educandos. A sociedade da informação e do conhecimento cresce e se expande rapidamente, isso exige de todos uma permanente aprendizagem individual e colaborativa. O professor, neste processo, exerce um papel importante: o de mediador. Afinal, as informações estão disponíveis, os educandos tomam atitudes mais autônomas, mas é necessário que o professor oriente a caminhada. O uso de recursos de multimídia para fins pedagógicos não pode ser visto como uma disputa de espaço com o professor, mas, sim, como forma de proporcionar envolvimento e aprendizagens mútuas. A sala de aula deixou de ser um espaço em que se transmitem conhecimentos, passando a ser um espaço em que se procura e se constrói conhecimento. O professor precisa deixar de ser uma fonte de informação, entre muitas outras. É preciso salientar que o seu valor

informativo tem diferentes níveis, conforme o acesso que os estudantes podem ter a outras fontes de informação (ALARCÃO, 2010).

As tecnologias são grandes aliadas para o ensino, tem-se à disposição uma massa de mídias e multimídias, que, ao mesmo tempo em que disponibilizam uma infinidade de possibilidades e funções, levaram muitos a preverem uma considerável diminuição de importância da língua nas interações comunicativas entre os seres humanos. As novas tecnologias permitiram a comunicação em situações em que antes não era possível devido à distância no tempo ou no espaço, mas que não criou novos sistemas semióticos (códigos).

Estar inserido e sentir-se pertencente aos processos de ensino e aprendizagem que exigem acompanhar e manusear tecnologias que não fazem parte da geração de origem do professor não é tarefa fácil, todavia é possível. Antunes (2014, p. 21), defende que “ensinar passou a “significar”, a estimular os alunos a confrontar-se com informações relevantes no âmbito da relação que estes estabelecem com uma realidade [...]”, porém para que esse confronto e estímulo possa acontecer, o professor precisa buscar a autoformação.

1.1 FORMAÇÃO CONTINUADA: UM ATO PROFISSIONAL NECESSÁRIO À PRÁTICA DÓCENTE

A educação é um âmbito que aspira por mudanças que se efetivem. Nesse sentido, torna-se exigência, também, a corresponsabilidade exercida pelos profissionais da educação, necessariamente articulando a escola com as famílias e a comunidade. A concepção de educação integral precisa fazer parte da organização da escola, o conjunto de atividades nelas realizadas, bem como as políticas sociais que se relacionam com as práticas educacionais. Nesse contexto, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) afirma, de maneira explícita, o seu compromisso com a educação integral ao transpor que:

[...] a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. Além disso,

a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades. (BRASIL, 2018, p. 14).

O corpo docente de uma instituição caracteriza o tipo de formação oferecida aos discentes. Nesse sentido, não é possível pensar na formação do professor isolada de sua prática e atuação docente. O processo formativo do professor repercute diretamente na sua atuação profissional. Para tanto, Isaia aponta que:

O processo formativo, para efetivamente repercutir em transformação, necessita de uma orientação sistemática, organizada, auto e inter-reflexiva que acompanhe o percurso trilhado pelos professores, desde a formação inicial até o exercício continuado da docência. Compreende, para tanto, não só os esforços dos professores na dimensão pessoal e na interpessoal, como as condições oferecidas por suas instituições, no intuito de criarem condições para que esse processo se efetive. Envolve a construção, por parte dos professores, de um repertório de conhecimentos, saberes e fazeres voltados para o exercício da docência que é influenciado pela cultura acadêmica e pelos contextos socioculturais e institucionais, nos quais os docentes transitam. (ISAIA, 2007, p.73).

Pensar no trabalho sobre si mesmo é buscar condições para que a formação tenha lugar. Neste sentido, apontam-se condições a respeito do trabalho sobre si mesmo. Duas dessas condições fazem menção ao lugar e ao tempo e, estão atreladas ao fato de que o professor não se forma com a experiência profissional ligada a sala de aula, pois neste caso estará trabalhando para os outros e esta experiência não será formadora para ele. É importante considerar, no entanto, que quando o professor pensa sobre a sua aula e, neste momento esteja desenvolvendo um planejamento partindo de seus objetivos, ele estará em formação, pois o saber da experiência de planejar, executar, experienciar e refletir sobre, a todo momento, desenvolve saberes e experiências ainda não vividas em ocasiões anteriores e são também estes momentos que dão ao professor a oportunidade de aprender, desenvolver, inquietar-se e formar-se. Nesse sentido, acredita-se que o saber da experiência também deve ser considerado no processo da permanente e autoformação.

É preciso aspirar um momento em que há um tempo para pensar sobre si e sobre o que se tem feito, nas ocasiões disponibilizadas para a autoformação, buscar outras maneiras para fazer. A ideia de formar-se fazendo, ensinando em sala de aula é falsa, a menos que se encontre meios de voltar e rever o que se tem feito, realizar um balanço reflexivo e tratar de compreender, pois nesse momento acontece a

formação. É preciso buscar um lugar e um tempo para a formação sobre si mesmo, que não está ligada ao trabalho profissional, visto que este é um trabalho para os outros (FERRY, 2004).

Nenhum profissional da educação está pronto, todos estão em contínuo processo de formação. Os tempos mudam, as perspectivas são outras e nesse sentido é preciso repensar o papel ao qual cada um se propõe. Imbernón afirma que:

Ganha terreno a opção que não deseja apenas analisar a formação como o domínio das disciplinas científicas ou acadêmicas, mas sim que propõe a necessidade de estabelecer novos modelos relacionais e participativos na prática da formação. Isso nos conduz a analisar o que aprendemos e o que temos ainda para aprender. (IMBERNÓN, 2009. p.16).

Há um elemento fundamental para que a prática profissional, em qualquer nível de ensino, dê certo. A colaboração entre o professorado nas instituições de ensino faz com que muitas práticas sejam aceitas, mesmo quando propõe mudanças ou sejam inovadoras. Em muitos casos, um professor propõe uma prática metodológica diferente, que objetive a mudança, a inovação, mas por falta de colaboração e comprometimento dos demais, a ação não se concretiza. Nesse sentido, Imbernón (2009, p.105), defende que “[...] a formação permanente do professorado requer um clima de colaboração e sem grandes reticências ou resistências [...]”. Apoiar o professorado em suas aulas, parece fundamental para levar certas formas de trabalho para a classe.

O professor está em constante interação com o processo de formar-se, pois além de ser responsável direto da formação dos estudantes, ele interage com os colegas que também estão em constante formação. Nesse sentido, Imbernón afirma que “[...] o(a) formador(a) ajuda a meditar sobre situações práticas, pensar sobre o que se faz durante sua execução, incluindo-se nesse processo a deliberação acerca do sentido e o valor ético das atuações.” (IMBERNÓN, 2009, p.107). Além disso, o docente está em constante formação, pois ele nunca está pronto, a busca pelo saber é ininterrupta. Freire afirma que:

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e

me educou. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. (FREIRE, 1996, p. 29).

O docente ao interagir com os processos de formação dos quais faz parte, constrói e desenvolve sua própria formação, pois está exposto a questionamentos, inquietações e informações que o inquietam e que são o combustível para a sua prática formativa. É por perceber que não há respostas para tudo e que a cada momento novas situações se apresentam, que ele é movido a ser professor formador pesquisador. Nesse sentido, Freire esclarece que

Fala-se hoje, com insistência, no professor pesquisador. No meu entender o que há de pesquisador no professor não é uma qualidade ou uma forma de ser ou de atuar que se acrescente à de ensinar. Faz parte da natureza da prática docente a indagação, a busca, a pesquisa. O que se precisa é que, em sua formação permanente, o professor se perceba e se assuma, porque professor, como pesquisador. (FREIRE, 1996 p.29).

Nesse sentido, cabe ainda destacar a importância de profissionais comprometidos com a própria prática educativa e com o seu processo de formação e daqueles que o cercam e que esperam dele o máximo de dedicação e empenho, no sentido de acrescentar e auxiliar na busca e produção do saber.

2 METODOLOGIAS ATIVAS PARA A (TRANS)FORMAÇÃO DO CONTEXTO EDUCACIONAL

As metodologias ativas (MA) estão, atualmente, muito presentes no contexto escolar. O aparecimento e crescimento das MA ocorre pelo fato de que a proposta visa que o estudante esteja no centro do processo de ensino e aprendizagem, ou seja, o aluno passa a ser um participante ativo e também é responsável pela construção do conhecimento, o que torna o processo mais significativo. Nesse contexto, o docente deixa de ser o principal agente dessa construção e o foco se volta para o discente. Para Moran,

O professor atua como mediador da aprendizagem, provocando e instigando o aluno a buscar as resoluções por si só. O docente tem o papel de intermediar nos trabalhos e projetos e oferecer retorno para a reflexão sobre os caminhos tomados para a construção do conhecimento, estimulando a crítica e reflexão dos jovens. (MORAN, 2018. p. 12).

Há inúmeros fatores que precisam ser considerados para que as MA possam ser realidade no contexto escolar. As instituições escolares precisam estar atentas para as mudanças e estar dispostas a investir nos aspectos que envolvem essa evolução. Fala-se de ampliação e alteração do currículo, modificação do tempo e espaço físico, investimento na formação continuada dos docentes, projetos interdisciplinares, priorizar um envolvimento maior do estudante. Nesse sentido, a educação formal enfrenta um impasse significativo diante de tantas mudanças na sociedade, visto que é inevitável realizar questionamentos acerca de como evoluir para que haja aprendizagem significativa e que esta educação torne-se relevante para a vida dos educandos (MORAN, 2018).

Não há modelos prontos para seguir e implementar as mudanças necessárias para a evolução e proposição de uma educação inovadora para o século XXI. Moran aponta que “[...] estamos sendo pressionados para mudar sem muito tempo para testar. Por isso, é importante que cada escola defina um plano estratégico de como fará estas mudanças.” (MORAN, 2018, p.16). Nesse sentido, a evolução do processo de ensino e aprendizagem com foco nas MA como possibilidade de mudança e inovação da educação é possível, todavia é preciso aprender com os modelos que já deram certo, compartilhar as experiências exitosas e também as frustradas e, aos poucos ou, quando possível, inserir mudanças mais profundas e que venham a somar e quebrar os modelos tradicionais estabelecidos anteriormente.

A forma de ensinar chamada por Moran (2018) como “do século passado” não condiz mais com as perspectivas de construção de conhecimento dos estudantes do século XXI. A forma de aprender também já não é mais a mesma há muito tempo, pois, nessa perspectiva, em pesquisas atuais, a neurociência comprova que o processo de aprendizagem de cada indivíduo é único e que cada ser humano aprende para si o que é mais relevante e significativo (MORAN, 2018). Assim sendo, Moran (2018) esclarece:

[...] a aprendizagem ativa aumenta a nossa flexibilidade cognitiva, que é a capacidade de alterar e realizar diferentes tarefas, operações mentais ou objetivos e de adaptar-nos a situações inesperadas, superando modelos mentais rígidos e automatismos pouco eficientes. (MORAN, 2018, p.3).

No ensino convencional, os professores procuram garantir que todos os alunos aprendam o mínimo esperado por meio de metodologias expositivas, de memorização e realização de exercícios de leitura e atividades de repetição. Nesse processo, o professor ainda é protagonista, é detentor do saber e compartilha o conhecimento que tem com os estudantes que procuram aprender pelos olhos do mentor. Esse modelo é historicamente utilizado, todavia vem sendo alvo de análises críticas e estudos aprofundados acerca de sua eficiência em relação ao aprofundamento de conhecimento e, acima de tudo, de competências.

A necessidade da evolução na metodologia de ensino e aprendizagem dos componentes curriculares que compõe o currículo da educação básica é evidente e emergente. O componente de Língua Portuguesa é visto como extremamente estruturalista, que trabalha com análise de exemplos, em sua maioria, descontextualizados e pouco aplicáveis na realidade diária nas situações de leitura e escrita. Além disso, diz-se de possibilidades de variação metodológica limitada por não ser um componente de práticas de laboratório e análise concreta de experiências. Nesse sentido, as MA vem para contribuir e desconstruir esse modelo engessado e, ademais, para contribuir para a construção significativa de competências e experiências com a Língua Portuguesa no contexto escolar.

3.1. O ENSINO E APRENDIZAGEM DE LÍNGUA PORTUGUESA A PARTIR DE METODOLOGIAS ATIVAS

O ensino e a aprendizagem da Língua Portuguesa na escola estão atrelados a ideia da análise gramatical, leitura e compreensão de textos apenas. A leitura e a escrita se relacionam no sentido em que a leitura é uma atividade de acesso ao conhecimento produzido, ao mesmo tempo em que proporciona acesso às especificidades da escrita. Ler proporciona a incorporação de novas ideias, novos conceitos, dados, informações diferentes das coisas, das pessoas e do mundo em geral. Nesse sentido, a leitura escolar de textos em outras disciplinas e não apenas em Língua Portuguesa representa uma oportunidade significativa de aquisição de novas informações, o que contribui demasiadamente na construção de argumentos

apresentados na escrita de qualquer gênero textual¹ (ANTUNES, 2003).

É comum ouvir afirmações de que os problemas encontrados nos processos de leitura e escrita deficitários são problemas exclusivos das disciplinas da área de linguagens, todavia não se está considerando que a pobreza de repertório, a falta de informação, não ter o que dizer não são problemas que se solucionam com regras de gramática nem com exercícios de análise sintática, pois para escrever bem é preciso, antes de tudo, ter o que dizer (ANTUNES, 2003).

Nesse sentido, é preciso pensar no quão fundamental se torna aliar leitura e escrita em todas as áreas, pois a leitura literária contribui para aperfeiçoar a escrita, tornando-a mais formal e polida, mas é preciso também investir na bagagem cultural e intelectual. Assim, aliando estes dois aspectos, a passos lentos mas contínuos, a leitura e a escrita podem se tornar mais significativas.

A atividade de escrita, considerando-a como interativa, implica uma relação cooperativa entre duas ou mais pessoas. Nesse sentido, a escrita é tão interativa, dialógica, dinâmica e negociável quanto a fala e, por isso, um dos principais objetivos de produzir a escrita de diversos gêneros textuais na escola relaciona-se a possibilidade de manifestar ideias, informações, intenções e crenças que se quer partilhar com alguém. Além disso, a escrita cumpre com diferentes funções comunicativas em diversos contextos sociais (informar, avisar, explicar, opinar, registrar, divulgar, descrever, instruir, entre outras funções) (ANTUNES, 2003).

Outros aspectos que podem ser considerados em relação a escrita é que produção textual, com o passar dos anos, se tornou algo maçante aos estudantes. Os temas propostos são repetitivos, o professor se decepciona com textos mal redigidos e o estudante não encontra sentido em escrever para o professor, o único leitor do seu texto (GERALDI, 1987). Pensando nestas e outras questões é que o trabalho de planejamento que envolve todas as áreas de conhecimento torna-se mais atraente e significativa ao educando, pois, leva-se em conta que ele poderá mobilizar seus saberes de maneira transdisciplinar.

Ainda, nesse sentido, é significativo considerar o conhecimento de mundo do aluno, pois de acordo com Bazerman (2006), o ensino de gênero deve levar em conta

¹ Para Marcuschi (2007), gêneros textuais não são fruto de invenções individuais, mas formas socialmente maturadas em práticas comunicativas.

a experiência prévia dos estudantes em relação aos gêneros e às situações comunicativas consideradas relevantes, a fim de proporcionar o envolvimento destes alunos no processo de letramento. Por isso, em sala de aula, o gênero:

[...] não diz respeito à definição das condições mínimas de alguma velha proposição, mas à liberação do poder da proposição que, se bem escolhida, fala ao pleno dinamismo psicológico, social e educacional da situação. Em qualquer discurso de sala de aula, a vitalidade da produção genérica dos alunos dependerá da vitalidade que investimos em nossos comentários e nas tarefas que modelam e eliciam os enunciados dos alunos, bem como da contribuição do aluno para a tarefa. (BAZERMAN, 2006, p. 32).

Conforme Bazerman (2006), entende-se que a produção de um determinado gênero também permite descobrir os recursos que os estudantes trazem de sua formação e experiência na sociedade, orientando o professor para a escolha estratégica de gêneros que possibilitem a introdução dos educandos em outros territórios discursivos. Em miúdos, isso impõe uma tarefa aos educadores no sentido a contribuir para que os sujeitos participantes do processo educativo desenvolvam a capacidade de ler (a palavra e o mundo) como instrumento de intervenção e participação social.

Nesse contexto é que as metodologias ativas podem e devem contribuir, a fim de desconstruir a ideia de uma disciplina engessada, voltada apenas para a leitura, escrita e análise gramatical e estruturalista. O foco precisa, antes de tudo, estar no sujeito em formação, considerando-o como agente ativo de comunicação social e depois considerar o aspecto de que a comunicação, atualmente, ocorre de distintas formas e por meio de inúmeras possibilidades. Não é possível continuar acreditando que os jovens da atual geração terão igual interesse em ler, compreender e produzir os gêneros carta do leitor ou editorial do que os gêneros anúncio publicitário, post de instagram ou qualquer outro gênero digital. Afinal, é preciso considerar que esses novos gêneros têm influenciado as práticas de leitura e escrita digitais, causando um grande impacto na comunicação e trazendo dinamismo à comunicação digital.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) trata a tecnologia como uma competência que deve atravessar todo o currículo de forma a privilegiar as interações multimidiáticas e multimodais, proporcionando uma intervenção social, de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas do cotidiano (incluindo as

escolares) ao comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos e resolver problemas.

A inovação tecnológica permitiu o estabelecimento da comunicação, mas não elimina a língua, pois as mensagens que só podem ser veiculadas pela língua permanecem e estas só podem ser explicadas, mesmo com o uso de outros códigos (imagens, músicas), por meio da língua. O desenvolvimento das tecnologias e/ou dos meios de comunicação modernos não torna a língua um elemento secundário na comunicação entre os seres humanos (TRAVAGLIA, 2003).

Dessa forma, é importante destacar a importância do ensino de língua materna nas escolas, afinal, apesar de todos os recursos tecnológicos disponíveis, a sociedade ainda carece de uma comunicação eficiente, competente. Travaglia afirma:

[...] uma educação linguística é necessária, importante e fundamental para as pessoas viverem bem em uma sociedade e na cultura que se veicula por uma língua e configura essa língua por meio de um trabalho sócio-histórico-ideológico que estabelece tanto os recursos da língua como regularidades a serem usadas para comunicar quanto os significados/sentidos que cada recurso é capaz de pôr em jogo em uma interação comunicativa. (TRAVAGLIA, 2013, p. 16).

A educação linguística deve ser entendida como o conjunto de atividades de ensino e aprendizagem, formais ou informais, que levam as pessoas a conhecer os recursos de sua língua e as tornam capazes de usar tais recursos de maneira adequada na produção de textos em situações específicas de interação comunicativa, a fim de produzir os efeitos de sentido pretendidos. Essa educação possibilita o desenvolvimento de competências comunicativas, que são entendidas como a capacidade de utilizar o maior número possível de recursos da língua de forma mais adequada em cada situação de interação comunicativa (TRAVAGLIA, 2003).

Por meio da educação linguística, é possível produzir textos com determinadas intenções. Não há como produzir textos sem levar em consideração as regras gramaticais, afinal precisam estar imbricadas ao texto. Numa perspectiva de gênero, as regras gramaticais ganhariam seu caráter de funcionalidade, uma vez que seriam exploradas de acordo com as particularidades de cada gênero.

O ensino baseado em conceitos de língua materna determina a forma de o professor trabalhar, estabelece suas escolhas metodológicas e seus métodos de

ensino. É importante que o professor estabeleça concepções teóricas acerca do ensino de língua e linguagem, pois segundo Travaglia,

[...] uma questão importante para o ensino de língua materna é a maneira como o professor concebe a linguagem e a língua, pois o modo como se concebe a natureza fundamental da língua altera e muito o como se estrutura o trabalho com a língua em termos de ensino. A concepção de linguagem é tão importante quanto a postura que se tem relativamente à educação. (TRAVAGLIA, 2009, p. 47).

O professor precisa ter suas concepções teóricas, pois, dessa forma, pode pensar sua prática e refletir sobre ela, estabelecer suas metodologias por acreditar que as mesmas produzem conhecimento e sustentam o processo de ensino e aprendizagem e, somente assim, ao perceber que seu método está falhando, poderá avaliar sua prática e encontrar as soluções para suas inquietudes.

Nesse contexto, a aprendizagem ativa é uma possibilidade para um bom projeto educacional, porém não é possível trabalhar e propor o processo de ensino e aprendizagem sem conhecimento/autoformação. Na educação, há muitas combinações possíveis, com variações imensas na aplicação e resultados. Experimentar dinâmica e constantemente bem como reavaliar e reinventar de acordo com a conveniência para obter os resultados desejados, precisa ser uma constante nas ações do fazer docente.

Na obra “Metodologias ativas para uma educação inovadora”, José Moran, ao apontar inúmeras possibilidades de combinação de metodologias ativas para uma aprendizagem ativa, no primeiro capítulo, apresenta algumas possibilidades para iniciar o processo de ensino e aprendizagem por meio das MA, todavia aquelas estas apresentadas aqui precisam ser profundamente estudadas e compreendidas antes de qualquer prática. São elas: a) Inverter a forma de ensinar; b) Aprendizagem baseada em investigação e em problemas; c) Aprendizagem baseada em projetos e; d) Aprendizagem por histórias e jogos (MORAN, 2018).

O processo de ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa está longe de ser perfeito, mas, está, assim como os demais componentes curriculares da educação básica, em processo de construção, apropriação de conhecimento, reflexão sobre a prática e experiência. A ideia não é mostrar modelos prontos e acabados, mas possibilidades e caminhos possíveis para a reformulação da prática e, acima de tudo, provocar inquietações que motivem a busca pelo saber.

CONCLUSÃO

Inúmeras reflexões permearam as discussões neste artigo. A necessidade de estar em constante busca pelo saber e pela evolução da prática docente são considerados aspectos importantes aqui discutidos. Todavia, a compreensão acerca das definições para o ensino e a aprendizagem por meio das metodologias ativas foi o principal objetivo desta pesquisa, principalmente no que tange a questão voltada especificamente para o componente curricular de Língua Portuguesa.

Não é possível afirmar que um novo modelo inovador, que foge do modelo tradicional e engessado que é voltado para a leitura, compreensão textual e produção de textos de gêneros de pouca circulação social atualmente, foi apresentado. Todavia, há na discussão possibilidades de traçar novos caminhos por meio de fontes e autores que discutem a necessidade da educação inovadora em todos os âmbitos. Entretanto, não há modelos prontos para alcançar a educação inovadora e atrativa para os estudantes do século XXI.

As reflexões propostas apontam para a questão da responsabilidade da autoformação, pois qualquer profissional da educação, comprometido com seu fazer docente, atenta para a sua formação como algo que está para além dos saberes e conhecimentos aprendidos nas instituições de ensino. Leffa (2006) afirma:

Achar que um profissional [...] possa ser formado nos bancos da universidade é uma ilusão, necessária ou não [...]. Possivelmente não há tempo e nem condições para isso na universidade. A formação de um verdadeiro profissional – reflexivo, crítico, confiável e capaz de demonstrar competência e segurança no que faz – é um trabalho de muitos anos, que apenas inicia quando o aluno sai da universidade. A verdadeira formação, que incorpora não apenas aquilo que já sabemos, mas que abre espaço para abrigar também aquilo que ainda não sabemos [...] (LEFFA, 2006, p. 341).

Desse modo, os saberes dos professores aprendidos durante a formação inicial, podem ser reformulados e reconstruídos no dia a dia da sala de aula, a partir dos saberes curriculares, da experiência e de outros saberes da formação continuada e do desenvolvimento profissional. Refletir sobre educação e sobre o seu papel na sociedade é um desafio que não é só do profissional da área, mas de todos, principalmente dos órgãos públicos que muito exigem das escolas, procuram sempre

por resultados positivos, mas pouco fazem para colaborar com o processo, antes de chegar ao resultado.

Estas reflexões são necessárias, pois somente desta forma é que será possível que se perceba o quanto é preciso ser um professor pesquisador e que esteja sempre em processo de formação, na busca de novos saberes. Refletir sobre seu fazer docente, propor e engajar-se em uma escola colaborativa é papel fundamental dos profissionais de todas as áreas de conhecimento. Enclausurar-se na sua própria área e não estar aberto a participar e colaborar com os projetos das demais áreas é não assumir e honrar aos compromissos que uma educação reflexiva, consciente, crítica e construtiva exige, pois aquele que não demonstra aos seus estudantes que está sempre disposto a lutar por causas coletivas e participar dos processos de construção do conhecimento, desmantela a educação antes mesmo de tentar (re)construí-la.

Nesse tocante, as metodologias ativas são a possibilidade para ampliar espaços para que todos possam evoluir, para que se sintam apoiados nas suas aspirações, motivados para perguntar, investigar, produzir, contribuir. A escola não pode significar um trampolim para outro nível de ensino, mas como aquela que em cada etapa explora as possibilidades de cada um. Novos caminhos requerem novos modelos, mais centrados em aprender ativamente com problemas reais, desafios relevantes para os estudantes, propondo caminhos que viabilizem mudanças a curto e longo prazo com currículos adaptados às necessidades dos estudantes, considerando metodologias ativas e tecnologias digitais (MORAN, 2018).

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, I. **Professores Reflexivos em uma Escola Reflexiva**. São Paulo: Cortez, 2010.

ANTUNES, C. **Professores e Professuros**: reflexões sobre a aula e práticas pedagógicas diversas. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

ANTUNES, M. I. **Aula de Português – encontro & interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BACICH, L.; MORAN, J. (Org). **Metodologias Ativas para uma Educação Inovadora**: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.

BAZERMAN, C. **Gênero, Agência e Escrita**. Tradução de Judith ChamblissHoffnagel. São Paulo: Cortez, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2018

FERRY, Gilles. **Pedagogia de la Formación**. Buenos Aires: Centro de Publicaciones Educativas y Material Didáctica, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GERALDI, J. W. (Org.) **O Texto na Sala de Aula: leitura e produção**. 2. ed. Cascavel: Assoeste, 1987. p. 49-69.

HALU, R. C. O professor formador como objeto de pesquisa e o início das pesquisas no Brasil sobre formadores de professores de línguas estrangeiras. **RBLA**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 161-174, 2014.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação Permanente do Professorado: novas tendências**. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2009.

ISAIA, S. M. A. Aprendizagem docente como articuladora da formação e do desenvolvimento profissional dos professores da Educação Superior. In:

ENGERS, M. E. A.; MOROSINI, M. C. **Pedagogia universitária e aprendizagem**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

LEFFA, Vilson (Org). **Aspectos Políticos da Formação do Professor de Línguas Estrangeiras**. In: O professor de línguas estrangeiras - construindo a profissão. 2 ed. Pelotas: EDUCAT, 2006.

MARCHUSCHI, L. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.) **Gêneros Textuais e Ensino**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p.37-46.

MORAN, J. M. Mudando a educação com metodologias ativas. In **Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens**. Coleção Mídias Contemporâneas. 2015 Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/moran/wpcontent/uploads/2013/12/mudando_moran.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2022.

MORAN, J. **Metodologias Ativas para uma Aprendizagem mais Profunda**. 2018 Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/metodologias_moran1.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2022.

ROJO, R.; MOURA, E. (Org). **Multiletramentos na Escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

TARDIF, M. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática Ensino Plural**. São Paulo: Cortez, 2003.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e Interação**: uma proposta para o ensino de gramática. São Paulo: Cortez, 2009.

O CARÁTER PERMANENTE DA APRENDIZAGEM NO CONTEXTO DA MODERNIDADE LÍQUIDA

Mário José Puhl¹

RESUMO

O presente artigo aborda a aprendizagem humana em caráter permanente no ambiente da modernidade líquida. Contextos que apresentam desdobramentos na e para a educação, apresentando-lhe distintos desafios em termos pedagógicos e de organização do tempo e espaço escolar. Enfrenta-se o problema de como Bauman compreende a aprendizagem em sentido permanente no contexto da modernidade líquida e quais são os possíveis desdobramentos ao processo educacional. O percurso metodológico segue a revisão de literatura, com tratamento qualitativo dos dados, objetivando compreender como este pensador caracteriza o caráter permanente no contexto da modernidade líquida e seus desdobramentos na práxis educacional. As sociedades modernas reconhecem a soberania das decisões políticas como resultado das escolhas de cada cidadão, ao mesmo tempo em que o exercício da participação e da cidadania é um processo permanente. A dinâmica pragmática da educação, sintonizada com os interesses econômicos a aprendizagem permanente é direcionada para a lógica da substituição do conhecimento pela informação e do constante esquecimento desta, pela troca de uma informação por outra. A memória e seus sentidos educacionais e epistemológicos é substituída pelo esquecimento, menos o da aprendizagem constante. A educação permanente, pautada no conhecimento, pode potencializar as condições de participação futura na sociedade, contribuir na compreensão alargada dos fenômenos humanos e naturais, na apresentação dialogada dos argumentos e orientar a tomada de decisões e deliberações.

Palavras-chave: Bauman; Educação; Conhecimento; Informação.

INTRODUÇÃO

A preocupação com a educação dos indivíduos que constituem as sociedades se faz presente no mundo há muitos séculos. Práxis social com intencionalidades e permeada por tensionamentos em torno do seu sentido, do percurso pedagógico, dos conteúdos a serem ensinados, da formação docente, dentre outros aspectos. É permeada por compreensões da condição humana e de efetivação desta compreensão, bem como pelas relações humanas em sociedade a serem criadas, reguladas e instituídas, permitindo condições razoáveis de um mundo comum.

¹ Doutor em Educação nas Ciências – UNIJUI. Professor junto às Faculdades Integradas Machado de Assis, Santa Rosa, RS. mariopuhl@yahoo.com.br

Balizado, centralmente, no pensamento de Bauman, este texto aborda a temática da aprendizagem permanente, a transição do paradigma educacional centrado no ensino para a aprendizagem e suas possíveis interfaces com o contexto da crise em saúde pública na qual a humanidade se encontra. Defende-se o princípio do direito à educação de caráter laico e na instituição pública laica, a escola, como aspecto centrais à formação da cidadania.

O texto está organizado em duas partes, sendo que a primeira aborda a educação no projeto da modernidade e a segunda seção versa a respeito da educação no contexto da modernidade líquida.

1 A EDUCAÇÃO NA MODERNIDADE

A temática da educação e a preocupação com a sua instituição na condição de uma política pública tem sido uma das tônicas dos pensadores do movimento filosófico do Iluminismo. O acesso ao conhecimento, historicamente produzido e em caráter científico, constitui um dos pilares da modernidade ocidental, como condição central para a formação do cidadão e a constituição de sua autonomia ou maioridade. Um acesso instituído e caracterizado no espaço, lugar e tempo, a Escola, cuja instituição deveria ser de caráter republicano e realizadora desse direito elementar e potencializador do exercício da cidadania, no mundo público.

A escola, no entendimento de teóricos do Iluminismo moderno, dentre os quais é possível destacar Condorcet, Kant e Rousseau, para concretizar as finalidades de sua criação e instituição, deve possuir um caráter laico. O princípio da laicidade contempla o aspecto da universalidade no acesso, isto é, todas as pessoas independentemente de sua condição social, econômica, origem étnica, credo religioso ou outro aspecto caracterizador, possui o direito à educação escolar. Reconhece-se, neste pressuposto, o indivíduo como um sujeito de direitos e, dentre eles, ao conhecimento científico. Além da universalidade, a escola é laica na medida em que efetiva a livre circulação, estudo, compreensão e produção de ideias, pensamentos, sem privilegiar uma teoria em detrimento da outra, em todos os campos do conhecimento humano ou ciências. Busca-se a universalidade do conhecimento; a não defesa de um determinado credo religioso; sem a defesa de uma determinada corrente de pensamento político ou de governo; e, da responsabilidade por parte do

estado pela instituição, manutenção das escolas, aspecto este que dialoga, de forma direta, com o princípio laico da universalidade no acesso à escola e ao conhecimento, em razão da gratuidade. Esses aspectos constituem, portanto, o fundamento da laicidade das instituições públicas de ensino.

Um projeto educacional imbricado com um paradigma civilizatório que preza pelo estabelecimento de uma ordem societária, fundada na democracia, republicanismo, liberdade e regulação legal das relações humanas em termos constitucionais. A escola fora pensada como uma instituição funcional ao estabelecimento da ordem, como uma de suas tarefas, da modernidade. É possível pensar nela como um lugar e tempo nos quais as pretensões legisladoras dos intelectuais modernos e as ambições ordenadoras do Estado são efetivadas, entende Bauman (2010).

Nesta obra, Bauman realizou sua primeira abordagem relativa à educação. Compreende, que a educação escolarizada representou, no contexto da modernidade, um projeto capaz de fazer da instrução dos indivíduos uma das responsabilidades a serem assumidas pelo Estado, por meio da escola, e de corresponsabilidade da sociedade. Constitui um direito e dever do Estado formar os cidadãos, em sintonia com o projeto de nação, garantir uma conduta social adequada, ou seja, no caminho tornar os cidadãos responsáveis pela conservação da ordem societária, dados os dispositivos de organização e de tomada de decisões, dos assuntos públicos, nas quais a opinião e as escolhas têm legitimidade democrática.

Bauman (2010) caracteriza a educação escolarizada, na modernidade sólida, como um projeto e uma prática de uma sociedade amplamente administrada. Define a escola como um lugar – *locus* – a partir do qual se universalizava os valores, os princípios, as normas, os preceitos balizadores da humanização, da socialização dos indivíduos e para a constituição da ordem social. Os intelectuais, ou seja, os educadores e os professores são vistos como os únicos capazes de instruir as novas gerações que adentram o mundo, de fornecer os conhecimentos e as regras aos neófitos, com vistas a mostrar-lhes e ensinar-lhes uma vida moralmente correta e adequada.

Na obra *A sociedade individualizada*, o autor polonês em tela, retoma as elaborações relativas à educação escolarizada. Nela identifica, por analogia, um processo fabril de uma certa ordem, destinada à produção de corpos disciplinados,

eficientes e ajustados à ordem e a analisa tomando em conta a transição da modernidade sólida para a modernidade líquida. Infere que o projeto educacional esboçado no âmbito da modernidade ocidental encontra-se em crise, cuja origem está situada na desconstituição das instituições públicas e do paradigma filosófico da modernidade sólida.

Outro aspecto destacado por Bauman (2007; 2008) é a perspectiva de longa duração, presente na educação escolarizada. O autor desenvolve a tese de que, concebida para um mundo ordenado, no qual tudo o que se encontrava solidamente estruturado se desmanchava no ar sob a promessa de organizações mais permanentes do que aquelas que começavam a ruir, seriam instituídas, a forma escolar moderno-sólida tinha em mente perspectivas de uma duração de longo prazo, as quais estavam ancoradas em um processo educacional que, apesar das novidades e mudanças, das possíveis intercorrências e transformações, buscava formar os educandos com uma educação para toda a vida. O conhecimento possuía um sentido proporcional à sua duração e a instituição escolar tinha qualidade na medida em que oferecia a garantia desse saber de valor duradouro, em conformidade com o mundo no qual estava inserido e para o qual realizava a ação pedagógico, com propósitos claros.

Percebida neste horizonte, a educação escolarizada é tida como uma atividade voltada para a entrega de um produto. Produto a ser consumido hoje e continuamente ao longo da vida, tal como qualquer outra posse. “Os filósofos da educação da era sólido-moderna viam os professores como lançadores de mísseis balísticos e os instruíam sobre como garantir que seus produtos permanecessem estritamente no curso predeterminado pelo impulso original”, escreve Bauman (2007, p. 154). Contexto no qual é possível saber o *locus* de formação do indivíduo, pois presume-se que ele a tenha buscado em bases sólidas e em um espaço acadêmico reconhecido e edificada sobre bases consistentes, de uma vez e para a vida toda.

Durante a fase ‘sólida’ da história moderna, o cenário das ações humanas era criado para emular, o quanto possível, o modelo do labirinto dos comportamentalistas, no qual a diferença entre os caminhos certos e errados era claro e fixa, de modo que aqueles que erravam ou recusavam os caminhos certos eram constante e imediatamente punidos, enquanto aqueles que os seguiam obediente e velozmente eram recompensados. Na época moderna as grandes fabricas ‘fordistas’ e o recrutamento de massas para os exércitos, os dois braços mais longos do poder *panótico* (sic), eram a personificação completa da tendência à rotina dos estímulos e da reação aos estímulos. O ‘domínio’ consistia no direito de estabelecer leis infringíveis, vigiar o seu cumprimento, determinar obrigações para se seguir sob

vigilância, realinhar os desviantes ou excluí-los, no caso do fracasso do esforço de reforma-los. Esse modelo de dominação exigia um compromisso recíproco e constante dos administradores e dos administrados. [...]. A modernidade 'sólida' era verdadeiramente a era dos princípios duradouros e concernia, sobretudo, aos princípios duráveis que eram conduzidos e vigiados com grande atenção. (BAUMAN, 2009, p. 666).

Tal como já nos ensinou Heráclito (2005) que tudo está em permanente e constante transformação, seja em termos de qualidade e quantidade, o mundo moderno sólido também não permaneceu estático e encontra-se em transformação. Transformações essas que têm desdobramentos no campo a educação, da aprendizagem e dos processos pedagógicos, além dos percebidos em outros aspectos da sociedade. Elementos que serão objeto de abordagem na sequência do texto.

2 A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA MODERNIDADE LÍQUIDA

De acordo com o pensamento de Bauman (2001), a transição da modernidade sólida para a modernidade líquida¹, instaurou uma crise, afetando todos os aspectos da vida humana, em termos privados e públicos. Em termos educacionais, um cenário de fragmentação teórica e científica que repercute de maneira direta no mundo da educação, evidenciado na “[...] destruição dos alicerces de estabilidade do discurso pedagógico que sustentam práticas educacionais escolares, sejam elas consideradas progressistas ou conservadoras”, entende Lima (2010, p. 2).

Circunscrita no âmbito da educação, a crise na educação, conforme Arendt (2013, p. 229-231) evidencia-se em três aspectos fulcrais: a) de que existe “um mundo da criança e uma sociedade formada entre crianças”, cabendo, portanto, às crianças do governo da sociedade e aos adultos prestar algum tipo de auxílio para que elas governem; b) na perda da autoridade do professor, visto que ele não mais responde

¹ Bauman (2003, s. p.) denomina a contemporaneidade de modernidade líquida em vez de pós-modernidade. Pós-modernidade, para este pensador, significa uma sociedade ou condição humana, e pós-modernismo diz respeito à uma visão de mundo que pode surgir, mas não de forma inexorável, da condição pós-moderna. “[...] Ser pós-modernista significa ter uma ideologia, uma percepção do mundo, uma determinada hierarquia de valores que, entre outras coisas, descarta a ideia de um tipo de regulamentação normativa da comunidade humana e assume que todos os tipos de vida humana se equivalem, que todas as sociedades são igualmente boas ou más; enfim, uma ideologia que se recusa a fazer julgamentos e a debater seriamente questões relativas a modos de vida viciosos e virtuosos, acredita que não há nada a ser debatido. Isso é pós-modernismo”. A modernidade líquida caracteriza-se pela transitoriedade, pelo temporário. Tal como os líquidos, uma sociedade líquida é incapaz de manter a forma. “[...] Nossas instituições, quadros de referência, estilos de vida, crenças e convicções mudam antes que tenham de se solidificar em costumes, hábitos e verdade ‘auto-evidentes’”.

pelo mundo público e na falta de conhecimento aprofundado do conteúdo que ensina; e, c) na teoria moderna da aprendizagem, expressa no pragmatismo, teoria que defende a ideia de que somente é possível conhecer e compreender o que se realiza de forma prática, substituindo a aprendizagem pelo fazer, pelo saber fazer.

Com a passagem da modernidade sólida à modernidade líquida, o ordenamento perene do mundo, a ordem societária e uma compreensão de que os humanos possuem uma natureza – algo dado, pronto, constituído sem a deliberação humana, portanto, que assim deve ser aceito – os sentidos educacionais e o processo pedagógico encontram-se em crise, dado que aqueles fundamentos constituíam bases referenciais da práxis educacional moderna sólida. Com efeito, eram justamente esses pressupostos que buscavam perfectibilizar a transmissão dos conhecimentos aos néscios e forneciam aos professores a autoconfiança para assegurar que o aluno memorizasse e gravasse o conhecimento em sua mente. Uma dinâmica que “[...] presumia ser, para todo o sempre, justa, bela e boa – e, por estas razões, virtuosa e nobre”, assinala Bauman (2002, p. 50). No entanto, o paradigma da ordem social sólida e estável não mais se presentifica na sociedade líquida.

Pelo aspecto do consumo, de maneira geral, na contemporaneidade, este se baliza pela oferta de produtos e serviços descartáveis e elimináveis a curto prazo. As coisas a serem consumidas devem possuir um prazo de validade exíguo.

[...] Presume-se que as coisas e as relações são úteis apenas por um ‘tempo fixo’ e são reduzidas a farrapos ou eliminados uma vez que se tornam inúteis. Portanto, é necessário evitar ter bens, sobretudo aqueles duráveis dos quais é difícil se desprender. O consumismo de hoje não vida ao acúmulo de coisas, mas à sua máxima utilização. (BAUMAN, 2009, p. 663).

Ao não mais diferenciar-se o que é algo durável do que é descartável e ao igualar-se a educação a qualquer outro tipo de serviço – oferecido pelo mercado e sua lógica econômica –, se define o conhecimento como um produto a ser consumido e substituído rapidamente por um outro, tal como uma informação fortuita. O conhecimento historicamente produzido e conservado, também se coaduna àquela lógica de pensamento e ação humanas. Essas condutas humanas trazem, no entender de Bauman (2009), dois desafios pedagógicos.

O primeira se refere à proposição, definição e utilização de conteúdos e conhecimentos prontos para sua utilização imediata e, na sequência, para sua

substituição, tal como ocorre com outros produtos ou programas computacionais ‘atualizados’ permanentemente e substituídos. Apela-se para conteúdos atraentes (de interesse e escolha dos alunos), modernos, flexíveis, em contraposição àqueles constantes no projeto de uma sociedade estruturada e sólida. Como desdobramento desta postura pedagógica, advoga-se a opinião de que se a pedagogia pretende “[...] ser um ‘produto’ destinado à apropriação e à conservação, é uma ideia desagradável e contrária à pedagogia institucionalizada”, na ordem líquida, observa Bauman (2009, p. 663).

O segundo desafio, que ratifica o primeiro, relaciona-se com os princípios fundamentais da pedagogia, pois deriva da característica excêntrica e essencialmente imprevisível das mudanças contemporâneas. Desafia o conhecimento a ser conservado, produzido e reproduzido nos espaços escolares. “[...] O conhecimento sempre foi valorizado por sua fiel representação do mundo, mas o que aconteceria se o mundo mudasse, recusando continuamente a verdade do conhecimento ainda existente e pregando de surpresa inclusive as pessoas ‘mais bem informadas?’”, indaga Bauman (ibid.).

Com vistas ao possível enfrentamento dessa problemática suscitada, o pensador polonês, recorre ao pensamento de Werner Jaeger¹, estudioso (clássico) das origens dos conceitos de pedagogia e aprendizagem. Segundo este autor, a ideia de pedagogia possui origem em duas hipóteses: “[...] aquela da ordem imutável do mundo que está na base de toda a variedade da experiência humana e aquela da natureza igualmente eterna das leis que regem a natureza humana”, escreve Bauman (2009, p. 664). A primeira hipótese refere-se à necessidade e às vantagens da transmissão do conhecimento por parte dos professores aos alunos. A segunda teria o efeito de produzir no professor a autossegurança necessária para formar a personalidade dos alunos e, tal como um escultor, partia do pressuposto que o paradigma orientador fosse sempre justo, belo e bom, sendo assim virtuoso, nobre e honrável. Um processo pedagógico que aponta para um sentido de precariedade em sua dinâmica interna e do conteúdo do conhecimento a ser ensinado.

¹ Uma das obras de referência deste pensador é *Paideia: a formação do homem grego*. Ela se constitui num estudo profundo e abrangente acerca das ideias de educação (*Bildung*) da Grécia antiga. Jaeger estudou a interface do processo histórico de formação do homem grego e o processo espiritual por meio do qual os gregos elaboraram seu ideal de humanidade.

As características de uma ordem social, sólida e perene, idealizada por diversos pensadores ao longo dos tempos, não mais se fazem presentes e não mais orientam a sociedade que tem a liquidez por referência. Aspecto que apresenta uma contraposição à educação escolarizada, uma vez que o processo formativo, estruturado ao modo da modernidade sólida, almejava uma formação que era feita sob medida para a instituição e o funcionamento de uma organização social, pautada na ordem, disciplina, rotina e previsibilidade, não se encontra mais em curso. Verifica-se um tensionamento entre o mundo escolar para o qual as escolas estavam preparadas para educar os alunos e o mundo externo à estas. Um mundo em transformação, líquido, pautado pela velocidade e mudanças rápidas, confundindo o público com o privado. “No mundo de hoje, se espera que os seres humanos busquem soluções privadas para os problemas derivados da sociedade e não soluções derivadas da sociedade para problemas privados”, sustenta Bauman (2009, p. 665).

O mundo das mudanças constantes e da velocidade acelerada choca-se com a necessidade do tempo compassado, do tempo livre, que o percurso da aprendizagem dos conhecimentos requer. A aprendizagem, a ressignificação dos conhecimentos tidos, requerem um tempo livre, apartado da lógica do mundo da produção e do consumo material.

Talvez, pelo fato de a escola oferecer e garantir a todos que nela adentram um tempo de forma igualitária, lhe sejam dirigidas tantas críticas, movidas por um medo antigo e até mesmo certo ódio contra uma de suas características fundantes, qual seja:

[...] a de que a escola oferece ‘tempo livre’ e transforma o conhecimento e as habilidades em ‘bens comuns’, e, portanto, tem o *potencial* para dar a todos, independentemente de antecedentes, talento natural ou aptidão, o tempo e o espaço para sair de seu ambiente conhecido, para se superar e renovar (e, portanto, mudar de forma imprevisível) o mundo. (MASSCHELEIN; SIMONS, 2013, p. 10).

A existência da escola implica a tomada de decisão de suspender, temporária e localizadamente as atividades ordinárias dos estudantes. Ela provê um tempo e lugar nos quais as necessidades e rotinas que ocupam a vida cotidiana dos estudantes, podem ser deixadas num segundo plano. Suspensão que também se aplica ao professor e ao conteúdo do ensino. As ações habituais requeridas de outros profissionais como a produtividade, a celeridade, não se aplicam ao professor, pois

este não trabalha no ritmo e para o mundo da produção material. O conhecimento e as habilidades aprendidas na escola se relacionam com o mundo, mas não de confundem ou não coincidem com ele, uma vez que

[...] o conhecimento e as habilidades são trazidos para dentro do currículo escolar, passam a ser matérias e, de certo modo, tornam-se separados da aplicação diária. [...] a matéria sempre consiste em conhecimentos e competências autoindependentes. Ou, dito de outra forma: o material tratado em uma escola não está mais nas mãos de um grupo social ou geração particulares e não há nenhuma conversa de apropriação; o material foi removido – liberado – da circulação regular. ((MASSCHELEIN; SIMONS, 2013, p. 32).

Evidenciam-se, aqui, dois dos aspectos centrais dos propósitos educacionais almeçados pela modernidade: a livre e universal circulação de ideias e conhecimentos e a garantia da igualdade a todos os estudantes ao tempo mínimo de estudo, de acesso ao conhecimento e do desenvolvimento seus talentos naturais, de maneira equânime. Aspectos que implicam a suspensão das atividades cotidianas realizadas pelos alunos, tornando seu tempo livre para estudar.

[...] A suspensão, tal como a entendemos aqui, significa (temporariamente) tornar algo inoperante, ou, em outras palavras, tirá-lo da produção, liberando-o, retirando-o de seu contexto normal. É um ato de desprivatização, isto é, desapropriação. Na escola, o tempo não é dedicado à produção, investimento, funcionalidade ou relaxamento. Pelo contrário, esses tipos de tempo são abandonados. De um modo geral, podemos dizer que o tempo escolar é o tempo tornado livre e não é tempo produtivo. ((MASSCHELEIN; SIMONS, 2013, p. 32-33).

Retornando ao pensamento de Bauman, no contexto do mundo sólido, o conhecimento memorizado era um elemento fundamental e seu valor aumentava quanto mais conseguisse recuar e durar no tempo. No entanto, observa o pensador, atualmente esse tipo de memória firmemente consolidada não se faz necessária, pois é inútil. O mundo transitou do conhecimento para a realidade da informação, cada vez mais rápida, maior e substituível. Contexto que traz aos educadores desafios e tarefas anteriormente não enfrentados, seja para a educação ou para viver, uma vez que a “[...] arte de viver em um mundo ultrassaturado de informações ainda deve ser aprendida, assim como a arte ainda mais difícil de educar o ser humano neste novo modo de viver”, assinala Bauman (2009, p. 667).

Um contexto novo, ambivalente, que suscita um conjunto de indagações, ao modo de provocação ao pensamento e à reflexão. Que tarefas cabem à educação e

aos profissionais neste contexto? Quais exigências pedagógicas resultam significativas? Que sentido teria o conhecimento, a sua conservação e produção no ambiente da informação (substituível, fugaz, transitória)? Teria algum sentido ainda falar em tempo e lugar da escola na condição de uma instituição que garante tempo livre e o pensamento?

No sentido de iniciar o pensamento como possibilidade de enfrentamento à essas questões, talvez seja pertinente trazer um pensamento atribuído a Marco Polo pelos escritos de Calvino.

- O inferno dos vivos não é algo que será; se existe, é aquele que já está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos estando juntos. Existem duas maneiras de não sofrer o inferno. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte dele até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas: tentar saber reconhecer quem e o que, no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo, e abrir espaço. (CALVINO, 1990, p.71).

A capacidade de pensamento não alija o horizonte de possibilidade pedagógicas no ambiente saturado de informações, podendo, algumas delas, servir de ponto de partida para o ensino e a pesquisa acadêmica, ou seja, pensá-las ao modo de temas geradores. O mundo, saturado de informações, pode gerar uma sensação de impotência, resignação ou de necessidade de adaptação ao contexto existente, na medida em que o conhecimento tido não mais oferece critérios ou parâmetros de análise, compreensão e de argumento, em contexto de novidades.

Um dos desafios a serem enfrentados no contexto da disseminação de informações, elencados por Bauman, é o da aprendizagem terciária. Ela promove a formação de competências de modo a dismantelar os esquemas cognitivos aprendidos anteriormente, reduzindo os estudantes ao patamar idêntico ao de um plâncton (este é transportado pelas ondas e não possui um lugar no qual possa apoiar-se ou constituir um ponto de referência). Está em permanente início, sem base para recomeço, um dispositivo contrário à conservação do conhecimento e da memória.

[...] A aprendizagem terciária não deixa um sedimento duradouro, uma base sólida sobre a qual se pode construir, tampouco conhecimentos que podem sedimentar-se e crescer durante o curso dos estudos. O processo de aprendizagem terciária (presumindo-se que se possa falar de processo em tal caso) é uma sucessão infinita de novos inícios, devida antes de tudo ao rápido cancelamento dos conhecimentos pregressos, mais que à aquisição de novos conhecimentos; parece uma espécie de cruzada contra a manutenção e a memorização dos conhecimentos. A aprendizagem terciária

poderia, assim ser definida como um dispositivo antimemória. (BAUMAN, 2009, p. 669).

O autor em referência defende o postulado que o sentido da educação escolarizada, diferentemente da informação, necessita estar alicerçada em programas de estudos e no processo de aprendizagem destes conteúdos estabelecidos. Na modernidade líquida, as instituições de ensino encontram-se submetidos à pressão de uma desinstitucionalização e são permanentemente persuadidos a abrir mão de sua lealdade aos princípios do conhecimento, sempre colocado em dúvida, quanto ao seu sentido e legitimidade, propondo-se a flexibilização do processo educacional escolar.

As pressões e movimentos na direção da alteração dos sentidos da educação escolarizada são realizados por governos que desejam ajustar a política educacional aos movimentos e interesses do mundo do trabalho, via reformas no ensino (em termos de currículo, no sistema de financiamento, nas formas de avaliação, na formação inicial e continuada de professores etc.), pelos estudantes, por organismos internacionais, organizações privadas, os fornecedores de programas computacionais ou de plataformas de ensino (que incluem, por vezes, os conteúdos a serem ensinados). A centralidade do processo pedagógico e da gestão educacional são deslocados do ensino para a dimensão da aprendizagem¹. Esta, portanto, de responsabilidade maior para os estudantes.

Um efeito muito evidente dessas pressões, verificado pelos teóricos e integrantes do sistema educacional, é o evidente deslocamento de ênfase do 'ensino' à 'aprendizagem'. Imputar aos estudantes a responsabilidade de determinar a trajetória do ensino e da aprendizagem (e, portanto, de suas consequências pragmáticas) reflete a crescente falta de vontade dos alunos de assumir compromissos de longo prazo, reduzindo assim o leque de opções futuras e limitando o âmbito da ação. Outro efeito evidente das pressões desinstitucionalizantes é a 'privatização' e a 'individualização' dos processos e das situações de ensino e aprendizagem, além da gradual e inexorável substituição da relação ortodoxa professor-aluno por aquela de fornecedor-cliente, ou aquela centro comercial-comprador. (BAUMAN, 2009, p. 670).

¹ O foco da educação direcionado à aprendizagem é evidenciado na BNCC. "A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de **aprendizagens essenciais** que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus **direitos de aprendizagem** e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE)". (BRASIL, s. d., p. 7).

Este é o ambiente socio-educacional no qual estão inseridos os estudantes, os professores e demais profissionais envolvidas com as instituições escolares e a gestão da educação. As possíveis formas de enfrentamento ou de adesão à sua lógica, encontram-se em aberto, podendo constituir objeto de debates, pesquisas e elaborações futuras.

Nas reflexões que Bauman realiza no contexto da educação, uma tese se torna singular. A prática educativa necessita abandonar os referenciais rigidamente estruturados, adotando um processo formativo aberto, ou seja, sem uma previsão inicial dos objetivos didáticos e educacionais claramente estabelecidos. Opõe-se ao caráter teleológico da educação. Para sustentar a sua proposição, recorre à uma analogia. Compara o novo paradigma educacional aos mísseis inteligentes, em substituição aos mísseis balísticos. Os mísseis inteligentes permitem que, após o seu lançamento, a sua trajetória pode ser modificada, ajustada, tendo presente a evolução dos acontecimentos e informações levantadas relativas ao alvo (fixo ou móvel). Mesmo que os mísseis inteligentes sigam a estratégia da racionalidade instrumental, podem ser redirecionados a partir de novos comandos e objetivos a serem realizados, no percurso do voo.

Ainda que tenham a capacidade de aprendizagem rápida, de alteração do percurso de voo e do alvo a ser atingido, os mísseis inteligentes enfrentam um problema (desafio), qual seja, a capacidade de esquecer rapidamente o que já fora aprendido. Esquecer instantaneamente, mudar de ideia, sem pensar muito e sem remorsos, são competências necessárias a esse artefato bélico. Com efeito, o que a inteligência artificial, embutida neste equipamento, não pode esquecer ou deletar, é que o conhecimento adquirido e memorizado é eminentemente substituível, sendo eficaz apenas até o próximo comando. É útil por um determinado tempo ou cumprimento de tarefa e que a demonstração do sucesso está na competência em identificar o momento correto, adequado de eliminar, esquecer e substituir o que se tornou obsoleto e sem utilidade. Um processo de aprendizagem e esquecimento permanentes. Por outro lado, duas coisas devem ser preservadas: a competência de aprender algo novo em substituição ao existente e a necessidade de possuir algum tipo de conhecimento para sua operacionalidade. E a educação escolarizada neste contexto da aprendizagem permanente?

A perspectiva da educação permanente trabalha com a lógica de que “[...] o conhecimento impetuoso do novo conhecimento e o envelhecimento igualmente rápido do velho se combinam para produzir, em larga escala, ignorância humana que continuamente reabastece (e até mesmo alimenta) as suas provisões” projeta Bauman (2009, p. 674). Neste processo, o conhecimento necessita ser permanentemente renovado e atualizado, fato que cria uma necessidade¹ a ser resolvida. Na lógica em curso, atualmente, quem irá equacionar este dilema permanente é o mercado e por um preço que lhe irá proporcionar algum tipo de ganho financeiro a ser pago pelo cliente-consumidor. Forma-se um círculo vicioso entre a carência permanente e a oferta constante e rápida. “Uma mudança educacional está cada vez mais ligada ao discurso da eficiência, da competitividade, do custo/eficácia e da ‘responsabilidade, sendo sua meta declarada comunicar à ‘força de trabalho’ as virtudes da flexibilidade, da mobilidade e ‘as competências de base associadas ao emprego’”, constata Bauman (2009, p. 676).

A educação permanente exalta a necessidade da aprendizagem constante, pelo esquecimento e substituição dos saberes anteriormente constituídos. Torna-se um aspecto auxiliar às responsabilidades associados à seleção e à aquisição das competências, com desdobramentos ao indivíduo e sobre as escolhas realizadas no mundo do trabalho (tipo de trabalho, tempo de permanência no emprego²), igualmente fluido e constante transformação.

CONCLUSÃO

No contexto da modernidade líquida, a educação e a aprendizagem, independentemente do possível destino ou motivo de sua realização, superando seu caráter pragmático, requerem que sejam realizadas de forma contínua e permanente.

¹ A necessidade, a carência ou um interesse diferem de um direito. Uma necessidade ou interesse são do âmbito particular. Alguém pode ter a necessidade de ter algum serviço ou produto, mas isso não é extensivo à toda sociedade, portanto, conflitantes entre quem os apresenta e o todo da sociedade. Algum interesse ou necessidade pode ser transformado em direito por meio do debate e deliberação política. O direito é universal, geral, a todos aqueles que estão âmbito de sua instituição.

² Sennett (2008) argumenta que o ambiente de trabalho moderno, pautado pelo nos trabalhos de curta duração, na execução de projetos e na flexibilidade das relações entre capital e trabalho, não permite que os indivíduos desenvolvam experiências ou construam uma narrativa de vida. Esta nova forma de trabalho impede e atrapalha a formação do caráter, pois o desenvolvimento deste depende de virtudes estáveis como a lealdade, a confiança, a cooperação, constituídos a longo prazo.

A razão de ela ser nesta perspectiva situa-se na tarefa de cada indivíduo ser chamado à participação nas deliberações dos assuntos públicos, dentre os quais situa-se a educação e a saúde. Isso porque as sociedades modernas reconhecem a soberania das decisões políticas como resultado das escolhas de cada cidadão, ao mesmo tempo em que o exercício da participação e da cidadania é um processo permanente.

Por outro lado, tomando-se por referência a dinâmica pragmática da educação, sintonizada com os interesses econômicos a aprendizagem permanente é direcionada para a lógica da substituição do conhecimento pela informação e do constante esquecimento desta, pela troca de uma informação por outra, buscando-se a adaptação permanente a esse processo. A memória e seus sentidos educacionais e epistemológicos é substituída pelo esquecimento, menos o de que há a urgência da aprendizagem constante.

A transição do ensino para a aprendizagem, centrada na responsabilidade deste processo no aluno, retira, ainda que de forma sutil, a responsabilidade em responder pelo mundo comum e sua autoridade relativa à necessidade conhecer o conteúdo a ser ensinado.

Outro desafio colocado à educação consiste em não ajustar o processo da aprendizagem ao ritmo desenfreado das mudanças e à produção do descartável, presentes na lógica mercantil. O processo educacional requer um tempo de suspensão para que os estudantes, de forma equitativa, disporem de tempo e lugar para se apropriar do conhecimento historicamente produzido, potencializando sua responsabilidade futura pelo mundo comum. Tornar o mundo mais hospitaleiro à humanidade, ainda que seja constantemente desafiado ou surpreendido por algum evento climático ou o surgimento de alguma epidemia ou pandemia.

A educação permanente, pautada no conhecimento, pode potencializar as condições de participação futura na sociedade, contribuir na compreensão alargada dos fenômenos humanos e naturais, na apresentação dialogada dos argumentos e orientar a tomada de decisões e deliberações. Processo que requer o conhecimento e a opção por condições democráticas e republicanas da existência de mecanismos e de instituições que viabilizem a participação e a tomada de decisões. Acalentar a esperança também é uma dinâmica educacional permanente.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. 7. ed., 1. reimp. Tradução Mauro William Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 2013. Coleção Debates, 64.

BAUMAN, Zigmunt. **Legisladores e Intérpretes**: sobre a modernidade, a pós-modernidade e os intelectuais. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BAUMAN, Zigmunt. Desafios pedagógicos e modernidade líquida. **Cadernos de Pesquisa**, [s. n.], v. 39, n. 137, p. 661-684, mai./ago. 2009.

BAUMAN, Zigmunt. **A Sociedade Individualizada**: vidas contadas e histórias vividas. Tradução José Maurício Gradel. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BAUMAN, Zigmunt. **Vida Líquida**. 2. ed. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BAUMAN, Zigmunt. **A Sociedade Líquida**. 2003. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1910200305.htm>>. Acesso em: 3 out. 2022.

BAUMAN, Zigmunt. Desafios educacionais da modernidade líquida. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 148, p. 41-58, jan./mar. 2002.

BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução Plínio Augusto de Souza Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. s.d. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 12 out. 2022.

CALVINO, Italo. **As Cidades Invisíveis**. 1990. Disponível em: <https://monoskop.org/images/c/c7/Calvino_Italo_As_Cidades_Invisiveis.pdf>. Acesso em: 3 out. 2022.

JAEGER, Werner. **Paideia**: a formação do homem grego. 6. ed. Tradução Artur M. Parreira. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. Coleção clássicos WMF.

KIRCHNER, Renato; GIACHINI, Enio Paulo (Coords.). **Os Pensadores Originários**: Anaximandro, Parmênides, Heráclito. 4. ed. Tradução Emmanuel Carneiro Leão e Sérgio Wrublewski. Bragança Paulista: EUSF, 2005. Coleção pensamento humano.

LIMA, João Francisco Lopes. A pedagogia e o cenário pós-moderno: sobre as possibilidades de continuar educando. **Educere et Educare**: Revista de Educação, Cascavel, v. 5, n. 10, p. 1-12, 2010.

MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Maarten. **Em Defesa da Escola**: uma questão pública. Tradução Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. Coleção Educação: experiência e sentido.

SENNETT, Richard. **A Corrosão do Caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 13. ed. Tradução Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 2008.



25 de nov. de 2022
ISBN: 2177-1103.

ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA: CONTEXTO BASEADO EM COMPETÊNCIAS

Délcio Régis Haubert¹
Cátia Luana Bullmann²
Geanine Rambo³
Morgani Mumbach⁴
Mariel da Silva Haubert⁵

RESUMO

O presente artigo discute a relação ensino e aprendizagem baseada em competências na Educação Básica. Busca refletir/analisar o contexto do ensino fundamental, anos finais, e ensino médio a partir da realidade curricular de uma instituição privada, localizada no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Tem como pergunta de pesquisa: Como o ensino e a aprendizagem por competências podem desenvolver o sujeito no contexto da educação básica? O objetivo centra-se em contribuir para com a educação em um contexto de ensino e aprendizagem por competências na educação básica, coerente com a nova BNCC, visto que a educação necessita de novas estratégias para alcançar as novas gerações, a partir da análise de documentos formais escolares, Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e análise de estratégias de ensino e aprendizagem por competência na educação básica. O presente tema justifica-se pela necessidade de possibilidades, para além do que já está em vigor. Torna-se relevante, pois muitas discussões e diálogos estão voltados a um contexto educacional por competências que vai muito além da memorização e de listas de conteúdos. O artigo tem natureza teórica, em um contexto qualitativo com fins exploratórios e explicativos. Para desenvolver a temática, busca-se, também, um estudo sobre autores como ZABALLA, PERRENOUD, SACRISTÁN, CERICATO, FREIRE e LEONTIEV. Assim, a partir do caminho percorrido, vê-se a importância de um trabalho coletivo e comprometido para a construção do conhecimento e desenvolvimento humano baseado em competências.

¹ Mestre em Ensino Científico e Tecnológico. Especialista em Interdisciplinaridade. Graduado em Matemática. Coordenador do Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio do Centro Educacional Machado de Assis. Professor das Faculdades Integradas Machado de Assis/FEMA. Discente no Curso de Pós-Graduação em Gestão da Aprendizagem e Metodologias Ativas: novos saberes/FEMA. delcior@fema.com.br

² Professora do Centro Educacional Machado de Assis – FEMA. E-mail: catiabullmann@fema.com.br

³ Egressa do Curso de Pós-Graduação em Gestão da Aprendizagem e Metodologias Ativas: novos saberes. Núcleo de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão/NPPGE. Faculdades Integradas Machado de Assis. Professora do Centro Educacional Machado de Assis – FEMA. E-mail: rambo.geanine@gmail.com

⁴ Professora do Centro Educacional Machado de Assis – FEMA. E-mail: morganimumbach@gmail.com

⁵ Doutora em Educação nas Ciências. Mestre em Educação nas Ciências. Especialista em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira. Graduada em Letras. Orientadora. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão – NPPGE. Coordenadora da Pós-Graduação em Gestão da Aprendizagem e Metodologias Ativas: novos saberes. Professora das Faculdades Integradas Machado de Assis/FEMA. mariel@fema.com.br

Palavras-chave: Educação; Ensino e Aprendizagem; BNCC; Competências.

INTRODUÇÃO

Para pensar sobre a educação é importante olhar a relação entre o ensino e a aprendizagem. Para que esta relação esteja em constante diálogo, é preciso considerar atividades que contemplem o ser e o fazer dos sujeitos envolvidos no processo. Considerar as potencialidades dos estudantes, a construção legítima do próprio conhecimento, a sua forma de tradução de aprendizado, a liberdade de pensar e agir a partir do conhecimento partilhado faz com que o desenvolvimento aconteça pautado na autonomia, na criatividade e na criticidade. Assim, contempla-se, neste artigo, ideias acerca da educação, desenvolvidas a partir de competências em um contexto de educação básica, com olhar atencioso ao que diz a BNCC (Base Nacional Comum Curricular).

O objetivo geral centra-se em contribuir para com a educação em um contexto de ensino e aprendizagem por competências na educação básica, coerente com a nova BNCC, visto que o contexto educacional necessita de novas estratégias para alcançar as novas gerações. Para tanto, o problema apresenta-se: Como o ensino e a aprendizagem por competências podem desenvolver o sujeito no contexto da educação básica? Assim, o tema delimita-se a refletir/analisar o ensino e a aprendizagem por competências com base na BNCC, em um contexto da educação básica, no que se refere ao ensino fundamental, anos finais, e ensino médio.

O presente tema justifica-se pela necessidade de possibilidades, para além do que já está em vigor, em relação ao contexto do ensino e aprendizagem na educação básica. Torna-se relevante, pois muitas discussões e diálogos estão voltados a um contexto educacional por competências que vai muito além da memorização e de listas de conteúdos. Nesse contexto, vê-se perspectivas de trabalho voltado a relação teoria e prática, em que o sujeito envolvido no processo possa desenvolver competências importantes ao seu desenvolvimento.

O presente texto apresenta natureza teórica, em um contexto qualitativo com fins exploratórios e explicativos. A conduta de procedimentos técnicos é bibliográfica e a partir da análise documental indireta pública e institucional da educação básica. O método abordado é o dedutivo e dialético a partir de dados e métodos comparativos.

Com o intuito de fomentar a discussão, o diálogo, o debate e o encontro de perspectivas que contemplem os saberes em pauta, busca-se apresentar, em um primeiro plano, teorias relativas à relação do ensino e aprendizagem baseada em competências a partir da análise de documentos formais escolares (Regimento Escolar, Projeto Político Pedagógico, Plano de Ensino) e o contexto atual de educação.

Para desenvolver o pensamento em relação ao contexto do ensino e da aprendizagem, apresenta-se um estudo e análise ao que se refere a nova Base Nacional Comum Curricular, para que, assim, possa-se compreender melhor os porquês de um trabalho pautado em competências.

Em terceira análise, apresenta-se possibilidades e estratégias do ensino e aprendizagem por competências na educação básica, a partir do estudo da organização curricular do Centro Educacional Machado de Assis/FEMA, instituição privada localizada no Noroeste do Estado, cidade de Santa Rosa/RS. Assim, na sequência, apresenta-se um diálogo entre alguns autores e documentos formais que contribuirão acerca do tema apresentado.

1 O CONTEXTO EDUCACIONAL E AS DIRETRIZES FORMAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Para discutirmos ensino e aprendizagem por competências na educação básica, coerente com a nova BNCC, visto que a educação necessita de novas estratégias para alcançar as novas gerações, é necessário fazer uma análise de documentos formais escolares como o Regimento Escolar, Projeto Político Pedagógico e Plano de Estudo. Assim,

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. (BRASIL, 2016, p. 7).

A BNCC auxilia na coordenação de outras políticas e ações nos níveis federal, estadual e municipal relativas à formação de professores, avaliação, desenvolvimento de conteúdo educacional e padrões para o fornecimento de infraestrutura adequada para uma educação integral. Nesse sentido, a BNCC ajuda a superar a fragmentação da política educacional, estimula o fortalecimento dos mecanismos de cooperação

entre as três secretarias de governo e serve de guia para a qualidade da educação. Dessa forma, além de garantir o acesso e a permanência escolar, os sistemas, as redes e as escolas devem garantir um nível comum de aprendizagem para todos os alunos, sendo a BNCC uma ferramenta importante. Ao longo da educação básica, a aprendizagem básica, conforme definida na BNCC, deve competir para garantir que os alunos desenvolvam dez competências gerais, que consubstanciam o direito à aprendizagem e ao desenvolvimento no contexto do ensino. Logo,

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. (BRASIL, 2018, p. 08).

Ao esclarecer o conceito de competência, percebe-se que a BNCC admite que a “[...] educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza.” (BRASIL, 2013).

Na legislação educacional atual, baseada na filosofia de gestão democrática, o Regimento Escolar como um documento de construção coletiva, deve refletir o Projeto Político Pedagógico para validar as ações e a organização administrativa. Segundo a LDB, no artigo 12, “[...] os estabelecimentos de ensino deverão elaborar e executar” em articulação com as suas comunidades escolares, as suas próprias propostas pedagógicas. (BRASIL, 1996). Assim, se as escolas têm de organizar seus próprios programas de forma autônoma, isso significa que os profissionais envolvidos têm de estar muito atentos à realidade e, a partir disso, desenvolver diretrizes de trabalho, seguindo programas, ao mesmo tempo, políticos e pedagógicos que possam ir ao encontro de uma educação voltada ao desenvolvimento de competências. Mesmo assim, a questão da autonomia escolar continua sendo objeto de discussão, pois as escolas fazem parte de um sistema educacional regido por normas padronizadas. O objetivo dessa autonomia é implementar as ações que a estimulam e deve-se reconhecer que o professor é o protagonista. Barroso também utilizou o conceito de autogoverno, responsável por transferir o poder do Estado para diferentes lugares. Isso significa que, mesmo diante de normas e leis válidas para todas as escolas, cada localidade deve sempre ter espaço para a tomada de decisões, levando em consideração a diversidade cultural existente (BARROSO, 2006).

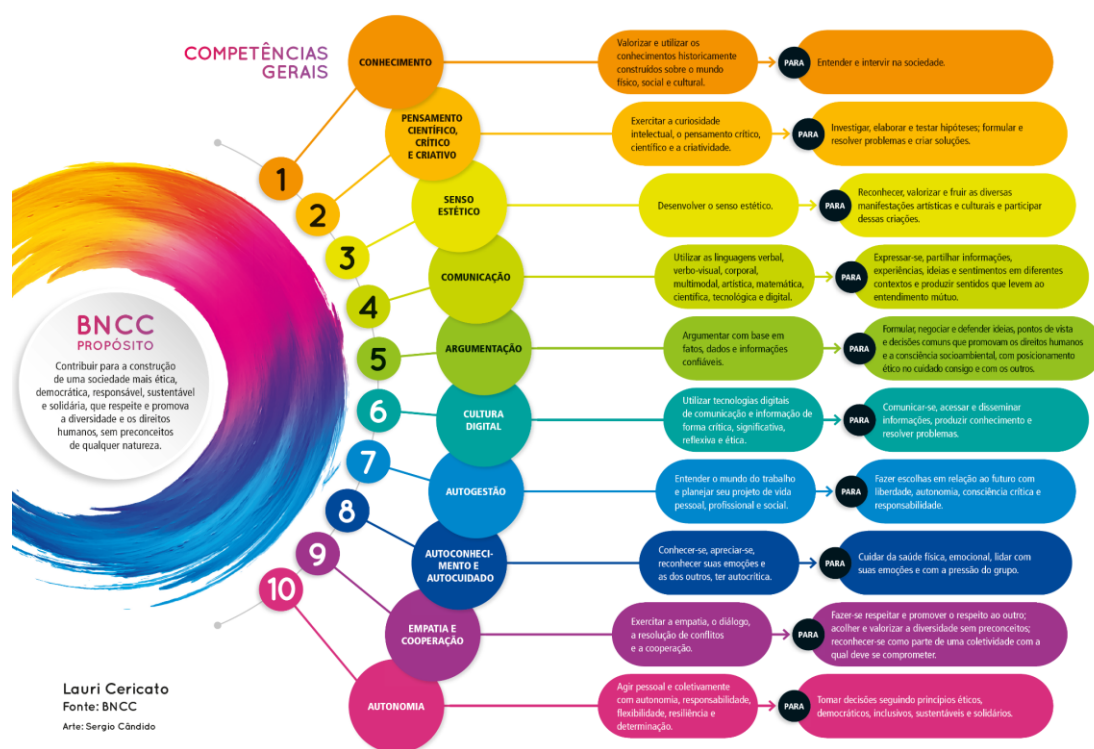
Dessa forma, a questão chave da autonomia escolar é a capacidade de gerar projetos próprios, com função pedagógica, ou seja, na dimensão que envolve o processo de ensino e aprendizagem, mas também uma função política, que inclui a comunidade e seu pluralismo cultural. Essa noção de autonomia é capaz de superar a velha lógica da centralização da equipe escolar, frear discussões inteiras sobre o que é ensinado nas escolas e desafiar elementos importantes da cultura de escolha escolar para atender às necessidades dos estudantes, por unidade escolar. Segundo Veiga (2001), um projeto Político pedagógico (PPP) é entendido como o trabalho organizacional e pedagógico de uma escola e deve considerar os seguintes aspectos: finalidade da escola, estrutura organizacional, currículo, carga horária, processo decisório, relações de trabalho e avaliação. Assim, o PPP indica o caminho que a escola seguirá, o que a escola é e o que ela se tornará por meio da ação coletiva.

Por isso, o Projeto Político Pedagógico deve ser estabelecido de forma coletiva, envolvendo a comunidade e representantes de todas as áreas envolvidas no processo de ensino. O PPP é um documento que descreve a identidade da escola, conferindo à instituição um significado relativo ao local onde está inserida e aos grupos e indivíduos que a compõem com a finalidade de desenvolver competências que proporcionam aos educandos participar de forma ativa da vida socioeconômica, política e cultural como sujeitos atuantes, participativos, empreendedores, capazes de enfrentar os desafios do cotidiano.

A construção coletiva de documentos formais pode ser o resultado de um pensamento libertador, ao encontro de uma estrutura educacional que luta pelo desenvolvimento do sujeito, capaz de apropriar-se de competências, que vão além de conteúdos decorados e memorizações automáticas. A escola precisa cumprir com o seu papel e fazer valer o que está escrito nas diretrizes e documentos norteadores. Para tanto, é preciso formação continuada para os profissionais da educação, estudo, aliar teoria e prática, projetos inter e transdisciplinares para alcançar os objetivos de um ensino e aprendizagem por competências. De acordo com Cericato, “A BNCC postula dez competências gerais que orientam os currículos das escolas de educação básica do Brasil.” (CERICATO; CERICATO, 2018, p.139). Conforme infográfico:

Figura 1

Infográfico explicativo das dez competências gerais contidas na BNCC



Fonte: CERICATO (BNCC, 2018).

Para pensar sobre o desenvolvimento do sujeito e a educação por competências de forma mais plena, a seguir, apresenta-se um diálogo sobre o contexto do ensino e da aprendizagem pautado no desenvolvimento de competências.

2 ENSINO, APRENDIZAGEM E A NEUROCIÊNCIA: COMPREENSÕES PARA UM TRABALHO BASEADO EM COMPETÊNCIAS

Para Leontiev, o sujeito torna-se mais humano quando desenvolve competências exclusivamente humanas. Para tanto, a escola tem papel fundamental no processo de formação, uma vez que é na escola que se desenvolvem conhecimentos relacionados a um contexto de abstração, característica específica humana. Nesse contexto, vê-se como possibilidade o ensino e a aprendizagem baseado em competências, a partir de um maior conhecimento sobre a teoria da neurociência.

Segundo Sacristán, “A ideia de competência representa saber e saber fazer, teoria e prática, conhecimento e ação, reflexão e ação... Isso representa uma mudança no en-foque do conhecimento: de o que saber ao como saber.” (SACRISTÁN, 2015, p.233). Assim, percebe-se que a competência ajuda a melhorar

o desempenho profissional, mas, também, para além disso. O incentivo às habilidades sociais e emocionais conduz à aprendizagem ao longo da vida e ajuda qualquer pessoa a enfrentar seus próprios desafios. O modelo de competências deve começar com uma matriz curricular flexível. Portanto, o aprendizado por competências deve levar em consideração os eixos estruturantes que estão previstos na BNCC, que propõe que o estudante tenha desenvolvido os processos criativos, investigação científica, empreendedorismo; mediação e intervenção sócio cultural, com a finalidade de proporcionar vivências em a partir de práticas educacionais, situações relacionadas à realidade e que promovam, dessa forma, formação pessoal e profissional.

Vê-se a importância de desenvolver competências que possibilitam ao aluno resolver problemas em qualquer situação, especialmente ao lidar com situações novas ou diferentes das situações conhecidas e de ambientes operacionais diferentes. De acordo com Zaballa, as competências devem ser trabalhadas na escola. Entende-se que a função da escola é capacitar os estudantes para possíveis situações futuras: uma instituição que esteja pronta para uma ação efetiva diante dos problemas da vida. Por isso, a importância de quais competências desenvolver:

Uma vez considerada a relativa conveniência do termo em questão como um instrumento conceitual que explica uma aprendizagem para a ação, a propriedade do termo deixa de ser o mais importante para dar lugar à determinação de quais são as competências que devem ser objeto de ensino. (ZABALLA, 2020, p.7).

Compreende-se, portanto, que as competências a serem desenvolvidas devem estar relacionadas à resolução de problemas. Isso, talvez, possa ser a grande dificuldade dos estudantes no que se refere a conseguir utilizar os conhecimentos aprendidos na escola na resolução de problemas. Assim, as instituições de ensino precisam desenvolver competências que possibilitem que pessoas consigam soluções adequadas para resolução dos problemas, não apenas no campo educacional, mas, também, no meio pessoal e social. Busca-se pensar no desenvolvimento de competências básicas para que o estudante possa ter uma formação para vida e proporcionar aprendizagens relacionadas ao saber fazer, saber ser e saber conviver.

A educação deve acontecer na escola, na família e na sociedade, mas garantir o aprendizado, principalmente por competências, é o maior desafio para a escola. A

dificuldade para a educação está centrada na apropriação do conhecimento, além de compreender como o cérebro aprende. Nesse sentido, a Neurociência tem um potencial enorme para garantir melhores resultados, apontando como o cérebro aprende e se comporta no processo de aprendizagem.

Para que se possa entender alguns conceitos presentes no decorrer do texto, julga-se necessário, primeiramente, destacar alguns pontos importantes do processo de ensino e aprendizagem. A ciência reconhece a importância da Neurociência e da Neuropsicopedagogia na formação do educador, pois o processo de ensino e aprendizagem deve ser oportunizado a todos os tipos de estudantes, identificando transtornos do aprendizado e aplicando técnicas que desenvolvam as potencialidades de cada um.

Além disso, vê-se o ensino e a aprendizagem de qualidade como potencialidade de inclusão social e a atuação do profissional em conjunto com a família possibilita intervenções positivas e norteia o trabalho inter e multidisciplinar. Assim, conhecer e reconhecer a Neurociência e a Neuropsicopedagogia como parte importante do processo de ensino e aprendizagem faz toda a diferença na formação dos sujeitos.

A aprendizagem envolve sentimentos, emoções, modos de agir, meio social e características intrínsecas do aparelho psíquico. É um processo individual, histórico, cultural e por isso é considerado complexo. Por tudo que esse processo envolve, e de acordo com Vygotsky (2003) podemos entender que a aprendizagem apesar de ser individual, ela acontece nas interações entre grupos. Nestas interações o professor é o mediador, num meio que cria maneiras de facilitar a aprendizagem e o desenvolvimento do sujeito que aprende.

O ato de aprender, reter e lembrar exige alto consumo de energia por causa da necessidade de esforço consciente, da atenção seletiva e sustentada e da repetição do tema estudado, mas é a forma como o aprendizado acontece. Por esse motivo, é importante relacionar novos conhecimentos com aqueles que o estudante já traz consigo e, assim, torna-se base para novas aprendizagens.

No que se trata de fatores que podem influenciar no bom andamento do processo de ensino e aprendizagem, podemos citar problemas socioeconômicos e falta de estrutura familiar, bem como a falta de interesse da família pela vida escolar do estudante. Essa carência pode torná-lo um adulto inseguro e desinteressado em aprender e estudar.

O sistema nervoso central pode ser modificado pela ação dos estímulos, ou seja, plasticidade cerebral. Essa transformação permite ao ser humano adquirir novas habilidades, sejam elas psicomotriciais, cognitivas ou emocionais, bem como aprimorar as já existentes, de todas as fases da vida.

Para Sousa e Alves (2017), a Neurociência mostra como o cérebro aprende e se comporta mediante estímulos do aprendizado, pois a aprendizagem é alcançada por meio da estimulação das conexões neurais que podem ser fortalecidas dependendo da intervenção pedagógica e metodologia utilizada.

Vale dizer que as afirmações quanto a formação do professor para este processo é de grande importância, pois uma das chaves para o sucesso do aprendizado está no professor, sem esquecer o papel primordial do educando. Nesse sentido, podemos afirmar que a educação precisa de uma formação adequada à realidade, tanto para o professor quanto para o estudante.

A educação tem o compromisso de oferecer um cenário real de aprendizagem, para atender o que a sociedade necessita. Para isso, é preciso elaborar um currículo que seja compatível com o desenvolvimento cerebral, melhorando assim a instrução nas disciplinas. Nesse contexto, vale lembrar o papel do educador, um profissional capacitado para mudar o sistema atual de educação, mas que, muitas vezes, é o último a ser consultado para tal.

Afirma-se que a aprendizagem, memória e emoção estão interligadas, quando ativas pelo processo de ensino e aprendizagem. A dificuldade para a educação não é saber como ensinar ou avaliar, mas como oferecer o conhecimento no formato que o cérebro aprenda. Para o estudante, é necessário um ambiente tranquilo, no qual possa demonstrar sentimentos e ideias, afirma Sousa e Alves.

Não podemos esquecer que escola é um ambiente coletivo e é sua função estimular o crescimento físico, emocional, social e cognitivo, oferecendo ao estudante situações que resultem em maior autonomia e segurança, o que resultará em processos assertivos de comunicação. Educar significa saber, fazer e ser. Apesar do mundo tecnológico, que estimula a busca da aprendizagem, a intervenção pedagógica é necessária no processo da aprendizagem. Assim, a escola tem papel fundamental de auxiliar o estudante a encontrar a melhor forma de aprender na sala de aula.

Para tanto, a estrutura pedagógica escolar necessita apresentar conteúdos programáticos, atividades individuais e coletivas a partir de uma diversidade cognitiva.

A didática usada precisa auxiliar na compreensão da dificuldade de aprendizagem, se esta tem relação com o meio sociofamiliar ou se é um fator neurológico.

Sousa e Alves (2017) defendem que há muitas maneiras de inovar no processo de ensino e aprendizagem, além de afirmarem que aprendizagem, cognição, memória e ensino são elementos importantes relacionados às atividades desenvolvidas pela escola. O estudante, diante de atividades escolares, produz modificações sinápticas, novas conexões neurais com atividades úteis. Ao contrário disso, quando não utilizadas as ligações sinápticas, estas são enfraquecidas ou desaparecem.

Dessa forma, segundo os autores, para potencializar a aprendizagem é preciso apresentar o conhecimento retomando conteúdos anteriores, de forma coerente e significativa, pois a memória é transitória e, se não houver ativações de mesmas experiências, a aprendizagem não se efetua. Uma das formas de significar, segundo Lima (2017), é promover a interação de conteúdos com experiências vividas, aliar teoria e prática. Para tal, a convivência do educador e do estudante é fundamental. Além de que, para Taruel (2017), o apoio familiar é alicerce biológico, social e emocional. Os pais precisam apoiar a escola e acompanhar a vida escolar do filho para que possa aprender e atingir a sua autonomia.

O papel do neuropsicopedagogo é perceber as relações entre aprendizagem e as estruturas cerebrais danificadas, que podem gerar dificuldades de aprendizagem e intervir de forma positiva. Silva e Morino (2012) que esse profissional deve demonstrar entusiasmo pelo seu trabalho, pois demonstrando amor sobre o que faz, transmite isso aos estudantes.

Apesar da tecnologia avançada e de cursos de atualização, segundo Hennemann (2016), ainda são poucas as pesquisas que abordam a Neurociência relacionada à Educação, sobretudo à Neuropsicopedagogia. Porém, é importante afirmar sobre a importância de compreender as funções cerebrais para o estímulo do desenvolvimento cognitivo saudável, pois o estudante tem direito de desenvolver seu potencial cognitivo.

Souza e Alves (2017), entendem que o cérebro é um sistema biológico que está em interação com o meio. Assim, vê-se que o cérebro é capaz de interagir em resposta aos desafios sociais, a partir de experiências, ações, comportamentos. Isso, possibilita ao professor desenvolver novas práticas pedagógicas para gerar resultados

melhores. Assim, conforme Medeiros e Bezerra (2015), o ensino de qualidade potencializa as oportunidades de inclusão social.

A Neurociência e a Neuropsicopedagogia aproximam-se do processo de ensino e aprendizagem. Enquanto uma dedica-se ao estudo do sistema nervoso e suas relações com a fisiologia orgânica, a outra dedica-se aos mecanismos de atenção, memória, aprendizagem, emoção, linguagem e comunicação, respectivamente.

Portanto, compreender aspectos relacionados às questões da neurociência pode ser uma das formas de qualificar o processo de ensino e a aprendizagem baseado em competências, pois uma vez que se estuda as conexões neurais, comportamentos e ações humanas, há conhecimento para se desenvolver o sujeito em formação de forma mais plena. Estudar e buscar um trabalho nessa conjuntura, contribui para o envolvimento dos quatro pilares da educação trazidos pela UNESCO: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser.

A partir do diálogo apresentado até aqui, a seguir, apresenta-se possibilidades e estratégias para uma educação de possibilidades, em busca da criticidade, criatividade, autonomia, empreendedorismo, ou seja, em busca de uma formação centrada na identidade de um sujeito capaz de tomar rédeas de sua própria vida. No capítulo próximo, busca-se pensar uma organização capaz de não inibir este sujeito que vive e convive no espaço escolar e que pode desenvolver suas potencialidades por meio de estímulos promovidos por uma educação mais reflexiva, pautada em competências.

3 POSSIBILIDADES E ESTRATÉGIAS PARA UMA EDUCAÇÃO DO PORVIR A PARTIR DO DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS

Acredita-se que os pontos convergentes entre ensino e aprendizagem por competências e sua gestão são inúmeros, principalmente se levarmos em consideração o processo vivo e concreto que as envolve: a vida humana. A aprendizagem é um processo dinâmico e ativo e a gestão disso também necessita ser, pois esta é quem organiza, planeja tempos e espaços de aprendizagens.

A partir das primeiras colocações, podemos citar inúmeros pontos importantes que sustentam a educação por competências, mas, antes, precisamos considerar alguns fatores que sustentam ambos os processos: tanto ensino e aprendizagem, quanto a gestão. Ensinar e aprender por competências vai além da organização

disciplinar que estamos acostumados a vivenciar. Os componentes curriculares precisam de um intercâmbio de ideias, entrelaçando suas vivências e objetivos. Torna-se necessário, ao estudante, segundo Delors, “[...] saber fazer, saber ser e saber conviver.” (DELORS, 1998, p. 89-102).

Essas premissas conduzem a ideia de que “[...] a aprendizagem por competências é considerada funcional não apenas pelo fato de possuir conhecimento, mas, também, e especialmente, por comportar a capacidade de aplicá-lo em novas situações.” (DELORS, 1998, p. 89-102). Estamos frente a um grande desafio: mostrar ao estudante a aplicabilidade dos conceitos discutidos em sala de aula. Nesse sentido, é essencial uma gestão que busque o coletivo, a interação e, isso, também é ensinar por competências.

Na mesma direção, podemos inferir que os documentos norteadores como BNCC, projeto político pedagógico, plano de ensino, material didático, dentre outros aportes teóricos, devem estar alinhados com os que fazem parte do processo de sua construção. Assim, é papel da gestão, como função de líder,

[...] clarear possibilidades, articular atividades, agir e interagir de forma proativa no coletivo, sabendo delegar tarefas possíveis, mas, principalmente, não abrindo mão de ser o condutor do projeto político pedagógico da escola e da interlocução com a comunidade e com os órgãos do governo. (SANTOS, 2012, p. 26).

A escola é um conjunto, não se faz sozinha. Existem inúmeros segmentos que juntos formam a comunidade escolar. Também, é preciso lembrar-se de cada processo, desde o mais simples até o mais complexo e, dentre eles, não podemos esquecer a avaliação, que precisa ser entendida “[...] como processo que inclui produtos, com certeza, mas que não se limita a eles.” (SANTOS, 2012, p.16).

Tudo precisa estar no mesmo caminho: ensino e aprendizagem por competências, a gestão e a avaliação. Neste sentido, é conveniente levar em consideração o que afirma: “[...] a competência consistirá na intervenção eficaz em diferentes áreas da vida, por meio de ações nas quais componentes atitudinais, procedimentais e conceituais são mobilizados, ao mesmo tempo e de forma inter-relacionada.” (ZABALA; ARNAU, 2007, p.37). Para que essas mobilizações ocorram, os processos necessitam de estar alinhados.

Por meio desses componentes destacados acima, propicia-se um ambiente de aprendizagem significativo, aprendizagem esta que se contrapõem a aprendizagem mecânica. Para que uma aprendizagem se torne significativa, deve-se valorizar o que o estudante já carrega consigo, ou seja, valorizar o que ele está aprendendo ou que já tem assimilado.

Ao relacionar elementos substanciais e não arbitrários entre os conteúdos e o conhecimento prévio do estudante, pode ocorrer uma transformação que ajude no desenvolvimento do sujeito. Vale destacar que as competências são desenvolvidas de forma gradativa, considerando o sujeito que produz cultura a partir das suas relações sociais e experienciais. Assim, pode-se dizer que a gestão por competências nas organizações, bem como um ensino e aprendizagem por competências faz todo sentido, uma vez que o desenvolvimento acontece a partir do que é possível se apropriar. E esse processo é contínuo e ocorre por meio das relações. Segundo José Gimeno Sacristán e cols.,

São consideradas competências fundamentais ou “chave” aquelas que a escola deve procurar desenvolver em todos os estudantes, aquelas competências imprescindíveis que todos os indivíduos necessitam para enfrentar as exigências dos diferentes contextos de sua vida como cidadãos. A seleção de competências essenciais ou “chave” é claramente um exercício social e político estreitamente vinculado aos valores que cada comunidade social considera imprescindíveis para o desenvolvimento de seus cidadãos. (SACRISTÁN, 2015, p. 87).

Trabalhar competências fundamentais ou “chave” implica uma mudança significativa na forma de ensinar, aprender e avaliar. Não é uma modificação de superfícies sociais e temporárias. Representa a aprendizagem ativa que constrói o conhecimento como centro da vida escolar, significa uma completa transformação da forma como os processos de currículo, ensino e avaliação são concebidos a organização do ambiente escolar e o próprio papel docente.

É necessário esclarecer para a sociedade como um todo, a profundidade e a relevância de um trabalho coletivo que contempla gestão, ensino e aprendizagem e processo avaliativo a partir do desenvolvimento de competências. Assim, há necessidade de mudar perspectivas, crenças e práticas no contexto educacional. A qualidade dos recursos humanos deve ser fundamentalmente apoiada na capacidade de fornecer ao sistema educacional um trabalho de eficiência.

A nova abordagem precisa enfatizar que a aprendizagem individual ou coletiva de estudantes e/ou professores está no centro de todas as atividades na vida escolar. Aprendizagem é o desenvolvimento de novos conhecimentos para um indivíduo ou comunidade. Um futuro incerto requer o desenvolvimento de uma mente flexível com boa adaptabilidade, iniciativa e tolerância à incerteza. Aprender a aprender é uma atitude de aprendizagem ao longo da vida para construir projetos pessoais e profissionais que são requisitos fundamentais. A partir de uma educação pautada no desenvolvimento de competências, o processo educacional necessita de condições de mudança para contribuir não só para um indivíduo mais capacitado, mas, também, para a sociedade de forma global. O propósito da mudança pode ser alcançado na transformação institucional. Vê-se, então, a urgência de um ambiente educacional para aprender, desenvolver e conviver de forma cada vez mais diversificada, independente e eficaz, a partir de uma cultura de aprendizagem contínua.

Os processos de ensino podem ser enriquecidos, diversificados e seletivos porque têm o potencial de estimular o aprendizado desejado. Não apenas qualquer tipo de ensino que promova resultados ou dados estatísticos, mas aquele que promova e incentive o desenvolvimento de competências e qualidades humanas valiosas. O mesmo vale para os procedimentos e formatos de avaliação, sendo necessário continuar a especificar e selecionar os métodos que melhor detectam a apropriação de conhecimentos pretendidos e que ajudam a diagnosticar os pontos fortes e as possíveis fragilidades. Esse novo olhar exige grandes mudanças para todos os envolvidos e para cada componente que compõe o complexo sistema escolar.

CONCLUSÃO

Percebe-se que o alinhamento dos documentos formais da instituição, da gestão escolar, dos professores atuantes de forma coletiva, contribui para o desenvolvimento de uma educação inovadora voltada à resolução de problemas, evidenciando a autonomia e o protagonismo do aluno, flexibilizando suas ações de maneira que se tornem prazerosa e façam sentido. Enfatiza-se que os processos

coletivos não minimizam a capacidade, interesses, expectativas, projetos e aspirações específicos sujeitos; pelo contrário, dialeticamente, facilitam autonomia libertada de relações alienadas, reforçam as opções de solidariedade e esclarecem a educação e a formação e dimensões profissionais éticas e sociopolíticas.

Descrever as competências, nessa perspectiva estendida, significa encarar a historicidade individual e coletiva, consolidar o processo de desenvolvimento pessoal, tornar-se profissionais competentes e com espírito crítico. Tendo em conta os muitos desafios que os estudantes enfrentam, considerando que estão em processo de ensino e aprendizagem e o desenvolvimento de forma gradativa nesta fase de escolarização, a instituição de ensino pode adotar extensão dos conceitos defendidos para o seu desenvolvimento indispensável, projetado para prepará-los no agir com responsabilidade nas diferentes formas de cidadania na sociedade.

A instituição de ensino é social, responsável pela formação global do indivíduo. Existem diversos agentes sociais em sua estrutura: estudantes, professores, coordenadores, gestores e demais auxiliares. Para que toda a estrutura funcione com eficácia, todos devem cumprir para com as suas responsabilidades com competência e comprometimento, a partir das relações estabelecidas no contexto escolar.

Como todo o processo investigativo, este estudo não traz conhecimento explícito, mas sim considerações marcadas por características temporais. Isso é mais uma tentativa de abrir o debate do que encerrar no sentido terminológico, pois, acredita-se ser uma oportunidade de contribuir para com as inúmeras possibilidades de educação e mudança social de forma mais ampla.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério da Educação**. Base Nacional Curricular Comum. Disponível em: <[http:// basenacionalcomum.mec.gov.br](http://basenacionalcomum.mec.gov.br), 2016>. Acesso em: 25 jan. 2022.

CERICATO, Itale; CERICATO, Lauri. A formação de professores e as novas competências gerais propostas pela BNCC. **Revista Veras**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 137- 149, julho/dezembro, 2018. Disponível em: <<http://www.lauricericato.com.br/wpcontent/uploads/2019/02/LauriCericato.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

HENNEMMANN, Ana Lúcia. **Neuropsicopedagogia**: novas perspectivas para a aprendizagem. Disponível em: <<http://neuropsicopedagogianasaladeaula.blogspot.com/2012/10/neuropsicopedagogia-novas-perspectivas.html>>. Acesso em: 21 dez. 2021.

LIMA, Francisco Renato. Sentidos da intervenção neuropsicopedagógica nas dificuldades de aprendizagem na pré-escola. **EDUCA-Revista Multidisciplinar em Educação**, v.4, n.7, p. 78-95, Jan./Abr. 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/2012>>. Acesso em: 12 dez. 2021.

MEDEIROS, Mário; BEZERRA, Edileuza de Lima. Contribuições das neurociências ao processo de alfabetização e letramento em uma prática do Projeto Alfabetizar com Sucesso. **Revista Brasileira de Estudos pedagógicos**. (online), Brasília, v. 96, n. 242, p. 26-41, Jan./Abr. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v96n242/2176-6681-rbeped-96-242-00026.pdf>>. Acesso em 21 dez. 2021.

SACRISTÁN, José. G.; GÓMEZ, Ángel.I. P.; RODRÍGUEZ, Juan.Bautista. M.; AL., et. **Educar por Competências**. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2015. 9788536324418. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536324418/>>. Acesso em: 24 nov. 2021.

SILVA, Fiderisa da; MORINO, Carlos Richard Ibañez. A importância das neurociências na formação de professores. **Revista Momento**, Rio Grande, v. 21, n. 1, p. 29-50, 2012. Disponível em: <<file:///D:/Usuario/Downloads/2478-10314-1-PB.pdf>>. Acesso em 17 dez. 2021.

SOUSA, Anne Madeliny Oliveira Pereira de; ALVES, Ricardo Rilton Nogueira. A neurociência na formação dos educadores e sua contribuição no processo de aprendizagem. **Revista Psicopedagogia**. v. 34, n. 105, 2017, p. 320-31. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v34n105/09.pdf>>. Acesso em: 30 dez. 2021.

SOUZA, L.A.A.F.; SILVA, S.V., **A Neurociência como Ferramenta no Processo Ensino-Aprendizagem**. ISSN 1994-0098. Grupo Unis. Journal homepage. Disponível em: <<http://www.mythos.unis.edu.br>>. Acesso em: 26 dez. 2021.

TERUEL, José Roberto. **A Neuropsicopedagogia no Contexto Escolar**. Psicologado. Disponível em: <<https://psicologado.com.br/abordagens/psicologia-cognitiva/a-neuropsicopedagogia-no-contexto-escolar>>. Acesso em: 21 dez. 2021.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Projeto Político-Pedagógico da Escola**: uma construção possível. 13. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

VIGOTSKY, L. S. **A Construção do Pensamento e da Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

VIGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ZABALA, Antoni; ARNAU, Laia. **Métodos para Ensinar Competências**. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2020. 9788584292073. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584292073/>>. Acesso em: 24 nov. 2021.

A EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: OS DESAFIOS E SUPERAÇÃO PÓS COVID-19 – ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS

Rosane Schiewe dos Reis¹
Nédisson Gessi²

RESUMO

O presente artigo tem como tema O processo ensino aprendizagem em tempos de pandemia: os desafios e superação pós covid-19 – ensino fundamental anos finais. Sabe-se que o contexto atual vem mostrando uma ampla desigualdade no desempenho educacional por todo o país, no momento em que a escola adiciona desafios ao seu papel fundamental na sociedade buscando garantir qualidade de aprendizagem aos seus alunos. Mas o desinteresse da aula presencial e o afastamento que tiveram devido ao isolamento social provocado pelo COVID-19 trouxe grande transtorno. A delimitação temática deste estudo é o processo ensino aprendizagem em tempos de pandemia e os desafios e superação pós COVID-19 direcionado as séries finais do Ensino Fundamental. Neste artigo busca-se responder ao seguinte questionamento: Como articular tempo e qualidade para agilizar processos de ensino e recuperar defasagens de aprendizagem bem como o resgate emocional tanto de profissionais da educação como de alunos? A presente pesquisa possui natureza teórica, com tratamento de dados de forma qualitativa, a partir da organização, análise e estudo das informações através de livros, artigos científicos que tratam do tema proposto. Por fim, constatou-se que o ensino remoto, mesmo nos locais em que tenha sido bem planejado e executado, tem menores chances de gerar engajamento dos estudantes e promover o desenvolvimento, especialmente em famílias com condições reduzidas de acesso à infraestrutura necessária para isso, ou mesmo a um contexto domiciliar e comunitário menos favorável à aprendizagem.

Palavras-chave: Aprendizagem; Jogos; COVID-19; Práticas Inovadoras; Metodologias Ativas.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como tema o processo ensino aprendizagem em tempos de pandemia: os desafios e superação pós covid-19 – ensino fundamental anos finais. A pandemia provocada pelo novo coronavírus levou a uma acelerada mudança de cenário que foi o isolamento social, passou de aula presencial para o ensino remoto o que levou a um forte impacto no aspecto emocional de milhões de estudantes, educadores e famílias, expondo fragilidades históricas dos sistemas educacionais e

¹ Pós-graduando em Metodologias Ativas das Faculdades Integradas Machado de Assis – FEMA. zane-reis@hotmail.com.

² Doutor em Desenvolvimento Regional, Mestre em Ensino Científico e Tecnológico, Mestre em Gestão Pública, docente das Faculdades Integradas Machado de Assis. nedisson@fema.com.br.

uma grande preocupação em cumprir o ano letivo e as possibilidades de aprendizagem dos estudantes.

Como objetivo geral trata-se de compreender as dificuldades enfrentadas pelos profissionais da educação e quais estratégias estão sendo utilizadas para recuperar defasagens tanto de aprendizagem quanto emocionais durante a pandemia. Trata-se de uma pesquisa de natureza teórica, com análise bibliográfica, descritiva e explicativa, com a temática delimitada por meio de documentação direta e indireta, documentos da escola, livros e experiência como profissional da educação no contexto da rede estadual de ensino. O tratamento de dados de forma qualitativa, a partir da organização, análise e estudo das informações colhidas na instituição escolar com base documental.

Diante desse contexto, compreende-se que os alunos já vinham apresentando dificuldades de aprendizagem e desmotivação durante as aulas presenciais que levou a evasão escolar. Além disso, e com o isolamento social que não foi previsto durante o planejamento do ano letivo, deixou lacunas no processo ensino aprendizagem. Sendo assim, tem-se a problemática do estudo: Como articular tempo e qualidade para agilizar processos de ensino e recuperar defasagens de aprendizagem bem como o resgate emocional tanto de profissionais da educação como de alunos?

Assim torna-se necessário buscar novas metodologias para auxiliar nas lacunas provocadas pelo ensino remoto e a falta de acesso de muitos alunos nas plataformas *online*. Necessitam-se mudanças que causem um impacto na aprendizagem através de jogos como a *gamificação*, tornando o sujeito mais autônomo. Para acompanhar os novos desafios que surgiram na atualidade tornando o aluno o protagonista da aprendizagem essa situação exige mudanças nas metodologias tradicionais de ensino dando ênfase em metodologias ativas.

Com a suspensão das aulas presenciais e o decreto do isolamento e distanciamento social mostrou a falta do acompanhamento e do olhar do professor, da presença física de ambos em sala de aula. Entretanto, os pais começaram a perceber a dificuldade de estar com seus filhos em casa e sem acesso aos meios para participar das aulas *online* devido sua condição financeira e também pouco conhecimento para auxiliar nas atividades propostas.

Em contrapartida, a popularização da tecnologia digital, velocidade na disseminação das informações provocou uma série de sentimentos diferenciados,

uma mistura no pensar, sentir, agir. Muitos professores foram abalados emocionalmente e tiveram que reaprender e aprender a utilizar as novas tecnologias, mesmo que não tiveram em sua formação, mudando seus hábitos e metodologia de ensino.

Diante desse desafio enfrentado pelos professores, pegos de surpresa, levou ao seguinte objetivo deste estudo: compreender as dificuldades enfrentadas pelos profissionais da educação e quais estratégias estão sendo utilizadas para recuperar defasagens tanto de aprendizagem quanto emocionais durante a pandemia.

A escola Estadual tem desenvolvido diversas estratégias para envolver e resgatar o aluno para a sala de aula, mas a fragilidade e o contexto social em que se encontram essas famílias, como a desestruturação pouco acompanha o desenvolvimento da aprendizagem de seus filhos.

Assim sendo, o presente estudo justifica-se devido aos desafios enfrentados para superar os momentos de defasagens na aprendizagem causados pelo pós Covid-19, oferecendo um maior aprendizado dentro do contexto educacional e emocional, buscando por finalidade, contribuir para que todos tenham acesso à escola recuperando as defasagens ao longo deste isolamento social a partir de uma forma lúdica de ensinar através de jogos interativos, com atividades sócio emocionais para que estes alunos possam recuperar seu interesse pela aprendizagem e evitar a evasão escolar além de resgatar a autoestima do professor.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Para realização deste artigo, foram abordados temas como: Defasagens provocadas pelo isolamento social, o contexto emocional e as dificuldades enfrentadas, estratégias utilizadas pelos professores como jogos para influenciar na aprendizagem dos alunos.

1.1 LACUNAS E DESAFIOS PROVOCADOS PELO ISOLAMENTO SOCIAL

A pandemia provocada pelo novo coronavírus afetou diretamente tanto alunos quanto instituições de ensino. Para evitar risco de contaminação através das aglomerações, autoridades optaram pelo isolamento social que foi a forma mais viável

encontrada naquele momento visando impedir a disseminação do vírus. Fechar escolas foi à solução momentânea encontrada pelo governo para controlar a nova doença. Nesse contexto surgiram de forma inconsciente outras doenças provocadas pelo isolamento e distanciamento social como transtornos psiquiátricos, psicológicos, levando a alteração do humor, ansiedade, irritabilidade entre outros.

Como afirmam Silva e Rosa (2021) o fechamento de escolas e universidades foi uma das medidas amplamente utilizadas para reduzir a propagação do vírus na comunidade, rompendo assim com importantes cadeias de transmissão. De acordo com a UNESCO, em 8 de abril de 2020 escolas foram fechadas em 188 países. Com mais de 90% da população estudantil mundial afetada pelo fechamento de escolas, em torno de 1,5 bilhão de estudantes ficou fora do ambiente escolar.

Diante desse contexto, com as aulas presenciais suspensas devido a normas de saúde criadas pelos governos, as escolas buscaram novas alternativas para superar os desafios que surgiram e manter as aulas de alguma forma tanto para professores, pais e alunos. Sendo assim, na corrida por soluções para manter as aulas e vínculo com os alunos surgir o ensino remoto e o ensino a distância.

De acordo com Palú, Schütz e Mayer (2020) com o isolamento social, advindo da política de distanciamento as escolas e, por conseguinte alunos e professores se viram com a necessidade da utilização maciça de ferramentas digitais em substituição às aulas presenciais. Este evento expôs severamente as insuficiências da educação no país. Pode-se afirmar que algumas dessas insuficiências são a falta de formação específica para professores e o entendimento por parte da sociedade e o precário acesso da comunidade escolar a recursos tecnológicos, como computadores e internet de qualidade.

Na atual conjuntura que se está vivendo, qualquer abordagem dá margem para polêmicas e, dado o fato de que as pessoas estão mais excitadas (e iludidas) com o uso das redes sociais, há o fenômeno da inflamação digital – no mundo virtual qualquer um se torna especialista em tudo (OLEGÁRIO, 2021).

Sabe-se que as aulas remotas entraram no cotidiano de forma imediata, pensando-se ser a melhor solução, a utilização de meios eletrônicos num primeiro momento se tornou uma grande necessidade de comunicação. Muitos profissionais da educação foram resistentes, porque muitos não estavam habituados a lidar com meios eletrônicos e plataformas de ensino. Muitos profissionais tiveram que se

reinventar, buscar ajuda e recursos para poder dar aula. Muitas famílias e alunos tiveram que se adaptar, mesmo as classes menos favorecidas tiveram que buscar alternativas para que seu filho não ficasse fora da escola e também famílias que pouco se importaram com o conhecimento de seu filho devido sua desestruturação.

Dessa forma, Olegário (2021) afirma que a educação e o processo de aprendizagem serão cada vez mais integrados com as funcionalidades da tecnologia, e o ensino híbrido tende a ser uma alternativa bastante inteligente para potencializar esse processo. O ensino híbrido não se resume ao uso de tecnologias. É preciso que exista uma combinação entre o on-line e o presencial, não basta equipar uma sala com os melhores equipamentos se não tiver uma estrutura humana funcional integrada. O ensino acontece, em partes, on-line, mas não é aquele aprendizado de videogame ou *app* que as pessoas aprendem informalmente. Aprender on-line significa uma grande mudança instrucional, não é mais fácil do que quando a responsabilidade do aprendizado é partilhada, e no ensino híbrido a tecnologia precisa passar o “controle” do conteúdo para o aluno de alguma forma.

Para Palú, Schütz e Mayer (2020) doenças infecciosas virais, para fins de enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências. Diante desse quadro, foi preciso rapidamente reinventar e ressignificar a prática pedagógica desenvolvida nas escolas buscando formas para garantir a continuidade da aprendizagem dos alunos. A readequação do planejamento, com a urgência requerida, foi uma estratégia para assegurar o direito universal à educação, conforme prevê a legislação vigente, por meio de um conjunto de ações que chamamos de atividades não presenciais.

Cabe destacar de acordo com Olegário (2021) que o ano de 2020 trouxe de aprendizado é que todos foram postos à prova de como interagir em sociedade diante da pandemia da COVID-19. Precisa-se aprender a lidar com outras capacidades, como ficar em casa e ser produtivo ao mesmo tempo. O que parecia óbvio se tornou um martírio. Contudo, todo ser humano no planeta, de alguma forma, foi impactado pelas decisões acerca da pandemia, alguns países adotaram a estratégia da quarentena coletiva para evitar a propagação do vírus, enquanto outros aderiram ao isolamento parcial. O fato é que todas as áreas da economia, da sociedade e também da educação foram amplamente afetadas com os impactos do distanciamento social.

Dessa forma, mais do que isso, o professor precisa criar alternativas para conseguir dar conta das demandas que se apresentam, especialmente no uso das

tecnologias para mediar o processo de ensino e aprendizagem, buscando desenvolver e experimentar diferentes propostas para tornar este processo mais próximo das condições que possibilitem ao aluno apropriar-se do conhecimento sem a interação a que estavam acostumados com o ensino presencial, criando outras formas de intervenções igualmente qualificadas (PALÚ; SCHÜTZ; MAYER, 2020).

O hábito de utilização dos meios eletrônicos ficou cada vez mais enraizado, as aulas remotas não tinham participação de alunos, porque além de não ter acesso a meios disponíveis a falta de vontade de muitos causou grande decepção aos profissionais que tiveram que se reinventar, gravar aulas e deixar para alguém assistir mais tarde ou quando tivesse vontade ou dificuldades.

Nesse contexto, as instituições mais inovadoras propõem modelos educacionais mais integrados, Bacich e Morán (2015) sinalizam que tais instituições organizam seus projetos pedagógicos a partir de valores, competências amplas, problemas e projetos, equilibrando a aprendizagem individualizada com a colaborativa; redesenham os espaços físicos, combinando-os aos virtuais com o apoio de tecnologias digitais. Assim, as atividades podem ser muito mais diversificadas, com metodologias mais ativas, que combinem o melhor do percurso individual, grupal e tecnológico.

Como afirma Olegário (2021) a ideia que vem assombrando as relações do mundo moderno é que, ao mesmo tempo em que as informações estão mais disponíveis, e o conhecimento está na ponta dos dedos, as pessoas estão cada vez mais navegando na superficialidade das coisas. Isso tem contribuído muito para conteúdos rasos, com produtores amadores e incapacidade de profundidade, sem embasamento consistente.

De acordo com Palú, Schütz e Mayer (2020) uma das formas encontradas para que o aluno que está em casa continue aprendendo, foi a utilização da tecnologia ou a disponibilização de atividades impressas. Sendo assim, de modo a proporcionar aos muitos professores da Rede Estadual de Ensino trabalhar, fazer uso e explorar o conjunto de ferramentas digitais, foi formatado e realizado um Curso de Formação Pedagógica para atividades escolares não presenciais contribuindo com a utilização de novas formas de ensinar em espaços não presenciais de aprendizagem.

O argumento central aqui é de que a tecnologia e as novas abordagens de aprendizagem fazem com que qualquer pessoa se conecte a um mundo ou a vários

mundos paralelos, e estamos presenciando, talvez, uma das maiores transformações da humanidade em termos de informação e conhecimento (OLEGÁRIO, 2021). Como nas palavras do autor José Cláudio Securato:

A ampliação do acesso à internet foi um marco tão importante quanto às máquinas a vapor foram para a primeira revolução industrial, e a eletricidade foi para a segunda. Assim, a internet e toda a tecnologia da informação apoiada sobre ela é o alicerce da terceira revolução industrial. (SECURATO, 2017, p. 148).

Como afirmam Palú, Schütz e Mayer (2020) nesse cenário incontestável de rápida mudança, a escola e a educação, por meio dos educadores, necessitam se envolver com as tecnologias e suas ferramentas, as inovações metodológicas e a realidade virtual, que por muitas vezes foi alvo de resistências. Mas ao mesmo tempo, esse período se evidencia pela clara percepção de que o papel de mediação que exerce os educadores, não pode ser substituído pelas tecnologias. O que vivenciamos hoje com a escola chegando às casas por meio do uso da tecnologia pode ser compreendido como uma suspensão no espaço e no tempo que regula a escola em seu desenho cotidiano. As aulas saíram dos muros das escolas, das paredes das salas de aula, hoje a família tem acesso aos planejamentos dos professores, do currículo escolar, suas mediações, as metodologias adotadas.

Nesse sentido é essencial compreender que os professores enfrentaram sérios desafios durante a pandemia e o pós-pandemia. O isolamento social, o ensino remoto e atividades a distância, além da vulnerabilidade enfrentada pelas famílias menos abastadas e sem condições de obter meios para assistir as aulas, provocou uma evasão escolar enorme, além de deixar lacunas no processo ensino-aprendizagem. Além disso, o professor teve que se reinventar e encontrar novas metodologias que atraíssem o aluno, para que este realizasse suas atividades e entregasse na data combinada.

1.2 CONTEXTO EMOCIONAL E AS DIFICULDADES ENFRENTADAS

O mundo digital facilitou muito o cotidiano das pessoas. As redes sociais redefiniram as relações e hoje ditam as regras do jogo no mundo dos negócios também. Que tudo é mais “fast” não há dúvidas, esse é um caminho que não faz mais

sentido discutir, porque não tem mais volta. O ponto de reflexão são as consequências dessas facilidades e novas interações e o grande questionamento que cabe aqui é até que ponto se está navegando pela superficialidade das coisas em função das respostas prontas e rápidas?

Diante deste contexto, Olegário (2021) afirma que o fato de estar numa era com maior abundância de informações não quer dizer que se tenha que ficar na superfície das coisas. Conteúdos rápidos são bem diferentes de conteúdos rasos, ler e pensar com competência são capacidades que não sairão da moda tão cedo. O que é necessário compreender é que toda a facilidade tecnológica ainda não substitui a curiosidade investigativa humana – pelo contrário, ela contribui.

Como afirmam Palú, Schütz e Mayer (2020) a pandemia nos colocou frente ao desafio de pensar a escola, nos retirando a sala de aula, o ambiente que sempre foi o lugar de estabelecer os vínculos principais de mediações de conhecimento. A função docente desempenhada dentro desse lugar, onde professores, alunos e toda comunidade escolar se habituaram, já não é o espaço delimitado para essa função. Com o movimento de uma sala de aula é marcado por uma rotina intensa de afazeres, o tempo de pensar sobre outras formas de ser e fazer a aula, acaba sendo redimensionado para outros espaços de formação. Sempre se fala na transformação da escola, que precisa-se repensar novos modelos, eis que a pandemia nos obrigou a mudar. Estamos a vivenciando neste momento com as escolas em isolamento social, e ao mesmo tempo precisamos pensar em como fazer a sala de aula acontecer em outros espaços e tempos, tornando-se o grande desafio do momento. Para Silva:

Neste contexto, o medo fragilizará aquelas mais intensamente que outras, enquanto terceiros tentarão buscar o equilíbrio emocional demandado pela situação. Especialistas chegam a afirmar que o trauma psicológico será provavelmente muito maior do que o trauma médico. Isto é, os efeitos psicológicos da pandemia serão mais pronunciados e disseminados, além de duradouros, do que os próprios efeitos somáticos da infecção. A ponto de que, para alguns, os efeitos psicológicos de uma epidemia tipo Covid-19 persistirão muito tempo depois dos mesmos terem se recuperado do vírus, bem como, de outras pessoas, também envolvidas nos cuidados de outrem acometidos, passarem o mesmo. (SILVA, 2021, p.26).

Diante desse cenário, uma das maiores riquezas da natureza humana é a capacidade de adaptação do ser humano, por mais demorada que seja às condições adversas. Através de uma adversidade na vida, encontram as respostas, porque se é livre e temos a inteligência como uma das melhores heranças da humanidade, como

recurso para superação e também para inovação porque aprender é um processo natural. O que o ano de 2020 certamente trouxe de aprendizado, diante da pandemia da COVID-19, é que mais uma vez fomos colocados à prova por uma adversidade que modificou até o nosso jeito mais simples de interagir em sociedade (OLEGÁRIO, 2021).

Além disso, houve perdas humanas, parentes, familiares, amigos, abalando emocionalmente professores, alunos, os quais tiveram que passar por um período longo, o qual mostrou a importância da aula presencial para auxiliar o sócio emocional tanto do professor quanto do aluno.

De acordo com Palú, Schütz e Mayer (2020) tais efeitos, traduzidos numa variada amplitude de reações emocionais, como pelo estresse e por condições psiquiátricas diversas, além de comportamentos não saudáveis (do tipo abuso de álcool e de drogas ilícitas) e da não aderência às diretrizes de saúde pública (do tipo recusa de confinamento por parte dos que contraem a doença e por parte da população em geral), impactaram o mundo intensa e psicologicamente, e de forma tão duradoura, que já é o maior impacto evidenciado em ambientes físico e hospitalar nos últimos 100 anos, após a gripe espanhola, motivo pelo qual acreditamos que a próxima década venha a ser totalmente dedicada à saúde mental.

Como pode ser visto, precisou-se permanecer em casa e se adaptar sendo produtivo ao mesmo tempo tornando-se algo pesado, martírio, sem contato, apenas virtual e sem aluno do outro lado da telinha. A escola buscou diversas alternativas, mas a comodidade e a falta de recursos, impediu que muitos estudassem, gerando desafios aos professores e a escola, os quais adoeceram pela falta de empatia dos alunos e participação nas aulas.

É imprescindível a importância de elaborar diferentes materiais de ensino que estimulem a participação efetiva do aluno na busca do conhecimento. A utilização de metodologias ativas mostrou-se eficaz no aumento do engajamento dos alunos em sala de aula (LASRY et al., 2008). Existem inúmeras formas de incentivar os alunos a participar ativamente de seu processo de aprendizagem e cabe ao professor selecionar diferentes estratégias pedagógicas, neste contexto, o uso lúdico no processo de ensino e aprendizagem torna-se um elemento considerável.

Tornar as aulas mais atrativas é fundamental para manter o foco na aprendizagem e fazer com que os alunos participem com empenho, lançando

desafios, além da formação continuada para os professores, na preparação para enfrentar esse novo desafio, além do cuidado emocional.

De acordo com Olegário (2021) diante de toda essa evolução da educação no Brasil, bem como o seu atual momento, não fica difícil de argumentar inúmeras razões que justifiquem uma mudança radical no modelo de ensino formal (escolas e universidades). Isso porque, hoje, ele atende partes curriculares superficiais da formação da sociedade. As escolas precisarão sobreviver em meio a esse caos global, que inclui o avanço acelerado da tecnologia, rupturas no padrão de consumo da sociedade (em função dos novos serviços) e o mais recente holocausto mundial da pandemia da COVID-19 – as escolas precisarão se reinventar para lidar com as consequências pós-pandemia.

Portanto, para Palú, Schütz e Maier (2020) a maior preocupação diante da pandemia é exatamente encontrar possibilidades e estratégias para reduzir os efeitos negativos do isolamento temporário, mas precisamos ficar atentos às evidências que nos indicam lacunas de diversas naturezas que certamente serão criadas pela falta da interação presencial. Entre os efeitos negativos do Covid e pós Silva (2021) afirma que após seu rápido aumento no número de casos dessa doença em praticamente todos os países do globo, sejam eles ricos ou pobres, tiveram como consequência, esta propagação contínua e crescente do Coronavírus que levou a uma atmosfera geral de ansiedade, depressão e estresse psicológico provocados pelas interrupções dos planos de viagens, pela necessidade de isolamento social e distanciamento físico, sobrecarga de informação pelas mídias virtual e impressa e pânico para comprar produtos de necessidades básicas.

Santos chama atenção para importante discussão:

Não basta ter acesso ao computador conectado à internet. É preciso, além de ter acesso aos meios digitais e sua infraestrutura, vivenciar a cultura digital com autoria criadora e cidadã. Saber buscar e tratar a informação em rede, transformar informação em conhecimento, comunicar-se em rede, produzir textos em várias linguagens e suportes são saberes fundamentais para a integração e autoria na cibercultura. (SANTOS, 2014, p.83).

Além disso, as metodologias ativas utilizadas pelo professor em sala de aula servem de recurso eficaz no processo ensino aprendizagem. O uso das metodologias ativas como processo de ensino e aprendizagem é um método inovador, pois baseiam-se em novas formas de desenvolver o processo de aprendizagem, utilizando

experiências reais ou simuladas, objetivando criar condições de solucionar, em diferentes contextos, os desafios advindos das atividades essenciais da prática social (BERBEL, 2011).

O professor é ser humano e exercer a prática da docência exige preparo, nas aulas presenciais tem-se o contato, o olho no olho, enquanto que durante a pandemia, sofreu pressão e teve que se adaptar a andar com as ferramentas virtuais e, além disso, preparar aulas e atividades de forma atrativa e ainda que desse conta das inúmeras mudanças que ocorreram. Houveram muitos problemas emocionais devido a não entrega dos trabalhos, além disso, da zero participação de aluno em aulas online, provocou sérias frustrações nos professores.

1.3 ESTRATÉGIAS UTILIZADAS PELOS PROFESSORES COMO JOGOS PARA INFLUENCIAR NA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS.

Um dos grandes empecilhos para inserir os jogos eletrônicos como ferramentas pedagógicas no ambiente escolar é desconstruir alguns mitos sobre o tema. Em sua maioria, o discurso produzido em relação aos games se resume à problemática do vício, da violência, dos transtornos de atenção, dentro daquilo que aponta como uma atmosfera de pânico moral: “[...] o temor, eternamente renovado a cada geração, de uma juventude sem referência.” (MEIRA, 2019, p. 67).

Como afirmam Palú, Schütz e Maier (2020) a crise instaurada pela Covid 19 produziu nas escolas um cenário de muitas mudanças. Nesta esteira, apresentamos como um dos maiores desafios a imposição da exigência de um novo perfil que devem ter os professores para ministrar aulas nesse contexto de contradições vivenciadas dentro e fora do espaço escolar. Para Demo *apud* Meira:

[...] o conhecimento está menos ligado a conteúdos do que a procedimentos metodológicos de superação dos conteúdos. O exemplo da informática já é paradigmático: cada novo computador é feito para ser jogado fora. Não há como imaginar um computador final, porque a ideia de produtos e resultados acabados se extinguiu em ciência. (DEMO, 1997, p. 3 *apud* MEIRA, 2019, p.6).

O importante no conhecimento não é o conceito aprendido, mas a forma, os procedimentos utilizados para aprender esse conceito e a utilização que se faz do conceito aprendido no sentido de superá-lo. Saber pensar aplica-se a qualquer

conteúdo e implica a capacidade crítica ante o próprio saber. As considerações do autor são importantes por dois motivos: primeiro, por evidenciar as limitações ao considerarmos os conteúdos como centrais no processo de ensino-aprendizagem; segundo, por colocar luz sobre os procedimentos metodológicos e a utilização que se faz dos conteúdos (MEIRA, 2019).

Uma das propostas para sanar algumas defasagens é o ensino híbrido que segundo Olegário (2021) nessa proposta a tecnologia permite a customização e a personalização da aprendizagem em massa para as variadas diferenças dos alunos. Além de permitir que aprendam no seu ritmo, abre caminho para o estudante ser protagonista do próprio aprendizado. Claro que tudo isso se muito bem estruturado, pois só o fato de as escolas aderirem ao ensino híbrido e às estratégias do ensino *on-line* não garante um excelente desempenho e o sucesso da transformação no modelo de ensino.

Segundo Santaella (2017) entende-se a gamificação como o processo em que se aplicam elementos lúdicos em contextos não relacionados a jogos. Nesse sentido, conceitos e processos de um design de jogo, como progressão, organização em níveis, componentes da mecânica de um jogo, dentre outros, são aplicados em produtos – materiais ou imateriais – que não foram estruturados como tal. No sentido oposto ao processo de gamificação, os serious games (incluindo os chamados games for change) são objetos lúdicos por natureza, originalmente estruturados como jogos, mas que seguem o vetor contrário: direcionam elementos pertencentes ao “universo não lúdico”, do mundo “sério”, para uma estrutura nativa de jogo.

A gamificação parte do princípio de se pensar e agir como em jogo, mas em contexto fora de jogo. Para isso, utiliza sistemáticas, mecânicas e dinâmicas do ato de jogar em outras ações e contextos. A gamificação é formada por quatro princípios – a base nos jogos, as mecânicas, as estéticas e o pensamento de jogo – com foco no engajamento de pessoas, na motivação de ações, na promoção do aprendizado e na solução de problemas (KAPP, 2012). A gamificação abrange a utilização de mecanismos e sistemáticas de jogos para a resolução de problemas e para a motivação e o engajamento de determinado público (VIANNA et al., 2013).

O *boom* da internet proporcionou o fim de uma era dominada pelo capital financeiro, abrindo espaço para o capital intelectual. Nesse progresso tecnológico, surgiram novos comportamentos e necessidades que, de alguma forma, foram

absorvidos pelas diferentes gerações. Como nas palavras do autor José Cláudio Securato:

A ampliação do acesso à internet foi um marco tão importante quanto às máquinas a vapor foram para a primeira revolução industrial, e a eletricidade foi para a segunda. Assim, a internet e toda a tecnologia da informação apoiada sobre ela é o alicerce da terceira revolução industrial. (SECURATO, 2017, p. 148).

Entretanto Meira (2019) afirma que apesar de os sujeitos terem feito a relação do game com a matemática, ficou claro que eles, de maneira geral, não jogam para aprender matemática, mas precisam aprender matemática para jogar, se isso estiver implícito no objetivo do jogo.

Nesse viés, verifica-se que os jogos são aprendidos pela experiência de observar as pessoas jogando e desfrutando o prazer e a dor de jogar. Imitação, observação, experimentação ou exploração livres, não importa em que nível de atuação, são formas de iniciação de um jogador. Mas, na escola, muitas vezes, começa-se pelo aspecto jurídico da exposição dos objetivos e regras; pior, mal os alunos jogam e já ensinamos estratégias, fazemos “análises científicas e metodológicas” de uma partida, dos erros cometidos e que poderiam ser evitados. Ou seja, trocamos a dialética do jogar por um discurso sobre o jogo (CARRETERO; CASTORINA, 2014).

Os jogos desde que possuam intencionalidade pedagógica visam favorecer a aprendizagem e auxiliar na defasagem das sequelas deixadas pós covid, porque tornará para o aluno uma aula mais atrativa e agradável, para que aprenda de forma lúdica e que adquira aprendizagem significativa.

Diante desse contexto, Meira (2019) reitera que a Gamificação ou gamification é a incorporação de elementos de jogo em contextos não games, a fim de oferecer uma oportunidade para ajudar as escolas a minimizar problemas de motivação e engajamento. Para os autores, não se pretende ensinar com jogos ou por meio de jogos, mas introduzir elementos que incentivem a motivação e o engajamento dos alunos.

Meira (2019) afirma que a motivação intrínseca inclui o desejo de estar envolvido, a curiosidade (saber mais sobre seus interesses), o desafio (descobrir a complexidade de um tema) e a interação social (criar laços sociais). Já a motivação

extrínseca refere-se ao reconhecimento e à competição. Pode-se dizer que os indivíduos que são motivados intrinsecamente tendem a desenvolver melhor as informações para sua aprendizagem sem o uso de recompensas externas. De outra forma, os indivíduos que são motivados extrinsecamente tendem a buscar recompensas e resultados desejáveis para sua motivação.

Para Santaella (2017) a gamificação tem como princípio despertar emoções positivas e explorar aptidões atreladas a recompensas virtuais ou físicas durante a execução de determinada tarefa; por isso, é aplicada em situações e circunstâncias que exijam a criação ou a adaptação da experiência do usuário a um produto, serviço ou processo. Sua utilização contribui para a criação de um ambiente ímpar de aprendizagem, com eficácia na retenção da atenção do aluno.

Para Corcoran (2010), gamificação não se baseia na motivação intrínseca. Em vez disso, utiliza estratégias tradicionais, como fornecer feedback instantâneo, estimular a competição e recompensar objetivos alcançados, por menores que sejam. Ao menos no início, a gamificação assume que o jogador não está especialmente motivado e, a partir de então, fornece incentivos para sua motivação.

Para Simões, Redondo e Vilas (2012), a abordagem de gamificação aumenta o nível de engajamento dos alunos sem o uso de qualquer jogo específico, em virtude da possibilidade de extrair os elementos que tornam os jogos agradáveis e divertidos e de adaptá-los para serem utilizados nos processos de ensino.

Esses aspectos reforçam que os jogos podem contribuir para o aprimoramento das funções executivas e revelam que eles ainda são pouco explorados em contextos escolares. O uso dos jogos na escola agrega a possibilidade de mediação e interação social, que podem ampliar os ganhos sobre o desenvolvimento cognitivo. Entretanto, novos desafios surgem no tocante à necessidade de formação e preparo dos professores em relação ao uso dos jogos e à importância das funções executivas para o desenvolvimento e a aprendizagem, bem como no que tange à infraestrutura tecnológica para acesso aos jogos e à integração ao currículo prevendo a ampliação dos objetivos educacionais para que incluam uma perspectiva mais holística.

2 METODOLOGIA

Nesse artigo, a metodologia está organizada em três tópicos: categorização da pesquisa, geração de dados e análise e interpretação dos dados.

2.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA

Quanto a sua natureza, o presente estudo enquadra-se como uma pesquisa teórica, descritiva e explicativa, pois necessita de um embasamento teórico e pesquisas de diferentes autores, que dão embasamento ao estudo em questão.

Em relação ao tratamento dos dados, a pesquisa é considerada como uma pesquisa qualitativa, pois busca compreender a aprendizagem durante e após a pandemia do COVID 19.

Gil afirma que “[...] em relação aos objetivos mais gerais, ou propósitos, as pesquisas podem ser classificadas em exploratórias, descritivas e explicativas.” (GIL, 2010, p.27). Portanto, os fins da presente pesquisa são descritiva e explicativa. É exploratória por se tratar de estudos bibliográficos e estudo em livros publicados sobre COVID 19 e saúde mental que tratam sobre os efeitos pós-pandemia. É caracterizada como descritiva, pois possui a coleta de dados por meio de análise de livros, documentos da escola, Cartilhas da Fiocruz, que tratam sobre o referido tema. O levantamento de dados realizou-se com embasamento em documentação direta e indireta, livros e documentos que tratam sobre o tema em questão e fornecem subsídios teóricos para o desenvolvimento do artigo. E, por fim, é explicativa porque além de explorar e descrever os dados, a pesquisa busca entender as causas e os efeitos na aprendizagem durante e pós-pandemia.

Ainda em relação aos dados primários da pesquisa, pode-se considerar como bibliográfica e documental, visto que, é bibliográfica por se basear em materiais anteriormente publicados por autores diversos; documentais uma vez consultados documentos que evidenciam o resultado na aprendizagem pós-pandemia buscando novas alternativas para suprir as sequelas deixadas pelas aulas remotas na aprendizagem dos alunos do Ensino Fundamental anos finais.

2.2 GERAÇÃO DE DADOS

Quanto a geração dos dados, os mesmos foram obtidos através de documentos fornecidos pela escola que trataram sobre o presente tema, que se caracteriza como documentação direta. Segundo Lakatos e Marconi “A documentação direta constitui-se, em geral, no levantamento de dados no próprio local onde os fenômenos ocorrem. Esses dados podem ser obtidos de duas maneiras: através de pesquisa de campo ou [...] de laboratório.” (LAKATOS; MARCONI, 2010, p.169).

A coleta ou geração dos dados é o momento em que se define a forma como as informações essenciais para a pesquisa serão coletadas. Neste caso foi aplicada a documentação indireta, através de pesquisas bibliográficas e documental, buscando compreender os conceitos e resultados da aprendizagem no pós-pandemia e como novas formas de ensinar, jogos didáticos e a gamificação nos espaços de aprendizagem, podem ser uma ferramenta para suprir defasagens deixadas pelas aulas remotas e trabalhos a distância em escolas públicas.

2.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A análise respalda-se no método dedutivo, com procedimentos secundários de caráter histórico e comparativo. A fim de tornar mais clara e pertinente esta reflexão, organiza-se o estudo em três seções: a primeira trata das defasagens e desafios provocados pelo isolamento social; a segunda analisa contexto emocional e as dificuldades enfrentadas e a terceira apresenta estratégias utilizadas pelos professores como jogos para influenciar na aprendizagem dos alunos. Também compreende o método comparativo, em relação aos dados com características qualitativas.

CONCLUSÃO

A partir dos aportes realizados entende-se que o processo ensino aprendizagem em tempos de pandemia: os desafios e superação pós covid-19 – ensino fundamental anos finais foi algo desafiador, a COVID-19 é uma doença que está acontecendo em nível mundial, altamente infecciosa e que tratamentos e prevenções ainda não são totalmente definidos.

Também se percebeu que a relação às lacunas de aprendizagem que ocorreram neste período em que houve isolamento social, ensino remoto e trabalhos

à distância levando a seguinte problemática: Como articular tempo e qualidade para agilizar processos de ensino e recuperar defasagens de aprendizagem bem como o resgate emocional tanto de profissionais da educação como de alunos?

Dessa forma, ao realizar este artigo, percebeu-se que neste período da pandemia que os espaços presenciais são diferentes dos espaços virtuais onde a sociedade, a escola e as famílias precisaram se reinventar num piscar de olhos. Vivemos num momento de muitas incertezas, em que escola e família precisaram mais do que nunca estar alinhadas no processo educativo, formativo e emocional de todos os envolvidos. Mais do que nunca é preciso que o aluno tenha autonomia, protagonismo, engajamento e equilíbrio emocional diante de tantas incertezas. São novos tempos, que exigem novas posturas e atitudes de todos. E a escola no meio desse processo readaptou-se rapidamente, mostrando agilidade e flexibilidade.

Dessa forma, percebeu-se que a necessidade para recuperar as defasagens de aprendizagem, um dos desafios é usar jogos didáticos como a gamificação para auxiliar os alunos com sequelas e também superar o estresse e a ansiedade, além da depressão que surgiram diante o isolamento social recuperar os professores e alunos em suas emoções. Sabe-se que a tecnologia hoje é onipresente em diversos aspectos, desde a maneira como acessamos, buscamos e trocamos conhecimentos e informações, bem como na forma que nos comunicamos e fazer bom uso dessa tecnologia em nosso favor e para facilitar a forma como nos relacionamos e ensinamos nos proporciona ganhos significativos.

Diante desse desafio enfrentado pelos professores, que foram pegos de surpresa, o objetivo deste estudo foi compreender as dificuldades enfrentadas pelos profissionais da educação e quais estratégias estão sendo utilizadas para recuperar defasagens tanto de aprendizagem quanto emocionais durante a pandemia.

Dessa forma, sugere-se o uso da tecnologia em sala de aula e das ferramentas digitais através de recursos como os jogos vieram de forma prática auxiliar o processo de ensino aprendizagem, dentro e fora da sala de aula pois a aquisição de competências através dos jogos melhora o desempenho dos alunos.

Diante dessa reflexão, entende-se que o conhecimento caracteriza-se como um dos fatores precípuos para o desenvolvimento humano. Na contemporaneidade, as relações entre conhecimento e as sequelas deixadas pelo coronavírus, foram grandes e professores e escola tiveram que se adaptar se reinventando, tratando seu

lado emocional para estar bem com seus alunos. Com efeito, é por meio da construção do conhecimento e da produção de saberes que o sujeito social consegue aprimorar suas capacidades e desenvolver estratégias que lhe permitem inserir-se ao meio de maneira construtiva.

Logo, a escola é um vetor primordial nesse processo e suas ações devem sempre se voltar a estratégias que propiciem liberdade ao homem para usufruir de oportunidades e viver com qualidade, de acordo com os seus objetivos buscando novas estratégias para recuperar as defasagens e sequelas deixadas nestes dois anos de isolamento social sendo o apoio para os alunos.

REFERÊNCIAS

BACICHI, L.; TANZI NETO, A.; TREVISANI, F. de M. (org). **Ensino Híbrido: personalização e Tecnologia na Educação**. Porto Alegre: Penso. 2015.

BACICH, L.; MORAN, J. (Orgs.) **Metodologias Ativas para uma Educação Inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2015.

BERBEL, N. A. N. **As Metodologias Ativas e a Promoção da Autonomia de Estudantes**. Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 32, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2011.

CARRETERO, M.; CASTORINA, J. (Orgs.). **Desenvolvimento Cognitivo e Educação: processos do conhecimento e conteúdos específicos**. Porto Alegre: Penso, 2014. v 2.

CORCORAN, E. **Gaming Education: Classic ed-tech games and build-your-own methods are now joined by the "gamification" movement**. 2010. Disponível em: . Acesso em: fev. 2022.

CORDEIRO, Karolina Maria de Araújo. **O Impacto da Pandemia na Educação: a utilização da tecnologia como ferramenta de ensino**. Ano 2020.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KAPP, K.M. **Thegamification Of learning and Instruction: game-based methods and strategies for training and education**. San Francisco, 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas. 2010

LASRY, N.; MAZUR, E.; WATKINS, J. **Peer Instruction: from harvard to the two-year college**. American Journal of Physics, v. 76, n. 11, p. 1066-1069, 2008.

MEIRA, Luciano Meira ; Paulo B. **Ludicidade, Jogos Digitais e Gamificação na Aprendizagem.** Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2019.

OLEGARIO, Danilo. **Educação Pós-Pandemia:** A revolução tecnológica e inovadora no processo da aprendizagem após o coronavírus. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Almedina (Portugal), 2021.

PALÚ, Janete; SCHÜTZ, Jenerton Arlan; MAYER, Leandro. **Desafios da Educação em Tempos de Pandemia.** Cruz Alta: Ilustração, 2020.

SANTAELLA, Lucia. **Gamificação em Debate.** Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Blucher, 2017.

SANTOS, Edméa O. **Articulação de Saberes na EAD Online:** por uma rede interdisciplinar e interativa de conhecimentos em ambientes virtuais de aprendizagem. In: SILVA, Marco (org.). Educação online. São Paulo: Loyola, 2014.

SARAI VA, Karla; TRAVERSINI, Clarice; LOCKMANN, Kamila. **A Educação em Tempos de COVID- 19:** ensino remoto e exaustão docente. Práxis Educativa, v. 15, 2020.

SECURATO, J. C. Onlearning: **Como a Educação Disruptiva Reinventa a Aprendizagem.** São Paulo: Saint Paul Editora, 2017.

SILVA, Simone M. da.; ROSA, Adriane R. **O Impacto da Covid-19 na Saúde Mental dos Estudantes e o Papel das Instituições de Ensino como Fator de Promoção e Proteção.** Revista Práxis | Novo Hamburgo | a. 18 | n. 2 | mai./ago. 2021.

SILVA, José Aparecido Da. **Ecos da Covid-19 na Saúde** organização Rosemary Conceição dos Santos. -- 1. ed. -- Ribeirão Preto, SP: Escrita Livros, 2021.

SIMÕES, J., REDONDO, R., VILAS, A. (2012). **A Social Gamification Framework for a K-6 Learning Platform.** Computers in Human Behavior 29 (2013)

VIANNA, Y.etal. **Gamifitation, Inc:** como reinventar empresas a partir de jogos. Rio de Janeiro: MJV Press, 2013.

ACÇÃO DE BIOESTIMULANTE NA GERMINAÇÃO DE SEMENTES PARA O CRESCIMENTO RADICULAR DO MILHO (*ZEAMAYS*)

Giulia Della Giustina Hermes¹
Cleiton Edmundo Baumgratz²

RESUMO

Este artigo trata-se de uma pesquisa realizada no 3º ano do Ensino Médio, no componente curricular de biologia, e tem como objetivo analisar o potencial que o uso de bioestimulante possui para o desenvolvimento radicular (raízes) do *Zea mays* (milho), avaliando assim a germinação submetida a diferentes concentrações de bioestimulante. Investigar esta planta e sua devida importância econômica e social, principalmente por ser um alimento energético para as dietas humana e animais, como recurso predominantemente de carboidratos e lipídeos. A escolha da temática de investigação é devido ao contexto da realização da pesquisa, região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, responsável por um índice alto de produção nacional de milho, o que indica contribuições significativas para analisar e investigar o potencial germinativo da planta. A metodologia utilizada foi uma pesquisa qualitativa, do tipo documental e experimental, submetendo diferentes concentrações do Stimulate®, com o princípio ativo de auxina, a saber: T1: 0 mL (embebição somente em água destilada estéril); T2: 230 mg; T3: 330 mg; T4: 630 mg; T5: 700 mg; T6: 4.530 mg; de Stimulate® para 1,0 Kg de sementes, dosagens pesada em balança. Foi possível visualizar que o melhor desenvolvimento foi do T3, com a concentração de 330mg, e do T4 com a concentração de 630mg. Além de contribuir para o processo de ensino e aprendizagem referente ao desenvolvimento anatômico vegetal dos alunos envolvidos, a presente investigação também cooperou para a escolha profissional/acadêmica de uma das autoras, ingressa no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas.

Palavras-chave: Crescimento Radicular; Bioestimulante; Milho.

INTRODUÇÃO

Substâncias naturais ou sintéticas, consideradas reguladores vegetais, podem ser aplicadas diretamente nas plantas (folhas, frutos, sementes), provocando alterações nos processos vitais e estruturais, com a finalidade de incrementar a

¹ Licencianda em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal Farroupilha - *Campus* Santa Rosa. E-mail: giulia.della02@gmail.com

² Professor de Biologia na Fundação Educacional Machado de Assis (FEMA), Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências na Universidade de Brasília (PPGEduC/UnB), participante do grupo História do Currículo do NERJ (Universidade do Rio de Janeiro), pesquisador nas áreas de: teorias curriculares, morfofisiologia humana, neurociência, inclusão e livro didático. E-mail: cleitonbiobaumgratz@gmail.com

produção, melhorar a qualidade e facilitar a colheita. Por meio dessas substâncias, pode-se interferir em diversos processos, tais como: germinação, enraizamento, floração, frutificação e senescência (CASTRO; VIEIRA, 2001).

Atualmente o Brasil é o 3º maior produtor de *Zea mays* no mundo, popularmente conhecido como milho, onde a produção estimada é de 78,5 milhões de toneladas em 2013 e 93,6 milhões de toneladas para 2022/23. O consumo interno é 66,7% da produção e a exportação atual de 18 milhões de toneladas deve aumentar para 24,74 milhões de toneladas em 2022/2023. O Paraná é o principal produtor em milhões de toneladas (Figura 1), representando 23,5% da produção total (BRASIL, 2013).

Sua importância econômica está relacionada às várias formas de utilização, da alimentação animal à indústria de alta tecnologia. Seu uso em grãos na alimentação animal representa a maior parte do consumo, sendo que no Brasil varia de 70% a 90% da produção total. Embora o percentual destinado à alimentação humana não seja tão grande em relação a sua produção, é um cereal de grande importância, principalmente para a população de baixa renda. Também possui grande importância social, principalmente porque no Brasil grande parte de seus produtores não é altamente tecnificada, e conseqüentemente, não possuem grandes extensões de terras, dependendo assim de sua produção para viver (CRUZ *et al*, 2011).

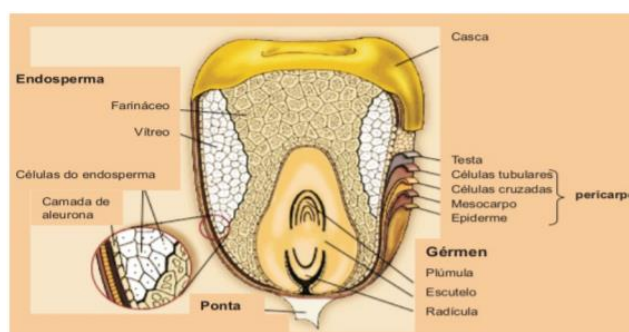
Figura 1 – Principais produtores de milho no Brasil.

MILHO	Ano Safra 2012/2013 (mil Toneladas)	%
Produção Nacional	78.468,3	100,0
Principais estados produtores		
PR	18.419,4	23,5
MT	17.978,2	22,9
MG	7.419,1	9,5
GO	7.339,1	9,4
MS	6.784,0	8,6
RS	5.383,5	6,9

Fonte: Brasil (2013).

Algumas características morfológicas e fisiológicas do milho são a coloração amarela, branca ou variando do preto ao vermelho. Seu peso varia de 250mg a 300mg, sendo composto de aproximadamente 72% de amido, 9,5% proteínas, 9% fibra e 4% de óleo. Sua estrutura é formada pelo endosperma, gérmen, pelicarpo e ponta (Figura 2). A classificação sistemática do *Zea mays* é da família das Poaceae e sua fórmula floral é T-2-, A(1-)3(-6), G 2-3; cariopse.

Figura 2: Anatomia do grão de milho e suas partes (PAES, 2006)



Fonte: (PAES, 2006).

Além da importância econômica e social, o milho também é considerado um alimento energético para as dietas humana e animal, por ser composto predominantemente de carboidratos e lipídeos. A partir do melhoramento genético da variedade mutante, as quantidades de aminoácidos lisina e triptofano encontram-se aumentadas, conferindo uma qualidade proteica superior. Seus derivados são utilizados na composição de vários produtos na indústria alimentícia como margarinas, molhos de salada, óleos comestíveis, pães, etc. Além disso, também possui propriedades muito utilizadas nas indústrias química, farmacêutica, papéis, têxtil, entre outras (PAES, 2006).

Portanto, os objetivos do presente trabalho foi demonstrar na prática que o uso de bioestimulante traduz em melhor qualidade para o desenvolvimento dos grãos de milho, avaliando assim a germinação do milho submetido a diferentes doses de bioestimulante, bem como avaliar o índice de velocidade de germinação e o comprimento médio de radícula. E com isso, demonstrar para comunidade científica a importância da aplicação, bem como o manuseio de tais produtos e os respectivos benefícios no desenvolvimento do grão.

1 METODOLOGIA

No presente estudo, foi utilizada a cultivar de milho, disponibilizada pela Empresa Agropecuária Campo e Lavoura de Santa Rosa. O bioestimulante utilizado para a pesquisa foi adquirido com os técnicos do laboratório de experimentação da Universidade Federal da Fronteira Sul (*campus* Cerro Largo), instituição autorizada para o uso de bioestimulante para pesquisa proveniente da A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). O experimento foi conduzido no laboratório de Microscopia da FEMA unidade I.

Adotou-se o delineamento inteiramente casualizado com seis (6) tratamentos e cada repetição composta por 24 sementes. Os tratamentos (T) consistem na embebição das sementes em solução contendo diferentes concentrações do Stimulate®, com o princípio ativo de auxina, a saber: T1: 0 mL (embebição somente em água destilada estéril); T2: 230 mg; T3: 330 mg; T4: 630 mg; T5: 700 mg; T6: 4.530 mg; de Stimulate® para 1,0 Kg de sementes, dosagens pesada em balança.

Como supracitado acima, a auxina foi pesada para observarmos qual a quantidade em peso é a ideal para induzir o desenvolvimento radicular. Posteriormente, as pesagens foram divididas em 1 (sem estimulante) + 5 (com auxina) em béquer de vidro, diluídas em 100 ml de água (Figura 3).

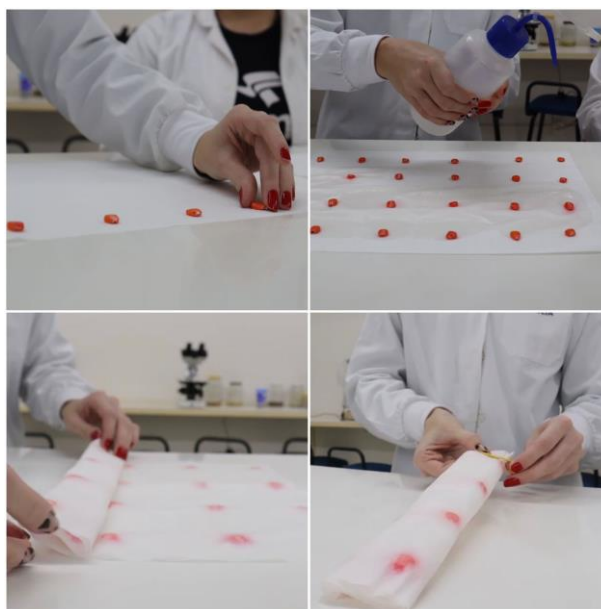
Figura 3: Auxina diluída em 100ml de água.



Fonte: produção do pesquisador (2021).

Após esse processo, foram utilizadas duas folhas de papel de germinação de sementes (Germitest), para cada 24 sementes e seus respectivos tratamentos (T). As sementes foram ordenadas em sequência. Logo após, foi borrifado a mistura de água destilada com as diferentes dosagens do Stimulate®, em seguida foi colocado o segundo papel em cima das sementes umedecidas, enroladas e fixadas com elástico na ponta inferior (Figura 4).

Figura 4: Execução do experimento, induzindo o estimulante (auxina) nas sementes do milho (*Zea mays*)



Fonte: produção do pesquisador (2021).

Para finalizar foram colocadas na Estufa de esterilização e secagem, sem a passagem de luz, e mantidas em temperatura ambiente (entre 25°C e 30°C), segundo a EMBRAPA, com intuito de fornecer a mesma temperatura para todas as amostras.

2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Novas tecnologias, aliadas ao uso de sementes melhoradas e ao manejo adequado são utilizadas para aumentar a produtividade das culturas. O uso de bioestimulantes possui destaque, pois esses são substâncias naturais ou sintéticas

que podem ser aplicadas em sementes, plantas e solos, que permitem a alterações dos processos vitais e estruturais, a fim de aumentar a produtividade e qualidade de sementes (ÁVILA *et al.*, 2008) e/ou grãos.

O hormônio vegetal auxina é o regulador chave de muitos aspectos do crescimento e desenvolvimento de plantas, incluindo a divisão celular e alongamento, diferenciação, tropismos, dominância apical, senescência, abscisão e florescimento (WOODWARD; BARTEL, 2005; TEALE *et al.*, 2006). Níveis altos de citocinina promovem o crescimento da parte aérea, já níveis altos de auxina promovem o crescimento da raiz.

Diversos estudos reportam resultados dos efeitos do uso de bioestimulante na germinação de sementes para diferentes culturas. Em um estudo avaliando o efeito da embebição de sementes de *Strelitzia reginae* (cujo nome popular é estrelícia ou ave do paraíso) em soluções com doses crescentes de bioestimulante, Garcia *et al.* (2006) reportaram que as concentrações de 80, 160 e 360 mL L⁻¹ apresentaram as maiores porcentagens de germinação, diferindo significativamente do tratamento controle.

Resultados semelhantes foram reportados para cultura do arroz, onde Elli *et al.* (2016) observaram que os tratamentos de sementes com bioestimulante proporcionaram maiores porcentagens de germinação nas sementes com potencial fisiológico reduzido.

De acordo com a análise de variância, houve interação significativa apenas para o comprimento do hipocótilo e diferenças entre os tratamentos para os comprimentos da coifa e da raiz primária e secundária. A seguir, apresentamos os resultados da inferência de bioestimulante nas amostras T (Tabela 1).

Tabela 1: obtenção dos resultados.

Tratamentos	Média
T1	2,2 cm
T2	3,2 cm
T3	5,8 cm
T4	7,7 cm

T5	2,4 cm
T6	2,1 cm

Fonte: produção dos pesquisadores (2021).

A partir destes resultados, é possível averiguar que a concentração ideal de bioestimulante auxina é 630 gramas para 100 ml de água. Interpretando os resultados, observamos também que o aumento do bioestimulante não está associado com o bom desenvolvimento radicular, visto que o T6 (4.530 mg para 100 ml) induziu um crescimento menor do que a amostra T1, que não possuía nenhuma dosagem de estimulante.

Esses resultados encontrados mostram a influência do biorregulador no comprimento radicular e de hipocótilo em plântulas de milho. Dessa forma, o uso de biorreguladores apresentam relação direta no desenvolvimento inicial de plântulas, sendo que promovem certa interferência nos parâmetros agrônômicos da cultura e equilíbrio hormonal devido aos compostos reguladores presentes na composição do mesmo (JUNQUEIRA et al., 2017).

Além disso, na amostra do T6 foi observado inúmeras colônias de bactérias e fungos, ou seja, neste caso, o bioestimulante pode prejudicar o desenvolvimento do grão. Nesse sentido, podemos concluir que as dosagens ideais de bioestimulante auxina para o desenvolvimento desejado, seria o utilizado no T3 (330 mg para 100 ml) com a média de desenvolvimento da radícula em 5,8 cm e o utilizado no T4 (630 mg para 100 ml) com a média de desenvolvimento da radícula em 7,7 cm.

CONCLUSÃO

O tratamento com bioestimulante tem como desígnio o aumento no volume das raízes que acarreta em uma expansão na capacidade de absorção dos nutrientes pelas plantas, evolução na velocidade de germinação, alongamento da parte aérea e das raízes, contribuindo assim para a ampliação da massa seca e fresca das raízes.

Há presença de hormônios nos estimulantes que estão inerentes ao metabolismo das sementes e plantas, em sua maioria cedendo nutrientes que o solo, biologicamente, não consegue ou padece para fornecer a semente, assim caso não

houvesse a presença desse bioestimulante, a planta não conseguiria se desenvolver e crescer com todo seu potencial.

Portanto, a pesquisa aqui retratada observou que o excesso de bioestimulante fez que a planta não conseguisse se desenvolver corretamente, ao contrário do que o senso comum imagina que pode ocorrer. Além disso, a pesquisa observou que as amostras com maior quantidade de bioestimulante induziu o crescimento de fungos, portanto constata-se que o T4 é a quantidade ideal para um bom desenvolvimento do desenvolvimento radicular do *Zea mays* (milho).

REFERÊNCIAS

CASTRO, P. R. C.; VIEIRA, E. L. **Aplicações de Reguladores Vegetais na Agricultura Tropical**. Guaíba: Livraria e Editora Agropecuária, 2001. 132 p.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Projeções do Agronegócio: Brasil 2012/2013 a 2022/2023** / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Assessoria de Gestão Estratégica. – Brasília: Mapa/ACS, 2013.

PAES, M.C.D. **Aspectos Físicos, Químicos e Tecnológicos do Grão de Milho**. Circular Técnica, 75-EMBRAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 2006.

CRUZ, J. C.; *et al.* **Produção de Milho na Agricultura Familiar**. Sete Lagoas: Embrapa Milho e Sorgo, 2011. 45 p.

ÁVILA, M. R. ; BRACCINI, A. L.; SCAPIM, C. A.; ALBRECHT, L. P.; TONIN, T. A.; STÜLP, M. Bioregulator application, agronomic efficiency, and quality of soybean seeds. **Scientia Agricola**, Piracicaba, v. 65, n. 6, p. 604-612, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sa/a/FKbhfKQMNJcqy7bwCBKmbTt/?lang=en>>. Acesso em: 12 out. 2021.

WOODWARD, A. W., BARTEL, B. Auxin: regulation, action, and interaction. **Annals of Botany**, Oxford, v. 95, n. 707–735, 2005. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/15749753/>>. Acesso em: 12 out. 2021.

ELLI, E. F.; MONTEIRO, G. C.; KULCZYNSKI, S. M.; CARON, B. O.; SOUZA, V. Q. Potencial fisiológico de sementes de arroz tratadas com biorregulador vegetal. **Revista Ciência Agronômica**, v. 47, n. 2, p. 366-373, 2016. Disponível em: <<http://ccarevista.ufc.br/seer/index.php/ccarevista/article/view/4026/1370>>. Acesso em: 12 out. 2021.

NETTO, Leila Alves.; RITTER Giovana.; ECKHARDT, Daniele Cristina Schons.; EBERLING, Tatiane.; BRITO, Tauane Santos.; GUIMARÃES, Vandeir Francisco. Uso de biorregulador no tratamento de sementes de milho. **Revista Cultivando o Saber**, v. 12, n. 1, p. 54-62, mar. 2019. Disponível em:

<https://www.fag.edu.br/upload/revista/cultivando_o_saber/5cd6b4423bb22.pdf>.
Acesso em: 12 out. 2021.

NETTO, Durval Dourado.; DARIO, Geraldo José Aparecido.; BARBIERI, Ana Paula Piccinin.; MARTIN, Thomas Newton. Ação de bioestimulante no desempenho agrônômico de milho e feijão. **Bioscience Journal**, v. 30. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/biosciencejournal/article/view/18110>>. Acesso em: 12 out. 2021.

CONCEIÇÃO, P. M.; GALVÃO, J. C. C.; CORRÊA, M. L. P.; RODRIGUES, O. L. **Efeito de Bioestimulante no Sistema Radicular de Plântulas de Milho Originadas de Sementes Submetidas a Diferentes Épocas de Colheita.**

Departamento de Fitotecnia. Disponível em:

<http://abms.org.br/eventos_anteriores/cnms2010/trabalhos/0290.pdf>. Acesso em: 12 out. 2021.

RIBEIRO, Sergio Silva. Cultura do milho no Brasil. **Revista Científica**, v. 1, n. 1, p. 1-11, mar. 2014. Disponível em:

<https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigo_cultura_do_milho_0.pdf>. Acesso em: 12 out. 2021.

WYLOT, Evandro. Avaliação da germinação de feijão submetido a diferentes tratamentos com bioestimulante. Orientador: Anderson Machado de Mello. 2018. p. 31. **Trabalho de Conclusão de Curso** (TCC/Agronomia), Universidade Federal da Fronteira Sul, Cerro Largo. 2018. Disponível em:

<<https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/2326/1/WYLOT.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2021.

JUNQUEIRA, I. A. NICCHIO, B. DEUS, M. B. LANA, R. M. Q. Biorreguladores no tratamento de sementes de girassol. **Pesquisa Agropecuária Pernambucana**, v. 22, n. 1, p. 201-713, 2017. Disponível em:

<<https://pap.emnuvens.com.br/pap/article/view/pap.2017.004>>. Acesso em: 15 de out. 2021.

LANDAU, E. C. MAGALHÃES, P. C. GUIMARÃES, D. P. **Relações com o Clima.** Agência Embrapa de informação tecnológica. Disponível em:

<https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/milho/arvore/CONTAG01_17_168200511157.html>. Acesso em: 15 out. 2021.

ESTILOS DE LIDERANÇA E O REFLEXO NAS EQUIPES DE VENDAS

Jardel Luiz Pinto ¹
Janice Walter ²
Marcos Rogério Rodrigues³

RESUMO

O tema do presente trabalho é estilos de liderança e o reflexo nas equipes de vendas. Este trabalho tem por objetivo identificar os estilos de liderança dos gestores de uma empresa Distribuidora Atacadista Indústria e Comércio de Cereais localizada no estado do Rio Grande do Sul, e entender a importância desta influência nos resultados das equipes de vendas. O problema está em como o estilo de liderança pode interferir nos resultados da equipe. No decorrer do trabalho são expostos conceitos sobre liderança e características em comum dos líderes. São apresentados alguns estilos de liderança e as particularidades intrínsecas de cada uma. Traz também a definição de equipes de trabalho e aborda alguns aspectos acerca da formação dessas equipes a fim de torná-las eficazes e competitivas. Este trabalho é relevante, pois o resultado das equipes está diretamente ligado à liderança praticada sobre as mesmas. Este trabalho foi realizado por meio de uma pesquisa de campo, onde a empresa, os líderes e os vendedores foram submetidos a um questionário com perguntas dissertativas e objetivas. O tratamento dos dados é exposto de forma quantitativa e qualitativa, os objetivos são apresentados de forma exploratória e descritiva e os dados bibliográficos e estudo de caso. Através dessa pesquisa foi possível conhecer a organização, verificar os resultados dos líderes, identificar o estilo de liderança dos gestores e foi apresentado sugestões de melhorias, com a intenção de auxiliar no desempenho da organização.

Palavras chaves: Líder; Estilos de Liderança; Equipe.

INTRODUÇÃO

Vivemos em uma época de muitas e rápidas transformações no mundo dos negócios, é preciso estar atento e preparado para responder e se adaptar às mudanças na mesma proporção e velocidade com que elas ocorrem, o mercado está cada vez mais competitivo e os clientes cada vez mais bem informados e exigentes, pois nessa nova era de tecnologia possuem muito mais acesso a informações do que

¹Graduado no Curso de Administração – Faculdades Integradas Machado de Assis, jardepinto@gmail.com

² Mestra em Desenvolvimento - UNIJUI, Bacharel em Administração/Comércio Internacional - FEMA, Especialista em Gestão de Pessoas - UNINTER. Docente nas Faculdades Integradas Machado de Assis, cursos de Ciências Contábeis, Tecnólogo em Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão de Recursos Humanos. janice@sommacontabilrs.com.br

³ Mestre em Administração. Professor do Curso de Administração. Faculdades Integradas Machado de Assis. marcosrodrigues@fema.com.br

há algum tempo atrás. Para atender essa demanda de novas exigências necessita-se de pessoas cada vez mais qualificadas e preparadas.

Um dos fatores mais importantes na obtenção de resultados de equipes de vendas está na forma de condução das mesmas e os meios utilizados para conseguir o que se deseja, o que justifica o presente estudo, pois é importante para a organização conhecer seus líderes e o estilo de liderança de cada um, o qual é considerado como um diferencial competitivo.

Cada equipe é estimulada e gerenciada com base nas primícias e diretrizes a qual cada líder estabelece. Desta forma o tema do presente trabalho se refere ao estilo de liderança e o reflexo nas equipes de vendas. Este trabalho tem como objetivo geral verificar como o estilo de liderança influencia nos resultados.

Apresenta como problemática identificar o estilo de liderança dos gestores e como a forma de gerenciamento dos líderes tem a capacidade de interferir nos resultados da equipe a eles subordinada. Tem como objetivos específicos, conhecer a organização, identificar o estilo de liderança do gestor e sugerir ações de melhoria.

A metodologia utilizada foi uma pesquisa teórica com bases bibliográficas e um estudo de caso com tratamento de dados qualitativo e quantitativo de forma exploratória e descritiva. Os dados foram coletados através de uma pesquisa enviada aos líderes e vendedores por meio de uma plataforma online e as informações apuradas foram transcritas para Word e com base nisso foi realizada a análise dos elementos obtidos. Os principais autores que estão em destaque no embasamento teórico são, Chiavenato, Las Casas, Vergara, Lacombe, Lacombe e Heilborn, Housel. Os quais estão distribuídos nos tópicos liderança e características do líder, estilos de liderança e equipe de trabalho.

Este artigo está ordenado em introdução, referencial teórico, metodologia, análise e diagnóstico dos resultados, sugestões de melhorias e conclusão.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico é base de conhecimento do que é estudado e apresentam os conceitos bibliográficos utilizados nesta pesquisa, que foram trazidos nos tópicos de liderança e características do líder, estilos de liderança e equipe de trabalho.

1.1 LIDERANÇA E CARACTERÍSTICAS DO LÍDER

Toda organização precisa ser coordenada por um ou mais indivíduos ao qual recebe o nome de Líder, neste sentido Las Casas traz que “[...] líder é o indivíduo que chefia, comanda /ou orienta, em qualquer tipo de ação, empresa ou linha de ideias. A liderança é a função do líder.” (LAS CASAS; 2012; p.49).

Ainda neste sentido, Las Casas traz que o líder possui papel importante dentro da organização, são eles que fazem o gerenciamento dos funcionários, e quem passam as diretrizes de como a organização deve funcionar, e deve mostrar o exemplo de compromisso, comportamento de desempenho na organização. O líder possui papel fundamental na organização e para obter a função de líder, a pessoa precisa mostrar participação ativa e que tem capacidade de desempenhar as atribuições da função de líder (LAS CASAS, 2012).

O resultado da equipe está diretamente ligado ao gestor que a coordena, desta forma é necessário caracterizar o que é a liderança através de seus conceitos e como esta influência os resultados. Existem várias definições para o tema, para Chiavenato, “A liderança é um fenômeno social que ocorre exclusivamente em grupos sociais.” (CHIAVENATO, 2005, p.183).

À cerca disso, Chiavenato traz que a liderança também é definida como a influência que uma pessoa tem sobre a outra e o processo de comunicação almejando algum objetivo específico (CHIAVENATO, 2005).

A liderança está diretamente ligada à influência. Segundo Chiavenato, “A influência é uma transação interpessoal na qual uma pessoa age no sentido de modificar ou provocar o comportamento da outra, de maneira intencional.” (CHIAVENATTO, 205, p. 184).

A intensidade desta influência está associada ao quanto de poder o líder detém. Ainda pra Chiavenato, há muitos tipos de influência que vão desde coação, persuasão, sugestão até emulação (CHIAVENATO, 2005).

Para Gil, o processo de liderança é bastante complexo e os estudos costumam também basear-se em diferentes abordagens para o tema, sendo que três se destacam, “A primeira vê a liderança como uma combinação de traços pessoais. A segunda enfatiza o comportamento do líder.

De fato, são muitas as definições que temos sobre liderança, algumas em coerência umas com as outras, outras porém com algumas discordâncias. Para Vergara, “[...] liderança está associada a estímulos, incentivos que possam provocar a motivação nas pessoas para a realização da missão, da visão e dos objetivos empresariais [...]” (VERGARA, 2011, p.75).

Para que de fato a liderança seja eficaz em uma organização é necessário que os líderes estejam motivados e engajados com o propósito da empresa. Existem algumas características que os líderes têm em comum, alguns de uma maneira mais visível outros com menos intensidade, alguns possuem algumas distinções com relação aos outros.

Já Chiavenato, elenca nove características comportamentais que julga ser importante em um líder: Foco nos objetivos, orientação para a ação, autoconfiança, habilidade no relacionamento humano, criatividade e inovação, flexibilidade, tomada de decisão, padrões de desempenho e visão de futuro (CHIAVENATO, 2005).

A partir dessas características identificadas em cada líder, percebe-se as diferenças que cada um possui, isso é mais perceptível através dos resultados que cada um apresenta, diante disso nota-se que existem algumas diferenças nas formas de condução de suas equipes de liderados, através do qual podemos identificar diferentes estilos de liderança, cada um com características peculiares.

1.2 ESTILOS DE LIDERANÇA

Após identificar diferentes características em cada líder, leva a outro ponto que são os estilos de liderança que cada líder desenvolve. São quatro os estilos mais conhecidos: autocrática, democrática, liberal e a situacional.

Para Las Casas, “No estilo autocrático, o administrador é quem dá as ordens. Ele impõe sua vontade aos colaboradores centralizando todas as decisões. Ele é, em outras palavras, um dominador.” (LAS CASAS, 2012, p.51).

No estilo de liderança liberal o líder possui menos participação. Seguindo este raciocínio Las Casas relata que, “[...] o gerente pouco interfere no andamento dos negócios de seus representantes, os quais tomam as decisões que querem e direcionam suas ações como acham melhor.” (LAS CASAS, 2012, p.52). No entanto,

Vergara traz como sinônimo da liderança liberal o “*Laissez-faire* é aquele conhecido na intimidade por *deixar rolar*.” (VERGARA, 2011, p.76).

O terceiro estilo de liderança, que é a liderança democrática a qual associa parte da liderança autocrática e parte da liberal, segundo Las Casas, neste estilo de liderança “[...] o administrador procura orientar o grupo a encontrar, por si mesmo, a solução para seus diversos problemas, fazendo-o participar e decidir na direção da melhor solução.” (LAS CASAS, 2012, p.51).

Segundo Chiavenato, enquanto a liderança autocrática centra todo poder de decisão no líder, a liberal centraliza o poder decisivo nos liderados, já a liderança democrática é um meio termo entre as duas anteriores, sendo flexível ao líder e aos liderados (CHIAVENATO, 2005).

O autor Gil traz que “Essa teoria afirma que a eficácia do grupo depende de uma combinação adequada entre o estilo do líder e a exigência da situação.” (GIL, 2011, p. 225). Portanto existem diversas situações em que o estilo de liderança empregado irá definir o sucesso ou insucesso do grupo, pois a reação do grupo está baseada na coordenação do líder.

Cada indivíduo pertencente a determinado grupo sabe suas responsabilidades individuais e coletivas, portanto o comportamento do líder irá variar conforme a maturidade da sua equipe frente ao que é exigido pela situação em que se encontra. Esses estilos de liderança servem de diretrizes para definição de uso de influência para com os subordinados, melhor forma de abordagem, facilita a comunicação do grupo. Todo líder, independente do estilo, tem como objetivo entregar resultados positivos para a organização, para isso necessita do auxílio da equipe assim como a equipe necessita de um líder que seja participativo e motivado para chegar aonde foi planejado.

1.3 EQUIPE DE TRABALHO

A equipe de trabalho é o conjunto de pessoas que estão trabalhando dentro da organização em prol de um objetivo em comum. Para Lacombe e Heilborn “[...] equipe é um grupo em que as pessoas, além de terem uma meta em comum, atuam de forma a colocar os objetivos do grupo acima dos interesses que elas próprias têm dentro dele.” (LACOMBE; HEILBORN, 2011, p. 23).

Para que um grupo seja considerado uma equipe Vergara traz que, “[...] é preciso que haja um elemento de identidade, elemento de natureza simbólica que una as pessoas, estando elas fisicamente próximas ou não.” (VERGARA, 2011, p.190).

Cada pessoa possui pontos fortes e pontos fracos no que tange habilidades e competências. Para que a equipe consiga alcançar seus objetivos é necessário que haja um empenho de cada um focando naquilo em que se saia melhor, evidenciando seus pontos fortes.

Segundo Housel, existem quatro vantagens que se evidenciam através do trabalho em equipe. Métodos de trabalho com custos mais eficazes, aumento da moral dos funcionários, melhor aproveitamento do tempo e do talento dos trabalhadores e melhoria na tomada de decisões (HOUSEL, 2012).

O sucesso de qualquer organização começa a ser definido a partir da escolha das pessoas as quais farão parte da empresa. Pois é desde o princípio que se deve ter um alinhamento entre as pessoas e a organização em si, para que haja harmonia, um clima organizacional favorável, o que também influencia nos resultados.

A descrição da vaga inclui a definição do perfil do candidato e os requisitos necessárias que a empresa deseja para compor seu quadro de colaboradores, isso já se caracteriza como uma pré-triagem. (LACOMBE, 2011).

Pessoas motivadas produzem mais, pessoas satisfeitas garantem melhores resultados para a organização. Com isso conseguem trabalhar mais harmoniosamente entre equipe garantido um melhor desempenho nas metas propostas.

2 ANÁLISE E DIAGNÓSTICO DOS RESULTADOS

O presente estudo foi realizado em uma empresa distribuidora atacadista do ramo de alimentos, a qual solicitou sigilo de seu nome e localização, que atende grande parte do Rio Grande do Sul. Desta forma os próximos tópicos estão divididos em: conhecendo a organização; e identificar o estilo de liderança e a influência do líder na equipe.

A empresa na qual foi realizado a pesquisa é uma empresa 100% gaúcha, que atua somente no estado do Rio Grande do Sul, possuindo em torno de 13 mil clientes ativos e um quadro de colaboradores com 492 funcionários. Tem uma movimentação

diária em média de 600 toneladas de produtos, possui certificação de qualidade pela ISO 9001, além de várias práticas de gestão ambiental, pois é uma empresa que se preocupa com a sustentabilidade.

A pesquisa que foi realizada com a distribuidora teve a intenção de conhecer a organização e entender como a empresa realiza o processo de seleção de um novo líder. Foi questionado para a empresa quando há a necessidade de uma nova liderança como é feita essa busca, quais são os requisitos exigidos e se é um processo de seleção aberto ou fechado, se a empresa divulga a vaga ou busca alguma indicação.

A empresa explicou que é feito das duas formas, que realiza a divulgação a vaga com os requisitos necessários, entre eles, perfil de liderança, experiência com gestão de pessoas, foco em resultados, visão analítica, seja um bom comunicador, entre outros, e que busca também indicações. Para ser contratado o novo líder passa por um processo de análise psicológica bem rigorosa.

A empresa não prepara especificamente líderes, ela qualifica todo seu quadro geral proporcionando oportunidades como cursos gratuitos e parcerias com instituições para que todos possam se beneficiar e buscar qualificação.

A empresa explicou que para cada função da empresa existe uma matriz de treinamento, onde o líder possui uma específica, que é repassado a ele internamente antes de sair atuar junto aos vendedores.

O treinamento tem a finalidade de aperfeiçoar as habilidades das pessoas, contribuindo desta maneira para a evolução pessoal de cada indivíduo e conseqüentemente gera maior produtividade e melhores resultados para a organização.

Cada líder é responsável por uma equipe. Esta equipe é composta por vendedores de diversas regiões diferentes. Nesse sentido foi questionado se há algum critério de divisão dos vendedores por equipes e como é a divisão das metas. A empresa respondeu que cada líder possui uma região e uma quantidade de vendedores diferentes, dependendo da demanda de trabalho que cada região necessita e nível de importância para a empresa.

As metas são dadas a partir do histórico da região e dos clientes ativos. Passa-se uma meta para cada gestor que divide entre sua equipe observando toda e qualquer peculiaridade, e são acompanhadas diariamente através de um boletim de

venda que apresenta um comparativo entre o que foi proposto e que o já foi realizado, sendo acompanhadas também positivamente de clientes, reativações e cadastros novos efetivados.

Para conseguir atingir os resultados em uma empresa é necessário que exista um alinhamento entre direção, líderes e vendedores, isso só ocorre através de uma comunicação que seja clara e eficiente. Pode-se ocorrer essa comunicação de várias maneiras, mas a mais comum é através de reuniões. Foi questionado para a empresa qual é a frequência de reuniões com os líderes. Disseram que são realizadas reuniões sempre que necessário, geralmente uma vez na semana.

O líder tem como função auxiliar o vendedor para que juntos tenham condições de atingir os resultados. Cada líder é diferente nos seus aspectos comportamentais. Desta forma foi questionado para a empresa se há alguma regra que o atendimento do gestor seja padronizado com os vendedores e como vê a importância do gestor para empresa.

A empresa respondeu que não existe uma regra, cada gestor trabalha de forma independente e gere sua equipe da forma que julga ser mais eficaz, no entanto, a empresa espera que os resultados sejam atingidos. Julga o líder importante perante a equipe em relação a rapidez, capacidade de resolução de problemas e a busca de soluções inovadoras para alavancar as vendas diariamente.

O líder sem dúvida é uma figura de extrema importância nas organizações, pois é através de suas habilidades que as empresas crescem e se desenvolvem, pois estão sempre na busca de novas estratégias, se superando todos os dias para ajudar a equipe atingir os objetivos.

Ao conferir os dados percebe-se que em todos os meses, ambos os líderes, atingiram os resultados geralmente no último ou no penúltimo dia do mês, e na forma que está apresentado mostra uma estabilidade entre os resultados dos líderes no que se refere ao percentual total atingido no mês.

Para poder identificar o estilo de liderança é necessário fazer um comparativo com o que o líder pensa de si e como a equipe que ele lidera o vê, desta forma o questionário aplicado ao líder foi o mesmo aplicado aos seus vendedores mudando apenas o direcionamento da pergunta para um e pra outro.

Traz-se neste momento a pesquisa realizada com os líderes. Para manter sigilo com relação aos nomes, refere-se aos líderes como Líder A e Líder B.

O líder A é do gênero feminino, com idade entre 26 e 32 anos e que já está entre 6 e 10 anos dentro da organização. O Líder B é do gênero masculino também com idade entre 26 a 32 anos e está na empresa a menos de 2 anos. Questionados sobre se são realizadas reuniões com a equipe de vendas, o líder A respondeu que às vezes e o líder B que quase sempre. Com relação à frequência de contato e o assunto tratado nas conversas com os vendedores, ambos responderam que tem contato com todos os seus vendedores durante a semana e que falam além de trabalho sobre assuntos pessoais e assuntos atuais.

O contato frequente entre líder e vendedor é de suma importância, pois possibilita a troca de informações aliada a uma comunicação mais eficaz, criando um vínculo de afinidade entre ambos.

Cada líder é responsável por uma meta de faturamento mensal a qual atribui uma parte a cada vendedor para juntos realizar o que foi proposto. Perguntados sobre qual reação ao receber a meta, disseram que ficam animados, pois se sentem motivados ao novo desafio. Com relação aos aspectos comportamentais que julgam mais notório em si, o Líder A respondeu que é alegria, ambição e liderança, considera também que precisa melhorar nos aspectos de disciplina, impulsividade e paciência. E sobre o que, em seu ponto de vista é indispensável a um líder é, alegria, justiça e liderança.

O líder B respondeu que o que é mais visível em si é a alegria, honestidade e agressividade. Aqui, a palavra “agressivo” não se refere à violência e sim em ser competitivo, aguerrido e corajoso. As características que julga poder melhorar está enérgico, disciplina e grosseiro, e os aspectos que considera indispensável a um líder são confiança, honestidade e agressividade.

São várias as formas que podem ser utilizadas como meio de comunicação entre líder e vendedor, sendo indagado qual é a forma mais utilizada no contato com seus vendedores o líder A respondeu que é por meio de ligação telefônica e o líder B que é por meio de aplicativo de comunicação particular. Outra pergunta que foi feita é relacionada com a cobrança aos vendedores para que se empenhem mais nas vendas, buscar melhores resultados e ambos responderam que quase sempre entram em contato cobrando um esforço a mais.

Em outra questão foi perguntado se quando o vendedor solicita um suporte do líder, relacionado a alguma negociação diferente o líder auxilia, líder A respondeu que

sempre auxilia e o líder B respondeu que quase sempre, que acionado busca ajudar o vendedor naquilo que lhe foi solicitado. Referente ao reconhecimento quando o vendedor supera a meta proposta ambos responderam que sempre reconhece.

De fato, muitas vezes um simples elogio como forma de reconhecimento tem a capacidade de motivar para conquistas futuras. A visão de que aquilo que está sendo feito está gerando satisfação no líder e contribuindo com o desenvolvimento da equipe é um estímulo para seguir sempre na busca por superar os resultados.

No entanto, existem alguns momentos em que não se consegue corresponder às expectativas a qual é submetido, não conseguindo assim atingir a meta proposta, neste caso questionados sobre qual a atitude do líder, ambos responderam que advertem o subordinado porém também o motivam para atingir as próximas metas sugeridas.

Perguntados de como consideram o desempenho de suas respectivas equipes, líder A respondeu que considera ótima e o líder B, bom. E por fim foi questionado sobre qual estilo de liderança conceituam que se adequam, ambos responderam que é uma liderança situacional, pois mudam a estratégia e há variação no comportamento para lidar com as situações diárias e os diferentes tipos de colaboradores da melhor maneira.

Este mesmo questionário foi submetido aos 5 vendedores correspondentes a cada líder, com a forma de questionamento direcionada aos vendedores, desta forma tem-se um comparativo entre ambas as respostas.

Ao serem questionados se são realizadas reuniões com a equipe de vendas, da equipe do líder A, 2 responderam que quase sempre, 2 responderam que sempre e 1 que as vezes. Da equipe do líder B, 3 responderam que sempre e 2 as vezes.

Com relação a questão de qual a frequência de comunicação com o gestor, todos afirmaram que é diária. No que diz respeito ao assunto tratado com o líder nas conversas, da equipe do líder A, 4 responderam que é falado somente sobre trabalho e 1 disse que fala de tudo um pouco, trabalho, assuntos atuais e assuntos pessoais. Em parte, contrariando o que afirmou a líder A, quando disse, falar além de assuntos de trabalho, assuntos atuais e pessoais.

Da equipe do líder B, 2 responderam que é falado somente sobre trabalho, 2 que falam sobre trabalho e assuntos atuais e 1 respondeu que é falado de tudo um pouco.

Cada vendedor recebe uma meta mensal, repassada pelo líder conforme potencial e histórico de venda, quando perguntados qual reação ao serem informados da sua meta, todos disseram que ficam animados, pois se sentem motivados ao novo desafio, exceto 1 vendedor da equipe do líder B que respondeu não ter nenhuma reação aguardando o desenrolar do mês

Quando perguntado quais os aspectos comportamentais mais visíveis em seu líder, dentre 19 opções poderia ser escolhido 3. Para a equipe do líder A, a mais perceptível é a competência tendo sido citado pelos 5 respondentes, em seguida, líder, sendo citada por 4 vendedores, outras características relacionadas foram, enérgico, disciplinado, sincero, ambicioso, participativo e justo sendo citadas 1 vez.

Para a equipe do líder B, as características mais visíveis são, justo, sendo citado 4 vezes, disciplinado, sincero, confiante e honesto foram citados 2 vezes e enérgico, ambicioso, agressivo e competente foram citados 1 vez.

Cada indivíduo em si, apresenta características de comportamento particulares distinta uns dos outros, e com os líderes não é diferente, cada um possui aspectos particulares, e cada qual à sua maneira traçam estratégias para obterem resultados positivos.

Questionados sobre quais aspectos comportamentais consideram que o líder pode melhorar, pela equipe do líder A, a característica “enérgico” foi citada 3 vezes, impaciente, ambicioso, participativo e paciente foram citadas 2 vezes e alegre, sincero, confiante e autoritário foram citadas 1 vez.

Para a equipe relacionada ao líder B, os aspectos citados que consideram que o líder pode melhorar foi agressivo, sendo citado 3 vezes, enérgico, autoritário, participativo e paciente foram citados 2 vezes e alegre, impulsivo, impaciente e ambicioso foram citados 1 vez.

Por melhores características que um líder possua, sempre há comportamentos que podem ser aprimorados, a prática de constante aperfeiçoamento e a busca por desenvolvimento pessoal, tornam líderes cada vez melhores e mais eficazes.

Questionados sobre quais os aspectos comportamentais consideram indispensáveis a um líder, a equipe do líder A julga ser competência sendo citado 4 vezes, confiante, ambicioso, participativo e justo, sendo citados 2 vezes e disciplinado, honesto e líder, sendo citados 1 vez.

A equipe relacionada ao líder B respondeu que considera que é competente, sendo citado 4 vezes, líder sendo citado 3 vezes, honesto e participativo sendo citados 2 vezes e enérgico, disciplinado, confiante e justo sendo citados 1 vez.

Nota-se desta forma que liderança não se trata de algo que nasce pronto, e sim, de algo que pode ser aprendido e aperfeiçoado com o tempo, pois trata-se de comportamentos e esses, no entanto podem ser desenvolvidos tornando os líderes mais eficazes.

Muitas vezes, para que o vendedor melhore o seu número em faturamento é necessária uma imposição por parte do líder. Questionados se o líder entra em contato cobrando mais empenho nas vendas, da equipe do líder A, 4 responderam que sempre e 1 quase sempre. Da equipe do líder B, 1 respondeu que sempre, 2 quase sempre e 2 respondeu que as vezes. Perguntados se o líder auxilia quando acionado em alguma negociação diferente, da equipe do líder A, 4 responderam que sempre e 1 quase sempre. Da equipe do líder B, 3 responderam que sempre e 2 quase sempre.

Quando se trabalha com metas existem duas possibilidades ou elas não são atingidas ou são atingidas. Nesse contexto, foi perguntado se há reconhecimento por parte do líder quando o vendedor atinge ou supera a meta proposta. Da equipe da líder A, todos responderam que sempre há. Da equipe do líder B, 4 responderam que sempre, e 1 as vezes.

Porém, existe a possibilidade de não conseguir alcançar o que foi proposto, nesse caso foi indagado qual a posição do líder. Da equipe do líder A todos responderam que o líder adverte, mas também motiva para as próximas metas. Da equipe do líder B, 4 responderam que adverte, mas também motiva para as metas futuras e 1 respondeu que não adverte e nem motiva.

O conflito é necessário para que haja decisões mais assertivas, para que cada um possa expor seu ponto de vista, se concorda ou não concorda com algo. Expressando-se de maneira com que o conflito seja algo produtivo com um desfecho que venha como resultado positivo para o grupo.

Da mesma forma que foi questionado como o líder considera sua equipe, foi perguntado aos vendedores como consideram o seu líder. Da equipe do líder A, 3 responderam que consideram ótimo e 2 que consideram bom. Da equipe do líder B, 2 consideram ótimo, 2 consideram bom e 1 respondeu que considera regular.

O desempenho e o resultado dos indivíduos está relacionado a vários fatores, principalmente a fatores motivacionais. Uma pessoa motivada e com um ambiente de trabalho favorável, tem uma maior probabilidade de atingir os objetivos.

Para finalizar, foi questionado aos vendedores em qual perfil de liderança eles consideram que seu líder se enquadra. Para a equipe do líder A, 3 consideram líder democrático e 2 autocrático. Da equipe do líder B, 2 consideram democrático, 2 autocrático e 1 considera líder situacional.

Há uma diversidade de opiniões quanto ao estilo de liderança. Pode-se atribuir essa diferença de opiniões com o fato de que o líder se comporta de maneira diversa com cada pessoa e conforme a situação a qual se encontra. Com isso entende-se que ambos os líderes possuem um estilo de liderança situacional.

3 SUGESTÕES DE MELHORIAS

Após a coleta de informações e a mensuração dos dados coletados, e tendo em vista que uma das propostas deste estudo é apresentar sugestões que possam contribuir para o desenvolvimento da organização, uma vez que o caminho para a excelência é estar em constante aprendizado e desenvolvimento, tem-se algumas orientações que podem ser implementadas pela empresa.

Um ponto que pode ser aperfeiçoado é referente a reuniões com as equipes de venda, podendo serem programadas reuniões mensais para apresentação de resultados. Desta forma situaria o vendedor gerando uma maior motivação para o mesmo, pois saberia se a empresa está atingindo seus objetivos estabelecidos, ou se não para traçar estratégias para chegar no resultado.

Outra questão sugerida é relacionada aos treinamentos dos líderes. Oferecer treinamentos constantes aos líderes a fim de mantê-los sempre atualizados, adquirir novas habilidades e estar cada vez mais preparados para a condução de suas equipes, liderando de maneira mais eficiente e eficaz.

O treinamento não somente é exigido para aperfeiçoar capacidades e habilidades já existentes nos indivíduos como também para gerar e desenvolver novas competências nas pessoas.

Um ponto importante sugerido à empresa, é implementar um programa de desenvolvimento interno de liderança. Além de ofertar possibilidades de qualificação

externas, trazer para dentro da empresa. Conseguindo deste modo, formar líderes mais alinhados com a missão, a visão e os valores da empresa.

Tendo em vista a escassez de líderes, a formação deles surge como um recurso para as empresas, a fim de se manterem competitivas e atender as novas exigências e demandas existentes no mercado.

CONCLUSÃO

O presente estudo foi realizado em uma empresa distribuidora atacadista localizada no estado do Rio Grande do Sul, teve como problemática identificar o estilo de liderança dos gestores e como este, influencia no resultado da equipe, e sugerir ações de melhoria para implementar na empresa com a finalidade de agregar valor para a organização e ampliar os resultados.

Com o intuito de atender ao objetivo inicial que era de conhecer a organização, foi visto como se dá a contratação dos líderes e a empresa apresentou os resultados dos líderes referente aos meses os quais foram pesquisados. Percebeu-se que a empresa geralmente busca contratar líderes de fora da organização, pois não possui um programa de desenvolvimento de liderança interno.

Para atender ao segundo objetivo, relacionado a identificar o estilo de liderança dos gestores, percebeu-se que ambas as equipes possuem uma boa relação com seus líderes, porém notam-se diferenças de interação entre gestor e vendedor, podendo definir dessa maneira que ambos os líderes possuem um estilo de liderança situacional, agindo de maneiras diferenciadas dependendo da situação e conforme o membro da equipe conforme é possível apurar no item 3.2.

O terceiro objetivo buscou sugerir ações de melhorias a ser implementadas pela organização, entre as quais pode-se notar a necessidade da implementação de um programa de desenvolvimento de liderança interno, tendo em vista a dificuldade na contratação de bons gestores. Também foi sugerida a oferta de cursos de extensão aos líderes para aprimorar suas técnicas e desenvolver novas habilidades.

Foi sugerido também a implementação de uma agenda de reuniões, pois não há uma programação de reuniões, para que os vendedores possam tirar dúvidas coletivas e sugerir ideias. Como pode ser verificado no item 4.

Para atender a problemática do trabalho que se refere a como o estilo de liderança adotada pelo líder influencia no resultado das equipes, ambos os líderes atuam de forma situacional. Cada um age da maneira que considera ser mais eficiente. Pode-se verificar desta forma que os métodos adotados por ambos os líderes são eficazes, pois conseguiram atingir os objetivos durante todo o período que foi investigado.

Levando em consideração o que foi estudado, e a importância deste tema no mundo dos negócios e principalmente dentro das organizações, no que se refere a estratégias, busca por resultados e diferencial competitivo, recomenda-se que se façam mais estudos sobre os estilos de liderança e a influência dos líderes nos resultados das organizações.

Para o mundo acadêmico este trabalho trouxe contribuições relevantes, pois aprofundou os conhecimentos sobre liderança e características dos líderes, da mesma forma que apresentou na prática como o estilo de liderança influencia no resultado das equipes.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, Idalberto. **Gerenciando com as Pessoas**: transformando o executivo em um excelente gestor de pessoas: um guia para o executivo aprender a lidar com sua equipe de trabalho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GIL, Antonio Carrlos. **Gestão de Pessoas**: enfoque nos papéis profissionais. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2011

HOUSEL, Debora J. **Equipes**: gerenciamento para o sucesso. São Paulo: Cengage Learning: Editora Senac Rio de Janeiro, 2012.

LACOMBE, Francisco Jose Masset; HEILBORN, Gilberto Luiz José. **Recursos Humanos**: princípios e tendências. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

LACOMBE, Francisco José Masset. **Recursos Humanos**: princípios e tendências. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Administração de Vendas**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

VERGARA, Sylvia Constant. **Gestão de Pessoas**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

VERGARA, Sylvia Constant. **Gestão de Pessoas**. 8. ed. São Paulo, 2009.

A GOVERNANÇA CORPORATIVA COMO CONTROLE DE GESTÃO

Edson Flores de Campos ¹

RESUMO

O artigo é uma revisão da literatura sobre governança corporativa e correlação com a teoria de agência. O estudo é movido por uma discussão teórica com apoio bibliográfico e se desenvolveu por meio de uma pesquisa descritiva, qualitativa. A revisão da literatura sobre a governança corporativa revela análises de diferentes perspectivas teóricas, nas quais predomina a teoria de agência (e.g. HASNAN, MOHAMAD, ZAINUDDIN *et al.*, 2015). A discussão proposta não tem o objetivo de chegar a uma conclusão definitiva esgotando o tema, mas sim, provocar uma análise mais profunda para trabalhos futuros. O estudo sugere ainda a realização de pesquisas empíricas que fomentem a discussão sobre os conceitos de teoria de agência e sua correlação com governança corporativa demonstrando os mecanismos de controles internos e externos desta.

Palavras-Chave: Teoria de Agência; Custo de Agência; Governança Corporativa; Organizações; Gestão.

INTRODUÇÃO

O crescimento econômico de um país ou região é determinado pelo nível de crescimento empresarial. Nesta linha de pensamento, observa-se que as organizações estão buscando o aprimoramento operacional com o objetivo de maximizar seus lucros. O valor de uma empresa no mercado é determinado pelo seu lucro, o que corresponde a uma maior atratividade para os possíveis investidores. Entretanto, a gestão de uma organização para fazer com ela torne-se mais eficiente não é uma tarefa fácil.

Existem vários aspectos que devem ser levados em conta, pois existem regramentos pelos quais as organizações, proprietários e funcionários trabalham e são regidos. Isto fez com que houvesse a necessidade da profissionalização da gestão separando a propriedade do gerenciamento. Jensen e Meckling (1976) explicam: de um lado se posicionam os proprietários ou acionistas, chamados de principais, que possuem a propriedade da empresa e de outro lado, os gestores contratados, chamados agentes, que possuem a gestão da empresa sob sua responsabilidade. Assim, a discussão sobre a governança corporativa vem ganhando

destaque. Este estudo busca analisar o tema através de produções científicas nacionais abrangendo os conceitos de governança corporativa e sua correlação com a teoria de agência, passando por seus mecanismos de controle internos e externos. Em um contexto mundial, onde os mercados de capitais se encontram em constantes alterações, transformações e sobre novas perspectivas de investimentos, estar atualizado e em conformidade transmitindo segurança e transparência aos investidores e stakeholders é mais que primordial, e ao mesmo tempo exige uma seriedade maior das práticas de gestão das organizações. É nesse contexto que surge a Governança Corporativa (SILVA, 2012).

1 TEORIA DE AGENCIAS

A teoria da agência tem sido utilizada por estudiosos em contabilidade (Demski & Fektham, 1978), em economia (Spence & Zeckhauser, 1971), finanças (Fama, 1980), marketing (Basu, Lai, Srinivasan & Staelin, 1985), ciências políticas (Mitnick, 1986), comportamento organizacional (Eisenhardt, 1985, 1988; Kosnik, 1987), e sociologia (Eccles, 1985; Branco, 1985).

Durante as décadas de 60 e de 70, os economistas exploraram o compartilhamento de riscos entre os indivíduos ou grupos (Arrow, 1971; Wilson, 1968). A base explicativa da teoria da agência parte da clássica abordagem de Jensen & Meckling, (1976). A teoria da agência ampliou essa literatura de compartilhamento de riscos para incluir o chamado problema da agência que ocorre quando partes cooperantes têm objetivos diferentes e divisão do trabalho (Jensen & Meckling, 1976; Ross, 1973). Os autores descrevem quatro premissas onde o modelo de comportamento humano sustenta a teoria da agência: os indivíduos são avaliadores, possuem necessidades ilimitadas, são maximizadores e são generosos. A teoria da agência refere-se ao relacionamento existente entre o principal e o agente, no qual uma pessoa (principal) contrata outra (agente) para executar algo que envolva a delegação de tomada de decisão e autoridade. Disso decorre a relação de agência, definida como: “[...] um contrato sobre o qual uma ou mais pessoas (o(s) principal(is)) empregam outra pessoa (agente) para executar em seu nome um serviço que implique a delegação de algum poder de decisão ao agente” (Jensen & Meckling, 1976, p. 308). De acordo com os autores, além da natureza humana utilitarista e

racional, que leva o agente a maximizar a sua função utilidade, a inexistência de contrato completo capaz de assegurar que o agente vise a atender os interesses do principal também leva ao desalinhamento entre os interesses do principal e do agente. Fama e Jensen (1983) esclarecem que os contratos também atribuem aos agentes as fases do processo de decisão. Para tanto, os autores dividem a decisão de forma que se desdobrem em quatro etapas, quais sejam: iniciação, ratificação, implementação e monitoramento. Explicam que a iniciação e a implementação devem ser combinadas na função gerenciamento da decisão; e a ratificação e o monitoramento, na função gerenciamento do controle, visto que tais conjuntos são, em geral, desempenhados pelas mesmas pessoas. Para os autores, um sistema eficiente de controle implica a separação entre as fases iniciação e implementação (gerenciamento da decisão) e ratificação e monitoramento (gerenciamento do controle), pois dessa forma o processo visa a reduzir ou controlar os problemas de agência. Complementam sugerindo a delegação das funções de decisão. Os autores discutem o caráter complexo das organizações, uma vez que o conhecimento específico necessário à tomada de diferentes decisões está disperso entre diversos agentes. Assim sendo, a delegação das funções de decisão aos agentes com mais conhecimento específico relevante traz potenciais benefícios em decisões de melhor qualidade. No entanto, a distribuição das decisões aos agentes gera problemas de agência, haja vista a natureza racional do comportamento humano e a inexistência de contrato perfeito, pressupostas pela teoria da agência. Assim, é sugerida a repartição das funções de gerenciamento e de controle entre diferentes agentes como mecanismo para reduzir esses problemas.

Jensen e Meckling (1995) forneceram uma explicação mais detalhada sobre a necessidade de descentralização do processo decisório, baseando-se nos conhecimentos específico e geral. Quando o conhecimento é importante no processo de tomada de decisão, há vantagens em combinar a autoridade de decisão e o conhecimento específico relevante. Essa combinação pode se dar pela transferência do conhecimento ou pela transferência dos direitos de decisão. Tendo em vista a impossibilidade de transferir totalmente o conhecimento específico ao tomador de decisão, a maioria dos direitos de decisão deve ser delegada aos que detêm o conhecimento específico. Isso implica desenvolver sistemas de controle para reduzir os problemas de agência. Para Jensen e Meckling (1995), as organizações resolvem esses problemas estabelecendo regras internas do jogo que fornecem um sistema de

particionamento dos direitos de decisão para os agentes da organização e um sistema de controle que forneça a mensuração e a avaliação do desempenho, bem como um de recompensa e punição. Jensen (1983) já havia proposto que os contratos entre os agentes e a entidade legal especificam as regras dentro da organização incluindo essas três dimensões: distribuição dos direitos de decisão entre os agentes, sistema de avaliação do desempenho e sistema de recompensas.

A eficiência organizacional provém, então, da combinação entre esses dois sistemas (JENSEN, 1983; JENSEN; MECKLING, 1995). Entretanto, é impossível eliminar os problemas de agência. O principal deles incorre em custos de agência para alinhar os interesses do agente aos seus. Jensen e Meckling (1976) definem custo de agência como a soma de gastos com monitoramento do principal sobre as atividades dos agentes; gastos do agente para mostrar ao principal que suas atividades não são prejudiciais a ele; e perdas residuais decorrentes de divergências entre as decisões dos agentes e aquelas que maximizariam o bem-estar do principal, apesar do uso do monitoramento pelo principal e do alinhamento pelo agente. Para os autores, os custos de agência surgem em qualquer situação, envolvendo esforço cooperativo entre duas ou mais pessoas, mesmo que não exista uma clara relação agente-principal. Na mesma direção Eisenhardt (1989) argumenta que a relação de agência ocorre em diversas relações, mesmo as informais. Para a autora, o contrato (instrumento por meio do qual o principal encarrega o agente de atuar em seu nome) é uma ilustração metafórica da relação de agência, pois tanto nos acordos explícitos como nos implícitos está presente a relação de agência. Como solução para amenizar os problemas da agência, Jensen e Meckling (1976) sugerem auditorias, sistemas de monitoramento e controle formais e informais, restrições orçamentárias, políticas de remuneração e sistema de incentivo, restrições contratuais etc. Todos os mecanismos, naturalmente, envolvem custos de agência.

Segundo Eisenhardt (1989), a relação entre agente e principal deve refletir uma organização eficiente, isto é, em equilíbrio quanto a informações e riscos. Esse equilíbrio também decorre do compromisso entre ambos. Hendriksen e Van Breda (1999) explicam que os contratos entre administradores e proprietários se relacionam muito de perto com a teoria da agência. De acordo com Frezatti *et al.* (2009) a teoria da agência abrange questões como: custos de agência - gastos que o principal tem para monitorar as atividades do agente, conflitos de agenciamento,

assimetria informacional e risco moral.

Bianchi (2005) expõe que o custo de agência está associado à ineficiência nas relações entre o principal e o agente e representa um custo de transação de acentuada importância na análise de estruturas organizacionais. Andrade e Rossetti (2004) acrescentam que os conflitos de agência dificilmente serão evitados, por duas razões. A primeira porque não existe contrato completo e a segunda relativa à inexistência do agente perfeito. Os contratos incompletos e os comportamentos imperfeitos abrem espaço para o desalinhamento entre os interesses dos gestores e dos acionistas, gerando os custos de agência.

A teoria da agência está preocupada em resolver dois problemas que podem ocorrer nesses relacionamentos. O primeiro é o problema de agência que surge quando os desejos ou objetivos do principal e agente se conflitam e é difícil ou caro para o principal verificar o que o agente está realmente fazendo. O segundo é o problema de compartilhamento do risco que surge quando principal e agente tem diferentes atitudes em relação ao risco. Geralmente isto acontece por conta da assimetria de informações, ou seja, o desalinhamento de informações que acaba gerando os conflitos listados que resultam: disputa entre acionistas, mudança no bloco controlador, desrespeito aos direitos dos acionistas minoritários, transações duvidosas entre as partes relacionadas e o fechamento de capital. Todos eles produzidos através das diferentes atitudes frente ao risco e por ter maior possibilidade de diversificação de as carteiras de negócios, o principal tende ser neutro quanto ao risco, e o Agente avesso ao risco.

Nos Estados Unidos, a dispersão de capital acaba dando mais poder aos executivos e menos poder aos acionistas, já no Brasil os principais conflitos de agência ocorrem entre os acionistas minoritários e acionistas majoritários. Lopes (2004) cita o trabalho de Berle e Means (1932) como base fundamental para o entendimento do conflito de agência entre o principal e o agente. Em síntese cabe o juízo de Jensen e Meckling (1976) de que os problemas de agência são oriundos dos conflitos de interesses, que são existentes em todas as atividades de cooperação entre indivíduos. Este assunto constitui-se em uma das questões cruciais da governança corporativa.

Martinez (1998) acrescenta que podem surgir quatro aspectos críticos, entendidos como custos de transação dos contratos de agência. O primeiro se refere

aos problemas na criação das relações entre principal e agente, o segundo relativo aos problemas de controle e acompanhamento desse contrato, o terceiro refere-se aos problemas de mensuração de desempenho do agente e, por fim, os problemas de conclusão da relação entre agente e principal. Alchian e Demsetz (1972) já alertavam também para a dificuldade de substituição do agente quando ele se comporta de forma não aceitável para a maioria dos acionistas. Uma das áreas de estudo que mais tem sido impulsionada pela teoria da agência é a governança corporativa. Acrescenta-se que o problema de agência é generalizado, uma vez que o problema de induzir um agente a se comportar como se ele estivesse maximizando o bem-estar do principal faz-se presente em todas as organizações e em todos os esforços cooperativos (GLAESER, 2003).

2 GOVERNANÇA CORPORATIVA

A governança corporativa começou a ser discutida, nos Estados Unidos da América, a partir de 1970 e tem se tornado um tema extremamente importante entre os acadêmicos, reguladores, executivos e investidores (CHEFFINS, 2014). A governança corporativa é entendida com um conjunto de mecanismos de controle, utilizado nas grandes corporações, a fim de reduzir os problemas de agência, gerados por conflitos advindos da ação do agente a seu favor, e não em favor da firma (JENSEN & MECKLING, 1976).

A governança corporativa envolve um conjunto de regras e atividades que determina o modo pelo qual a empresa deve operar. Para a Comissão de Valores Imobiliários (CVM) a define como “um conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho de uma companhia, protegendo investidores, empregados e credores, facilitando, assim, o acesso ao capital”. Nelson Siffert Filho (1998) a define sinteticamente como uma forma que os controladores instituem mecanismos de monitoramento e controle em relação aos administradores e fazem com que estes ajam de acordo com o interesse dos controladores. Durval Noronha Goyos Jr. (2003) a define como um esforço contínuo a organização de acionistas e executivos no sentido de obter o melhor alinhamento de interesse possível.

Assim, entendemos que a governança corporativa é um conjunto de estratégias utilizadas para administrar a relação entre os acionistas e para determinar e controlar

a direção estratégica e desempenho das organizações (HITT; HOSKISSON; IERLAND; 2014). O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBCG), fundado em 1995, apresenta o seguinte conceito:

Governança Corporativa é o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgão e fiscalização e controle e demais partes interessadas. As boas práticas de governança corporativa convertem princípios básicos em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor econômico de longo prazo na organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para a qualidade da gestão da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para a qualidade da gestão da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para a qualidade da gestão da organização; sua longevidade e o bem comum. (IBCG, 2015, p. 20).

A governança corporativa pode ser conceituada ainda, como um conjunto de mecanismos institucionais e mercadológicos que induzem o interesse dos acionistas da empresa que toma decisões, as quais maximizem o valor da empresa e de seus proprietários (ARMITAGE; HOU; SARKAR & TALAULICAR, 2017; Denis & MCCONNELL, 2003).

Notamos que existem inúmeras definições para o tema “governança corporativa”. Entretanto, podemos definir como o conjunto de mecanismos que visam fazer com que as decisões corporativas sejam tomadas com o objetivo de maximizar a geração de valor de longo prazo para o negócio e retorno de todos os acionistas (SILVEIRA, 2010).

Em relação aos benefícios que a governança corporativa traz para as empresas, podemos citar:

Existem dois potenciais benefícios principais que a boa governança pode acarretar às empresas: os benefícios externos, associados à maior facilidade de captação de recursos e à redução do custo de capital; e os benefícios internos, vinculados ao aprimoramento do processo decisório na alta gestão. (SILVEIRA, 2010, p. 7).

Os elementos que compõe uma boa governança corporativa são: a proteção aos direitos das partes interessadas e meios para vales esses direitos, monitorando os executivos e responsabilizando-os; intermediação da relação entre os diferentes interesses e as demandas de vários órgãos internos e externos; a divulgação das

informações de forma transparente; e o comprometimento com a ética para com a empresa. A governança corporativa é o fator essencial para manter a empresa com relacionamento transparente, ético e produtivo entre as partes interessadas, sejam essas *stakeholders*, *shareholders* e agentes (AGUILERA *et al.*, 2015).

2.1 MECANISMOS INTERNOS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Os mecanismos de governança corporativa, necessários para assegurar que as organizações garantam maior rentabilidade a partes interessadas, acionistas, fornecedores, clientes e funcionários pode ser classificados como internos e externos (Walsh & Seward, 1990), e se diferenciam, pois, nos mecanismos externos, as boas práticas de governança partem de dentro da organização para fora, ao passo que, nos mecanismos internos, as boas práticas de governança vem de fora da empresa e a pressionam a agir de forma mais transparente (AGUILERA *et al.*, 2015). Um dos mecanismos internos mais relevantes na atuação da governança corporativa é o conselho de administração e, de acordo com o IBGC (2009), é o órgão colegiado encarregado do processo de decisão de uma organização em relação ao seu direcionamento estratégico e é considerado o principal componente do sistema de governança. O conselho fiscal é outro mecanismo de governança corporativo e conforme Frezatti *et al.* (2009) esse órgão busca, através dos princípios da transparência, equidade e prestação de contas, contribuir para o melhor desempenho da organização. A remuneração dos gestores, como parte dos incentivos gerenciais, é outro mecanismo de governança. O IBGC (2009) defende que essa remuneração variável deve estar vinculada aos resultados da organização, com metas de curto e longo prazo estabelecidas. O objetivo é que a remuneração seja um instrumento de alinhamento dos interesses dos gestores com os da organização. Outro mecanismo de governança corporativa é a concentração de capital. Machado Filho (2006) apud Frezatti *et al.* (2009) explica que a estrutura de capital ou o grau de concentração acionária em mercados pouco pulverizados refletem um incentivo menor para o monitoramento das atividades dos executivos por parte dos acionistas. O sistema de controle interno como mecanismo interno de governança corporativa que, segundo Frezatti *et al.*, compreende instrumentos “[...] que visam preservar a integridade da organização, de seus ativos e das pessoas que nela interagem, reduzindo assim os

seus riscos. Em geral, as empresas elaboram um manual de normas que visa tornar a sua aplicação mais operacional e pragmática”. (FREZATTI *et al*, 2009, p. 214).

Mesmo existindo muitos estudos sobre os mecanismos internos de governança corporativa, estes não são suficientes para garantir as boas práticas nas empresas (AGUILERA *et al.*, 2015), pois, as vezes são falhos e fracos. Assim, é necessário fazer uso de mecanismos externos de governança, que auxiliem as organizações a manter a ética, a transparência e a mediar as relações entre as partes interessadas.

2.2 MECANISMOS EXTERNOS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Quando os mecanismos internos de governança corporativa falham, há um incentivo para que se sejam ativados os mecanismos externos de governança (AGUILERA *et al.*, 2015). No que diz respeito ao controle corporativo, ressalta-se aquele exercido pelo mercado. Esse controle se baseia na lógica de que os mercados operam em parte para disciplinar os administradores e conselhos, sendo acionado quando os gerentes tomam decisões estratégicas desfavoráveis, seja por incompetência, interesse próprio ou algum outro motivo, e, como consequência, os ativos da empresa ficam subvalorizados no mercado de ações. Ou seja, quando seu desempenho está aquém do esperado, a empresa enfrenta um risco elevado de sofrer sanções do mercado. A literatura apresenta seis mecanismos que se originam fora da organização e que auxiliam a garantir que os executivos respeitem os direitos e os interesses da empresa e atuem de forma transparente. Os mecanismos externos podem auxiliar a explicar parte do desempenho das organizações, quando esse pode ser explicado pelos mecanismos internos de governança. Os mecanismos externos são os seguintes: sistema legal, mercado para o controle corporativo, auditoria externa, agências de *classificação*, ativismo dos *stakeholders* e a mídia (AGUILERA *et al.*, 2015).

2.2.1 Sistema Legal

Estabelece como os direitos de propriedade e as regulações são definidas e cumpridas: são as normas e os princípios estabelecidos nas bolsas de valores, nas instituições, nos grupos de interesse e na sociedade (Aguilera *et al.*, 2015). Quando

se trata de mecanismo externo, o sistema legal é fundamental, pois delimita toda a estrutura da empresa por meio dos direitos e das responsabilidades de todas as partes envolvidas (Aguilera & Cuervo-Cazurra, 2004; Armitage *et al.*, 2017). Estudos apontam a importância da proteção legal ao investidor e as diferenças da governança corporativa entre os países (LA PORTA; LOPEZ-DE-SILANES; SHLEIFER & VISHNY, 2017).

2.2.2 Mercado para o Controle Corporativo

Este mecanismo é utilizado quando o valor da organização fica muito distante do valor de mercado que ela deveria ter. Assim há um incentivo para que os *shareholders* externos adquiram o controle da empresa (DENIS & MCCONNELL, 2003). Esse mecanismo é baseado na lógica que os mercados operam, em parte, para disciplinar os gestores e os conselhos de administração. Estudos apontam que o mercado para o controle corporativo pode ser eficaz, em alguns casos, e fornecem bons exemplos de autores, usando choques exógenos, que afetam o mercado de tomada de controle para avaliar a eficácia desse mecanismo (BERTRAND & MULLAINATHAN, 2003; GIROUD & MUELLER, 2011). O mercado de controle corporativo pode ter efeitos negativos a longo prazo sobre muitas outras partes interessadas, como detentores de títulos, funcionários e fornecedores da empresa adquirida (BILLET, KING & MAUER, 2004). Além das aquisições, o mercado de controle corporativo inclui outras ações como fusões voluntárias, aquisições alavancadas, aquisições de acionistas, cisões, desinvestimentos, vendas de ativos e liquidações (DALTON; HITT; CERTO & DALTON, 2007). Este mecanismo é ativado quando o preço das ações cai devido à desvalorização dos ativos corporativos (Aguilera *et al.*, 2015), nesta circunstância, a empresa fica mais suscetível a aquisições, assim outros investidores ou equipes de gestão podem visar uma aquisição hostil (BEBCHUK & FRIED, 2005). A ameaça de aquisições atua como um forte motivador de criação de valor gerencial (COWEN & MARCEL, 2011) e, portanto, um importante mecanismo de governança corporativa (Aguilera *et al.*, 2015).

2.2.3 Auditoria Externa

A finalidade da auditoria externa é expressar uma opinião externa mostrando que as demonstrações financeiras, são livres de distorções sejam estas causadas por fraude ou por erros involuntários e que estas sejam apresentadas de forma correta, de acordo com as normas de contabilidade vigentes. Ao emitir opiniões, os auditores externos podem elevar o grau de confiança que os usuários depositam nas demonstrações financeiras, desta forma, são considerados parte integrante da governança corporativa porque aprimoram a qualidade da divulgação de informações contábeis e reduzem as assimetrias de informações entre as partes interessadas, e conseqüentemente, pode coibir a manipulação de informações (DESENDER; AGUILERA; CRESPI & GARCÍA-CESTONA, 2013). Os honorários e o tamanho da firma de auditoria são amplamente estudadas (HAY; KNECHEL & LI, 2006), quanto ao tamanho, há evidências na literatura de que grandes auditores estão associados a maior qualidade de auditoria e menor probabilidade de ocorrência de fraudes (LENNOX & PITTMAN, 2010). Os consultores financeiros desempenham papel importante nas operações de aquisições, as suas características e funções influenciam os resultados dos negócios em que esses 36 consultores são contratados (SONG; WEI & ZHOU, 2013). No Brasil, há uma norma da CVM, segundo a qual o auditor deve ser trocado entre cinco e dez anos, como forma de proteção ao acionista minoritário.

2.2.4 Agências de Classificação

As agências de classificação têm o papel de reduzir a assimetria de informação entre agentes e acionistas, oferecendo melhores informações acerca do desempenho da empresa e de suas práticas de governança. As agências de classificação quantificam a qualidade da governança corporativa na forma de classificações disponíveis comercialmente para realizar avaliações quanto a solidez das práticas de governança em empresas públicas, tipicamente utilizadas por grupos de investidores (ERTUGRUL & HEGDE, 2009). Há estudos que mostram que a classificação, de certa forma, têm influência para pressionar as firmas a mudar sua conduta de governança (DAINES; GOW & LARCKER, 2010).

Há literatura em análise financeira que trata desse tema e de seus impactos (CHEN & CROSSLAND, 2014), como, por exemplo, a redução da assimetria de informação entre *stakeholders* e empresa via classificação negativa, que aumentam a

pressão sobre o conselho de administração para demitir o presidente (WIERSEMA & ZHANG, 2011). Estas agências de classificação desempenham um papel cada vez mais importante na eficácia da governança corporativa organizacional, por fornecerem classificações das empresas, principalmente, a partir de informações disponíveis publicamente, que servem como métricas que podem ser utilizadas pelas partes interessadas para avaliar a empresa (AGUILERA et al., 2015).

2.2.5 Ativismo dos Stakeholders

O *stakeholder* ativista reflete a pressão externa por políticas e práticas da empresa. Há ampla literatura que aborda o acionista ativista em finanças (GILLAN & STARKS, 2007; THOMAS & COTTER, 2007) e o ativismo social (SJÖSTRÖM, 2008; TKAC, 2006). Muitas vezes, os ativistas usam a posição como acionista minoritário para influenciar, ativamente, as políticas e as práticas da empresa (SJÖSTRÖM, 2008). São dois os motivos que levam ao ativismo do acionista: o financeiro e o social. Nas duas formas, os ativistas têm conseguido influenciar a governança das empresas em que atuam. O ativismo pode levar a mudanças na estratégia da empresa, concentrando-se no negócio principal e devolvendo dinheiro aos acionistas, além de mudanças do diretor executivo ou presidente, em instituições financeiras podem aumentar em valor, não apenas comprando e vendendo títulos estrategicamente, mas também criando valor dentro das empresas, fornecendo serviços de monitoramento (BECHT; FRANKS & GRANT, 2010). Há duas motivações principais para o engajamento no ativismo, financeira e social, a financeira persegue a criação de valor e a social busca a adoção de práticas sociais, como a RSE – Responsabilidade Social Empresarial (JUDGE; GAUR & MULLER; KAHLE, 2010). O ativismo de acionistas está relacionado à adoção e internalização de códigos de ética, disciplina administrativa (BRAV et al., 2008), influência nas dimensões ambientais, sociais, éticas e de governança das empresas (LEE & LOUNSBURY, 2011)

É um tipo de movimento social em que várias partes “lutam” com as empresas para promover mudanças (KING & PEARCE, 2010), reflete a influência da pressão externa das partes interessadas nas políticas e práticas organizacionais (AGUILERA et al., 2015). O ativismo pode ser exercido desde investidores instrucionais, fundos de pensão, fundos hedge até investidores minoritários (AGUILERA et al., 2015). No

Brasil, faltam estudos que abordem essa literatura com a lente de mecanismo externo de governança corporativa.

2.2.6 Mídia

A mídia é o sexto mecanismo externo da governança corporativa. Ela pode influenciar as ações da organização em relação a sua adequação às melhores práticas de governança corporativa, além de exercer funções de monitoramento e controle, agindo, muitas vezes, como um cão de guarda da empresa (BEDNAR, 2012; MILLER, 2006). É considerada como um recurso estratégico, que pode aumentar o desempenho de determinadas empresas (DEEPHOUSE, 2000). A cobertura exercida pela mídia não é apenas um reflexo da realidade, já que pode ter efeitos importantes sobre a própria realidade e, em particular, sobre a GC (DYCK; VOLCHKOVA & ZINGALES, 2008). As avaliações da mídia são capazes de influenciar, significativamente, as decisões das firmas relativas à alocação de recursos e à mudança estratégica. Observa-se que o desempenho positivo da empresa ameniza o efeito da cobertura negativa da mídia sobre sua mudança estratégica (BEDNAR; BOIVIE & PRINCE, 2013). O nível e o tom da atenção da mídia têm impacto na redução de valor sobre o capital de reputação dos gestores e desempenham um papel no alinhamento dos interesses dos gestores e dos acionistas (LIU & MCCONNELL, 2013). Três mecanismos são subjacentes ao efeito disciplinar da difusão de notícias da mídia: a redução de assimetria de informação, as preocupações com o risco de litígio e com a riqueza pessoal e a reputação dos gestores (DAI; PARWADA & ZHANG, 2015).

CONCLUSÃO

A governança corporativa, através de suas boas práticas, busca proporcionar melhorias significativas na gestão das empresas, além de promover uma maior proteção aos investidores, acionistas e associados mitigando os conflitos decorrentes de interesses divergentes. O estudo foi realizado com o objetivo de apresentar o conceito de teoria de agência e sua correlação com governança corporativa, além de

demonstrar, de forma sucinta, os mecanismos de controle internos e externos da governança corporativa.

Mesmo com diversos trabalhos publicados sobre o tema, nota-se oportunidade para pesquisas e implantação dos mecanismos da governança corporativa em organizações locais e regionais. O desafio permanente é medir como as boas práticas de governança corporativa vêm buscando proporcionar melhoras na gestão das empresas.

REFERÊNCIAS

- BORGES, Luiz F. X. **Aspectos de Governança Corporativa Moderna no Brasil**. Revista do BNDES, v. 12, n. 24, p. 111-148, dezembro, 2005.
- BUENO, Giovana; NASCIMENTO, Karoline; LANA, Jeferson; GAMA, Marina A. B.; MARCON, Rosilene. **Mecanismos Externos de Governança Corporativa no Brasil**. Revista Contabilidade, Gestão e Governança. V. 21, n. 1, p. 120-141, 2018.
- CARVALHO, Mislely F. V. **A Influência dos Mecanismos Internos e Externos da Governança Corporativa no Desempenho das Aquisições Corporativas**. 2021, 70 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.
- CORPORAÇÃO FINACEIRA INTERNACIONAL. **Guia Prático de Governança Corporativa**. Washington, DC, 2009.
- EISENHARDT, Kathleen M. **Teoria da Agência: uma avaliação e revisão**. Revista de Governança Corporativa, v. 02, n. 1, art esp, pp 1-36, 2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa**. São Paulo: IBCG, 2015.
- LACRUZ, José Adonai. **Considerações Teóricas sobre Governança Corporativa no Terceiro Setor a Luz da Teoria da Agência**. Cad. EBAPE.BR, v.18, n. 3, Rio de Janeiro, 2020.
- MACHADO, Débora Gomes. FERNANDES, Francisco Carlos. BIANCHI, Márcia. **Teoria da Agência e Governança Corporativa: reflexão acerca da subordinação da contabilidade à administração**. Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade, v. 04, n 10, p. 29-55. 2016.
- MARTINEZ, Antonio L.; RAMOS, Gizele M. **Governança Corporativa**. Revista Contemporânea de Contabilidade, v. 03, n. 6, p. 143-164, 2006.
- MENDONÇA, Luciana R. de. FILHO, Claudio A. P. M. **Governança nas Organizações do Terceiro Setor: considerações teóricas**. Revista Administração, v. 39, n.4, p. 302-308, 2014.

SAITO, Richard; SILVEIRA, Alexandre M. **Governança Corporativa: custos de agência e estrutura de propriedade.** Revista de Administração de Empresas, FGV, v. 48, n. 02, pp. 79-86, 2008.

SILVEIRA, Alexandre Di Miceli da. **Governança Corporativa, Desempenho e Valor da Empresa no Brasil.** 2002, 168 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO SOBRE A IMPORTÂNCIA E O IMPACTO DA MOTIVAÇÃO DENTRO DAS ORGANIZAÇÕES

Camila Gabriele Câmara¹
Diogo Motta Tibulo²
Jane Mello³

RESUMO

Os conceitos de clima, cultura e motivação nas organizações estão presentes em nosso dia a dia, desde empresas de pequeno porte até empresas de grande porte. Torna-se evidente a importância que um funcionário motivado possui nos resultados da empresa, tanto na sua produção como na sua saúde em um modo geral. Para isso, é necessário que o clima da organização seja saudável e que esteja claro para o funcionário qual é a seu papel diante do seu trabalho e sua importância dentro da organização. Quanto aos procedimentos técnicos, o estudo será de cunho bibliográfico, realizando uma revisão de bibliografia de caráter qualitativo. Neste trabalho, foi possível elencar os principais conceitos de clima, cultura e motivação, utilizando a teoria de Maslow para entender as necessidades humanas e sua devida importância nas organizações.

Palavras-chave: Clima; Cultura; Motivação; Organização.

INTRODUÇÃO

Diante de todo o cenário econômico/político que o Brasil se enquadra, percebe-se como possui influência direta nos mais variáveis tipos de negócio, incluindo a saúde do colaborador. E quando se fala em saúde do colaborador não se refere somente a dores físicas, mas sim a sua saúde emocional dentro do ambiente de trabalho.

A motivação profissional é de suma importância para alcançar um alto nível de produção e desenvolvimento dentro do ambiente de trabalho. Procura-se demonstrar que a insatisfação do no ambiente de trabalho afeta diretamente o seu comportamento de uma maneira negativa o seu estado físico e principalmente emocional, deixando o desmotivado e improdutivo.

Sendo assim é importância referenciar a Teoria de Maslow sendo uma das mais relevantes teorias para a psicologia organizacional, aplicando junto à gestão de

¹ Mestre em Gestão Estratégica de Organizações. Psicóloga e professora cursos superiores FEMA. E-mail: camaracamila@hotmail.com

² Mestre em Gestão Estratégica de Organizações. Advogado e professor cursos superiores FEMA. E-mail: dmt79@hotmail.com

³ Mestre em Gestão Estratégica de Organizações pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI. Contadora. E-mail: janemelloprevedello@bol.com.br

peças e recursos humanos métodos que possibilitem entender como posicionar funcionários de uma maneira que possibilite a eles ficar satisfeitos com seu ambiente de trabalho e, automaticamente, venham a produzir melhor e cresçam junto à empresa.

Da mesma forma, percebe-se a importância que o clima e a cultura organizacional possuem dentro de uma organização, tornando-se necessário estudá-las e compreendê-las.

Neste contexto, o presente trabalho tem o objetivo de realizar uma pesquisa bibliográfica sobre os conceitos de cultura e clima organizacional, juntamente com a motivação no ambiente de trabalho, utilizando a teoria de Maslow com foco na sua relação com a motivação do colaborador dentro de seu ambiente de trabalho.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

A base teórica a seguir apresentada divide-se em três pontos centrais: Comportamento organizacional; cultura organizacional e motivação organizacional.

1.1 COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL

O comportamento do ser humano sofre constantemente uma grande influência ao se tratar de aspectos da motivação e satisfação no ambiente de trabalho. E em se pensar, em uma organização seja ela qual for seu ramo e seus colaboradores possuem um canal de comunicação eficaz, todos tendem a serem mais motivados. Funcionários bem informados e motivados comportam-se de forma positiva, assim, contribuindo para o bom clima organizacional e obter mais qualidade de vida no trabalho, além de serem mais produtivos em suas funções.

O conceito de comportamento Organizacional é uma ferramenta usada para o benefício do homem, sendo aplicada extensivamente ao comportamento das pessoas em diversos tipos de organizações, por exemplo governo, escolas e organizações de serviços (DAVIS e NEWSTROM, 1992).

Pode-se dizer que o comportamento organizacional se ocupa em estudar como o indivíduo que compõem aquela organização age e como tal comportamento afeta seu desempenho seja ele de forma positiva ou negativa (Robbins *et al.*, 2010).

Segundo Marques (2019) o comportamento Organizacional tem grande influência no clima da corporação além de pautar quais são as impressões e visões que as pessoas ligadas diretamente àquela corporação possuem desse local de trabalho.

Segundo Xavier (apud GOMES, 2002), as pessoas comportam-se de forma diferente perante cada situação ou fenômeno, pois em cada uma há sempre uma força interior ou motivo predominante que guia suas ações e determina seu comportamento. Uma das metas comportamento organizacional é a de melhorar a eficácia da organização, isto é, satisfazendo cada vez mais as exigências das partes interessadas estendendo dentro da organização a sua produtividade (DUBRIN 2003).

As organizações são extremamente amplas e diversificadas. Dessa forma o campo de estudo dentro do comportamento organizacional se reflete diretamente a diversidade de fenômeno organizacional e envolve o estudo de diversos sistemas (GRIFFIN; MOORHEAD, 2006).

1.2 CULTURA ORGANIZACIONAL

Quando é referenciado a Cultura e Clima Organizacional, é preciso entender que existe uma relação entre os dois conceitos, sendo que o clima é influenciado por valores e normas. Dessa forma, antes de fazer um levantamento e a análise de clima organizacional é necessário conhecer os elementos culturais da organização.

Para Lacombe (2005), a cultura é como um conjunto de valores numa empresa, suas hierarquias e suas relações, assim definindo os padrões comportamentais e atitudes que governam as ações e decisões da administração. A cultura é usada como uma ferramenta de comunicação que ocorre por meio do convívio em sociedade, que compartilha valores criando uma identidade. E sempre vem sofrendo adaptações em relações as suas crenças por fazerem parte de diferentes grupos.

Para Chiavenato (2001) o clima organizacional é definido como qualidade ou propriedade de um ambiente organizacional percebida pelos participantes da organização e que pode influenciar o seu comportamento. E é o ambiente psicológico e social que existe nessa organização que condiciona o comportamento dos seus colaboradores.

Para Robbins (2012) existem sete características que conseguem capturar a essência da cultura na organização, tais como: inovação (que é até que ponto os funcionários são estimulados para inovar e assumir riscos); atenção aos detalhes (é esperada atenção, análise por parte dos funcionários); orientação para os resultados (nível exigido com foco nos resultados dando grande importância para ele); foco na pessoa (o efeito dos resultados sobre as pessoas da organização); foco na equipe (são mais organizadas as atividades com foco nos grupos de trabalho); agressividade (o quanto os funcionários são competitivos) e estabilidade (quando as tarefas priorizam o status ao invés do crescimento).

Para Dias, os principais elementos básicos na formação de qualquer cultura são: Crenças: Transmite o valor sobre conhecimentos e ideias sobre a natureza de vida. Sendo compartilhada entre uma determinada sociedade sendo que para outras pode não haver qualquer significado; Normas: Regras que são específicas para traduzirem o comportamento, detalhando tudo aquilo que pode ou não pode ser feito, podem regular desde regras mais rigorosas até as que norteiam nossos hábitos cotidianos; Sanções: Punições e recompensas utilizadas para fazer com que as normas sejam seguidas; Tecnologias: estabelece um parâmetro para a cultura e não só influência, assim também como socializam e pensam sobre o mundo (DIAS, 2007).

1.3 MOTIVAÇÃO ORGANIZACIONAL

Um dos grandes problemas encontrados em diversas organizações diz respeito a problemas de saúde ocupacional. Podemos encontrar pessoas sobrecarregadas, pressões psicológicas, pouca valorização, pouca perspectiva de crescimento profissional, esgotamento psicológico, entre outros.

Para Chiavenato (2004), pode-se entender motivação como sendo uma medida de persistência das pessoas, o quanto ela consegue manter seus esforços e persistência para atingir seu objetivo, sendo que isso é individual de cada pessoa e pode mudar ao longo do tempo. Entende-se que a motivação é fortemente influenciada pelo clima organizacional nas empresas, mas depende também de vários outros itens, ligados ao indivíduo e ao seu próprio contexto externo.

Para Henri Pieron (1972) a motivação no olhar da psicologia é como um fator psicológico, consciente ou não, que se predispõe o indivíduo a realizar certas ações ou a tende para certos objetivos.

Para Gooch & McDowell (apud BERGAMINI, 1997) não é possível conseguir motivar alguém, pois a motivação é algo interno do sujeito, não sendo possível uma pessoa de fora conseguir motivar outra pessoa. Por isso, entende-se que a motivação é algo interior e o seu impulso vem de dentro. Entretanto, é preciso se atentar ao fato de que cada pessoa reage à motivação de alguma forma, portanto, algumas pessoas podem se sentir motivada em um trabalho, já outra não. Isso se deve ao fato de que, pessoas são movidas por sentimentos, atitudes, interesses e necessidades diferentes. Por isso, é importante que seja criado um ambiente de trabalho onde a pessoa possa se sentir valorizado, de forma que possa se motivar para realizar o seu trabalho. Dessa forma, entende-se a importância do olhar do gestor para que possa se sensibilizar com o ambiente que este colaborador esta inserido, Diante disto, percebe-se que colaboradores que estão desmotivados em seu trabalho, não conseguem realizar o seu trabalho de forma excelente.

Em meados da década de 1940, Abraham Maslow (1908-1970) anunciou sua teoria sobre motivação, denominada Teoria das Necessidades, tendo como base as suas observações como psicólogo.

Ilustração 1: Necessidades de Maslow aplicadas ao ambiente de trabalho

Fisiológicas	Segurança	Sociais	Estima	Autorrealização
<ul style="list-style-type: none"> • Horário de trabalho • Intervalos de descanso • Alimentação no local • Água para consumo 	<ul style="list-style-type: none"> • Remuneração • Benefícios • Permanência no emprego 	<ul style="list-style-type: none"> • Bom ambiente de trabalho • Amizade com colegas • Chefe amigável • Interações positivas com clientes • Dar e receber <i>feedback</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • Fornecimento de reconhecimentos diversos (premiações, bonificações, entre outros) 	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho desafiador • Diversidade de tarefas • Autonomia • Possibilidade de crescimento

Fonte: FERREIRA (2017, p.20).

Robbins (2002) define cada um dos níveis de necessidade da seguinte forma:

1. Fisiológicas: incluem fome, sede, abrigo, sexo e outras necessidades corporais.
2. Segurança: inclui segurança e proteção contra danos físicos e emocionais.
3. Sociais:

Incluem afeição, aceitação, amizade e sensação de pertencer a um grupo. 4. Estima: Inclui fatores internos de estima, como respeito próprio, realização e autonomia; e fatores externos de estima, como status, reconhecimento e atenção. 5. Auto-realização: a intenção de tornar-se tudo aquilo que a pessoa é capaz de ser; inclui crescimento, autodesenvolvimento e alcance do próprio potencial.

Segundo a teoria, o indivíduo só irá ser motivado por um nível superior quando estiver satisfeito pelos níveis anteriores e à medida que um nível de necessidade é atendido, o próximo torna-se dominante. Maslow emprega o conceito de metanecessidades (1970) para refletir sobre a vida das pessoas nas organizações e faz uma reflexão a partir das queixas das pessoas. Segundo ele, as queixas podem ser um tipo de bom indicador do nível de gratificação de necessidades. Contudo, Maslow pensa que a queixa sempre irá existir e o gestor deve saber em qual nível esta queixa está se referindo.

Segundo Maslow, “A reclamação de alto nível não deve ser considerada uma reclamação comum; deve ser usada para indicar todas as pré-condições que foram satisfeitas para tornar a reclamação possível.” (MASLOW, 2001, p.313). Com esse artifício, Maslow estaria propondo critérios para a análise de pesquisas de satisfação do trabalho, com base em sua teoria hierárquica.

No geral, motivação é tudo aquilo que impulsiona a pessoa a agir de determinada forma e que dá origem a um comportamento específico, provocando um estímulo externo (provindo do ambiente) ou também ser gerado internamente nos processos mentais do indivíduo (CHIAVENATO, 1999).

Conforme Chiavenato (2004) o caráter profilático dos programas de bem-estar, adotados por organizações que procuram prevenir problemas de saúde de seus colaboradores, incentiva o efeito sobre o comportamento e o estilo de vida fora do trabalho, encorajando as pessoas a melhorar sua saúde geral.

2 METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica, qualitativa, através da análise de materiais, que envolvem a busca de publicações do tipo artigos, monografias, resumos, publicações em revistas e congressos, dissertações e teses, que abordem a importância Motivação nas organizações,

utilizando palavras-chave, tais como: clima organizacional, cultura organizacional, motivação nas organizações

2.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA

Realizado tipo de pesquisa bibliográfica descritiva de natureza teórica e qualitativa.

2.2 GERAÇÃO DE DADOS

O levantamento dos dados foram realizados através de documentação indireta, por meio de pesquisa bibliográfica em fontes secundárias como livros, ensaios, compilações, artigos científicos, imprensa escrita, meios audiovisuais, entre outros.

CONCLUSÃO

Percebe-se a importância de investir na cultura organizacional, sendo fundamental para criar identidade e comprometimento dos funcionários com a organização. Pode-se perceber que a cultura organizacional proporciona um sentido de identidade aos membros da organização, projetando uma imagem da organização para os clientes, fornecedores e funcionários, definindo a posição de um grupo em relação a outro grupo, o que gera um comprometimento com algo que seja maior do que os interesses individuais de cada um. Dessa forma, pensar e investir na cultura organizacional estimula a estabilidade do sistema social, formando padrões adequados para processos e comportamentos dos funcionários diante da organização.

É importante que seja realizada uma pesquisa de clima na organização onde sejam levantados pontos estratégicos que possam ser melhores definidos, de forma que, existam metas para que seja concluído o trabalho. De forma sugestiva, é importante que a organização desenvolva a sua maior dificuldade: investir em formas de motivar o seu colaborador para que assim possa ser realizado um trabalho de qualidade, e assim atraindo e retendo novos clientes. Isto pode ser feito através de medidas simples e rápidas, inicialmente aproximando com maior periodicidade os colaboradores e seus gestores, estimulando ações entre o setor como forma de

elogios, premiações, gratificações adicionais, estímulo para educação continuada, de forma que promovam a valorização do ser humano dentro do ambiente de trabalho.

Neste trabalho, foi possível compreender a importância que o clima e a cultura organizacional possuem diante da motivação nas organizações, de forma que possa ser entendida a cultura organizacional e que os funcionários possam se sentir parte do local onde trabalham. É possível mudar a cultura organizacional, porém quando já instalada e compreendida acaba se tornando difícil de ser alterada. Diante disso, sugere-se novos estudos a respeito do tema proposto e que a Teoria de Maslow possa ser compreendida e aplicada nas organizações, visando a melhoria dos processos para melhor atender as necessidades dos seus colaboradores. Por isso, ressalta-se a importância de compreender o tema de motivação nas organizações, pensando nos fatores positivos que as organizações irão ter, refletindo tanto na produtividade quanto na qualidade de vida do funcionário.

REFERÊNCIAS

- BERGAMINI, C. W. **Motivação nas organizações**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoal: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 13. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- CHIAVENATO, **Desempenho Humano nas Empresas: como desempenhar cargos e avaliar o desempenho**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.
- DAVIS, Keith; NEWSTROM, John W. **Comportamento Humano no Trabalho: uma abordagem psicológica**. São Paulo. 1992.
- DIAS, Reinaldo. **Cultura Organizacional**. Campinas, SP Editora Alinea, 2003. 2ª impressão, 2007.
- DUBRIN, Andrew J. **Fundamentos do Comportamento Organizacional**. São Paulo, Editora Afiliada, 2003.
- GOMES, Francisco Rodrigues. **Clima Organizacional: um estudo em uma empresa de telecomunicações**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 95-103, abr./jun. 2002.
- GRIFFIN, R. W; MOORHEAD, G. **Fundamentos do Comportamento Organizacional**. (F. M. Leal & A. S. Ferreira, Trads.). São Paulo: Ática, 2006.
- JOHANN, Silvio Luiz. **Gestão da Cultura Corporativa: como as organizações de alto desempenho gerenciam sua cultura organizacional**. São Paulo: Saraiva, 2004.

LACOMBE, F. J. M. **Recursos Humanos: princípios e tendências.** São Paulo: Saraiva 2005.

Maslow, Abraham H. **Motivation Anti Personality.** 2. ed. New York, Harper & Row, 369p, 1970.

MARQUES, José Roberto. **Conceito de Comportamento Organizacional.** Instituto Brasileiro de Coaching, 2019. Disponível em: <<https://www.ibccoaching.com.br/portal/comportamento/conceito-de-comportamento-organizacional/>>. Acesso em: 16 set. 2019.

MASLOW, Abraham H. **Maslow no Gerenciamento.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.

MASLOW, Abraham H. **No Gerenciamento.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

ROBBINS, S. **Comportamento Organizacional.** São Paulo: Prentice Hall, 2002.

ROBBINS, Stephen P.; JUDGE, Timothy A.; SOBRAL, Felipe. **Comportamento Organizacional.** 14. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

ROBBINS, Stephen P.; SOBRAL, Filipe. **Comportamento Organizacional.** 14. ed. São Paulo: Prentice-Hall, 2012.

PIÉRON, Henri. **Dicionário de Psicologia.** Rio de Janeiro: Editora Globo, 1972.

ESTUDO DE INGRESSO NO E-COMMERCE E COMO DESENVOLVER SEU MARKETING DIGITAL

Diogo Felipe Dierings¹
Lauri Aloisio Heckler²
Jonas Bordim³
Anderson Pinceta⁴

RESUMO

No presente artigo trabalhou-se a construção de uma pesquisa relacionado ao e-commerce, tendo em vista os processos de sua construção e a análise do marketing. A partir do seu desenvolvimento, buscou-se apresentar conceitos, experiências vivenciadas na construção a partir da metodologia de natureza qualitativa e explicativa. O período de desenvolvimento deste trabalho ocorreu de setembro de 2022 a novembro de 2022. A questão problema que se apresenta é como construir um negócio digital, buscando desmistificar suas barreiras. Portanto, este trabalho tem como objetivo geral trazer uma abordagem referente à modalidade do e-commerce, apresentando formas de construção da loja virtual, métodos de divulgação por meio do tráfego orgânico e do tráfego pago, como também questões relacionado a análise de métricas e pós-vendas. Para isso, foram abordados e desenvolvida com uma base de investigação dedutivo e qualitativo, buscando referências na consulta bibliográfica de diversos autores. Seu público alvo atinge estudantes, empresários e sociedade em geral, tendo em vista desenvolver um conhecimento mais aprofundado sobre o comércio eletrônico, seu funcionamento desde a sua criação até a divulgação e suporte. O estudo ainda aborda um levantamento sobre o processo de análise de algumas métricas que envolve o processo de divulgação. Diante dos resultados que se apresenta, podemos destacar os benefícios que o e-commerce traz ao seu negócio. Percebe-se que a divulgação se tornará um dos pontos mais importantes para o e-commerce, abrindo caminhos para que clientes possam conhece-la, tanto como popularizar a marca.

Palavras-chave: E-commerce; Loja; Divulgação; Análise.

INTRODUÇÃO

O e-commerce vem ganhado cada vez mais espaço na vida dos consumidores, tornando-se uma fermenta fundamental para empresas já inseridas no mercado como também para os novos entrantes adotarem ao seu negócio.

¹ Acadêmico do Curso de Administração. 6º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. diogo.dierings@gmail.com

² Mestre pela Universidade Regional Integrada (URI). Orientador. Professor do Curso de Ciência Contábeis e Administração. Faculdades Integradas Machado de Assis. lauriheckler@fema.com.br

³ Mestre pela Universidade Regional Integrada (URI). Orientador. Professor do Curso de Ciência Contábeis e Administração. Faculdades Integradas Machado de Assis. jonas@fema.com.br

⁴ Mestre pela Universidade Regional Integrada (URI). Orientador. Professor do Curso de Ciência Contábeis e Administração. Faculdades Integradas Machado de Assis. apinceta@fema.com.br

A palavra e-commerce tem sua origem de um termo em inglês, onde o “E” significa Ethernet e a palavra e-commerce vem de comercio. Portanto, trata-se de um comercio eletrônico, onde produtos e serviços são transacionados por dispositivos eletrônicos.

Tendo em vista um problema que coloca pontos físicos de vendas em desvantagem competitiva em relação a concorrentes virtuais, busca-se apresentar meios pelos quais os mesmos possam ingressar seus pontos físicos no e-commerce sem grandes barreiras e dificuldades.

A comercialização eletrônica apresenta três principais canais de vendas, entre elas estão a loja virtual, o marketplace, e as redes sociais. A utilização de estratégias de marketing digital é fundamental para a sua divulgação, atraindo consumidores em potencial para o seu e-commerce.

Outro fator determinante do e-commerce é o controle do estoque e o processo logístico a se adotar. Empresas que atuam somente na comercialização eletrônica podem ter sua produção própria como também adotar o dropshipping¹ como processo logístico.

Existe atualmente duas formas para abrir um e-commerce, entre elas está a criação de um site do zero, que exigira programadores e designer, ou adotar por plataformas que oferecem estes serviços.

Portanto, este trabalho tem por objetivo apresentar esta atividade e suas operações, proporcionando ao leitor e o empresário um entendimento sobre as estruturas do e-commerce, meios de sua criação, desenvolvimento, campanhas de marketing digital, análise de métricas.

O artigo apresenta uma pesquisa bibliográfica e aplicada, apresentando conceitos teóricos. Sua estrutura se apresenta através de uma explicação sobre o e-commerce e sua prática, abordando dados crescentes desta atividade e o seu nível de consumo. A metodologia consiste em apresentar um caminho para a elaboração da pesquisa, desvendando os processos práticos que dão origem ao e-commerce na prática.

¹ Gestão logística em que consiste na venda de produtos sem estoque.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Mas afinal, é vantajoso ingressar para o e-commerce? Trabalhando para responder essa questão, segundo cpt.com.br “Investir em e-commerce é vantajoso por uma série de motivos. Além de ampliar o seu negócio sem ter de gastar com reformas e contratação de funcionários, o empreendedor de loja virtual aumenta o faturamento de forma significativa. [...]”. (CPT.COM.BR, n.d., n.p.).

Na sequência, busca-se apresentar dados do e-commerce brasileiro em 2021, segundo Neotrust

Dados divulgados pela e-commerce brasil apontam que “O e-commerce brasileiro registrou um faturamento recorde em 2021, que totalizou mais de R\$ 161 bilhões, um crescimento de 26,9% comparado ao ano anterior. O número de pedidos aumentou em 16,9% com 353 milhões de entregas, conforme levantamento da Neotrust, empresa responsável pelo monitoramento de mais de 85% do e-commerce brasileiro e pertencente ao T.group. O ticket médio também registrou aumento, de 8,6% em 2021 em relação a 2020, atingindo a média de R\$ 455 por compra.” (E-COMMERCEBRASIL, 2022, n.p.).

Já o dados do 1º trimestre de 2022 aponta que” Segundo a Neotrust, o e-commerce brasileiro teve um crescimento de 12,6% no 1º trimestre de 2022. Isso representou um faturamento de R\$ 39,6 bilhões ao comércio digital.” (E-COMMERCEBRASIL, 2022, n.p.)

Fattori coloca que “Atualmente, está disponível uma série de plataformas para a criação de e-commerce. A partir de um pequeno investimento, é possível criar uma loja completamente digital em poucos passos.” (ALTGRUPO.COM.BR).

Na criação de um comercio eletrônico é importante ter bem definido seu segmento de atuação, sendo um e-commerce nichado ou genérica. E-commerce genérico vende todo tipo de produtos, já as nichadas adotam um único segmento, seja moda feminina ou pet.

Segundo pagar.me, “Uma das maiores preocupações para quem acabou de criar um e-commerce do zero é como divulgar a sua loja virtual.” (PAGAR.ME, 2021, n.p.) Para isso, é preciso adotar uma metodologia de marketing para a apresentação do e-commerce, seja através do trafego orgânico ou pelo trafego pago.

Diante do tráfego pago, existem métricas/dados a serem analisados sobre cada campanha de anúncios que será feito, será através desta análise que podemos identificar falhas e viabilizar as conversões da loja.

As métricas são os principais indicadores para medir os resultados de suas estratégias na internet. Elas ajudam a entender o comportamento do público e ajudam a definir novas ações para as campanhas digitais. As métricas de marketing digital são consideradas para que as marcas elaborem seus planos, ações e estratégias. Além de mensurar o sucesso ou fracasso de uma campanha, elas permitem acompanhar o desempenho do time e norteiam as próximas etapas do planejamento. (PROD.AG, 2021, n.p.).

Outro aspecto fundamental no e-commerce é saber identificar qual o modelo em que sua empresa está inserida ou pretende se inserir, será citado 3 modelos mais conhecidos no mercado, segundo Gyra

O modelo Business to Business (B2B) é um tipo de e-commerce que envolve a compra e venda online de empresas para empresa exclusivamente.”
“O modelo Business to Consumer (B2C). Neste uma empresa fornece produtos ou serviços direto para o consumidor final.”
“Já no modelo Consumer to Business (C2B), acontece o inverso: clientes (pessoa física) vendem para uma empresa.”
“O Social Commerce ou S-commerce que é a venda através das redes sociais. (GYRA, 2021).

Atualmente, um dos fatores que levam o cliente a voltar a consumir em sua loja é a experiência em que ele teve na primeira vez. Portando segundo Philip Kotler, considerado o pai do marketing conquistar um novo cliente pode custar de 5 a 7 vezes mais do que manter um atual.

Com um pós-venda de qualidade, é possível fidelizar os compradores, consolidar uma boa reputação da marca no mercado e, conseqüentemente, gerar novas conversões por meio da recompra. (PAGAR.ME, 2021, n.p.).

Segundo João Eisenmann, o e-commerce apresenta vantagens como a Reduz as fronteiras geográficas, permite abordar um mercado global expandindo a base de clientes em potencial. Está sempre aberto, 24 horas por dia, 7 dias por semana. O comércio eletrônico pode ajudar as lojas físicas a aumentar as vendas por meio da integração entre canais de vendas online.

Como desvantagens, apresenta-se “Aumento da concorrência. Tempo de entrega e os custos de envio podem ser um impedimento. A falta de confiança é outra desvantagem. Falta de contato físico com o produto”.

2 METODOLOGIA

O processo metodológico consiste em exemplificar um caminho utilizado para a criação do e-commerce, com o objetivo de apresentar esta atividade e sua operação na prática para a sua atuação. A metodologia irá abordar um passo a passo desde o início na criação de um site, sua montagem, como também irá apresentar dados relacionado a métricas de análise sobre a divulgação da loja, produto ou serviço, como também fará uma breve abordagem sobre pós vendas.

2.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA

O estudo é categorizado quanto à sua natureza como uma pesquisa teórica empírica e explicativa, buscando ampliar o conhecimento sobre o e-commerce e sua criação na prática.

Quanto à forma de abordagem foi realizada uma pesquisa qualitativa, pois envolve a percepção como experiência prática de autores especializados no segmento. É também considerada explicativa tendo em vista as demonstrações práticas demonstradas.

E quanto aos objetivos do trabalho, é classificada como aplicada, tendo em vista as análises de métricas. Objetivando gerar conhecimento para a aplicação na prática

Quanto aos procedimentos utilizados para o desenvolver da pesquisa é considerada como pesquisa bibliográfica pois buscou-se obras, revistas e artigos de autores renomados no assunto. A pesquisa também é considerada explicativa, pois realizou-se a junção dos conhecimentos buscados e relatados de forma acessível em relação a interpretação.

2.2 GERAÇÃO DE DADOS

Os dados foram gerados no período de setembro de 2022 a novembro de 2022 por meio da documentação indireta, através de pesquisas em sites relacionados ao tema de e-commerce. Procurou-se realizar uma abordagem sobre o tema em proporcionar à construção de um e-commerce.

2.3 ANALISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Os dados foram analisados de modo comparativo, e sendo abordado de forma explicativa. A criação do e-commerce está atualmente para todos os públicos que queiram iniciar seu negócio próprio, como para aqueles que já possuem e desejam alcançar mais mercado e alavancar suas vendas.

3 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Quando falamos de e-commerce, trata-se de um comércio eletrônico onde pessoas físicas e empresas podem apresentar seus produtos e serviços através da vitrine que ela oferece ao consumidor final.

Diante de um cenário onde a vantagem competitiva se torna necessária as empresas de pequeno porte, a criação de uma vitrine virtual de sua empresa com seus produtos e serviços pode se tornar uma vantagem competitiva em relação as demais. No entanto, a fins de sanar dúvidas e possíveis empecilhos irá se apresentar um passo a passo de como inserir-se no e-commerce.

3.1 DESENVOLVIMENTO DA SITE DO E-COMMERCE.

Primeiro passo é definir qual o seu segmento de atuação, para empresas atuantes no mercado já é um passo dado, para aqueles que queiram começar diretamente no e-commerce precisa definir.

Atualmente existe duas formas de criar um site para seu e-commerce, entre elas está na criação de um site, no qual irá requerer desenvolvedores e exigira um custo e tempo maior. Outra forma é contratar plataformas que oferecem estes serviço,

elas proporcionam um custo menor e possuem todas as ferramentas para criar a sua loja.

Levando em consideração a adoção de uma plataforma que oferece os serviços de desenvolvimento da loja, precisa-se primeiramente criar um domínio para anexar ao seu e-commerce. Após definir o segmento de atuação, é preciso escolher um tema/layout para sua loja, após isso basta apenas montar suas páginas de vendas de cada produto ou serviço de acordo com o seu segmento.

Materiais que precisará ser desenvolvido para a montagem da sua loja será a sua logo, banners, criação de coleções caso sua loja seja genérica, políticas, suporte, conteúdo sobre a sua empresa. Outro passo importante a ser dado é implantar o seu gateway de pagamento e o seu check-out.

Será fundamental expor canais com que seu futuro cliente possa se comunicar com sua empresa, seja por um e-mail ou até com o acesso do Whatsapp. Deixar visível formas de comunicação faz com que seu site gere mais credibilidade ao seu cliente.

3.2 DIVULGAÇÃO

Após ter sua loja criada, um dos desafios mais importante é fazer com que seus consumidores passem a conhecê-la, chegar até ela. Para isso, a duas formas de se apresentar para o seu público, que são o trafego orgânico e o trafego pago. Dentro destes duas formas de trafego ira se desenvolver as estratégias com que fará que sua empresa fique visível ao público alvo.

O trafego orgânico é uma forma de anunciar sem nenhum gasto financeiro, ocorre principalmente em redes sociais, através de geração de conteúdo, vídeos, ofertas dos produtos e serviços.

Já o trafego pago, ocorre quando há investimentos de capital para chegar até o público alvo. Neste modelo exige-se um conhecimento um pouco maior para a análise de métricas e desenvolvimento do seu funil de vendas. No entanto, o trafego pago pode se tornar uma estratégia mais assertiva.

Diante destes dois modelos de trafego e estratégias que irão ser adotadas, cabe ressaltar a importância de analisar as condições da sua empresa, tanto na questão de atendimento e alcance geográfico para envio dos pedidos.

Como mencionado, o tráfego pago lhe proporciona dados/métricas a serem analisadas, portanto, será mencionado e explicadas a finalidade das principais métricas, fazendo com que o valor seja investido de forma correta e haja conversões, evitando prejuízos. Entre elas estão as métricas principais e as métricas secundárias.

Métricas principais: CPA (custo por aquisição), quanto está gastando para ter uma venda. ROAS (retorno sobre o investimento em anúncios), número no qual informa o retorno sobre o investimento. CPC (custo médio por clique) valor gasto para obter um clique no seu anúncio.

Métricas secundárias: CTR (porcentagem de vezes que as pessoas viram o seu anúncio e deram um clique nele. COM (custo por mil impressões).

3.3 SUPORTE E PÓS VENDAS

Muitas vezes, quando o seu potencial cliente chega a sua loja ele pode ficar indeciso sobre a credibilidade que a sua loja oferece, tanto como ter dúvidas sobre seu produto ou serviço. Quando isso acontecer, o seu suporte terá que ser ágil, caso contrário seu cliente desistirá fácil.

Seu suporte pode se tornar um divisor de águas para o sucesso do seu e-commerce, pois clientes bem atendidos finalizam seus pedidos e se tornam possíveis clientes para uma segunda vez.

Adotar métodos de pós vendas também traz benefícios ao seu e-commerce, pois demonstra uma preocupação maior com a satisfação do seu cliente e contribui para fidelizar seu cliente. Metodologias de realizar seu pós vendas é enviar e-mails aos seus clientes agradecendo pela aquisição do produto ou serviço, e proporcionar uma avaliação após o recebimento do produto.

O feedback do seu cliente é fundamental para analisar onde precisa ser melhorado, como também pode ser usado como prova social sobre seu e-commerce e produto/serviços ofertados, gerando um site com mais credibilidade e seguro para os futuros clientes que surgirem.

CONCLUSÃO

Este estudo, trouxe um conhecimento teórico sobre o e-commerce e seus passos para sua criação. Atendendo o objetivo do artigo, identificou-se um caminho a ser adotado para a criação do e-commerce, apresentando um passo a passo desde o início da criação da loja até o processo de pós-vendas. Envolvendo todos os processos do dia a dia que necessitam ser atendidos e gerenciados para um comércio eletrônico.

Tendo em vista, a identificação do problema de como construir um negócio digital para sua empresa ou para quem deseja ingressar apenas no e-commerce, desenvolveu-se o capítulo três, onde foram apresentados todos os processos que envolvem a criação e desenvolvimento de um e-commerce.

O e-commerce proporciona diversos benefícios ao seu negócio, desde maior alcance de clientes, não há barreiras geográficas, podendo escalar suas vendas. No entanto, apresenta novos desafios a serem analisados, entre elas está o processo logístico a ser adotado, fundamental para poder viabilizar seu negócio e não encarecer tanto o seu produto, e assim trazer vantagens competitivas ao empreendimento virtual

O comércio eletrônico pode fazer com que sua empresa cresça mais rápido, atingindo milhares de pessoas. Fará com que sua empresa física torne-se mais acessível a cliente que não queira se dirigir ao estabelecimento para efetuar uma compra e colocará em vantagem em relação as outras.

Do ponto de vista acadêmico, esse estudo tem contribuição importante, pois traz uma investigação detalhada sobre um tema que está em constante crescimento e evolução, podendo servir de base para empreendedores e futuros artigos científicos e engrandecendo o acervo de trabalhos sobre e-commerce.

REFERÊNCIAS

Altgrupo. **E-commerce: plataformas, estrutura, equipe e conhecimentos necessários**. 2022. Disponível em: <<https://www.altgrupo.com.br/blog/ecommerce-plataformas-estrutura-equipe-e-conhecimentos-necessarios/>>. Acesso em: 04 nov. 2022.

CONSULTORIAMARKETING.digital. **Vantagens e Desvantagens do Ecommerce.** 2020. Disponível em: <<https://consultormarketing.digital/vantagens-e-desvantagens-do-ecommerce/>>. Acesso em: 04 nov. 2022.

CPT.COM.BR. **Por que Investir em E-commerce é Vantajoso?**. Disponível em: <<https://www.cpt.com.br/artigos/por-que-investir-em-e-commerce-e-vantajoso>>. Acesso em: 04 nov. 2022.

ECOMMERCEBRASIL. **E-Commerce Brasileiro Cresce 27% e Fatura R\$ 161 Bilhões em 2021, Revela Neotrust.** 2022. Disponível em: <https://www.ecommercebrasil.com.br/noticias/neotrust-e-commerce-fatura-2021?gclid=CjwKCAjwh4ObBhAzEiwAHzZYUzaZGWgOu52rdpSvMV8n5K5UEQ1GmUdJfQ7q-XPL6S8pzA2zfKQeexoCuKAQAvD_BwE>. Acesso em: 04 nov. 2022.

ECOMMERCEBRASIL. **E-Commerce Cresce 12,6% e Fatura R\$ 39,6 Bilhões no 1º Trimestre de 2022.** 2022. Disponível em: <<https://www.ecommercebrasil.com.br/noticias/neotrust-e-commerce-cresce-126-e-fatura-396-bilhoes-no-1o-tri>>. Acesso em: 04 nov. 2022.

GYRA. **Tipos de E-commerce e Exemplos Plataformas para Venda Online.** 2020. Disponível em: <<https://gyramais.com.br/blog/tipos-ecommerce-exemplos/>>. Acesso em: 04, nov. 2022

PAGAR.ME. **Como Divulgar a sua Loja Virtual: conheça 5 estratégias eficazes.** 2021. Disponível em: <<https://pagar.me/blog/como-divulgar-sua-loja-virtual/>>. Acesso em: 04, nov. 2022

PROD.AG. **Métricas em Marketing Digital: a importância para seu negócio.** 2021. Disponível em: <<https://www.prod.ag/blog/metricas-em-marketing-digital/#:~:text=As%20métricas%20são%20os%20principais,seus%20planos%2C%20ações%20e%20estratégias>>. Acesso em: 04 nov. 2022.

CONSUMIDORES OBEREÑOS HACIA UN CONSUMO SUSTENTABLE

María Florencia Baldi¹
Yamila Mariel Gamez Rodriguez²
Ivanna Gisela Lunkvist³
Yesica Mariana Sedoff⁴

RESUMO

A presente investigação está em sua última etapa de execução e aborda a realidade dos consumidores e seus hábitos na cidade de Oberá, Província de Misiones. Tendo como pano de fundo a pesquisa realizada com o projeto "O consumidor à luz das normas vigentes" tornou-se evidente o grande desconhecimento por parte dos consumidores Obereños do sistema que os protege. Nesse sentido, a proposta desta pesquisa é investigar a função e o papel dos consumidores, a partir de um papel ativo, principalmente em relação ao meio ambiente. Assim, com base na hipótese geral de que o consumidor obereño não tem práticas de consumo sustentáveis de forma a proteger o ambiente e as gerações futuras, este trabalho permitirá conhecer a realidade do consumidor obereño, conseqüentemente aos resultados obtidos a partir de um inquérito provisório realizados, o que confirma a hipótese e evidencia a necessidade de implementação de ações de conscientização e promoção do consumo sustentável. Dessa forma, propõe-se projetar um modelo de consumo sustentável na cidade com a finalidade de efetivar os direitos dos consumidores de forma integral e em busca das gerações futuras.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Hábitos Sustentáveis; Direitos do Consumidor; Oberá.

INTRODUCCIÓN

El consumo sustentable es una nueva forma de consumir, que se opone al consumismo. Ello implica un nuevo consumidor: responsable, solidario y consciente de sus acciones y de la posibilidad de incidir en los hábitos sociales, económicos y

¹ Abogada, Universidad Católica de Santa Fe Sede Posadas, Maestrando en Derecho, Universidad Europea del Atlántico (UNEATLANTICO) y Especializando en Derecho Procesal, Universidad Gaston Dachary. dra.florenciabaldi@gmail.com, Oberá, Misiones, Argentina.

² Abogada. Escribana. Profesora Cs. Jurídicas. Máster en Resolución Alternativa de Conflictos y Mediación. Máster en Gerenciamiento Estratégico. Especializando en Derecho Procesal Investigadora, Universidad Gastón Dachary, yamilagamez@gmail.com, Oberá, Misiones, Argentina

³ Abogada, Investigadora Universidad Gastón Dachary, Especializando en Derecho Procesal, Universidad Gaston Dachary, Coordinadora de la Carrera de Abogacía UGD, sede Oberá. ivannalunkvist@gmail.com, Oberá, Misiones, Argentina

⁴ Abogada y Profesora en Cs. Jurídicas, Investigadora, Universidad Gastón Dachary, Maestrando en Educación en la Universidad Nacional de Quilmes, yesicasedoff@gmail.com, Oberá, Misiones, Argentina.

ambientales. El consumo sustentable es a la vez consumo crítico y consumo ético. El consumidor crítico es aquel que se pregunta por las condiciones sociales y ecológicas en las que ha sido elaborado un bien o un servicio, y exige calidad al mismo tiempo. (Lorenzetti Ricardo, 2018, p. 885, 886)

Para introducirnos a la temática que pretende abordar esta investigación, es menester, delimitar conceptualmente a qué nos referimos con consumo sustentable debido a que “Probablemente el más importante de los dilemas que enfrenta hoy la humanidad sea cómo producir bienes y servicios de consumo y desarrollo suficientes y simultáneamente evitar el riesgo del daño a la Tierra y su entorno” tal como señala (GHERSI, 2004).

Desde ese punto de partida, observamos que la mayoría de las definiciones sobre consumo sustentable mencionan los siguientes aspectos: satisfacer las necesidades humanas; favorecer una buena calidad de vida mediante estándares de vida digna; compartir los recursos; actuar tomando en cuenta las generaciones futuras; considerar el impacto de productos que consumimos a lo largo del ciclo de vida, y minimizar el uso de los recursos y la generación de residuos y la contaminación.

Es innegable la relación cada vez más estrecha entre Derecho del Consumo y Derecho Ambiental y que, desde diferentes instituciones y organizaciones de la sociedad, se comparte el criterio de consumo sustentable.

En consecuencia, esta investigación propone determinar si los consumidores obereños poseen prácticas de consumo sustentable con el fin de proteger el medio ambiente, para ello será necesario identificar las prácticas sustentables concretas que éstos llevan a cabo para contribuir a la protección del medio ambiente, medir el grado de conciencia ambiental que poseen en la elección de bienes o servicios e identificar los factores que intervienen en la toma de decisión al momento de consumir, tomando como punto de partida, la hipótesis de que la gran mayoría de los consumidores obereños no posee prácticas de consumo sustentable con el fin de proteger el medio ambiente.

Los avances de los resultados que brindaron las encuestas provisorias, otorgan una presunción de confirmación de la hipótesis

1 ENCUADRE NORMATIVO INTEGRAL

Tal como sucedió en el mundo, el surgimiento del Derecho Ambiental, fue directamente influenciado por la Primera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Medio Ambiente, que se llevó a cabo en el año 1972, en Estocolmo, Suecia. Sin embargo, ésta ya se había gestado con el Club de Roma en 1970, y posteriormente la crisis de Estados Unidos en 1971. En la Conferencia, se pudo acordar la Declaración que contiene 26 principios y 109 recomendaciones para los países que asistieron y rubricaron el instrumento. En 1982, la ONU redactó la Carta Mundial para la Naturaleza, que contenía 24 artículos. En 1987, la Comisión de las Naciones Unidas sobre Medio Ambiente y Desarrollo, remite el Informe Brundtland donde por primera vez se menciona y se habla del “Desarrollo Sostenible”, en la cual aparece la población mundial como factor decisorio para el mismo.

Sin embargo, puede decirse que, a nivel Internacional, como Nacional fue realmente impactante la participación en la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Ambiente y Desarrollo llevada a cabo en Río de Janeiro, Brasil, en el año 1992. Allí, se propone mejorar y mantener los niveles de calidad ambiental. Dentro de la misma, se destaca la planificación del “Programa 21”; la redacción de la Declaración sobre Medio Ambiente, con obligaciones para los Estados partes; la apertura para la firma de la Convención Marco sobre Cambio Climático y el Convenio sobre Diversidad Biológica; por último, pero no menos importante, se destaca la creación de la Comisión sobre Desarrollo Sostenible dentro de la ONU. Argentina, tomando como base la evolución normativa internacional, no sólo ratificó algunos instrumentos, incorporó el Protocolo de Kioto, y a su vez con la reforma de la Constitución Nacional, consagra los derechos establecidos en los arts. 41 y 42, priorizando la necesidad de proteger a los intereses más valiosos de la comunidad y de las generaciones venideras, ubicando al Derecho Ambiental con jerarquía constitucional en nuestro sistema normativo y también al Derecho del Consumidor. Asimismo, se incorpora el art. 43, como herramienta jurídica para tutelar esos derechos con la expresa determinación de la acción de amparo.

Es importante destacar que la Ley de Defensa del Consumidor, ya existía en la normativa argentina, previo al reconocimiento en la Constitución, puesto que fue sancionada en octubre de 1993. En cambio, la Ley General del Ambiente N° 25.675,

se sanciona recién en el año 2002; abordando así la temática sobre consumo sustentable. En 2007, mediante el decreto 1289/2010, nuestro país, adopta la decisión del Consejo del Mercosur N° 26, en virtud de la cual se introdujo en nuestra legislación una norma en materia de “Política de Promoción y Cooperación en producción y consumo sostenible”, en cuyo artículo 1° se define el consumo sostenible como “el uso de bienes y servicios que responden a necesidades del ser humano y proporcionan una mejor calidad de vida y al mismo tiempo minimizan el uso de recursos naturales de materiales peligrosos y la generación de desperdicios y contaminantes sin poner en riesgo las necesidades de las generaciones futuras”.

Por otro lado, comienzan a surgir otras normativas relacionadas con este tema, como la ley N° 22.421 de Defensa de la Fauna Silvestre; el Protocolo de Nagoya adherido el 15 de noviembre de 2011 y la Ley de Semillas N° 20.247.

En 2015, a nivel mundial, se publica el documento Laudato Sí, una encíclica en la que el Papa expone los principales problemas ambientales a nivel mundial; advierte sobre la contaminación del agua, la tierra y el aire, exigiendo una fuerte acción sobre el cambio climático, promoviendo la eliminación gradual de las sustancias tóxicas, el residuo cero, y, en definitiva llama a la unidad de todos los sectores para resolver la crisis ecológica.

En este orden de ideas, el Código Civil y Comercial Argentino, recién vigente en el año 2015, incorpora en su artículo 1094 una norma de interpretación por la cual establece que “Las normas que regulan las relaciones de consumo deben ser aplicadas e interpretadas conforme con el principio de protección del consumidor y el de acceso al consumo sustentable. En caso de duda sobre la interpretación de este Código o las leyes especiales, prevalece la más favorable al consumidor.”

Siguiendo la interpretación de Herrera Marisa y Caramelo Gustavo (2015, p.490), este artículo, despliega un principio de alcance general para todo el sistema normativo, según el cual toda norma que regule relaciones de consumo debe ser aplicada e interpretada conforme con el principio de protección del consumidor y el acceso al consumo sustentable. Se trata de una disposición de orden público protectorio, imperativa en su aplicación e indisponible para las partes.

Asimismo, como complemento se debe mencionar el art. 1 y 2, respecto de la interpretación de las normas”, el art. 14 del mismo cuerpo normativo que refiere a los Derechos de Incidencia Colectiva, el art. 240 respecto de los Bienes de Incidencia

Colectiva. Y por último, en consonancia, el art. 1737 respecto al deber de Prevención del Daño, que también se incluye dentro del art. 27 de la Ley de Medio Ambiente Nacional.

Finalmente, a nivel Provincial, no tenemos actualmente una norma expresa sobre el Derecho Ambiental en nuestra Constitución, empero sí encontramos, en su art. 29, un expreso reconocimiento a todos los Derechos enumerados en la Constitución Nacional. Y, además se puede destacar el art. 9 que expresamente establece: “Cada habitante tiene el deber de contribuir de acuerdo a sus posibilidades al bienestar común y el correlativo derecho de participar de sus beneficios.”

A pesar de este “vacío” dentro de la Carta Magna Provincial, ello no se traduce en el amplio plexo normativo de leyes que se encuentran en el Digesto Jurídico, en el que la rama de recursos naturales y medio ambiente contiene más de 130 leyes que abordan la temática, entre las que podemos destacar Ley XVI - Nº 7 (antes 854) de Bosques, LEY XVI - Nº 8 (antes 1040) de Pesca, LEY XVI - Nº 11 (antes 1279) de Conservación de la Fauna Silvestre, LEY XVI - Nº 35 (antes 3079) de Impacto Ambiental (con su modificatoria en la ley 4183), LEY XVI - Nº 47 (antes 3337) Conservación y aprovechamiento sostenible de la diversidad biológica y sus componentes, LEY XVI - Nº 92 (antes 4321) Clasificación de residuos domiciliarios. Obligatoriedad de los Comercios de Despachar sus Productos en Bolsas de Polietileno Identificadas con Diseños y Colores Determinados, LEY XVI - Nº 93, (antes 4333) Promoción de la valoración de los residuos domiciliarios. Implementación de cestos o contenedores de basura para cada tipo de residuo en espacios públicos e instituciones.

Las leyes más destacables a nivel provincial que interesan, aquí, a la investigación, son: la LEY XVI - Nº 80 (antes 4182) de Educación Ambiental sancionada en 2005, la LEY XVI - Nº 81 (antes 4184) de Información Ambiental, y la LEY XVI - Nº 102 (antes 4505) de Creación del Programa Red de Municipios Ambientales. Por otro lado, las que refieren al Derecho del Consumidor son las siguientes: LEY III - Nº 2 (Antes Ley 3811) respecto del Procedimiento de Aplicación de la Ley de Defensa de los Derechos de los Consumidores y Usuarios - Ley Nacional Nº 24.240; LEY III - Nº 7 (ex 4304) llamada de Redondeo a Favor del Consumidor; LEY VI - Nº 82 (ex 3686) la cual instituye como "Semana de la Defensa de Derechos del Consumidor" a la comprendida entre los días 22 y 29 de septiembre.

A nivel Municipal, asimismo encontramos una buena regulación respecto del Medio Ambiente, desde el Preámbulo que “promueve el cuidado del Medio Ambiente, y una mejor calidad de vida” pasando por un Capítulo completo sobre Medio Ambiente que es el Cuarto. Dentro de los mismos tenemos los art. 63, 64, 65, 66, 93, 183 y 185. Sin embargo, ninguno es específico respecto del consumo propiamente dicho, empero tienen que ver con regular la promoción de hábitos culturales o buenas prácticas para la protección de los recursos.

Es destacable además dentro de la ciudad de Oberá el trabajo del Concejo Deliberante y la Dirección de Saneamiento Ambiental de la Municipalidad que en su conjunto generan espacios de debates afín a estos temas y programas para la aplicación de estos derechos en la ciudad.

Así se mencionan, por ejemplo, la Ordenanza N° 2400 que crea un Programa Integral de Residuos Eléctricos y Electrónicos, la N° 2478 del 2016, dispone la colocación de contenedores de Residuos Sólidos Urbanos en la ciudad, entre otras.

Se observa, en efecto, que el consumo sustentable es parte de nuestro marco normativo, y encuadra no solamente con un conglomerado de normas a nivel nacional sino también internacional, pasando por todos los ámbitos Provinciales y hasta Municipales, incluso de la ciudad de Oberá, lo cual evidencia una necesidad de tornar efectivos todos los derechos que de este extenso conglomerado de normas emana.

2 ENCUADRE FÁCTICO PROVISORIO: LOS RESULTADOS EN OBERÁ

El encuadre jurídico es vasto y completo, incluso es integral, no hay dudas de ello, empero, es evidente que allí cumple un papel fundamental el rol activo del Estado, por un lado, a los fines de encuadrar y enmarcar legalmente los derechos y obligaciones del consumidor tendiente a lograr informar y educarlo, pero por otra parte, también es preciso el rol activo del consumidor, de manera que pueda acceder a los productos y servicios que necesita intentando que su elección sea a la vez sostenible, gestionándolos de manera adecuada hasta el final de su vida útil.

En consonancia, para poder determinar si los consumidores obereños, poseen prácticas de consumo sustentables, nos hemos propuesto indagar acerca de los siguientes planteos: ¿Cuáles son las prácticas sustentables concretas que los consumidores obereños llevan a cabo para contribuir a la protección del medio

ambiente?; ¿Qué grado de conciencia ambiental poseen los consumidores obereños en la elección de bienes o servicios?, y finalmente ¿Qué factores intervienen en la toma de decisión al momento de consumir?.

Se ha decidido utilizar como herramienta de recolección de datos, la utilización de encuestas, de carácter exploratorio, teniendo en cuenta que se carece de información acerca de los hábitos sustentables de consumo del ciudadano obereño, por lo que esta investigación se constituye en la primera toma de contacto al respecto, por ello en miras a la recolección de información, entendemos que el muestreo aleatorio simple es la herramienta de selección que más se adecua a las necesidades investigativas planteadas.

Para determinar la cantidad de encuestas necesarias, con un nivel de confianza pretendido del 95%, considerando un error muestral del 5%, se determinó que el número de encuestas necesario es de 373 en un universo de 120.499, que son los habitantes obereños según según el Instituto Nacional de Estadística y Censos de la República Argentina.

Con esta idea, encontrándose el proyecto en su última etapa de ejecución se ha realizado una encuesta piloto a 157 personas, la cual luego de su procesamiento arrojan los siguientes datos provisorios:

Respecto de las preguntas que referían a los hábitos de consumo sustentable, los encuestados respondieron en un 65% que racionaliza el consumo de agua potable, en coincidencia, el 55,4% mencionó tomar duchas de menos de 5 minutos, asimismo el 46,5% de los encuestados determinó que solo barre la vereda, por lo cual solo el 10,2% especifica que la lava con manguera. Empero ante la pregunta de cómo lava el auto, el 63,7% determinó que lo manda a lavar, y en cuanto a si captan agua de lluvia, solo 57 encuestados respondieron afirmativamente (Gráfico N° 1).

Imagen 1

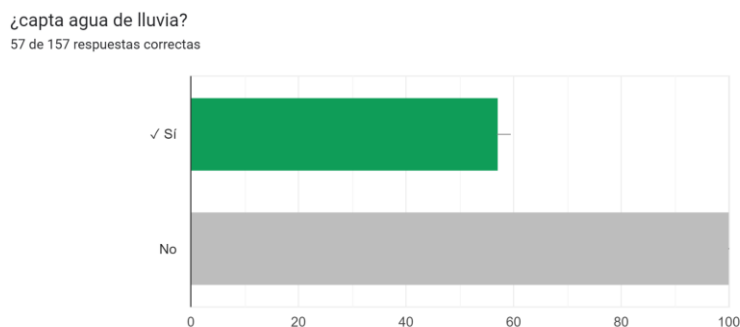


Gráfico: Captación de agua de lluvia.

En este orden continuando con las prácticas sustentables de los consumidores, se le ha consultado si reducían el consumo de plástico, y cómo lo hacían. A ello, surgen varias respuestas tales como llevar su propia bolsa al supermercado (28,7%), no usar toallitas femeninas (7%), evitar el consumo de productos empaquetados (7%), para envolver cosas, utiliza papel de diario o algún otro que le haya sobrado (7%). Empero se observa que el mismo porcentaje, es decir 28,7% dice que no reduce el consumo de plástico.

Respecto del medio de transporte que utiliza mayormente, el 68,8% de los encuestados menciona el auto.

El 58% especifica que no separa la basura, y en consonancia sobre la pregunta de si recicla aquellos desechos que produce el 64,3% dice que no lo hace. En cuanto a reparar los objetos que dejan de funcionar, el porcentaje de 91,1% menciona que si lo reparan en lo posible. Y en igual porcentaje determina que reutiliza cosas.

Frente a la pregunta de si los encuestados tienen huerta, el 66,2% dice que no la tiene (Gráfico 2). Y el 73,9% no produce compost.

Imagen 2

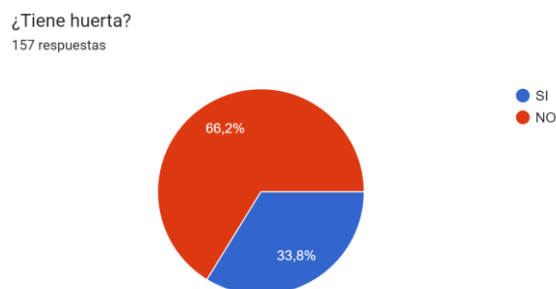


Gráfico: Tiene huerta.

Frente a la pregunta de si los encuestados consumen alimentos locales, solo el 8,9% dice que no lo consume. Los demás, sí consumen alimentos locales y el 41,4% dice que lo hace para incentivar la economía local, mientras que un 33,8% lo hace por una cuestión de gustos, y 15,9% por que estos productos son más baratos.

En cuanto a las preguntas que refieren al grado de conciencia ambiental que poseen los consumidores obereños en la elección de bienes y servicios, se les ha otorgado opciones a los fines de que determinen a qué frases refiere el término sustentabilidad 29,9% opta por “medio ambiente”, 23,6% “recursos renovables”, 16,6% “contaminación”, 14% “impacto ambiental”, 5,7% “economía”. En la misma línea, se les consulta a qué frases refiere el término huella hídrica, y el 43,9% expresa que no sabe/no contesta (Gráfico 3).

Imagen 3

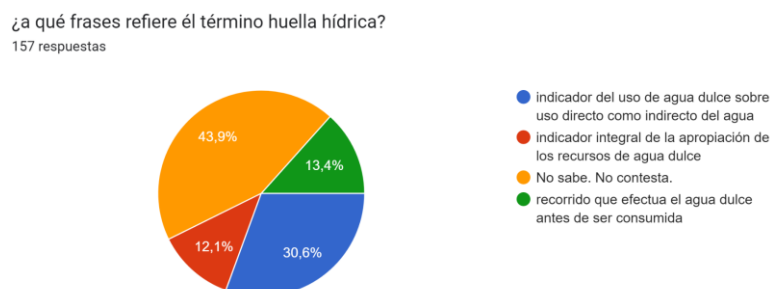


Gráfico: Término huella hídrica.

Se les consultó también sobre los sellos de calidad, y aquellos que respondieron que implica un aval sobre un producto o servicio, expedido por una autoridad oficial representan el 61,1% de los encuestados, mientras que los que dicen que implica las características, propiedades y elementos del desarrollo del producto o servicio son el 12,1%, y aquellos que determinan que implica el nivel de confianza sobre su proceso de producción o la prestación de un servicio refleja el 26,8% de los encuestados.

Asimismo, se les ha solicitado a los encuestados que interpreten algunos símbolos y técnicas como el fracking, feedlot y cocina km 0, todos los cuales el mayor porcentaje refleja que no saben.

Finalmente, haciendo referencia al planteo de qué factores intervienen en la toma de decisión al momento de consumir, se ha consultado si tiene en cuenta la persona el precio del producto o servicio al momento de elegirlo. El 91,7% de los encuestados responde afirmativamente. En correlación, si compraría un producto sustentable que sea más caro que otro similar, responden 61,8% que sí lo compraría. En cuanto a la pregunta de si compraría un producto testeado en animales por ser más barato, el 85,4% responde negativamente, y el 64,3% confirma que compraría un producto que fuera más caro pero que no esté testeado en animales.

Sobre las preguntas de si consumen productos o servicios por que están de moda, por que lo consumen sus conocidos, o por que un influencer o famoso lo hace correlativamente 68,8% , 59,9% y 88,5% contestan negativamente.

Por último se consultó a los encuestados si condicionan su consumo los símbolos o sellos de sustentabilidad en los productos. A lo que respondieron, en un 58,6% que sí en algunas ocasiones, mientras que un 24,2% dice que no lo condicionan (Gráfico 4).

Imagen 4

¿ condicionan su consumo los símbolos/sellos de sustentabilidad los productos?
157 respuestas

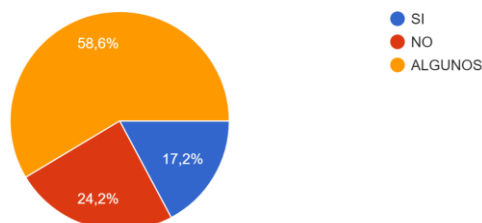


Gráfico: Símbolos/Sellos de sustentabilidad.

CONCLUSIÓN

Con la utilización de las encuestas como herramientas de la investigación propuesta, se pretende indagar acerca de las prácticas de consumo sustentable que poseen los consumidores obereños tienen como fin proteger el medio ambiente, para así identificar si la hipótesis del proyecto se confirma o refuta.

En relación a los resultados provisionales de la encuesta piloto, que enmarca a la mitad del muestreo pretendido, se obtienen datos alarmantes, que son consonantes con los resultados obtenidos por este mismo equipo en el anterior proyecto titulado “El consumidor a la luz de la normativa vigente”.

Los consumidores obereños, una vez más, aparentemente no conocen o conocen muy poco en general sobre consumo, y en específico, sobre consumo sustentable. Si bien solo podemos mencionar los resultados provisionales, los datos arrojan que en general los consumidores poseen prácticas sustentables concretas (por ejemplo, no lavan la vereda con manguera, toman duchas menores a 5 minutos) empero, al momento de por ejemplo, tomar la iniciativa como captar agua de lluvia, no lo hacen. Así también con respecto a la reducción de plástico, o la utilización de un modo de transporte amigable con el ambiente, puesto que más del cincuenta por ciento de los encuestados utilizan el automóvil, porcentaje similar a la práctica de separar la basura, reciclar desechos producidos, realizar compost, o tener su propia huerta. Prácticas que pareciera posible en una ciudad como Oberá, sin embargo, los hechos no reflejan una conciencia real amiga de lo sustentable.

Lo mismo ocurre en cuanto al grado de conciencia ambiental en la elección de bienes y servicios, puesto que la mayoría de los encuestados, menciona no identificar a qué refieren los símbolos, y sellos, o técnicas tales como el Feedlot o el Fracking.

Efectivamente, sucede que todas las respuestas dadas no coinciden con los factores que intervienen en la toma de decisión al momento de consumir bienes y servicios, toda vez que el precio es el factor a tener en cuenta en primer término.

En razón de tratarse esta encuesta como piloto, es dable aclarar que aquí no se detendrá en analizar específicamente los datos como una conclusión definitiva, pero otorgan la certeza de que la investigación implica un mínimo aporte para generar acciones necesarias que tienen sin duda carácter de urgente, para implementar en las prácticas cotidianas de consumo, intentando inspirar a los consumidores obereños en pos de proteger los recursos naturales como forma de actuar en las tomas de decisiones, generando una conciencia que colabore y sea amigable con el medio ambiente.

Todos conocemos bien los efectos que nuestros actos generan en el mundo. Antes podíamos excusarnos con el factor de la ignorancia. Hoy en día es imposible, tras haber sido bombardeados con cientos de estudios que miden el impacto de las emisiones de CO₂ en la atmósfera o los daños que el efecto invernadero puede ocasionar sobre la capa de ozono y, en consecuencia, sobre nuestra salud y sobre la biodiversidad del planeta. Solo tenemos dos opciones: o asumir que nuestro modo de vida daña el planeta en el que vivimos y, en consecuencia, no solo a otras sino también a nuestra propia especie, y hacer algo para cambiarlo; o simplemente mirar para otro lado mientras destruimos nuestro hábitat. La economía circular surge en el contexto de la primera alternativa de acción (Varela Menéndez, Jacobo, 2018).

No podemos dejar de lado, el hecho de que la Ley Defensa del consumidor N° 24.240 y sus modificatorias, y como cada jurisdicción debe designar sus autoridades de aplicación, en Misiones se ubica en la Secretaría de Estado de Acción Cooperativa, Mutual, Comercio e Integración; Dirección de Comercio Interior; Departamento de Defensa del Consumidor. Y es la Ley III- N° 2 la que rige el procedimiento y en virtud de ésta, la autoridad provincial debe emprender las acciones oportunas y necesarias para la información y educación del consumidor (Maidana de Rocabert, Nelly E., 2011, Pág. 502).

Cerramos este proyecto evocando un camino que continúa hacia el conocimiento de la verdadera conciencia que posee el consumidor, identificando con este proyecto que no solamente el Estado debe actuar en su rol activo, sino que también aquí el sujeto vulnerable tiene una faz de acción, acción que convoca hábitos saludables con el medio ambiente y que permitan gestionar bienes y servicios que sean sustentables para las generaciones futuras.

REFERENCIAS

BELTRÁN MORALES, Luis F. (2002). **Consumo Sustentable como Derecho-Obligación para Disfrutar de un Medio Ambiente Sano.** *Región y sociedad*, 14(23), 193-198. Recuperado en 07 de enero de 2021, de <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-39252002000100007&ln>.

CALVENTE, A. (2007). **El Concepto Moderno de Sustentabilidad.** Universidad Abierta Interamericana, 3.

CARAMELO, Gustavo. **Código Civil y Comercial de la Nación Comentado /** Gustavo Caramelo; Sebastián Picasso; Marisa Herrera. – 1. ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Infojus, 2015. v. 3, 672 p.

CONSUMO SUSTENTABLE, Módulo 1, **Escuela de Educación para el Consumo**, Dir. Nacional de Defensa del Consumidor, Min. de Desarrollo Productivo, Argentina, 2021.

DÍAZ, V. (2017). **Tipos de Encuestas y Diseños de Investigación.** Recuperado de: <http://www.unavarra.es/personal/vidaldiaz/pdf/tipos_encuestas.PDF>.

FOLADORI, G., & TOMMASINO, H. (2000). **El Enfoque Técnico y el Enfoque Social de la Sustentabilidad.** *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, (98), 67-75.

GAMEZ RODRIGUEZ Yamila M., BALDI, Maria Florencia, LUNKVIST, Ivanna; SEDOFF, Yesica M. **El Consumidor a la Luz de la Normativa Vigente.** Universidad Gaston Dachary. 2020.

GELLI, María Angélica; **Constitución de la Nación Argentina Comentada y Concordada**, Tomo I , Editorial La Ley, Buenos Aires, 2011.

GOODLAND, R., Daly, H. E., Haavelmo, T., Hansen, S., Tinbergen, J., Hueting, R., ... & Flavin, C. (1994). **Desarrollo Económico Sostenible: avances sobre el informe brundtland** (No. HD79 G65e).

LEY 24.240 reformada por **Ley N° 26.994 B.O.** 08/10/2014 Suplemento. Vigencia: 1° de agosto de 2015, texto según art. 1° de la Ley N° 27.077 B.O. 19/12/2014
LEY 26361 Honorable Congreso de la Nación Argentina. 2008. Defensa Del Consumidor **Ley N° 24.240** - Modificación. 2008. Número: 31378. P. 1.

LEY 29994, 2015, **Código Civil y Comercial de la República Argentina**, Buenos Aires, República Argentina.

LORENZETTI, Ricardo Luis. **Tratado de los Contratos**: parte general. 3. ed. Revisada – Santa Fe: Rubinzal Culzoni, 2018, págs. 885 y sig.

LORENZETTI, Ricardo Luis; **Consumidores**: segunda edición actualizada; Editorial Rubinzal – Culzoni, Santa Fe, 2009.

MAIDANA DE ROCABERT, Nelly E. B., **Manual de Derecho Constitucional y Administrativo de la Provincia de Misiones**, 1. ed. Posadas: el autor, 2011, Pág. 502.

ORMAN, Marina (2007). **El Consumo Sustentable en la Argentina**: experiencias, problemas y desafíos. IV Jornadas de Jóvenes Investigadores. Instituto de Investigaciones Gino Germani, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires. Recuperado de <<https://www.aacademica.org/000-024/248.pdf>>.

RIVERA, Julio Cesar – MEDINA, Graciela; **Código Civil y Comercial de la Nación Comentado**, Tomo III, Editorial La Ley, Buenos Aires, 2015.

SALGADO BELTRÁN, Lizbeth, Subirá Lobera, María Esther, & Beltrán Morales, Luis Felipe. (2009). **Consumo Orgánico y Conciencia Ambiental de los Consumidores**. Problemas del desarrollo, 40(157), 189-199. Recuperado en 05 de junio de 2019, de <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S03017036200900020008&lng=es&tlng=es>.

SHEINBAUM, D. (2007). **¿Qué es la Sustentabilidad?** Recuperado de <http://sepiensa.org.mx/contenidos/2007/l_susten/susten1.html#>. y de <<http://regeneractivo.es.tl/Sustentabilidad.html>>.

SHINA, Fernando E.; **Sistema Legal para la Defensa del Consumidor**. Primera Edición. Editorial Astrea, 2016.

TAMBUSSI, C. E. (2016). **El Principio de Orden Público y el Régimen Tuitivo Consumidor en el Derecho Argentino**. Lex-Revista de la Facultad de Derecho y Ciencias Políticas, 14(18).

TOMAS ESPINOZA, J. K., & Vela Rivera, P. (2011). **Programa de Educación Ambiental**: para desarrollar el aprendizaje de hábitos y actitudes de consumo sustentable en niños/as de 5 años en el área de ciencia y ambiente de IE N° 00170–Naciente de Río Negro.

VARELA MENÉNDEZ, Jacobo (2018). **La Economía Circular**. Una propuesta de futuro para España y Europa. Trabajo de Fin de Grado presentado en la Facultad de Economía y Empresa de la Universidade da Coruña para la obtención del Grado en Administración y Dirección de Empresas. Disponible en: <https://ruc.udc.es/dspace/bitstream/handle/2183/21053/VarelaMenendez_Jacobo_TFG_2018.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Consultado en: junio 2020.

MERCADO FINANCEIRO: UM ESTUDO SOBRE AS OPÇÕES DE INVESTIMENTO PARA PESSOA FÍSICA

Charles da Rosa Lino¹
Guilherme Ricardo Riffel²
Marcos Rogério Rodrigues³
Janice Walter⁴
Giovana Finger⁵

RESUMO

Esta pesquisa visa contribuir com investidores pessoa física, trazendo vários tipos de informações sobre aplicações financeiras em renda fixa e renda variável. Neste trabalho, foram simulados investimentos em poupança, CDB/RDB, LCI, LCA e ação da PETR4, onde se demonstrou a rentabilidade real de cada investimento. O problema de pesquisa é: qual a melhor rentabilidade de investimento financeiro nos três primeiros trimestres de 2021? O objetivo da pesquisa é identificar qual é a melhor opção de investimento no período estudado de 04 de janeiro de 2021 a 30 de setembro de 2021. A justificativa do presente estudo contribui no conhecimento da área de investimento financeiro, pois o mercado está em constante evolução e com variadas formas de investimentos. No referencial teórico, são apresentados conceitos sobre o Sistema Financeiro Nacional, investimentos no mercado de renda fixa e investimentos no mercado de renda variável. A metodologia da pesquisa é classificada como pesquisa aplicada, quantitativa, descritiva, explicativa e comparativa. Já os procedimentos técnicos envolvidos são a pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso. O resultado da pesquisa sobre os investimentos no período constatou-se que a renda fixa foi a mais rentável no prazo pesquisado, e as Letras de Crédito LCA e LCI, foram os investimentos mais rentáveis.

Palavras-chave: Mercado Financeiro; Rentabilidade; Investimentos para Pessoa Física.

INTRODUÇÃO

No momento atual a procura por forma de investir, vem crescendo cada vez mais. Pessoas estão deixando de investir na caderneta de poupança, e buscando

¹Bacharel em Administração pelas Faculdades Integradas Machado de Assis. charleslinorosa@gmail.com.

²Bacharel em Administração pelas Faculdades Integradas Machado de Assis. guilherme.riffel@hotmail.com.

³Mestre em Administração. Orientador. Professor do Curso de Administração. Faculdades Integradas Machado de Assis. marcosrodrigues@fema.com.br.

⁴Mestra em Desenvolvimento. Especialista em Gestão de Pessoas. Professora das Faculdades Integradas Machado de Assis. janice@sommacontabilrs.com.br.

⁵Bacharela em Administração pelas Faculdades Integradas Machado de Assis. giovanaafinger@gmail.com.

novas opções de rentabilidades, para assim obter uma lucratividade maior, pensando no seu futuro. Nessa pesquisa de investimentos foram abordadas diferentes formas de investimentos voltadas para pessoas físicas.

Com a tecnologia cada vez mais avançada é possível obter uma forma mais rápida de acesso a informações sobre os investimentos, por essa razão o mercado de investimento vem crescendo constantemente, e a procura pela melhor rentabilidade leva as pessoas investir suas finanças em instituições financeiras que fornecem a melhor rentabilidade.

O presente trabalho tem como tema: mercado financeiro um estudo de caso sobre as opções de investimentos para pessoa física. Assim sendo, o trabalho teve como delimitação investimentos para pessoa física, considerando o período dos três primeiros trimestres de 2021.

Com o mercado cada vez mais competitivo o investimento é de forma resumida pegar uma quantia hoje e tentar transformá-la em mais dinheiro no futuro, é de suma importância para a população que procura forma de aplicar. Dessa forma, tem-se o seguinte problema de pesquisa: Qual a melhor rentabilidade de investimento financeiro nos três primeiros trimestres de 2021?

Quanto ao objetivo geral este trabalho busca: identificar qual é a melhor opção de investimento no período estudado. Os objetivos específicos são a) apresentar os principais conceitos sobre o mercado de investimentos de pessoa física; b) calcular a rentabilidade dos investimentos de pessoa física estudados; c) demonstrar e propor a melhor rentabilidade no período estudado.

Este estudo se justifica pela importância de apresentar um tema relevante que é o investimento financeiro e as formas que o mercado dispõe para um investidor pessoa física, trazendo informações e conhecimentos sobre a rentabilidade.

A metodologia da pesquisa utilizada neste trabalho é conceituada como pesquisa aplicada, quantitativa, descritiva, explicativa e comparativa. Os procedimentos técnicos adotados na pesquisa são bibliográficos, documental e estudo de caso. Os principais autores que fundamentam o trabalho são: Assaf Neto, Brito, Chiavenato, Fortuna, Lima; Lima e Pimentel, Oliveira e Pacheco, Pinheiro e Rudge. Este artigo é constituído por esta introdução, pelo referencial teórico, a metodologia da pesquisa, análise e apresentação dos resultados, bem como a conclusão do estudo.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

No presente estudo são abordados, os conceitos sobre o sistema financeiro nacional SFN, investimento no mercado de renda fixa e variável.

1.1 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

O conceito do sistema financeiro é o conjunto de instituições que trabalham de forma organizada para manutenção de recursos entre poupadores e investidores, de forma que o agente econômico processa suas transações, nesse sentido, para Fortuna, “[...] o mercado financeiro pode ser considerado como elemento dinâmico no processo de crescimento econômico, uma vez que permite a elevação das taxas de poupança e investimentos.” (FORTUNA, 2015, p 16).

Na visão de Rudge o sistema financeiro é o conjunto de organizações que possibilita a transferência de recursos dos ofertadores para os tomadores e, criar liquidez no mercado (RUDGE, 1998). O SFN é composto por um conjunto de instituições financeiras e instrumentos financeiros, que tem visam transferir recursos dos agentes econômicos superavitários para os deficitários (ASSAF NETO, 2014).

Conforme Brito, o mercado financeiro começou a ser desenvolvido com a criação do primeiro Banco do Brasil no País, ainda nos tempos da família real portuguesa. Após a Segunda Guerra Mundial houve a necessidade da organização financeira no mundo e com isso criou-se o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, no Brasil no mesmo período foi criado a Superintendência da Moeda e do Crédito para supervisionar as instituições financeiras existentes (BRITO, 2020).

Segundo o Assaf Neto em 1964 ocorreu à reforma bancária com a criação do Banco Central, para haver a estruturação do sistema financeiro nacional, as modificações foram prevista pela Lei nº 4.595, estabelecendo normas para o desenvolvimento do sistema financeiro (ASSAF NETO, 2014).

Com tantas evoluções financeiras, o sistema financeiro se encontra mais dinâmico com seus investidores, e criando mais conforto para a população, bem como facilitando o modo de usar os meios de transferências e pagamentos.

Para Assaf Neto, o SFN é dividido em dois subsistemas: o subsistema normativo e o subsistema de intermediação financeira (ASSAF NETO, 2014). O

subsistema normativo para Chiavenato, “É constituído das entidades que estabelecem as normas e funcionamento ou que controlam e regulam o funcionamento do sistema.” (CHIAVENATO, 2005, p. 27).

Além dos órgãos fiscalizadores, Assaf Neto destaca que existem três instituições financeiras que possuem um caráter especial de atuação, tendo responsabilidades próprias e integrando outros segmentos do mercado financeiro, são elas: Banco do Brasil (BB), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Caixa Econômica Federal (CEF) (ASSAF NETO, 2018).

O subsistema intermediário conforme Assaf Neto, “Esse subsistema, também denominado de operativo, e composto das instituições (bancárias e não bancárias) que atuam em operações de intermediação financeira.” Sendo assim denominadas como instituições bancárias e não bancárias. (ASSAF NETO, 2014, p. 48).

Percebesse que o mercado financeiro possibilita que os agentes econômicos, pessoas ou empresas, entrem em contato um com o outro, com as perspectivas de investimento e poupança, ou seja, trabalham para trazer condições adequadas para manter uma boa direção de recursos entre poupadores e investidores que, através do mercado financeiro, permitirá a aumento nas taxas de poupança e investimento para o crescimento econômico da nação (LIMA; LIMA; PIMENTEL, 2007).

Dos principais órgãos normativos, destacam-se três deles, o Conselho Monetário Nacional (CMN), o Banco Central do Brasil (Bacen) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O Conselho Monetário Nacional na visão de “[...] não lhe cabem funções executivas, sendo o responsável pela fixação das diretrizes das políticas monetárias, creditícia e cambial do País.” (FORTUNA, 2015, p. 19).

De acordo com Fortuna, é através do BACEN que o Estado intervém diretamente no sistema financeiro nacional e, atua indiretamente na economia doméstica (FORTUNA, 2015). A (CVM) foi criada através da Lei 6.385 no ano de 1976, sendo conhecida como a lei da CVM, até o período anterior faltava uma entidade na qual desenvolvia a regulação e a fiscalização do mercado de capitais, principalmente nas sociedades de capital aberto (FORTUNA, 2015).

Em relação aos Subsistemas de Intermediação, têm as Instituições Financeiras Bancárias e Não Bancárias, Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e Instituições Auxiliares.

De acordo com Pinheiro as Instituições Financeiras Bancárias, são caracterizadas como aquelas que “[...] operam com ativos financeiros monetários, pertencendo, assim, a um subsistema do sistema financeiro nacional que poderia ser caracterizado como subsistema monetário, ao qual é dada a faculdade de emissão de moeda.” (PINHEIRO, 2008, p 53).

As Instituições Financeiras não Bancárias são aquelas que têm por finalidades específicas os investimentos e financiamentos de médio e longo prazo a setores da economia, sendo assim, diferente das instituições tradicionais, pois a mesma não pode aceitar depósito à vista de clientes, no qual elimina a possibilidade de criação de moeda (OLIVEIRA; PACHECO, 2010).

O Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo é constituído pelas instituições financeiras que captam principalmente as cadernetas de poupanças e fundos oriundo do FGTS (ASSAF NETO, 2014).

Segundo Pinheiro, o SBPE refere-se: “São instituições participantes do sistema brasileiro de poupança e empréstimos, sujeitas à fiscalização do sistema financeiro da habitação.” (PINHEIRO, 2008, p. 59).

Subsistema de intermediação na qual se tem as Instituições assistentes, como a bolsa de valores, sociedade corretoras de títulos e agentes autônomos de investimentos. A bolsa de valores pode ser uma associação civil sem fins lucrativos, com seu objetivo principal ter um local apropriado para reunião de seus membros para que realizem as transações de compra de títulos imobiliários num livre mercado, organizando e fiscalizado por seus membros (RUDGE, 1998).

Diante das Sociedades corretoras de títulos, Pinheiro destaca como: “[...] sua principal função é a de promover a aproximação entre compradores e vendedores de ações, dando a esses negociabilidade adequada, por meio de leilões realizados em bolsas de valores.” (PINHEIRO, 2008, p 62).

Portanto, percebe se que o Sistema Nacional Financeiro é importante para sociedade, sendo dividido em subsistemas, o subsistema normativo na qual é responsável por controlar as normas do mercado financeiro. Subsistema de intermediação financeira, faz a transferência dos recursos entre os agentes tomadores e poupadores.

1.2 INVESTIMENTOS NO MERCADO DE RENDA FIXA

No mercado de renda fixa existem títulos pré-fixados ou pós-fixados, pré-fixada são as mais simples de compreender quando investido, pois nele há um percentual fixo durante o tempo investido sem variações. Já o pós-fixado é um gênero de investimento mais arriscado, esse rendimento é sujeito a alguns indicadores da economia (CARRETE; TAVARES, 2019).

Como a classificação, os títulos de renda fixa podem ser classificados como públicos ou privados. Os títulos públicos são emitidos pelos Governos Federal, Estaduais ou Municipais, já os títulos privados, são emitidos por organizações para incentivo de seus exercícios e captação de recursos (RUDGE, 1998).

Conforme Assaf Neto, “[...] os principais emitentes de títulos em uma economia são os governos (federal, estadual e municipal) e as empresas as quais são geralmente classificadas em diversos setores de atuação: serviços públicos, instituições financeiras, indústrias e etc.” (ASSAF NETO, 2014, p. 185).

O Certificado de Depósito Bancário (CDB) é um título de renda fixa que funciona como um empréstimo a um banco, no qual se empresta o dinheiro para a instituição financeira e, recebe de volta com juros. Esses juros do CDB são exatamente o rendimento do investimento, CDBs são títulos transferíveis para qualquer investidor, essa transferência se dá por meio de endosso normativo, podendo ser pré ou pós-fixado (LIMA, LIMA e PIMENTEL, 2007).

O Recibo de Depósito Bancário (RDB) é um tipo de investimento de renda fixa de baixo risco. Assim como outros tipos de investimento de renda fixa, o rendimento do RDB também está atrelado ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (LIMA; LIMA; PIMENTEL, 2007).

Importante destacar que as taxas de rendimentos utilizadas para simulação, neste caso o CDI são reais e referentes ao período de simulação do estudo de 04 de janeiro de 2021 a 30 de setembro de 2021, o CDI para o respectivo período até o momento é 3,01% de acordo com dados fornecidos pela Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (CETIP, 2021).

Com relação ao risco, Fortuna evidencia que “[...] são títulos que representam uma dívida da instituição para com o investidor. O risco presente nesses títulos, portanto, é de crédito.” (FORTUNA, 2015, p. 206).

Nos investimentos de CDB e RDB incide o imposto de renda (IR), sobre o rendimento e é automaticamente deduzido quando o capital é resgatado. Portanto, a corretora de valores ou instituição financeira responsável pela manutenção da titularidade é responsável pela cobrança dos tributos e pela transferência do valor para os cofres público (INFOMONEY, 2021).

A Caderneta de Poupança trata-se da modalidade mais popular e tradicional do Brasil, considerada como uma forma de investimento conservadora oferece um risco baixo ao investidor, mas também obtém menor retorno, ela costuma ter investidores de baixa renda e, é isenta de tributação (ASSAF NETO, 2014).

De acordo com Fortuna, as Letras de Crédito Imobiliário “[...] foram oficialmente criadas pela Lei 10.931, de 02/08/04, como um novo instrumento para captação de recursos para os financiamentos imobiliários.” (FORTUNA, 2015, p. 218).

Essas LCI podem ser emitidas na forma cartular ou escritural, nominativa e endossável e são garantidos por bancos comerciais e demais instituições autorizadas pelo Banco Central, são títulos com semelhança a letras hipotecárias, porém diferentes, pois podem ser lastreadas por créditos imobiliários e não estão vinculadas a uma hipoteca (FORTUNA, 2015).

As Letras de Créditos do Agronegócio (LCA) são títulos de créditos nominativos, cartular ou escritural, de livre comércio, é emitido por instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central, tendo como garantia o financiamento o setor rural, podendo usar qualquer financiamento agrícola como lastro de LCA (FORTUNA, 2015). Quanto a vantagens, Fortuna destaca que:

As LCA são, “[...] capitalizados com taxas de juros remuneratórios fixa ou flutuantes, sendo que principal e juros podem ser pagos periodicamente ou em uma única vez no vencimento.” (FORTUNA, 2015, p. 318). Constata-se que existem diversos tipos de investimentos em renda fixa, com regras de carência e rentabilidade, com baixo risco em suas aplicações.

1.3 INVESTIMENTO NO MERCADO DE RENDA VARIÁVEL

Os investimentos em renda variável são mencionados pelo mercado financeiro como sendo voláteis, em virtude de apresentarem a impossibilidade de determinar a rentabilidade futura do investimento. De acordo com Lima, Lima e Pimentel, os fundos

de renda variável são “[...] aqueles compostos, em sua maioria, por aplicações em ações e/ ou títulos cuja taxa de retorno é variável, e não baseada diretamente no mercado de juros.” (LIMA; LIMA; PIMENTEL, 2007, p. 468).

Os ativos de renda variável são caracterizados por não ter um conhecimento prévio de rendimentos. O investidor não sabe sobre o futuro do seu valor aplicado, o valor resgatado pode ser maior, igual ou menor do valor aplicado (PINHEIRO, 2008).

Investimentos em renda variável não possuem taxas de rentabilidade pré-fixadas. O valor aplicado sobre um investimento ocorre oscilações, ou seja, ele varia de acordo com o mercado, Lima, Lima e Pimentel destacam.

Assim são classificadas algumas formas de rendimentos variáveis, ações, Bolsa de valores de São Paulo (Bovespa), derivativos, os tipos básicos de derivativos são: termo, futuro, opções e *swaps*. As ações são títulos negociáveis que apresentam a divisão do capital da empresa, para assim as empresas estar captando recursos para aplicar em seus negócios. No momento em que se adquirem as ações, o seu possuidor tem direito de participação dos resultados da mesma. O acionista é proprietário de uma parcela da empresa que corresponde ao número de ações que possui (PINHEIRO, 2008).

Para Lima, Lima e Pimentel, ações seriam “[...] o valor da ação (preço de compra e venda) é determinado em mercado, variando principalmente em função de desempenho financeiro ou previsto para companhia, bem como da conjuntura econômica doméstica e internacional.” (LIMA; LIMA; PIMENTEL, 2007, p. 26).

A Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) tem como objetivo operar em um ambiente favorável para a negociação, realização, registro e liquidação de transações com títulos e valores mobiliários, como ações, bônus de subscrição, debêntures, notas promissórias. Atualmente são negociadas quase exclusivamente ações e derivativos (OLIVEIRA; PACHECO, 2010).

A ação ordinária é adquirida por acionistas comuns, no qual se trata dos proprietários da empresa, aguardando sempre ao final do período para obter a recompensas de seus dividendos em dinheiro ou do aumento do valor das ações. Já ações preferenciais estão limitadas a dois terços do total das ações, possui privilegio de receber seus rendimentos, com o valor mínimo anual estabelecido pelo estatuto da empresa (CHIAVENATO, 2005).

Segundo Fortuna o Índice Bovespa, “[...] é o mais importante indicador de desempenho médio das cotações dos ativos – ações e *units* - de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro.” (FORTUNA, 2015, p. 615). As empresas que fazem parte da Ibovespa são no total de uma carteira teórica de ações composta por 65 ações de 61 empresas. Esses ativos são aqueles que possuem maior volume de negociação na B3 (BOVESPA, 2021).

Derivativos são os mercados futuros aonde vêm buscando uma crescente importância no mercado financeiro, sendo essencial para os profissionais de finanças, o entendimento do funcionamento e da utilização desses mercados e dos fatores que determinam os preços dos ativos neles negociados (RUDGE, 1998).

No Mercado a Termo, é uma compra ou venda, em mercado, de determinada quantidade de ações, a um preço fixado, as operações têm como prazos de liquidez determinado a partir da data da realização em pregão, resulta em um contrato entre as partes, com prazo mínimo de 12 dias úteis e máximo de 999 dias corridos, em geral, de 30, 60, 90, 120, 150 e 180 dias (PINHEIRO, 2008).

Todo investidor ao investir, precisa obrigatoriamente considerar a inflação, pois ela é definida como uma alta generalizada e insistente no nível de preços da economia, a inflação antes de ser um problema, se trata da consequência do desequilíbrio monetários ou estrutural da economia (OLIVEIRA; PACHECO, 2010).

Portanto, investimentos em renda variável constituem uma excelente aplicação para quem possui um perfil mais ousado, pois se tem alto grau de risco, e além do mais são investimentos que se exige um bom conhecimento técnico.

2 METODOLOGIA

Quanto a categorização da pesquisa, esta pesquisa se classifica como aplicada, pois se desenvolveu um estudo aplicado no mercado de investimentos brasileiro. O método é quantitativo, pois busca analisar os dados e informações relacionados ao mercado de ações, bem como outros investimentos, como a poupança, Certificado de Depósito Bancário (CDB), Recibo de Depósito Bancário (RDB), Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), Letra de Crédito Imobiliário (LCI).

Os objetivos formulados na pesquisa se dão por meio da pesquisa descritiva, explicativa e comparativa. O método descritivo utiliza técnicas específicas de coleta e

análise de dados para observar os resultados em seu ambiente sem a interferência dos pesquisadores. A pesquisa explicativa visa aprofundar o entendimento da realidade, explicando os resultados dos investimentos estudados. O método comparativo, visa comparar as diferentes aplicações e sua rentabilidade.

Quanto aos procedimentos técnicos, este trabalho classifica-se em pesquisa bibliografia, e estudo de caso. A pesquisa bibliográfica abrange informações públicas em livros, pesquisas e artigos científicos. Já o estudo de caso, se refere à parte onde se estuda o mercado de investimentos tanto de renda fixa, quanto variável.

Referente a geração de dados, considera-se o período de 4 de janeiro de 2021 até 30 de setembro de 2021. Neste período foram estudados dois tipos de investimentos a) renda fixa e b) renda variável.

Quanto aos investimentos em renda fixa, foram estudados os investimentos em: poupança, Certificado de Depósito Bancário (CDB), Recibo de Depósito Bancário (RDB), Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), Letra de Crédito Imobiliário (LCI). Quanto ao investimento em CDB e RDB as taxas de rentabilidade foram baseadas na carteira de investimento na cooperativa CRESOL agência de Santa Rosa – RS, já as taxas de rentabilidade dos investimentos em LCA e LCI foram realizadas conforme oferta no Banco BTG Pactual.

O investimento em renda variável optou-se por escolher a ação da Petrobrás (PETR4), por ser uma das ações mais negociadas no mercado, tem alta liquidez, a empresa que oferta é uma das maiores produtoras de petróleo e gás do mundo, e, além disso, a ação PETR4 proporciona ganho de dividendos ao investidor.

Análise e interpretação dos dados tem o intuito de compreender os dados e informações obtidos no período estudado. Para a realização da análise, considerou-se que o investidor tinha disponível o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) no dia 04 de janeiro de 2021, a partir disso, elaborou-se uma simulação em todos os investimentos anteriormente citados.

A análise e interpretação dos dados se deram por meio da pesquisa descritiva, explicativa e comparativa, com a utilização de gráficos e ilustrações, para facilitar o entendimento do autor, além disso, elaborou-se a triangulação da opinião dos acadêmicos, como os autores do referencial teórico.

3 ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste tópico, encontram-se os resultados da pesquisa, inicialmente se calcula a rentabilidade de cada investimento estudado e, na sequência se apresenta o melhor investimento, ou seja, aquele mais rentável, considerando o período de 04 de janeiro de 2021 até 30 de setembro de 2021.

3.1 CÁLCULO DA RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS

O mercado de renda fixa, hoje é procurado por pessoas mais conservadoras, geralmente os investidores optam pela renda fixa para não obter um risco elevado e, conseqüentemente ter perdas do seu capital. Nos parágrafos seguintes, se apresenta o cálculo de cada investimento, os cálculos foram realizados por meio da calculadora do cidadão, disponibilizada no site do Banco Central do Brasil.

Para a simulação na caderneta de poupança se considerou o período de 04 de janeiro de 2021 a 30 de setembro de 2021. Na Ilustração 1, consta a rentabilidade da caderneta de poupança.

Ilustração 1: Cálculo da rentabilidade da poupança

Dados básicos da correção pela Poupança	
Dados informados	
Data inicial	04/01/2021
Data final	30/09/2021
Valor nominal	R\$ 100.000,00 (REAL)
Regra de correção	Nova
Dados calculados	
Índice de correção no período	1,01364770
Valor percentual correspondente	1,364770%
Valor corrigido na data final	R\$ 101.364,77 (REAL)

Fonte: dados dos pesquisadores e Banco Central do Brasil (2021).

Como demonstrado na Ilustração 1, pode-se notar que a pessoa física que investiu um valor de R\$100.000,00 no início do ano de 2021. Resultou em uma rentabilidade de R\$ 1.364,77.

A remuneração dos depósitos de poupança é calculada com base no saldo mínimo de cada período de receita. O período de receita é o mês corrido a partir do aniversário da conta de depósito de poupança de depósitos pessoais. Para os outros depósitos, o período de receita é o trimestre do calendário, que também começa a partir da data de aniversário da conta (BACEN, 2021).

A simulação de investimento em certificado de depósito bancário (CDB) e no recibo de depósito bancário (RDB) se realizou conforme a calculadora do cidadão do Banco Central do Brasil, elaborada conforme ofertado pela carteira de investimento da cooperativa CRESOL, com uma rentabilidade de 102,90% sobre o CDI e prazo de 236 dias, conforme a Ilustração 2.

Ilustração 2: Calculo da rentabilidade do CDB/RDB

Dados básicos da correção pelo CDI	
Dados informados	
Data inicial	04/01/2021
Data final	30/09/2021
Valor nominal	R\$ 100.000,00 (REAL)
% do CDI	102,90 %
Dados calculados	
Índice de correção no período	1,02573030
Valor percentual correspondente	2,573030 %
Valor corrigido na data final	R\$ 102.573,03 (REAL)

Fonte: dados dos pesquisadores e Banco Central do Brasil (2021).

Os investimentos em CDB e RDB tem cobrança de imposto de renda na alíquota de 20,00%. Portanto, o lucro do investidor que era de R\$ 2.573,03. Ao receber da instituição no qual tem o valor aplicado já receberá o valor com o desconto da alíquota, assim, ele terá o valor de R\$ 2.058,42. O valor a se resgatar no final do período será de R\$ 102.058,42.

Quanto a tributação da rentabilidade, segundo a Infomoney ela é: prazo de até 180 dias alíquota é de 22,50%; de 181 a 360 dias alíquota de 20,00%; de 361 a 720 dias alíquota é de 17,50%; acima de 721 dias alíquota é de 15,00% (INFOMONEY, 2021).

A simulação de investimento em letra de crédito imobiliário (LCI) se realizou conforme a porcentagem atribuída pelo Banco BTG Pactual, com uma rentabilidade

de 97% sobre o CDI, a escolha por este título se deu em função de ser a maior oferta localizada dentro do prazo de vencimento próximo 236 dias. Na Ilustração 3 destaca-se a proposta da instituição.

Ilustração 3: LCI – Pós-fixado Banco BTG Pactual

LCI – PÓS-FIXADO
BANCO BTG PACTUAL
Risco: CONSERVADOR
Produto: LCI – PÓS-FIXADO
Prazo: 6 meses
Vencimento: 02/05/2022
Taxa: 97,00% do CDI
Taxa:-
Taxa EQ. CDB: 121,25% do CDI
juros: Somente no Vencimento
Amortização: Somente no Vencimento

Fonte: dados dos pesquisadores e Banco BTG Pactual (2021).

Importante destacar que as taxas de rendimentos utilizadas para simulação, neste caso o CDI são reais e referentes ao período de simulação do estudo de 04 de janeiro de 2021 a 30 de setembro de 2021, o CDI para o respectivo período até o momento é 3,01% de acordo com dados fornecidos pela Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (CETIP, 2021). A Ilustração 4 simula o investimento em Letra de crédito Imobiliário (LCI).

Ilustração 4: Simulação Letra de Crédito Imobiliário (LCI)

Dados básicos da correção pelo CDI	
Dados informados	
Data inicial	04/01/2021
Data final	30/09/2021
Valor nominal	R\$ 100.000,00 (REAL)
% do CDI	97,00 %
Dados calculados	
Índice de correção no período	1,02423737
Valor percentual correspondente	2,423737 %
Valor corrigido na data final	R\$ 102.423,74 (REAL)

Fonte: Dados dos pesquisadores e Banco Central do Brasil (2021).

O título de LCI é isento de imposto de renda, o investidor da modalidade LCI que aplicou o valor de R\$ 100.000,00, teve o retorno no período de R\$ 2.423,74, no

qual o valor sacado será de R\$102.423,74, a aplicação possui uma carência de seis meses conforme estabelecida pela instituição escolhida.

No cálculo de investimento em letra de crédito agronegócio (LCA), utiliza-se a rentabilidade atribuída de 97% sobre o CDI, como mesmo prazo dos demais investimentos de 236 dias, utiliza-se o investimento da carteira do Banco BTG Pactual. Na Ilustração 5, destaca-se a proposta da instituição.

Ilustração 5: LCA – Pós-fixado Banco BTG Pactual

LCA - PÓS-FIXADO
BANCO BTG PACTUAL
Risco: CONSERVADOR
Produto: LCA - PÓS-FIXADO
Prazo: 6 meses
Vencimento: 02/05/2022
Taxa: 97,00% do CDI
Taxa:-
Taxa EQ. CDB: 121,25% do CDI
juros: Somente no Vencimento
Amortização: Somente no Vencimento

Fonte: dados dos pesquisadores e Banco BTG Pactual (2021).

Como no outro investimento o valor investido foi de R\$100.000,00 e por ter a mesma rentabilidade da LCI, o valor sacado no período será de R\$ 102.423,74. Na simulação da Ilustração 6, consta a simulação do investimento em Letra de crédito Agronegócio (LCA).

Ilustração 6: Simulação Letra de Crédito Agronegócio (LCA)

Dados básicos da correção pelo CDI	
Dados informados	
Data inicial	04/01/2021
Data final	30/09/2021
Valor nominal	R\$ 100.000,00 (REAL)
% do CDI	97,00 %
Dados calculados	
Índice de correção no período	1,02423737
Valor percentual correspondente	2,423737 %
Valor corrigido na data final	R\$ 102.423,74 (REAL)

Fonte: Dados dos pesquisadores e Banco Central do Brasil (2021).

O valor investido rendeu R\$ 2.423,74, possui a mesma carência de seis meses, o valor contraído no período se estima que terá um ganho no final equivalente a 121,25% do CDI, por ser uma aplicação isenta do imposto de renda.

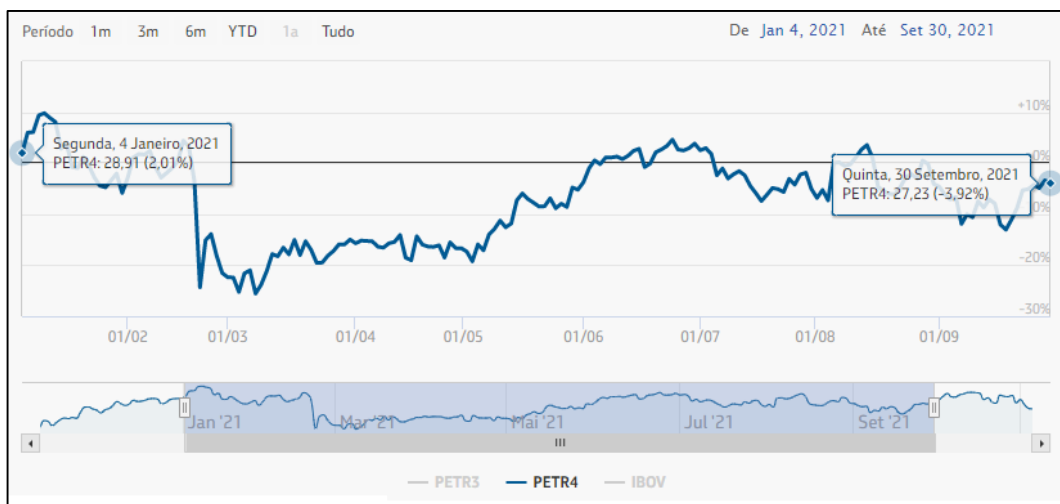
A principal desvantagem da LCI e LCA são os prazos de carência para resgate do investimento. No entanto, para pessoas que procuram um investimento em longo prazo para aposentadoria também se torna uma desvantagem, pois a rentabilidade de um papel pode ser ótima, mas dura em torno de 3 a 4 anos.

De acordo com dados da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) (2021), foi selecionada a ação da Petrobras (PETR4), sua principal atividade está relacionada com a exploração e produção, refino, geração de energia e comercialização. A Petrobrás (PETR4) trata-se de uma ação preferencial, investidor corre menos riscos ao investir e também a mesma paga-se dividendo.

A ação PETR4 foi escolhida por ser uma ação preferencial, que se leva em conta para investidores em curto prazo conforme o estudo estabelecido. Escolheu essa ação pela Petrobrás ser uma empresa comprometida em gerar lucro para seus acionistas.

Na Ilustração 7 apresenta-se o desempenho da ação PETR4, considerando o período de análise, que compreende 04 de janeiro até 30 de setembro de 2021.

Ilustração 7: Ação Petrobrás (PETR4).



Fonte: Petrobrás (2021).

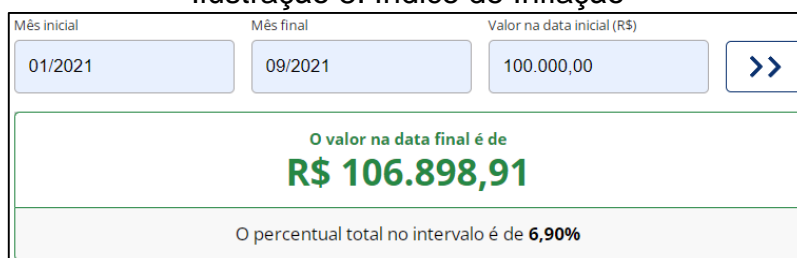
Nesta modalidade de aplicação em renda variável foi investido o valor de R\$ 99.999,69, no qual esse valor foi possível comprar a quantidade de 3.459 ações, pelo preço de compra de R\$28,91. No período do investimento obteve-se o pagamento dos dividendos no valor de R\$ 1,60 por ação conforme informado no site da Petrobrás, distribuindo um valor de 5.534,40 na data de 25 de agosto de 2021, os proventos de dividendos são isentos de imposto de renda.

Dessa forma, no final do período estudado, foi vendido o total de ações no valor de R\$27,23, na qual foi resgatado o valor de R\$ 94.188,57. Por ter prejuízo o investidor não precisa pagar o imposto de renda. Levando-se em consideração o valor de dividendos e preço de venda no prazo final soma-se um valor de R\$ 99.722,97, tendo um prejuízo final de R\$ 276,72.

Importante ressaltar que na modalidade de *swing* trade é uma maneira de realizar operações no curto prazo no mercado de ações, para se classificar *swing* trade o intervalo de tempo das operações são mais de um dia e levando tempo mais considerado necessário para ter analisado as tendências e, assim buscar as oportunidades de compra e venda no período específico essa forma de corretagem não possui custo de operação na corretora Clear, assim, não alterando o valor no final do prazo resgatado (CORRETORA CLEAR, 2021).

Quando se trata de investimento é importante conhecer a inflação acumulada no período investido, assim, na Ilustração 8 foi simulada a inflação do período de 2021.

Ilustração 8: Índice de Inflação



Fonte: (IBGE 2021).

A inflação acumulada no período estudado foi de 6,90%, sendo maior que todas as modalidades investidas no período. Portanto, considerando os aspectos verificados nas aplicações estudadas, pessoas físicas poderiam aprender a investir em

aplicações financeiras que lhe rendam mais que a inflação, para que seu dinheiro não desvalorize e, reduza seu poder de compra.

3.2 APRESENTAÇÕES DOS MELHORES INVESTIMENTOS

Neste tópico, busca-se evidenciar de forma clara e objetiva os investimentos financeiros que tiveram os melhores rendimentos no período estudado. A Ilustração 9 apresenta de modo sintético todos os investimentos pesquisados.

Ilustração 9: Apresentação dos Investimentos

	POUPANÇA	CDB/RDB	LCI	LCA	PETR4
Capital inicial (R\$)	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	99.999,69
IRPF (20%)	ISENTO	20%	ISENTO	ISENTO	20%
Dividendos	N/A	N/A	N/A	N/A	R\$ 1,60
Rentabilidade no período	1,36%	2,05%	2,42%	2,42%	-0,27%
Capital final (R\$)	101.364,77	102.058,42	102.423,74	102.423,74	99.722,97
Liquidez	IMEDIATA	IMEDIATA	CARÊNCIA	CARÊNCIA	IMEDIATA
Nível de risco	BAIXO	BAIXO	BAIXO	BAIXO	ELEVADO

Fonte: Dados dos pesquisadores.

Conforme a Ilustração 9 conclui-se que os investimentos que mais tiveram rentabilidade foram à aplicação em Letra de Crédito Imobiliário (LCI) e a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), pois a instituição propôs no período estudado, um rendimento maior que as demais modalidades pesquisadas.

Pode-se destacar que essas duas aplicações foram as mais rentáveis no período investido, porém se deve ressaltar que ambas possuem a desvantagem referente ao prazo de carência para o saque do investimento, o qual é de 6 meses (180 dias).

Destaca-se que o investimento em renda variável (bolsa de valores, por exemplo), por ter influências do mercado interno e externo, os investidores podem perder seu valor aplicado no período ou obter um lucro na venda, no caso, no presente trabalho o investimento em ações da PETR4 foi um péssimo investimento, pois obteve prejuízo no período estudado.

No prazo que ocorreu o investimento, nota-se que todas as aplicações atingiram uma rentabilidade menor que a inflação. No período estudado a inflação acumulada foi de 6,9%. Segundo Assaf Neto, “esse processo inflacionário ocasiona também contínua perda de capacidade de compra da moeda, reduzindo o poder aquisitivo dos agentes econômicos.” (ASSAF NETO, p. 34, 2014).

Portanto destaca-se que o investimento na renda fixa no período estudado foi uma forma mais segura e conservadora de investir e, a ação por tratar-se de um investimento com mais risco, verificou-se perdas no valor investido, no final do período.

CONCLUSÃO

Investir em bons investimentos financeiros significa dar o primeiro passo para mudar o status do futuro e atingir seus objetivos e planos, mas uma grande parte da população brasileira ainda não conhece sobre investimentos em renda fixa e renda variável, quais são os riscos, os melhores métodos de investimento e, principalmente as modalidades de investimentos disponíveis no mercado.

No cenário atual, quanto aos investimentos no período estudado, pode-se, levar em conta que todos estão com rentabilidades menores que a inflação brasileira, a qual está acumulada em 6,9%. A inflação alta é um mal para a economia, pois ela retira o poder de consumo das pessoas, causando um efeito negativo para qualquer país.

O objetivo geral desta pesquisa é identificar qual é a melhor opção de investimento no período estudado, o mesmo foi atingido no decorrer do item 3 deste trabalho. Quanto aos objetivos específicos, todos eles foram atendidos no trabalho.

O primeiro objetivo apresentou os principais conceitos sobre o mercado de investimentos de pessoa física, contextualizado no referencial teórico, no qual foi conceituado sobre os investimentos estudados e o mercado financeiro brasileiro.

O segundo objetivo apresentou os cálculos de rentabilidade dos investimentos de pessoa física, no período de 04 de janeiro de 2021 a 30 de setembro de 2021, descrito no tópico 3.1, no qual procurou mostrar qual o melhor investimento/rentabilidade no período.

O terceiro objetivo específico demonstrou o investimento mais rentável, o qual está descrito no tópico 3.2 deste trabalho, bem como responde ao problema de

pesquisa. Destaca-se que as Letras de Créditos LCI e LCA foram mais rentáveis, cabe salientar que elas são isentas de imposto de renda, no entanto, ao comparar com a inflação acumulada, ambos os investimentos foram inferiores, ou seja, não corrigiram sequer a taxa de inflação, demonstrando perda de poder de compra.

Para responder ao problema de pesquisa: Qual a melhor rentabilidade de investimento financeiro nos três primeiros trimestres de 2021? Constatou-se que a renda fixa foi a mais rentável no período estudado, e as Letras de Crédito LCA e LCI, foram os investimentos mais rentáveis.

Para os demais pesquisadores, este trabalho pode ser utilizado como base de novas pesquisas, a partir do tema abordado no trabalho, para identificar limitações, desenvolver e aprofundar mais o conhecimento sobre investimentos financeiros. Recomenda-se que sejam estudadas outras ações ofertadas na Bovespa.

A partir do presente estudo foi possível perceber como é arriscado o mercado de renda variável, principalmente na bolsa de valores, onde a ação estudada apresentou prejuízo ao investidor. Todavia, vale considerar o mercado de renda fixa, que, mesmo que o retorno não seja considerado alto, o investidor não perderá o capital aplicado.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

BRITO, Osias Santana de. **Mercado Financeiro**: 3. ed. São Paulo. Saraiva Educação, 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Calculadora do Cidadão**. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?met hod=exibirFormCorrecaoValores&aba=5>>. Acesso em: 02 nov. 2021.

BTG PACTUAL. **Letra de Crédito do Agronegócio LCA**. Disponível em: <<https://www.btgpactualdigital.com/renda-fixa/produtos>>. Acesso em: 02 nov. 2021.

CARRETE, Liliam Sanchez; TAVARES, Rosana. **Mercado Financeiro Brasileiro** .1. ed. – São Paulo: Atlas, 2019.

CENTRAL DE CUSTÓDIA E LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA DE TÍTULOS PRIVADOS (CETIP). **Instrumentos Financeiros** – DI Depósito Interfinanceiro. 2021. Disponível em: <https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-segmentos-e-setoriais/serie-historica-do-di.htm>. Acesso em: 02 nov. 2021.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração Financeira**: uma abordagem introdutória. 7 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

CORRETORA CLEAR. **Swing Trade**. Disponível em:
<<https://corretora.clear.com.br/swing-trade/>>. Acesso em: 16 nov. 2021.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro**: produtos e serviços. 20ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro. Qualitymark Editora, 2015.

IBGE. **Calculadora do IPCA**. Disponível em:
<<https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>> Acesso em: 02 nov. 2021.

ÍNDICE BOVESPA. **Composição da Carteira**. Disponível em:
<https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-amplos/indice-ibovespa-ibovespa-composicao-da-carteira.htm>. Acesso em: 02 nov. 2021.

INFOMONEY. **IR 2021**: como declarar investimentos no imposto de renda. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/guias/imposto-de-renda-investimentos/>>. Acesso em: 02 nov. 2021.

LIMA; Iran Siqueira; LIMA; Gerlando Augusto Sampaio Franco; PIMENTEL; Renê Coppe. **Curso de Mercado Financeiro**: Tópicos Especiais. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

OLIVEIRA, Gilson; PACHECO, Marcelo. **Mercado Financeiro**, Objetivo e Profissional. 2. ed. São Paulo: Editora Fundamento, 2010.

PETROBRÁS. **Gráfico da Ação PETR4**. Disponível em:<<https://www.investidorpetrobras.com.br/acoes-dividendos-e-dividas/acoes/>> Acesso em: 02 nov. 2021.

PINHEIRO, Juliano Lima. **Mercado de Capitais**: fundamentos e técnicas. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

RUDGE, Luiz Fernando. **Mercado de Capitais**: 4. ed. Rev. e Aum. Belo Horizonte: CNBV, 1998.

O RECRUESCIMENTO DE DOENÇAS IMUNOPREVINÍVEIS NO BRASIL: REFLEXÕES SOBRE OS RISCOS NA REDUÇÃO DAS COBERTURAS VACINAIS EM CRIANÇAS

Natascha Carvalho dos Santos¹
Edenilson Freitas Rodrigues²

RESUMO

A Política Nacional de Imunização – PNI é uma política pública de saúde consolidada, pois desde o início do século XIX as vacinas são utilizadas para o controle de doenças imunopreviníveis, sendo exemplo para outros países. A imunização é tida como “estimulação da resposta imune do organismo por meio da administração de antígenos ou anticorpos”, e o processo de vacinação é entendido como a “aplicação de um ou mais agentes para a estimulação do sistema imune”, sendo esta uma forma de prevenção primária. Apesar da importância da manutenção do estado vacinal para a prevenção de doenças e o acesso às vacinas do PNI ser gratuito, algumas doenças infecciosas estão em reemergência. Movimentos antivacina, criados por usuários que se recusam a vacinar a si e aos seus, vem ganhando ainda mais força nos dias atuais, principalmente em decorrência do uso dos meios de comunicação para disseminação de informações falsas e de cunho negacionista. Este estudo tem como objetivo refletir sobre a redução das coberturas vacinais em crianças no Brasil, frente ao recrudescimento de doenças imunopreviníveis. A metodologia utilizada foi a de revisão de literatura integrativa. Concluiu-se que a falta de atenção ao calendário vacinal básico reflete não apenas na saúde da criança em particular, mas de todos à sua volta, ao passo que desencadeiam patologias imunopreviníveis e possíveis endemias que podem ser evitadas com o advento da vacinação. E também que é imprescindível que a responsabilidade seja comum para um impacto social relevante e uma atitude em prol da prevenção coletiva.

Palavras-chave: Doenças Imunopreviníveis; Imunização; Vacinação; Saúde Coletiva.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a Política Nacional de Imunização – PNI é uma política pública de saúde consolidada, pois desde o início do século XIX as vacinas são utilizadas para o controle de doenças imunopreviníveis, método esse eficiente quando observado os dados epidemiológicos nacionais. Prestes a completar 50 anos, a PNI regulamentada pela Lei Federal nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, e pelo Decreto 78.321, de 12 de

¹ Acadêmica do Curso de Enfermagem - 4º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. natachacarvalho75@gmail.com

² Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas. Orientador. Professor do Curso de Enfermagem. Faculdades Integradas Machado de Assis. edenilson@fema.com.br

agosto de 1976 que estabelece o Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica, vem passando na atualidade o desafio na redução dos indicadores em relação aos imunobiológicos aplicados na população (FIOCRUZ, 2021).

A execução das ações do PNI, estão no escopo do Sistema Único de Saúde – SUS, que se dá através de uma rede logística chamada Rede de Frio. Esta possui como premissa ações hierarquizadas e descentralizadas em relação as estratégias de vacinação, encontra-se na mais expressa capilarização do sistema público de saúde, na execução da aplicação de vacinas nas unidades básicas de saúde, localizadas nas comunidades dos diversos municípios brasileiros (BRASIL, 2003).

Para a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), segmento da Organização Mundial de Saúde (OMS), o PNI brasileiro é tido como um programa de referência para o mundo. Tal referência se dá pela sua excelência comprovada, sendo que a partir do PNI brasileiro, foi possível a organização de duas campanhas de vacinação no Timor Leste, também em programas de vacinações na Palestina, na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, entre outros (BRASIL, 2003).

Para Brasil (2003), alguns países como Angola e Suriname estiveram em território nacional a fim de conhecer e se capacitar para a execução de programas nacionais de vacinação. Diretamente mais de 30 países possuem termos de cooperação técnica com o Brasil, e também é possível citar outros países que deliearam suas políticas de imunizações a partir do exemplo brasileiro.

Segundo Gusso, Lopes e Dias (2019) a imunização é tida como “estimulação da resposta imune do organismo por meio da administração de antígenos ou anticorpos”, e o processo de vacinação é entendido como a “aplicação de um ou mais agentes (bactérias, vírus ou toxinas) para a estimulação do sistema imune”. Considera-se uma forma de prevenção primária, ou seja, direcionada a exposição a fontes de risco e doenças já existentes.

Apesar da importância da manutenção do estado vacinal para a prevenção de doenças e o acesso às vacinas do PNI seja gratuito, algumas doenças infecciosas estão em reemergência. O sarampo, por exemplo, mesmo eliminado nas Américas há pelo menos dez anos, vem apresentando incidência aumentada. Entre os anos de 2013 e 2015, foram notificados mais de mil casos somente nos estados de Pernambuco e Ceará, afetando indivíduos adultos. Em 2015, 73 casos de febre amarela, com nove mortes (entre indivíduos não imunizados), foram relatados à

Organização Mundial da Saúde (OMS), incluindo dois países da América Latina: Brasil e Peru. No entanto, nenhum surto de febre amarela foi relatado em países onde a vacinação preventiva foi amplamente realizada (GUSSO, LOPES e DIAS, 2019).

Esse estudo objetiva refletir sobre a redução das coberturas vacinais em crianças no Brasil, frente ao recrudescimento de doenças imunopreveníveis. O método utilizado foi a revisão da literatura integrativa, pois permite a determinação de evidências científicas frente a resolução de problemas do campo prático, além de permitir a síntese de múltiplos estudos e suas conclusões acerca da temática da pesquisa (MENDES, SILVEIRA E GALVÃO, 2008). O artigo foi construído e apresentado contendo a seguinte estrutura: A vacinação e os mecanismos de prevenção; A vacinação no Brasil; Cobertura e calendário vacinal e Importância da imunização infantil e as consequências da queda no número de vacinações.

1 A VACINAÇÃO E OS MECANISMOS DE PREVENÇÃO

As vacinas configuram um tipo de imunidade ativa, que através da administração de um antígeno (vírus ou bactéria) desencadeiam uma resposta autoimune, de reconhecimento e formação de anticorpos que são formados a partir dessa interação, produzindo uma resposta mais duradoura (DOMINGUES; TEIXEIRA, 2013).

As variações na resposta imune dependem da natureza do agente imunizante/antígeno utilizado, este geralmente atenuado o que diminui a um nível inofensivo seu potencial de patogenicidade (virulência). É o que acontece na produção da vacina do sarampo, por exemplo, onde o vírus *Measles morbillivirus* é enfraquecido e diferente do vírus da hepatite A, sendo que o mesmo é inutilizado. A fabricação de vacinas também utiliza frações de vírus, toxinas do mesmo e componentes de bactérias, sendo ainda combinadas com o líquido de suspensão da composição, conservantes, estabilizadores e antibióticos (SOUZA; MARTINS; HORTA, 2017).

Também em alguns casos, onde a vacina precisa ter uma ação mais potencial são adicionados adjuvantes, para aumentar a resposta imunológica frente ao antígeno, uma vez que possibilita a maior permanência no mesmo no organismo, a fim de estimular a liberação de substâncias inflamatórias. Apesar disso, a resposta produzida pelo organismo após a imunização varia bastante e depende de vários

fatores predisponentes, um deles é o contato anterior com o antígeno. Outro fator, são as condições clínicas especiais do indivíduo, que estão dispostas em anomalias imunológicas e podem afetar significativamente o reconhecimento da vacina. Por isso, em casos especiais (como patologias imunológicas), as composições e a via de administração de uma vacina podem ser mudadas (SOUZA, MARTINS; HORTA, 2017).

As vacinas podem contar com diferentes formas de combinação. A vacina adsortiva por exemplo, conta com a ligação antigênica direta ao adjuvante, que realizará o papel de fortalecimento imunológico. Já no caso das vacinas combinadas, o mecanismo de ação é um pouco diferente, onde há a combinação de dois ou mais agentes infecciosos. Ex. Vacina DTP (difteria-tétano-coqueluche). Sendo a última, ainda diferenciada da vacina associada e da vacina conjugada, uma vez que na primeira, há uma combinação/mistura de mais vacinas assim que comprovada sua eficácia. No segundo caso, o antígeno é combinado a uma proteína, a fim de desencadear uma resposta imune secundária. No entanto, ainda se diferenciam das vacinas simultâneas e recombinantes, com aplicação combinada de vacinas e associação genética de bactérias e leveduras, respectivamente (SOUZA, MARTINS; HORTA, 2017).

A eficácia e as propriedades das substâncias contidas nas vacinas passam por um rigoroso processo de controle de qualidade antes de serem consideradas seguras. Inicialmente, são submetidas a testes do próprio fabricante, respeitando critérios da Organização Mundial da Saúde (OMS), que envolvem testes de esterilidade, pH, estabilidade entre outros. Depois disso, mais análises são feitas antes de serem distribuídas pelo Programa Nacional de Imunizações (PNI) incluindo avaliações do Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS), reduzidas em lotes de produção. Após todas as instâncias conferirem qualidade a vacina, esta não deixa de ser periodicamente testada, a fim de garantir eficácia e proteção aos usuários (FIOCRUZ, 2022).

Além disso, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) regulamenta e autoriza a comercialização de vacinas a partir da comprovação do imunizante e dos dados de qualidade obtidos. O processo de teste de qualidade pode estender-se conforme o tipo de análise realizada, sendo realizada até 3 meses após a fabricação (FIOCRUZ, 2022).

O armazenamento adequado dos lotes de vacina também interfere na efetividade da imunização, sendo que o ideal, segundo a OMS, é que estejam expostas em temperatura entre 2° a 8° graus, seguindo critérios de limpeza do ambiente, além de não poderem ser expostas ao sol. O sistema de armazenamento, estabilidade, manejo e disposição dos imunizantes faz parte da Rede dos Frio, uma estrutura do PNI, que visa garantir a integridade das vacinas nessa etapa de distribuição e conservação das mesmas. Para tanto, é indispensável que unidades de saúde detenham equipamentos e instalações adequadas para que não comprometam a eficácia da vacina (BRASIL, 2001).

As vias de administração da substância são definidas de acordo com o órgão de produção e com a finalidade da resposta imunológica, como é o caso da via intradérmica (ID), local de aplicação da vacina BCG – Bacilo de Calmette Guerin, para as formas graves da doença Tuberculose, possuindo um potencial de resposta aumentado, justamente pela presença de células imunológicas apresentadoras. A utilizada mais comumente é a intramuscular (IM), onde o antígeno fica menos tempo em contato com o tecido cutâneo. Entretanto, tais vias submetem-se a estudos constantes de aplicação, que variam de acordo com a imunogenicidade (SOUZA, MARTINS e HORTA, 2017).

2 A VACINAÇÃO NO BRASIL

Historicamente, a instauração do processo vacinal no Brasil foi acompanhada de conflitos e resistência por parte dos usuários. Com o aparecimento da varíola no país por volta dos anos 1500 advinda inicialmente da Índia, os níveis de mortalidade em decorrência da infecção e do péssimo saneamento, eram sobressalentes. A patologia infecto-contagiosa possuía veículo de transmissão direto, disseminando-se rapidamente e causando hipertermia, dores e eritemas corporais. Não havia cura nem tratamentos específicos na época, apenas registros de amostras de vírus para vacinação, destinada a alta camada social (SCHATZMAYR, 2001).

Com o avanço colonialista em meados do século XIX, as doenças infecciosas como febre amarela, tuberculose e varíola tiveram um aumento exponencial em todo o continente. O império em uma medida autoritária, definiu em 1832 a vacinação como medida obrigatória, que, contudo, não surtiu grandes efeitos considerando a

inexistência de eficácia da vacina produzida em vitelos. Porém, o início dos anos 1900, foi marcado por reformas sanitárias orientadas pelo médico Oswaldo Cruz com enfoque na febre amarela, varíola e peste bubônica. Em 1904, a revolta da vacina foi uma resposta à obrigatoriedade da imunização, o que resultou no cancelamento da medida, deixando, no entanto, mortos, feridos e presos. Após os efeitos a Segunda Guerra Mundial, em um cenário de precariedade e pandemia da Gripe Espanhola, a saúde pública teve inserção de destaque nas discussões em saúde. E, posteriormente em 1920, englobando mudanças significativas e criação de departamentos na área da saúde (FIOCRUZ, 2022).

Todo o processo de transição política durante as décadas seguintes, impactaram significativamente as ações em saúde na rede pública, e estão diretamente ligadas no desenvolvimento e no incentivo a campanhas de imunização, além de práticas de promoção prevenção e recuperação de saúde, prevenindo agravos através da capacitação profissional e da conscientização dos usuários.

Conforme Souza, Martins e Horta, “É inegável a contribuição da vacinação no controle de doenças transmissíveis. Para romper a cadeia de transmissão dessas doenças é preciso alcançar índices homogêneos de cobertura vacinal em níveis suficientes para reduzir sua morbidade, o que somente se conquista com a participação ativa de profissionais de saúde, epidemiologistas, políticos, gestores, vacinadores e da sociedade em geral, aderindo às medidas recomendadas.” (SOUZA; MARTINS; HORTA, 2017).

3 COBERTURA E CALENDÁRIO VACINAL

O esquema vacinal obedece a uma ordem de tempo e de aspectos populacionais, criados a partir da análise da época mais adequada para aplicação de determinadas imunizações, como a vacina da influenza, por exemplo. Mas também influenciada pela idade, disponibilidade e acesso ao serviço de saúde do indivíduo. O calendário de vacinas, definido pelo PNI, sofre alterações ao longo dos anos, que buscam adequar as administrações à eficácia e ao custo benefício com base no estudo epidemiológico das populações alvo (SOUZA; MARTINS; HORTA, 2017).

O Ministério da saúde, que coordena tais programações junto ao PNI, obedece a princípios de responsabilidade delegados pela Lei Federal no 6.259, de 30/10/1975,

que organiza e dispõe os agentes ativos em campanhas vacinais. A rede básica, atende um calendário específico de vacinação, que recobre recém nascidos até 60 anos ou mais. Gestantes possuem um esquema adaptado a fim de prevenir possíveis interações e prematuridade reconhecidas a partir de patologias como a hepatite e tétano, respeitando o conhecimento do histórico vacinal da usuária (SOUZA; MARTINS; HORTA, 2017).

O calendário vacinal infantil disponibilizado na rede pública está disposto nas unidades básicas de saúde de cada região. A primeira imunização recebida pelo recém nascido é a primeira dose contra a hepatite B, preferencialmente nas primeiras 12 horas de vida. Posteriormente a vacina BCG que oferece proteção contra Tuberculose. Esta, preferencialmente, deve ser aplicada ainda na maternidade do hospital de nascimento, quando o RN apresentar peso inferior a 2kg, esta deve ser adiada e realizada assim que a meta for alcançada junto a unidade básica de saúde.

Também logo após o recém nascido em ambiente domiciliar inicia o calendário na unidade de saúde com a vacina BCG, que oferece proteção contra a tuberculose. Preferencialmente, deve ser aplicada ainda na maternidade do hospital de nascimento, quando o RN apresentar peso inferior a 2kg, esta deve ser adiada e realizada assim que a meta for alcançada junto a unidade básica de saúde. Aliada a BCG, é aplicada a primeira dose contra hepatite B na instituição, caso isso não seja possível tais aplicações serão feitas após alta hospitalar.

Nos primeiros dias de vida e já em sua residência, a puérpera e o neonato devem receber uma atenção especial por parte dos profissionais da saúde, os quais devem atentar também ao calendário vacinal de ambos, fortalecendo informações acerca da importância do acompanhamento do bebê nas consultas de puericultura. É importante salientar, que tais consultas possam ser marcadas nos períodos de vacinação do calendário infantil de imunizações, especialmente para garantir o atendimento integral e o deslocamento único. Populações indígenas possuem um calendário vacinal diferenciado, respeitando o acesso aos serviços de saúde desse grupo de usuários.

O período que procede a imunização, pode ser ou não isento de reações adversas. Isso ocorre porque embora a segurança das vacinas seja comprovada cientificamente, cada organismo tende a reconhecer o antígeno de uma forma diferente e ao passo que o sistema imune de um recém nascido não é totalmente

desenvolvido, alguns sintomas de dor, febre e desconforto são esperados durante o processo de identificação microbiana. Denomina-se Evento Adverso Pós Vacinação (EAPV), as manifestações clínicas e sintomatológicas que ocorrem em razão da aplicação de vacinas, podendo ser classificadas em graves (manifestação que leva a hospitalização), moderadas (quando exigem exames e averiguação) ou leves (quando os sintomas são mais brandos sem necessidade de intervenção médica, que fazem parte da resposta imunológica do corpo) (SOUZA; MARTINS; HORTA, 2017).

Há casos onde os efeitos produzidos não são condizentes com o esperado, como quadros de anafilaxia por exemplo ou mesmo formação de abscessos que podem estar ligados a uma aplicação incorreta/contaminada. Por isso, não apenas os profissionais vacinadores, mas toda a equipe deve saber identificar sinais adversos após administração de qualquer substância.

4 A IMPORTÂNCIA DA IMUNIZAÇÃO INFANTIL E AS CONSEQUÊNCIAS DA QUEDA NO NÚMERO DE VACINAÇÕES

Ainda que as vacinas tenham sua importância vinculadas ao desaparecimento de muitas patologias infecciosas, o movimento antivacina criado por usuários que se recusam a vacinar a si e aos seus, vem ganhando ainda mais força nos dias que correm. Principalmente em decorrência do uso das mídias e meios de comunicação para disseminação de informações falsas e de cunho negacionista frente a reações de hipersensibilidade isoladas (FIOCRUZ, 2022).

Grupos antivacina, relacionam campanhas de vacinação com o aumento no número de diagnóstico de algumas doenças como o Transtorno do Espectro Autista (TEA), principalmente na vacina tríplice viral (sarampo-caxumba-rubéola). O que já é esclarecido pela ANVISA, não possuindo nenhum tipo de associação, ainda que em vacinas que possuem em sua composição adjuvantes. O Sistema de Informações do Programa Nacional de Imunizações Eventos Adversos Pós-Vacinação (SI-PNI/SI-EAPV), é um mecanismo criado para monitorar tais situações afastadas. Vale ressaltar, que nenhum efeito adverso é sobressalente ao efeito de não se vacinar e não justificam interrupções em todo esquema vacinal a longo prazo. Além disso, não se vacinar é mais do que um prejuízo individual, ao passo em que a baixa taxa de imunização traz diversas doenças que antes em níveis baixos, podem desencadear surtos e endemias que se disseminam rapidamente (FERREIRA et al, 2018).

Grupos anti-vacinas no Brasil se desenvolveram e conquistaram seguidores aguridos a causa, sobretudo na internet e mídias sociais, utilizando redes sociais como o Facebook, Instagram e Whatsapp para a troca de informações ou desinformações sobre o assunto. Taiss notícias não possuem um cunho científico e clínico, em sua maioria de origem estrangeira, que são apenas retiradas de páginas na internet que pregam tratamentos de saúde sem a intervenção de químicos, fármacos, homeopatia e relatos de pais sobre os efeitos colaterais das vacinas (SHIMIZU, 2018).

Segundo o Instituto Butantan com dados divulgados pelo DATASUS, revelam um déficit considerável na cobertura vacinal nos últimos anos, onde o público infantil vem sendo o mais ameaçado. Vacinas como a tríplice viral, tem tido aplicações diminuídas, caindo cerca de 14,8% entre os anos de 2017 e 2021. Uma das razões pela qual, os surtos de sarampo vêm aumentando em diversas regiões do país. O sarampo é uma infecto-patologia contagiosa ocasionada pelo Morbillivirus, que causa febre, tosse, desconforto ocular e corrimento nasal acompanhado de manchas vermelhas por todo corpo. A infecção pode espalhar-se pelas vias respiratórias, resultando em parada cardio respiratória, convulsões e óbito. Outra doença que estava erradicada e vem apresentando baixos índices de vacinação é a poliomielite ou paralisia infantil, ocasionada pelo Poliovírus que após entrar em contato com a corrente sanguínea, destrói neurônios motores responsáveis pela movimentação. Em 2012, a cobertura vacinal alcançava mais de 95% em todo o país, decaindo para 67,6% em 2021, configurando uma preocupação nacional com a comorbidade. Na imagem 1.1, pode-se identificar um declínio em toda a cobertura vacinal nos últimos 10 anos (FIOCRUZ, 2021).

CONCLUSÃO

O processo de imunização, constitui-se como a forma mais segura e eficaz de prevenção de doenças transmissíveis através da inserção de patógenos atenuados, estimulando a criação de anticorpos no organismo. Indubitavelmente, nenhuma substância compositora de uma vacina, possui seguridade totalmente garantida, contudo além de se configurar como um modificador no percurso processo saúde doença, sua criação é responsável por erradicar dezenas de patologias associadas

aos índices de mortalidade infantil. Resultando na melhoria da qualidade de vida principalmente na primeira infância do indivíduo e reduzindo drasticamente o desenvolvimento de doenças de alta gravidade e incidência de sequelas.

A imunização, além de garantir proteção à população e promoção integral da saúde, se configura como uma importante estratégia custo-efetiva, uma vez que diminui os gastos ligados ao tratamento e a reabilitação psicomotora de indivíduos em recuperação por doenças infecciosas ou virais.

A falta de atenção ao calendário vacinal básico reflete não apenas na saúde da criança em particular, mas de todos à sua volta, ao passo que desencadeiam patologias imunopreveníveis e possíveis endemias que podem ser evitadas com o advento da vacinação.

Entretanto, a efetividade da imunização não deve causar uma falsa segurança frente a erradicação de doenças e a sensação de que elas não existam mais, pois dessa maneira as mesmas podem reincidir em regiões onde a cobertura vacinal é precária. É imprescindível que a responsabilidade seja comum para um impacto social relevante e uma atitude em prol da prevenção coletiva.

O movimento antivacina possui um caráter de impacto nas reduções de população imunizada, em especial às crianças. Profissionais de saúde são importantes nesse cenário no combate direto a desinformação e propagação de informações não científicas. Maiores pesquisas deverão ocorrer sobre essa temática, tendo em vista que ainda estamos em um processo de mensuração dos impactos negativos que a redução das coberturas vacinais e a reemergência de doenças imunopreveníveis estão ocasionando, em especial em um país que possui um PNI referência a diversos países.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Manual de Rede de Frio**. Ministério da Saúde. Brasília – DF. 2001. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_rede_frio.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2022.

BRASIL. **Programa Nacional de Imunizações 30 anos**. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde – Brasília: Ministério da Saúde, 2003. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/livro_30_anos_pni.pdf>. Acesso em: 01. nov. 2022.

DOMINGUES CMAS, TEIXEIRA AMS. **Coberturas Vacinais e Doenças Imunopreveníveis no Brasil no período 1982-2012: avanços e desafios do Programa Nacional de Imunizações.** Epidemiol Serv Saúde 2013; 22:9-27.

FIOCRUZ. Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos.** Rio de Janeiro – RJ. 2022. ISSN 16784758. Disponível em: <<https://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/dossie-historia-saude-com-a-variola-nasce-a-saude-publica/>>. Acesso em: 10 nov. 2022.

FIOCRUZ. Fundação Oswaldo Cruz. **Programa Nacional de Imunizações comemora 48 anos.** Site Oficial. Manguinhos, Rio de Janeiro - 2021. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/programa-nacional-de-imunizacoes-comemora-48-anos>>. Acesso em: 01 nov. 2022.

GUSSO, G.; LOPES, J. M. C.; DIAS, L.C. **Tratado de Medicina de Família e Comunidade** - 2 volumes: princípios, formação e prática. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2019. E-book. ISBN 9788582715369. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582715369/>>. Acesso em: 10 nov. 2022.

MENDES, K. D. S. M; SILVEIRA, R. C. C. P; GALVÃO, C. M. **Revisão Integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem.** 2008. Texto&Contexto – Enfermagem 17 (4), 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tce/a/XzFkq6tjWs4wHNqNjKJLkXQ/?lang=pt>>. Acesso em: 10 nov. 2022.

SHIMIZU, N. R. **Movimento Antivacina: a memória funcionando no/pelo (Per)Curso dos sentidos e dos sujeitos na sociedade e urbana.** Revista do Edicc, Campinas, v. 5, n. 1, p. 1-11, out./2018. Disponível em: <<http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/edicc/article/view/5963>>. Acesso em: 15 nov. 2022.

SOUZA, M. C. MARTINS R. D. e HORTA, C. H. **Enfermagem em Saúde Coletiva - Teoria e Prática**, 2. ed. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2017.

A IMPORTÂNCIA DA PSICOLOGIA POSITIVA NO CONTEXTO HOSPITALAR: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

Maiara da Rosa¹
Camila Gabriele Câmara²
Lucimara Siqueira³

RESUMO

A Psicologia Positiva é uma linha relativamente nova dentro da área da Psicologia. Teve seu início no ano de 1998, quando Martin Seligman, assumiu a Presidência da American Psychological Association (APA), e desde então, vem se desenvolvendo como uma linha forte. A partir da pesquisa bibliográfica e da composição do presente trabalho foi possível entender um pouco além da história da Psicologia dentro do Hospital, bem como, de obter formas de implementar a Psicologia Positiva no contexto hospitalar. Ao enfrentar uma doença, o paciente perde sua identidade e autonomia, a Psicologia Positiva tem o objetivo de resgatar esse paciente e de conduzi-lo até o lado positivo, mostrando suas forças, potenciais e habilidades para que consiga conviver da melhor maneira possível com o diagnóstico ou hospitalização. Espera-se que com esse trabalho surjam novos espaços para que este assunto seja amplamente discutido, bem como, que a partir dele outras perguntas sejam feitas para que o estudo sobre este tema não tenha fim e para que seja possível dar mais dignidade e humanização aos hospitais e seus pacientes.

Palavras-chave: Psicologia Positiva; Psicologia Hospitalar; Cuidado.

INTRODUÇÃO

A Psicologia Positiva é uma linha relativamente nova dentro da área da Psicologia. Teve seu início no ano de 1998, quando Martin Seligman, assumiu a Presidência da American Psychological Association (APA), e desde então, vem se desenvolvendo como uma linha forte. A Psicologia Positiva nasceu quando Seligman estava insatisfeito com os rumos que a Psicologia Tradicional estava tomando: acreditava-se que a Psicologia apenas tratava doenças e aspectos disfuncionais do ser humano com o único objetivo de promover a saúde. Seligman percebeu que o ser

¹Psicóloga. Pós-graduada em Psicologia Positiva, Pós-graduanda em Tanatologia. maiara.darosa71@gmail.com

²Psicóloga Mestre em Gestão Estratégica de Organização. Professora dos cursos superiores FEMA, Formação em Tanatologia. camaracamila@hotmail.com

³Psicóloga. Mestranda em Psicologia Clínica e da Saúde. Neuropsicóloga, Pós-graduanda em Tanatologia. luneuropsi@gmail.com

humano possuía virtudes e potencialidades e esses aspectos deveriam ser explorados e foi criando espaço para avaliar e investigar esses aspectos que a Psicologia Positiva começou a tomar forma.

A Psicologia sempre lutou para conquistar seu espaço dentro do ambiente Hospitalar e, de uma certa forma, estamos avançando cada dia nesse caminho. O presente artigo possui o objetivo de responder a um questionamento: como é possível trabalhar com a Psicologia Positiva no contexto Hospitalar?

No Brasil, não encontra-se muitos estudos a respeito da psicologia positiva, porém esta área tem grande influência internacional. A partir da pesquisa bibliográfica e da composição do presente trabalho foi possível entender um pouco além da história da Psicologia dentro do Hospital, bem como, de obter formas de implementar a Psicologia Positiva neste contexto, muitas vezes, tão pesado.

Neste trabalho, primeiramente será contextualizado temas importantes, como a psicologia hospitalar, o ambiente hospitalar e como a psicologia positiva pode ser aplicada nos hospitais. A base teórica a seguir apresentada divide-se em dois pontos centrais: o ambiente hospitalar e a psicologia positiva no contexto hospitalar.

1 O AMBIENTE HOSPITALAR

Foucault diz que “[...] o hospital como instrumento terapêutico é uma invenção relativamente nova, que data no final do século XVIII”, ou seja, antes desse período, o hospital era um lugar de assistência aos pobres, de separação e exclusão, considerado por muitos como “um lugar para morrer.” (FOUCAULT, 2012, p. 67).

Segundo Lisboa (2002), à medida que as doenças e calamidades afetavam a humanidade, por vezes originárias da própria degradação humana, era possível ver o quanto profissionais e leigos buscavam prática ou técnicas que minimizassem os sofrimentos de seus doentes e a cura de seus males (MOSIMANN & LUSTOSA, 2011, p.204).

Naquele tempo os profissionais que trabalhavam nos hospitais, eram religiosos e pessoas voluntárias. O hospital não tinha sido criado para curar doente e sim, salvar a alma no momento da morte. Desta forma, as visitas dos médicos ocorriam de forma esporádicas. O hospital era então considerado um ambiente de passagem entre a vida e a morte, um lugar para a salvação e libertação espiritual e onde os indivíduos

considerados perigosos para a saúde pública acabavam sendo afastados da sociedade. No século XVIII foi constituído a medicina hospitalar (FOUCAULT, 2012).

Com a chegada das armas pesadas, no século XVIII, os exércitos tiveram que se dedicar mais a parte técnica pois deveriam aprender como funcionava todo aquele armamento novo. Assim, o soldado passou a ser um custo mais elevado para o governo em todos os países. “Quando se forma um soldado, não se pode deixá-lo morrer. Se ele morrer, deve ser em plena forma, como soldado, na batalha, e não de doença.” (FOUCAULT, 2012, p. 178-179).

Como o soldado era um custo alto, este não poderia ficar muito tempo longe das batalhas. Desta forma, os responsáveis pela saúde eram pressionados a curar os soldados para que eles não morressem de doença, e que após a cura, retornassem aos campos de batalhas. Assim, houve a reorganização administrativa e política no espaço do hospital militar. Esta mudança se baseou em uma estratégia chamada disciplina (FOUCAULT, 2012).

O hospital passa a ser conhecido como um lugar terapêutico, e o médico é o responsável pela organização hospitalar. “Constitui-se, assim, um campo documental no interior do hospital que não é somente um lugar de cura, mas também de registro, acúmulo e formação de saber.” (FOUCAULT, 2012, p. 188).

O hospital é uma instituição que é associada às pessoas doentes que necessitam de uma intervenção para amenizar seus efeitos adversos físicos, emocionais e sociais (CASTRO & BORNHOLDT, 2004).

Quando se pensa no fato de ser hospitalizado, percebe-se as mudanças que acontecem, tanto ao paciente quanto à família. Nesse sentido, o adoecimento e a hospitalização provocam experiências emocionais intensas e complexas, pois o paciente pode se perceber sendo dependente e impotente, reconhecendo suas limitações. Por vezes, esse processo é visto pelo paciente como vergonhoso e limitante, já que não consegue ser produtivo e representa uma paralisação da sua vida e de sua família (ALBERNAZ, 2003).

Dessa forma, a Psicologia Hospitalar assume um verdadeiro desafio, pois entende-se que além da urgência orgânica é necessário atentar-se também para a urgência psíquica. Os profissionais da área da saúde aprendem em suas formações normas e técnicas para lidar com sintomas e doenças de modo geral, porém, muitas vezes não existe uma individualização sobre quem é o “paciente do quarto 32”, sobre

quem é aquele senhor que está sem acompanhante. O paciente deixa de ter significado próprio e passa a significar os diagnósticos sobre a sua patologia (ANGERAMI; CAMON, 2004).

Simonetti conceitua “[...] a Psicologia Hospitalar como campo do entendimento e tratamento de aspectos psicológico atrelados ao adoecimento.” (SIMONETTI, 2004, p.20). O Psicólogo Hospitalar para o autor citado acima trabalha diretamente com as manifestações subjetivas da doença. Nesse sentido, a equipe de psicologia no contexto hospitalar surge como uma forma de escutar a possibilidade do sujeito, produzindo efeito no processo de hospitalização.

De acordo com as percepções dos profissionais da saúde, surgem temáticas emocionais, familiares e comportamentais relacionadas ao paciente e o ambiente hospitalar, apresentando angústias, ansiedade, preocupação entre os familiares e o próprio paciente, sendo necessário o profissional fornecer informações adequadas quanto às transferências e mudanças que ocorrem dentro do hospital referentes aos cuidados específicos ao paciente, contribuindo assim na diminuição das incertezas e sofrimento, além de possibilitar um preparo no manuseio e fortalecendo os cuidadores para a alta hospitalar (LIMA; BUSIN, 2008).

Para o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2007), o psicólogo hospitalar poderá atuar em instituições de saúde, participando da prestação de serviços de nível secundário ou terciário da atenção à saúde, bem como em instituições de Ensino Superior e/ou centro de estudo e de pesquisa. O Profissional atuará oferecendo e desenvolvendo atividades em diferentes níveis de tratamento, tendo como principal tarefa a avaliação e acompanhamento de intercorrências psíquicas dos pacientes que estão ou serão submetidos a procedimentos médicos, visando basicamente a promoção, prevenção e recuperação da saúde física e mental.

Com a família, o Psicólogo Hospitalar consegue trabalhar mediando a comunicação, dando o suporte necessário e percebendo se a família está tendo uma boa comunicação tanto com a equipe como com os médicos responsáveis pelo paciente, bem como, oferecendo o suporte necessário para o enfrentamento dessa crise.

Atualmente, o trabalho do psicólogo no hospital, fundamenta-se a partir do modelo biopsicossocial, constituindo “[...] a noção de saúde que deixa de ser a ausência de doença e passa a ser bem-estar físico, mental e social.” (TONETO;

GOMES, 2007, apud MUTARELLI, 2015, p, 178), ou seja, o psicólogo trabalha diretamente com a doença e os efeitos negativos que ela causa ao paciente. Mas, baseado na perspectiva otimista e pensando no bem-estar do paciente, como é possível trabalhar com a Psicologia Positiva no contexto hospitalar?

1.1 PSICOLOGIA POSITIVA NO CONTEXTO HOSPITALAR

No ano de 1998, Martin Seligman inicia a discussão sobre os fatores de proteção da saúde na Psicologia positiva. Destaca-se entre as variáveis positivas: o otimismo, a espiritualidade, a criatividade e a imagem corporal, que têm sido associados ao bem-estar e à qualidade de vida de pessoas doentes e não-doentes e também a seus cuidadores (SILVA, 2006).

Para Seligman (2011), a psicologia positiva trata do estudo de sentimentos, emoções, instituições e comportamentos positivos que tem como objetivo final a promoção da felicidade humana. Um dos maiores desafios que a Psicologia Positiva enfrenta, segundo Seligman, é lutar contra a cultura da Psicologia atual que apenas considera como autênticas as emoções negativas. Para Seligman a Psicologia Positiva está pautada sobre 3 pilares: O estudo da emoção positiva; O estudo dos traços ou qualidades positivas, principalmente forças e virtudes, incluindo também habilidades como inteligência e capacidade atlética; O estudo das chamadas instituições positivas, como a democracia, a família e a liberdade (que dão suporte às virtudes que, por sua vez, apoiam as emoções positivas), conforme Graziano L; (2005).

Dentro da Psicologia Positiva, o indivíduo exerce um papel fundamental na construção de sua trajetória de vida, ou seja, além de ser um agente ativo do destino, ele deve agir em função disso, criando formas de prosperar e florescer. A Psicologia Positiva trabalha bastante com a autorresponsabilidade, entendendo que cada indivíduo pode mudar a sua realidade. Dessa forma, durante a hospitalização, a Psicologia Positiva pode ajudar tornando o paciente ativo no processo de hospitalização, instigando-o a participar das decisões sobre o seu plano de cuidado, bem como, a sanar as dúvidas com a equipe de saúde responsável pelo seu tratamento.

O termo “felicidade” dentro da Psicologia Positiva é entendido como um estado de plenitude em que corpo e mente estão saudáveis, levando em consideração que para a OMS: “saúde é o completo estado de bem-estar físico, mental e social, e não simplesmente a ausência de enfermidade”.

Se o papel dos terapeutas convencionais é de minimizar o sofrimento, por meio de remédios ou intervenções, trabalhando as emoções negativas, como ansiedade raiva e depressão, o papel do terapeuta positivo é ensinar a “funcionar bem mesmo quando se está triste, ansioso ou bravo”. No decorrer da internação, o paciente pode ser encorajado a pensar nas suas potencialidades, nas suas virtudes e forças por meio de exercícios psicoterapêuticos, práticas cotidianas e testes para avaliar o nível de bem estar subjetivo (SELIGMAN, 2012).

Por fim, a proposta da Psicologia Positiva é de levar o indivíduo um estágio adiante, já que não se trata de retirá-lo somente de um estado de negatividade e conduzi-lo à um estado neutro, mas sim de leva-lo de um estado neutro para um estado positivo, de forma que seja possível realizar esse olhar de cuidado para o paciente durante a hospitalização.

2 METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica, qualitativa, através da análise de materiais, que envolvem a busca de publicações do tipo artigos, monografias, resumos, publicações em revistas e congressos, dissertações e teses, que abordem a importância da Psicologia Positiva nos hospitais. Para isso, foram utilizados trabalhos publicados no Brasil a partir do ano 2004 até 2011. As palavras-chave usadas na pesquisa foram: psicologia positiva, psicologia hospitalar e cuidado.

2.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA

Realizado tipo de pesquisa bibliográfica descritiva de natureza teórica e qualitativa.

2.2 GERAÇÃO DE DADOS

O levantamento dos dados foram realizados através de documentação indireta, por meio de pesquisa bibliográfica em fontes secundárias como livros, ensaios, compilações, artigos científicos, imprensa escrita, meios audiovisuais, entre outros.

2.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A análise de interpretação dos dados foi realizada através do método de abordagem hipotético-dedutivo, e o método de procedimento, denominados também de auxiliares, com caráter instrumental secundário sendo o método histórico que coloca o objeto de pesquisa sob uma perspectiva histórica.

1. Tabela fatos históricos psicologia positiva

ANO	FATO HISTÓRICO
1998	Nasce a Psicologia Positiva, nos Estados Unidos. Por iniciativa de Martin Seligman e outros pesquisadores quando desenvolveram pesquisas quantitativas visando à promoção de uma mudança no foco atual da Psicologia (COMIN, 2012)
1999	Primeira Cúpula de Psicologia Positiva
2002	Primeira Conferência Internacional de Psicologia Positiva

Fonte: produção do pesquisador.

Diante desta tabela de fatos históricos da psicologia positiva, percebe-se como essa teoria ainda é pouco utilizada e conhecida, principalmente no Brasil onde culturalmente psicologia positiva não é utilizada em consultórios e ministrada em salas de aula.

CONCLUSÃO

Nos últimos anos, a Psicologia vem crescendo e se destacando em diversas áreas, dentre elas, a área Hospitalar. Sabe-se que ao enfrentar uma doença, o paciente necessita de acolhimento e da ajuda de um profissional da Psicologia. E que este paciente, muitas vezes, não irá saber trabalhar com um diagnóstico ou até

mesmo com a hospitalização, causando diversas reações emocionais como: tristeza, medo, angústia.

A Psicologia Positiva tem o objetivo de resgatar esse paciente e de conduzi-lo até o lado positivo, mostrando suas forças, potenciais e habilidades para que consiga conviver da melhor maneira possível com o diagnóstico ou hospitalização.

O maior objetivo do profissional da Psicologia dentro do contexto hospitalar é dar voz aos conteúdos subjetivos desse paciente, dando à ele o poder e a vez da fala. A Psicologia Hospitalar ajuda o paciente a enfrentar o caminho do adoecimento ao mesmo tempo que vai ajudando-o a elaborar todos os acontecimentos.

O paciente ao ser hospitalizado, sofre um processo de “despersonalização”, onde acaba por perder a sua individualidade e, a rotina diária, a qual estava acostumado, é invadida pela rotina hospitalar, e então, o paciente perde a noção de tempo e espaço, bem como, passa a não controlar mais seus horários de banho e alimentação, perdendo assim, sua autonomia e identidade. Com esse cenário, o paciente pode ter diversas reações emocionais, como por exemplo: ficar agressivo ou passivo, demonstração de raiva e sinais de depressão.

Além da preocupação com a mudança de rotina, com a doença e com a hospitalização, o paciente hospitalizado demonstra muito medo referente a invalidez, ao fato de depender totalmente de outra pessoa. A hospitalização faz com que o paciente comece a reavaliar a sua vida e seus valores pessoais. Nesse sentido, evidencia-se a importância da integração do profissional psicólogo com outros profissionais da área da saúde, visto que são diversos os fatores relacionados no processo saúde-doença.

No Brasil, estudos realizados principalmente em relação à Psicologia positiva ainda não têm sido destacados e percebe-se a escassez dos estudos realizados na área. Diante deste estudo realizado, sugere-se que novas pesquisas relacionadas ao processo saúde-doença visem também ao enfoque dos aspectos sadios do desenvolvimento, como, por exemplo, as emoções positivas. É importante que existam investimentos em intervenções na área de psicologia positiva tanto de psicólogos tanto para os fatores de proteção à saúde quanto para os fatores de risco, para os processos de resiliência em indivíduos e para os aspectos relacionados à vulnerabilidade.

Sugere-se que com este estudo, outros profissionais da área possam se interessar pelo tema e iniciar os estudos para utilizar e compreender a importância e a objetividade da psicologia positiva, principalmente em hospitais para pacientes e familiares. Juntamente, pretende-se realizar um projeto para hospitais da região com protocolos para serem utilizados por psicólogos hospitalares a respeito da psicologia positiva, fazendo com que situações e problemas hospitalares possam ser solucionados de forma breve e positiva para os pacientes.

REFERÊNCIAS

- ANGERAMI-CAMON, V. A. **Psicologia da Saúde: um novo significado para a prática clínica**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
- D. GRAZIANO, Lilian. **A Felicidade Revisitada: um estudo sobre o bem-estar subjetivo na visão da psicologia positiva**. Usp, p. 1-126, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Graal, 2012.
- GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2002.
- LIMA, Luciana Bjorklund; BUSIN, Lurdes. O cuidado humanizado sob a perspectiva de enfermeiras em unidade de recuperação pós-anestésica. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 90-97, 2008.
- MOSIMANN, Laila; LUSTOSA, Aria. A Psicologia hospitalar e o hospital. **Rev. SBPH**, vol 14, n. 1., 2011.
- MUTARELLI, A. O serviço de psicologia no hospital: modelo assistencial de cuidado na busca pela promoção de saúde. **The psychology Division at the hospital: care model of**. v. 18, n.1, p. 173-188, 2015.
- SCORSOLINI-COMIN, Fabio. Por uma nova compreensão do conceito de bem-estar: Martin Seligman e a psicologia positiva. **Paidéia**. 2012, v. 22, n. 53, p. 433-435. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-863X2012000300015>>. Acesso em: 1 nov. 2022.
- SELIGMAN, Martin E. P. **Florescer: uma nova compreensão sobre a natureza da felicidade e do bem-estar**. Recurso eletrônico. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- SILVA, I. **Psicologia da Saúde: uma perspectiva positiva**. Trabalho apresentado no 6º Congresso Nacional de Psicologia da Saúde, Faro, Portugal, 2006.
- SIMONETI, A. **Manual de Psicologia Hospitalar: o mapa da doença**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

MENTES CRIMINAIS: O ESTUDO DO CÉREBRO COM TRANSTORNOS PSIQUIÁTRICOS

Laura da Silva Haubert¹
Laura Manias Bissacott Alves²
Lauren Besch dos Santos³
Natalie Oliveira Beltrame⁴
Mariel da Silva Haubert⁵

RESUMO

O estudo do psicopatismo, a partir da psicanálise freudiana, do estudo do cérebro e de seus comportamentos sociais, tem por objetivo construir uma análise teórica a respeito do tema, a partir de uma revisão e pesquisa bibliográfica sobre o mote. Foram expostas metodologias de análise e de informação a partir de artigos e processos disponíveis e buscou-se, então, o discernimento à respeito da história e funcionamento cerebral destas pessoas juntamente à neurociência e psicanálise. A presente pesquisa justifica-se, pois há um interesse em conhecer o funcionamento do cérebro no que diz respeito às mentes criminais. Verificou-se, assim, a sua interferência nos âmbitos psico e sociopatas e, por último, fez-se o estudo de aspectos da cognição social embasados na pesquisa e metodologia escolhida e a análise sobre a influência do aparato cognitivo humano à asserção. Dessa forma, percebeu-se a postura dos portadores de transtornos psicopáticos perante a sociedade e o seu discernimento à respeito de tudo que atua, além da incapacidade de sentir remorso sobre os crimes, o que comprova a sua diferenciação na estrutura física cerebral desde a prole.

Palavras-chave: Cérebro; Pesquisa; Psicanálise; Psicopatas.

¹ Estudante do Ensino Médio. Centro Educacional Machado de Assis – FEMA. E-mail: lauhaubert10@gmail.com

² Estudante do Ensino Médio. Centro Educacional Machado de Assis – FEMA. E-mail: lauramnsal@gmail.com lauramnsal@gmail.com

³ Estudante do Ensino Médio. Centro Educacional Machado de Assis – FEMA. E-mail: laurenbesch16@gmail.com

⁴ Estudante do Ensino Médio. Centro Educacional Machado de Assis – FEMA. E-mail: natalieoliveirabe1807@gmail.com

⁵ Doutora e Mestre em Educação nas Ciências. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão – NPPGE. Orientadora. Professora do Centro Educacional Machado de Assis e Faculdades integradas Machado de Assis – FEMA. E-mail: mariel@fema.com.br

INTRODUÇÃO

A psicopatia se tornou um tema muito mencionado durante os últimos anos, entretanto, há concepções errôneas acerca desse transtorno e dos indivíduos portadores. A pesquisa vigente trata sobre mentes criminas a partir do estudo do cérebro em transtornos psiquiátricos, baseando-se na literatura existente no campo da psicometria e da psicanálise.

Sendo assim, o presente artigo de revisão tem objetivo de estudar e apresentar aspectos sociocomportamentais de psicopatas, visando o esclarecimento do mote. Buscou-se um melhor discernimento sobre a singularidade comportamental e as relações interpessoais, além de perceber os eventos neurobiológicos e estruturas cerebrais responsáveis pela consolidação da psicopatia, a partir do estudo de autores como Freud, Breuer, Pierson, Hervey Cleckley, Vasconcellos et al, Grann e Dolan.

Dessa forma, divide-se o presente artigo em três capítulos. O primeiro capítulo deste trabalho, apresenta o estudo cronológico do cérebro e da psicanálise, sendo esses os principais assuntos discutidos na última década do século XX, já que o cérebro permitiu a raça humana erigir uma civilização e adaptar-se em praticamente qualquer região do planeta Terra. O Segundo capítulo trata das interações sociais e a cognição dos psicopatas, além das características de personalidade dos mesmos. O terceiro capítulo compõe as subdivisões da psicopatia, dividido em grau leve, grau moderado e grau grave, bem como as diferenças entre os transtornos psicopatas e sociopatas.

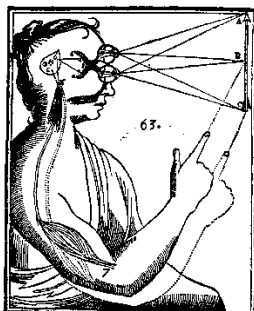
1 PRESSUPOSTOS HISTÓRICOS E FUNDAMENTOS DO CÉREBRO E DA PSICANÁLISE

A história do cérebro e da psicanálise tem caráter evolutivo, por isso, torna-se importante analisar as descobertas acerca do cérebro, que também possibilitaram compreender como o próprio aparato cognitivo funciona, a fim de compreender as diferenças dentro dele mesmo em diferentes pessoas, portadoras e diagnosticadas com transtornos de psicopatia e sociopatia. Para isso, é fundamental entender os gráficos da evolução cerebral, tendo em vista que o cérebro está em processo de extensão até os 30 anos de idade e, após isso, começa a perder seu volume. A diferença é que esse crescimento e o seu declínio variam entre as três principais

divisões do cérebro em ordem decrescente: substância cinzenta (Córtex Cerebral), cinzenta subcortical e substância branca. Além disso, pesquisadores também analisaram os ritmos de declínio do volume cerebral em portadores de transtornos psiquiátricos e algumas doenças neurológicas e a diferença existe, apesar de ser pequena comparada à doenças neurodegenerativas, pois na fase de expansão, o cortex fica mais vulnerável a interferências externas, principalmente emocionais.

De acordo com Paul McLean, “O homem teria três cérebros: O hipotálamo, comportamentos de autopreservação, o complexo límbico, noção de hierarquias sociais e o neocórtex, onde se processam a matemática, a criatividade e a linguagem simbólica.” (MCLEAN, 1913, p. 07). Além de triádico em sua formação, o cérebro possui dois hemisférios: o esquerdo, racional; e o direito, intuitivo e emotivo. Porém, antes de chegar à estas informações, Descartes acreditava que a glândula pineal (fig. 1) era responsável pela mediação entre a alma e a consciência, suposição negada por Thomás Willis, neurologista que separou os conceitos cerebrais da alma humana, vendo o cérebro como uma máquina complexa conectada por sinapses. Posteriormente, o cérebro e o seu funcionamento vem sendo cada vez mais destrinchado, com o auxílio de tecnologias, como a neuroimagem, através de tomografias e, assim como se afirmou, as pesquisas sobre o cérebro humano se acirraram de forma exuberada na década de 1990, o que a fez ser reconhecida como “a década do cérebro” (CARNEIRO, 1997).

Ilustração 1: Glândula Pineal



Fonte: DOSSEY, 1998.

Apesar da distinção entre os dois hemisférios cerebrais, eles trabalham mutuamente transmitindo memórias e aprendizados como, por exemplo, o lado esquerdo se ativa ao ler determinada palavra e o direito se ativa ao visualizar algo, conhecido ou não, ou seja, ao visualizar-se o alfabeto, os dois lados são ativados. O

cérebro é responsável pela personalidade de cada pessoa, o que faz distinguir os comportamentos de homens e mulheres, por exemplo. Nesse sentido, tornou-se célebre na neurologia o caso de Phineas Gage, um trabalhador de ferrovia que teve seu crânio e cérebro perfurados por um bastão de aço devido a uma explosão. Ele perdeu grande parte do prosencéfalo e apesar de ter sobrevivido, teve sua personalidade completamente mudada; antes era pacato e educado e depois, passou a ser um andarilho bebado que elabora diversos planos. Assim, dentre muitos outros casos extraordinários, prova-se mais uma vez à influência e potencialidade da mente humana e do funcionamento do cérebro. Dessa forma, Carneiro afirma:

O lado esquerdo do cérebro sabe situar-se dentro do tempo e procura situações seguras, já o lado direito abstrai-se do tempo e gosta de se arriscar. Para o hemisfério direito não existe a expressão "perder tempo". O esquerdo costuma imitar, representar, fingir; o direito é criativo e autêntico. É o que é. Por ser racional e crítico, o lado esquerdo do cérebro não se aventura a criar, inventar, sonhar. Prefere a segurança do conhecido, do lógico, do aceito pela sociedade em que vive. Já o lado direito solta a imaginação, viaja pelas asas do sonho, cria, inventa, recria e assume ser livre. O esquerdo é linear, objetivo, usa o conhecimento de forma dirigida, seqüencial, analítica, convergente; o direito é não-linear, subjetivo, utiliza o conhecimento de maneira livre, múltipla, holística e divergente. (CARNEIRO; 2002, n.p.).

O cérebro e a mente deixaram de ser encarados como passivos na década de 1950, quando criou-se a teoria da ciência cognitiva, considerando a mente como inteligência e não um mero aparato de mediação. De acordo com Aldouss Huxley (1973), a função do cérebro e do sistema nervoso seria, em instância principal, eliminativa e não e não produtiva. Assim, o homem teria todo conhecimento do universo, mas o cérebro filtraria as informações evitando que a consciência fosse onisciência. O cérebro, como se percebe, é deliciado; traumas e momentos fatídicos emocionais podem causar marcas nele como cicatrizes (SERVAN; SCHREIBER, 2004). Hoje, ao contrário do primórdio dos estudos a respeito do cérebro, sabe-se que o aparato adulto é dotado de grande plasticidade, moldado pra receber mutações de acordo com as experiências de uma vida inteira.

Na área da neurobiologia, em que se estudam os processos cerebrais junto a emoções humanas, o neurologista Antônio Damásio percebeu que o aspecto emocional é indispensável ao racional, pois o racionalismo excessivo seria

desequilibrador (WHITEHEAD, 2002). Então, os autores desse ideal passaram a estudar casos de Transtorno obsessivo-compulsivo e passaram a tratá-los diferente da medicina; em vez de operarem por medicamentos, buscaram uma mudança de foco nos pacientes, a “reprogramação mental”, podendo modificar as ondas probabilísticas que liberarão neurotransmissores mais corretos, diminuindo o OCD. Por sua vez, Keppe (1991) diz que o verdadeiro conhecimento provém não apenas do raciocínio lógico, mas do sentimento correto (amor). Com base nisso, a seguir, apresenta-se um pouco da história da psicopatia.

1.1 HISTÓRIA DA PSICOPATIA

A psicopatia começou a ser estudada quando médicos se depararam com o fato de que muitos criminosos agressivos e cruéis não apresentavam os sinais clássicos de insanidade (Hauck Filho et al., 2009; Hare & Neumann, 2008). Por essa razão, o entendimento e a etiologia da psicopatia apoiaram-se no estudo de criminosos e pacientes psiquiátricos, tendo como principal fonte de dados entrevistas e observação dos casos.

A principal característica que chamou a atenção dos estudiosos, foi a discrepância entre os criminosos delirantes, que apresentariam lesões intelectuais, e os posteriormente chamados psicopatas. Pinel (1801-2007) utilizou o termo *manie sans délire* (mania sem delírio) para descrever os indivíduos que não aparentavam insanidade mental, mas ainda discorriam de comportamentos extremamente violentos. Ele observou que esses indivíduos tinham um perfeito entendimento do caráter irracional de suas ações e não podiam ser considerados delirantes (ARRIGO; SHIPLEY, 2001).

Entretanto, o conceito de psicopatia e o próprio uso da nomenclatura só se estabeleceram de fato a partir do trabalho de Hervey Cleckley de 1941, chamado *The Mask of Sanity* (A Máscara da Sanidade) (HAUCK FILHO et al., 2009; HARE; NEUMANN, 2008). Foi nessa obra que Cleckley concebeu uma descrição clínica sistemática do quadro de psicopatia, revelando 16 características que podem estar presentes ao identificar um indivíduo com o transtorno mental. De acordo com Cleckley (1941-1976), os traços comuns são: Charme superficial e boa inteligência; Ausência de delírios e outros sinais de pensamento irracional; Ausência de

nervosismo e manifestações psiconeuróticas; Não-confiabilidade; Tendência à mentira e insinceridade; Falta de remorso ou vergonha; Comportamento antisocial inadequadamente motivado; Juízo empobrecido e falha em aprender com a experiência; Egocentrismo patológico e incapacidade para amar; Pobreza generalizada em termos de reações afetivas; Perda específica de insight; Falta de reciprocidade nas relações interpessoais; Comportamento fantasioso e não-convidativo sob influência de álcool e às vezes sem tal influência; Ameaças de suicídio raramente levadas a cabo; Vida sexual impessoal, trivial e pobremente integrada; Falha em seguir um plano de vida.

A partir disso, na sequência, aborda-se sobre a psicopatia relacionada a psicanálise.

1.2 PSICOPATIA A PARTIR DA PSICANÁLISE

É impossível falar sobre a psicanálise sem mencionar o seu criador, Freud, nascido em 1856 e que, inspirado por Darwin, descidiu se inscrever para medicina, dedicou-se a neurologia, que naquela época era uma grande descoberta, pois o estudo estava voltado para os neurônios, os axônios e os impulsos nervosos. Freud, de acordo com GAY, tinha a intenção de “[...] fornecer uma psicologia científica natural, ou seja, representar os processos psíquicos como estados quantitativamente determinados de partículas de material especificáveis e assim, tornar esses processos gráficos e consistentes.” (GAY, 1988). De acordo com Freud e Breuer (1895), na maioria dos casos, não é possível determinar o ponto de partida dos sintomas, pois, muitas vezes, trata-se de vivências que são desagradáveis para o paciente.

Assim, para ter acesso a vida mental do paciente, com ou sem lesão cerebral, é necessário conhecer de fato este paciente, proporcionando uma relação confiável e, posteriormente, tornando-o consciente das suas resistências, além de ter acesso aos seus pensamentos, sentimentos e memórias que possam esclarecer a estrutura interna dos problemas psicológicos (KAPLAN-SOLMS, 2005). Freud acreditava que cada processo mental deveria ser representado como um processo fisiológico que ocorre nos tecidos cerebrais. De acordo com Bezerra Jr., o criador da teoria dedicou-se a um projeto que buscava articular os conhecimentos obtidos nas pesquisas neurológicas e os resultados de suas investigações clínicas em psicopatologias, para

assim, construir uma psicologia científica capaz de clarificar de forma científica a conexão existente entre o sistema nervoso com seu funcionamento biológico e a vida psíquica (BEZERRA JR. 2013).

Durante um século de psicanálise, muito se produziu a respeito da neurose e psicose. Entretanto, a psicopatia ficou por muito tempo às margens da literatura psicanalítica, e esta “perverção”, como se referia Freud, foi o diagnóstico adotado, logo de início, como paradigma para caracterizar a sexualidade infantil. O psicopata, de acordo com a psicanálise freudiana, seria um ser cronicamente antissocial, que está sempre ligado a crimes e contravenções, não aprendendo nem com a experiência, nem com a punição e sendo incapaz de manter qualquer relação real com outras pessoas. A partir daí, a sua marginalidade também faz parte da sua posição social e confunde-se com sua condição clínica.

Blackburn (1998) fez uma distinção entre dois tipos de psicopatia: um Tipo Primário, caracterizado por uma adequada civilização e uma total falta de perturbações emocionais e um Tipo Secundário, caracterizado pelo isolamento social e traços neuróticos. Segundo Millon (1998), mesmo considerando os diversos estudos e subtipos de psicopatas, todos os grupos apresentam elementos em comum: um marcado egocentrismo e um profundo desprezo pelos sentimentos e necessidades alheias. Morana, Stone e Filho (2006) mostram que o psicopata, em sua décima revisão, descreve oito tipos de transtornos específicos de personalidade: paranóide; esquizoide; antissocial; emocionalmente instável; histriônico; anancástico; ansioso; e dependente. Entre 1923 e 1955, Schneider realizou importantes contribuições para o mundo da psicopatia. Ele utilizou o termo “personalidade psicopática”, integrando certas patologias e apresentando uma distinção entre os conceitos de doenças mentais e psicopatia (CANTERO, 1993). Nesta perspectiva, a psicopatia está relacionada aos desvios quantitativos das características normais da personalidade e não poderia estar relacionada a doenças mentais.

Com a crescente influência da psicanálise no campo psiquiátrico, a partir da segunda metade do século XX, o conceito de psicopatia foi restringido e associado ao antissocial, que passou a predominar a partir de então. Uma pessoa antissocial não possuiu sendo de responsabilidade e a confrontação com suas falhas ou com sua deslealdade parece não influenciar nas suas atitudes. Entretanto, o psicopata não é

antissocial todo o tempo e, devido a sua inteligência acima da média, não se pode prever quanto tempo durará a boa conduta (PIERSON, 2012).

A nosografia psicanalítica vê a perversão como um tipo de estruturação subjetiva, desejo e fantasia. Roudinesco (1998) afirma que a perversão foi retirada do campo do desvio para fazer um componente do funcionamento psíquico do homem em geral, passando a se revelar como estrutura, em que ocorre uma espécie de provocação ou desafio permanente à lei. Logo, a perversão no adulto não é só uma questão de infração da lei, mas se refere à um desejo nítido (ROSÁRIO, 2014). Seguindo a trilha freudiana: “[...] o conceito da perversão é o desmentido que o sujeito opera sobre a angústia de castração.” (FREUD, 2007, n. p.). Ou seja, a perversão, segundo Freud, é de certa forma natural no homem. Porém, clinicamente, é uma estrutura psíquica: ninguém nasce perverso, mas sim torna-se ao herder traumas diversos ao longo da vida.

O que tange um cérebro psíquico perverso e um neurótico e psicótico é que, na perversão, o desejo aparece como uma vontade extrema e o ato é praticado como vitorioso, isento de culpa. O perverso sabe o que quer e tem coragem para executar, enquanto o neurótico luta contra esse desejo (FERREIRA, 2011). Além disso, hoje, a neurologia entende que os circuitos do cérebro psicopata são fisicamente distintos de pessoas “normais” e que eles ativam menos certas partes relacionadas à julgamentos morais. Basicamente, o cérebro de um psicopata tem menos conexões entre o córtex pré-frontal ventromedial, responsável por sentimentos como empatia e culpa e a amígdala, relacionada ao medo e ansiedade.

A partir desse estudo, apresenta-se, a seguir, alguns aspectos da cognição social dos psicopatas.

2 ASPECTOS DA COGNIÇÃO SOCIAL DOS PSICOPATAS

Os psicopatas apresentam traços de personalidade como baixa empatia, ausência de remorso, impulsividade, e grande dominância social, com capacidade de manipulação notável. Porém, estudos recentes sugerem que os psicopatas podem apresentar deficiências específicas em situações de interação social. Déficits na chamada cognição social que, por sua vez, abarca a capacidade de processar e ponderar informações sociais podem, nesse sentido, estar presentes como um

elemento constitutivo do quadro (FLAVELL; MILLER; MILLER, 1999). A partir disso, revela-se o paradoxo: os psicopatas podem ser manipuladores abeis, sendo, ao mesmo tempo, processadores deficitários no que se concerne a determinadas interações sociais de conteúdo emocional. Podem ter caráter manipulativo dos psicopatas relacionado às deficiências cognitivas sociais dos mesmos.

A psicopatia é entendida como um transtorno mental caracterizado por desvios de caráter, que podem ser desenvolvidos desde a infância, sendo observado sintomas e comportamentos agressivos, denominado transtorno de conduta, nessa mesma fase e na adolescência (APA, 2002; KAPLAN; SADOCK; GREbb, 2003).

A patologia tem origem referida a eventos neurobiológicos e psicossociais relacionados ao desenvolvimento da personalidade e as estruturas cerebrais percebidas em psicopatas são passíveis de modificações. Segundo Perez, o ambiente de criação somado a fatores genéticos, podem interagir para a consolidação da psicopatia. Isso porque o desenvolvimento da amígdala cerebral ocorre até os oito e nove anos de idade, assim como o crescimento de massa encefálica cinzenta, partes do sistema límbico e do córtex frontal (PEREZ, 2012).

O estudo do cérebro e sua estrutura, visualizando danos no córtex pré-frontal, é considerado por muitos autores a melhor maneira de diagnosticar a psicopatia, uma vez que as características que definem o sujeito psicopata podem ser confundidas com outros transtornos, e nem todos os sintomas intercorrem. De acordo com Anderson e Kiehl, o sistema límbico, que tem um importante papel no reconhecimento de informações emocionais, é percebido de maneira reduzida em indivíduos que apresentam psicopatia clínica, sendo confirmado por meio de imagens de ressonância magnética funcional (ANDERSON; KIEHL, 2012).

As alterações morfológicas da estrutura cerebral também foram objeto de estudo de Boccardi et al. (2012), demonstrando que psicopatas tem cerca de 30% de diferença em tecido, tratando-se de amígdala cerebral. Identificou-se que as massas apresentaram tanto efeitos de aumento, quanto de redução. Os núcleos basolaterais, conectados ao córtex orbitofrontal, estariam diminuindo, já os núcleos centrais e laterais, responsáveis por detectar ameaças, aumentaram nas amostras examinadas (Vasconcellos et al. 2017). Em sabendo disso, apresenta-se o contexto da manipulação e as relações interpessoais.

2.1. MANIPULAÇÃO E RELAÇÕES INTERPESSOAIS

Sabe-se que os psicopatas apresentam alto desempenho em tarefas voltadas para a teoria da mente, uma capacidade que contempla a possibilidade de compreender os estados mentais alheios (RICHELL et al., 2003). Entretanto, por razões cognitivas, manifestam dificuldade em reconhecer emoções específicas, principalmente expressões faciais negativas. Segundo Vasconcellos et al., é equivocada a premissa que os portadores desse transtorno são impossibilitados de experimentarem emoções, expressam apenas uma sutil dificuldade (VASCONCELLOS et al., 2017).

A dificuldade, ainda que sutil, em entender e identificar determinadas expressões da face, não é compatível com a capacidade de manipulação dos psicopatas, uma vez que demandam a necessidade de perceber as reações provocadas nos receptores (VASCONCELLOS et al. 2017). De acordo com testes realizado, como da Mediada Interpessoal de Psicopatia*, Segundo o autor, em situações de interação social, psicopatas tendem a utilizar diferentes estratégias com o objetivo de persuadir e manipular seus interlocutores (VASCONCELLOS et al., 2012). As estratégias requeridas seriam usadas para efeito de pontuação, estariam relacionadas à entonação de voz, postura corporal, linguagem verbal, contato visual, à dramaticidade e à perseveração do tema. Dessa forma,

Medida Interpessoal de Psicopatia (Interpersonal Measure of Psychopathy, IM-P), que visa avaliar especificamente os comportamentos interpessoais e aspectos não verbais das interações sugeridos como típicos nas entrevistas com indivíduos que apresentam características psicopáticas. (VASCONCELLOS et. al, 2011).

Diversos estudos acerca das estratégias verbais e não verbais utilizadas em interações sociais, no caso de psicopatas, segundo Klaver, Lee e Hart, foram realizados, constatando que alguns grupos fazem mais movimentos com a cabeça e falam mais rapidamente quando mentem deliberadamente (KLAVER; LEE; HART, 2007). Outros psicopatas incluem mais conjunções explicativas ao relatarem seus atos, além de utilizarem verbos no pretérito com mais frequência (HANCOCK; WOODWORTH; PORTER, 2013). Outro estudo concluiu que psicopatas não estariam imunes a possibilidade de demonstrar emoções por expressões faciais, apenas foi

constatado uma maior brevidade às expressões não intencionais (PORTER; BRINKE; BAKER; WALLACE, 2011).

Assim, a partir de Vasconcelos, demonstra-se que a dificuldade de identificação de emoções não é sinônimo de incapacidade, que a assimilação das expressões é proporcional ao controle do tempo de exposição. Conforme aumenta o tempo de exposição dos estímulos, melhor é o desempenho dos indivíduos com psicopatia em identificar emoções, variando em um tempo de 200 milissegundos para 500 milissegundos (VASCONCELLOS et al. 2017). Os resultados são condizentes com os estudos neuropsicológicos, já que as estruturas subcorticais que se mostram disfuncionais na psicopatia são exatamente aquelas que viabilizam um processamento mais rápido, porém, não ponderado, das informações sociais (LEDOUX, 1996).

Dessa forma, os estudos explicam como as estratégias de manipulação nas interações interpessoais coexistem com determinadas deficiências de processamento. Pessoas com o transtorno de personalidade, influenciado por fatores biológicos e sociais, são capazes de atuar sobre as emoções alheias por meio da manipulação eficaz, das mentiras deliberadas e do charme superficial. A partir disso, a seguir, busca-se pensar sobre a psicopatia em relação ao gênero.

2.2 PSICOPATIA EM RELAÇÃO AO GÊNERO

A psicopatia apresenta distinções em se tratando de gênero, como incidência, curso, comportamento e idade de manifestação. No sexo feminino, os sintomas começam a aparecer no período da pré-puberdade. Já, no sexo masculino, aparece antes dessa fase (KAPLAN; SADOCK; GREBB, 2003). A prevalência da psicopatia é menor em mulheres, quando comparada aos homens. Menos da metade das mulheres são diagnosticadas, sendo sugerido que os poucos diagnósticos têm relação com o sexismo no ambiente clínico (DOLAN; VOLLM, 2009).

Com estudo de Grann (2000), foi afirmado que, apesar das diferenças relacionadas as características comportamentais, o grau de intensidade do transtorno não apresenta variações significativas. Estudos indicam que mulheres psicopatas apresentam comportamentos violentos menos frequentemente, mas maiores índices de transtorno de personalidade borderline, comportamento sexual promíscuo, como

prostituição, e abuso de substâncias (DOLAN; VOLLM, 2009). Já, no gênero masculino, faz-se presente a insensibilidade, falta de empatia e a delinquência juvenil. Traços comuns entre os dois são: insensibilidade, violência, emoções superficiais e ausência de culpa (GOMES; ALMEIDA, 2010).

As principais diferenças revelam-se na forma e na severidade da violência cometida pelos psicopatas. Mulheres apresentam menores índices de crimes violentos de forma geral e isso se dá pelo fato de homens terem maior insensibilidade emocional que as mulheres (WARREN et.al.2003). Assim, busca-se refletir, na sequência, sobre o perfil dos psicopatas.

2.3 O PERFIL PSICOPATA

A classificação de transtornos mentais e de comportamento, em sua décima revisão (CID-10), descreve o transtorno específico de personalidade como uma perturbação grave da constituição caracterológica e das tendências comportamentais do indivíduo. Os transtornos de personalidade (TP) não são propriamente doenças, mas anomalias do desenvolvimento psíquico, sendo considerados como perturbação da saúde mental. Esses transtornos envolvem a desarmonia da afetividade e da excitabilidade com integração deficitária dos impulsos, das atitudes e das condutas, manifestando-se no relacionamento interpessoal. As personalidades psicopáticas, nascem, vivem e morrem psicopatas, não há cura para esses indivíduos pois desde criança demonstram características de um futuro antissocial, como desrespeitos às regras, frieza, mentiras rotineiras, vandalismo e violência.

Conforme Barbosa, eles usam desse atrativo para seduzir suas vítimas, não economizam charme, usam e abusam de termos técnicos, demonstrando alto conhecimento em todas as áreas, como literatura, sociologia, medicina, administração, dentre outras (BARBOSA, 2008).

Dentre os traços psicopáticos se destacam o Egocentrismo e a megalomania (reconhecem apenas as suas próprias regras), mentiras, trapaças e manipulação (sendo a mentira usada como orgulho), ausência de empatia, de sentimento de culpa e falta de responsabilidade. Para os psicopatas, obrigações e compromissos não significam absolutamente nada. A sua incapacidade de serem responsáveis e confiáveis se estendem para todas as áreas de suas vidas. No trabalho, apresentam

desempenho errático, com faltas frequentes, uso indevido dos recursos da empresa e violação da política da companhia. Nas relações interpessoais, não honram compromissos formais ou implícitos com as outras pessoas.

De acordo com Cleckley, os laços entre familiares não existem, se houver interesse próprio podem simular um sentimento, mas o que realmente sentem é a possessividade à respeito de seus parceiros e até mesmo os próprios filhos, se não, podem se casar apenas como um disfarce social. O homossexualismo raramente é encontrado, ao menos enquanto a única forma de orientação sexual. De modo geral, as relações sexuais que podem ser de vários tipos, são impessoais e não implicam relacionamentos afetivos duradouros (CLECKLEY, 1976). Segundo Ana Beatriz Barbosa Silva, jamais deixarão de apresentar comportamentos antissociais; o que pode mudar é a forma de exercer suas atividades ilegais durante a vida (roubos, golpes, desvio de verba, estupro, sequestro, assassinatos, dentre outros). Em sabendo disso, apresenta-se, na sequência, os limites entre a psicopatia e a sociopatia.

3 PSICOPATIA E SOCIOPATIA

Para Fernandes, os termos psicopatia e sociopatia definem um indivíduo com personalidade antissocial que pode ter sido causada por uma relação entre fatores genéticos, biológicos, fisiológicos e fatores ambientais, entretanto, alguns autores diferenciam esses conceitos. O autor também fala que, por meio de estudos feitos, é possível observar que a psicopatia se origina por fatores genéticos, enquanto a sociopatia se origina por fatores socioambientais. Desse modo, a sociopatia seria algo resultante de fatores sociais negativos ou desfavoráveis ocorridos em um contexto ambiental do indivíduo, que seriam: maus tratos, negligência parental, delinquência, pobreza (FERNANDES, 2018). De acordo com Rabello, sociopatas tendem a ser menos estáveis emocionalmente, com isso, seus crimes são impulsivos, o que irá resultar em mais pistas deixadas por causa da falta de planejamento. Já os psicopatas, que atuam de maneira mais teatral, planejam detalhadamente os seus crimes, com cuidado para não deixar pistas (RABELLO, 2015).

3.1 SUBDIVISÕES DA PSICOPATIA

Segundo Silva, a psicopatia pode ser dividida em 3 graus: leve, moderado e grave. A Psicopatia de grau leve trata de psicopatas que não vão chegar a cometer algum crime violento, são a maior parte dos portadores do transtorno e, com isso, são difíceis de ser diagnosticados, fazendo parte do nosso convívio, porém podem manipular por meio da inteligência que tem suas mentiras e sedução. Já a Psicopatia de grau moderado, refere-se ao aumento de golpes e trapaças pelo indivíduo com o transtorno, podendo causar danos financeiros e em maior número de vítimas. Neste grau, os indivíduos apresentam sintomas de depressão, ansiedade e enjoam de maneira repentina das coisas, o que leva a eles sempre buscarem novas atividades.

Na psicopatia grau grave, o indivíduo atua como um perigo para a sociedade em que vive, pois, seus comportamentos vão comprometer a integridade física da vítima, em muitos dos casos tirando sua vida de maneira fria e planejada. O prazer deles de mentir, torturar e matar é incontrolável (SILVA, 2017).

Gonçalves (2007) afirma que todos os psicopatas tem o direito ao seu tratamento, porém, este deve ser focal e não abrangente, pois não é necessário mudar a personalidade destes indivíduos e, sim, um traço dela. Para tanto, a seguir, apresenta-se algumas considerações finais a respeito da revisão bibliográfica apresentada sobre este tema tão pertinente para a sociedade.

CONCLUSÃO

O objetivo geral desta pesquisa foi desenvolver um mote informacional e extrair conhecimentos a partir de artigos disponíveis, além da contextualização histórica embasada em teorias conhecidas, como a psicanálise freudiana e a forma de atuação comportamental de indivíduos que apresentam psicopatia. Nesse sentido, foi realizada uma revisão de amplas áreas de conhecimento, como a neurociência e a psiquiatria e seu entendimento à respeito da conduta psicopática. Buscou-se fazer uma leitura abrangente sobre a temática a partir de pesquisas já consolidadas.

Portanto, o que se pode concluir a partir dos capítulos apresentados é que o psicopatismo se influencia, exuberadamente, pela fisionomia cerebral, que acompanha o portador desde a prole e impede a existência, até a atualidade, de

qualquer possibilidade de cura, mas, sim, somente de tratamentos. Os “perversos”, como se refere Freud, são pessoas antissociais, incapazes de sentir algo por outras pessoas ou grupo e possuem a capacidade de convencer e manipular seus interlocutores, apesar de serem processadores deficitários. Além disso, é comprovado que o nível de inteligência dessas pessoas é superior à maioria das pessoas.

A partir disso, percebe-se um distanciamento da realidade psicótica à visão midiática que, muitas vezes, romantiza o ser psicopata e o rotula à doenças mentais, fato desmentido ao longo da pesquisa, ressignificando décadas de pesquisas neurológicas e psíquicas. Dessa forma, a pesquisa desenvolvida atende as expectativas, gerando resultados satisfatórios e permitindo a exposição da realidade histórica de estudos aprofundados comparando-a com realidades tanto atuais, quanto de época, simplificando este assunto limitado socialmente e desmitificando diversas teorias de senso comum equivocadas.

REFERÊNCIAS

DAVOGLIO, T. R. et al. **Medida Interpessoal de Psicopatia (IM-P):** estudo preliminar no contexto brasileiro. Trends in Psychiatry and Psychotherapy, v. 33, n. 3, p. 147–155, 2011. Detentos: um estudo correlacional. Aval. psicol., Itatiba, v. 11, n. 2, p. 239-245, ago. 2012

FREITAS, Jordan. **A Psicopatia a partir da Psicanálise:** desmitificando a visão da Mídia. Mneme – Revista de Humanidades: ISSN, 2016.

Freud, S. (2007). **A Propósito de um Caso de Neurosis Obsesiva.** In Obras completas. 3. ed., Vol. 10. Buenos Aires: Amorrortu. (Originalmente publicado em 1909).

GAZY, Andraus. **Evolução do Cérebro e da Mente.** Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-13112008-182154/publico/5Capitul2bevolcereb.pdf>>. Acesso em: 8 out. 2022.

GOMES, Cema Cardona; ALMEIDA, Rosa Maria Martins de. **Psicopatia em Homens e Mulheres.** Arq. bras. Psicol. Rio de Janeiro, v. 62, n. 1, p. 13-21, abr. 2010.

HAUCK FILHO, Nelson; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira; DIAS, Ana Cristina Garcia. **Psicopatia:** o construto e sua avaliação. Aval. Psicol. Porto Alegre, v. 8, n. 3, p. 337-346, dez. 2009.

LOUREIRO, Jordana Tavares Bezerra. **O Comportamento Psicopata a Luz da**

Neurociência. Unifametro, 2019. Disponível em:
<<http://repositorio.unifametro.edu.br/bitstream/123456789/88/1/JORDANA%20TAVARES%20BEZERRA%20LOUREIRO.pdf>>. Acesso em: 9 de out. de 2022.

NUNES, Laura M. - **Crime** - psicopatia, sociopatia e personalidade antissocial. Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa. ISSN 1646-0502. 6 (2009) 152-161.

OLIVEIRA LOBO, Caroline. **Neurociência e Psicanálise** – Trabalhos Acadêmicos – Apresentação. São Paulo, 2021.

PORTER, S. et al. **Would I lie to you?** “leakage” in deceptive facial expressions relates to psychopathy and emotional intelligence. *Personality and Individual Differences*, v. 51, n. 2, p. 133–137, jul. 2011.

SADOCK, B. J.; SADOCK, V. A.; RUIZ, P. **Compêndio de Psiquiatria** – 11. ed. [s.l.] Artmed Editora, 2016.

SALVADOR-SILVA, Roberta et al. **Psicopatia e Comportamentos Interpessoais Detentos:** um estudo correlacional. *Aval. psicol.* vol.11 no.2 Itatiba abr./jun. 2012. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712012000200009>. Acesso em: 14 out. 2022.

VASCONCELLOS, S. J. L. et al. **A Cognição Social dos Psicopatas:** achados científicos recentes. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, v. 34, p. 151–159, 2017.

IMPACTO DO DIAGNOSTICO DO AUTISMO NOS PAIS: PERCEPÇÃO E SENTIMENTOS

Andressa Da Ronch¹
Flávia Michelle Pereira Albuquerque²
Paulo Roberto Mix³

RESUMO

O diagnóstico Transtorno Espectro Autista (TEA) é um momento que envolve várias emoções e sentimento nos pais, podendo ser um caminho longo, mas quanto antes iniciado menos comprometimento de interação social e dificuldade de comunicação essa criança terá. Este estudo tem como questão norteadora o sentimento dos pais diante do diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA). Tendo como objetivo compreender como foi o processo de elaboração do diagnóstico do TEA por parte dos pais; identificar os sentimentos dos pais frente ao diagnóstico de TEA; Investigar as dificuldades dos pais frente ao diagnóstico de TEA Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo e exploratório, sendo utilizada metodologia de pesquisa entrevista. Este estudo será realizado no município de Santa Rosa no rio Grande do Sul, com pais de crianças autista de até doze anos, que estejam em tratamento no CER II de Santa Rosa.

Palavras-chave: Autismo; TEA; Pais; Sentimentos.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA), mais conhecido como autismo, caracteriza-se pelo comprometimento de interação social e dificuldade de comunicação. Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS, 2022), estima-se que, em todo o mundo, uma em cada 160 crianças tem transtorno do espectro autista, acometendo mais meninos do que meninas.

Nos Estados Unidos há uma em cada 44 crianças aos 8 anos de idade sendo diagnosticada com TEA (MAENNER et al, 2021). Já no Brasil, estima-se que a cada 10.000 habitantes se tem 27,2 casos de autismo. (PINTO et al, 2016).

O autismo já foi definido como fenômeno raro, mas atualmente é considerado algo normal pelas altas taxas de incidência. Foi através do psiquiatra austríaco Leo Kanner e do pediatra austríaco Hans Asperger, que o autismo pode ser conhecido

¹ Acadêmica do Curso de Enfermagem. Faculdades Integradas Machado de Assis/FEMA.

² Professora Orientadora. Curso de Enfermagem. Faculdades Integradas Machado de Assis/FEMA.

³ Professor Co-Orientador. Curso de Enfermagem. Faculdades Integradas Machado de Assis/FEMA.

através da publicação de um estudo realizado em 1944, podendo assim auxiliar os médicos nos diagnósticos (DIAS, 2015). Apesar das pesquisas, ainda não se tem uma causa concreta para o autismo, mas as evidências científicas mostram que a idade avançada dos pais, fatores genéticos, baixo peso ao nascer e exposição fetal ao ácido valpróico podem ser algumas das causas (HOFZMANN et al, 2019).

Diante disso, o processo de diagnóstico não tem uma causa biológica ou exame que possa ser feito, o que dificulta, podendo assim não ser exato ou haver uma mistura entre um diagnóstico de psicose e diagnóstico de autismo (SANTOS, LEMOS, 2020). É durante a primeira infância que podem surgir os primeiros sintomas, mais especificamente até os 3 anos de idade. Segundo Silva et al. (2020), estes sintomas são identificados a partir do segundo ano de vida, entre 1 a 2 anos de idade, onde dependerá da gravidade no atraso do desenvolvimento, podendo ser visualizado antes dos 12 meses ou só a partir dos 24 meses.

Na grande maioria dos casos, os pais percebem um retardo no desenvolvimento de seus filhos, desvio no olhar, pouca comunicação movimento repetitivos com as mãos, alguns pais podem até achar que seja normal ou do momento, mas eles devem ter consciência de procurar avaliação médica uma vez que, o quanto antes houver uma intervenção e um diagnóstico, mais cedo se reduzem os sintomas do TEA (HOFZMANN, et al 2019).

Para comprovação do diagnóstico a criança passará por uma equipe multiprofissional onde serão usados alguns critérios, dentre os quais: interação comportamental e social, interesse fixo e restritivo e déficit na comunicação. Acredita-se que as altas taxas de autismo se dão devido à iniciação escolar precoce onde os sinais podem ser vistos pelos professores chamando atenção dos mesmos como falta de interação social e verbal (ROSA et al, 2019).

Após o diagnóstico a família passa por um momento delicado, uma mistura de sentimentos frente ao diagnóstico do TEA, como: negação, culpa, luto, causando uma barreira que pode dificultar o tratamento e o devido acompanhamento e estimulação. Nesse momento de múltiplas dúvidas surge a importância do papel dos profissionais de saúde, os quais podem informar sobre o que é o Transtorno do Espectro Autista, o que poderá desencadear uma crise e como eles deverão agir (PINTO et al, 2016). Atualmente os pais contam com uma rede de apoio psicossocial para que se

mantenham fortes, e assim capazes de enfrentar este momento de estresse devido a sobrecarga (MISQUIATTI et al, 2015).

Para acompanhamento e reabilitação do TEA contamos com a disponibilidade de um acompanhamento multidisciplinar composta por médicos, enfermeiros, psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, educador físico entre outros, para assim atender as necessidades para a devida reabilitação da pessoa com autismo. Para a criança é muito importante que ela tenha seu diagnóstico, mas para os pais é o começo de uma nova vida, uma caminhada repleta de desafios e perguntas preocupação de como a sociedade vai julgar causando um sofrimento desnecessário (PINTO et al, 2016).

Os pais e familiares têm papel fundamental para o bom andamento do tratamento de seu filho, os tratamentos e terapias prescritos pelo médico devem ser seguidos, apesar de não se ter uma cura, o tratamento poderá diminuir os sinais e sintomas mais exacerbados. O apoio familiar, a interação entre a família, união entre todos, fará com que o autista se sinta seguro podendo confiar na família, fará com que as crises diminuam e assim ele possa levar uma vida praticamente normal. É necessário que os pais não superprotejam o autista que não tente escondê-los do mundo, e do preconceito da sociedade (BRASIL, 2020).

A enfermagem tem papel fundamental no acompanhamento a esta família, prestando uma assistência humanizada, respeitando sua singularidade compreendendo os sentimentos envolvidos e não somente disponibilizando tratamento. Promover a família momentos de reflexão, encorajamento e diálogo sobre esta etapa tende a diminuir a tensão e os sentimentos envolvidos (PINTO et al, 2016).

Diante disso, surge a seguinte questão de pesquisa: Qual o sentimento dos pais diante do diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA)?

1 JUSTIFICATIVA

O autismo não possui faces, muito menos classe social, raça ou credo. Para Mello (2007), acredita-se que a origem do autismo esteja em anormalidades em alguma parte do cérebro ainda não definida de forma conclusiva e, provavelmente, de origem genética.

Os prejuízos e impactos advindos de um diagnóstico tardio são grandes. Diante disso, foi criada a Lei 13.438 que entrou em vigor no ano de 2017 onde todas as crianças nos primeiros 18 meses de vida deverão passar por uma consulta pediátrica, para assim identificar possibilidades de desenvolvimento de transtornos mentais e intelectuais. Sendo totalmente gratuita, disponibilizada pelo Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 2017a).

Dado da Secretaria de Saúde do Rio Grande do Sul (BRASIL, 2020) estima que existam cerca de 2 milhões autistas em todo Brasil, sendo 200 mil delas no Rio Grande do Sul tornando-se um problema de saúde pública necessitando de mais intervenções para estas crianças e seus familiares. O autismo é uma patologia que não afeta somente a criança, mas sim todos os que estão a sua volta, principalmente os pais, o que justifica um olhar atento a fim de minimizar alguns sentimentos envolvidos (BRASIL, 2020).

Muitas famílias ainda não conseguem compreender que seus filhos podem sim ter uma vida normal tendo autismo e assim tentam de tudo para que eles se recuperem gastando dinheiro e tempo tentando “encaixar” seu filho nos padrões propostos pela sociedade para uma criança. Neste momento, terapias são necessárias para melhoria de comportamentos e sintomas inadequados do autismo, mas elas não são para sempre, crianças podem viver com autismo de forma independente (BRASIL, 2015).

Cuidar de uma criança autista pode tornar-se uma rotina desgastante quando os pais não dividem as tarefas causando assim uma carga de tensão, gerando conflito entre os pais, pois na maioria dos casos é a mãe quem acaba tendo que abandonar sua profissão, perdendo aspectos da sua própria vida para cuidar de seu filho (MISQUIATTI et al, 2015).

A criação de leis que possam assegurar o direito dos autistas e apoio a seus familiares se faz necessário. Atualmente temos a Lei N/ 12.764 criada por Berenice Piana e sancionada em 2012, onde pessoa diagnosticada com transtorno de espectro autista é considerada deficiente tendo assim assegurado direito, tratamento, terapias e medicamento pelo Sistema Único de Saúde; o acesso à educação e à proteção social; ao trabalho e a serviços que propiciem a igualdade de oportunidades (BRASIL, 2012, SILVA, FURTADO, 2019).

A relevância deste tema está nas contribuições que fornecerá aos pais e profissionais da saúde. Atualmente existem estudos sobre Transtorno de Espectro

Autista (TEA), mas ainda alguns incipientes, causando assim pouco conhecimento o que dificulta os profissionais da saúde o entendimento sobre diagnóstico e tratamento. Entendendo que o transtorno do espectro autista traz aos pais muitas incertezas sobre o futuro de seu filho, além de ser uma mistura de sentimentos e dúvidas que precisam ser sanadas ao longo do processo diagnóstico e tratamento para que esses pais possam ser apoio necessário para o bom desenvolvimento do seu filho.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

- Identificar a elaboração¹ do diagnóstico do TEA por parte dos pais.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Investigar as dificuldades dos pais frente ao diagnóstico de TEA.
- Identificar os caminhos para o diagnóstico da criança com TEA nos serviços de saúde.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 AUTISMO E O CÉREBRO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) apresenta-se clinicamente de várias formas, estudos comprovam sua relação com uma disfunção cerebral, afetando assim 3 partes importantes do cérebro, sendo o Cerebelo, Sistema Límbico, Hipocampo. O cerebelo é responsável pelo tônus muscular, equilíbrio e funções cognitivas. O sistema Límbico parte responsável por sentimentos e emoções, comportamento social, região constituída por neurônios. O hipocampo é uma estrutura localizada nos lobos frontais, responsável pela aprendizagem e memória (BRASIL, 2017a).

1 A elaboração psíquica é, assim, num sentido lato, a assimilação dos acontecimentos internos e externos ao sujeito. Elaborar para a psicanálise se refere a uma capacidade de estabelecer uma ligação, ou seja, transformar uma energia livre em uma energia ligada, própria de um adulto com ego equilibrado e capaz de pensar sobre coisas.

Por volta dos anos noventa, o autismo era tratado com algo anormal pelos poucos casos, mas diante dos estudos, se pode compreender que era uma consequência da falta de conhecimento e pesquisas sobre o mesmo. Recentemente, tem-se um aumento no número de casos, chegando a acometer uma em cada 158 crianças, essa alta número de casos se dá devido à evolução tecnológica que disponibiliza aos médicos muito mais ferramentas para diagnosticar o autismo (KIQUIO, GOMES, 2018).

Atualmente contamos com a tecnologia a nosso favor para que assim o diagnóstico possa ocorrer de forma rápida. Através de exames de imagem como a tomografias os médicos podem detectar a presença de más formações nestas partes do cérebro e assim pode começar o tratamento mais rápido (ZILBOVICIUS, MERESSE, BODDAER, 2006).

Antes mesmo de podermos usar exames de imagens para auxiliar na detecção do autismo são usados critérios clínicos como observação de dificuldades no comportamento social, na comunicação, comportamentos repetitivos e estereotípias (SILVA, MULICK, 2009).

O CID 11 é a lista de critérios para diagnóstico de autismo utilizada atualmente, sendo estes critérios subdivididos em 3 categorias: 1. Comprometimento qualitativo da intervenção social; 2. Comprometimento qualitativo da comunicação; 3. Padrões restritos e respectivos comportamentos e atividades. Para o diagnóstico de autismo é necessário que a criança apresente pelo menos 6 critérios listados pelo CID-10 nestas 3 categorias (SILVA, MULICK, 2009).

O autismo pode ser classificado em 3 graus de comprometimento, no grau um a criança apresenta sintoma mais leves sendo eles repetição, sente-se desconfortável com mudanças em seu dia a dia, comunicação social. Já no grau dois a criança não troca olhares, é muito difícil expressar emoções e gosta de manter sua rotina. No grau 3 ele se torna mais severo trazendo mais consequências para a criança, dentre elas grande dificuldade na comunicação e interação social, estas crianças necessitam de um tempo maior de tratamento e readequação para que possa seguir uma vida normal. (DSM-V, 2014).

Estudos mostram que seu início se dá antes de 36 meses de vida e poderá ser visto a partir de alguns sintomas que poderão variar de leves a severos sendo uma condição de saúde caracterizada por déficit na comunicação social (socialização e

comunicação verbal e não verbal) e comportamento (interesse restrito ou hiperfoco e movimentos repetitivos) (KLIN, 2006).

Apesar dos avanços e estudos para um diagnóstico precoce em alguns países, eles ainda demoram mais do que o recomendado. Nos Estados Unidos da América (EUA) o diagnóstico do transtorno costuma ocorrer antes dos 3 anos de idade, no Brasil, ele costuma ser identificado geralmente entre os 5 e 7 anos da criança. Esta dificuldade se dá por não se ter uma etiologia precisa, o que causa um atraso no diagnóstico, podendo trazer consequências graves à saúde da criança (SILVA, MULICK, 2009).

O autismo acomete mais meninos - sua prevalência é quatro vezes maior em relação às meninas - mas apesar da grande diferença quando diagnosticado em meninas ele se apresenta de uma forma muito mais agressiva, causando danos maiores a sua comunicação social e aprendizado (SILVA et al, 2020). É fato que, atualmente, o autismo não tem cura, entretanto, o tratamento precoce possui grande importância para amenizar os sinais e sintomas, além de possibilitar reabilitação intelectual e reinserção social aos sujeitos.

3.2 AUTISMO: SINAIS E SINTOMAS

TEA é uma síndrome comportamental que compromete o desenvolvimento motor e o neurodesenvolvimento, gerando dificuldades de linguagem, cognição e nas relações sociais na infância. Estudos ainda não reconhecem a origem do TEA, entretanto, atualmente considera-se esse transtorno como tendo origem multicausal que envolve fatores genéticos, neurológicos e sociais (PINTO et al, 2016).

A criança com TEA apresenta prejuízos e dificuldades na tríade: comunicação verbal e não verbal; interatividade social; restrição do seu ciclo de atividades e interesses. O autismo também pode se apresentar através de movimentos estereotipados e maneirismos, bem como padrão de inteligência variável e temperamento extremamente lábil (ZILBOVICIUS, MERESSE, BODDAER 2006).

Já na primeira infância os sinais e sintomas característicos do autismo são evidentes, como a falta de interação social, algumas crianças apresentam platôs ou regressão no desenvolvimento, com deterioração gradual ou rápida dos comportamentos sociais ou uso da linguagem, nos dois primeiros anos de vida. Esses

sinais e sintomas são raros em outros transtornos e deve ser observado como alerta para o TEA. Outras perdas de habilidades, como perda do autocuidado, controle esfinteriano, podem acontecer e necessitam investigação (DSM-V, 2014).

Junto com a falta de interesse social ou as interações sociais incomuns e o atraso na linguagem aparece também sinais e sintomas incomuns, como pegar na pessoa pela mão sem olhar para ela, brincadeiras com padrões incomuns, comportamentos repetitivos e restritivos, brincadeiras atípicas para a idade, comunicação inusitada, como por exemplo, reconhecer todo o alfabeto, mas não responder ao próprio nome (DSM-V, 2014).

Segundo o DSM-V o TEA não é um transtorno degenerativo, sendo comum que aprendizagem e compensação permaneçam ao longo da vida, entretanto os sinais e sintomas são frequentes e perceptíveis logo na primeira infância e nos primeiros anos da vida escolar, podendo haver ganhos no desenvolvimento pelo menos em certas áreas (p. ex., aumento no interesse por interações sociais) ao final da infância (DSM-V, 2014). Uma pequena parte dos autistas na adolescência vai ter deterioração comportamental, pequena minoria na vida adulta irá trabalhar e viver de forma independente sendo que os que o fazem tem, geralmente, linguagem e capacidades intelectuais superiores. Entretanto, mesmo esses adultos que conseguem encontrar interesses e habilidades que os permitam estar inseridos no meio laboral e social, continuam vulneráveis e ingênuos e podem ainda ter dificuldades de organizar as demandas do dia a dia de forma prática o que pode gerar ansiedade e depressão (DSM-V, 2014).

São itens para o transtorno do espectro autista conforme o DSM-V (2014, p. 50):

A. Déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, conforme manifestado pelo que segue, atualmente ou por história prévia (os exemplos são apenas ilustrativos, e não exaustivos;

1. Déficits na reciprocidade sócio emocional, variando, por exemplo, de abordagem social anormal e dificuldade para estabelecer uma conversa normal a compartilhamento reduzido de interesses, emoções ou afeto, a dificuldade para iniciar ou responder a interações sociais.

2. Déficits nos comportamentos comunicativos não verbais usados para interação social, variando, por exemplo, de comunicação verbal e não verbal pouco integrada a anormalidade no contato visual e linguagem corporal ou déficits na compreensão e uso gestos, a ausência total de expressões faciais e comunicação não verbal.

3. Déficits para desenvolver, manter e compreender relacionamentos, variando, por exemplo, de dificuldade em ajustar o comportamento para se adequar a contextos sociais diversos a dificuldade

em compartilhar brincadeiras imaginativas ou em fazer amigos, a ausência de interesse por pares. Especificar a gravidade atual: A gravidade baseia-se em prejuízos na comunicação social e em padrões de comportamento restritos e repetitivos.

B. Padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades, conforme manifestado por pelo menos dois dos seguintes, atualmente ou por história prévia.

1. Movimentos motores, uso de objetos ou fala estereotipados ou repetitivos (p. ex., estereotípias motoras simples, alinhar brinquedos ou girar objetos, ecolalia, frases idiossincráticas).

2. Insistência nas mesmas coisas, adesão inflexível a rotinas ou padrões ritualizados de comportamento verbal ou não verbal (p. ex., sofrimento extremo em relação a pequenas mudanças, dificuldades com transições, padrões rígidos de pensamento, rituais de saudação, necessidade de fazer o mesmo caminho ou ingerir os mesmos alimentos diariamente).

3. Interesses fixos e altamente restritos que são anormais em intensidade ou foco (p. ex., forte apego a ou preocupação com objetos incomuns, interesses excessivamente circunscritos ou perseverativos).

4. Hiper ou hipo reatividade a estímulos sensoriais ou interesse incomum por aspectos sensoriais do ambiente (p. ex., indiferença aparente a dor/temperatura, reação contrária a sons ou texturas específicas, cheirar ou tocar objetos de forma excessiva, fascinação visual por luzes ou movimento). Especificar a gravidade atual: A gravidade baseia-se em prejuízos na comunicação social e em padrões restritos ou repetitivos de comportamento.

C. Os sintomas devem estar presentes precocemente no período do desenvolvimento (mas podem não se tornar plenamente manifestos até que as demandas sociais excedam as capacidades limitadas ou podem ser mascarados por estratégias aprendidas mais tarde na vida).

D. Os sintomas causam prejuízo clinicamente significativo no funcionamento social, profissional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo no presente.

Segundo o DSM-V (2014, p. 53):

As características essenciais do transtorno do espectro autista são prejuízo persistente na comunicação social recíproca e na interação social (Critério A) e padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades (Critério B). Esses sintomas estão presentes desde o início da infância e limitam ou prejudicam o funcionamento diário (Critérios C e D). O estágio em que o prejuízo funcional fica evidente irá variar de acordo com características do indivíduo e seu ambiente.

As possíveis causas para o aumento da prevalência desta síndrome relacionam-se a aspectos diversos, os quais incluem as alterações nos critérios de diagnósticos, maior conhecimento dos pais e sociedade acerca da ocorrência de manifestações clínicas e o desenvolvimento de serviços especializados em TEA. O reconhecimento da sintomatologia manifestada pela criança com autismo é extremamente fundamental para a obtenção do diagnóstico precoce. Comumente, as manifestações clínicas são identificadas por pais, cuidadores e familiares que experienciam padrões de comportamentos característicos do autismo, tendo em vista

as necessidades singulares dessas crianças. Os sinais possuem expressividade variável e geralmente iniciam-se antes dos três anos de idade (PINTO et al, 2016).

3.3 AUTISMO: SENTIMENTOS DOS PAIS

A criança com TEA apresenta uma tríade singular, que se caracteriza pela dificuldade e prejuízos qualitativos da comunicação verbal e não verbal, na interatividade social e na restrição do seu ciclo de atividades e interesses. Neste transtorno, podem também fazer parte da sintomatologia movimentos estereotipados e maneirismos, assim como padrão de inteligência variável e temperamento extremamente lábil. Entretanto, é uma situação que desencadeia alterações na vida familiar devido às necessidades de acompanhamento da criança para seu desenvolvimento. O diagnóstico de uma doença crônica no âmbito familiar, especialmente em se tratando de crianças, constitui uma situação de impacto, podendo repercutir na mudança da rotina diária, na readaptação de papéis e ocasionando efeitos diversos no âmbito ocupacional, financeiro e das relações familiares. Frente ao momento de revelação da doença ou síndrome crônica, a exemplo do TEA, a família comumente perpassa por uma sequência de estágios, a saber: impacto, negação, luto, enfoque externo e encerramento, às quais estão associadas a sentimentos difíceis e conflituosos (PINTO et al, 2016).

Muitos pais tendem a idealizar o filho perfeito, criando expectativas de que eles irão se tornar o que os pais idealizaram ser, mas por algum motivo não conseguiram. Diante do diagnóstico de uma doença como o autismo junto dele vem uma mistura de sentimentos e incerteza, angústia, preocupação onde eu errei, porque com o meu filho, como a sociedade vai vê-lo, alguns acabam não aceitando o diagnóstico o que poderá causar mais sofrimento a criança e os pais (ZANATTA et al, 2014).

O momento da revelação diagnóstica do autismo é um momento muito complicado, para a família, bem como para os profissionais de saúde responsáveis por essa tarefa. O ambiente físico também se apresenta como um desafio e pode interferir positivamente ou não para a minimização do sofrimento familiar. Ressalta-se a importância de apoio de uma equipe multiprofissional que possa servir de apoio técnico e emocional, que consiga suprir os questionamentos, assim como as

angústias e as necessidades dos familiares que estão vivenciando este momento do diagnóstico (PINTO et al, 2016).

Nesse contexto, é de extrema importância planejar a forma de como poderá ser revelado esse diagnóstico para a família procurando expressões que facilitem o entendimento por parte da família, buscando facilitar a aceitação desta, a fim de estabelecer estratégias para enfrentar o problema da criança (PINTO et al, 2016). Diante disso é importante que os pais busquem saber o que é o autismo, esta condição que afeta inúmeras crianças, mas que existe tratamento e se realizado corretamente a criança poderá levar uma vida normalmente dentro de suas realidades (ZANATTA et al, 2014).

O diagnóstico de autismo interfere nas emoções da família, todas as atividades do dia a dia que pareciam fáceis precisam ser repensadas, é necessário que a família viva junto com a criança esta condição compartilhando cada passo dado e comemorando as vitórias diárias. A família terá de aprender a viver dentro das limitações de seu filho (SPROVIERI, ASSUMPÇÃO, 2001). Este novo momento de mudanças pode causar estresse abalando muito a família, mas para o bom andamento do tratamento cabe a família se adaptar a essa nova rotina, ser pai e mãe é encarar esta situação de cabeça erguida com coragem para enfrentar essa nova etapa, pois disso também depende a melhora. Por isso é muito importante que seja disponibilizado acompanhamento psicológico a esta família, pois a maneira como ela irá encarar o autismo influenciará muito na melhora dos sintomas e comportamentos de seu filho (KIKUIO, GOMES, 2018).

É necessário que a família compreenda como a criança com autismo pensa, faz sua organização mental e a melhor forma de compreensão para assim facilitar a comunicação entre todos. Ter uma rotina e fazer com que ela seja seguida por todos facilitará o dia a dia da criança, saibam tudo que acontecerá ao longo do seu dia os auxilia para que não aconteça uma crise (SILVA et al, 2020).

As mães desempenham um papel muito importante, pois na sua grande maioria são as que passam maior parte do tempo com seus filhos, isso causa uma sobrecarga emocional fazendo com que elas sejam as mais afetadas e sofram ainda mais por viverem essa condição junto de seus filhos, mantendo-se forte em momentos de desespero (SILVA et al, 2020).

Pode se tornar um momento difícil a convivência com uma criança autista, mas o autista depende muito das pessoas que estão ao seu redor e de como será prestado o cuidado a ela, diante disso os resultados do tratamento serão positivos ou negativos. O autista não consegue diferenciar a realidade de metáforas, mudanças de locais, pessoas novas, algo que os possa apertar causa desconforto como roupas apertadas, abraços, contato físico somente quando eles sentem-se seguros, por isso a família deve comunicar às pessoas de que essa é a forma dele comunicar-se (RODRIGUES, FONSECA, SILVA, 2008).

O tratamento é longo, mas quando seguido corretamente traz resultados muito bons, cada criança irá reagir de uma forma, por isso é importante que ela se adapte ao tratamento podendo assim levar uma vida normal dentro de suas condições (RODRIGUES, FONSECA, SILVA, 2008). A criança com autismo pode frequentar escola regular, mas necessitam de uma atenção maior por parte dos professores e, por vezes, auxílio de monitores, além do apoio dos pais para que possam evoluir de forma adequada (ROSA et al., 2019).

Vivemos em uma sociedade que faz muitos julgamentos, que não tenta compreender o autismo, esta falta de informação traz as dificuldades na aceitação desta condição, cabe aos profissionais de saúde falarem mais sobre estas condições que afetam inúmeras crianças, somente assim teremos o diagnóstico mais rápido causando menos danos à criança (RODRIGUES, FONSECA, SILVA, 2008).

3.4 SISTEMA DE SAÚDE E TEA

As crianças TEA necessitam de assistência e cuidados, que nestes casos se caracterizam como complementares a cada caso em específico. Para tanto são necessários os atendimentos por profissionais especializados como, psicoterapeutas e fonoaudiólogos, além de muitos outros para que possam receber em todos os seus aspectos o tratamento que se faz necessário tornando o processo mais agradável para todos. Por ser um transtorno sem cura e multifatorial com manifestações comportamentais e déficits diversos, estes profissionais têm o desafio constante de preparar-se quanto à sua formação e ao atendimento não só ao portador de TEA, mas junto à família e as escolas.

3.4.1 Atenção às Pessoas com Tea no Sus

Dentro do Sistema Único de Saúde (SUS) temos redes de cuidado que contemplam o cuidado e assistência a pessoa com TEA, entre elas a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e as linhas de cuidado a pessoa com deficiências (BRASIL, 2011). O objetivo dessas redes de apoio é servir como uma linha de integração sistêmica de ações e serviços de saúde, com provisão de atenção contínua, integral, de qualidade, responsável e humanizada, bem como incrementar o desempenho do sistema em termos de acesso, equidade, eficácia clínica e sanitária, além de eficiência econômica (BRASIL, 2010).

Considerando os processos quanto a conquista dos direitos comuns, o reconhecimento das pessoas com TEA como cidadãos, passa necessariamente pelo reconhecimento das diferenças e especificidades, oferecendo-se a acessibilidade atitudinal e as ajudas técnicas que se fizerem necessárias.

O documento do Ministério da Saúde (MS) “Linha de cuidado para a atenção às pessoas com transtornos do espectro do autismo e suas famílias na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde” determina algumas ações e conceitos que orientarão e servir como um dispositivo fundamental para o acompanhamento na Rede de Atenção Psicossocial, pois consiste na organização dos pontos de atenção de maneira a disponibilizar profissionais ou equipes de referência para o cuidado (BRASIL, 2015a).

3.4.2 Sistema de Saúde de Santa Rosa

O município de Santa Rosa está situado na região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, distante 504 quilômetros da capital do Estado e conta com uma população estimada de 73.882 habitantes (IBGE, 2021). Possui ampla atuação no cenário da saúde brasileira como modelo de organização e gestão em saúde desde a criação da Fundação Municipal de Saúde de Santa Rosa – FUMSSAR, que neste ano de 2021 completa 26 anos de criação e que é um serviço da rede de atenção à saúde

de abrangência macrorregional no Rio Grande do Sul.

A Rede de Cuidados a Saúde da Pessoa com Deficiência, no âmbito do SUS, conta com pontos de atenção à saúde na Atenção Básica, Especializada, Hospitalar, Urgência e Emergência. O componente especializado é composto prioritariamente pelos Centros Especializados em Reabilitação (CER). Estabelecimentos de saúde habilitados em apenas um Serviço de Reabilitação e Oficinas Ortopédicas, os quais deverão estar articulados entre si no Componente da Atenção Especializada em Reabilitação Auditiva, Física, Intelectual, Visual, Ostomia e em Múltiplas Deficiências, bem como, com os demais componentes da Rede de Atenção à Saúde (FUMSSAR, 2021).

Conforme estabelecido na Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, os Centros Especializados em Reabilitação são pontos de atenção ambulatorial especializados em reabilitação que realizam diagnóstico, tratamento, concessão, adaptação e manutenção de tecnologia assistiva, organizados conforme o número de modalidades de reabilitação (auditiva, física, intelectual e visual) (FUMSSAR, 2021). O Centro Especializado em Reabilitação Intelectual e Auditiva - CER II/ FUMSSAR – Santa Rosa, foi habilitado em novembro de 2014 e presta atendimentos em duas modalidades de reabilitação, a saber: auditiva e intelectual (FUMSSAR, 2021).

Na modalidade reabilitação intelectual o CER II realiza atendimento multiprofissional de sujeitos com deficiência intelectual e/ou autistas e usuários que necessitam de estimulação precoce, para o desenvolvimento de habilidades e execução de atividades de vida autônoma, entre as quais se destacam: orientações à família; orientações à escola; reabilitação/habilitação, visando, entre outras, o desenvolvimento de habilidades comunicacionais, de interação social, e de aprendizado (FUMSSAR, 2021). Na modalidade intelectual o CER II divide a demanda com a APAE de Santa Rosa e é referência para o município sede e mais 04 municípios da macrorregião missioneira (FUMSSAR, 2021).

A queixa inicial é verificada pela equipe da Unidade Básica de Saúde que faz a escuta inicial e preenche o formulário de regulação, encaminhando o usuário à FUMSSAR que irá inserir a solicitação no SISREG. A coordenadoria regional de saúde fará a regulação para acesso ao serviço e o usuário aguarda contato para comparecer ao acolhimento multiprofissional no CER II, conforme os critérios da regulação estadual. No acolhimento do usuário ao serviço, no primeiro momento, ouve-se a queixa, permitindo-se que o expresse suas preocupações, angústias, e, ao mesmo tempo, coloca-se os limites necessários, garantindo atenção resolutiva e a articulação com os outros serviços de saúde para a continuidade da assistência quando necessário. Por meio de escuta qualificada oferecida pelos trabalhadores, é possível garantir o acesso oportuno desses usuários a tecnologias adequadas às suas necessidades, ampliando a efetividade das práticas de saúde. A seguir inicia o processo de avaliação multiprofissional que compreende: revisão do histórico médico, observação, testes padronizados e não padronizados, e análise do caso com membros da equipe de reabilitação, a fim de interpretar as informações necessárias para o diagnóstico e intervenção. O diagnóstico se dá a partir da análise dos sinais, sintomas, histórico clínico, exames físicos, complementares e avaliação de funcionalidade (FUMSSAR, 2021).

A Elaboração do plano terapêutico define-se como o estágio final do processo de avaliação, constitui-se numa proposta de programa que reúne metas, objetivos e estratégias de intervenção embasadas na prioridade do usuário. A duração estimada do tratamento, bem como a necessidade de articular o tratamento com outros serviços ou pontos de atenção à saúde são definidas neste momento sendo passíveis de reavaliação (FUMSSAR, 2021).

4 METODOLOGIA

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

A investigação científica pretende compreender a realidade e tudo que está ao seu redor. O presente projeto trata-se de um estudo qualitativo, descritivo e

exploratório que vai ao encontro ao objetivo de compreender como foi a elaboração do diagnóstico do TEA por parte dos pais, produzindo conhecimento e discussão sobre essa temática.

A pesquisa qualitativa que se aplica ao estudo e aprofundamento de determinado grupo social suas percepções e opiniões e interpretações acerca de uma patologia. Para compreender os aspectos relacionados à compreensão dos sentimentos dos pais frente ao autismo, o estudo terá o caráter descritivo, pois se direciona a melhor conceber as vivências pessoais (GERHARDT, SILVEIRA, 2009).

Para Sampieri, Collado e Lucio (2013) a abordagem de pesquisa qualitativa tem como foco compreender e aprofundar os fenômenos através da perspectiva dos participantes sobre os fenômenos que os rodeiam, aprofundando suas experiências, seus pontos de vista, opiniões e significados. Trata-se de um estudo que se desenvolve numa situação natural, rico em dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com o tema pesquisado, tendo como preocupação documentar a perspectiva do entrevistado, tendo um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada. Na pesquisa qualitativa, não é o tamanho do grupo que define os procedimentos de construção do conhecimento, mas as exigências de informação quanto ao modelo em construção que a caracterizam (GALLERT et al, 2015).

Quanto aos objetivos, esta pesquisa é descritiva e exploratória, pois visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito e a descrever as características de uma determinada população (pais que têm filhos com diagnóstico de TEA), pois investiga o local onde ocorre o fenômeno mencionado.

O estudo descritivo é um método de descrição de características do que é pesquisado em uma determinada população específica, utilizando o emprego de técnicas padronizadas para coleta de dados a fim de observar, registrar, analisar, classificar e interpretar os fenômenos identificados (MEDEIROS et al, 2012).

O estudo exploratório que visa classificar e descrever fenômenos ainda pouco estudados como patologias onde pouco se sabe ainda. Esse método faz com que os pesquisadores estejam engajados em obter conhecimento e maior familiarização com o assunto (GERHARDT, SILVEIRA, 2009).

A estratégia de pesquisa utilizada tem sua aplicação quando o pesquisador busca uma compreensão extensiva e com mais subjetividade e validade conceitual,

do que propriamente estatística, sobre a visão de determinado tema para os pesquisados, neste caso pais que tem filhos com diagnóstico de TEA. A abordagem qualitativa identifica e analisa dados não mensuráveis, como emoções, sentimentos, percepções, por isso torna-se uma ferramenta valiosa neste estudo.

4.2 LOCAL DO ESTUDO

A presente pesquisa será realizada no município de Santa Rosa no Rio Grande do Sul que possui uma população estimada em 2021 de 73.254 pessoas de acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). Localiza-se na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, fazendo fronteira com o país da Argentina.

Santa Rosa disponibiliza atendimento em diferentes locais conforme o grau de acometimento de TEA, sendo os atendimentos multiprofissionais realizados no CER II, na Associação de pais e amigos dos deficientes auditivos (APADA) e na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).

Conforme estabelecido na Portaria de Consolidação no 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, os Centros Especializados em Reabilitação são pontos de atenção ambulatorial especializados em reabilitação que realizam diagnóstico, tratamento, concessão, adaptação e manutenção de tecnologia assistiva, organizados conforme o número de modalidades de reabilitação (auditiva, física, intelectual e visual) (BRASIL, 2017b). O Centro Especializado em Reabilitação Intelectual e Auditiva - CER II/ FUMSSAR – Santa Rosa, foi habilitado em novembro de 2014 e presta atendimentos em duas modalidades de reabilitação, a saber: auditiva e intelectual. Conta com uma equipe multidisciplinar dividida que atende as duas referências composta por fonoaudióloga, terapeutas ocupacionais, psicólogos, educadora física, assistente social, fisioterapeuta, médicos otorrino e neuropediatra e agente administrativo.

Os serviços disponibilizados pelo CER II são norteados pelo Instrutivo de reabilitação auditiva, física intelectual e visual disponibilizado pelo Ministério da Saúde. Este instrumento norteia o cuidado, a habilitação e a reabilitação destas crianças diagnosticadas com TEA.

4.3 SUJEITOS DO ESTUDO

Os sujeitos do estudo serão pais (mãe ou pai, ou ambos) que tenham filhos diagnosticados com autismo quando crianças e que estejam vinculados ao serviço de reabilitação intelectual CER II Santa Rosa. Segundo ECA é considerado criança até 12 anos de idade (Brasil, 2019). Os participantes serão identificados por nomes fictícios, sendo entrevistados 5 famílias, podendo responder ao questionário pai ou mãe ou ambos.

4.4 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS SUJEITOS DO ESTUDO

Os sujeitos do estudo serão selecionados a partir destes critérios: pessoas de ambos os sexos e maiores de 18 anos; pais de crianças de até 12 anos com diagnóstico de TEA; pais de crianças em atendimento no serviço CER II de Santa Rosa.

4.5 INSTRUMENTO

O instrumento para a coleta de dados será o questionário semiestruturado que foi formulado pela pesquisadora (apêndice A). O questionário conta com 7 perguntas mistas, abertas e fechadas, questões que versarão sobre o tema desta pesquisa de modo a obtermos respostas que atentem e elucidem nosso tema e objetivos de pesquisa. O questionário será aplicado de forma presencial, conforme disponibilidade dos participantes.

4.6 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS

Será realizado um primeiro contato com o serviço CER II de Santa Rosa e assim mostrar o projeto de pesquisa, objetivos, metodologia, riscos e benefícios. Estando este serviço de acordo com o projeto, indicará os pais que atenderem aos critérios de inclusão da pesquisa. O CER II como órgão público de saúde tem o gerenciamento dos usuários do serviço e realizará a indicação de famílias que estão em atendimento no serviço. A instituição de saúde já forneceu documento autorizando a referida pesquisa (anexada a plataforma brasil), bem como, após aprovação pelo

CEP, fornecerá lista com nome e telefone para contato com os usuários. Cabe a cada familiar contatado pela pesquisadora aceitar ou não participar da pesquisa e assinar o TCLE.

Os pais serão contatados pela pesquisadora que explicará sobre a pesquisa, elucidará sobre os objetivos, metodologia, riscos e benefícios. Os mesmos serão convidados a participar, assinarão o TCLE e será agendada entrevista em local indicado por eles. Estima-se que o tempo seja de 1 hora.

A entrevista será gravada em áudio com prévia autorização dos pais em seguida os áudios serão transcritos e analisados. A coleta de dados somente acontecerá após aprovação do projeto de pesquisa pelo CEP, possivelmente tendo início em agosto de 2022.

4.7 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Esta pesquisa respeitará a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que regulamenta pesquisa com seres humanos e será submetida à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa. Os dados dos participantes serão mantidos em sigilo e toda a documentação oriunda da pesquisa será devidamente guardada em local protegido.

As Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos preveem que para a realização de uma pesquisa é imprescindível considerar os seguintes aspectos bioéticos em relação aos riscos e benefícios.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido visa o esclarecimento sobre a participação voluntária e procedimentos pertinentes em caso de desistência, sigilo das informações e o anonimato do participante, dentre outros procedimentos éticos necessários. Serão entregues duas vias, uma fica na posse do participante para que possa entrar em contato caso surgirem dúvidas, e a outra aos cuidados do pesquisador.

Os termos de consentimento livre esclarecido juntamente com a pesquisa, após a assinatura e preenchimento dos participantes, serão depositados em um envelope, permanecendo arquivados e guardados durante o período de 5 anos, juntamente com os demais materiais produzidos neste estudo. Os dados desta pesquisa serão

utilizados apenas para fins científicos, como estudos de caso e artigos científicos. Após o prazo de 5 anos todo o material será eliminado.

A pesquisa respeitará a Resolução CNS nº466/2012 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, como também o Código de Ética Profissional Enfermeiro.

Considerar-se-á os seguintes aspectos éticos:

- Aprovação pelo NEP da FUMSSAR (documento da instituição/serviço de saúde que refere estar de acordo e que se corresponsabiliza pelo fornecimento de informações para esta pesquisa mediante autorização do CEP)
- Aprovação pelo CEP
- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

4.7.1 Riscos da Pesquisa

Esta pesquisa não oferece riscos físicos a seus participantes, entretanto pode ocorrer riscos como: constrangimento durante uma entrevista, quebra de sigilo de informações, risco de dano emocional e risco psíquico, decorrente dos procedimentos de levantamento de dados e entrevistas. Por se tratar de tema que poderia mobilizar questões emocionais nos participantes, se for verificada alguma situação de risco psicossocial, os mesmos serão encaminhados para a Unidade Básica de saúde ou CAPS II do município de Santa Rosa.

4.7.2 Benefícios da Pesquisa

Pretende-se produzir reflexões sobre o conhecimento e participação da família no cuidado e tratamento ao autista, além disso acredita-se que a mesma poderá contribuir para a qualificação do cuidado em saúde, especialmente na Atenção Básica à Saúde, que é a responsável pelo gerenciamento do cuidado visando o cuidado integral de saúde

O Princípio da beneficência torna o pesquisador responsável pelo bem-estar físico, mental e social dos participantes, no que está relacionado ao estudo e, desta forma, os sujeitos que apresentarem alguma alteração comportamental e/ou emocional serão encaminhados para acolhimento na rede municipal de saúde.

Os resultados da pesquisa serão apresentados às instituições participantes desta pesquisa, bem como aos pais/mães/responsáveis se assim desejarem.

Outrossim, os dados, registros e documentos adquiridos e construídos nesta pesquisa ficarão sob a guarda da pesquisadora por cinco anos, que será responsável por manter o sigilo e garantir o anonimato dos participantes.

4.8 ANÁLISE DE DADOS

A pesquisa será realizada a partir de uma investigação analítica e descritiva com abordagem qualitativa e será utilizada para análise dos dados a técnica de Análise de Conteúdo, que possibilitará a compreensão das falas e dos elementos para além do que é comunicado, sempre levando em consideração as respostas dos pesquisados nos questionários. Caregnato e Mutti (2006) explicam que na análise de conteúdo o texto é um meio de expressão do sujeito pesquisado, onde o pesquisador busca categorizar as unidades de texto (palavras ou frases) que se repetem, inferindo uma expressão que as representem.

Se torna cada vez mais necessária à compreensão da realidade através de sua perspectiva histórica e subjetividade que ocupam lugar de reflexão na ciência enquanto processo de construção do conhecimento (GALLERT et al, 2015). Os autores referem ainda que o debate atual indica que o conhecimento sobre o indivíduo deve abarcar o olhar atento sobre as tramas que o envolvem, as formas de expressão do mesmo e sua articulação com o mundo em seu redor.

A Análise de Conteúdo de Bardin (1977) que propõe a análise de dados a partir de categorizações temáticas. A Análise de Conteúdo pode ser compreendida como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (BARDIN, 1977, p. 47).

Usaremos a análise de conteúdo como método de análise, pois a mesma dispõe de um conjunto de técnicas que busca objetivar e dar significado aos dados relatados. Sendo assim temos uma interpretação exposta de forma clara. Apesar de

ser uma forma de análise antiga, ela se estabeleceu muito bem nas pesquisas qualitativas (CAMPOS, 2004).

5 ORÇAMENTO

MATERIAL	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Folha A4	500	R\$0,10	R\$50,00
Caneta esferográfica	20	R\$2,00	R\$40,00
Impressão	100	R\$1,00	R\$100,00
Correção gramatical e ortográfica	1	200,00	R\$ 200,00
Tradução do resumo	1	200,00	R\$200,00
Internet	1	R\$ 100,00	R\$ 400,00
Gasolina	40	7,10	R\$ 355,00
TOTAL			R\$ 1.345,00

Este trabalho de pesquisa será financiado pela própria pesquisadora.

6 CRONOGRAMA

Etapas	2º semestre 2020	1º semestre 2022	2º semestre 2022
Elaboração do Projeto	SETEMBRO		
Banca projeto TCC		JUNHO	
Envio ao CEP		JUNHO	
Aprovação CEP		SETEMBRO	
Levantamento de Dados			OUTUBRO
Sistematização e análise dos dados coletados			OUTUBRO NOVEMBRO
Elaboração do Relatório Final			NOVEMBRO DEZEMBRO

Fonte: dados das pesquisadoras.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466** de 12 de dezembro de 2012. Brasília: 2012.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei no 12.764**, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos direitos de Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>. Acesso em: 10 maio 2022.

BRASIL. **Linha de cuidado para a atenção às pessoas com transtornos do espectro do autismo e suas famílias na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada e Temática. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_atencao_pessoas_trans_torno.pdf>. Acesso em: 25 maio 22.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510** de 07 de abril de 2016. Brasília: 2016.

BRASIL. **Lei determina avaliação pelo SUS de riscos ao desenvolvimento psíquico de bebês**. Brasília- DF. Agência Senado, 2017a. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/04/27/lei-determina-avaliacao-pelo-sus-de-riscos-ao-desenvolvimento-psiquico-de-bebes>>. Acesso em: 10 mar. 22.

BRASIL. **Portaria de Consolidação no 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017**. Ministério da Saúde. Brasília. 2017b. Disponível em: <<https://www.saude.sc.gov.br/index.php/informacoes-gerais-documentos/redes-de-atencao-a-saude-2/rede-de-atencao-psicossocial-raps/13297-consolidacao-n-3-saude-mental-1/file>>. Acesso em: 25 maio 22.

BRASIL. Estatuto da Criança e Adolescente. Lei nº 8.069. Brasília de 13 de 1990. Atualização 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-versao-2019.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 22.

BRASIL. **Secretaria Estadual de Saúde - RS**. Porto-Alegre, 2020. Disponível em: <<https://saude.rs.gov.br/inicial>>. Acesso em: 13 set. 2020.

CAMPOS, C.J.G. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Rev Bras Enferm**, v. 54, n. 4, 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/reben/a/wBbjs9fZBDrM3c3x4bDd3rc/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 22 mar. 2022.

CAREGNATO, R.C.A.; MUTTI, R. Pesquisa Qualitativa: Análise de Discurso versus Análise de Conteúdo. **Texto Contexto Enfermagem**, v. 15, n.4, p. 679-84, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tce/a/9VBbHT3qxByvFctbZDZHgNP/?lang=pt>>. Acesso em: 05 maio 22.

DIAS, S. Asperger e sua síndrome em 1944 e na atualidade. **Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.** v.18, n 2, p. 307-313, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rlpf/a/9WR3H6wHtdktmJpPkyLcJYs/?lang=pt>>. Acesso em: 20 set. 2020.

DSM-V. **Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

GALLERT et al. **Subjetividade na Pesquisa Qualitativa**: uma aproximação da produção teórica de González Rey. 2015. Disponível em:
<<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/18055/18055.PDF>>. Acesso em: 24 set. 2020.

GERHARDT, T.E; SILVEIRA, D.T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

HOFZMANN, R.R.; PERONI, M.; MENEGAZ, J.; LOPES, S.G.R; BORGES, D. S. Experiência dos familiares no convívio de crianças com transtorno do espectro autista (TEA). **Rev. Enfermagem em Foco**, v.10, n.2, p 64-69, abr.2019. Disponível em: <<http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/1671>>. Acesso em: 23 set. 2020.

IBGE, **INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. 2022. Disponível em:
<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-rosa/panorama>>. Acesso em: 20 maio 2022.

KIQUIO, T.C.O; GOMES, K.M. O Estresse familiar de crianças com transtorno do espectro autismo – TEA. **Rev. Iniciação Científica**, v.16, n.1, p. 1 -12, 2018. Disponível em:
<<http://periodicos.unesc.net/iniciacaocientifica/article/view/4270/4048>>. Acesso em: 22 set. 2020.

KLIN, A. Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, n. 28(Supl I):S3-11, 2006. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/rbp/a/jMZNbHcsndB9Sf5ph5KBYGD/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 24 set. 2022.

MAENNER, M.J. et al. Prevalence and Characteristics of Autism Spectrum Disorder Among Children Aged 8 Years — Autism and Developmental Disabilities Monitoring Network, 11 Sites, United States, 2018. **MMWR Surveill Summ**, v. 70(No. SS-11), p. 1–16, 2021. Disponível em:
<<https://www.cdc.gov/mmwr/volumes/70/ss/ss7011a1.htm>>. Acesso em: 16 maio 2022.

MEDEIROS S.L.A.; ARAUJO, A.B.P.; VALENÇA, C.N.; GERMANO, R.M. **Metodologia da Pesquisa Qualitativa na Saúde**. São Paulo: Vozes, 2012.

MELLO, A. S. R. **Autismo**: guia prático. Brasília: CORDE, 2007. Disponível em:
<<http://www.psiquiatriainfantil.com.br/livros/pdf/AutismoGuiaPratico.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2020.

MISQUIATTI, A.R.N; BRITO, M. C; FERREIRA, F. T.S; ASSUMPÇÃO, F. B J. Sobrecarga Familiar e Crianças com Transtornos do Espectro do Autismo: Perspectiva dos Cuidadores. 2015. **Rev. CEFAC**, v. 17, n. 1, p: 192-200, 2015. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/rcefac/a/3pfYytcbXMZxHhHFNFpwWHP/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 18/10/2020.

OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde. **Transtorno do Espectro Autista**. 2022. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/topicos/transtorno-do-espectro-autista>>. Acesso em: 20 maio 2022.

PINTO, R.N.M; TORQUATO, I.M.B; COLLET N; REICHERT, A.P.S; SOUZA, V.L.N; SARAIVA, A.M. Autismo Infantil: Impacto do diagnóstico e repercussões nas relações familiares. **Rev Gaúcha Enferm**, v. 37, n,2, e61572, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rgenf/a/Qp39NxcyXWj6N6DfdWWDDrR/?lang=pt>>. Acesso em: 15 set. 2022.

RODRIGUES, L. R; FONSECA, M. O; SILVA, F. F. Convivendo com a criança Autista: Sentimentos Da Família. **Revista Mineira de Enfermagem**, v. 12, n.2, p 327-327, 2008. Disponível em: <<https://cdn.publisher.gn1.link/reme.org.br/pdf/v12n3a05.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2020.

ROSA, F.D; MATSUKURA, T.S; SQUASSONI, C.E. Escolarização de pessoas com transtornos do espectro autista (tea) em idade adulta: Relatos e perspectivas de pais e cuidadores de adultos com tea. **Cad. Bras. Ter. Ocup**. v. 27, n. 2, p. 302-316, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cadbto/a/5RBnBb9nWTFrbnvSr3HRzVq/?lang=pt>>. Acesso em: 20/10/2020.

SAMPIERI, R.H.; COLLADO, C.F.; LUCIO, M.B. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, A.J; LEMOS, M.G.N. O espectro dos autismos e a psicose infantil: uma questão diagnóstica para a psicanálise. **Rev. Latinoam. Psicopat. Fund**, v. 23, n.2, p: 175-197, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rlpf/a/ywXynHBRJQzJ65XTNTHPjzM/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 20 out. 2020.

SILVA, M; MULICK, J.M. Diagnosticando o transtorno autista: Aspectos fundamentais e considerações práticas. **Psicol. cienc. Prof**, v.29, n.1, p: 116-131, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/RP6tV9RTtbLNF9fnqvrMVXk/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 11/11/2020.

SILVA, S.E.D; SANTOS, A.L.; SOUZA, Y.M.; CUNHA, N.M.F.; COSTA, J.L.; ARAÚJO, J.S. A família, o cuidar e o desenvolvimento da criança autista. **Journal Of Health & Biological Sciences**, v. 6, n.3, p: 334-341, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.unichristus.edu.br/jhbs/article/view/1782/675>>. Acesso em: 30/10/2020.

SILVA, L.S.; FURTADO, L.A.R. O sujeito autista na rede sus: (im)possibilidade de cuidado. **Fractal: Revista de Psicologia**, , v. 31, n. 2, p. 119-129, 2019. Disponível: <<https://www.scielo.br/j/fractal/a/3KSPfpLLg7k5RdTFQwPz7pD/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 06/10/2020.

SILVA, C.M.; OLIVEIRA, V.M.; FERREIRA, C.S.; SILVA, C.S.; SILVA, V.L. Vivência materna diante do cuidado à criança autista. **Revista de Divulgação Científica Sena Aires**, v.9, n.2, p: 231-240, 2020. Disponível em: <<http://revistafacesa.senaaires.com.br/index.php/revisa/article/view/510/427>>. Acesso em: 10/11/2020.

SPROVIERI, M.H.S.; ASSUMPÇÃO, F.B. Dinâmica Familiar de Crianças Autistas. *Arq. Neuro-Psiquiatr*, v,59 n.2A, p:230-237, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/anp/a/mbPCH7zLH7Rn3Qv46VFKkCm/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 02/05/2022.

ZANATTA, E. A; MENEGAZZO, E; GUIMARÃES, A.R; FERRAZ, L; MOTTA, M.G.C. Cotidiano de famílias que convivem com o autismo infantil. **Revista Baiana de Enfermagem**, v.28, n.3, p. 271-282, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/10451/8989>>. Acesso em: 30/10/2020.

ZIBOVICIUS, M; MERESSE, I; BODDAER, TN. Autismo: neuroimagem. *Rev Bras Psiquiatr*. v, 28, (supl I), p.S28-S21, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbp/a/btXjXS5ygkbyjQTRD8YdpLw/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em:10/09/2020.

PLANEJAMENTO PATRIMONIAL: TESTAMENTO E DOAÇÃO

Robson Alexandre Rodrigues¹
Adriano Schons²
Dionatan Maya³
Mauren Kipper Back⁴
Niki Frantz⁵

RESUMO

O presente artigo apresenta com tema o Planejamento Patrimonial. A delimitação temática versa sobre Testamento e Doação. O problema de pesquisa norteia-se em os vários conflitos entre herdeiro na sociedade atual, e na alta tributação dos bens deixados pelo de cujos ou doados em vida, tendo vista isso, pergunta-se qual seria a melhor forma de planejamento patrimonial e sucessório, evitando futuros litígios, fazendo a vontade do titular do patrimônio e evitando uma tributação elevada. Desse modo tem-se como objetivo o estudo da legislação vigente, principalmente a Constituição Federal de 1988, Código Civil de 2022, Código de Processo Civil de 2015 e a Lei Estadual 8.821/89 do Estado do Rio Grande do Sul, que traz a tributação sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação, de quaisquer bens ou direitos, a fim de viabilizar um melhor planejamento familiar e sucessório, fazendo a vontade do titular do patrimônio e evitando uma alta tributação, sempre observando os limites impostos pela lei. A justificativa do estudo da presente temática se dá tendo em vista que esse é um assunto que praticamente todas as famílias terão que tratar, mas poucos planejam esse feito, tendo assim um fim não desejado pelo proprietário e uma alta tributação imposta, deixando além de um condomínio indesejado entre os herdeiros, ainda uma herança desfasada economicamente. Espera-se que ao final da leitura e análise do presente artigo apresenta-se uma solução ou pelo menos uma reflexão sobre planejamento patrimonial e sucessório de pessoas com patrimônio no Estado do Rio Grande do Sul. Realizou-se nesta pesquisa o método hipotético-dedutivo consiste na eleição de proposições hipotéticas, que possuem certa probabilidade, para responder a um problema, formulando ideias e hipóteses e assim analisando a eficácia desses fenômenos sugeridos. Foi analisando legislações, jurisprudências, estudos e entendimentos realizados sobre o assunto, assim obtendo qualidade nas afirmações que venham ser apresentadas e reforçando as afirmações abordadas

¹ Acadêmico do Curso de Direito - 9º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. robsonrodrigues47@hotmail.com

² Acadêmico do Curso de Direito - 9º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. adishons6868@gmail.com

³ Acadêmico do Curso de Direito - 9º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. dionatan.99.maya@gmail.com

⁴ Acadêmica do Curso de Direito - 9º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. mauren_back@hotmail.com

⁵ Pós Graduado em Direito Público, Mestre em Direito Ambiental Tributário, Advogado Tributarista, Acessor Jurídico do Gabinete do Prefeito de Panambi-RS. Orientador. Professor do Curso de Direito. Faculdades Integradas Machado de Assis. doofy10@hotmail.com

durante o desenvolvimento do trabalho. A estruturação do trabalho apresenta-se, após a introdução, irá tratar sobre testamento e doação. Todos os tipos de testamento e suas disposições e ao final irá trazer a sua tributação. Todos os tipos de doações, sendo com reserva de domínio ou não, com cláusulas restritivas e impositivas ou sem elas, e ao final também traz a sua respectiva tributação. Um construto entre a teoria e prática, a importância do planejamento patrimonial e sucessório andar junto com o planejamento tributário. Traz também as diferenças entre o direito e o costume. Por fim, apresenta-se a conclusão que, após o estudo, possibilitou demonstrar que a melhor forma de planejamento patrimonial e sucessório irá depender de cada caso e da vontade do titular do patrimônio, trazendo o que seria melhor em casos hipotéticos.

Palavras-chave: Planejamento; Vontade; Solução; Reflexão; Análise.

INTRODUÇÃO

O presente artigo enfatiza a importância do Planejamento Patrimonial no âmbito da sociedade brasileira. Elenca vários modos de planejamento, dependendo sempre de um estudo do que o proprietário do patrimônio quer realizar, com ênfase ao planejamento tributário, sendo que ambos sempre devem caminhar juntos para termos uma economia financeira e fazer a vontade do titular do patrimônio.

Os modos de planejamento trazidos pelo presente abrangem pessoas com patrimônio no Brasil inteiro, pois a base legal no Código Civil de 2002 e na Constituição Federal de 1988, mas a tributação apenas para o Estado do Rio Grande do Sul, pois cada estado tem sua legislação tributária, sendo que no Rio Grande do Sul é gerida pela Lei estadual 8.821/89.

A delimitação do presente trabalho está ligada a disposições testamentárias e doação e suas devidas tributações. Sendo o testamento como um planejamento para seus bens após a morte do proprietário e a doação um planejamento com distribuição do patrimônio ainda em vida. Sempre respeitando os limites impostos pela legislação e buscando uma economia tributária.

O problema a ser resolvido ao final desse artigo é qual é a melhor forma de planejamento patrimonial e sucessório tentando evitar futuros litígios entre os herdeiros, condomínios indesejados e deixar os herdeiros desfasados financeiramente devido uma tributação altíssima a ser paga.

Para executar um planejamento adequado de acordo com a vontade do titular do patrimônio e lícito, devemos observar os limites impostos pela legislação vigente.

No caso dessa monografia é a Constituição Federal, Código Civil de 2002, Código de Processo Civil de 2015 e a Lei estadual do Estado do Rio Grande do Sul nº8.821/89.

O estudo sobre o planejamento patrimonial e sucessório apesar ser corriqueiramente ser objeto de muitas discussões familiares, a maioria das pessoas não o executa corretamente, de acordo com a sua vontade e respeitando os limites impostos pela legislação.

Por isso considera-se relevante um estudo sobre o determinado assunto para não gerar conflitos antes e após a morte do titular do patrimônio. Verificando a legislação vigente e a (in)viabilidade da realização do testamento ou doação, seja ela com reserva de domínio, pura e simples ou com encargos.

Por ser um assunto que praticamente todas as famílias terão que tratar, o que muito se dá ênfase é a alta tributação sobre a doação, meação/herança ou legado. Verificando-se assim vasta necessidade de um planejamento tributário para diminuir o máximo o Imposto sobre transmissões Causas Mortis e Doação (ITCMD) e não acarretar uma diminuição de bens ou uma deixar uma herança defasada financeiramente.

Foi usado com método de pesquisa o hipotético-dedutivo que consiste na eleição de proposições hipotéticas, que possuem certa probabilidade, para responder a um problema, formulando ideias e hipóteses e assim analisando a eficácia desses fenômenos sugeridos. No presente usando desse método para analisar legislações, jurisprudências, estudos e entendimentos realizados sobre o assunto, assim obtendo qualidade nas afirmações que venham a ser apresentadas e reforçando as afirmações abordadas durante o desenvolvimento do trabalho.

Irá tratar sobre testamento e doação. Elencar todos os tipos de testamento e suas disposições e ao final irá trazer a sua tributação. Teremos também nesse capítulo todos os tipos de doações, sendo com reserva de domínio ou não, com cláusulas restritivas e impositivas ou sem elas, e ao final também traz a sua respectiva tributação.

1 TESTAMENTO E DOAÇÃO

Quando se fala em sucessão testamentária, geralmente logo vem na cabeça o código civil de 2002, mas poucos sabem que o testamento é uma invenção dos romanos. A sucessão testamentária está prevista em todas as legislações

contemporâneas, sendo caracterizado por ser ato de última vontade do de cujus, que tem por finalidade satisfazer os seus sentimentos íntimos e profundos, compreendido por um ato de liberdade.

No Direito Clássico, eram conhecidas duas formas de Testamento: o *Calatis comitiis* (ou Testamento Comicial) e o de *Procintu*. O primeiro era aquele de cunho aristocrático e se fazia perante assembleias convocadas – ou *comitia curati* – e tinham caráter pacífico. Era exclusiva aos nobres e não acessível a plebeus. Apenas posteriormente surgiu o testamento para o “povo” (Plebeus), chamado de *per aes et libram*, que ocorria através da venda ficta (ou MANCIPAÇÃO) ao “comprador” da herança (*familiae emptor*). (MENA, 2015, s.p.).

A doação é o ato pelo qual se faz a vontade do titular do patrimônio em vida, em regra se ele possui herdeiros necessários, somente poderá doar 50% (cinquenta por cento) do seu patrimônio. Caso não tenha nenhum herdeiro necessário, poderá doar todo o seu patrimônio, desde que assegure o necessário para viver dignamente os restantes dos seus dias, conforme explica a advogada Simone Malucelli, professora de Direito de Família e das Sucessões da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) Se eu não tiver nenhum sucessor necessário, posso doar tudo o que é meu para quem eu quiser, desde que assegure o mínimo necessário para a minha sobrevivência.

1.1 SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA

A sucessão testamentária atualmente está disposta entre os artigos 1.857 a 1.911 do Código Civil Brasileiro de 2002, toda pessoa capaz, maior de 16 anos pode dispor de seus bens por testamento, desde que respeite o disposto no art. 1.857, §1º, do código civil, onde deixa explícito que possuindo herdeiros necessários, o testador apenas poderá dispor de cinquenta por cento de seus bens, o testamento é ato personalíssimo, ou seja, um ato que só pode ser feito pessoalmente, pelo autor da herança, podendo ser mudado a qualquer tempo durante a sua vida (BRASIL, 2002).

Os descendentes, os ascendentes e o cônjuge são herdeiros necessários, a eles pertencendo, de pleno direito, a metade dos bens da herança, constituindo a legítima (artigos 1.845 e 1.846 do Código Civil). Essa legítima é calculada sobre o valor dos bens existentes na abertura da sucessão, abatidas as dívidas e as despesas do funeral, adicionando-se, em seguida, o valor dos bens sujeitos à colação (artigo 1.847 do Código Civil). Portanto,

havendo herdeiros que se qualifiquem como necessários, a pessoa só poderá dispor, em testamento, de 50% de seu patrimônio. Se não há descendentes, ascendentes e cônjuge (nem companheiro, em união estável), é lícito dispor, em testamento, de todos os seus bens. Se não houver testamento, herdarão os colaterais até o quarto grau. Para excluir da sucessão tais herdeiros colaterais, basta que o testador disponha de seu patrimônio sem os contemplar (artigo 1.850). Aliás, o testamento servirá, inclusive, para tornar herdeiros apenas certos colaterais, nos termos da disposição de última vontade, hipótese em que estarão excluídos os demais. Reiteramos: não é preciso haver exclusão expressa de colateral(is), assim como não é necessário fundamentar tal exclusão. Se deixo a totalidade de meus bens para essa sobrinha e aquela sobrinha, os demais colaterais estarão implicitamente excluídos, aplicado o citado artigo 1.850 do Código Civil. (MAMEDE; MAMEDE, 2015, p. 56).

É possível também ser chamada a suceder filhos ainda não concebidos, conforme elencado no Artigo 1.799, inciso I, do Código Civil.

Art. 1.799. Na sucessão testamentária podem ainda ser chamados a suceder:
I - os filhos, ainda não concebidos, de pessoas indicadas pelo testador, desde que vivas estas ao abrir-se a sucessão; (BRASIL, 2002).

Nesse caso os bens herdados por esse herdeiro serão confiados a um curador nomeado pelo juiz, que caberá à pessoa cujo filho o testador esperava ter por herdeiro salvo disposição testamentária em contrário, caso decorrido dois anos após a abertura da sucessão, não for concebido o herdeiro esperado, os bens reservados, caberão aos herdeiros legítimos, salvo disposição em contrário do testador, tudo conforme preceitua o artigo 1.800, parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º, do Código Civil.

Art. 1.800. No caso do inciso I do artigo antecedente, os bens da herança serão confiados, após a liquidação ou partilha, a curador nomeado pelo juiz.
§ 1º Salvo disposição testamentária em contrário, a curatela caberá à pessoa cujo filho o testador esperava ter por herdeiro, e, sucessivamente, às pessoas indicadas no art. 1.775.
§ 2º Os poderes, deveres e responsabilidades do curador, assim nomeado, regem-se pelas disposições concernentes à curatela dos incapazes, no que couber.
§ 3º Nascendo com vida o herdeiro esperado, ser-lhe-á deferida a sucessão, com os frutos e rendimentos relativos à deixa, a partir da morte do testador.
§ 4º Se, decorridos dois anos após a abertura da sucessão, não for concebido o herdeiro esperado, os bens reservados, salvo disposição em contrário do testador, caberão aos herdeiros legítimos. (BRASIL, 2002).

Vale a pena ressaltar é lícito deixar por meio de testamento ao filho concubino, quando ele também for filho do testador, conforme preceituado no artigo 1.803 do Código Civil.

Recorde-se que, entre os descendentes de mesmo grau, não se faz diferença entre os matrimoniais e extramatrimoniais, ainda que adulterinos. Justamente por isso, é lícito deixar bens, em testamento, para o filho do concubino, quando também for filho do testador (artigo 1.803 do Código Civil). (MAMEDE, Gladston; MAMEDE, Eduarda C., 2015, p. 59).

O direito de impugnar a validade do testamento extingue-se cinco anos após da data do seu registro, conforme preceitua o artigo 1.859, do Código Civil, “Art. 1.859. Extingue-se em cinco anos o direito de impugnar a validade do testamento, contado o prazo da data do seu registro.” (BRASIL,2002).

A sucessão testamentária também abrange o princípio da saisine, ou seja, transmite desde logo a herança, desde que aceita, caso não aceita pelo herdeiro ou legatário a renúncia deverá ser feita por instrumento público ou termo judicial, sendo ela totalmente irrevogável.

É preciso destacar que a medida, contudo, não pode ser utilizada como meio para fraudar as obrigações do herdeiro para com terceiros (...). Assim, quando o herdeiro prejudicar os seus credores, renunciando à herança, poderão eles, os credores, com autorização do juiz, aceitá-la em nome do renunciante. A habilitação dos credores se fará no prazo de trinta dias seguintes ao conhecimento do fato. Pagas as dívidas do renunciante, prevalece a renúncia quanto ao remanescente, que será devolvido aos demais herdeiros (artigo 1.813). (MAMEDE; MAMEDE, 2015, p. 60).

Os testamentos podem ser ordinários ou especiais. Testamentos ordinários estão elencados no artigo 1.862 do Código Civil e são eles: público, cerrado e o particular. Os Testamentos especiais estão descritos no artigo 1.886 do Código Civil: marítimo, o aeronáutico e o militar.

São chamados de testamentos ordinários, o testamento público, cerrado e o particular, eles estão dispostos no código civil de 2022 no artigo 1.862. Eles são os mais utilizados atualmente na sociedade brasileira.

O testamento público é mais utilizado atualmente, pois ele garante uma maior segurança jurídica para o testador, está disposto no código civil entre os artigos 1.864 à 1.867. A maior segurança jurídica do testamento público se deve ao artigo 1.864, inciso I, onde deixa claro que ele deve ser lavrado em tabelionato, no livro de notas por um Tabelião de Notas ou seu substituto legal.

Vale ressaltar que o testamento público precisa da presença do testador acompanhado de duas testemunhas, devendo ele ser lido em voz alta pelo tabelião ou por testemunha escolhida pelo testador e após assinado por todos.

O testamento cerrado é aquele escrito pelo testador ou pessoa a seu rogo, que será entregue para o tabelião de notas ou seu substituto legal para que seja aprovado por ele, seguindo os dispositivos elencados no código civil entre os artigos 1.868 à 1.875.

O testador precisa entregar ao tabelião o seu testamento na presença de duas testemunhas declarando que aquele testamento é seu e pedir para que seja aprovado, caso seja aprovado, o tabelião irá ler em voz alta ao testador e as duas testemunhas e será assinado por todos.

O testamento particular poderá ser escrito a próprio punho ou por processo mecânico, ele está disposto no código civil entre os artigos 1.876 à 1.880. Sua legislação prevê que ele deve ser lido e assinado por quem a escreveu e por três testemunhas. A falta de qualquer um desses requisitos acarreta sua invalidade.

Os testamentos especiais estão dispostos no artigo 1.886 do Código Civil, sendo eles: Marítimo, aeronáutico e militar. Apesar de raramente utilizados, não deixam de ser um planejamento patrimonial que vale a pena ser esclarecido.

No que se refere aos testamentos marítimos e aeronáuticos dispostos entre os artigos 1.888 à 1.892 do Código Civil. É para quem estiver abordo de navio de guerra ou mercante, podendo testar perante o comandante na presença de duas testemunhas e seu registro será feito no diário de bordo. O testamento marítimo não valerá se o navio estiver em um porto onde o testador poderá descer e testar de forma ordinária.

O testamento aeronáutico é para quem estiver abordo de aeronave militar ou comercial, podendo testar perante pessoa designada pelo comandante na presença de duas testemunhas.

Ambos os testamentos ficaram sob guarda do comandante que entregará para autoridade administrativa no primeiro porto ou aeroporto nacional. Ambos os testamentos caducaram se o testador não morrer na viagem ou nos noventa dias subsequentes ao seu desembarque em terra, onde ele poderá fazer um testamento ordinário.

O testamento militar é para militares e demais pessoas a serviço das forças armadas, em campanha, dentro ou fora do país e está disposto no entre os artigos 1.893 a 1.896 do Código Civil.

Art. 1.893. O testamento dos militares e demais pessoas a serviço das Forças Armadas em campanha, dentro do País ou fora dele, assim como em praça sitiada, ou que esteja de comunicações interrompidas, poderá fazer-se, não havendo tabelião ou seu substituto legal, ante duas, ou três testemunhas, se o testador não puder, ou não souber assinar, caso em que assinará por ele uma delas.

§ 1º - Se o testador pertencer a corpo ou seção de corpo destacado, o testamento será escrito pelo respectivo comandante, ainda que de graduação ou posto inferior.

§ 2º - Se o testador estiver em tratamento em hospital, o testamento será escrito pelo respectivo oficial de saúde, ou pelo diretor do estabelecimento.

§ 3º - Se o testador for o oficial mais graduado, o testamento será escrito por aquele que o substituir.

Art. 1.894. Se o testador souber escrever, poderá fazer o testamento de seu punho, contanto que o date e assine por extenso, e o apresente aberto ou cerrado, na presença de duas testemunhas ao auditor, ou ao oficial de patente, que lhe faça as vezes neste mister.

Parágrafo único. O auditor, ou o oficial a quem o testamento se apresente notará, em qualquer parte dele, lugar, dia, mês e ano, em que lhe for apresentado, nota esta que será assinada por ele e pelas testemunhas.

Art. 1.895. Caduca o testamento militar, desde que, depois dele, o testador esteja, noventa dias seguidos, em lugar onde possa testar na forma ordinária, salvo se esse testamento apresentar as solenidades prescritas no parágrafo único do artigo antecedente.

Art. 1.896. As pessoas designadas no art. 1.893, estando empenhadas em combate, ou feridas, podem testar oralmente, confiando a sua última vontade a duas testemunhas.

Parágrafo único. Não terá efeito o testamento se o testador não morrer na guerra ou convalescer do ferimento. (BRASIL, 2022).

Vale ressaltar também que o testamento militar também abrange os médicos, enfermeiros, engenheiros, telegrafistas, entre outros que estejam elencados nas operações de guerra, sendo ela dentro ou fora do País.

O legado é uma disposição testamentária muito útil ao planejamento sucessório. O testador pode dessa maneira deixar certo bem a um herdeiro necessário ou até mesmo respeitando a legítima, deixar a terceiros, podendo assim fazer a sua vontade evitando talvez até futuros litígios ou condomínios indesejáveis.

O legado é uma parte certa e determinada do monte, especialmente destacada do acervo hereditário para ser destinada a alguém por determinação do testador ou da lei. Trata-se de sucessão a título particular. Distingue-se, assim, da instituição de herdeiro, porque este é sucessor do de cujus a título universal, uma vez que é investido na universalidade das

relações jurídicas que cabiam ao falecido, recolhendo a totalidade ou uma quota parte do patrimônio. (TEPEDINO, 2020, p. 179).

Não se pode confundir legado com herança, os dois se diferem. Herança é compreendida pela totalidade ou parte dos bens do de cujus, já o legado compreende a um ou mais bens especificados em testamento. Também vale ressaltar que o legatário ao contrário do herdeiro, não possui o princípio da saisine, ou seja, não ingressa na posse logo após a morte do de cujus, mas sim desde a abertura da sucessão, conforme preceitua o artigo 1.923 do Código Civil.

Art. 1.923. Desde a abertura da sucessão, pertence ao legatário a coisa certa, existente no acervo, salvo se o legado estiver sob condição suspensiva.
§ 1º Não se defere de imediato a posse da coisa, nem nela pode o legatário entrar por autoridade própria.
§ 2º O legado de coisa certa existente na herança transfere também ao legatário os frutos que produzir, desde a morte do testador, exceto se dependente de condição suspensiva, ou de termo inicial. (BRASIL, 2022).

Existem cinco modalidades de legados, que são elas: puro e simples, condicional, a termo, subcausa ou modal. O legado puro e simples é aquele que produz efeitos invariavelmente, independentemente de qualquer fato. O condicional é aquele que tem efeito relacionado a um evento futuro e incerto. O a termo é aquele que sua eficácia é limitada pelo tempo, tornando-se perfeito ou extinguindo-se no prazo instituído. O de subcausa é aquele que ao instituído o legante declara o motivo que deu causa a tal liberalidade. O modal é aquele que pode conter uma obrigação ou encargo, caso o legatário aceite-lo, aceita também o ônus que pode o acompanhar (ALCANTARA, 2017, s.p.).

O testamento em si não constitui fato gerador de imposto, mas após o falecimento do testador o seu testamento é encaminhado ao juiz competente para registro, caso não tenha nenhuma irregularidade ou questionamentos, o juiz irá proceder ao registro, abrindo assim o inventário da sucessão do de cujus.

O imposto que irá incidir sobre os bens do de cujus é o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD), é um imposto estadual que no estado do Rio Grande do Sul é regulado pela Lei Estadual 8.821 de 1989.

No nosso Estado do Rio Grande do Sul o porcentual de imposto ou até a isenção sobre a transmissão “causa mortis” que aonde se encaixa o testamento é regulado pelo artigo 18 da referida Lei Estadual 8.821/89.

Art. 18. Na transmissão “causa mortis”, a alíquota do imposto é definida com base no resultado da soma dos valores venais da totalidade dos bens imóveis situados neste Estado, bens móveis, títulos, créditos, ações, quotas e valores, de qualquer natureza, bem como dos direitos a eles relativos, compreendidos em cada quinhão, avaliados nos termos do art. 12 (a base de cálculo do imposto é o valor venal dos bens, títulos, créditos, ações, quotas e valores, de qualquer natureza, bem como dos direitos a eles relativos, transmitidos, apurado mediante avaliação procedida pela Fazenda Pública Estadual ou avaliação judicial, expresso em moeda corrente nacional e o seu equivalente em quantidade de UPF-RS, obedecidos os critérios fixados em regulamento), aplicando-se a seguinte tabela:

FAIXA	VALOR DO QUINHÃO (EM UPF-RS)*		ALÍQUOTA
	ACIMA DE	ATÉ	
I	0	2.000	0%
II	2.000	10.000	3%
III	10.000	30.000	4%
IV	30.000	50.000	5%
V	50.000		6%

(RIO GRANDE DO SUL, 1989).

Como é possível perceber na Tabela do artigo 18 da Lei Estadual 8.821/89 o valor do quinhão é medido em UPF (Unidade de Padrão Fiscal) que é regulada pela Receita Federal, tendo seu valor atualizado anualmente. Nesse ano de 2022 uma UPF-RS equivale a R\$23,3635, conforme foi modificado em 24 de dezembro de 2021 pelo subsecretário da Receita Estadual, Ricardo Neves Pereira, na Instrução Normativa RE Nº 107, que produz efeitos desde 01 de janeiro de 2022.

Sendo assim, é possível perceber que se quinhão for menor ou igual R\$46.727,00 (quarenta e seis mil, setecentos e vinte e sete reais) o imposto sobre “causas mortis” será isento, se o quinhão for de R\$46.727,01 (quarenta e seis mil, setecentos e vinte e sete reais e um centavos) até R\$233.635,00 (duzentos e trinta e

três mil, seiscentos e trinta e cinco reais) a alíquota do imposto será de 3% (três por cento), se o quinhão for de R\$233.635,01 (duzentos e trinta e três mil, seiscentos e trinta e cinco reais e um centavos) até R\$700.905,00 (setecentos mil, novecentos e cinco reais) a alíquota do imposto será de 4% (quatro por cento), se quinhão for de R\$700.905,01 (setecentos mil, novecentos e cinco reais e um centavos) até R\$1.168.175,00 (um milhão, cento e sessenta e oito mil e cento e setenta e cinco reais) a alíquota será de 5% (cinco por cento), já se o quinhão igual ou superior a R\$1.168.175,01 (um milhão, cento e sessenta e oito mil e cento e setenta e cinco reais e um centavos) a alíquota será de 6% (seis por cento).

1.2 DOAÇÃO

O contrato de doação surge há muitos anos atrás com os Romanos, contrato esse que foi se aprimorado com cada sociedade com passar do tempo, para que de fato formasse o contrato que conhecemos hoje. Atualmente a doação está regulamentada no Código Civil de 2002 entre os artigos 538 a 554.

Art. 538 do Código Civil. Considera-se doação o contrato em que uma pessoa, por liberalidade, transfere do seu patrimônio bens ou vantagens para o de outra. (Brasil, 2002).

A doação, (...), é um negócio jurídico firmado entre doador e donatário, por força do qual o primeiro transfere bens, móveis ou imóveis, para o patrimônio do segundo, que os aceita, animado pelo propósito de beneficência ou liberalidade como elemento causal da avença. (GAGLIANO, 2010, p. 34).

O contrato de doação será por Escritura Pública ou Instrumento Particular, podendo ser também verbal, se versar sobre bem de pequeno valor. Ela será em regra um negócio jurídico unilateral, ou seja, terá obrigação apenas do doador em repassar o bem para o donatário, mas o titular do patrimônio pode inovar, criando um contrato de doação bilateral, onde irá gerar obrigações para ambos, é o caso da doação com encargos que veremos à adiante.

A doação Pura e Simples é um negócio jurídico unilateral, decorre unicamente da vontade do doador, não impondo nenhum encargo ou qualquer gravame ao donatário. Nesse tipo de planejamento patrimonial se o donatário for absolutamente incapaz dispensa-se sua aceitação, conforme preceituado no artigo 543 do Código

Civil, “Art. 543. Se o donatário for absolutamente incapaz, dispensa-se a aceitação, desde que se trate de doação pura.” (BRASIL, 2002).

Em regra, a doação de ascendente para descendente será adiantamento de legítima, mas vale ressaltar que caso o doador declare na Escritura Pública ou no Instrumento Particular que a referida doação sai da parte disponível dos seus bens e que a mesma não deverá ser levada a colação, não importará em adiantamento de legítima.

Art. 2.005, Código Civil. São dispensadas da colação as doações que o doador determinar saiam da parte disponível, contanto que não a excedam, computado o seu valor ao tempo da doação. (BRASIL, 2002).

Art. 2.006, Código Civil. A dispensa da colação pode ser outorgada pelo doador em testamento, ou no próprio título de liberalidade. (BRASIL, 2002).

Caso o doador declare que a doação não sai da parte disponível, o donatário ora herdeiro deverá levar o referido bem a colação no inventário, a colação tem como objetivo igualar a legítima de cada herdeiro, sob pena de sonegação, conforme está preceituado no Código Civil no artigo 2.002. “Art. 2.002. Os descendentes que concorrerem à sucessão do ascendente comum são obrigados, para igualar as legítimas, a conferir o valor das doações que dele em vida receberam, sob pena de sonegação.” (BRASIL, 2002).

A doação com encargos é um negócio jurídico bilateral, pois impõe obrigação a ambas as partes. O doador tem a obrigação de entregar o bem doado e donatário de cumprir o encargo lhe proposto. Nessa espécie de planejamento patrimonial é indispensável que haja a aceitação do donatário.

O encargo mais utilizado pela sociedade atualmente, principalmente em cidades do interior é a qual o donatário recebe dos seus ascendentes parte ou total dos seus bens e assume o compromisso de prestar aos mesmos, todos os cuidados que eles vierem necessitar, tanto como despesas médico-hospitalares, alimentação, vestuário, tudo para que eles possam viver dignamente os restantes dos seus dias, sob pena de não o fazendo, retornar ao patrimônio a eles.

O donatário é obrigado a cumprir o encargo estipulado pelo doador, tendo que devolver a doação caso não cumpra tal encargo, “Art. 553, Código Civil. O donatário é obrigado a cumprir os encargos da doação, caso forem a benefício do doador, de terceiro, ou do interesse geral.” (BRASIL, 2002).

A revogação da doação com encargos acarretará de uma decisão judicial, não basta apenas o doador comparecer perante o registrador em caso de doação de imóvel e declarar que o donatário não cumpriu o encargo. Ele deverá ingressar com uma ação judicial para provar tal feito, “Art. 553. O donatário é obrigado a cumprir os encargos da doação, caso forem a benefício do doador, de terceiro, ou do interesse geral.” (BRASIL, 2002).

O descumprimento do encargo é muito subjetivo, a visão que o leigo tem sobre ele é errada. Se o doador impõe ao donatário o encargo que cuide dele o restante de seus dias, caso que foi citado anteriormente, se o donatário pagar alguém para fazer tal feito ele estará cumprindo o encargo. Mesmo não que ele não está executando o encargo, mas está pagando para alguém executar como se fosse ele.

A revogação da doação por não cumprimento do encargo possui efeito ex-nunc, ou seja, é como se a doação nunca tivesse acontecido, isso atinge inclusive a terceiros. Por isso é imprescindível em caso de imóvel que conste tal encargo na matrícula do mesmo, para que caso o doador venda o imóvel a terceiros, este esteja ciente que possui um encargo a ser cumprido. O cancelamento do encargo é simples, basta o donatário apresente a certidão de óbito do doador ao registro de imóveis competente.

A doação com reserva de domínio nada mais é que a doação com reserva de usufruto, normalmente usufruto vitalício, ou seja, até a morte do doador, ora usufrutuário. Nessa espécie de planejamento patrimonial o doador é chamado de usufrutuário e donatário de nú-proprietário. O nú-proprietário terá apenas a nua-propriedade do imóvel, “Art. 1.390. O usufruto pode recair em um ou mais bens, móveis ou imóveis, em um patrimônio inteiro, ou parte deste, abrangendo-lhe, no todo ou em parte, os frutos e utilidades.” (BRASIL, 2002).

O usufrutuário reserva pra si o uso, o fruto e a posse do bem doado enquanto o mesmo viver. Uma vantagem da doação com reserva de usufruto é que o doador não fica desprotegido. O nú-proprietário poderá até vender o imóvel, mas tal comprador estará ciente que está comprando apenas à nua-propriedade e que terá a plena propriedade apenas depois da morte do usufrutuário, “Art. 1.394, Código Civil. O usufrutuário tem direito à posse, uso, administração e percepção dos frutos.” (BRASIL, 2002).

O leigo confunde muito a doação com usufruto com a doação com encargos, apesar de elas terem certa semelhança, o objetivo delas é bem diferente. A doação com reserva de usufruto o nú-proprietário não precisa cumprir nenhum encargo e ela não poderá ser revogado por nú-proprietário não cuidar do usufrutuário como muitos pensam, ela está apenas condicionada a reserva do domínio do bem doado.

O cancelamento do usufruto se dá pela renúncia do usufrutuário ou pela morte do mesmo. A renúncia deverá ser feita por Escritura Pública, já o cancelamento por morte do usufrutuário pode ser por requerimento, munido da certidão de óbito e ambos os casos também deverá ser apresentado à guia do imposto estadual quitado (ITCMD). O cancelamento se dá por meio de averbação na matrícula do imóvel.

As cláusulas de inalienabilidade, incomunicabilidade e impenhorabilidade representam condições impostas pelo doador ao donatário para que impeça que o bem saia do nome do mesmo, durante o período de vigência das cláusulas. Essas cláusulas impedem que o donatário dispõe livremente do patrimônio recebido.

As cláusulas podem ser vitalícias ou temporárias. O doador poderá estipular que elas durem determinado tempo ou que tenham vigência até sua morte. Nota-se que não existe cláusulas de inalienabilidade, incomunicabilidade e impenhorabilidade perpétua.

A cláusula de inalienabilidade consiste na vedação ao donatário de vender ou doar o bem. A cláusula de incomunicabilidade torna o bem propriedade exclusiva do donatário, ou seja, não comunica ao cônjuge independentemente da comunhão de bens do casamento. Já a cláusula de impenhorabilidade dispõe sobre que o imóvel não poderá ser penhorado, hipotecado ou alienado.

Ambas as cláusulas deverão constar na matrícula do imóvel. Seu cancelamento se dará no registro de imóveis competente, mediante requerimento e apresentação de certidão de óbito do doador, em caso do prazo ser vitalício.

A tributação da doação irá incidir o imposto sobre os bens doados é o mesmo imposto do testamento, Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD), é um imposto estadual que no estado do Rio Grande do Sul é regulado pela Lei Estadual 8.821 de 1989.

O que regula o percentual de imposto sobre a doação é o artigo 19 da Lei Estadual 8.821/89.

Art. 19, Lei 8.821/89. Na transmissão por doação, a alíquota do imposto é definida com base no resultado da soma dos valores venais da totalidade dos bens imóveis situados neste Estado, bens móveis, títulos, créditos, ações, quotas e valores, de qualquer natureza, bem como dos direitos a eles relativos, transmitidos, avaliados nos termos do art. 12 (a base de cálculo do imposto é o valor venal dos bens, títulos, créditos, ações, quotas e valores, de qualquer natureza, bem como dos direitos a eles relativos, transmitidos, apurado mediante avaliação procedida pela Fazenda Pública Estadual ou avaliação judicial, expresso em moeda corrente nacional e o seu equivalente em quantidade de UPF-RS, obedecidos os critérios fixados em regulamento), aplicando-se a seguinte tabela:

Faixa	Valor da transmissão (em UPF-RS)		Alíquota
	Acima de	Até	
I	0	10.000	3%
II	10.000		4%

(RIO GRANDE DO SUL, 1989).

Na tabela do artigo 19 da Lei Estadual 8.821/89 o valor do quinhão é medido em UPF (Unidade de Padrão Fiscal) que como já vimos anteriormente é regulada pela Receita Federal, tendo seu valor atualizado anualmente. Nesse ano de 2022 uma UPF-RS equivale a R\$23,3635, conforme foi modificado em 24 de dezembro de 2021 pelo subsecretário da Receita Estadual, Ricardo Neves Pereira, na Instrução Normativa RE Nº 107, que produz efeitos desde 01 de janeiro de 2022.

Na doação se quinhão doado for de até R\$233.635,00 (duzentos e trinta e três mil, seiscentos e trinta e cinco reais) a alíquota do imposto será de 3% (três por cento), se o quinhão for maior de R\$233.635,01 (duzentos e trinta e três mil, seiscentos e trinta e cinco reais e um centavos) a alíquota será de 4% (quatro por cento). Como podemos perceber na doação não possui hipótese de isenção, ao contrário do que acontece no testamento.

2 METODOLOGIA

Nesta seção, descreve-se formalmente a opção pelos métodos e pelas técnicas a serem utilizados na investigação, bem como se apresentam as conexões e a leitura operacional que o pesquisador fará do quadro teórico e de seus objetivos de estudo (DESLANDES, 2009). Expõem-se questões referentes ao modo, à instrumentalização, ao lugar e à quantificação da pesquisa.

2.1 CATEGORIA DA PESQUISA

Dessa forma, o objetivo geral do projeto é observar a legislação vigente, principalmente o Código Civil brasileiro e a Lei 8.821/89 do Estado do Rio Grande do Sul, que trata sobre a tributação, tendo como método uma pesquisa teórico-prática, pois se delimita em texto de lei, jurisprudência, bibliográfica e documental.

2.2 PLANO DE PRODUÇÃO DE DADOS

Investiga-se, com tratamento dos dados de forma qualitativa, a partir da organização e da análise de informações. O primeiro passo é processar a seleção para posterior simplificação dos dados bibliográficos. Para isso, focaliza-se, simplifica-se, abstrai-se e transformam-se as informações originais em seções organizadas de acordo com os padrões propostos nos objetivos originais da pesquisa (MILES; HUBERMAN, 1994).

2.3 PLANO DE ANÁLISE E DE INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A análise de interpretação dos dados tem por objetivo determinar de que forma foram empregadas as informações da coleta, com a finalidade de obter explicações adequadas para a pesquisa. Pressupõe-se, nessa perspectiva, a escolha do método de abordagem utilizado com o intuito de se pesquisar os fenômenos da natureza e da sociedade. Como exemplos de métodos de abordagem apresentam-se o indutivo, o dedutivo, o hipotético-dedutivo e o dialético (MARCONI; LAKATOS, 2010), entendidos por alguns autores como reciprocamente excludentes entre si (MEZZAROBA; MONTEIRO, 2008).

O método hipotético-dedutivo consiste na eleição de proposições hipotéticas, que possuem certa probabilidade, para responder a um problema, formulando ideias e hipóteses e assim analisando a eficácia desses fenômenos sugeridos. No presente trabalho, será usado o método hipotético-dedutivo, analisando legislações, jurisprudências, estudos e entendimentos realizados sobre o assunto, assim obtendo qualidade nas afirmações que venham ser apresentadas e reforçando as afirmações abordadas durante o desenvolvimento do trabalho.

Para que o projeto em questão seja finalizado de forma coerente, os métodos anteriormente citados serão utilizados para que obtenha uma conclusão pertinente, obtendo a melhor forma de planejamento patrimonial.

CONCLUSÃO

O presente artigo buscou apresentar a temática do estudo sobre o Planejamento Patrimonial, com a delimitação em Testamento e Doação. Buscou-se ao longo do trabalho enfatizar-se sobre os modos de planejamento patrimonial, sempre resguardando a vontade do titular do patrimônio e buscando uma diminuição da carga tributária, especialmente para pessoas com bens no Estado do Rio Grande do Sul.

Inicialmente abordou-se sobre a sucessão testamentária e a doação. Iniciou-se com uma breve elucidação da evolução histórica de ambas e após prosseguiu-se com os tipos de testamentos e doação, sendo o testamento um planejamento patrimonial e sucessório efetuado após a morte do titular do patrimônio e a doação uma disposição do mesmo em vida. Ao final de cada assunto foi exposto a Lei 8.821/89 do Estado do Rio Grande do Sul, que trata sobre a tributação sobre a Transmissão, "Causa Mortis" e Doação, de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD), mostrando assim como é a tributação de cada instrumento e exemplificando como é calculado o seu valor.

Foi possível concluir que a melhor forma para prevenir condomínios indesejados entre herdeiros e evitar a tributação elevada, sempre deve ser realizado um planejamento em vida, ou seja, por doação, sendo ela com reserva de domínio ou com encargos, dependendo de cada caso e de acordo com a vontade de cada proprietário.

Sendo assim, foi possível responder o problema formulado no início do presente trabalho, "Qual seria a melhor forma de planejamento patrimonial para evitar futuros litígios e uma tributação elevada?". Em decorrência da problemática da pesquisa, pode-se constatar que as hipóteses formuladas ao início também estavam praticamente corretas, apenas mudando dependendo do tamanho o patrimônio.

Dessa forma, considerando tudo o que foi exposto, é possível concluir que a melhor forma de planejamento patrimonial e sucessório é a realizada em vida pelo

titular do patrimônio. Sempre prevalecendo a sua vontade e tentando diminuir a carga tributária. Deverá ser feita por meio de doação, dependendo da vontade de cada titular do patrimônio munido da elisão fiscal. Deverá ser feita a distribuição de seus bens em vida, por meio de doação, dependendo da vontade do proprietário, reservando para si a reserva de domínio ou apenas uma doação com encargos para ter assim uma garantia que sua vontade será respeitada.

REFERÊNCIAS

ALCANTARA, Ana Cláudia Santos. **Legado no Direito Sucessório Brasileiro: conceito, aspectos, espécies e efeitos**. Jus, 2017. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/62392/legado-no-no-direito-sucessorio-brasileiro-conceito-aspectos-especies-e-efeitos>>. Acesso em: 01 abr. 2022.

AMARAL, Francisco. **Direito Civil Introdução**. Editora Saraiva, 2017. 9788547221720. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547221720/>>. Acesso em: 27 mar. 2022.

AZEVEDO, Helder D. **Empresa de Família - uma abordagem prática e humana para a conquista da longevidade**. Saint Paul Publishing (Brazil), 2020. 9786586407136. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786586407136/>>. Acesso em: 01 abr. 2022.

BERNHOEFT, Rosa. **A Sucessão na Estratégia dos Negócios**. Editora Alta Books, 2019. 9788550808253. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788550808253/>>. Acesso em: 02 abr. 2022.

BRASIL, **LEI N ° 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002**. Código Civil. Diário Oficial da República do Brasil. Brasília, DF, 10 de janeiro de 2002.

DOS SOUTO, Fernanda R.; REIS, Anna Carolina Gomes; GIACOMELLI, Cinthia Louzada F.; et al. **Registro de Imóveis e Gestão Patrimonial**. Grupo A, 2021. 9786556901596. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556901596/>>. Acesso em: 17 maio 2022.

FRAGA, Patrícia F.; LEAL, Fabiana H.; MASSARUTTI, Eduardo A. de S.; et al. **Direito Civil III**. Grupo A, 2018. 9788595026223. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595026223/>>. Acesso em: 05 maio 2022.

GAGLIANO, Pablo S. **Contrato de Doação**. Editora Saraiva, 2021. 9786555591835. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555591835/>>. Acesso em: 15 maio 2022.

GOMES, Orlando. **Sucessões**. Grupo GEN, 2019. 9788530986049. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530986049/>>. Acesso em: 15 maio 2022.

LÔBO, Paulo Luiz N. **Direito Civil Volume 6 - Sucessões**. Editora Saraiva, 2022. 9786555596809. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555596809/>>. Acesso em: 15 maio 2022.

LOWENHAUPT, Charles A.; TRONE, Donald B.; WENGROVER, Leonardo. **Patrimônio x Liberdade: estratégias de preservação patrimonial e realização pessoal para famílias bem-sucedidas**. Grupo A, 2019. 9788582604946. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582604946/>>. Acesso em: 17 maio 2022.

MAMEDE, Gladston; MAMEDE, Eduarda C. **Blindagem Patrimonial e Planejamento Jurídico**, 5. ed. Grupo GEN, 2015. 9788522496297. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522496297/>>. Acesso em: 03 abr. 2022.

MAMEDE, Gladston; MAMEDE, Eduarda C. **Planejamento Sucessório: introdução à arquitetura estratégica - patrimonial e empresarial - com vistas à sucessão causa mortis**. Grupo GEN, 2015. 9788597000108. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597000108/>>. Acesso em: 29 mar. 2022.

MARONI, João Rodrigo. **Doar em Vida Pode Evitar Brigas na Família e Ainda Sair mais em Conta, Planejar a Transmissão dos Bens Gera Economia e Evita Futuros Litígios entre Familiares**. Gazeta do Povo, Curitiba-PR, 04 de junho de 2018. Disponível em: <[HTTPS://WWW.GAZETADOPOVO.COM.BR/JUSTICA/DOAR-EM-VIDA-PODE-EVITAR-BRIGAS-NA-FAMILIA-E-AINDA-SAIR-MAIS-EM-CONTA-DNIZ957ZMKDUA42YMK017E909/](https://www.gazetadopovo.com.br/justica/doar-em-vida-pode-evitar-brigas-na-familia-e-ainda-sair-mais-em-conta-dniz957zmkdua42ymk017e909/)>. Acesso em: 28 mar. 2022.

MENAH, Daniel. **A História do Testamento**. JusBrasil, 2015. Disponível em: <[HTTPS://DANIELMENAH.JUSBRASIL.COM.BR/ARTIGOS/207294322/A-HISTORIA-DO-TESTAMENTO#:~:TEXT=NO%20DIREITO%20CL%3%A1SSICO%2C%20ERAM%20CONHECIDAS,E%20N%C3%A3O%20ACESS%C3%ADVEL%20A%20PLEBEUS](https://danielmenah.jusbrasil.com.br/artigos/207294322/a-historia-do-testamento#:~:text=NO%20DIREITO%20CL%3%A1SSICO%2C%20ERAM%20CONHECIDAS,E%20N%C3%A3O%20ACESS%C3%ADVEL%20A%20PLEBEUS)>. Acesso em: 29 mar. 2022.

RIO GRANDE DO SUL, BRASIL, **LEI Nº 8.821, DE 27 DE JANEIRO DE 1989**. Institui o Imposto sobre a Transmissão, "Causa Mortis" e Doação, de quaisquer bens ou direitos. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 27 de janeiro de 1989.

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito das Sucessões**, 11. ed. Grupo GEN, 2019. 9788530984762. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530984762/>>. Acesso em: 24 abr. 2022.

TEPEDINO, Gustavo. **Fundamentos do Direito Civil - Direito das Sucessões** - Vol. 7. Grupo GEN, 2020. 9788530992484. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530992484/>>. Acesso em: 05 abr. 2022.

VENOSA, Sílvio de S. Direito Civil - **Família e Sucessões** - Vol. 5. Grupo GEN, 2021. 9788597027150. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597027150/>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

FINANÇAS PESSOAIS: DO DESCONTROLE A UMA GESTÃO EQUILIBRADA

Caroline Tretter da Silveira¹
Fabiana Regina Falkembach²
Fernando Zimmermann Prestes³

A execução de um plano de gestão financeira pessoal tem como principais dificuldades à necessidade de redução de custos de gastos desnecessários. Uma boa gestão financeira garante o crescimento do capital pessoal, além de evitar que ele adquira dívidas, já que o objetivo dessa administração é manter as contas pessoais organizadas, visando criar oportunidades de desenvolvimento lucrativo. Segundo Burigo (2012) a educação financeira reflete na administração das rendas e o controle do que se ganha com o que se gasta, tem grande relevância para o equilíbrio financeiro e crescimento econômico. O objetivo geral da presente pesquisa foi de entender como as pessoas estão realizando seu controle financeiro para então sugerir métodos de gerir as finanças pessoais de um modo que se possa fomentar um bem-estar as pessoas em contexto contemporâneo. A abordagem metodológica consistiu em um estudo de caso qualitativo exploratório-descritivo com a utilização de dados secundários e de campo obtidos por meio de entrevistas com moradores da Comunidade Serra de Baixo do interior da cidade de Entre-Ijuís. Como resultados, 100% dos entrevistados afirmam ser importante o controle financeiro, embora apenas uma parcela pequena o faz, neste sentido são sugeridos algumas ações, tais como: conscientização do cartão de crédito; parcerias com instituições financeiras para que possam ir nas escolas falar sobre educação financeira; estímulos ao uso de aplicativos e de planilhas de controles de gastos, muitas disponíveis gratuitamente nas redes sociais e aplicativos de celulares.

Palavras-chave: Finanças Pessoais; Controle Financeiro; Planejamento Financeiro.

INTRODUÇÃO

A execução de um plano de gestão financeira pessoal tem como as principais dificuldades à necessidade de redução de custos de gastos desnecessários. Uma boa gestão financeira garante o crescimento do capital pessoal, além de evitar que ele adquira dívidas, já que o objetivo dessa administração é manter as contas pessoais organizadas, visando criar oportunidades de desenvolvimento lucrativo.

¹ FASA - Faculdade Santo Ângelo, Santo Ângelo, RS, Brasil Sejafasa.com.br Caroline Tretter da Silveira –Graduanda do curso de Ciências Contábeis carolinetretter@sejafasa.com.br

² FASA - Fabiana Regina Falkembach – Mestre em Gestão Empresarial-fabianafalkembach@sejafasa.com.br Professora do curso de Administração e Ciências Contábeis

³ FASA - Fernando Zimmermann Prestes – Mestre em Gestão Empresarial Fernando Prestes fernandoprestes@sejafasa.com.br Professor do curso de Administração e Ciências Contábeis

Habitualmente, as pessoas possuem muitas dificuldades em gerenciar suas finanças, pois estão gastando além do valor recebido. Ter uma vida financeira adequada possibilita *uma vida mais tranquila e equilibrada*.

Com este estudo busca-se responder ao seguinte problema de *qual forma você pode controlar suas finanças, gerenciar seus ganhos e gastos para que no futuro você tenha uma vida financeiramente saudável?*

O objetivo geral da presente pesquisa foi de entender como as pessoas estão realizando seu controle financeiro para então sugerir métodos de gerir as finanças pessoais de um modo que se possa fomentar um bem-estar as pessoas em contexto contemporâneo.

Para isso, trabalhou-se com os seguintes objetivos específicos: estudar os principais conceitos no ramo de finanças pessoais e controle financeiro; preparar as pessoas para elaborar e gerir suas próprias finanças; e ajudar as pessoas como gerenciar os ganhos e gastos.

O projeto de pesquisa tem o intuito de identificar o desenvolvimento e o planejamento financeiro pessoal buscando estabelecer gastos e metas para alcançar principalmente sua independência financeira e investir em si mesmo.

A pesquisa tem o propósito de estimular boas rotinas e técnicas de economia e aplicação, tendo em vista uma renda mensal de forma adequada que possa cobrir as despesas fundamentais e variáveis, além disso consiga economizar e empregar futuramente. Muitos não alcançam o sucesso financeiro, por conta de não conhecerem os conceitos e estratégias corretas, que todos deveriam conhecer. "O dinheiro sem a inteligência financeira é dinheiro que desaparece depressa." (KIYOSAKI; LECHTER, 2000, p.60).

1 FINANÇAS PESSOAIS: DO DESCONTROLE A UMA GESTÃO EQUILIBRADA

Segundo Frankenberg (1999), planejamento financeiro pessoal é o trabalho de organização de informações relevantes para que se obtenha saúde financeira no controle e gestão das finanças pessoais. Significa estabelecer metas, etapas, prazos e meios que garantem a proteção da estabilidade do pessoal.

Ainda sobre o planejamento financeiro pessoal Frankenberg esclarece:

Planejamento financeiro pessoal significa estabelecer e seguir uma estratégia precisa, deliberada e dirigida para a acumulação de bens e valores que irão formar o patrimônio de uma pessoa e de sua família. Essa estratégia pode estar voltada para curto, médio ou longo prazo, e não é tarefa simples atingi-la. (FRANKENBERG, 1999, p. 31).

Para que um planejamento financeiro seja eficiente é necessário o conhecimento de algumas técnicas contábeis, conhecimento de algumas fontes de investimento e políticas econômicas. Quanto maior para a educação financeira de uma pessoa, maiores serão suas chances de crescimento econômico e financeiro ao longo da vida. Este planejamento envolve questões financeiras, culturais e psicológicas. Deve ser elaborado uma pessoa para o prazo, sendo ajustado e alterado de acordo com expectativas e perspectivas de cada pessoa.

A escolha do planejador financeiro pessoal deve ser dada a mesma importância que se dá ao médico da família. Quanto mais ele conhecer você, sua família e suas finanças, melhor. Ele tanto pode ser um gerente de contas (account manager) de alguma instituição financeira ou entidade de previdência complementar como uma pessoa ou empresa independente. De qualquer forma, conhecimento profissional, idoneidade, experiência, empatia, etc. são elementos fundamentais para determinar a escolha da empresa ou indivíduo que deve cuidar de seu patrimônio.

Sobre contabilidade pessoal, Pires afirma:

Contabilidade pessoal é a organização e controle do patrimônio de pessoas físicas. É o registro de todas as operações financeiras realizadas por uma pessoa física, que serve de informação para o controle e gestão das finanças pessoais. Essas operações envolvem o registro das aquisições de bens e direitos, obrigações contraídas, como todas as transações financeiras e econômicas de uma pessoa. Os bens e direitos são chamados “ativos”, enquanto, que as obrigações se chamam “passivos”. (PIRES, 2005, p.20).

Assim, fica claro que os conceitos e técnicas contábeis utilizados para a gestão e controle financeiro corporativo podem ser revertidos e utilizados na análise, comparação e tomada de decisão de toda a vida financeira de um indivíduo.

A contabilidade também pode ajudar os indivíduos a organizar suas vidas financeiras, possibilitando que essas alternativas usem e gerenciem recursos para analisar seus dados também, permitindo que qualquer pessoa entenda seus ativos e os vincule às suas funções. A fim de aprender a equilibrar, o conhecimento pessoal, contábil e financeiro para que se possa quantificar e ter sucesso, o principal objetivo

da educação financeira, que por sua vez pode ser deduzido do objetivo principal das finanças (OLIVEIRA, 2012).

Segundo Burigo (2012) a educação financeira reflete na administração das rendas e o controle do que se ganha com o que se gasta tem grande relevância para o equilíbrio financeiro e crescimento econômico e por isso é necessário que se utilize o planejamento financeiro. São o dinheiro que os cidadãos podem escolher quanto ao consumo, à poupança e ao crédito, para que as pessoas possam optar por escolhas no que diz respeito ao dinheiro.

Segundo Parada (2011), o ponto de vista é que a importância e interesse sobre a contabilidade ocorre na rotina do dia a dia das pessoas, Pois todos aqueles que recebem um auxílio, ao realizar uma operação financeira já vão ter uma noção de quanto vão receber no dia de seu recebimento e assim fazem a sua própria contabilidade.

Na visão de educação de Negri (2010), uma sua financeira pode ser definida como um processo educativo próprio pelo qual se qualifica para ajudar os consumidores a administrar educação, poupar e investir. Assim sendo, compreende-se que esse assunto é de extrema importância para comunidade, pois impacta diretamente as definições de gasto das famílias e no aperfeiçoamento da economia do país. A então vista como um conjunto financeiro de informações que ajuda como lidar em educação com suas finanças, com uma gestão adequada do dinheiro das despesas e dos gastos gerais em conjunto de quem pode melhorar a utilização da qualidade do consumo.

Segundo Silva (2007) declara que a contabilidade pessoal pode ser delimitada como a organização financeira do patrimônio de pessoas físicas. É o registro de todas as operações financeiras realizadas por uma pessoa. Estas informações são utilizadas para controlar e gerir as finanças pessoais. Essas operações os registros das aquisições de bens, operações contraídas, como todas as transações financeiras e de uma pessoa. A necessidade de situação para como física se ao fato, de que a mesma visa fornecer informações sobre a base financeira nos fatos ocorridos na situação não deve ser patrimônio de pessoas, a oportunidade de administração de sua própria vida, e possibilidades de recursos financeiros extras para investimentos futuros, para investimentos futuros.

Gallagher destacou que “[...] ter dinheiro não tem sentido se não soubermos desfrutá-lo”. Os autores também explicam que “enquanto algumas pessoas só sabem economizar, outras vivem completamente fora de seus bens, gastando muito mais do que seus orçamentos permitem.” (GALLAGHER, 2008, p. 4). Perceber que usar suas finanças sem nenhum controle e conhecimento causará sérios danos no futuro, principalmente mudar velhos hábitos é o primeiro passo para implementar o planejamento financeiro pessoal.

2 METODOLOGIA

Nesta etapa da pesquisa será realizado uma entrevista com um questionário entre pessoas de diferentes idades da comunidade de Serra de Baixo do interior da cidade de Entre-Ijuís, o qual contém sobre a temática estudada, para conseguir o identificar se possuem conhecimentos sobre o assunto e ajudar a melhorar seus controles financeiros e para que entendam o quão é importante fazer orçamento para ter uma vida equilibrada e saudável nas suas finanças.

Esta se caracteriza como uma pesquisa de caso exploratório-descritiva por criar conhecimentos, analisar contextos específicos, relatar e entender as relações entre seus elementos componentes que possibilitam ao pesquisador uma familiaridade com o problema a ser investigado, levando em consideração o conhecimento.

Como pesquisa exploratória, foi praticada em área que possui uma limitada compreensão do conhecimento concentrado e sistematizado, o qual possibilitou ao investigador uma familiaridade com o problema a ser investigado, levando em consideração o conhecimento adquirido (TRIVINOS, 1987; CERVO E BERVIAN, 2002).

Quanto à natureza, a pesquisa se classifica como estudo de caso, por estar circunscrita a determinado indivíduo, família, grupo ou comunidade (CERVO E BERVIAN, 2002).

Além de se constituir em princípios de investigação em caso único a partir do planejamento e coleta de dados (YIN, 2001).

E, finalmente, a pesquisa caracterizou-se, em sua essência, por uma pesquisa qualitativa, ou seja, buscou compreender e explicar o fenômeno social a

partir de opiniões, crenças, valores e atitudes que buscaram descrever a complexidade do problema (RICHARDSON, 2012).

Durante o período da entrevista com o questionário feita entre 50% da comunidade percebe-se que a maioria não entendem muito sobre finanças, apenas o básico e pretendem entender mais a profundamente sobre o conteúdo.

3 DESDOBRAMENTOS E EVIDÊNCIAS DA PRÁTICA DE PESQUISA

A coleta foi feita na comunidade do interior de Entre-Ijuís, Serra de Baixo, comunidade com 10 (dez) famílias, foi realiza a entrevista com 06 (seis) famílias cada uma com 02 (duas) pessoas diferentes. Para esta etapas será realizada a aplicação de forma aplicação presencial. Já para a coleta dos dados será usado o google forms para melhor identificação de análises.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Apresentação dos resultados encontrados de acordo com as análises realizadas.

No que se refere a faixa etária, podemos observar que 41% dos respondentes são jovens da faixa etária de até 20 anos, 25% estão na faixa de 20 a 40 anos, 8,3% respondentes estão entre 40 e 50 e 25% estão na faixa acima de 50 anos ou mais. Percebe-se que possui uma amostra bem diversa, e que compreende as demais faixas etárias.

Já quando questionado sobre o conhecimento em finanças observa-se que 58,3% dos respondentes sabem o básico sobre finanças pessoais, que 25% conhecem o fundamental e intermediário, e 16,7% são novos na área, e não possuem informações acerca do tema.

Já quando o questionamento se suas metas pessoais são definidas, 83,3% dos respondentes definem suas metas pessoais, e apenas 16,7% que não define, ou não possui metas.

Sobre a temática da economia, quando perguntado sobre como economizam para atingimento de seus objetivos, 75% dos respondentes afirmam que economizam para os objetivos financeiros, mas ainda possui uma parcela expressiva, 25% que não

economiza, podendo perceber que a maioria gasta apenas o necessário para ter uma reserva até o final do mês.

Sobre o planejamento financeiro para os próximos 5 anos, 66,7% dos respondentes têm plano financeiro/orçamento para os próximos anos, não sendo exatamente 05 (cinco) anos e 33,33% não tem planos, pois segundo eles não sabem o dia de amanhã.

Sobre a importância de ter uma reserva de emergência, 75% dos respondentes dizem que é extremamente importante ter fundos de emergência, porém 25% acreditam que é pouco importante ter um dinheiro guardado.

No que se refere a opinião sobre o cartão de crédito, 58,3% dos respondentes disse que depende, “pois se você está sem dinheiro e realmente precisa do produto que vai comprar e sabe que vai receber depois, passa no cartão de crédito e se for comprar em ter juros para pagar”, podemos perceber também que 33,3% acreditam ser bom ter o cartão, porém 16,7% diz ser ruim.

Quando questionado, sobre quais tópicos é necessário ter maiores informações, 58,3% dos respondentes dizem que precisam mais informações sobre finanças pessoais, 83,3 % precisam de informações em investimentos, créditos, orçamentos e outros que seria na área financeira.

Forma que administra suas despesas pessoais, 83,3% dos respondentes administra as finanças através de planilhas, anotações, caderno/agenda, entre outras formas de administrar e 36,4% não administram suas finanças.

Quando questionado sobre o controle financeiro de recursos, entradas e saídas, 16,7% dos respondentes não possui controle, 33,3% possui controle parcial e 50% possui controle total das entradas e saídas de seus dinheiros.

Sobre a importância de se ter um controle financeiro, 100% dos respondentes acreditam que é importante realizar um controle dos seus gastos mensais, mesmo que muitos ainda não o fazem.

Porém o método para realizar este controle, 58,3% dos respondentes prefere realizar suas anotações e seus gastos via aplicativo tem em vista que se o aplicativo tenha modo de usar, ou seja, seja explicado nos mínimos detalhes, 58,3% prefere planilha em excel ou ou folha de papel.

CONCLUSÃO

A finalidade deste artigo surgiu da percepção, pois devem ser colocados sistemas de educação financeira que auxiliam os jovens na gestão de sua renda e estimulam a prática do consumo consciente. A escola foi vista como o ambiente ideal para uma proposta de educação financeira pois a grande parte dos jovens de no máximo 20 anos ainda estão nela, sendo assim um ambiente em que alunos, professores e indivíduos carecem de instrução em gestão de recursos e a maioria deles não é inadequado à situação econômica.

Serve como uma maneira de poder identificar como as pessoas estão se programando para o futuro com o passar dos anos, para realizar a descrição foi utilizado o aplicativo Google forms para a gestão de finanças pessoais, na visão dos entrevistados.

É perceptível, que a ampla opinião dos adolescentes de até 20 anos que estão começando a ter uma organização, e acabam perdendo por ter uma “cabeça perdida” Dessa forma, antes de considerar a incorporação de programas educacionais ao ambiente escolar, é preciso primeiro entender a relação entre professores para desenvolver programas que possam melhorar a formação. Esses profissionais agregam ao seu currículo elementos que apoiam a construção de uma mentalidade financeira saudável, sendo assim todos poderia ter um entendimento melhor, não só para os jovens, com uma disponibilidade para todas as pessoas interessada.

Com base nessa pesquisa, podemos evidenciar que por não ter uma base concreta de uma educação financeira se endividam por coisas fúteis. Assim, seguem algumas maneiras de melhorar o assunto abordado no trabalho de pesquisa. a) Investimento de ensino referente a educação financeira; b) estudo sobre as vantagens e desvantagens do uso sem a Conscientização do cartão de crédito; c) parcerias com instituições Financeiras para que possam ir nas escolas falar sobre educação financeira; d) Estímulos ao uso de aplicativos e de planilhas de controles de gastos, muitas disponíveis gratuitamente para os aplicativos de celulares.

REFERÊNCIAS

BURIGO, E. C. R. **Análise do Comportamento de Funcionários de uma Cooperativa de Crédito em relação as suas Finanças Pessoais**. 2012. 40 f. Monografia (Curso de Pós-Graduação Especialização em MBA em Gerência

Financeira) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2012. Disponível em:

<<http://repositorio.unesc.net/bitstream/handle/1/1033/Erica%20Camilo%20Raldi%20B%C3%BArigo.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 07 maio 2022.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Alcino. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

FRANKENBERG, Louis. **Seu Futuro Financeiro, Você é o Maior Responsável: como planejar suas finanças pessoais para toda a vida**. 12. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

GALLAGHER, Lilian. **Planeje seu Futuro Financeiro: o guia sobre investimentos para multiplicar seu patrimônio**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

KIYOSAKI, Robert T; LECHTER, Sharon L. **Pai Rico Pai Pobre**. 56. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

NEGRI, A. L. L. **Educação Financeira para o Ensino Médio da Rede Pública: uma proposta inovadora**. 73 f. dissertação (mestrado em educação) – centro Universitário Salesiano de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://unisal.br/wp-content/uploads/2013/04/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Ana-Lucia-Lemes-Negri.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2022.

OLIVEIRA, J. P. S. F. **Contabilidade para Pessoa Física**. 24 jul. 2012. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/educacao/artigos/14927/contabilidade-para-pessoa-fisica>>. Acesso em: 04 abril. 2022.

PARADA, A. **Introdução à Contabilidade**. 15 abr. 2011. Disponível em: <www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=contabilidade00>. Acesso em: 12 abr. 2022.

PIRES, E. M. **Manual de Finanças Pessoais: contabilidade pessoal, planejamento financeiro e fontes de investimentos utilizados na gestão e controle das finanças pessoais**. 192005. 79 f. monografia. Graduação em Ciências Contábeis - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis294292>>. Acesso em: 04 abr. 2022.

SILVA, M. L. **Contabilidade Pessoal: uma proposta para a contabilização do patrimônio das pessoas físicas**. 2007. 52 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis292629>>. Acesso em: 06 maio. 2022.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

YIN, R. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman; 2001.

POSSIBILIDADE DA PENHORA DO BEM DE FAMÍLIA DO FIADOR EM LOCAÇÃO COMERCIAL

Luciano da Rosa Binkowski¹
Niki Frantz²

RESUMO

O presente estudo trata sobre o bem de família do fiador no âmbito da garantia locatícia prestada em contrato de locação comercial. Como delimitação temática tem-se a análise das súmulas e julgados do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), em que foram examinados posicionamentos que trouxeram dúvida acerca da aplicabilidade (ou não) da penhora no âmbito da garantia locatícia prestada em contrato de locação comercial, em conjunto com o estudo dos precedentes obrigatórios que visam trazer o equilíbrio das relações da locação. A partir da análise doutrinária e dos julgados proferidos nos aludidos tribunais, no tocante à fiança prestada como garantia locatícia nas relações entre locador e locatário, questiona-se: é possível a penhora do bem de família do fiador em locação comercial? O objetivo geral do presente trabalho é analisar a aplicação das regras e precedentes no âmbito das relações locatícias para verificar a efetividade na garantia de equilíbrio e integridade das normas do direito. Os dados gerados serão analisados qualitativamente por meio de documentação indireta, bibliográfica e documental, utilizando-se, além da legislação brasileira, doutrinas referentes ao tema e julgados dos tribunais superiores. No que diz respeito à análise e à interpretação de dados da pesquisa será utilizado o método de abordagem hipotético-dedutivo, e, como métodos procedimentais serão utilizados os métodos histórico e comparativo. A principal conclusão do trabalho é de que o atual entendimento jurisprudencial do STF trouxe o equilíbrio nas relações, seguindo o princípio da isonomia e o acompanhamento dos precedentes obrigatórios.

Palavras-chave: Direito Imobiliário; Fiança; Bem de Família; Penhorabilidade.

INTRODUÇÃO

O presente Artigo trata sobre o bem de família do fiador no âmbito da garantia locatícia prestada em contrato de locação comercial. Como delimitação temática tem-se a análise das súmulas e julgados do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do

¹ Acadêmico do Curso de Direito - 10º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. lucianobinkowski@gmail.com

² Advogado tributarista e eleitoralista. Assessor Jurídico do Município de Panambi/RS. Professor do Curso de Direito da FEMA. Pós Graduado em Direito Público Municipal. Mestre em Desenvolvimento. Ex-Juiz Leigo da Comarca de Panambi. Ex-Assessor Jurídico da Câmara de Vereadores de Panambi/RS. doofy10@hotmail.com

Supremo Tribunal Federal (STF), em que foram examinados posicionamentos que trouxeram dúvida acerca da aplicabilidade (ou não) da penhora no âmbito da garantia locatícia prestada em contrato de locação comercial, em conjunto com o estudo dos precedentes obrigatórios que visam trazer o equilíbrio das relações da locação.

A partir da análise doutrinária e dos julgados proferidos nos aludidos tribunais, no tocante à fiança prestada como garantia locatícia nas relações entre locador e locatário, questiona-se: é possível a penhora do bem de família do fiador em locação comercial? Para responder à pergunta que norteia o estudo, formulou-se a seguinte hipótese: O atual entendimento do STF criou insegurança jurídica e desequilíbrio ao mercado de locação, em especial à locação comercial, e injustificadamente afetou a garantia locatícia da fiança, sendo que os locadores começaram a exigir outras formas de garantias mais onerosas para as partes.

O objetivo geral do presente trabalho é analisar a aplicação das regras e precedentes no âmbito das relações locatícias para verificar a efetividade na garantia de equilíbrio e integridade das normas do direito. Para tanto, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos: a) pesquisar os aspectos relevantes da fiança e as hipóteses e exceções da impenhorabilidade do bem de família; b) investigar a aplicação das decisões no contexto dos julgados dos Tribunais, tendo em vista o equilíbrio das relações locatícias no ordenamento brasileiro.

A pesquisa é relevante no cenário jurídico na medida em que não interessa só ao fiador, mas também a terceiros diretamente interessados. A pesquisa é viável pois o tema se vincula ao estudo doutrinário do direito imobiliário e, ainda, ao enorme número de decisões judiciais que norteiam a legislação, destacando-se o recente entendimento do STF sobre o tema. Portanto, a repercussão no âmbito imobiliário está diretamente voltada à aplicação das decisões que asseguram o efetivo equilíbrio entre as partes.

Será realizada uma pesquisa de natureza teórica, classificando-se, quanto aos fins a pesquisa como explicativa. Os dados gerados serão analisados qualitativamente por meio de documentação indireta, bibliográfica e documental. No que diz respeito à análise e à interpretação de dados da pesquisa será utilizado o método de abordagem hipotético-dedutivo e como métodos procedimentais serão utilizados os métodos histórico e comparativo.

1 A FIANÇA COMO GARANTIA LOCATÍCIA E A PROTEÇÃO DO BEM DE FAMÍLIA

A fiança é a garantia mais utilizada nos contratos de locação, pois é muito mais simples exigir que seja trazido ao contrato um fiador do que partir para outras garantias que demandam registros, como a caução, ou gerar custos, exemplo do seguro fiança (VENOSA, 2021).

A garantia locaticia vem do latim *fidere*, significa fiar, confiar. É o contrato acessório em que o fiador garante o cumprimento da obrigação principal, por parte do afiançado, no caso de o locatário não cumprir com ele. Além de seu caráter acessório, a fiança é solene, pois exige forma escrita. Não se admite uma interpretação extensiva. Somente responde o fiador ao que consta no contrato (SCAVONE JUNIOR, 2021).

Conforme o disposto no artigo 1647, III, do Código Civil, para que a fiança tenha completa validade deve-se exigir a outorga uxória ou marital, ou seja, a autorização do cônjuge para que o outro, neste caso o fiador, possa prestar a garantia (VENOSA, 2021). O Superior Tribunal de Justiça (STJ) já pacificou o entendimento em sua Súmula 332: “[...] a fiança prestada sem autorização de um dos cônjuges implica a ineficácia total da garantia.” (BRASIL, 2008).

Nas situações em que o fiador se case após prestar a fiança a garantia ainda irá subsistir. Tratando-se de fiador profissional, a outorga tácita pode ser considerada por um dos cônjuges. O cônjuge pode praticar o ato da fiança ou simplesmente conceder o aceite. O simples aceite não garante as obrigações com sua meação, e eventual morte do fiador irá extinguir a fiança (VENOSA, 2021).

Assim, haverá casos em que caberá ao juiz suprir a outorga, quando um dos cônjuges negar que seja concedida a fiança. Nenhum dos cônjuges pode exercer a fiança sem a autorização do outro, ressalvado os casos do regime de separação absoluta (ARAÚJO, 2021).

A fiança para evitar problemas futuros deve ser realizada por ambos os cônjuges, exceto nos casos de regime de separação de bens, para que a garantia prestada não se restrinja somente apenas à metade do patrimônio do casal (ARAÚJO, 2021). Sempre que houver mais de um fiador todos eles serão solidários, pois a solidariedade não se presume. Cada fiador responde, desde que expressamente em contrato, por uma parte proporcional do débito (SCAVONE JUNIOR, 2021). Há que

se destacar, ainda, a existência do benefício de ordem. Trata-se do direito que tem o fiador de exigir que os bens do afiançado sejam executados antes que os seus, mesmo que os bens do fiador estejam livres e desembaraçados de qualquer ônus.

Dessa forma, foi possível analisar a utilização da garantia locatícia da fiança nos contratos de locação e a sua importância para que a relação seja efetivada entre o locador e o locatário. Na sequência é analisado o instituto do bem de família e as exceções à sua impenhorabilidade.

Primeiramente, deve-se observar que o bem de família, conforme o que consta na legislação atual, teve sua evolução ao decorrer dos anos, como alternativa para proteger o único bem imóvel de uma família. Será inicialmente relatado historicamente para que ocorra o entendimento de como tal instituto teve sua evolução necessária. Na perspectiva histórica, conforme Álvaro Villaça Azevedo:

Pode-se dizer, seguramente, que o bem de família nasceu com tratamento jurídico específico, na República do Texas, sendo certo que, no Direito Americano, desponta ele como uma pequena propriedade agrícola, residencial, da família, consagrada à proteção desta. Trata-se da proteção do *homestead* o que significa *local do lar*. (AZEVEDO, 2010 *apud* TARTUCE, 2022, p. 227).

No Brasil, o projeto do Código Civil de 1916 não tratou especificadamente do bem de família. O instituto foi proposto por emenda do Senador Fernando Mendes de Almeida. Foi primeiramente inserido no Livro das Pessoas, depois para o dos Bens (AZEVEDO, 2019).

O Código Civil de 2002 nos artigos 1.711 a 1.722 sistematizou as regras que tratam sobre a figura do bem de família voluntário ou convencional. De outro lado, a Lei n.º 8.009/1990 trata sobre a figura do bem de família legal. Ambas as figuras não devem ser confundidas.

Para se caracterizar como bem de família voluntário ou convencional podem os cônjuges, ou a entidade familiar, mediante escritura pública ou testamento, destinar parte do seu patrimônio para instituir o bem de família, desde que não ultrapasse um terço do patrimônio líquido. Um terceiro pode também instituir bem de família por testamento ou doação, desde que expressamente aceito pelos cônjuges beneficiados, sendo as regras de impenhorabilidade mantidas conforme o estabelecido em lei especial (BRASIL, 2002).

O bem deve ser um prédio residencial urbano ou rural. Em ambos os casos deve-se destinar ao domicílio da família. A proteção também pode abranger valores mobiliários, cuja renda será aplicada na conservação do imóvel e no sustento da família (BRASIL, 2002).

A Lei n.º 8.009/1990 regulamentou o instituto do bem de família legal. De acordo com ela, o imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, é impenhorável e não responde por qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, contraída pelos cônjuges ou pelos pais ou filhos que sejam proprietários e nele residam, salvo hipóteses previstas na lei (BRASIL, 1990).

A tese que considera o imóvel como simples domicílio, conforme artigo 5º, caput, da Lei n.º 8.009/1990, não integra o imóvel nas regras de impenhorabilidade. Já no caso da locação do imóvel que mantém a entidade familiar com a renda obtida, a proteção da lei permanece. Entendimento que o Superior Tribunal de Justiça já sedimentou em 2012, conforme Súmula 486: “[...] é impenhorável o único imóvel residencial do devedor que esteja locado a terceiros, desde que a renda obtida com a locação seja revertida para a subsistência ou a moradia da sua família.” (TARTUCE, 2022). O artigo 3º da Lei n.º 8.009/1990 traz as exceções à regra de impenhorabilidade, e cabe aqui citá-las:

- [...] II - pelo titular do crédito decorrente do financiamento destinado à construção ou à aquisição do imóvel, no limite dos créditos e acréscimos constituídos em função do respectivo contrato;
- III – pelo credor da pensão alimentícia, resguardados os direitos, sobre o bem, do seu coproprietário que, com o devedor, integre união estável ou conjugal, observadas as hipóteses em que ambos responderão pela dívida;
- IV - para cobrança de impostos, predial ou territorial, taxas e contribuições devidas em função do imóvel familiar;
- V - para execução de hipoteca sobre o imóvel oferecido como garantia real pelo casal ou pela entidade familiar;
- VI - por ter sido adquirido com produto de crime ou para execução de sentença penal condenatória a ressarcimento, indenização ou perdimento de bens.
- VII - por obrigação decorrente de fiança concedida em contrato de locação. (BRASIL, 1990).

Com a entrada em vigor da Lei n.º 8.009/1990, de acordo com Scavone Junior: “[...] os fiadores de contrato de locação gozavam da impenhorabilidade de seu único imóvel residencial classificado como bem de família, posto que esta lei não continha

a exceção que possibilitava a penhora do único imóvel do fiador.” (SCAVONE JUNIOR, 2014, p. 1.101 *apud* ARAÚJO, 2021, p. 98).

A publicação da Lei n.º 8.245/1991 acrescentou o inciso VII ao artigo 3º da Lei n.º 8.009/1990. Este inciso excluiu da impenhorabilidade o bem do fiador de contrato de locação. Portanto, nos contratos que forem celebrados após a publicação da lei não se aplica a regra da impenhorabilidade (SCAVONE JUNIOR, 2021).

Diante disso, o efeito de tal mudança foi a facilitação ao acesso aos imóveis por meio da locação, oferecendo uma garantia menos onerosa e complexa. A lei foi aplicada para facilitar o acesso a quem não é proprietário, concretizando o equilíbrio entre locador e locatário, com sua desburocratização para quem está entrando no imóvel e uma garantia mais palpável para o proprietário do imóvel (ARAÚJO, 2021).

Em relação a esta última exceção (decorrente de fiança), ocorre divergência. Com a vigência da LI surgiu vertente doutrinária defendendo a inconstitucionalidade do inciso VII do artigo 3º da Lei do Bem de Família (LBF), justificando que a lei teria criado uma situação injusta, desprotegendo o imóvel do fiador (ARAÚJO, 2021).

Ademais, o bem de família é um instituto importante no ordenamento jurídico e sua aplicabilidade deve ser observada em conjunto com as exceções da impenhorabilidade dele. A seguir é apresentado o entendimento dos órgãos superiores sobre a possibilidade da penhora do bem de família do fiador em contratos de locação, especificamente na locação comercial.

2 HIPÓTESES DA POSSIBILIDADE DA PENHORA DO BEM DE FAMÍLIA NO ÂMBITO DAS DECISÕES JUDICIAIS DO STJ E STF

No tópico anterior falou-se sobre a Lei n.º 8.009/1990, que trata, em seu artigo 3º, sobre o bem de família. Destacou-se também a publicação da Lei n.º 8.245/1991, que acrescentou o inciso VII no artigo 3º da Lei n.º 8.009/1990, que trata sobre uma nova exceção a impenhorabilidade do bem de família. Esse acréscimo trazido pela Lei n.º 8.245/1991 gerou divergência doutrinária. Uma parte da doutrina defende que o inciso trouxe uma situação insensata e injusta ao ordenamento. Outra parte não visualizou a inconstitucionalidade da referida exceção à impenhorabilidade (ARAÚJO, 2021).

Essa divergência foi enfrentada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Ao julgar a questão, em 8 de fevereiro de 2006, no Recurso Extraordinário 407.688 – São Paulo,

definiu por maioria dos votos (7 a 3) a constitucionalidade da norma (BRASIL, 2006). A norma é clara ao prever a possibilidade da penhora do imóvel do fiador. A decisão do STF protege o mercado imobiliário (TARTUCE, 2022).

No ano de 2010 o STF decidiu pacificar o entendimento. Editou o Tema 295/STF, em sede de repercussão geral pelo julgamento do *leading case* Recurso Extraordinário 612.360 – São Paulo, firmando a tese de que:

É constitucional a penhora de bem de família pertencente a fiador de contrato de locação, em virtude da compatibilidade da exceção prevista no art. 3º, VII, da Lei 8.009/1990 com o direito à moradia consagrado no art. 6º da Constituição Federal, com redação da EC 26/2000. (BRASIL, 2010).

A constitucionalidade do dispositivo foi acatada e admitiu a penhora do bem de família do fiador da locação de imóvel urbano. Conforme relata o Ministro Gilmar Mendes: “[...] declarada a constitucionalidade da norma pelo Supremo Tribunal Federal, ficam os órgãos do Poder Judiciário obrigados a seguir a orientação, vez que estaria definitivamente decidida pelo STF [...]” (MENDES; BRANCO, 2020, p. 1.523 *apud* ARAÚJO, 2021, p.103).

Com os precedentes foi consolidada a inserção feita pela Lei n.º 8.245/1991, do inciso VII ao artigo 3º na Lei n.º 8.009/1990, tornando concreta a possibilidade de penhora do bem de família do fiador em locação urbana, sem importar a natureza do contrato, seja ele residencial ou comercial. Por conta da discussão realizada o fim deveria ser a facilitação ao acesso à locação e o aceite da garantia do fiador por parte do locador (ARAÚJO, 2021).

A partir dos Temas 295/STF, 708/STJ e da Súmula 549/STJ foi promovida a estabilidade jurídica necessária aos contratos de locação e previsibilidade aos cidadãos sobre seus direitos e deveres diante de uma garantia. Isso gerou credibilidade ao Poder Judiciário na construção das relações entre locador e locatário (ARAÚJO, 2021).

O sistema de precedentes brasileiros evolui a partir da análise da norma jurídica em conjunto com a interpretação do dispositivo legal em um julgamento de caso concreto. A decisão só assume condição de precedente se: tiver sido fundamentada e acolhida pela maioria dos membros do tribunal; enfrentar diretamente o que foi dito no *leading case*; e não se limitar a reproduzir precedentes ou letra da lei e questões de fato (THAMAY; GARCIA JUNIOR; FROTA JUNIOR, 2021).

Esta circunstância é ilustrada também por Fredie Didier Júnior:

Ao decidir um caso, o magistrado cria (reconstrói), necessariamente, duas normas jurídicas. A primeira, de caráter geral, é fruto da sua interpretação/compreensão dos fatos envolvidos na causa e da sua confrontação ao Direito Positivo: Constituição, Leis etc. A segunda, de caráter individual, constitui a sua decisão para aquela situação específica que se lhe põe para a análise. A decisão judicial é o ato jurídico de onde se extrai a solução do caso concreto, encontrável no dispositivo, e o precedente, comumente retirado da fundamentação. A decisão é, pois, conjunto e continente, com no mínimo esse duplo conteúdo. (DIDIER JUNIOR, 2016, p. 507-508 *apud* ARAÚJO, 2021, p. 115).

Importante trazer as circunstâncias da decisão proferida no Recurso Extraordinário 605.709 – São Paulo (RE 605.709/SP). Esta decisão trouxe instabilidade jurídica nas relações das locações comerciais, por conta da distinção oferecida pelos Ministros, pois estabeleceu que a penhora do bem de família do fiador só seria possível em locações de imóveis residenciais (BRASIL, 2018).

O RE 605.709/SP teve origem em acórdão da 32ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, que manteve a penhora do bem de família do fiador em locação comercial. O fiador interpôs Recurso Especial para o STJ e Recurso Extraordinário ao STF, caso em que no STJ foi negado seguimento ao recurso especial do fiador (ARAÚJO, 2021). No STF, o Ministro Relator Dias Toffoli, em decisão monocrática, negou seguimento ao Recurso Extraordinário, indicando que o acórdão do TJ/SP já estaria em sintonia com decisão realizada:

A deliberação do RE 605.709/SP teve participação dos Ministros Luiz Fux, Marco Aurélio, Rosa Weber, Roberto Barroso e Dias Toffoli, que foi o relator e substituiu o Ministro Alexandre de Moraes. O resultado do julgamento foi (3x2), sendo que os Ministros Dias Toffoli e Luís Roberto Barroso votaram no sentido de manter a tese já firmada no Tema 295/STF (ARAÚJO, 2021).

O voto da Ministra Rosa Weber, que desencadeou o entendimento divergente dos precedentes obrigatórios e do relator do caso, buscou desenvolver o método do *distinguishing* para diferenciar o caso concreto dos precedentes obrigatórios e tornar impenhorável o imóvel na locação comercial (ARAÚJO, 2021). O posicionamento da Ministra pode ser analisado em seu voto:

Posteriormente, na sessão de 08.2.2006, o Plenário desta Suprema Corte, ao julgamento do RE nº 407.688, concluiu, por maioria, em sentido distinto,

isto é, pela compatibilidade da previsão contida no art. 3º, VII, da Lei nº 8.009/1990 com a EC nº 26/2000. (...) Ocorre que o caso então examinado pelo Plenário, naquela sessão de julgamento, dizia respeito a fiança prestada como garantia em contrato de locação residencial. (...)

Esse entendimento restou reafirmado ao julgamento do recurso extraordinário paradigmático nº 612.360, ocasião em que, enfrentado o tema nº 295 da repercussão geral, o Plenário deste Supremo Tribunal Federal assentou a seguinte tese (...)

A reafirmação da jurisprudência, no aludido apelo extremo paradigmático, teve por base precedentes que enfocaram a fiança prestada para viabilizar locação residencial (...)

Essa circunstância distintiva impede, portanto, a submissão do caso concreto ora em julgamento, que envolve contrato de locação de imóvel comercial, às mesmas balizas que orientaram a decisão proferida por este Suprema Corte sob o regime da repercussão geral, restrita aquela, em suas razões de decidir, ao exame da constitucionalidade da penhora do bem de família do fiador em contrato de locação residencial.

Realçada a diferença entre as premissas fáticas que orientaram o paradigma julgado sob o regime da repercussão geral e as presentes no caso concreto (*distinguishing*), reitero a incompatibilidade, a meu juízo, da penhora do bem de família do fiador em contrato de locação comercial com o direito fundamental social à moradia, bem como com o princípio isonômico, veiculado no art. 5º, caput, da Magna Carta. (BRASIL, 2019 *apud* ARAÚJO, 2021, p. 123-124).

Diante do método desenvolvido é importante expor o entendimento dele na doutrina, conforme Marinoni: “O **distinguishing** revela a demonstração entre as diferenças fáticas entre os casos ou a demonstração de que o **ratio** do precedente não se amolda ao caso sob julgamento, uma vez que os fatos de um e outro são diversos.” (MARINONI, 2019, p. 228 *apud* ARAÚJO, 2021, p.122, grifo nosso). Ou também como é exposto por Souza:

Quando houver distinção entre o caso concreto (em julgamento) e o paradigma, seja porque não há coincidência entre os fatos fundamentais discutidos e aqueles que serviram de base à *ratio decidendi* (tese jurídica) constante no precedente, seja porque, a despeito de existir aproximação entre eles, alguma peculiaridade no caso em julgamento afasta a aplicação do precedente. (SOUZA, 2007, p. 142 *apud* ARAÚJO, 2021, p.122).

No Recurso foi realizada aplicação errada da metodologia do *distinguishing* conforme expõe Araújo:

A análise fática minuciosa, com a melhor técnica que a doutrina indica para o caso, demonstrou que tanto o RE 605.709 (caso concreto) quanto o RE 612.360 (caso paradigma) trataram, na origem, da penhora do bem de família do fiador em contrato de locação de imóvel comercial. Ou seja, foram casos com situações fáticas idênticas, gerando, no entanto, entendimento divergente do órgão julgador, violando, sobremaneira, a isonomia e a

segurança jurídica para com os locadores de imóveis urbanos. Para que fosse oportunizada a aplicação do *distinguishing* no julgamento do RE 605.709, em relação ao *leading case* RE 612.360 (precedente obrigatório), este último deveria, no mínimo, ter tratado da cobrança de aluguéis provenientes de contrato de locação de imóvel residencial, fato, este, que não ocorreu. (ARAÚJO, 2021, p.124-125).

A Ministra na realidade aplicou um *inconsistent distinguishing*, conforme exposto por Peixoto:

[...] Quando ocorre a distinção inconsistente, tem-se uma deturpação da técnica da distinção, mediante um discurso da Corte de que há fatos relevantes que sustentam a criação de uma nova norma judicial, mesmo quando eles inexistam. Ou seja, há um discurso de que há distinção, mas ele é injustificado. (PEIXOTO, 2018, p. 348).

No caso em análise foi decidido que era inconstitucional a penhora do bem de família do fiador em locação comercial. Vê-se que foi exarada uma distinção entre a locação residencial e a locação comercial, diferença que nem a Lei n.º 8.009/1990 trouxe. A 1ª turma do STF adotou postura nada isonômica diante dos precedentes obrigatórios que também já tratavam de locação comercial, conforme exposto por Araújo: “[...] gerou verdadeira segregação entre os locadores de imóveis urbanos (residenciais e comerciais), pertinente aos meios legais de satisfação de seus créditos locatícios.” (ARAÚJO, 2021, p. 129).

Mesmo com o entendimento exarado pelo STF, em outubro de 2019 volta à pauta a discussão com o Recurso Extraordinário 1.223.843 – Rio Grande do Sul (RE 1.223.843/RS), em que foi mantido o que determina o Tema 295/STF.

Posteriormente a esta decisão ascendeu ao STF o Recurso Extraordinário 1.307.334 – São Paulo (RE 1.307.334/SP), que tratava em sua origem de um contrato de locação comercial. A discussão foi submetida ao rito da repercussão geral (Tema 1127). O Recurso teve como relator o Ministro Alexandre de Moraes.

O alegado pelo fiador não foi conhecido pelo tribunal de origem. Frisou-se que a decisão da Ministra Rosa Weber no RE 605.709/SP foi isolada e não teria caráter vinculante e que o artigo 3º, VII, da Lei 8.009/1990 não fez qualquer distinção entre os imóveis residenciais e comerciais. Por conta disso o fiador interpôs Recurso Extraordinário. Alegou novamente que o decidido violou o RE 605.709/SP; sustentou que o princípio da dignidade da pessoa humana e a proteção à família deveria

prevalecer e que nem mesmo o princípio da isonomia poderia justificar a penhora do imóvel (BRASIL, 2022).

O julgamento iniciou em 12.08.2021 e o Ministro relator, em seu voto, destacou que o direito à moradia, que consta na Constituição Federal, não é absoluto e deve ser respeitada a livre iniciativa do fiador que garantiu o contrato. O relator destacou que a impenhorabilidade do bem de família do fiador causaria grave ameaça e impacto no setor imobiliário, pois as outras garantias como caução ou seguro-fiança são mais onerosas, ao contrário da fiança que é mais usual e mais aceita pelos locadores (BRASIL, 2022).

O relator expôs que muitas vezes nos aluguéis comerciais o fiador é o próprio sócio do empreendimento, assim, além de ser sócio, é fiador e tem o conhecimento que o seu bem de família responde pela dívida. Por fim, o Ministro votou pelo desprovimento do Recurso Extraordinário, e, para fins de repercussão geral, firmar tese ao Tema 1127: “É constitucional a penhora de bem de família pertencente a fiador de contrato de locação, seja residencial, seja comercial.” (BRASIL, 2022).

Em voto de divergência o Ministro Edson Fachin avaliou que o direito constitucional à moradia deveria prevalecer sobre os princípios da iniciativa e da autonomia contratual. Em seu voto o Ministro considerou impenhorável o bem de família dado em fiança de aluguel comercial. Entendeu que excluir a proteção da moradia do fiador significaria restringir os direitos sociais e fundamentais (BRASIL, 2022).

Os Ministros Roberto Barroso, Nunes Marques e Dias Toffoli acompanharam o Ministro Alexandre de Moraes. Por outro lado, o Ministro Edson Fachin, a Ministra Rosa Weber, a Ministra Cármen Lúcia e o Ministro Ricardo Lewandowski divergiram. Alegaram que deveria ser impenhorável o bem de família em locação não residencial. Diante do empate o julgamento ficou suspenso (BRASIL, 2022).

Em 08.03.2022 foi encerrado o julgamento. A tese vencedora foi a do Tema 1.127/STF, com placar de 7 a 4, afastou a distinção entre os tipos de locação. Afirmou ser “[...] constitucional a penhora do bem de família pertencente a fiador de contrato de locação, seja residencial, seja comercial.” (BRASIL, 2022).

Portanto é observado que a construção de um precedente e de uma jurisprudência é importante, em conjunto com a análise dos itens obrigatórios, para que o entendimento seja sedimentado no ordenamento jurídico brasileiro. Assim, o

que consta na legislação tem sua aplicabilidade correta, tornando uma relação contratual sólida e segura.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve por tema o bem de família do fiador no âmbito da garantia locatícia prestada em contrato de locação comercial. Delimitou-se na análise das súmulas e julgados do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), em que foram examinados posicionamentos que deixaram dúvida acerca da aplicabilidade (ou não) da penhora no âmbito da garantia locatícia prestada em contrato de locação comercial, em conjunto com o estudo dos precedentes obrigatórios que visam trazer o equilíbrio das relações da locação.

Estudou-se, inicialmente, o instituto da fiança: como ele é proposto no ordenamento jurídico; suas previsões no Código Civil, Lei do Inquilinato e Lei do Bem de Família; e sua previsão nos contratos de locação. Estudou-se também sobre o bem de família. E, por último, estudou-se as súmulas e julgados do STJ e do STF.

A pesquisa demonstrou a divergência doutrinária e jurisprudencial que o Recurso Extraordinário 605.709 – São Paulo (RE 605.709/SP), julgado pelo STF em junho de 2018, trouxe para o mundo jurídico. A decisão proferida pela 1ª Turma do STF diferenciou a locação residencial da locação comercial e determinou que o imóvel dado em garantia, em contrato de locação comercial, não é penhorável. A discussão voltou à pauta com o Recurso Extraordinário 1.223.843 – Rio Grande do Sul (RE 1.223.843/RS), em outubro de 2019, e com o Recurso Extraordinário 1.307.334 – São Paulo (RE 1.307.334/SP), em agosto de 2021. Este último foi submetido ao rito da repercussão geral (Tema 1127) para uniformizar os atos. Por meio dele buscou-se fixar a possibilidade ou não da penhora do bem de família do fiador e determinar a atuação na locação residencial e comercial.

O RE 605.709/SP representou para a comunidade jurídica um retrocesso. No mercado imobiliário a decisão fez com que os locadores voltassem a exigir fiadores que fossem proprietários de, ao menos, dois imóveis. Isso tornou a locação uma tarefa ainda mais difícil, já que exigia garantias locatícias muito mais onerosas para as partes.

Neste sentido, o RE 1.307.334/SP, em sede de repercussão geral, resgatou uma matéria que já estava consolidada no STF desde 2010, por meio do Tema 295/STF. Na decisão foi proposta pelo Ministro Relator a edição do Tema 1.127/STF, que definiu ser constitucional a penhora do bem de família pertencente a fiador de contrato de locação, seja residencial, seja comercial.

Diante disso, confirma-se o problema proposto por essa pesquisa, qual seja: é possível a penhora de bem de família do fiador em locação comercial? Para responder tal pergunta, formulou-se a seguinte hipótese: O atual entendimento do STF criou insegurança jurídica e desequilíbrio ao mercado de locação, em especial à locação comercial, e injustificadamente afetou a garantia locatícia da fiança, sendo que os locadores começaram a exigir outras formas de garantias mais onerosas para as partes.

A partir do que foi estudado na presente pesquisa pode-se refutar a hipótese. Demonstrou-se, ao longo da escrita, que foi devidamente restabelecida a constitucionalidade do tema na recente decisão. Retirou-se a proteção intensa dada ao fiador em locação comercial pelo RE 605.709/SP. Reafirmou-se a usabilidade da garantia mais utilizada no mercado imobiliário para satisfazer os créditos, quando necessário, ao locador.

A decisão exarada no Tema 1.127/STF desencadeia um novo ciclo de equilíbrio econômico e de mercado. Mantém a oferta de imóveis para locação neste momento em que os investimentos imobiliários estão aquecidos e possibilita evoluções nos mercados comerciais e industriais, que auxiliam diretamente na empregabilidade dos cidadãos, aumento da renda e estabilização dos trabalhos.

Isso demonstra que há, de fato, uma segurança jurídica estabelecida, pois os contratos firmados com a garantia locatícia da fiança podem ser liquidados, caso haja a necessidade de quitação por parte do fiador. Da mesma forma, garantiu estabilidade para as pessoas que investiram suas economias em imóveis, especificamente na destinação para locação comercial ou residencial, e possibilitou assim o equilíbrio financeiro para a subsistência familiar.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Abílio Manuel Mota Veloso de. **Locação de Imóvel Comercial e o Bem de Família do Fiador**. Curitiba: Juruá, 2021.

AZEVEDO, Álvaro Villaça. **Curso de Direito Civil: direito de família**. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em:
<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553609727/>>. Acesso em: 22 mar. 2022.

AZEVEDO, Fábio de Oliveira; MELO, Marco Aurélio Bezerra de. **Direito Imobiliário: escritos em homenagem ao professor Ricardo Pereira Lira**. Barueri: Grupo GEN, 2015. Disponível em:
<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522497638/>>. Acesso em: 10 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990**. Dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 mar. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8009.htm>. Acesso em: 24 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991**. Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 out. 1991. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8245.htm>. Acesso em: 21 abr. 2022.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula n.º 332**. A fiança prestada sem autorização de um dos cônjuges implica a ineficácia total da garantia. Diário da Justiça: Brasília, DF, 13 mar. 2008. Disponível em:
<https://scon.stj.jus.br/docs_internet/VerbetesSTJ.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Pleno). **Recurso Extraordinário 407.688-8 São Paulo**. Relator: Ministro Cezar Peluso. Julgado em: 08 de junho de 2006. Disponível em: <<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=261768>>. Acesso em: 14 maio 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Primeira Turma). **Recurso Extraordinário 605.709 São Paulo**. Relator: Ministro Dias Toffoli. Julgado em: 12 de junho de 2018. Disponível em:
<<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=749168585>>. Acesso em: 17 maio 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Pleno). **Recurso Extraordinário 612.360 São Paulo**. Relatora: Ministra Ellen Gracie. Julgado em: 13 de agosto de 2010. Disponível em:
<<https://www.stf.jus.br/portal/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=3866948&numeroProcesso=612360&classeProcesso=RE&numeroTema=295>>. Acesso em: 16 maio 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Primeira Turma). **Recurso Extraordinário 1.223.843 Rio Grande do Sul**. Relator: Ministro Alexandre de Moraes. Julgado em: 09 de outubro de 2019. Disponível em:
<<https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15341460675&ext=.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Pleno). **Recurso Extraordinário 1.307.334 São Paulo**. Relator: Ministro Alexandre de Moraes. Julgado em: 10 de março de 2022.

Disponível em:

<<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=760972669>>. Acesso em: 10 maio 2022.

PEIXOTO, Ravi. O sistema de precedentes desenvolvido pelo CPC/2015 - uma análise sobre a adaptabilidade da distinção (distinguishing) e da distinção inconsistente (inconsistent distinguishing). In: DIDIER JUNIOR, Fredie; ALVIM, Teresa Arruda. (Orgs.). **Doutrinas Essenciais: novo processo civil**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018, p. 517-542.

SCAVONE JUNIOR, Luiz Antonio. **Direito Imobiliário**. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559642021/>. Acesso em: 19 abr. 2022.

SCAVONE JUNIOR, Luiz Antonio. **Locação de Imóveis Urbanos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. v. 1.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil** - volume único. 12. ed. São Paulo: Método, 2022. Disponível em:

<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559643134/>>. Acesso em: 12 abr. 2022.

THAMAY, Rennan Faria Krüger; GARCIA JUNIOR, Vanderlei; FROTA JUNIOR, Clóvis Smith. **Precedentes Judiciais**. São Paulo: Saraiva, 2021. Disponível em:

<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555598469/>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil - Contratos**. Barueri: Grupo GEN, 2021. v. 3. Disponível em:

<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597027129/>>. Acesso em: 12 abr. 2022.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Lei do Inquilinato Comentada**. Barueri: Grupo GEN, 2020. Disponível em:

<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026474/>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

ESG NAS COOPERATIVAS DE CRÉDITOS

Daniel Augusto Strieder Hubner¹
Suzany Martins Foliatti²

RESUMO

Incorporar atividades desenhadas para atingir um resultado desejado de ESG (Environmental, Social and Governance) no decorrer dos dias das organizações é um sistema que quanto menor o preço do bem, maior a quantidade desejada pelos consumidores que exige uma postura corporativa mais responsável e sustentável. O tema ESG não é novo, para as cooperativas de crédito. Muitos preceitos incontestáveis são semelhantes aos fundamentos que orientam essas instituições, determinando uma economia solidária, livre participação econômica dos associados, cooperação interna e distinção no impacto de suas ações na comunidade. Nesse contexto, como se dá o Cooperativismo de Crédito e o ESG na prática? Visto que, o Banco Central do Brasil (BC), órgão responsável por regular o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC) facilita o acesso geral ao mercado financeiro e estimula o crescimento do Cooperativismo de Crédito. Em 2021, divulgou seis novas normas a respeito de riscos sociais, ambientais e climáticos. As cooperativas de crédito que operam no Brasil precisam incorporar a agenda ESG em suas estratégias gerais de negócios. Fazer isso exige que eles criem procedimentos específicos, estabeleçam metas, meçam resultados com transparência, comuniquem seus resultados e desenvolvam compromissos claros. Pesquisas mostram que a maioria dos líderes de cooperativas de crédito está ciente da importância do ESG para seus negócios. No entanto, alguns dados da pesquisa, como a falta de metas ESG específicas e formais para mais da metade das cooperativas pesquisadas, sugerem que ainda há oportunidades para essas entidades incorporarem referenciais ambientais, sociais e de governança.

Palavras-chave: Cooperativas de crédito; ESG.

INTRODUÇÃO

A pandemia de covid-19 reforçou a maior consciência dos riscos iminentes associados às ameaças representadas pelas alterações climáticas, bem como a crescente necessidade de inclusão e diversidade. Como resultado, os membros

¹ Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis – Graduação. Faculdades Integradas Machado de Assis. danielhubner@outlook.com.br

² Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis – Graduação. Faculdades Integradas Machado de Assis. Suzany.martins@outlook.com.br

das cooperativas de crédito e outras partes interessadas estão exigindo cada vez mais uma postura específica, rápida e transparente sobre seu desempenho em relação aos pilares ESG.

A ESG significa governança ambiental, social e corporativa. É um termo usado para descrever as práticas de negócios da empresa que levam em consideração a responsabilidade ambiental da instituição onde sua capacidade é de ser socialmente responsável e com conduta corporativa.

As análises ESG se concentram em como uma empresa afeta a sociedade e o meio ambiente. Atualmente, o mundo está em um estado de transição cuja diretriz do lucro visa diversas formas de ganhos a qualquer custo. Atualmente, menos da metade das cooperativas possuem metas, muitas não sabe ou acreditam ser desnecessário planejar objetivos específicos voltados para compromissos sociais, ambientais e de governança. Infelizmente, 48% das empresas brasileiras dispõem de metas específicas para ESG.

Diante dessa visão, como se dá o Cooperativismo de Crédito e o ESG na prática? Uma vez que, a abordagem ESG tornou-se uma demanda real do mercado e é valorizada por seus princípios mais justos e humanos que foram adotados desde o seu início. Por isso, é necessário analisar as Cooperativas Financeiras (também conhecidas como Cooperativas de Crédito, cujos produtos e serviços se assemelham aos bancos ordinários integrantes do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e regulamentados pelo Banco Central (BC) e pelo Conselho do Banco Monetário-CMN. A partir dessa estimativa, o presente artigo está dividido em dois capítulos, cujo primeiro cooperativismo e abordagem ESG onde firma, uma vertente da Agenda Estratégica do Sistema Financeiro do Banco Central do Brasil (Agenda BC#) que visa estimular a participação de entidades reguladas nessa área. ESG - Environmental, Social and Governance, que em português quer dizer Ambiental, Social e Governança- ASG. O segundo oportunidades significativas para incorporar a pauta ESG.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 COOPERATIVISMO FINANCEIRO E ABORDAGEM ESG

O termo da sustentabilidade, que foi dispendioso em 2020 como uma das

dimensões da Agenda Estratégica do Sistema Financeiro (Agenda BC) do Banco Central do Brasil para estimular a participação de entidades reguladas nessa área, merece maior destaque. Notória pelos princípios ESG (Environmental, Social and Governance).

A amplitude da agenda e a falta de uma iniciativa de classificação padrão que pudesse ser classificada no campo (taxonomia) estimulando reflexões mais profundas e suscita de novos debates. As associações cooperativas, onde as instituições são dominantes e dados os fundamentos teóricos que orientam o desempenho esportivo global, reúnem justificativas extra-regulatórias para estarem entre os agentes, reconhecida pelas boas práticas ambientais, sociais e de governança ou seja, neste caso, a cooperativa também cobra de forma diferenciada em relação a outras do mesmo setor, inclusive na conscientização sobre a importância do desenvolvimento sustentável dentro de sua esfera de influência.

Além disso, entendendo as mudanças climáticas em curso, em suas atividades, eles devem estar cientes e se preparar para os riscos apresentados por eventos extremos, incluindo secas, chuvas locais/sazonais excessivas, desvios de temperatura e outras condições climáticas severas. Impacto na matriz econômica apoiada pelos setores parceiros (vale lembrar que a gestão de riscos sociais, ambientais e climáticos tem sede regulatória - Resolução CMN 4.943/2021 e Instrução Normativa BCB 153/2021).

Diante de tais motivações, espera-se que as entidades parceiras promovam o financiamento sustentável com base no Sétimo Princípio da Conectividade Universal, com foco nos chamados projetos econômicos verdes ou de baixo carbono, garantindo o equilíbrio ambiental e respeitando as vulnerabilidades e limitações locais. e ecossistemas regionais.

Do ponto de vista ambiental, as cooperativas, como empresas e negócios locais, sempre reúnem os principais líderes comunitários e espera-se que estejam na vanguarda na identificação e incentivo de novas abordagens e desenvolvimento de alternativas.

É necessária a discussão em torno do desenvolvimento metodológico de processos eficientes de monitoramento de sociedades cooperativas, procurando adequar métodos e análises às

características sociais desses empreendimentos. Tal discussão é fundamental, visto que as cooperativas são sociedades civis, sem fins lucrativos e possuem importante função social, seja ela para os associados ou comunidade comoum todo, sendo relevante tanto a análise econômica quanto a análise de desempenho social. (NEGANO; MORAES, 2006; p.14).

Espera-se que as cooperativas forneçam aos membros e suas comunidades amplo apoio na transição para um processo de produção cada vez mais compatível com as novas diretrizes. Na esfera social, deve-se ver antes de tudo que o corporativismo é um movimento de "porta aberta" que ampara todas as raças, credos e diferentes ideologias protegendo seus membros sem hesitação principalmente seu status econômico, social ou cultural.

Nesse contexto, contribuições mais eficientes podem ser feitas por meio do aumento da produtividade, do financiamento adequado como preços mais justos que possa gerar consumo responsável de crédito, levando em consideração a geração de emprego e renda coerente com a função de retenção e reinvestimento dos recursos ali rentabilizados.

De fato, nestes aspectos, as operações de crédito são, e sempre serão, a principal ferramenta das cooperativas financeiras para uma economia robusta e inclusiva.

No mercado financeiro, as sociedades cooperativas, tratando-se de instituições prevalentemente de lugar e dada a cartilha doutrinária que direciona a atuação do movimento ao redor do mundo, reúnem motivos além dos regulamentares para destacarem-se entre os agentes reconhecidos por suas boas práticas ambientais, sociais e de governança. Dito de outra forma, as cooperativas, igualmente no presente caso, têm encargos diferenciados quando comparadas a operadores da mesma indústria, inclusive quanto à conscientização sobre a importância do desenvolvimento sustentável em esfera de influência. (MEINEN, 2022). Disponível em: <<https://www.oseudinheirovalem.com.br/cooperativismo-financeiro-e-esg/>>. Acesso em: 24 out. 2022.

Atributos como transparência, equidade, integridade e responsabilidade corporativa e social devem ser cultivados na prática, além de melhorar todo o processo sucessório, ainda há muito espaço a ser ocupado por diversos gêneros cujo objetivo é que a cooperativa seja considerada verdadeiramente inclusiva e benévola em diversidade e equilíbrio de gênero.

Existem várias razões pelas quais a questão foco versus diversificação é importante no contexto das instituições financeiras. Primeiro, as instituições financeiras enfrentam várias regulamentações, muitas vezes conflitantes, que criam incentivos para diversificar ou focar seus portfólios de ativos, como a imposição de requisitos de capital vinculados ao risco de ativos, restrições de filiais, investimentos de ativos e assim por diante. (ACHARYA; HASAN; SAUNDERS, 2006 p. 79).

Os dirigentes precisam dar atenção especial à manutenção e recuperação da identidade da cooperativa, suas verdadeiras credenciais para que a ação seja voltada para posicionar os principais atores do ESG. Caso contrário, ignorando sua origem e “por que”, as cooperativas tendem a se desviar de seu verdadeiro propósito e perder sua razão de ser. Uma questão que surge é se, sob a nova estrutura, as cooperativas podem manter, respeitar e aprimorar a aplicação dos princípios corporativistas, em vez de se transformarem em organizações financeiras tradicionais disfarçadas de cooperativas. Uma instituição financeira pode ter uma obrigação implícita para com a comunidade em que está inserida. Por ser reconhecida como uma organização financeira de proximidade, uma cooperativa financeira deve atender às necessidades de desenvolvimento de toda a comunidade.

1.2 OPORTUNIDADES SIGNIFICATIVAS PARA INCORPORAR A PAUTA ESG

Os empresários procuram cada vez mais mostrar seu desejo de compartilhar um senso geral de responsabilidade. Este conceito abrange todos os aspectos do negócio onde uma nova filosofia de negócios que rompe com a doutrina religiosa predominante. É definido pelos padrões ambientais da ESG. As empresas devem considerar as tendências sociais, ambientais e econômicas mais amplas ao determinar sua responsabilidade.

No entanto, alguns dados revelados pela pesquisa, como a falta de metas ESG específicas e formais para mais da metade das cooperativas pesquisadas, sugerem que essas entidades ainda têm uma boa oportunidade de incorporar referenciais ambientais, sociais e de governança.

Verdades ou juízos fundamentais, que servem de alicerce ou de garantia de certeza a um conjunto de juízos, ordenados em um sistema de conceitos relativos à dada porção da realidade. As vezes também se denominam princípios certas proposições, que apesar de não serem evidentes ou resultantes de evidências, são assumidas como fundantes da validade de um sistema particular de conhecimentos, como seus pressupostos necessários. (REALE, 2002, p.60).

A pandemia de covid-19 reforçou a maior consciência dos riscos iminentes associados às ameaças representadas pelas alterações climáticas, bem como a crescente necessidade de inclusão e diversidade. Como resultado, os membros das cooperativas de crédito e outras partes interessadas estão exigindo cada vez mais que as cooperativas de crédito adotem uma postura específica, rápida e transparente sobre o desempenho de suas cooperativas de crédito. Pilar ESG.

Três quartos das cooperativas expressaram publicamente compromissos sociais, ambientais e de governança relacionados à sua estratégia corporativa, mas apenas 48% estabeleceram metas específicas ESG. Quase todas as cooperativas de crédito (98%) possuem políticas e procedimentos para avaliação de riscos socioambientais na fase de análise de crédito. Esta é uma exigência do Banco. (RESOLUÇÃO CMN 4.327/14 e CMN nº 4.606/2017).

A resolução aborda a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e climática (PRSAC) e suas ações para alcançar sua efetividade em Instituições classificadas nos segmentos S1 a S4 (conforme determinado pela resolução BCB 139/2021) e Ações para obter resultados PRSAC, como seu critério de avaliação sob uma lista de setores econômicos realizados pela cooperativa de acordo com lista de produtos e serviços prestados.

Em 1º de outubro de 2021, por meio da Resolução BCB nº 140/2021, o Banco Central formalizou novas regras e restrições às cooperativas de crédito. No contexto dessas novas exigências do Banco Central, destacam-se os dados de estudo com mecanismos formais de monitoramento de suas práticas socioambientais. E foi observado que as cooperativas estão bem abaixo de 98% com políticas e procedimentos para avaliação de riscos socioambientais – indicando um espaço significativo para melhorias.

Nos últimos anos, várias instituições financeiras nacionais e internacionais adotaram padrões ESG para financiamento privado. No Brasil, o Itaú-Unibanco desenvolveu uma política corporativa de riscos socioambientais, incorporando

critérios de análise de crédito das empresas.

Além de aspectos rotineiros como finanças, gestão e governança, a análise abrange práticas ambientais, de biodiversidade e de direitos humanos. O Bradesco Asset Management (Bram), segunda maior gestora de recursos privados do país, divulgou atualmente um conjunto de elementos que identificam empresas que mais investem em critérios ESG.

As cooperativas de crédito estão realmente contribuindo para o meio ambiente ou a sociedade, e temos um impacto positivo em todas as partes. Adotar o pilar ESG na estratégia de negócios parece ser um risco financeiro no curto prazo, mas não adotá-lo é um risco existencial concreto no longo prazo. médio e longo prazo. Quanto mais cedo uma empresa estiver pronta para enfrentar esse desafio, maiores serão suas chances de sucesso.

Nos últimos anos, e em particular, no ano em curso, os riscos socioambientais em escala global, causados pela pandemia, acidentes e litígios ambientais, alterações climáticas envolvendo mobilidade populacional e conflitos sociais, reforçam o papel transversal dos fatores ESG no contexto dos investimentos. Empresas com práticas sustentáveis possuem menor risco, tendência de maior permanência no mercado e oportunidades de gerar maior rentabilidade no longo prazo. Ao considerar a sustentabilidade nas suas operações, as empresas se posicionam em um patamar diferenciado de mercado, com impacto positivo diretamente nos negócios, na competitividade e nos relacionamentos com stakeholders, incluindo seus investidores. Estes agentes que detêm o capital podem influenciar diretamente os investimentos e a rentabilidade das empresas. (KANOPPA; WIECHETECK, 2020 p. 1).

As cooperativas podem adotar uma abordagem proativa e usar essas métricas e divulgações confiáveis para contar suas histórias a funcionários, membros, fornecedores e outras partes interessadas. Isso exige que as pessoas aproveitem ao máximo a tecnologia, entendam melhor o que precisa ser feito e atuem mais rapidamente para fazer mudanças em questões ESG relevantes, é possível avaliar como operar de forma mais eficaz aumentando a diversidade da força de trabalho para avançar nas metas ESG.

A empresa cooperativa deve ser autônoma, independente. Primeiro, por se tratar de uma iniciativa concebida por membros trabalhando em conjunto formada pela autogestão, ou seja, o governo à sua maneira. Vale ressaltar que, o sucesso

ou fracasso do empreendimento afeta apenas os empregados. Em segundo lugar, a gestão é exclusiva dos associados não havendo questões de influências externas principalmente aquelas que prejudicam o caráter coletivo das cooperativas. À medida que o ambiente de negócios se torna mais dinâmico, as empresas precisam mudar isso, independentemente do corpo diretivo pondo em prática valores mais consistentes para a cultura corporativa. Em algumas companhias, o debate sobre ética e reputação já existe há muito tempo entre gestores, executivos, players de comunicação e consultorias.

Nos últimos anos, e em particular, no ano em curso, os riscos socioambientais em escala global, causados pela pandemia, acidentes e litígios ambientais, alterações climáticas envolvendo mobilidade populacional e conflitos sociais, reforçam o papel transversal dos fatores ESG no contexto dos investimentos. Empresas com práticas sustentáveis possuem menor risco, tendência de maior permanência no mercado e oportunidades de gerar maior rentabilidade no longo prazo. Ao considerar a sustentabilidade nas suas operações, as empresas se posicionam em um patamar diferenciado de mercado, com impacto positivo diretamente nos negócios, na competitividade e nos relacionamentos com stakeholders, incluindo seus investidores. Estes agentes que detêm o capital podem influenciar diretamente os investimentos e a rentabilidade das empresas. (KANOPPA; WIECHETECK, 2020, p. 1).

A expansão do alcance das instituições financeiras tem sido notória, e as cooperativas de crédito, entidades sem fins lucrativos, vêm utilizando essa tática para aumentar os produtos e serviços oferecidos aos seus associados. Assim, as estratégias de diversificação tornam-se questões relevantes.

2 METODOLOGIA

Nesta seção, o pesquisador deverá apresentar o tipo de pesquisa, o método de abordagem, os métodos de procedimento e as técnicas de coleta de dados, atento às correlações existentes entre essas variáveis.

2.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA

O pesquisador pode começar a seção de metodologia contemplando o tipo de pesquisa que desenvolverá. Há várias formas de categorização de uma pesquisa

relacionadas à natureza (teórica ou teórico-empírica), ao tratamento dos dados (qualitativa ou quantitativa), aos fins ou objetivos propostos (exploratória, descritiva ou explicativa), à conduta em relação aos dados ou procedimentos técnicos (bibliográfica, documental, experimental, estudo de caso, estudo de campo, dentre outras).

2.2 GERAÇÃO DE DADOS

As técnicas ou procedimentos técnicos podem ser definidos como um conjunto diferenciado de informações as quais são reunidas e acionadas em forma de instrumentos para realizar operações intelectuais ou físicas, sob o comando de uma ou mais bases lógicas de investigação. Correspondem à parte prática da geração de dados. Para operacionalizar os procedimentos técnicos, o pesquisador poderá utilizar vários recursos, partindo das duas grandes divisões:

Documentação Indireta: o levantamento dos dados será realizado por meio de pesquisa documental em fontes primárias como em arquivos públicos ou particulares, fontes estatísticas, entre outros; pesquisa bibliográfica em fontes secundárias como livros, ensaios, compilações, artigos científicos, imprensa escrita, meios audiovisuais, entre outros;

Documentação Direta: o levantamento dos dados será realizado no próprio local onde os fenômenos ocorrem. As informações poderão ser colhidas a partir da observação direta intensiva (observação e/ou entrevista) e/ou da observação direta extensiva (questionário e/ou formulário).

2.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A seção de análise e de interpretação dos dados tem por objetivo determinar de que forma foram empregadas as informações da coleta, com a finalidade de obter explicações adequadas para a pesquisa. Pressupõe-se, nessa perspectiva, a escolha do método de abordagem utilizado com o intuito de se pesquisar os fenômenos da natureza e da sociedade. Como exemplos de métodos de abordagem apresentam-se o indutivo, o dedutivo, o hipotético-dedutivo e o dialético (MARCONI; LAKATOS, 2010), entendidos por alguns autores como reciprocamente excludentes entre si (MEZZAROBA; MONTEIRO, 2008):

Método dedutivo: parte das teorias e das leis, na maioria das vezes prediz a ocorrência dos fenômenos particulares (conexão descendente).

Método indutivo: cuja aproximação dos fenômenos caminha geralmente para planos cada vez mais abrangentes, indo das constatações mais particulares às leis e às teorias (conexão ascendente);

Método hipotético-dedutivo: que se inicia pela percepção de uma lacuna nos conhecimentos, acerca da qual formula hipóteses e, pelo processo de inferência dedutiva, testa a predição da ocorrência de fenômenos abrangidos pela hipótese;

Método dialético: que penetra o mundo dos fenômenos por meio da ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade.

Além do método de abordagem, podem ser adotados, na condução da pesquisa, métodos de procedimento, denominados também de auxiliares, com caráter instrumental secundário. Constituem etapa mais concreta da investigação, com finalidade mais restrita em termos de explicação geral de fenômenos menos abstratos (MARCONI; LAKATOS, 2010). Para utilizá-los, deve-se observar a flexibilização e a possibilidade de conjugação dos mesmos (as combinações adotadas dependerão das condições do objeto de pesquisa e dos objetivos traçados). Alguns deles são:

Método experimental ou empírico: fundamentado na experiência, constitui-se como um ensaio científico em que o objeto de pesquisa é submetido a um quadro totalmente controlado e destinado à verificação de seus atributos. Enquadra-se mais em pesquisa de abordagem quantitativa.

Método estatístico: a partir de dados coletados e analisados, objetiva fornecer uma base concreta e segura das informações. Utiliza-se com maior frequência em pesquisas de abordagem quantitativa.

Método histórico: coloca o objeto de pesquisa sob uma perspectiva histórica. Pode ser usado tanto com abordagem quantitativa quanto qualitativa.

Método comparativo: promove o confronto dos elementos pesquisados, levando em consideração seus atributos. Pode ser usado tanto com abordagem quantitativa quanto qualitativa.

Método monográfico: relacionado a um estudo de caso, por meio do qual se estuda especificamente e com profundidade indivíduos, profissões, condições,

instituições, grupos ou comunidades, no intuito de gerarem-se dados representativos e análogos a realidades e fenômenos semelhantes.

Em função disso, mostram-se como as informações são organizadas na pesquisa, incluindo tabelas e ilustrações, questionários e entrevistas, para o claro entendimento da investigação. Ao final, pode-se apresentar, de forma sintética, o que será desenvolvido na próxima seção, de maneira a orientar o leitor.

CONCLUSÃO

O ESG em todos os aspectos da sustentabilidade é um caminho que todas as empresas deveriam ter trilhado há muito tempo. Esse tema é ainda mais importante hoje, justamente porque o planeta está passando por um período de turbulência. Os mercados desempenham um papel fundamental para tornar o mundo um lugar melhor e mais inclusivo. Grandes marcas e grandes organizações, aquelas que sobreviveram a tempos tão difíceis, compartilham dessa característica e, associada a ela, têm uma agenda estratégica de comunicação com os stakeholders baseada na transparência. O mundo está no limite. Questões éticas, debates acalorados e a necessidade de gritos de rua só aumentaram a ansiedade corporativa, fomentando aceleração de tomadas de decisões. Portanto, a inquietação por desatenção pode ser prejudicial. É importante sempre avaliar o ambiente externo para ver o que faz sentido para a empresa. Portanto, os valores ESG estão sendo considerados importantes para os investidores e a estratégia das empresas.

REFERENCIAS

ACHARYA, V. V. HASAN, I. & SAUNDERS, A. **Should Banks Be Diversified?** Evidence from Individual Bank Loan Portfolios. *Journal of Business*, 2006, p.79.

ALVES, A. G. M. P. **As Cooperativas Agropecuárias e o BRDE:** histórico, situação atual e perspectivas. Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, Porto Alegre, 2003.

BARBOSA, G. S. **O Desafio do Desenvolvimento Sustentável.** Revista Visões, Macaé, 4ª ed., v. 1, n. 4.

BRAGA, M. J.; PEREIRA, J. R.; CANÇADO, A. C.; VIEIRA, N. S.; CARVALHO, D. M.; CETTO, V. M.; RIGO, A. S. **Tirando a Máscara:** princípios cooperativistas e autenticidade das cooperativas. Viçosa, UFV, 2002 (Relatório Final de Pesquisa, CNPq).

COLONIESE, C.; LOURENCI, A.; RODRIGUES, L.M.S. **Sistema Cresol, uma Família que Cresce com Você.** In: VOLLES, A.; COLONIESE, C.;

MITTELMANN, C.C.; CINTRA, C.A. (Orgs). **Ensaio sobre o Cooperativismo Solidário.** Francisco Beltrão: Infocos, acesso em: 25 out 2022.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, ed. 2, acesso em: 25 out 2022.

DELFINO, A. L.; LAND, A. G.; SILVA, W. R. **A Relação entre Valores Pessoais e Organizacionais Comparados aos Princípios do Cooperativismo.** Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, Minas Gerais, v. 1, n. 3, p. 67- 80.

DRUMOND, V.R.S. **A Aplicação dos Princípios Cooperativistas na Gestão dos Empreendimentos Cooperativos.** Coletânea de artigos apresentados no I Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo (EBPC).

FERREIRA, G. M.V.; SILVA, D.F. **Educação Cooperativista.** Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico, Rede e-Tec Brasil, 2015, p. 65.

FILHO, L. D. T. **Pelos Caminhos do Cooperativismo:** com destino ao crédito mútuo. São Paulo: Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo, ed. 2, p. 304.

KANOPPA, Ana Paula. WIECHETECK, Marcelo. **Oportunidades com Adoção de Princípios ESG.** 2020 p.1.

MARTINS, M. M; PASSADOR, C. S. **O Papel da Organização Cooperativa no Desenvolvimento de uma Região:** um estudo de caso de uma cooperativa de pequenos produtores de São Paulo. In: Anais do 47º Congresso SOBER – Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural.

MEINEN, Ênio. **Cooperativismo Financeiro e Abordagem ESG: compromissos e oportunidades.** Portal do Cooperativismo Financeiro. Disponível em: <<https://cooperativismodecredito.coop.br/2022/03cooperativismo-financeiro-e-abordagem-esg-compromissos-e-oportunidades-por-enio-meinen>>. Acesso em: 25 out. 2022.

MEINEN, Ênio. Ê.; PORT, M. **Cooperativismo Financeiro:** percurso histórico, perspectivas e desafios. Brasília: Confebrás, acesso em: 25 out 2022.

MONTIBELLER-FILHO, G. **Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável, Conceitos e Princípios.** Textos de Economia, Florianópolis, v. 4, n. 1, UFSC, Acesso em: 25 out. 2022.

REALE, M. **Filosofia do Direito.** 19. ed., São Paulo: Saraiva, 2002, p. 60.

TURNOVER E O PROCESSO DE MANTER PESSOAS EM UMA INDUSTRIA DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS

Alexsandro Tramm¹
Carla A. Fernandes²
Janice Walter³
Marcos Rogério Rodrigues⁴

RESUMO

O Turnover vem sendo um desafio para os gestores para conseguir manter o empregado mais tempo na empresa, de modo que o tema desse artigo é Turnover e o processo de manter pessoas em uma indústria de implementos agrícolas, situada na região noroeste do RS, no período de 01 de janeiro a 30 de setembro de 2021, que busca responder o problema, como diminuir o índice de turnover, com o propósito de manter o empregado mais tempo na empresa? Este estudo tem como objetivo geral mensurar o índice de rotatividade para elaborar alternativas para aumentar o tempo de permanência do empregado na empresa. Para prosseguir com o estudo no decorrer do trabalho foi trazido temas como, gestão de pessoas, turnover nas organizações e o processo de manter pessoas. A metodologia utilizada foi coleta de dados para conhecer sobre a empresa e o processo de recrutamento e desligamento dos funcionários junto com a gestora de recursos humanos da empresa. Como conclusão verificou sugestões de melhoria para a empresa, como clima organizacional, benefícios e plano de cargos e salários, onde foram apresentadas algumas sugestões de melhoria para a empresa, com o objetivo de contribuir para o bem-estar do funcionário no trabalho.

Palavras-Chave: Turnover; Empregado; Gestor.

¹ Graduado em Administração – Faculdades Integradas Machado de Assis. alexsandrottram@hotmail.com

² Graduada em Administração - Faculdades Integradas Machado de Assis. caarla_fernandes011@hotmail.com

³Mestra em Desenvolvimento - UNIJUI, Bacharel em Administração/Comércio Internacional - FEMA, Especialista em Gestão de Pessoas - UNINTER. Docente nas Faculdades Integradas Machado de Assis, cursos de Ciências Contábeis, Tecnólogo em Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão de Recursos Humanos. janice@sommacontabilrs.com.br

⁴ Mestre em Administração. Professor do Curso de Administração. Faculdades Integradas Machado de Assis. marcosrodrigues@fema.com.br

INTRODUÇÃO

As pessoas são a base do sucesso para qualquer empresa, são elas que ajudam a cumprir suas metas e objetivos, elas têm todas as informações e

conhecimentos necessários para o seu desenvolvimento, por isso é fundamental buscar sua motivação, para que elas continuem desenvolvendo suas atividades com comprometimento e determinação.

Nesse sentido o tema é: turnover e o processo de manter pessoas em uma empresa de implementos agrícolas e a delimitação deste tema é turnover e o processo de manter pessoas em uma indústria de implementos agrícolas, situada na região noroeste do RS, no período de 01 de janeiro a 30 de setembro de 2021.

Quanto ao problema da pesquisa busca como diminuir o índice de turnover, com o propósito de manter o empregado mais tempo na empresa? Portanto tem como objetivo geral mensurar o índice de rotatividade para elaborar alternativas para aumentar o tempo de permanência do empregado na empresa.

Os objetivos específicos deste estudo é, conhecer a gestão de pessoas utilizadas pela empresa, identificar o perfil dos empregados e suas necessidades para permanecer no trabalho, propor sugestões de processos para manter por mais tempo possível o empregado na empresa.

A metodologia adotada para o presente trabalho é aplicada, quanto ao tratamento de dados é quantitativa e qualitativa, pesquisa metodológica, exploratória, descritiva, explicativa, bibliográfica e estudo de caso.

Para que se tenha um bom andamento das atividades é importante que o funcionário permaneça na empresa, que busque o seu crescimento profissional, para isso é importante manter um bom clima organizacional, que estimule o funcionário a ficar e crescer junto com a empresa.

Para a construção do embasamento teórico é utilizado o conhecimento de autores que destacam: Chiavenatto, Lacombe, Dutra os quais são distribuídos nos tópicos de gestão de pessoas, turnover nas organizações e processo de manter pessoas.

O artigo segue a estruturação em introdução, referencial teórico, metodologia, análise e diagnóstico dos resultados, sugestão de melhoria, conclusão e referências.

1 REFERENCIAL TEORICO

Cada vez mais a Gestão de pessoas vem sendo mais vista e valorizada pela empresa, a satisfação, a motivação e a retenção de funcionários traz grandes benefícios para empresas que podem ser vistos e analisados pelos resultados da

organização, uma boa gestão faz toda a diferença para o sucesso de qualquer organização.

É importante que o profissional de recursos humanos tenha conhecimento para saber selecionar pessoas capacitadas para ocupar determinadas vagas que a empresa oferta. “A seleção abrange o conjunto de práticas e processos usados para escolher, dentre os candidatos disponíveis, aquele que parece ser o mais adequado para a vaga.” (LACOMBE, 2005, p.79).

A colaboração eficaz das pessoas se dá através de uma boa Gestão de Pessoas para assim poder alcançar os objetivos da empresa e também das pessoas que a compõe, sendo que estas podem ser uma fonte de sucesso e também de fracasso dependendo da maneira que são tratadas (CHIAVENATO, 2010).

Gestão de pessoas também chamada por outros nomes como: departamento pessoal; desenvolvimento de talentos; relações industriais; capital humano; porém mais conhecida como Gestão de Pessoas. (CHIAVENATO, 2010, p. 11).

As empresas gastam tempo e dinheiro consertando problemas com pessoas que na maioria das vezes pode ser resolvido com uma boa seleção de pessoal, os bons resultados dependem de pessoas competentes e motivadas, este é um dos papéis importantes do profissional de recursos humanos, contratar pessoas certas para setores certos (LACOMBE, 2012).

Para Knapik, o processo de gestão de pessoas cada vez mais vem se modernizando e mudando constantemente, esse profissional acaba revendo o seu conceito e cada vez mais participando dos planejamentos estratégicos, para que possam buscar o melhor de cada indivíduo (KANAPIK, 2008).

É através do profissional de Gestão de Pessoas que a empresa vai ter pessoas competentes e qualificadas para cada setor, trazendo assim novos talentos para agregar, buscando sempre manter um ambiente saudável para o trabalhador.

1.1 TURNOVER NAS ORGANIZAÇÕES

Um dos grandes problemas enfrentados nas organizações é a rotatividade de seus funcionários de conseguir manter os mesmos no ambiente de trabalho engajados e focados se tornando ainda mais difícil a mão de obra qualificada, assim esta perda de pessoal vem tendo preocupação por parte dos gestores.

Ainda segundo Chiavenato, “[...] o absenteísmo, também denominado ausentismo, é uma expressão utilizada para designar as faltas ou ausências dos empregados ao trabalho.” (CHIAVENATO, 2000, p. 190).

Chiavenato corrobora ao afirmar que para ser feita uma análise da rotatividade ela deve ter exposta para assim permitir comparações (CHIAVENATO, 2009).

O cálculo do índice de rotatividade de pessoal é baseado no volume de entradas e de saídas de pessoal em relação ao efetivo disponível em certa área ou unidade da organização, dentro de certo período de tempo e em termos percentuais. (CHIAVENATO, 2009).

Os índices de rotatividade estão ligados diretamente com o custo da empresa, pois um novo recrutamento e seleção gera custos de contratação para a organização. “Alto índice de rotatividade causa uma ruptura na eficiência da organização, pois quando pessoas experientes vão embora é necessário encontrar substitutos para assumir posições de responsabilidade.” (ROBBINS; JUDGE; SOBRAL, 2011, p. 24).

Ainda para os autores, todas as organizações possuem rotatividade, na qual muitas vezes esta pode representar até algo positivo para as empresas, pois se os funcionários que não são produtivos deixam suas atividades, pode-se dizer que neste momento surgem oportunidades para as pessoas que queiram fazer a diferença, ou seja, pode-se dar lugar para uma pessoa mais capacitada e assim também trazer novas ideias.

1.2 PROCESSO DE MANTER PESSOAS

Para manter pessoas a empresa precisa conhecê-las e buscar saber quais são seus objetivos e suas necessidades, criando assim boas condições de trabalho para que elas se mantenham em suas atividades.

Trabalhar em uma empresa requer habilidades em saber executar o seu trabalho, saber relacionar-se com seus colegas e superiores e também saber lidar com regras e metas, isso significa saber adaptar-se ao ambiente de trabalho (CHIAVENATO, 2010).

A satisfação e a motivação dos colaboradores são fundamentais no contexto empresarial, algumas atitudes como saúde ocupacional, carreira profissional, benefícios opcionais, podem auxiliar o empregado a manter-se motivado.

A motivação é importante para o conhecimento humano, ela está ligada com o comportamento de cada indivíduo, para conseguirmos compreender seu comportamento precisamos conhecer sua motivação (CHIAVENATO, 2010).

Antigamente as pessoas não davam muito importância para a motivação, na época para eles o mais importante eram as condições físicas de trabalho como iluminação, ventilação etc., e não as condições humanas (LACOMBE, 2012).

As pessoas têm necessidades insatisfeitas, que é o que as motivam, as pessoas buscam satisfazer essas necessidades, quando uma é satisfeita automaticamente buscam outras para satisfazer (LACOMBE, 2012).

Lacombe pontua que, para motivarmos pessoas é preciso conhecê-las saber quais são as suas necessidades, pois não adianta traçar por exemplo um plano de motivação, pois o que para um pode motivar para o outro não, todos têm algo que os motive, pode ser que não seja dentro do trabalho, mas sim fora, por isso a necessidade de conhecer um pouco mais sobre cada um dentro da empresa e descobrir o que a motiva (LACOMBE, 2012).

Para Chiavenato, o clima organizacional de dá também através do estilo de diferença e muitas vezes são criados em um curto espaço de tempo. Segundo Hunt, Schermerhorn e Osborn quando se tem um bom clima dentro da empresa os empregados trabalham melhor, e conseqüentemente trazem bons resultados (HUNT; SCHERMERHORN; OSBORN, 2008).

A busca pela qualidade de vida de trabalho dos empregados também é um fator importante para ser levado em consideração sendo que ela é notável na satisfação dos empregados em relação à empresa. Conforme dizem Hunt, Schermerhorn e Osborn: “Também é um lembrete claro de que o ótimo desempenho pode e deve ser atingido através de um alto nível de satisfação no trabalho”. (HUNT; SCHERMERHORN; OSBORN, 2008, p. 34).

As empresas são formadas por pessoas, e é delas que as mesmas precisam para garantir o seu andamento, sendo necessário buscar a harmonia e também o equilíbrio entre as duas partes, para Knapik “[...] o homem é um ser social, que vive e depende de organizações e grupos, e essa relação está sujeita a uma infinidade de variáveis que modelam o comportamento humano.” (KNAPIK, 2008, p. 95).

Ainda segundo o autor “[...] motivar que dizer mover para a ação, mobilizar energias e esforços na busca da realização de determinadas metas. Motivação portanto

é o que move uma pessoa para uma determinada direção.” (KNAPIK, 2008, p. 96).

A motivação pode variar de uma pessoa para outra, nem sempre o que motiva uma vai motivar a outra também, elas dependem da necessidade do indivíduo que são suas fontes de motivação (KNAPIK, 2008).

Segundo o autor Chiavenato, muitas vezes é difícil conhecer e saber dizer o que significa motivação para as pessoas pois pode ser utilizado em vários sentidos. “De modo geral, motivo é tudo aquilo que impulsiona a pessoa a agir de determinada forma ou, pelo menos, que dá origem a um comportamento específico.” (CHIAVENATO, 2003, p. 89).

Portando o processo de manter pessoas não busca só como manter o funcionário na empresa, mas também manter ele motivado para exercer as suas atividades, construindo assim colaboradores mais satisfeitos e como consequência menos rotatividade de pessoas.

2 DIAGNOSTICO E ANALISE DE RESULTADOS

A empresa iniciou as suas atividades em 1ª de julho de 2007, com o objetivo de trazer produtos de qualidade e diferenciais que possam melhorar a produtividade no campo. Após quase 14 anos de história, a empresa buscou expandir-se sendo que no início do ano de 2021 uma empresa multinacional, também do ramo agrícola comprou todas as suas ações dando continuidade nas suas atividades.

Com o objetivo de entender como funciona o processo de gestão buscou-se entender como se dá a estrutura da empresa a qual se divide hierarquicamente em: diretor geral; diretor de operações, gerente industrial (produção, suprimentos, programação e controle da produção, além da qualidade), gerente industrial externo (produção e suprimentos); gerente comercial (comercial, marketing, custos e engenharia) gerente de P&D e gerente marketing e pós-vendas é externo, gerente de Rh, RH e segurança, gerente financeiro, financeiro\contábil.

Para saber mais como funcionam os processos internos da empresa que estão diretamente ligados com os funcionários foi realizada uma pesquisa com a gestora de recursos humanos que está há 1 ano na empresa, a mesma é formada em Ciências Contábeis e em gestão de cooperativas.

De acordo com a gestora o processo de recrutamento e seleção começa pela

seleção de currículos, os quais alguns são deixados diretamente na empresa, outros são selecionados por empresas terceirizadas e também é recebido por e-mail, esses currículos são selecionados pela gestora de recursos humanos juntamente com o gerente de produção.

Para selecionar os currículos que mais se adequam às vagas ofertadas é feita uma análise da história das pessoas, o seu histórico de emprego, a qualificação profissional, se caso não tiver qualificação e a empresa tem interesse na contratação é buscado encaixar para algum outro setor que não exige experiência.

No momento da entrevista os gestores passam quais são suas expectativas para o entrevistado buscando explicar também o processo de contratação. O novo colaborador primeiro passa por um período de experiência de 9 meses, a qual a sua contratação se dá por uma empresa terceirizada, nesse período de experiência eles são contratados como prestadores de serviço da empresa, passado esse período de experiência a empresa analisa se eles serão efetivados ou não.

No momento da contratação de pessoas terceirizadas todos são contratados com a mesma função de auxiliar de fábrica e com o mesmo salário, é informado para todos no momento da contratação, que durante esses 9 meses de experiência não há alteração de salário, porém caso aconteça de algum entrevistado ter um curso que a empresa pede ou experiência há mais tempo na área são contratos diretos pela empresa.

O empregado sendo efetivado passará de prestador de serviço para empregado da empresa, sendo reconhecido pelo seu trabalho com alteração de função e salário tendo direito a férias e todos os outros direitos a partir da data que forefetivo.

Assim pode-se verificar que é importante buscar um profissional qualificado, buscar mais opções de candidatos para uma vaga, e também no momento da escolha, escolher alguém que tenha, possível habilidade técnicas para desenvolver as atividades.

A empresa tem dificuldades de encontrar pessoas qualificadas e também interessadas para trabalhar e assim conseguir preencher as vagas que tem em aberto para o setor fabril, falta mão-de-obra e muitas vezes quando encontram alguém qualificado muitos já estão empregados.

São oferecidas oportunidades de crescimento para os funcionários, buscando sempre pessoas que já entregam o quadro de funcionários fabril para preencher vagas

que tem em aberto, para isso é levando em consideração o desenvolvimento do funcionário dentro da empresa, o seu tempo na função e também o conhecimento que ele tem.

Os funcionários têm direito a vale alimentação, ganhando um bônus a mais conforme a sua assiduidade, vale transporte para o seu deslocamento até a empresa, e também almoço, no qual a empresa paga 80% do valor.

Os líderes de cada setor da fábrica juntamente com o gerente de produção realizam reuniões 3 vezes na semana para fazer o alinhamento das atividades e discutir pontos relevantes, essas informações são levadas para os funcionários na primeira hora da manhã todos os dias, cada líder de setor fica encarregado de repassar as informações para seus subordinados.

A comunicação entre os setores da fábrica se dá mais em horários de intervalo, os líderes de setores conversam entre si nas reuniões durante a semana e se precisam resolver algum outro assunto de imediato são marcadas reuniões esporádicas.

A empresa se coloca à disposição para o funcionário, se em algum momento a empresa não está satisfeita com alguma coisa, é chamado para conversar, quando eles deixam de ser terceirizado e passam a ser efetivos pela empresa são chamados para conversar e é passado um feedback sobre como o seu trabalho é visto pela empresa.

É importante assegurar que da maneira que a empresa está repassando as informações estão chegando de maneira clara para os empregados e também que eles saibam que tenham abertura para esclarecimento de dúvidas.

A empresa não tem refeitório, sendo assim o almoço é oferecido em um restaurante que fica próximo. Para o almoço, os colaboradores dispõem de uma hora e cinco minutos, após realizarem a refeição os mesmos acabam ficando a maior parte deste tempo no restaurante visto, que até o momento a empresa ainda não dispõe de um local de descanso dos mesmos.

Uma das formas de trabalhar o engajamento dos funcionários se dá através do reconhecimento pelo seu trabalho. Quando o colaborador precisa ficar além da sua carga horária normal, é oferecido lanche. Outra recompensa é o bônus extra do vale refeição que é praticado quando o colaborador possui uma assiduidade. Além disso a empresa também realiza uma confraternização entre os aniversariantes do mês.

Em relação às faltas e atestados, é feito um levantamento para saber o motivo

da falta, é pedido sempre para eles avisarem quando não vem trabalhar, se caso eles não avisam é ligado para o funcionário para saber o porquê não compareceu na empresa. Esse é um dos fatores que é observado no período de experiência, se ele não vem trabalhar se ele avisa, se tem alguma justificativa.

Portando entende-se por absenteísmo todos os períodos que os empregados estão ausentes do trabalho podendo ser por falta, atraso ou também um motivo não justificado.

No período de janeiro a setembro de 2021 no qual foi feito o levantamento de dados teve mais demissões a pedido dos funcionários do que por iniciativa da empresa.

No período analisado teve 33 admissões, 5 demissões pela empresa e 14 demissões a pedidos do funcionário, sendo analisado apenas o setor fabril que é composto por 53 pessoas. Então de acordo com a fórmula, o índice de rotatividade segundo o cálculo é 49,05% de rotatividade.

Para conseguir ter um entendimento claro referente ao segundo objetivo específico, buscou-se entender quais seriam as necessidades dos funcionários do chão de fábrica.

No momento da aplicação do questionário haviam 53 funcionários efetivos, sendo que destes haviam 2 de férias, 1 em afastamento médico, e 7 não responderam, sendo que 43 questionários foram respondidos.

Pode-se verificar que das 43 pessoas entrevistadas, 42 são do sexo masculino e uma do sexo feminino, foram entrevistadas 19 pessoas do setor da solda, 9 da montagem, 6 da pintura, 2 do recebimento, 2 da expedição, 1 da dobra, 1 almoxarifado e 2 pessoas não responderam que setor pertencia.

A idade dos entrevistados foram, menos de 20 anos 4 pessoas, de 20 a 30 anos 19 pessoas, de 31 a 40 anos 9 pessoas, de 41 a 50 anos 7 pessoas, de 51 anos ou mais 3 pessoas, teve 1 pessoa que não respondeu a idade. Já do tempo de empresa obteve-se os seguintes dados: menos de 1 ano 25 pessoas, de 1 a 3 anos 8 pessoas, de 4 a 7 anos 5 pessoas, de 8 a 10 anos 4 pessoas, 10 anos ou mais nenhuma e 1 pessoa não respondeu.

Para verificar sobre as alternativas que fizessem o funcionário permanecer mais tempo na empresa, onde 27 funcionários responderam salário atrativo, 22 bom ambiente de trabalho (clima organizacional), 19 bom relacionamento com colegas e

líderes, 11 pacotes de benefícios, 11 marcaram formação profissional e treinamento, 3 outros e nenhum não respondeu.

Cada funcionário podia responder mais de uma alternativa onde, nota-se que a grande maioria marcou salário atrativo como uma boa alternativa, seguido de um bom ambiente de trabalho, clima organizacional e bom relacionamento com colegas e líderes.

A empresa reconhece o trabalho desempenhado pelos funcionários no momento em que eles terminam o contrato como prestadores de serviços e passam a ser efetivos tendo alteração de cargo e salário, a empresa também considera que tem um bom ambiente de trabalho e relacionamento entre colegas e líderes, sendo que quando se tem qualquer desentendimento logo é solucionado.

Foi questionado também quais alternativas fariam o funcionário trocar a empresa por outra, podendo assim assinalar mais de uma alternativa, sendo que 32 trocariam por salário mais atrativo, 12 por um pacote de benefícios, 9 por um bom ambiente de trabalho, 8 por acessibilidade, 4 por um bom relacionamento com colegas e líderes, 4 por formação profissional e treinamento, 2 por outros motivos e 4 não responderam.

Pode-se observar que o salário atrativo também foi algo levado em consideração no momento de trocar a empresa por outra, seguido do pacote de benefícios, clima organizacional, acessibilidade. Já com relação aos itens 'bom relacionamento' e 'formação profissional', percebeu-se que poucos colaboradores se motivariam a trocar de empresa por esses motivos.

Dessa maneira percebe-se que algumas vezes é mais vantagem para a empresa aumentar um pouco o salário e ofertar benefícios do que ter que arcar com prejuízo de desligamento e ter que contratar e treinar outro profissional.

Foi deixada uma questão em aberto para que os funcionários colocassem quais seriam os benefícios que gostariam que a empresa tivesse.

Notou-se que 16 pessoas das 43 entrevistadas preferiram não responder a pesquisa, e o que mais levaram em consideração foi o plano de saúde.

Para medir o nível de satisfação dos funcionários com a empresa, foi questionado como eles se sentiam em relação a satisfação com a empresa na qual responderam: 21 sempre satisfeito, 18 quase sempre, 3 às vezes, 2 não responderam. Na alternativa 'quase nunca e nunca' não houve nenhuma resposta.

A grande maioria dos entrevistados estão satisfeitos com a empresa, sendo que 21 estão sempre satisfeitos, 18 quase sempre e 3 as vezes.

Quando questionado a empresa sobre os benefícios e oportunidades ofertadas a mesma colocou que quando se tem alguma vaga em aberto é feito recrutamento interno, e os benefícios oferecidos são vale alimentação, vale transporte e almoço.

Percebe-se que o engajamento que a empresa está buscando com o funcionário deixa-o satisfeito com a empresa. Buscou-se saber quais os pontos que motivam o funcionário a permanecer na empresa.

Quanto as informações que a empresa repassa para os funcionários se são claras e objetivas, obteve-se as seguintes respostas, 19 que acham que sempre são claras, 13 quase sempre, 6 às vezes, 4 quase nunca, 1 não respondeu, e a alternativa nunca não teve nenhuma resposta.

Em análise percebe-se que fica um tanto quanto divididas as opiniões, em sempre, quase sempre, e às vezes, nota-se que para alguns as informações não são tão claras objetivas.

Em questionamento com a empresa sobre o repasse das informações ela colocou que são repassadas através dos líderes de cada setor, e são repassadas para os funcionários e uma breve reunião na primeira hora da manhã.

Constata-se que está faltando alinhamento da empresa com o funcionário no repasse de informações, pois para alguns deles essas informações não estão chegando com clareza da maneira que estão sendo repassadas.

Quando questionado os empregados quanto aos treinamentos que a empresa oferece treinamento adequado antes de iniciar as suas atividades, obteve-se que, 11 entrevistados sempre acham que a empresa oferece o treinamento adequado, 11 às vezes, 9 quase sempre, 5 quase nunca, 5 nunca e 2 preferiram não responder.

Foi questionado aos funcionários se na opinião deles a empresa tem abertura para ouvi-los, onde obteve as seguintes respostas, 14 sempre, 12 quase sempre, 11 às vezes, 2 quase nunca, 2 nunca e 2 não responderam.

Nota-se que a grande maioria está satisfeita com a abertura que a empresa tem com ele, sendo que 14 estão sempre satisfeitos, 12 quase sempre, 11 às vezes, 2 quase nunca, 2 nunca e 2 preferiram não responder.

Em análise a entrevista que foi feita com a empresa, ela se coloca à disposição do funcionário e quando ela não está satisfeita com o mesmo é chamado para um

feedback.

Quanto às condições físicas de trabalho foi perguntado se a empresa oferece condições físicas (ambiente) para a execução de suas atividades, onde obteve-se os seguintes dados, 16 responderam que sempre, 14 quase sempre, 8 às vezes, 4 quase nunca, 1 não respondeu, e a alternativa 'nunca' não teve nenhuma resposta.

A grande maioria dos funcionários estão satisfeitos com as condições físicas que a empresa oferece, sendo que 16 estão sempre satisfeitos e 14 estão quase sempre.

Questionou-se o funcionário se pretende permanecer na empresa pelos próximos 12 meses, sendo que, 31 responderam que sempre pretendem permanecer, 7 quase sempre, 4 às vezes, 1 não respondeu, e quase nunca e nunca não teve nenhuma resposta.

Em análise nota-se que 31 dos entrevistados responderam que sempre pretendem permanecer na empresa pelos próximos 12 meses considerando que a grande maioria pretende permanecer na empresa.

Para saber como o funcionário se sente em relação a empresa foi questionado se os empregados sentem que o seu trabalho é reconhecido pela empresa, onde obteve-se, 15 respostas sempre, 9 às vezes, 3 quase nunca, 2 não respondeu e 1 respondeu nunca.

A empresa reconhece o trabalho dos funcionários efetivando-os quando se expira o seu contrato de 9 meses de experiência alterando o salário e função.

O reconhecimento pode ser distribuído desde o momento que o funcionário começa as suas atividades, podendo ser com simples gestos de agradecimento pelo trabalho desempenhado.

Foi questionado aos funcionários como eles consideravam a comunicação com a liderança, onde obteve-se os seguintes dados, 34 responderam boa a comunicação, 5 quase sempre, 3 às vezes, 1 não respondeu, e quase nunca e nunca não teve nenhuma resposta.

Diante dos assuntos abordados percebe-se que há pontos a serem melhorados e modificados, para assim buscar um alinhamento entre empresa e empregado.

Logo após os dados serem coletados e analisados e tendo em vista que o objetivo do estudo é propor sugestões de processo para manter por mais tempo possível o empregado na empresa, quando aplicadas as questões abertas para a

gestora de recursos humanos da empresa observa-se que a empresa busca com alguns processos reter o empregado.

Para melhorar o processo que a empresa adota para reter seus empregados, dando assim algumas sugestões de melhoria para que a empresa mantenha o empregado por mais tempo possível.

As alternativas que fazem o funcionário trocar de empresa e as que fazem ele permanecer, as respostas para as duas perguntas foi quase as mesmas, notando que o salário que faz ele sair da empresa é o mesmo que faz ele permanecer, recomenda-se que a empresa trabalhe uma política de cargos e salários, e faça uma pesquisa de mercado afim de verificar se o salário está compatível com a função.

Ainda sobre as alternativas que levam o funcionário a trocar de empresa, sugere-se que a empresa diminua o tempo que o funcionário fica na empresa como contrato terceirizado no qual é de 9 meses, se reduza para 90 dias, pois isso pode ser um fator que o funcionário leva em consideração no momento que surgir outra oportunidade.

Considerando os principais benefícios que os funcionários consideram importante, foi elencado pelos mesmos, plano de saúde, insalubridade e aumento no vale alimentação como os mais atrativos, recomenda-se que a empresa realize um estudo de viabilidade de implantar um plano de saúde, recomenda-se também que seja analisado a possibilidade de aumentar valores de vale alimentação e adotar o adicional de insalubridade.

Sobre as informações que a empresa repassa para os funcionários, para alguns elas não são claras e objetivas, recomenda-se então que a empresa tenha um espaço para expor as informações, que destaque no mural as últimas informações, que deixe separado, e não as informações mais antigas junto com as mais novas.

Em relação ao treinamento que a empresa oferece para o empregado, percebe-se que para alguns não está de acordo, sugere-se que a empresa busque parcerias com escolas profissionalizantes para preparar e qualificar os funcionários, podendo ofertar o curso em horário fora do expediente de trabalho.

Relacionado com as condições físicas que a empresa oferece para o funcionário desenvolver suas atividades percebeu-se que alguns não estão satisfeitos, sugere se então que a empresa reveja a estrutura do setor e veja possibilidade de arejar mais o ambiente, colocar mais ventiladores e exaustores para circulação de ar

No final dessa pesquisa constata-se que a análise feita entre a empresa e o funcionário destacou alguns pontos a serem melhorados que podem ser observados de forma para alavancar resultados para a empresa e satisfação dos funcionários por base de cada indivíduo a sua visão em cada ponto apresentado e a empresa pode analisar o que for relevante para se ter um nível maior de empregabilidade.

CONCLUSÃO

O presente estudo realizado em uma empresa de implementos agrícolas situada na região noroeste do RS, teve como delimitação, o turnover e o processo de manter pessoas em uma indústria de implementos agrícolas e como problema teve de que maneira diminuir o índice de turnover, com o propósito de manter o empregado mais tempo na empresa.

Buscando atender o primeiro objetivo que foi conhecer a gestão de pessoas utilizada pela empresa, foi percebido que a empresa se preocupa com o bem-estar do empregado, e também busca um bom relacionamento no ambiente de trabalho.

Levando em consideração o segundo objetivo específico de identificar os empregados e suas necessidades de permanecer no trabalho, o mesmo foi atendido, demonstrando-se que os funcionários estão satisfeitos com a comunicação que tem com líderes e um bom relacionamento com colegas, e também a maioria deles pretende permanecer na empresa pelos próximos 12 meses.

Atendendo o terceiro objetivo de propor sugestões de processos para manter por mais tempo possível o empregado na empresa, visando melhorar os benefícios que a empresa oferta, o salário oferecido, as informações que a empresa repassa aos funcionários foi apresentado algumas sugestões de melhoria como desenvolver política de cargos e salários, arejar mais o ambiente colocando exaustores e espaço para expor as informações no mural da empresa.

Considerando a problemática de pesquisa que buscou como diminuir o índice de turnover com o propósito de manter por mais tempo o empregado na empresa, a questão foi respondida, concluindo-se que alguns fatores que levam o funcionário a ficar na mesma eles acabam levando em consideração na hora também de trocar de organização, e fatores como benefícios, condições físicas de trabalho e salário fariam eles sair.

Desta forma o presente trabalho que teve como objetivo geral mensurar o índice de rotatividade para elaborar alternativas para aumentar o tempo de permanência do empregado na empresa, observa-se que o mesmo foi atendido mediante o cálculo do índice de rotatividade tendo como resultado 49,05%, sugerindo-se, portanto, à organização verificar se tal resultado atende as suas expectativas.

Originando da importância de uma boa gestão de pessoas nas empresas, e também as suas dificuldades que encontram no dia a dia, pode ser aprofundado assuntos como o absenteísmo com o objetivo de diminuir as faltas dos funcionários no trabalho.

Para a empresa o presente artigo trouxe sugestões de melhoria para agregar ainda mais valor nas suas atividades, melhorando processos que a empresa já tem, levando assim a motivação do funcionário para que ele se sinta motivado a desempenhar suas atividades dentro da empresa. Obteve algumas limitações por parte da empresa na aplicação de algumas perguntas para os empregados. Para os acadêmicos esse estudo agregou conhecimento na área de gestão de recursos humanos, e técnicas para manter o empregado na empresa, e a importância de ter um bom relacionamento de trabalho entre colegas e líderes.

REFERÊNCIAS

- CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de Recursos Humanos**. 7. ed. São Paulo: Manole, 2010.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Manole, 2014.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de Recursos Humanos**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos**. 6. ed. São Paulo: Atlas. 2000.
- LACOMBE, Francisco, **Recursos Humanos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- KNAPIK, Janete. **Gestão de Pessoas e Talentos**. 2. ed. Curitiba: Xibex, 2008.
- SCHERMERHORN, John R.; HUNT, James G.; OSBORN, Richard N. **Fundamentos de Comportamento Organizacional**. 2. ed. São Paulo: Grafine Editora e Grafica, 2008.

DEMOCRACIA E REPÚBLICA

Júlia Vier Ramos¹
Nádia Lúcia Schreiner²
Mário José Puhl³

RESUMO

O presente trabalho aborda as questões da democracia, do regime político democrático, da sociedade democrática, da compreensão de república e as relações da democracia com a república. Enfrenta-se o problema de quais tensionamentos e convergências ocorrem entre a democracia e a república. A metodologia seguida na pesquisa e produção textual pauta-se no método de abordagem dialético, nos métodos de procedimento bibliográfico, documental e histórico, com tratamento qualitativo dos dados, com fins explicativos dada a natureza básica da pesquisa. Objetiva-se traçar paralelos identificando a relação entre democracia, regime político, sociedade e república, embasados em uma revisão de literatura relativa à temática. Democracia e república não configuram termos sinônimos. A democracia é o regime político do poder do povo, constituído por indivíduos com direitos, que o exerce de forma direta ou indireta. Uma sociedade democrática é aquela que institui e concretiza direitos. A república é regime da coisa pública, do bem comum. Ser republicano exige muito dos cidadãos pois eles necessitam ser éticos. Tanto a democracia quanto a república se efetivam na medida em que há pessoas e instituições democráticas e republicanas, potencializadas pela educação sintonizada com esses princípios.

Palavras- chave: Educação; Constituição; Sociedade Democrática; Sistema Político.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda as questões da democracia, do regime político democrático, da sociedade democrática, da compreensão de república e as relações da democracia com a república. A democracia no âmbito educacional e suas implicações acerca da realidade atual. Nesse contexto, o Estado Democrático de

¹ Acadêmica do Curso de Direito – 8º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. julia.vier.ramos@gmail.com.

² Acadêmica do Curso de Direito – 8º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. nadia.schreiner@hotmail.com.

³ Doutor em Educação nas Ciências. Orientador. Professor junto às Faculdades Integradas Machado de Assis – FEMA, Santa Rosa, RS. Integrante do grupo de pesquisa Teorias pedagógicas e dimensões éticas e políticas da educação – PPGEC/UNIJUI. mariopuhl@yahoo.com.br.

Direito existe na norma positivada, porém, para que efetivamente se possa alcançar o que está previsto, é necessário que essas garantias sejam asseguradas de forma realística.

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo situar o leitor na temática da democracia e da república, a partir de conceitos, de maneira que reflita sobre a composição e organização da sociedade, com base bibliográfica. Assim sendo, a relação da democracia com a república, requer um estudo pormenorizado das definições desses vocábulos. Dessa forma uma compreensão mais apurada tende a mostrar um panorama complexo do entendimento, bem como da sua relação como regime político, sociedade e as implicações com a república.

O trabalho está organizado em duas partes. A primeira aborda a temática da democracia, regime político democrático e sociedade democrática. A segunda parte versa sobre república e as possíveis relações e tensionamentos da democracia com a república.

1 DEMOCRACIA

Democracia é uma condição política do Estado, associação ou sociedade, na qual os indivíduos têm garantidos, por lei, através de uma constituição, normas ou regras, direitos e deveres, os quais são decididos por seu(s) representante(s), legalmente constituído(s), pelo voto, para que os possa(m) representar. Representação essa que tem por objetivo salvaguardar o bem comum, e/ou os direitos – individuais e coletivos – dos indivíduos envolvidos.

Na democracia vale a regra de que a decisão sempre é pela maioria numérica ou por algum tipo de acordo geral construído. No entanto, mesmo em uma democracia entende-se que a unanimidade não existe, o que existe é uma ampla maioria, tendo em vista que não são todos os indivíduos com direito a voto. Existem regras que limitam a participação dos indivíduos no processo democrático. Porém, mesmo com determinada limitação, pode se dizer democrática a decisão, uma vez que todo o sistema, por mais desvinculado de pressupostos ditatoriais que seja, necessita de regramentos a fim de respeitar a liberdade preservada ao indivíduo no âmbito do processo.

No entendimento de Bobbio (2011), o regime político democrático requer o atendimento de um conjunto mínimo de condições para a sua existência, quais sejam, um elevado número de pessoas com o direito de participar de forma direta ou indireta da tomada de decisões conjuntas, a existência de regras que definem e legitimem os processos decisórios e é indispensável que

[...] aqueles que são chamados a decidir ou a eleger os que deverão decidir, sejam colocados diante de alternativas reais e postos em condição de poder escolher entre uma e outra. Para que se realize esta condição é necessário que aos chamados a decidir sejam garantidos os assim denominados direitos de liberdade, de opinião, de reunião, de associação, etc. – os direitos à base dos quais nasceu o Estado liberal e foi construída a doutrina do Estado de direito em sentido forte, isto é, do Estado que não apenas exerce o poder *sub lege*, mas o exerce dentro de limites derivados do reconhecimento constitucional dos direitos ‘invioláveis’ do indivíduo. [...]. (BOBBIO, 2011, p. 32).

De acordo com Bobbio (2011), Estado liberal e Estado democrático se retroalimentam, pois, um depende de outro para poder existir. Não há democracia sem liberdade, sendo a liberdade um pressuposto de democracia.

Nesse contexto, a democracia pode ser direta ou representativa. Quando direta, são os cidadãos que, a partir de assembleias, decidem os rumos políticos que a cidade deve tomar. Já na representação, o cidadão elege seus representantes que farão esse papel de escolha. O ideal da democracia representativa é o poder do povo e para o povo. A democracia é então caracterizada por um conjunto de regras que os representantes eleitos para os respectivos cargos precisam observar.

Mesmo no estado democrático é impossível o consenso, portanto, observando regras pré-estabelecidas, os assim chamados representantes devem garantir a todos os direitos de liberdade reconhecidos constitucionalmente. Indispensável também na democracia é a liberdade de escolha, a liberdade de expressão e livre associação bem como uma representatividade com o objetivo do bem comum.

Nesse sentido, segundo as considerações de John Stuart Mill, mencionadas por Bobbio, os cidadãos do contexto democrático, podem ser divididos em ativos ou passivos, mas a democracia necessita dos ativos pois se prevalecessem os passivos, os governantes transformariam “[...] seus súditos num bando de ovelhas dedicadas tão-somente a pastar capim uma ao lado da outra (e a não reclamar, acrescento eu, nem mesmo quando o capim é escasso). [...]” (BOBBIO, 2011, p. 44). Com base nisso, é possível identificar que a participação eleitoral constitui um valor essencial,

mas para isso o cidadão necessita de educação, educação essa fundamental para que se possa utilizar esse direito de cidadania, exercido por meio do voto.

É possível perceber que a luta pela democratização da educação vem de longa data em nosso país. Muito mais do que a conquista de um Direito, é preciso ter a noção que esse direito existe e concretizá-lo para a toda a população brasileira. Porém, está longe ainda de ser efetivado numa sociedade excludente em que os valores se confundem. Nesse sentido, cabem as observações acerca do papel do estudante no processo da educação democrática.

[...] Espera-se que o aluno obedeça. Espera-se que os professores mandem nos alunos, mas obedeçam a seus “gestores”. Espera-se que os “gestores” mandem em todo mundo, mas obedeçam às secretarias de educação. Espera-se sempre obediência, e nunca participação.

Daí a pergunta: realmente queremos educação para democracia? Ou estamos presos a um discurso socialmente aceito, mas pouco compreendido e altamente contrário às nossas práticas?...educação para a democracia não é somente dar uma aula expositiva sobre democracia. É implementar os princípios democráticos no cotidiano escolar, na relação professor-aluno, escola-aluno, escola-comunidade. Aí está, talvez, a maior barreira na educação para democracia: gostamos de dizer que somos democráticos, mas nossas práticas são autoritárias. O “nós” aqui visa a fazer o meia culpa de não responsabilizar somente o “outro”, mas refletir sobre “nós” enquanto nação, comunidade cultural que detém, como visto, um conjunto de práticas, saberes e valores em comum, que estão profundamente arraigados em uma prática autoritária.

Os períodos de autoritarismo no Brasil foram longos e deixaram marcas profundas nas relações interpessoais do país. Somos um povo de práticas autoritárias, e a educação para democracia vem desconstruir essas práticas. É possível dizer, com base nas trocas de experiências entre os professores participantes do Missão Pedagógica 2017, que essa é a fonte da grande resistência que muitos de nós encontramos na aplicação de nossos projetos: é difícil mudar. E quando a proposta de mudança questiona as práticas tradicionais, ela pode ser mal lida como um questionamento simples da autoridade constituída em uma determinada instituição escolar, quando na verdade o que queremos é proporcionar uma vivência democrática.

Essa vivência é, por exemplo, ouvir os alunos — aqueles que se encontram no lugar “mais baixo” da hierarquia escolar — e realmente levar em conta seus anseios e suas propostas de mudança na escola. Isso não significa que a escola seria “comandada” pelos alunos — afinal, muitas vezes num primeiro contato com essa proposta de participação ativa aparecem sugestões como “sorvete de merenda toda semana”, que poderiam não ter um impacto tão positivamente na vida dos alunos, mas que merecem ser discutidas com maturidade — mas sim que sua participação na tomada de decisões seria efetiva. (DINIZ, 2018, n. p.).

Assim sendo, frisa-se que é preciso, antes de qualquer coisa, viver a Democracia, ou seja, ela existe na medida em que há um permanente exercício democrático realizado por pessoas e instituições democrática, e esta vivência só é possível quando somos agentes da tomada de decisões. Esse processo de

democratização efetiva ocorre apenas quando o cidadão não se omite, pensa criticamente, tem conhecimento de sua história.

As relações de autoritarismo vivenciadas ao longo dos anos deixaram marcas profundas na história do país, marcas essas que impõem uma resistência ao novo modelo, o modelo democrático, marcas que sustentam uma hierarquia social grave, com um legado de discriminações e preconceitos, de etnia, gênero, sexualidade de tantas formas possíveis, as quais requerem uma atenção especial, principalmente pelos representantes eleitos.

1.1 REGIME POLÍTICO DEMOCRÁTICO

Antes de analisar-se o regime político democrático, é preciso entender o conceito de cultura política. A cultura política está diretamente ligada aos conhecimentos da sociedade, conseqüentemente determinando o regime político. A cultura das elites e das massas é muito importante nos momentos de passagem de um governo para outro devido a desproporcionalidade de poder entre ambas.

O significado formal da democracia consiste em um conjunto de regras e procedimentos para a constituição de um governo e a formação de decisões políticas sendo que os valores democráticos pressupõem a solução pacífica dos conflitos, bem como o revezamento das pessoas que ocupam os cargos políticos pelo processo eleitoral. O cargo não se confunde com o ocupante do mesmo.

O regime político, por sua vez, tem como objetivo regular a disputa e o exercício do poder político bem como o relacionamento entre os que detém o poder político e os membros da sociedade. É preciso ter em mente que cada sociedade é única e a forma de governo pode variar de acordo com a sociedade na qual essa se insere.

Dessa forma, o regime político democrático é o regime no qual a democracia vigora. A democracia brasileira é uma democracia representativa onde o governo é formado por representantes do povo eleitos por este para conduzirem os rumos do país de forma transparente, por meio de voto direto e secreto em eleições periódicas e reguladas em lei. Nesse interim, a divisão do poder político apresenta três institutos: o poder executivo, legislativo e judiciário, onde são subdivididos em diferentes órgãos. A separação dos poderes é mecanismo importante para coibir abusos. A essa divisão

do poder político dá-se o nome de Sistema de Freios e Contrapesos, sendo este regulamentado pelo Artigo 60, §4º, inciso III da Constituição Federal vigente.

Segundo o pensamento de Coutinho (1999), a democracia brasileira está diretamente ligada à uma forma de dominação da burguesia a partir dos pressupostos da política e da economia. A democracia nacional está vinculada ao socialismo democrático pela necessidade que se tem de assegurar os direitos fundamentais.

Nesse contexto, portanto para que haja um regime político democrático é importante a observância das seguintes características: a) participação política do povo com voto direto, secreto e eleições periódicas; b) divisão funcional do poder político, *checks and balances*, sistema de freios e contrapesos; c) vigência do Estado de Direito, onde há respeito mútuo entre o ente estatal e o cidadão, entende Coutinho (1999).

Uma vez definido o regime político democrático, cabe tecer considerações acerca da sociedade imersa nesse sistema.

1.2 SOCIEDADE DEMOCRÁTICA

No que se refere ao papel da sociedade no contexto democrático, Aristóteles definiu, em sua obra Política (2019): "[...] a cidade é anterior à família e ao indivíduo, uma vez que o todo é necessariamente anterior à parte". O indivíduo não se basta por si mesmo, ele precisa viver em sociedade. O homem é um animal político que vive no âmbito social e por sua natureza necessita de uma organização que depende de uma autoridade política de homens livres e iguais. Deve, no entanto, obedecer a um governo constituído, o qual terminará o melhor para aquela sociedade.

Uma sociedade democrática, em especial a brasileira, deve preocupar-se em atender o que determina a Constituição da República Federativa do Brasil, sobretudo o Artigo 5º, que versa sobre os direitos fundamentais, incluindo entre suas prerrogativas, a liberdade, combinada com previsões acerca de diversas garantias fundamentais, e a própria limitação desta para a prevalência da democracia.

Dizemos que uma sociedade – e não um simples regime de governo – é democrática, quando, além de eleições, partidos políticos, divisão dos três poderes da república, respeito à vontade da maioria e das minorias, institui algo mais profundo, que é condição do próprio regime político, ou seja, quando **institui direitos**. (CHAUÍ, 1997, p. 431).

Por seu turno, o artigo 5º da Constituição Federal de 1988 prenuncia, dentre outras situações: 1) a promoção das liberdades; 2) a distribuição dos bens políticos, econômicos e sociais; 3) a assistência aos desafortunados. (BRASIL, 2002). Dessa forma, respeitar a Constituição ultrapassa a simples interpretação das normas positivadas, condensando sua postura em um âmbito de sociedade democrática.

Uma democracia, no sentido mais profundo é um tipo de organização social na qual todas as pessoas devem ter sua condição, suas necessidades e suas expectativas consideradas com a mesma atenção e respeito, de maneira a que cada um tenha uma chance de ser feliz a sua maneira. (ARRAES, 2016, n. p.).

Diante disso, pertinente ater-se ao que o cantor, compositor, produtor, multi-instrumentista e vocalista da banda de rock brasileira, Legião Urbana, Renato Russo, disse em sua composição musical 'Que País é Esse': "Ninguém respeita a Constituição. Mas todos acreditam no futuro da nação". Dessa forma, a partir dessa fala é possível compreender que, de nada adianta acreditar na democracia e em seu poder de transformação da sociedade se não se respeitar o instrumento básico para efetivação do sistema e aquele que figurou como fundamental para sua edificação: a Constituição da República.

Afinal de contas, no que consiste a república? Como caracterizá-la de maneira a compreender seus pressupostos e modo de funcionamento? É o que o será abordado no capítulo a seguir.

2 COMPREENSÃO DE REPÚBLICA

A República¹ é uma forma de governo que surge desde os tempos antigos. Começa no império romano e vai se aperfeiçoando e tomando outras facetas com o passar do tempo, chegando às formas republicanas atuais. A república brasileira é federativa, constituída pela união indissolúvel dos Estados, Municípios, o Distrito Federal e a União, sendo o chefe de Estado eleito pelo povo e exercendo sua função por um tempo determinado.

¹ Relativo às elaborações e debates relativos à República indica-se a leitura das obras de Bignotto (2013); Bignotto (2008); Ribeiro (2008b); Cardoso (2004).

Nesse contexto, é cabível trazer à baila certos conceitos e definições que apenas poderiam ser exarados por um autor que possui uma obra que os caracteriza e os auxilia na compreensão relativa à política.

Segundo Bobbio, Matteucci e Pasquino, a República funciona da seguinte forma:

Na moderna tipologia das formas de Estado, o termo República se contrapõe à monarquia. Nesta, o chefe do Estado tem acesso ao supremo poder por direito hereditário; naquela, o chefe do Estado, que pode ser uma só pessoa ou um colégio de várias pessoas (Suíça), é eleito pelo povo, quer direta, quer indiretamente (através de assembleias primárias ou assembleias representativas). Contudo, o significado do termo República evolve e muda profundamente com o tempo (a censura ocorre na época da revolução democrática), adquirindo conotações diversas, conforme o contexto conceptual em que se insere. (BOBBIO; MATTEUCCI; PSAQUINO, 1988, p. 1170).

Relativo ao contexto histórico, a primeira forma republicana situa-se no contexto do Império Romano.

Com *res publica* os romanos definiram a nova forma de organização do poder após a exclusão dos reis. É uma palavra nova para exprimir um conceito que corresponde, na cultura grega, a uma das muitas acepções do termo politeia, acepção que se afasta totalmente da antiga e tradicional tipologia das formas de Governo. Com efeito, *res publica* quer pôr em relevo a coisa pública, a coisa do povo, o bem comum, a comunidade enquanto que, quem fala de monarquia, aristocracia e democracia, realça o princípio do Governo (*archia*). (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 1107).

Já a república moderna, encontra uma nova formulação teórica e com desdobramentos sociais e políticos distintos dos tempos progressos.

Na idade moderna o termo república (ou république, commonwealth, Republik) se seculariza, mas mantém o significado ciceroniano. Com efeito, Bodin emprega république para designar a monarquia, a aristocracia e a monarquia quando possuidoras de um *droit gouvernement*, contrapondo-a assim os regimes baseados na violência ou na anarquia. É um significado que o termo mantém até Kant, que faz ressaltar como é justamente a “constituição” que dá forma à república, já que “o direito público é um sistema de leis para uma pluralidade de ordens que, estando entre si numa relação de influência recíproca, necessitam de um estado jurídico sobre uma vontade que os una, necessitam, isto é, de uma constituição, para partilharem do que é de direito. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 1108).

Bobbio, Matteucci e Pasquino defendem a teoria de que “[...] uma constituição em harmonia com os direitos naturais, isto é, tal que os obedeçam a lei, devem também, reunidos, legislar, constituiu o fundamento de todas as formas Estado.”

(BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 1108). (se o gênero humano está em constante progresso para melhor). É por isso que a República se torna um verdadeiro e autêntico ideal da razão prática: o *iuris consensus* de Cícero se concretiza na Constituição (1998).

É diferente o significado que assume o termo República no pensamento político moderno, quando se cria uma tipologia das formas de Governo diversa da tipologia clássica, que previa a monarquia, aristocracia, e democracia e o Governo misto. Com Maquiavel primeiro, e depois com Montesquieu, se estabelece uma outra tríade: monarquia, República (aristocracia e democracia) e despotismo. A diferença entre ambas as tipologias está em que a primeira usa o critério exclusivamente quantitativo (é um, são poucos, são muitos os que governam), enquanto a segunda usa um critério qualitativo, resultado entre uma multiplicidade de fatores. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998).

Nesse sentido, os elementos são claramente definidos. O primeiro é o espaço: a República tem que ter uma expressão territorial assaz modesta, há de ser pequena, enquanto a monarquia precisa de espaço grande e o despotismo tem espaço muito maior. Em segundo lugar, na República tem de haver uma relativa igualdade, na monarquia desigualdade em benefício de nobreza que é necessária para a própria existência do poder real, e no despotismo aquela igualdade que se dá quando todos são escravos. Em terceiro lugar, na República as leis são expressão da vontade popular, enquanto na monarquia são expressão da validade do rei, limitado os com tudo pelas leis fundamentais (ele é obrigado a convidar segundo leis fixas e estáveis, que são aplicados por um poder judiciário independentes), e o déspota governa e julga por decretos ocasionais e improvisados. Em quarto lugar, são diferentes as forças de integração social: na República é a virtude que leva os cidadãos a antepor o bem do Estado ao interesse particular; na monarquia é o senso da honra, da nobreza, que é sustentáculo e ao mesmo tempo limite do poder do rei; no despotismo é o medo que paralisa os súditos (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998).

2.1 AS RELAÇÕES E TENSIONAMENTO DA DEMOCRACIA COM A REPÚBLICA

Uma vez tematizadas as abordagens relativas à democracia e à república, pertinente analisar como se dá a dinâmica entre ambas. No entendimento de Olivieri:

[...] estamos acostumados a considerar república e democracia como termos intercambiáveis ou análogos, mesmo sabendo que existem repúblicas que não são democráticas, assim como monarquias constitucionais que são não só democráticas, mas às vezes mais republicanas do que muitas repúblicas. OLIVIERI (s.d., n. p.).

Ribeiro (2008a) acredita ser importante apresentar uma distinção entre os dois conceitos, afirmando que “[...] enquanto a democracia tem no seu cerne o anseio da massa por ter mais, o seu desejo de igualar-se aos que possuem mais bens do que ela, portanto, é um regime do desejo, a república tem no seu âmago uma disposição ao sacrifício, proclamando a supremacia do bem comum sobre qualquer desejo particular.” Ou seja, “na temática republicana é a ideia de dever” que se sobressai.

A democracia, para existir, necessita da república. Isso, que parece evidente, não é nada óbvio! Significa que para haver o acesso de todos aos bens, para se satisfazer o desejo de ter, é preciso tomar o poder, e isso implica refrear o desejo de mandar (e com ele o de ter), compreender que, quando todos mandam, todos igualmente obedecem, e por conseguinte devem saber cumprir a lei que emana de sua própria vontade. Para dizê-lo numa só palavra, o problema da democracia, quando ela se efetiva, e ela só se pode efetivar sendo republicana, é que, ao mesmo tempo que ela nasce de um desejo que clama por realizar-se, ela também só pode conservar-se e expandir-se contendo e educando os desejos. (RIBEIRO, 2013, p. 62-63).

Na república democrática a ordem política nasce de baixo, mesmo em meio a dissensões, desde que estas disponham de canais institucionais para se exprimir; na monarquia vem do alto, do rei, mas numa síntese harmônica que garante a cada classe seu próprio direito, sua própria função; no despotismo é imposta pela força do tirano. A Europa conhece república e monarquia ao passo que o despotismo é peculiar da Ásia. Na cultura do século XVIII, o mito da república está estreitamente ligado a exaltação do pequeno Estado, o único que consente a democracia direta, reconhecida como a única forma legítima de democracia. o modelo em que inspirou Rousseau em seu contrato social é precisamente o de Genebra, um modelo novo em confronto com as demais repúblicas até então idealizadas, Atenas a Roma, Florença a Veneza, de Ragusa a Lucca (OLIVIERI, s.d.).

Com a revolução americana, este significado da palavra República mudou totalmente: os americanos (John Adams, Alexander Hamilton) chamaram, aos Estados e à federação, republicanas não só porque não existia a instituição monárquica, mas também porque a sua democracia era uma democracia representativa baseada na separação dos poderes e do sistema de freios e

contrapesos entre os vários órgãos do Estado. República passa a significar, portanto uma democracia liberal, contraposta à democracia direta e popular, uma democracia liberal, só é possível num grande espaço, que relaxa todas aquelas tensões e conflitos que levaram à ruína as pequenas Repúblicas dos antigos, como a anarquia e a demagogia (RIBEIRO, 2008a).

Na época da revolução democrática, instauraram-se as primeiras grandes Repúblicas: os Estados unidos da América (1776) e a República francesa (1792). A partir deste momento, é possível colher algumas diferenças tipológicas nas Repúblicas modernas quanto o modo concreto de organizar o poder, mas tais diferenças são mais quantitativas e qualitativas e não afetam a unidade de um característico governo republicano (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998).

Em primeiro lugar a constituição francesa de 1793 proclamava que a república era "una e indivisível", no sentido de que, sendo povo soberano, isto é, a universalidade dos cidadãos era também una e indivisível a manifestação da sua vontade através de um corpo legislativo, igualmente uno e indivisível. Enquanto a República francesa se baseava na lógica do conceito de soberania, os americanos o tinham, pelo contrário, implicitamente rejeitado ao instalar uma República federal, onde, tendo por base a constituição, Estado e União, tinham suas esferas de competência bem delimitadas, constituído por isso uma república plural e divisa, e a vontade da federação era resultado da confluência da vontade dos Estados (senado) e da vontade da nação (Câmara dos deputados). Em segundo lugar, a República americana, com o regime presidencial, fez coincidir a figura do chefe do estado com a do chefe do Governo, enquanto os regimes parlamentares europeus, com a abolição da monarquia, continuaram a separar as duas figuras, deixando ao chefe do Estado um poder bastante debilitado ou neutro de equilibrador acima das facções e a função de representar a unidade nacional (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998).

CONCLUSÃO

Como foi possível perceber por sua caracterização ao longo do presente trabalho, o ideal democrático não pressupõe apenas a possibilidade de participação formal do indivíduo nas escolhas pertinentes ao âmbito social. É necessário que o sujeito tenha acesso a informações que poderão servir de embasamento ao que ele

acredita e defende como ideais, estando livre das manipulações daqueles que se aproveitam da falta de conhecimento ou déficit educacional.

Assim, se pudermos entender a contenção e educação dos desejos como um modo de praticar a ética e a virtude, talvez possamos concluir esse artigo concordando o filósofo italiano Norberto Bobbio, um dos mais relevantes na reflexão sobre a ética e a política na segunda metade do século XX. Para ele, “[...] o fundamento de uma boa república, mais até do que as boas leis é a virtude dos cidadãos.” (2011, p. 46). Essa virtude não se refere a dogmas postos e preconceitos concretizados, mas de uma conduta por parte daqueles que podem visualizar o que está posto na sociedade, “por baixo dos panos”, de maneira a contribuir para a democratização do conhecimento e do próprio sistema. Assim, ao invés de manipularem aqueles com menos acesso a informações privilegiadas, esses cidadãos evidenciarão a educação, influenciando os demais à busca de criticidade e enriquecimento intelectual, para que, dessa maneira, a sociedade como um todo pudesse evoluir. Essa é a verdadeira democracia, em uma combinação excepcional com a república.

REFERÊNCIAS

- ARRAES, Roosevelt. **Quais São as Preocupações de uma Sociedade Democrática Justa?** 2016. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/mergulhando-na-politica/quais-sao-as-preocupacoes-de-uma-sociedade-democratica-justa>>. Acesso em: 12 out. 2022.
- ARISTÓTELES. **Política**. Tradução Maria Aparecida de Oliveira Silva. Bauru: Edipro, 2019.
- BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia**. 12. reimp. Tradução Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2011. Coleção pensamento crítico, 63.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicolas; PASQUINO, Gian Franco. **Dicionário de Política**. 11. ed. Tradução João Ferreira. Brasília: UnB, 1998. v. 1.
- BIGNOTTO, Newton (Org.). **Matrizes do Republicanismo**. Belo Horizonte: UFMG, 2013.
- BIGNOTTO, Newton (Org.). **Pensar a República**. 2. reimp. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: 1988. 18. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2002. Série textos básicos, n. 27.

CARDOSO, Sérgio. (Org.). **Retorno ao Republicanismo**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1997.

DINIZ, Marina Murphy. Queremos educação para a democracia? **Revista Brasileira de Educação Básica**. Belo Horizonte. Edição Especial Educação e Democracia, Vol.3, n.10. 2018. Disponível em: <<https://rbeducacaobasica.com.br/queremos-educacao-para-a-democracia/>>. Acesso em: 10 out. 2022.

OLIVIERI, Antônio Carlos. **República**: o que significa e como ela se relaciona com a democracia. s. d. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/republica-o-que-significa-e-como-ela-se-relaciona-com-a-democracia.htm>>. Acesso em: 12 out. 2022.

RIBEIRO, Renato Janine. **A Democracia**. 3. ed., 1. reimp. São Paulo: Publifolha, 2013. Série Folha explica.

RIBEIRO, Renato Janine. Democracia versus república: a questão do desejo nas lutas sociais. In: BIGNOTTO, Newton (Org.). **Pensar a República**. 2. reimp. Belo Horizonte: UFMG, 2008a. p. 13-25.

RIBEIRO, Renato Janine. **A República**. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008b. Série Folha explica.

DROGAS PSICOTRÓPICAS: A INCIDÊNCIA DO TABAGISMO NA REGIÃO NOROESTE DO RS

Felipe Diel Kaefer¹
Arthur Matias Braun²
Lucas Moisés dos Passos Kronbauer³
Cleiton Edmundo Baumgratz⁴

RESUMO

Este artigo trata de uma pesquisa realizada no 2º ano do Ensino Médio, no componente curricular de biologia, e tem como intuito averiguar o uso de tabaco entre os jovens e adolescentes, analisando os fatores individuais (de primeiro uso, frequência e locais do primeiro contato) e coletivos (o tabagismo no ambiente familiar e social). A escolha da temática de investigação é devido ao contexto da realização da pesquisa, visto a prática do tabagismo nesta faixa etária, precipuamente, por ser causa de diversas patologias acometidas nos órgãos pertencentes ao sistema respiratório, essencial na vida humana, além dos riscos associados ao tabagismo passivo, a poluição ambiental e seu alto custo. A metodologia utilizada foi uma pesquisa qualitativa, do tipo documental, submetendo um questionário, composto por 6 perguntas, aos discentes do Ensino Médio da Escola Técnica Machado de Assis. Foi possível analisar a prevalência de tabagismo entre os jovens entrevistados, 24,8%, e a faixa etária em que ocorreu o primeiro uso, 0,9% (entre 9 e 12 anos), 9,1% (entre 12 e 14 anos), 6,4% (entre 14 a 16 anos) e 9,1% (acima dos 16 anos). Ademais, foi realizada uma prática experimental de visualização das substâncias tóxicas presentes no cigarro. A presente pesquisa, contribuiu para o processo de ensino e aprendizagem, referente aos riscos da prática do tabagismo, dos alunos envolvidos, visto que a conscientização dos jovens acerca da temática se faz necessário no contexto hodierno da sociedade.

Palavras-chave: Educação em saúde; Desenvolvimento social; Ensino de Ciências.

INTRODUÇÃO

O corpo do ser humano adulto não consegue ficar 50 dias sem alimentos, 3 dias sem ingerir água e 4 minutos sem respirar. Isso demonstra a importância do

¹ discente do 2º ano B do Ensino Médio da Escola Técnica Machado de Assis, e-mail: kaeferfelipe940@gmail.com

² discente do 2º ano B do Ensino Médio da Escola Técnica Machado de Assis, e-mail: arthurmatiasbraun@gmail.com

³ discente do 2º ano B do Ensino Médio da Escola Técnica Machado de Assis, e-mail: lucasmoisesdospassoskronbauer@gmail.com

⁴ Professor de Biologia na Fundação Educacional Machado de Assis (FEMA), Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências na Universidade de Brasília (PPGEduC/UnB), participante do grupo História do Currículo do NERJ (Universidade do Rio de Janeiro), pesquisador nas áreas de: teorias curriculares, morfologia humana, neurociência, inclusão e livro didático. E-mail: cleitonbiobaumgratz@gmail.com

sistema respiratório para o funcionamento dessa maquinária biológica. Esse sistema é responsável pela captação de oxigênio e pela liberação de gás carbônico, o que garante o funcionamento de nossas células, tecidos e demais órgãos. Além da importância física e química, identificamos também a importância biológica para o funcionamento, haja vista que o sistema respiratório também relaciona-se com o olfato, sentido que nos permite captar odores, e com a fala, devido à presença das pregas vocais que apresentam-se na laringe, órgão condutor do sistema.

Nessa perspectiva, nota-se que na contemporaneidade, um grande problema para o sistema responsável pela respiração é o tabaco, uma planta (*Nicotiana tabacum*), da qual é extraída a substância conhecida como nicotina, prejudicial para o organismo. Percebe-se ainda que os problemas relacionados ao consumo desse material se expandiram, gradualmente, e tomaram proporções alarmantes perante a sociedade brasileira e mundial, uma vez que o consumo compromete diversos sistemas e áreas do organismo, dentre elas, a área respiratória, uma das mais comprometidas. Porém, as substâncias tóxicas, que entram no corpo através do cigarro, estão por todo o corpo, podendo causar inúmeros problemas à saúde, como a dependência química, distúrbios no sistema respiratório cardiovascular, impotência, doenças na boca e vários tipos de câncer (câncer de faringe, laringe, esôfago e pulmão).

No Brasil, 443 pessoas morrem a cada dia por causa do tabagismo e 161.853 mortes anuais poderiam ser evitadas. Quanto às mortes anuais atribuíveis ao tabagismo: 37.686 correspondem à Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC), 33.179 a doenças cardíacas, 25.683 a outros cânceres, 24.443 ao câncer de pulmão, 18.620 ao tabagismo passivo e outras causas, 12.201 à pneumonia e 10.041 ao acidente vascular cerebral (AVC) (INSTITUTO DE EFETIVIDADE CLÍNICA E SANITÁRIA, 2020). Além disso, projeções indicam que, em 2030, pelo menos 10 milhões de indivíduos serão acometidos por patologias associadas ao fumo (JACONDINO *et al.*, 201)

Os indivíduos que ficam expostos à fumaça exalada pelos fumantes e por produtos de tabaco durante a sua queima também estão sujeitos às doenças que o produto causa. O contato indireto com o cigarro é denominado tabagismo passivo. Os fumantes passivos são expostos, na verdade, aos riscos maiores do que o ativo, isso porque a fumaça do cigarro liberada no ambiente contém teores bem mais elevados

de nicotina em relação à que foi tragada pelo fumante (HOSPITAL SANTA MÔNICA *et al*, 2019).

Hodiernamente, estudos científicos têm demonstrado que os trabalhadores que exercem suas funções em bares, restaurantes e similares se expõem à uma quantidade de fumaça do tabaco que corresponde a terem fumado de 4 a 10 cigarros/dia. Eles estão expostos a níveis mais elevados dessa fumaça, cerca de 300 a 600% vezes mais, do que qualquer outro grupo de trabalhadores. (SURGEON GENERAL *et al*, 2004). Portanto, é indubitável que esses indivíduos possuem maior probabilidade de adquirir doenças relacionadas ao uso do tabaco, principalmente o câncer de pulmão, um dos mais comuns no Brasil.

A fumaça do cigarro apresenta mais de 5.315 substâncias, em que cerca de 4,7 mil são nocivas. Ao ser inalada, essa mistura venenosa, que inclui solventes orgânicos, ácidos, metais pesados e até mesmo materiais radioativos. Entre as principais substâncias presentes no tabaco, pode-se citar a nicotina, o monóxido de carbono, o plutônio, nitrosaminas, policíclicos e metais pesados (arsênio, cádmio) e o cianeto de hidrogênio, que além de prejudicar o organismo causa danos ao meio ambiente.

Segundo Moraes *et al* (2022) aos jovens deve ser atribuída especial atenção às agendas governamentais no que tange ao tabagismo, por se tratar de um período da vida em que o uso dessa e outras substâncias geralmente inicia e se consolida. Trata-se de uma fase marcada por diversas mudanças sociais, biológicas e psicológicas, tais como busca por autonomia, necessidade de inserção em um grupo social e de novas experiências, que podem deixá-los mais vulneráveis a danos em reações cognitivas e emocionais. Além da fragilidade peculiar dessa fase da vida, é preocupante o fato de que, no Brasil, dados da pesquisa do Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel), indicam que a taxa de jovens entre 18 e 24 anos fumantes saltou de 6,7% em 2018, para 7,9% em 2019.

Em vista disso, o objetivo deste estudo é verificar a presença do tabagismo na comunidade escolar, realizando-se uma pesquisa social com os alunos da FEMA. Por conseguinte, será realizada uma experiência prática, em que é possível observar as impurezas presentes na fumaça do cigarro, altamente prejudiciais para o organismo, em especial para o sistema respiratório, que possui grande importância para a vida

humana. As análises efetuadas servirão como meio de conscientização dos jovens acerca dos riscos ligados a essa prática e de combate ao tabagismo, podendo resultar em uma melhor qualidade de vida da população verde-amarela.

1 METODOLOGIA

Trata-se de um trabalho experimental, social e de análise, que foi realizado durante o mês de outubro de 2022.

Precipualemente, com o fito de averiguar o uso de cigarro entre os jovens e adolescentes, o grupo executou uma pesquisa com as turmas da Escola Técnica Machado de Assis (1º ano A e B, 2º ano A e B e 3º ano). Para isso, a equipe elaborou 6 perguntas que foram respondidas pelos alunos no dia 13/10/2022.

O questionário continha as seguintes questões: Em seu contexto familiar, à ocorrência de usuários do tabaco? Considerando a pergunta anterior, essas pessoas, em sua maioria, são do sexo feminino ou masculino? Em alguma circunstância em sua vida, você já utilizou/experimentou o tabaco (cigarro)? O uso pela 1ª vez ocorreu em que faixa etária? a. 9 aos 12 anos; b. 12 aos 14 anos; c. 14 aos 16 anos; d. Acima dos 16 anos. O primeiro acesso foi no ambiente familiar (acesso pelos pais, primos ou familiares) ou no círculo/ambiente social (amigos, festas)? Qual a frequência do uso do tabaco (cigarro)? a. Apenas uma vez; b. Semanalmente; c. Quinzenalmente; d. Mensalmente.

Por conseguinte, foi realizada uma prática experimental, buscando observar as substâncias tóxicas presentes na fumaça do cigarro, que entram no pulmão de quem usa o tabaco. Materiais utilizados:

- 3 garrafas PET;
- Cola quente;
- 1 cigarro;
- 1 maçarico;
- 1 papel toalha;
- 1 secador.
- 1 prego

Passo a passo para realizar a prática:

- Recortar o bico de uma garrafa PET e usá-lo como modelo para fazer um furo na base de outra garrafa;
- Encaixar o bico no lugar do furo e vedar com cola quente;
- Com um prego quente, realizar um furo nas duas tampas da garrafa:

- Por conseguinte, vedar a tampa na base da garrafa com um fita;
- Encher a garrafa com água;
- Encaixar o cigarro na parte de cima e acendê-lo;
- Retirar a fita da tampinha na base da garrafa;
- Deixar a água sair completamente;
- Abrir a tampinha de cima e colocar um papel toalha ou guardanapo;
- Com o secador, expulsar toda a fumaça pra fora da garrafa;
- Retirando o papel, é possível ver o resultado da experiência.

Fonte: Produção dos pesquisadores.

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Não é alarmante e nem contemporâneo identificar o uso precoce em adolescentes, visto que tornou-se banal a utilização dessas substâncias na sociedade, especialmente em faixas etárias em que ocorrem uma mudança na vida social e profissional, como é o caso da adolescência. Contudo, percebe-se que a utilização dessas drogas vem causando diversos impactos na vida desses indivíduos, como conflitos familiares e instabilidades profissionais, além dos impactos na saúde mental e física.

O uso de drogas pelos seres humanos existe desde a antiguidade, por motivos religiosos, para o tratamento de doenças ou para recreação. Contudo, seu uso indiscriminado pode levar a um prejuízo na qualidade de vida, tanto no nível profissional, quanto no familiar e social (BAUMGRATZ; HERMEL, 2019, p. 1).

Com isso, identificou-se uma prevalência de tabagismo entre os jovens de 24,5%. Diante desse cenário, 0,9% afirmaram que o primeiro contato aconteceu entre 9 e 12 anos, 9,1% afirmaram a exposição introdutória entre 12 e 14 anos, 6,4% de 14 a 16 anos e 9,1% afirmam o contato inicial estando acima dos 16 anos.

Entre os entrevistados, 5,5% responsabilizam o primeiro contato com o cigarro pelo ambiente familiar, pais, irmãos mais velhos, primos e tios. Outra parte, 23%, afirma que o primeiro contato foi no círculo social (amigos e festas). Sob essa ótica, 11% deles também relatam que o uso aconteceu apenas uma vez, 2,8% dizem que o contato ocorre semanalmente, 0,9% utilizam quinzenalmente e 5,5% usufruem o cigarro mensalmente.

As amostras supracitadas podem ser explicadas pelo constante aumento do uso dos cigarros eletrônicos pelos jovens. Esses dispositivos foram introduzidos no mercado com a justificativa de apoiar a cessação do tabagismo, substituindo-os por dispositivos que imitam a forma e a sensação dos cigarros. Entretanto, sua popularidade aumentou também entre os não fumantes, impulsionada por uma maior aceitação social, um gosto mais atraente e uma aparência contemporânea em relação aos cigarros combustíveis tradicionais.

Logo, a transição de usuário de cigarros para usuário de cigarro convencional tornou-se realidade, podendo ser explicada, entre outros motivos, por aspectos

sociais, comportamentais e fisiológicos, já que a utilização deste produto imita os comportamentos do tabagismo, como os movimentos mão-boca, inalação e expiração e aquelas sensações provocadas pelo sistema nervoso, principalmente a sensação de fleumatismo, ou seja, calmaria (BARUFALDI, LAURA AUGUSTA *et al* (2021).

Ademais, no contexto familiar, 37,3% dos jovens afirmam que existe apenas uma pessoa na família que faz o uso do tabaco, 6,4% dizem que são 2 indivíduos, 11,8% responderam que há 3 pessoas ou mais e 44,5% dizem que não há familiares que usam o cigarro. A maior prevalência de tabagismo foi identificada entre os indivíduos de sexo masculino, 82,1%, enquanto que apenas 17,9% são mulheres.

Dessarte, isso pode ser explicado devido à aceitabilidade deste hábito entre homens por, historicamente, ser sinônimo de poder e status. Além disso, os homens estão mais expostos a comportamentos de riscos, à falta de cuidado com a saúde e ainda questões religiosas. Entretanto, o consumo entre mulheres tem aumentado e pode apresentar uma propensão de vicissitudes epidemiológicas futuras, principalmente pelo aumento da aceitabilidade do hábito nesse estrato em virtude do empoderamento feminino (MORAIS *et al* 2022).

Na oportunidade, realizamos uma análise experimental, para visualizar as premissas causadas pelo tabagismo no pulmão humano. Na realização do experimento, foi possível visualizar algumas substâncias tóxicas presentes na fumaça do cigarro, que são totalmente prejudiciais para o ser humano. A cor amarelada do papel, por si só, gera uma reflexão acerca do tabagismo, mas além disso, é possível significar inúmeras doenças aos órgãos do sistema respiratório e demais estruturas do organismo.

Realização da prática e resultados obtidos:

Ilustração 1
Acendimento do cigarro



Ilustração 2: retirada
da fumaça



Ilustração 3:
Substâncias retidas no
papel



Fonte: Produção dos pesquisadores (2022).

Por fim, com o auxílio do professor orientador, Cleiton Baumgratz, foi realizada, com fins de estudo e compreensões acerca do sistema respiratório, a observação de um pulmão de suíno, analisando as estruturas físicas desse órgão, essencial para o sistema responsável pela respiração.

Ilustração 4: Observação do pulmão



Fonte: produção dos pesquisadores (2022).

Organizada no Laboratório de Ciências, da Escola Técnica Machado de Assis, a prática permitiu a análise de estruturas como traquéia, brônquios e bronquíolos. Além disso, após corte feito no órgão, foi possível visualizar a presença de bolhas de ar, significando a presença de oxigênio no pulmão.

CONCLUSÃO

Segundo Boni *et al.* (2022), foi demonstrado que fumantes recém-diagnosticados com alguma doença crônica estavam mais sensibilizados para modificarem seus comportamentos e que a preocupação com a própria saúde é um dos principais motivos que levam as pessoas a pararem de fumar, indicando que o momento da internação parece favorável a ações de orientação, educação e sensibilização para a cessação do tabaco.

À vista disso, é notória a necessidade de trazer esta relevante discussão, uma vez que suas consequências não afetam apenas os indivíduos que fumam, mas também as pessoas que estão ao redor dele. Logo, o tabagismo deve ser combatido de todas as formas, em todas as esferas sociais, visto que a doença

tornou-se um problema social grave, principalmente pela inserção do adolescente e do jovem nesse meio, ferindo o futuro dessas pessoas e da sociedade.

Para tanto, as ações de prevenção ao tabagismo dependem do comprometimento efetivo dos órgãos governamentais, como o Ministério da Saúde, objetivando mostrar o risco do consumo a longo prazo, uma vez que não se percebe os efeitos inicialmente, a fim de evitar um aumento no número de pessoas acometidas por doenças relacionadas ao cigarro.

Ao analisar Livros Didáticos (LD), Baumgratz e Hermel (2019) visualizam a importância de abordar a temática das drogas psicotrópicas no ambiente escolar, mencionando a

[...] importância do livro didático no processo de ensino e de aprendizagem, principalmente em relação às discussões sobre drogas psicotrópicas. Nesse sentido, os livros analisados na presente pesquisa apresentaram resultados simplistas, haja vista que ocorreu a apresentação visual de praticamente apenas drogas lícitas, raramente abordando figuras sobre drogas ilícitas, sucedendo escassa informação ao aluno. A partir deste estudo, identificamos ainda mais a importância de uma escolha consciente dos livros didáticos por parte dos professores, para que a coleção consiga suprir as necessidades de transmitir as informações coerentes e que auxiliam para uma educação sobre as drogas psicotrópicas. (BAUMGRATZ; HERMEL, 2019, p.32).

Seguindo esse raciocínio e pensando na investigação realizada neste trabalho, corroboramos com Baumgratz e Hermel (2019), ao mencionar que os livros didáticos ainda não abordam, suficientemente e corretamente, o assunto do tabagismo, que se apresenta fragmentado e com poucas abordagens sobre a saúde e a segurança pública, além da ausência de reflexões acerca dos riscos e malefícios do uso do tabaco.

Nesse sentido, percebe-se a importância da realização de diálogos e ações conscientizadoras nas escolas para/com os jovens, uma vez que estes, na contemporaneidade, estão cada vez mais suscetíveis a inserção no contexto do tabagismo, principalmente pela falta de conhecimento e aprendizagem sobre

os perigos associados a essa prática. Portanto, urge a necessidade de investigar e abordar a temática nas instituições de ensino, inclusive na escola FEMA, como meio de inibir o aumento das taxas de jovens inseridos nesse meio.

Para esse propósito, também é necessário o comprometimento efetivo da sociedade como um todo. Assim, deve-se priorizar a prevenção de forma contínua e estratégica em campanhas educativas e sociais, buscando a recusa das pessoas à oferta de cigarros.

Ademais, a realização deste trabalho contribui significativamente para os integrantes do grupo, haja vista que, a conscientização dos jovens acerca dos riscos relacionados ao uso do tabaco se faz necessário no contexto hodierno da sociedade. Os dados apresentados, a partir da pesquisa realizada, demonstram a importância do diálogo e da divulgação de informações sobre essa temática, visto que muitos jovens não possuem o devido conhecimento e cuidado, cometendo diversos erros, como o de utilizar o cigarro pela primeira vez, possuindo uma possibilidade futura de uso recorrente.

Além disso, o trabalho gerou consciência sobre os perigos que o tabagismo acarreta. Logo, também estaremos aptos para repassar os aprendizados adquiridos com as pesquisas e experiências para amigos e familiares.

REFERÊNCIAS

BARUFALDI, Laura Augusta et al. Risco de iniciação ao tabagismo com o uso de cigarros eletrônicos: revisão sistemática e meta-análise. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2021, v. 26, n. 12 [Acessado 17 Outubro 2022] , pp. 6089-6103. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/csc/a/7KBmCMtjrGhs6Fgr5bxksQP/abstract/?lang=pt>>.

Acesso em: 10 ago. 2022.

BAUMGRATZ, Cleiton Edmundo, HERMEL, Erica do Espírito Santo. AS DROGAS PSICOTRÓPICAS NO ENSINO DE CIÊNCIAS: ANALISANDO AS IMAGENS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE CIÊNCIAS. **II Encontro de Debates sobre Trabalho Educação e Currículo Integrado**. Ijuí, v.1, n. 1, p. 1-2,

jul./2019. Disponível em:

<<https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/enteci/article/view/11598/10285>>. Acesso em: 3 nov. 2022

BAUMGRATZ, Cleiton Edmundo; KARAS, Mariane Beatriz; HERMEL, Erica do Espírito Santo. **Aprendendo Ciências: pesquisa e pós-graduação**, vol 3, Bagé, ed Faith, 2019, p. 25-33.

BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE. **Tabagismo Passivo: você conhece os riscos?** Disponível em: <<https://bvsmis.saude.gov.br/tabagismo-passivo-voce-conhece-os-riscos/>>. Acesso em: 5 out. 2022.

BONI, Fernanda Guarilha et al. Efeitos de uma intervenção educativa com profissionais de enfermagem sobre abordagens ao paciente tabagista: estudo quase-experimental “Desenvolvimento e avaliação de uma ação educativa com profissionais de enfermagem sobre abordagem ao paciente tabagista”, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021. **Revista da Escola de Enfermagem da USP** [online]. 2022, v. 56 [Acessado 10 Outubro 2022], e20210569. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/reeusp/a/ZwzqmpTpbhTmtwR9GfDzP7c/?lang=pt#>>. Acesso em: 13 maio 2022.

G1 GLOBO. **Quanto Tempo Podemos Ficar sem Água e sem Comida?** Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/blog/ana-escobar/post/2018/07/09/quanto-tempo-podemosficar-sem-água-e-sem-comida.html>>. Acesso em: 5 out 2022.

HOSPITAL SANTA MÔNICA. **Tudo o que Você Precisa Saber sobre Tabagismo Passivo!** Disponível em: <<https://hospitalsantamonica.com.br/tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-tabagismo-passivo>>. Acesso em: 5 out. 2022.

INSTITUTO DE EFETIVIDADE CLÍNICA E SANITÁRIA. **A importância de Aumentar os Impostos do Tabaco no Brasil**. PALACIOS, A.; PINTO, M.; BARROS, L.; BARDACH, A.; CASARINI, A.; RODRÍGUEZ CAIROLI, F.; ESPINOLA, N.; BALAN, D.; PERELLI, L.; COMOLLI, M.; AUGUSTOVSKI, F.; ALCARAZ, A.; PICHON-RIVIERE, A. Dez. 2020, Buenos Aires, Argentina. Disponível em: <www.iecs.org.ar/tabaco>. Acesso em: 14 maio 2021.

JACONDINO, Camila Bittencourt et al. Associação do tabagismo com biomarcadores REDOX e fatores de risco cardiometabólicos em idosos. **Cadernos Saúde Coletiva** [online]. 2019, v. 27, n. 1 [Acessado 10 Outubro 2022] , pp. 45-52. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1414-462X201900010279>>. Epub 21 Fev 2019. ISSN 2358-291X. Acesso em: 10 ago. 2022.

MORAIS, Évelin Angélica Herculano de et al. Fatores individuais e contextuais associados ao tabagismo em adultos jovens brasileiros. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2022, v. 27, n. 06 [Acessado 10 Outubro 2022] , pp. 2349-2362. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232022276.20622021>>. Epub 27 Maio 2022. ISSN 1678-4561. <<https://www.scielo.br/j/csc/a/Q4nfTrNXQnMJNXrbHqgZ5pj/?lang=pt#>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

SUPER ABRIL. **Quais São as Mais de 4,7 Mil Substâncias Tóxicas no Cigarro?** Disponível em: <<https://superabril.com.br/mundo-estranho-quais-sao-as-mais-de-47-mil-substancias-toxicas-no-cigarro>>. Acesso em: 4 out. 2022.

UOL. **Tabagismo:** conheça os efeitos da nicotina no cérebro humano. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/ciencias/tabagismo-conheca-os-efeitos-da-nicotina-no-cerebro-humano.htm>>. Acesso em: 5 out. 2022.